

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JAIME BERNARDO NETO

Gênese da Estrutura Agrária do Espírito Santo:

**estudo comparativo entre os domínios da
pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas
propriedades no Centro-Sul**

Vitória, 2012.

JAIME BERNARDO NETO

Gênese da Estrutura Agrária do Espírito Santo:

**estudo comparativo entre os domínios da pecuária
no Extremo Norte e as áreas de pequenas
propriedades no Centro-Sul**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Scarim

Vitória, 2012.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

- B523g Bernardo Neto, Jaime, 1983-
 Gênese da estrutura agrária do Espírito Santo : estudo
 comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e
 as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul / Jaime
 Bernardo Neto. – 2012.
 393 f. : il.
- Orientador: Paulo César Scarim.
 Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal
 do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.
1. Estrutura Agrária - Espírito Santo (Estado). 2. Pecuária -
 Espírito Santo (Estado). 3. Geografia agrícola. I. Scarim, Paulo
 Cesar, 1968-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro
 de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

JAIME BERNARDO NETO

**GÊNESE DA ESTRUTURA AGRÁRIA DO ESPÍRITO SANTO:
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS DOMÍNIOS DA PECUÁRIA
NO EXTREMO NORTE E AS ÁREAS DE PEQUENAS
PROPRIEDADES NO CENTRO-SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Aprovada em ____, de maio de 2012.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo César Scarim
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Celeste Ciccarone
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Carlos Walter Porto-Gonçalves
Universidade Federal Fluminense

À minha mãe, Cristina, minha esposa Nilma, e toda a minha família;
Em memória de meus avós Nilton e Ariléia, de minha tia e madrinha Léa, e de
meu pai, Jaime.

Aos meus filhotes: Sara, Jeremias, Filomena, Tobi, Cabrita, Mel e Ralf; e em
memória de Charlote, Lessie, Sofia, Bob, Neguinha, Paçoca e Pingo.

Agradecimentos

Ao professor Scarim, por todo o tempo e atenção que tem dedicado a mim e minhas pesquisas desde a graduação, por meio de inúmeras sugestões de leitura e diálogos reflexivos sobre meus textos e, acima de tudo, por conseguir, ao mesmo tempo, ser incentivador e sempre manter o respeito às diferentes percepções da realidade que emergiam ao longo desse processo de “amadurecimento intelectual” que se vivencia quando se troca a posição passiva de leitor pelo locus ativo de autor/pesquisador, dando-me nos trabalhos feitos sob sua orientação a liberdade de expressão e pensamento fundamental aos seres humanos para que estes obtenham o melhor de si naquilo que fazem; à professora Celeste, pelas verdadeiras aulas de antropologia indigenista e por sempre ter suscitado reflexões críticas acerca dos limites do determinismo econômico, calcanhar de Aquiles de pessoas com forte influência do Materialismo Histórico Marxista, tais como eu (e desculpe-me se ainda não o superei!); ao professor Cláudio, pela extrema atenção com que leu e releu essa pesquisa e por suas inúmeras contribuições e sugestões sobre o formato do mesmo (prometo que assim que tiver umas férias dessa vida acadêmica para me recobrar, vou ler Deleuze e Gatarri!) e por seus contrapontos à algumas posições pós-modernas mais radicais presentes nos rascunhos dessa produção, os quais suscitaram muita reflexão e mesmo revisão de alguns trechos; ao professor Carlos Walter, por sua participação na banca final, por sua atenção ao texto, me auxiliando em muito na revisão da redação final, e também por suas críticas a algumas posições muito modernistas e ortodoxas no texto preliminar, (geralmente na contramão das críticas do Cláudio, hehe!), o que me fez rever alguns desses pontos e, principalmente, perceber a heterodoxia da minha abordagem, situada em algum lugar entre o “marxismo” e a “pós-colonialidade”, me fazendo pensar que, a princípio, eu corria o sério risco de não agradar a ninguém! (e ainda bem que isso não ocorreu!); a Márcio, do STR de Mucurici, Paula, do STR de Montanha, Altieri,

do STR de Ponto Belo, por sua receptividade, colaboração e indicações para as entrevistas; a Edson Rezende (Damare) e Danilo (Veneza), por terem-me dado uma verdadeira aula sobre a economia leiteira; a todos os colegas do INCRA, em especial aqueles com quem tenho trabalho no PNDTR desde 2008, em companhia dos quais eu conheci e criei intimidade com o Extremo Norte Capixaba; aos colegas e amigos Lyncoln e Marco Antônio, pelas conversas de corredor que eram verdadeiras aulas de economia política; à colega e amiga Domingas, pelas “aulas” diárias sobre a organização social das comunidades quilombolas, sua cultura e sua história; e um agradecimento mais que especial a todos os entrevistados, que gentilmente receberam esse estranho que tanto lhes perguntava sobre sua história de vida.

“É preciso que se reconheça que a terra, dom gratuito na natureza a cada um, não pode e não deve ser propriedade de ninguém. Mas que seus frutos, enquanto produto do trabalho, devem reverter unicamente para aqueles que cultivam com suas próprias mãos”

Michael Alexandrovich Bakunin

RESUMO

Este trabalho visa contribuir com a compreensão do profundo contraste da estrutura fundiária do Espírito Santo, em especial no que tange à gênese dos grandes imóveis rurais no extremo norte do Estado, onde o percentual da área agropecuária total ocupado pelos pequenos imóveis é muito pequeno se comparado com realidade da maior parte de seu território. Tendo em vista, entre outras coisas, a distância dos núcleos irradiadores da colonização e a forte resistência indígena no norte capixaba que perdurou até o início do século XX, a colonização dessa porção do Espírito Santo somente ocorreu a partir das décadas de 1930 e 1940, sendo condicionado por uma estrutura diferente daquela que marcou a colonização da maior parte do território capixaba, que ocorreu entre fins do século XIX e início do século XX, em um contexto de crise dos latifúndios, por conta da abolição da escravidão, e de hegemonia política do capital comercial, personificado na figura dos comerciantes de café, aos quais era benéfica a disseminação de pequenos produtores rurais descapitalizados, que necessitassem de intermediários para a comercialização de sua produção voltada ao mercado externo (notadamente o café), criando assim condições favoráveis à apropriação de terras na forma de pequenas glebas por famílias camponesas, ainda que houvesse uma forte seletividade étnico-racial nesse processo, privilegiando os imigrantes estrangeiros e seus descendentes. Todavia, a partir da década de 30 essa estrutura passa por profundas transformações que de certa forma incentivaram a inserção de entes mais capitalizados na produção agropecuária. Verifica-se nesse momento a consolidação das condições necessárias para que a propriedade fundiária funcionasse como reserva de valor e passasse a ser utilizada também para fins especulativos; houve mudanças no contexto político, sendo a hegemonia assumida por entes ligados ao capital industrial e à oligarquia agrária; e verifica-se também a emergência de novas atividades econômicas no meio rural capixaba, como a expansão da extração de madeira e rápido crescimento da pecuária bovina. A sinergia desses diversos fatores gerou um contexto cada vez mais adverso aos camponeses em geral, que tiveram que disputar as terras dessa última fronteira de colonização do território capixaba com personagens de maior poder econômico e político, como fazendeiros e empresas, ampliando a exclusão social no acesso à terra de tal forma que, já no início da década de 1970, era evidente o quadro de concentração fundiária nessa porção do Espírito Santo. Paralelamente, verificou-se também, a partir de meados do século XX, mudanças nas formas de produção dos pequenos imóveis rurais do território capixaba, resultando em gradativo abandono da produção para consumo próprio e/ou para comercialização local, tipicamente camponesas, em detrimento de uma crescente tendência à especialização produtiva, em partes decorrente da maior inserção dos camponeses no mercado de consumo capitalista, causado pela própria intensificação da urbanização, que alterou sua forma de vida, mas também consequente de incentivos governamentais que visavam intensificar a inserção (e consequentemente a subordinação) da agricultura camponesa à lógica do capital. Essa tendência à especialização produtiva veio a conformar uma divisão territorial do trabalho no espaço agrário capixaba, dentro da qual o extremo

norte tornou-se profundamente dependente da prática da pecuária extensiva, o que foi altamente adverso aos camponeses detentores de pequenas propriedades, tendo em vista a baixa renda por unidade de área proporcionada por essa atividade. Tal transformação veio a intensificar a concentração fundiária dessa área nas últimas décadas.

Palavras chave: Espírito Santo – estrutura fundiária – latifúndios – Extremo Norte Capixaba.

ABSTRACT

This work aims to contribute to the understanding of Espírito Santo rural land structure's contrast, specially in what regards the large rural landed state genesis over the state's extreme north, where the farming and cattle raising area's percentage occupied by short rural landed state is low if compare to most of it's territory reality. Due to the distance from the colonization irradiation's cores and indigenous strong stand which lasted until the twentieth century's beginning, among other factories, the colonization of this part of Espírito Santo only occur from the 1930's and the 1940's forward, being conditioned by a different structure from that which marked the colonization over most of it's territory, which occur between the 19th century's end and the 20th century beginning, in a context of large rural landed state crisis, due to the slavery abolishment, and commercial capital's political hegemony, personified by the coffee dealer's, to whom the spreading of uncaptialized short rural landed state owners which demanded intermediaries to accomplish their foreign marketing oriented commodities commercialization (notedly coffee) was beneficial, what resulted in favourable conditions for land appropriation in short glebes by peasant families, despite there has been a strong ethnic-racial selectivity benefiting foreign immigrants and their decedents. Nevertheless, this structures experiences deep changes from the 1930's on which contributed to the entrance of more capitalized beings in rural production. From this moment on, the conditions demanded for rural land state to be used as a capital reserving fund turned out to be concrete, allowing it to be used for speculative means; there has also been changes in politics, as the industrial capital and rural oligarchy took over the hegemony; and It is verified the emergence of new economic activities in Espírito Santo's rural space, such as the spreading of wood extracting and the fast increasing in bovine cattle raising. This factors' synergy created a context of increasing adversity for peasants in general, who had to compete against characters who held more political and economic power, such as cattle farmers and enterprises, on the run for land appropriation over this last colonization frontier in Espírito Santos's territory. It intensified the social exclusion in what regards access to land owning in such a way that in the 1970's beginning the land owning concentration in this part of Espírito Santo was pretty much evident. Parallely, from the middle twentieth century on it is verified changes in short landed state's production over it's territory which resulted in gradual forsake of self-consume production and/or local marketing production, both typical of peasant's agriculture, due to a growing tendency to farm and cattle raising specialization, partially due to peasant's ingress in capitalism marketing as a consequence of urbanization's increasing, but also as a consequence of State's politics aiming to increase peasant's agriculture entrance in capital's logic, which would consequently subordinate that. This increasing tendency turn out to confirm a territorial labour division in Espírito Santo's agrarian space in which it's Extremely North became deeply dependent of extensive bovine cattle raising, what was strongly adverse to short landed state owners due to the low value per area unit provided by this economic activity. Such changes came out to intensify this area's land owning concentration in the last decades.

Keywords: Espírito Santo – rural land structure - large rural landed state – Capixaba's Extreme North.

LISTA DE MAPAS	Fls
Mapa 1 – Localização dos municípios de Montanha, Mucurici e Ponto Belo na divisão político-administrativa do território capixaba	23
Mapa 2 – Grandes Imóveis Rurais nos municípios do Espírito Santo (2006)	25
Mapa 3. Pequenos imóveis rurais nos municípios do Espírito Santo (2006).....	25
Mapa 4 - Municípios inseridos na área envolvida no Contestado Espírito Santo x Minas Gerais.....	26
Mapa 5 – Tamanhos médios dos imóveis e área ocupada por pastagens nos municípios do Espírito Santo – 1970.....	28
Mapa 6 – Densidade demográfica da zona rural dos municípios capixabas – 1970 x 2000.....	31
Mapa 7 – Distritos, vilas, características naturais e vias de circulação em Ponto Belo, Montanha, Mucurici e áreas limítrofes dos municípios vizinhos.....	34
Mapa 8 - Fronteiras coloniais capixabas e territórios indígenas – comparação 1850, 1872 e 1900.....	132
Mapa 9. Croqui das Territorialidades indígenas no Vale do Mucuri e Adjacências em meados do século XIX	141
Mapa 10 – As linhas propostas pelos Estados litigantes [na questão do Contestado]	162
Mapa 11 – Produção de madeira nos municípios do Espírito Santo em 1970.....	185
Mapa 12 - Localização das madeireiras entre o Extremo Norte Capixaba e o Vale do Mucuri em meados do século XX.....	186
Mapa 13 - Percentual da área agropecuária dos municípios do Espírito Santo ocupada por pastagens – comparação 1940 x 1970.....	203
Mapa 14 – Planaltimetria da Região Contestada (em destaque a Serra dos Aimorés, área de relevo acidentado que servia de limite genérico entre as unidades da Federação).....	216

Mapa 15 – Produção de milho nos estabelecimentos rurais do ES (Indicativo de diversidade produtiva).....	239
Mapa 16 - Divisão territorial do trabalho da produção agropecuária do Espírito Santo (2006).....	242
Mapa 17 – Pecuária de corte e leiteira no Espírito Santo em 1970.....	278
Mapa 18 – Distribuição Espacial dos Projetos de Assentamento no Espírito Santo (2011).....	299
Mapa 19 - Projetos de Assentamento existentes em Montanha, Mucuri, Ponto Belo e municípios vizinhos (2011).....	302

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento demográfico 1940 x 1960 – comparação Brasil, Espírito Santo, Minas Gerais e Serra dos Aimorés.....	29
Tabela 2 – Dinâmica demográfica 1970 x 2000 (Mucurici, Montanha e Ponto Belo).....	29
Tabela 3 – Entrada de imigrantes estrangeiros no Espírito Santo – 1847 a 1901.	77
Tabela 4 – Crescimento populacional do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – 1872 a 1940.....	78
Tabela 5 – Percentual da população de origem mineira ou baiana em Montanha e Mucurici – 1970.....	118
Tabela 6 – Municípios mais populosos do Espírito Santo – 1910-1920.....	179
Tabela 7 - Maiores aglomerações urbanas no Espírito Santo – 1940 – 1960.....	180
Tabela 8 – População urbana e rural do Espírito Santo – 1940 x 1970.....	181
Tabela 9 – Produção de Madeira no Espírito Santo – 1960 a 1996.....	184
Tabela 10 – Área com pastagens no Brasil – 1940 x 1970.....	198
Tabela 11 – Área dedicada a pastagens no Espírito Santo – 1940 – 1970.....	201
Tabela 12 – Limites para concessão de terras a pessoas físicas no Estado do Espírito Santo (síntese).....	212
Tabela 13 – Localidade de residência das testemunhas da CPI de 1953.....	221
Tabela 14 - Percentual de propriedades rurais que produziam milho no Espírito Santo – 1950 a 1985.....	237
Tabela 15 – Percentual de propriedades rurais que produziam feijão no Espírito Santo – 1950 a 1985.....	238
Tabela 16 – Área ocupada por pastagens e cafeicultura no Espírito Santo – 1960 a 1996.....	259
Tabela 17 – Empregos diretos nas atividades agropecuárias brasileiras	

(equivalente homem/ano para cada 100 hectares).....	260
Tabela 18 - Relação entre área ocupada e valor da produção das atividades agropecuárias no Espírito Santo - décadas de 1970 e 1980.....	265
Tabela 19 – Comparação do valor da produção por unidade de área, conforme a natureza da produção, com o salário mínimo vigente - décadas de 1970 e 1980.....	268
Tabela 20 – Produção de Leite - comparação entre Montanha, Mucuri, Ponto Belo e média do estado do Espírito Santo (em mil litros) - 1970, 1985 e 2006	280
Tabela 21 – Utilização das terras em Montanha, Mucurici e Ponto Belo – 2006..	286
Tabela 22 - Evolução da área destinada ao plantio de cana-de-acúcar em Montanha, Mucurici e Ponto Belo – 1980 x 2006.....	286
Tabela 23 – Número de famílias inscritas no PAA e PNAE nos municípios de Montanha, Mucurici e Ponto Belo (2010 e 2011).....	290
Tabela 24 – Projetos de Assentamento localizados nos municípios de Montanha, Mucurici e Ponto Belo (2011).....	300
Tabela 25 - População residente nos municípios de Montanha, Mucuri e Ponto Belo – 2010.....	301

LISTA DE GRÁFICOS

Fls

Gráfico 1 – Origem dos indivíduos - amostragens das certidões de óbito de Barra de São Francisco (1944-1945).....	111
Gráfico 2 - Origem dos pais das crianças que constam nas amostragens de certidões de óbito de Barra de São Francisco (1944-1945).....	112
Gráfico 3 - Origem dos indivíduos – amostragens das certidões de casamento de Mantenópolis (1946-1950).....	113
Gráfico 4 - Origem dos indivíduos - amostragem das certidões de nascimento de Ecoporanga (1953-1954).....	114
Gráfico 5 - Origem dos indivíduos – amostragens das certidões de óbito de Ribeirãozinho (1953-1954).....	115
Gráfico 6 - Origem dos indivíduos – amostragens das certidões de óbito de Cotaxé (1953-1954).....	116
Gráfico 7 - Origem dos pais dos indivíduos nascidos em Cotaxé que constam nas amostragens de certidões de óbito dessa localidade (1953-1954).....	117
Gráfico 8 – População urbana e rural brasileira – 1940 x 1970.....	198
Gráfico 9 – Total de cabeças de gado bovino em território brasileiro 1912 – 1975.....	198
Gráfico 10 – Exportações brasileiras de carne bovina (em toneladas) – 1934 a 1999	199
Gráfico 11 – Valor das exportações brasileiras de laticínios (1953-1999).....	199
Gráfico 12 – Total de cabeças de gado em território do Espírito Santo.....	202
Gráfico 13 – Estrutura Fundiária em Ecoporanga (comparação 1970 x 2006).....	252
Gráfico 14 – Estrutura Fundiária em Mucurici e Ponto Belo (comparação 1970 x	

2006).....	253
Gráfico 15 - Estrutura Fundiária em Montanha (comparação 1970 x 2006).....	254
Gráfico 16 – Participação das atividades no valor total da produção agrícola municipal -comparação entre os municípios do contestado capixaba e os principais municípios produtores de café (1956).....	262

SUMÁRIO	FLS
INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO 1. EXPOSIÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	23
1.1. PERSPECTIVAS E REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	35
1.2. METODOLOGIA.....	65
CAPÍTULO 2. O CONTEXTO DE DISSEMINAÇÃO DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS NO TERRITÓRIO CAPIXABA (1850-1930).....	70
2.1. A TRANSIÇÃO DA ESCRAVIDÃO PARA O TRABALHO LIVRE NO CONTEXTO HISTÓRICO CAPIXABA	72
2.2. A IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA.....	74
2.3. A IMIGRAÇÃO NACIONAL.....	78
2.4. AS FORMAS DE ACESSO À PROPRIEDADE DA TERRA.....	81
2.5. A CONSOLIDAÇÃO DA CONJUNTURA POLÍTICO-ECONÔMICA REGIONAL FAVORÁVEL À PEQUENA PROPRIEDADE E O “DESAPARECIMENTO” DOS LATIFÚNDIOS.....	94
2.6. CONCLUSÕES.....	101
CAPÍTULO 3 - A COLONIZAÇÃO SOBRE OS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NOS VALES DOS RIOS DOCE, SÃO MATEUS E MUCURI	105
3.1. A ORIGEM DA POPULAÇÃO “PIONEIRA” NA PORÇÃO CAPIXABA DO CONTESTADO	105
3.2. A EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS COLONIAIS NO ESPÍRITO SANTO E NO LESTE DE MINAS GERAIS	121
3.3. TERRITORIALIDADES INDÍGENAS NAS MATAS DA “ZONA TAMPÃO”.....	139
3.4. ALDEAMENTOS MISSIONÁRIOS E A DESTERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA.	149
3.5. A RESISTÊNCIA DOS KRENAKS E POJICHÁ E O PERÍMETRO DO CONTESTADO.....	156
3.6. A PROPRIEDADE DA TERRA E AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO NORDESTE DE MINAS GERAIS E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O EXTREMO NORTE CAPIXABA.....	164
7. CONCLUSÕES.....	169

CAPÍTULO 4. O CONTEXTO PÓS 1930: NOVOS ENTES E NOVOS CONFLITOS NA EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS AGRÍCOLA NO EXTREMO NORTE DO ESPÍRITO SANTO.....	172
4.1. URBANIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS SOBRE O MEIO RURAL CAPIXABA....	173
4.2. O CRESCIMENTO DA EXTRAÇÃO DE MADEIRA.....	181
4.3. A ASCENÇÃO DA PECUÁRIA.....	195
4.4. A CRESCENTE VALORIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA.....	205
4.5. O “EMBRIÃO” FORMADOR DOS LATIFÚNDIOS	208
4.6. O CONTESTADO E A NOVA FACE DA VIOLÊNCIA NAS FRENTES DE EXPANSÃO - QUESTÃO DE LIMITES JURISDICIONAIS?	213
4.7. CONCLUSÕES.....	232
CAPÍTULO 5. O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES SÓCIOECONÔMICAS CAMPONESAS NO EXTREMO NORTE CAPIXABA	235
5.1.ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA E SEUS EFEITOS SOBRE A AGRICULTURA CAMPONESA.....	235
5.2. CAPITALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E A DISSIPAÇÃO DAS RELAÇÕES DE AGREGAÇÃO NAS FAZENDAS DO VALE DO MUCURI E DO EXTREMO NORTE CAPIXABA.....	247
5.3. A LÓGICA DA ECONOMIA PECUARISTA E A POSIÇÃO ADVERSA DOS CAMPONES DO EXTREMO NORTE CAPIXABA.....	249
5.4. O FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA DO BOI E SEUS REFLEXOS SOBRE MUCURICI, MONTANHA E PONTO BELO.....	269
5.5. LUTA CAMPONESA, REFORMA AGRÁRIA E SEUS EFEITOS SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NOS DOMÍNIOS DA PECUÁRIA NO EXTREMO NORTE CAPIXABA.....	293
5.6. CONCLUSÕES.....	304
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	306
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	313
 ANEXOS.....	 327

INTRODUÇÃO

Ao longo dos seis últimos anos, nos quais tenho trabalhado na Superintendência Regional do Espírito Santo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, tive a oportunidade de conhecer praticamente todos os municípios do Espírito Santo, tendo em muitos casos percorrido um trecho significativo de seu meio rural, sobretudo no norte do Estado, onde foram mais significativas as ações do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, executado pelo INCRA em parceria com outros órgãos e ministérios, do qual participei ativamente entre 2008 e 2010.

O vislumbre de diferentes paisagens conjuntamente com os dados dos censos agropecuários, buscados por minha curiosidade como forma de ratificar ou não o que minha visão percebia acerca dessas áreas, cedo me fizeram constatar a profunda heterogeneidade do meio rural capixaba, sobretudo quando depois de já ter viajado bastante pelo norte do Espírito Santo vim a conhecer os municípios da porção Central-serrana do Estado. Maior que a disparidade das características naturais, o contraste na distribuição da propriedade da terra e de sua utilização me mostravam dois mundos completamente distintos. De um lado constata-se uma área de relevo acidentado, porém com seu espaço rural densamente povoado, enquanto de outro se tem o inverso – relevo menos acidentado, por vezes plano, mas com uma zona rural de baixíssimas densidades demográficas.

Muito embora seja tentador simplesmente associar as diferentes formas de relevo à maneira como a propriedade da terra se distribuía, não se poderia conceber que essa fosse a explicação da ocorrência desse contraste. Afinal, sendo a propriedade da terra uma relação social, seu entendimento pleno perpassa pelo entendimento da sociedade. Isso não descarta a influência do relevo e topografia, mas implica em interpretar seu significado dentro dessa sociedade. A esse respeito, confesso também que a vivência que tenho no alto Vale do Mucuri, em Minas Gerais, de certa forma dava embasamento a esse meu

raciocínio, já que também se trata de uma área de relevo acidentado e que nem por isso apresentava um quadro de fragmentação da propriedade da terra e prosperidade sócio-econômica semelhante ao da porção central-serrana do Espírito Santo.

A partir de então, quando prestes a concluir a graduação, optei por discorrer sobre essa temática em minha monografia, a qual primava por entender os porquês dessa estrutura fundiária peculiar do centro-sul do Espírito Santo, que contrasta com o quadro geral que as estatísticas apontam para o Brasil e também apresenta grandes disparidades com outras porções do próprio Estado, notadamente o extremo norte. A conclusão desse trabalho, a meu ver, foi satisfatória sobre entendimento acerca da fragmentação da propriedade da terra no centro-sul capixaba, porém ficou muito aquém do que eu gostaria no que tange às possíveis explicações sobre o contraste desta área para com o Extremo Norte do Estado, marcado pela concentração fundiária. Encontrei alguns indícios que de certa forma poderiam ser úteis para trilhar esse caminho, mas não me aprofundei de forma satisfatória, sobretudo porque são escassos os trabalhos sobre o norte capixaba e haveria, conseqüentemente, uma demanda de idas a campo para obtenção de dados primários que seria inviável no curto espaço de tempo para a produção de uma monografia.

Por isso, o foco desse trabalho será exatamente a porção norte do Espírito Santo, notadamente seu Extremo Norte, onde a concentração da propriedade da terra é mais intensa, primando por compreender principalmente a gênese desse processo e não apenas a maneira como ele têm se apresentado na atualidade, já que é exatamente onde se verifica maior carência de pesquisas acadêmicas. Sobre a expansão da silvicultura e das lavouras cana-de-açúcar, por exemplo, já há alguns bons trabalhos a respeito. Todavia, como se verá adiante, na maioria dos casos esses plantios são antes uma nova função assumida por formas preexistentes do que propriamente um novo processo de reconfiguração da estrutura fundiária – as exceções seriam os casos que envolvem a apropriação de

territórios de povos tradicionais (como indígenas, quilombolas, pescadores, etc...) no litoral nordeste, onde de fato houve uma reconfiguração territorial a partir da expropriação das terras desses grupos. Nas demais áreas do Extremo Norte capixaba, entretanto, os vetores que levaram à concentração da propriedade da terra são pretéritos a esses cultivos nos moldes da Revolução Verde, já que desde antes dos anos 70, quando eles começam a se disseminar pelo Espírito Santo, essas porções do espaço agrário capixaba já apresentavam um quadro de significativa concentração fundiária.

Em função da carência de trabalhos sobre essa temática nesse recorte espacial, para desenvolver tal tipo de pesquisa houve a necessidade de se aprofundar as análises em escala local por meio de trabalho de campo. Todavia, seria impossível promover tal tipo de abordagem por uma extensão territorial muito ampla, tanto por seus custos quanto pelo tempo que demandaria. Tivemos por isso que reduzir o recorte espacial no qual demos foco de forma a viabilizar essa pesquisa, e escolhemos, então, focar nos municípios de Montanha, Mucuri e Ponto Belo, onde se percebeu a priori que a atuação dos vetores que pretendemos estudar foi mais intensa, como será demonstrado a seguir.

CAPÍTULO 1 – EXPOSIÇÃO DA PROBLEMÁTICA



Mapa 1 – Localização dos municípios de Montanha, Mucurici e Ponto Belo na divisão político-administrativa do território capixaba.

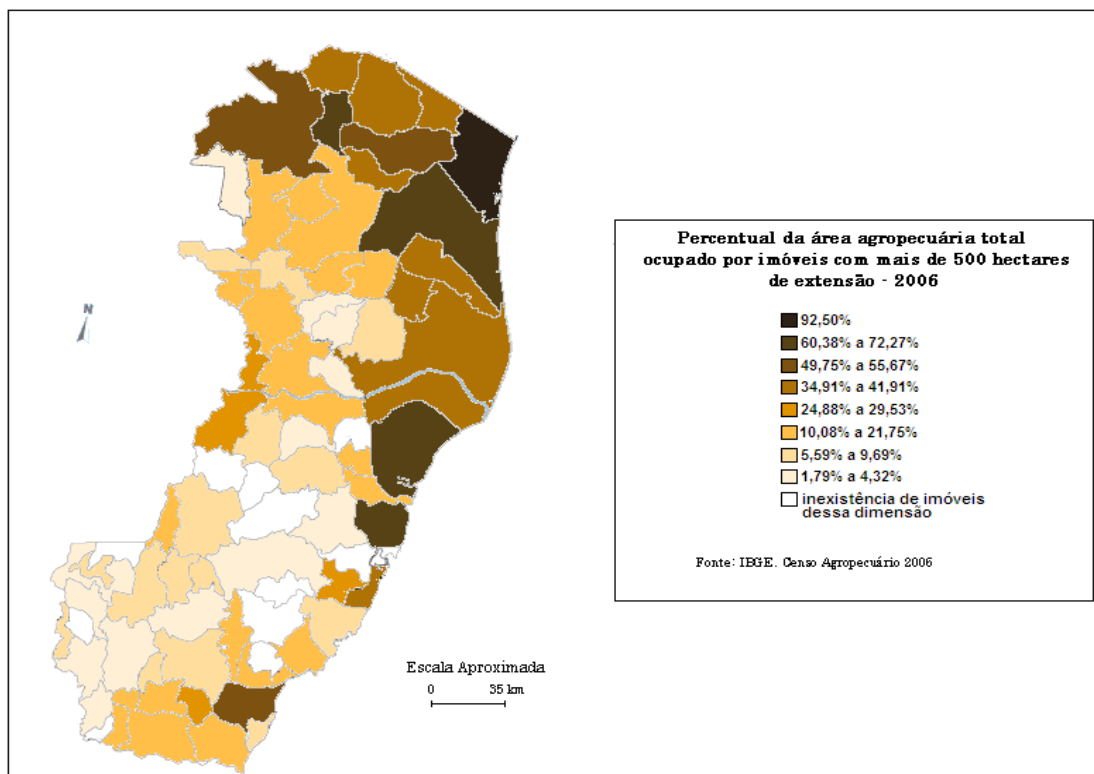
Muito embora seja um Estado cuja estrutura fundiária se caracteriza por uma relativa fragmentação da propriedade da terra (se comparada com a realidade geral do Brasil), o Espírito Santo apresenta uma grande faixa de seu território, que compreende o extremo noroeste, norte e o litoral nordeste, marcada pela ampla presença de latifúndios e por ter uma parca área ocupada por pequenos imóveis rurais. Em trabalho pretérito (BERNARDO NETO, 2009),

associamos esse fenômeno principalmente à expansão dos cultivos de eucalipto e cana-de-açúcar que se verifica no Espírito Santo a partir da década de 1970, constituindo-se em manifestações locais da Revolução Verde¹. Todavia, os municípios que se encontram nessa faixa ou não estão inseridos diretamente nessas atividades, como Ecoporanga e Ponto Belo, por exemplo, ou já eram marcados pela concentração fundiária antes mesmo de o fazerem – como foi o caso dos atuais municípios de Montanha, Mucurici, e, em menor grau, daqueles situados no litoral, como São Mateus, Conceição da Barra e Linhares.

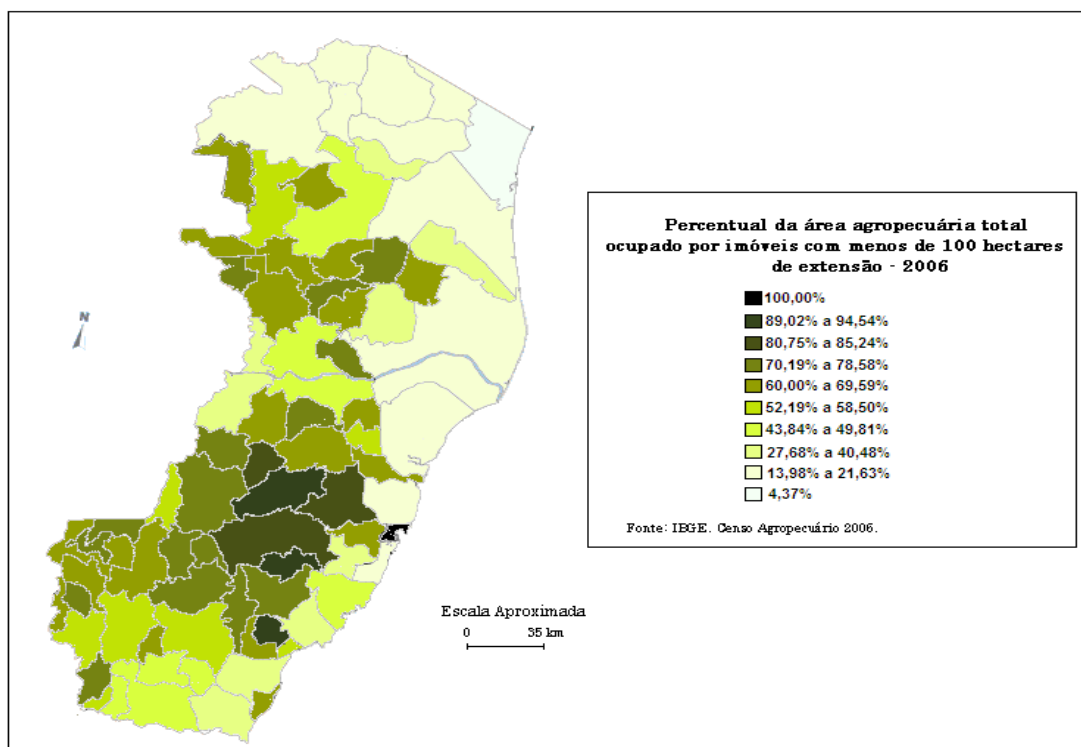
Desta forma, é possível presumir que a concentração fundiária verificada nessa área não se deva apenas à emergência desses cultivos levados a cabo sob os moldes do chamado agronegócio. Não há dúvidas de que esse processo tenha intensificado o quadro de concentração da propriedade da terra, mas certamente existem outros vetores que também atuaram no sentido de disseminar os latifúndios e criar adversidades para que camponeses tivessem acesso à propriedade da terra nessa porção do território capixaba, ao contrário do que se verificou em praticamente todo o centro-sul e mesmo em parte do norte do Espírito Santo, onde as pequenas propriedades rurais ocupam um percentual considerável da área agro-pecuária (ver Mapas 2 e 3). Isso é ainda mais evidente no caso da área dos municípios de Ponto Belo² e Mucurici e Montanha, os quais já em 1970 apresentavam os quadros mais intensos de concentração fundiária do Espírito Santo sem ter ainda qualquer vínculo com a silvicultura ou com as lavouras de cana de açúcar para produção de álcool.

¹ Conceito utilizado para designar todo um conjunto de novas técnicas e relações de produção nos setores agropecuários a partir da segunda metade do século XX, caracterizado por um significativo incremento da composição orgânica desse setor mediante utilização de maquinários para a automação da produção e insumos e químicos diversos para ampliação da produtividade.

² Em 1970 o atual território de Ponto Belo ainda era um distrito de Mucurici.

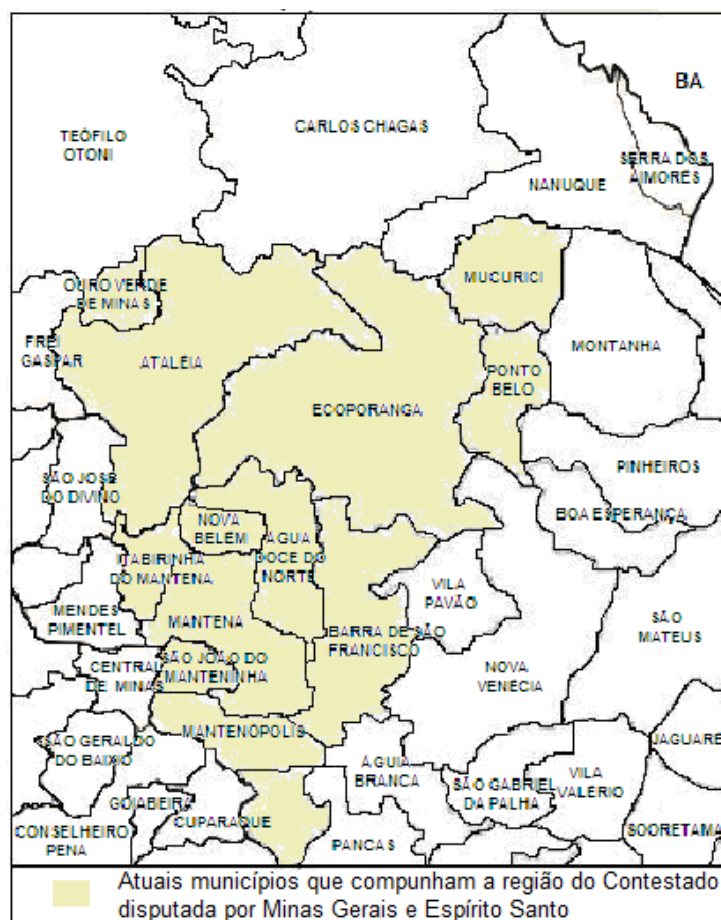


**Mapa 2 – Grandes Imóveis Rurais nos municípios do Espírito Santo (2006).
Organizado pelo autor.**



**Mapa 3. Pequenos imóveis rurais nos municípios do Espírito Santo (2006).
Organizado pelo autor.**

A leitura prévia de algumas fontes secundárias revelou que o processo de colonização desses municípios está vinculado a um evento singular na história do Espírito Santo. Entre as décadas de 1940 e 1960, quando se intensifica a colonização dessa área, houve um intenso litígio entre as autoridades capixabas e de Minas Gerais acerca de qual ente federado seria a jurisdição sobre essas terras situadas entre os dois Estados nos arredores da Serra dos Aimorés – único e vago referencial sobre os limites entre o leste de Minas Gerais e o Noroeste do Espírito Santo presente nos acordos precedentes entre as duas unidades da federação sobre a definição de seus limites jurisdicionais. Esse episódio foi marcado por inúmeros conflitos fundiários num contexto de muita violência, chegando a resultar na instauração de duas Comissões Parlamentares de Inquérito na Assembléia Legislativa do Espírito Santo (PONTES, 2007).



Mapa 4 – Municípios inseridos na área envolvida no Contestado Espírito Santo x Minas Gerais. Fonte: Pontes (2007).

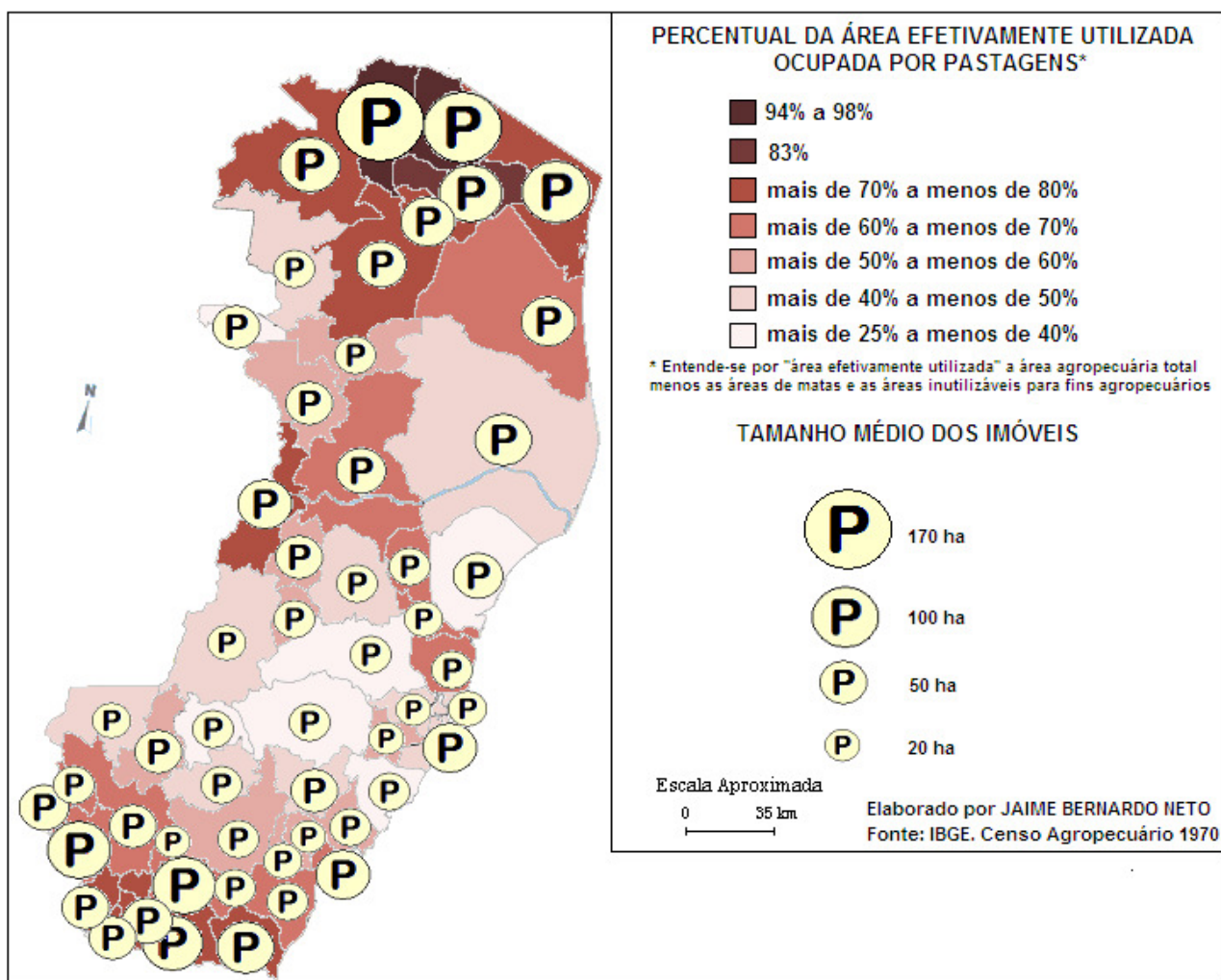
Segundo Pontes (2007, p.43), o perímetro da região contestada abrangia os territórios dos atuais municípios capixabas de Alto Rio Novo, Mantenópolis, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Ecoporanga, Mucurici e Ponto Belo, e dos municípios mineiros de Mantena, Itabirinha do Mantena, São João do Manteninha, Nova Belém, Ouro Verde de Minas e Ataléia.

Esses conflitos entre os entes federados geraram uma verdadeira lacuna de informações censitárias anteriores ao censo de 1970 sobre os municípios que se originaram no perímetro do Contestado, entre os quais estão os três que nos chamam a atenção, mencionados anteriormente, cuja gênese da estrutura fundiária aparentemente foi condicionada por vetores diferentes daqueles que tiveram grande influência na maior parte do território capixaba.

No referido período de conflitos, a União, para não se envolver diretamente nessa questão, realizou o recenseamento dessa área separadamente dos Estados em litígio, sob a denominação “Serra dos Aimorés”. Por isso, não há dados demográficos individualizados dos municípios que se encontravam inteiramente dentro da região litigiosa, e há apenas dados incompletos sobre outros, como os que se situavam nas margens do perímetro do Contestado, parcialmente dentro dele, cuja área em litígio foi contabilizada junto ao restante da Serra dos Aimorés, e a área não inserida na disputada foi contabilizada junto ao seu respectivo Estado – foi este o caso de Ataléia, em Minas Gerais, e Mucurici (que à época também englobava os atuais município de Montanha e Ponto Belo), no Espírito Santo.

Dessa forma, os dados do censo de 1970 são os primeiros produzidos sobre a região de forma mais completa, permitindo uma análise minuciosa da estrutura fundiária e da produção agropecuária dos municípios envolvidos na questão do Contestado, parte dos quais já evidenciava uma concentração da propriedade da terra muito mais intensa que o verificado na maior parte do Espírito Santo (quadro mais latente nos atuais municípios de Montanha, Mucurici e Ponto

Belo), e também mostram que nesses referidos municípios praticamente toda a área rural já era ocupada por pastagens na ocasião da elaboração desse levantamento censitário (Mapa 5).



Mapa 5 – Tamanhos médios dos imóveis e área ocupada por pastagens nos municípios do Espírito Santo – 1970. Organizado pelo autor.

Os aspectos demográficos desses municípios que se originaram na área litigiosa são bastante curiosos. Como mencionado, não se dispõe de dados demográficos individualizados desses municípios anteriores a 1970. Até o censo de 1960, os dados sobre essa área foram divulgados de forma conjunta sob o rótulo de "Serra dos Aimorés", o que não impede, entretanto, que se constate algo bastante interessante: o crescimento demográfico dessa área entre as décadas de

1940 e 1960 foi – em termos proporcionais - exponencialmente maior que o verificado nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e da Federação, como um todo (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Crescimento demográfico 1940 x 1960 – comparação Brasil, Espírito Santo, Minas Gerais e Serra dos Aimorés.

Local	População (total de hab.)			Crescimento	
	1940	1950	1960	Absoluto	%
Brasil	41.236.315	51.944.397	70.985.486	29.749.171	72,14%
Minas Gerais	6.736.416	7.717.792	9.817.181	3.080.765	45,73%
Espírito Santo	750.107	861.562	1.188.665	438.558	58,47%
Serra dos Aimorés	66.994	160.072	384.297	317.303	473,63%

Fonte: IBGE (apud. Pontes [2007, p.52]). Organizado pelo autor.

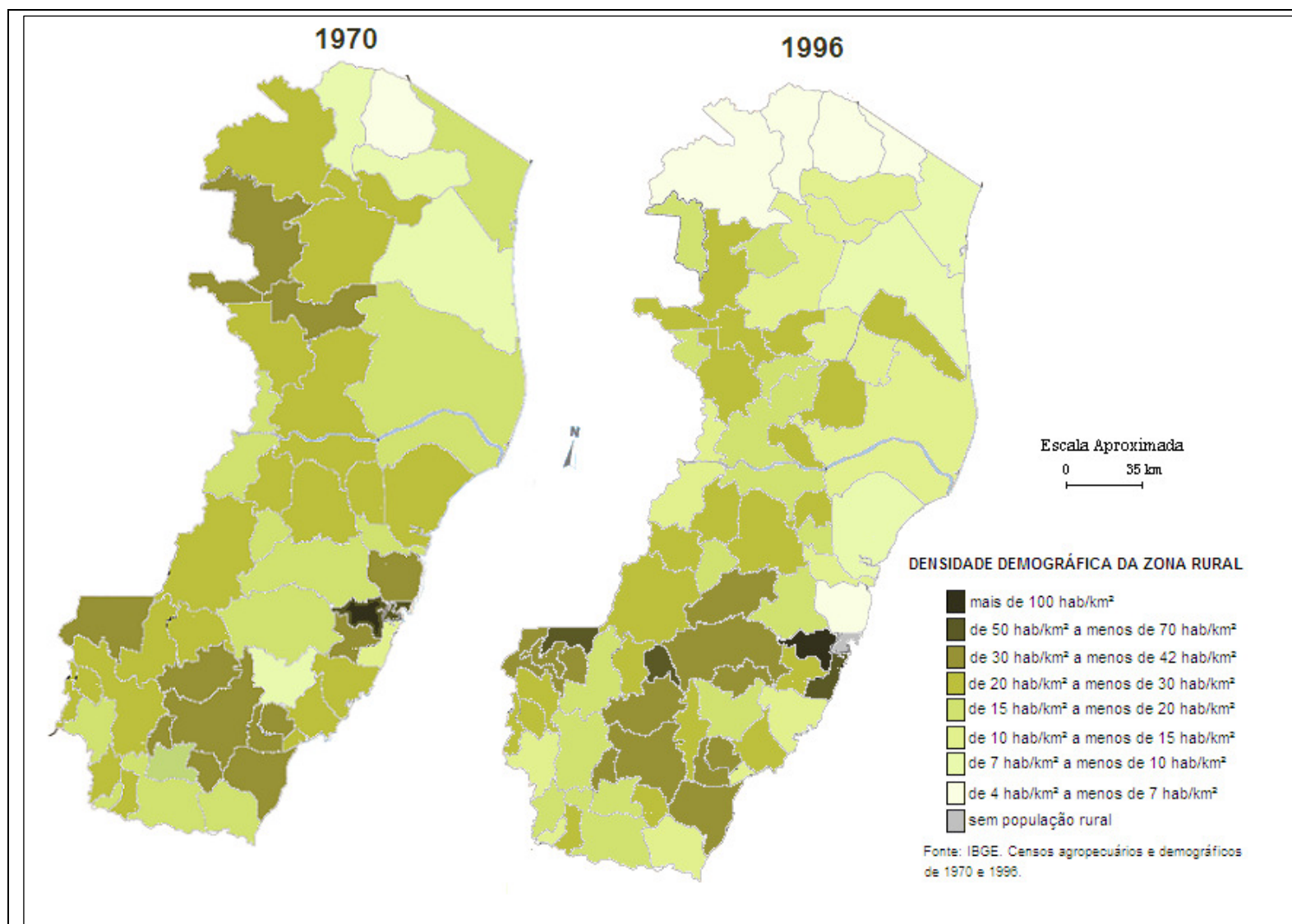
Entre as décadas de 1940 e 1960, a população da área da Serra dos Aimorés apresentou um crescimento percentual de 473,63%, mais que 10 vezes superior ao verificado em Minas Gerais e mais de 9 vezes o crescimento percentual do Espírito Santo no mesmo período, deixando evidente a existência de um intenso fluxo migratório rumo às terras envolvidas nos litígios entre esses dois entes federativos. Nas décadas seguintes, entretanto, verifica-se o fenômeno inverso, sobretudo no que tange à população rural.

Tabela 2 – Dinâmica demográfica 1970 x 2000 (Mucurici, Montanha e Ponto Belo)

Local	População Rural (em habitantes)					Variação	
	1970	1980	1991	1996	2000	Absoluta	%
Mucurici (+ Ponto Belo)	18479	10420	7646	4762	4126	-14353	77,67%
Montanha	3927	6225	5481	4569	4331	404	10,29%

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1970-2000. Organizado pelo autor.

De fato, praticamente todos os municípios do Espírito Santo apresentam uma diminuição da população rural no interstício 1970 – 2000. Nesses municípios mencionados, entretanto, isso ocorre em uma dada intensidade que os destaca dentre os demais (ver Mapa 6). Em termos absolutos, os casos dos atuais municípios de Mucurici, Ponto Belo e Ecoporanga são notáveis, enquanto o município de Montanha, apesar de não apresentar os mesmos “sintomas” no que tange aos números absolutos, também parece ter sofrido forte esvaziamento da zona rural, evidenciado por sua baixíssima densidade demográfica.



Mapa 6 – Densidade demográfica da zona rural dos municípios capixabas – 1970 x 2000.

A partir dessa breve análise, evidencia-se uma série de peculiaridades sobre esses municípios do norte capixaba que suscitam muitos questionamentos de natureza geográfica. O primeiro deles seria quanto às causas de sua colonização ter ocorrido apenas a partir da década de 1940. Por que foi somente em meados do século XX que as terras dessa porção do Espírito Santo foram apropriadas? A explicação de que o Rio Doce seria uma barreira natural que impedia o avanço da colonização rumo ao norte capixaba – utilizada, por exemplo, por Saletto (1996), Campos Junior (2004), Borgo et alli (1996) entre outros autores - nos parece incompleta, sobretudo por ignorar a existência de outros fluxos migratórios para essa região que não aquele no sentido sul-norte, a partir do próprio território do capixaba, além de ignorarem também o fato de os pioneiros que se arriscavam além das fronteiras coloniais serem, em geral, a parcela marginalizada da população de suas áreas de origens, que visava antes obter uma fonte de sobrevivência digna (de produção de valores de uso) que de enriquecimento propriamente dito. Por isso, a falta de comunicação com a área já plenamente integrada à lógica colonial certamente não seria um grande empecilho para seus propósitos.

Não menos curiosa é a contrastante estrutura fundiária que se verifica nessa região a partir das informações do primeiro censo agropecuário em que seus municípios são incluídos (1970), que já denunciavam, em contraste com praticamente todo o restante do território do Espírito Santo, uma clara tendência à concentração fundiária que, sabe-se de antemão, não pode ser simplesmente associada à Revolução Verde. Nesse sentido, o estudo de caso desses municípios – Montanha, Mucurici e Ponto Belo - é um bom caminho para buscar o entendimento dos vetores que vão atuar sobre a configuração do espaço agrário capixaba a partir de meados do século XX, já que os indícios apontam que, apesar das transformações terem ocorrido em maior ou menor grau em praticamente todo o meio rural capixaba, foi nessas localidades que os reflexos dessas novas dinâmicas foram mais evidentes.

Por fim, pretende-se entender também como o processo de intenso crescimento populacional dessa porção do Espírito Santo entre as décadas de 1940 e 1960 rapidamente se inverte em algum momento entre as décadas de 1960 e 1970, tornando essas áreas um foco intenso êxodo rural, gerando um quadro de baixíssimas densidade demográficas na zona rural concomitantemente ao agravamento da concentração fundiária.

Convém ressaltar que embora tenhamos definido esses três municípios como as áreas na qual aprofundaremos essa pesquisa por meio do trabalho de campo, o objetivo é entender uma realidade que abrange um recorte espacial bem maior. Saímos de uma escala regional para outra local com o intuito de observar como os vetores identificados se manifestam concretamente e assim entendê-los melhor. Por isso, com certa frequência recorreremos também a fatos e dados de áreas limítrofes aos municípios nos quais realizamos o trabalho de campo onde os vetores estudados demonstrem ter tido uma atuação significativa, como o caso de Ecoporanga e Pinheiros, por exemplo (Mapa 7). Obviamente, o ideal seria poder estudar de maneira mais aprofundada toda área onde os vetores estudados se mostrassem proeminentes na configuração do espaço agrário, mas tal recorte se faz necessário em virtude das limitações para o trabalho de campo, os quais se mostrariam demasiado caros e longos se fossemos estendê-los a muitos outros municípios.



Mapa 7 – Distritos, vilas, características naturais e vias de circulação em Ponto Belo, Montanha, Mucurici e áreas limítrofes dos municípios vizinhos.

Tendo definidos os questionamentos que norteiam a pesquisa e os porquês da escolha do recorte espacial no qual nos focaremos, convém explicitar a seguir sob quais vieses epistemológicos e teóricos se procederá a essa investigação,

que têm como linha mestra a análise das formas espaciais (a estrutura fundiária), buscando chegar à sua essência, isto é, “*seu conteúdo social, econômico e político*” (SANTOS, 2008[1978]).

1.1. Perspectivas e referenciais teóricos utilizados na investigação

Falar da expansão da colonização (como é necessário para se tratar da gênese da estrutura fundiária de um dado local) é falar dos limites entre mundos distintos: o dos colonizadores e o dos colonizados. O mundo dos colonizadores é por essência o mundo que vêm sendo apropriado e reconstruído pelo capitalismo desde suas origens, na Modernidade Européia, e cuja compreensão têm sido o objetivo da construção e reconstrução epistemológica de vários campos das ciências humanas, como a sociologia, a economia, a história e a própria geografia³. Dada a complexidade do universo humano, particularmente aquela do mundo capitalista, cada um desses campos do conhecimento tem tentado contribuir ao seu entendimento analisando essa sociedade sob vieses distintos; a geografia tem contribuindo nesse sentido a partir da análise das dinâmicas do espaço humano sob a lógica capitalista.

Quando se pretende falar da colonização, entretanto, a compreensão do outro mundo - o dos colonizados - é fundamental para que se possa entendê-la e reconstruir seu processo de expansão territorial. E se são muitos os campos do conhecimento que estudam a sociedade moderno-capitalista, o mesmo não se pode dizer sobre os estudos dos mundos dos grupos sociais que não foram colonizados no decorrer da expansão capitalista, tarefa à qual, com bem ressalta Martins (2009), apenas a antropologia tem tradicionalmente se dedicado, muito embora existam atualmente tendências pós-modernas que têm levado autores de

³ Milton Santos, por exemplo, indica que as profundas mudanças epistemológicas e metodológicas verificadas na geografia ao longo do século XX, sobretudo entre o que se convencionou chamar de geografia clássica e as correntes que vieram posteriormente a ela, como a Geografia Crítica (corrente da qual ele próprio foi um expoente no Brasil), deveu-se, entre outros fatores, a impossibilidade dos instrumentais teórico-metodológicos da geografia clássica, forjados entre fins do século XIX e início do século XX, possibilitarem o entendimento de um mundo cada vez mais globalizado.

outras áreas do conhecimento, inclusive da geografia, a valorizar o estudo desse “outro mundo”.

Se para compreender como se formou e se transformou o espaço humano dentro das áreas colonizadas - notadamente quanto aos aspectos que tangem à estrutura fundiária, que é nosso objetivo elementar - as propostas epistemológicas da Geografia Crítica e ciências correlatas com semelhante influência marxista/estruturalista são um instrumental capaz de permitir uma análise satisfatória, há que se concordar com Martins (2009, p.140) que elas são insuficientes ao entendimento do mundo das sociedades não colonizadas e sua interação com os colonizadores. Por isso, recorreremos também a outros referenciais para a análise desses processos.

Discorreremos a seguir de forma mais aprofundada sobre esses dois instrumentais teórico-metodológicos a partir do quais procederemos à análise desses dois mundos em encontro e confronto ao longo do processo de expansão da colonização e difusão da propriedade fundiária nesses espaços “anexados” ao mundo Moderno-Colonial, como diria Porto-Gonçalves (2006).

1.1.1. O caráter histórico e multi-escalar da abordagem geográfica

Elisié Reclus deixou como parte de seu legado a célebre afirmação de que *“a história é a geografia no tempo e a geografia é a história no espaço”*. Muito embora fosse precipitado afirmar que a epistemologia de ambas áreas do conhecimento pudesse ser resumida nessa simples e antológica frase do geógrafo francês, sua essência é um fundamento imprescindível à análise geográfica, já que enquanto instância e produto social, o espaço possui uma historicidade que não pode ser negligenciada. Até mesmo o relacionamento entre sociedade e natureza deve ser analisado sob este prisma, já que ele varia historicamente conforme a técnica - *“conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o*

homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço” (Santos, 2002) - de cada momento.

Segundo Santos (2002), cada forma espacial tem uma datação, remete a um contexto histórico específico que a originou - daí a justificativa para sua afirmação de que o *“o espaço é uma sobreposição de temporalidades”*. Muito embora esse autor provavelmente tenha feito essa reflexão a partir da observação do espaço urbano, onde a grande quantidade de trabalho materializado em edificações, vias de circulação e outros equipamentos anexos ao solo torna evidente essa datação e sobreposição, essa constatação não é menos válida sobre o espaço rural, muito embora neste as construções nem sempre sejam a melhor evidência desse fenômeno, o qual se manifesta de forma mais explícita nas diferentes formas de apropriação e uso das terras bem como nas relações de trabalho envolvidas na produção agropecuária.

No caso brasileiro, a imagem das monoculturas produzidas em latifúndios escravistas (e racistas quanto a esse aspecto) rapidamente nos traz à mente períodos anteriores ao fim do século XIX, da mesma forma que as origens de uma pequena propriedade especializada em fornecer leite a complexos industriais de laticínios e/ou gêneros alimentícios aos centros urbanos remete à intensificação da urbanização vivenciada a partir das primeiras décadas do século XX, e os modernos latifúndios monocultores ligados ao setor agroindustrial remontam à segunda metade do século XX, no contexto da Revolução Verde.

Todavia, não se deve pensar nessa temporalidade das formas espaciais de maneira linear. Como bem explicita Santos (2002), a emergência de um novo momento histórico, com mudanças nas relações de produção e na divisão social e territorial do trabalho, não necessariamente desfaz as formas espaciais pretéritas. Pelo contrário: as dinâmicas sócio-econômico-espaciais emergentes de cada novo momento são influenciadas e condicionadas por formas que se originaram em períodos anteriores. Algumas de fato se desfazem, cedendo lugar a novas formas.

Outras se mantêm, mas adquirem uma nova função, se adequando ao novo momento. Mas há aquelas, entretanto, que mantêm sua morfologia e função pretéritas, tornando mais explícita a sobreposição de temporalidades de que fala o autor.

As origens de cada forma de uso e apropriação das terras deve ser buscado, portanto, no contexto da Formação Econômico-Social⁴ que a originou, muito embora sua função possa ter sido alterada em momentos históricos posteriores. Deve-se ressaltar, nesse sentido, que há uma grande disparidade espaço-temporal no processo de colonização (e, conseqüentemente, de sujeição à lógica do capital) sobre diferentes porções do atual território brasileiro, no qual coexistem áreas colonizadas desde os idos da presença Européia na América, como a maior parte do litoral, e outras nas quais esse processo ainda está ocorrendo, como a Região Amazônica.

Quanto ao recorte espacial, há que se considerar também, conforme bem expõe Santos (2002), que sob a lógica da globalização nenhum lugar se explica por si mesmo. Em maior ou menor grau, praticamente todos os pontos da Terra estão conectados à lógica do capitalismo. Mas isso não significa que haja uma homogeneização do espaço, já que os reflexos dessa lógica em cada localidade são muito distintos - qualitativamente e quantitativamente - em função das especificidades de cada lugar e/ou região.

Apesar dessa vinculação do local à lógica global (do capital), não há um nível escalar mais importante que outro. Como defende Santos (2002), o aprofundamento do conhecimento geográfico demanda uma análise multi-escalar entre os níveis local e global, já que apesar de muitos dos vetores que atuam na construção dos espaços locais serem oriundos da lógica global do capitalismo,

⁴ Conceito marxista que designa a forma como o modo capitalista de produção se manifesta sobre um determinado recorte espaço-temporal, muito utilizado por Milton Santos em seus primeiros trabalhos - ver Santos (2008[1977]), por exemplo. Em trabalhos posteriores (SANTOS, 2008[1985]), entretanto, o autor parece ter optado por utilizar o a conceito de estrutura, que teria significado praticamente análogo.

eles somente se mostram concretos e, conseqüentemente, passíveis de serem analisados, quando se reduz o recorte de estudo.

Há assim uma dialética entre a análise geográfica em diversas escalas. Quando se sai do global (abstrato) para o local (concreto) e retornar-se ao global, compreende-se melhor este último, tendo em vista a possibilidade de análise de suas manifestações em um caso concreto. O mesmo vale para a relação inversa – local x global x local, já que as abstrações formuladas a partir de uma reflexão em escala global nos permitem visualizar e identificar fenômenos que ocorrem em âmbito local que não são perceptíveis em uma abordagem restrita a um recorte espacial reduzido⁵.

Em síntese, nas palavras do próprio autor:

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial associada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial (...) Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (Santos, 2008, p.21)

No que tange à propriedade da terra no Brasil, esse elo com a lógica global é evidente, e se manifestava antes mesmo da intensificação da globalização verificada na segunda metade do século XX. Afinal, a própria disseminação da relação de propriedade privada da terra é uma decorrência do processo de

⁵ Há alguns autores pós-modernos das Ciências Humanas, como Escobar (2005), que equivocadamente afirmam ser esse pressuposto epistemológico da geografia uma manifestação de conformismo ao status quo da globalização. O que fica explícito nessa leitura é uma nítida ausência de segregação entre a análise da realidade e as utopias e anseios pessoais do autor, num típico exemplo em que o relativismo característico dessa corrente de pensamento, que em doses coerentes é de enorme contribuição a uma reflexão crítica (que o diga seu excelente trabalho *Encountering Development: the Making and Unmaking of the Third World* [ESCOBAR, 1995], no qual discorre sobre a construção da ideologia desenvolvimentista e sua função como discurso legitimador da lógica hegemônica do capitalismo) faz-se presente em doses extremas. Afinal, constatar que na atualidade há uma forte tendência à subordinação do local ao global não quer dizer que se concorde com essa realidade e/ou não se anseie buscar meios de contrapô-la. Fazendo uma grosseira analogia com as ciências naturais, poder-se-ia dizer que essa afirmação de Escobar seria algo semelhante a, diante uma pessoa com uma grave enfermidade cuja cura ainda não seja possível pela medicina ocidental, um fisiologista simplesmente defender a hipótese de que a tal enfermidade também não existe, no intuito de convencer o enfermo de que ele não possui nenhum problema de saúde ao invés de tentar entender como esse problema se originou e se estabeleceu no organismo da pessoa para assim poder combatê-lo.

colonização, que de certa forma nada mais foi que uma etapa da expansão territorial do capitalismo que gradativamente anexou e subjugou o continente americano à sua lógica de funcionamento.

Deve-se analisar a propriedade fundiária no meio agrário brasileiro, portanto, sem perder de vista o seu sentido dentro de um contexto mais amplo ao qual as diversas partes de seu território foram sendo integradas a partir da colonização.

1.1.2. Camponeses, propriedade fundiária e renda da terra no capitalismo – um prisma a partir da história do território brasileiro

Conforme enfatiza Marx (2008), um dos aspectos do capitalismo que tornam pouco perceptíveis no senso comum os mecanismos por meio dos quais se origina a desigualdade social inerente ao próprio sistema é forte tendência que nós temos em “naturalizar” as relações sociais que o caracterizam. No que tange ao espaço físico propriamente dito, isso pode ser constatado pela forma como a terra (um elemento natural, fonte de valores-de-uso essenciais a todas as sociedades humanas) e a propriedade fundiária (uma relação social) são tratados como sinônimos.

No atual território brasileiro, a disseminação dessa relação social foi uma decorrência de sua subordinação à lógica do capital por meio do avanço da colonização, ainda que as relações de produção não tenham sido sempre tipicamente capitalistas. Afinal, o plantation escravista, que provavelmente é o maior ícone da expansão colonial no Brasil, muito embora não se baseasse em relações de assalariamento, se caracterizava pela propriedade privada da terra e historicamente teve sua produção submetida à lógica do capital a partir da esfera da comercialização, que ocorria predominantemente em âmbito externo, com os países Europeus.

Não menos curioso é o fato de que no capitalismo a terra seja um valor-de-troca, muito embora - como bem ressalta Oliveira (1986, p.76) - ela não seja algo que possua valor, considerando esse termo na forma como Marx o conceitua⁶. Mesmo não sendo fruto do trabalho humano, sob a lógica capitalista a terra possui preço e é comumente utilizada como um valor-de-troca, o que leva autores como Polanyi (1980) a conceituá-la como uma “mercadoria fictícia”.

Além dessa função de mercadoria fictícia, quando utilizada para fins produtivos, a propriedade da terra sob o capitalismo pode apresentar diferentes formas de obtenção de renda. A. Oliveria (1986, p.74), com base no legado de Marx, explicita três destas formas: renda absoluta, renda de monopólio e renda diferencial; sendo essas duas últimas particularmente importantes sobre o preço de mercado da terra ao funcionar como mercadoria fictícia. A renda absoluta, segundo esse autor, seria uma espécie de *“tributo que a sociedade inteira paga aos proprietários da terra”*, tendo em vista que esses entes *“só permitem a utilização de suas terras quando os preços de mercado [dos gêneros que venham a ser produzidos a partir dela] ultrapassem os preços de produção”*. Martins (2009, p.80) aprofunda essa reflexão sobre a renda absoluta, expondo, sobretudo, seu caráter pouco perceptível individualmente na economia:

[...] A renda capitalista da terra, obviamente sob a forma de renda em dinheiro, surge quando deixa de ser um tributo pessoal para se tornar um tributo social. Isso só é possível quando parte da mais-valia [da sociedade, como um todo] é transferida ao proprietário da terra, no preço dos produtos comercializados, o que se viabiliza pela diferente composição orgânica do capital na agricultura e na indústria. A diferença entre a composição média e a baixa composição orgânica do capital na agricultura se materializa na renda fundiária, como se ninguém a estivesse pagando [...]

⁶ Marx (2008) conceitua valor como sendo o trabalho socialmente necessário à produção / obtenção de determinada mercadoria, o qual funciona como o diapasão para as trocas entre mercadorias, convertendo coisas de natureza distinta em algo igualmente mensurável.

Já a renda de monopólio deriva de um “*preço de monopólio de uma certa mercadoria produzida em uma porção do globo terrestre dotada de qualidades especiais*”. Ou seja, ela deriva de uma porção de terras que possuem uma característica singular para produção de determinada mercadoria, o acaba tendo efeito semelhante sobre o valor de mercado das propriedades fundiárias que apresentam tais singularidades.

A renda diferencial, por sua vez, parece ser aquela que mais frequentemente influência as dinâmicas que regem as relações de propriedade da terra e, conseqüentemente, a gênese e transformações da estrutura fundiária no capitalismo, sobretudo por apresentar grandes variações ao longo do tempo, já que não depende apenas de circunstâncias naturais (tais como as condições climáticas da localidade e a fertilidade do solo), mas também de características socioeconômicas, sendo determinantes fatores como localização, acessibilidade em relação aos centros urbanos e aos mercados, possibilidades de utilização de maquinários para automação da produção, etc.

De fato, mesmo as características naturais estão sujeitas à influência de fatores socioeconômicos. A fertilidade, por exemplo, pode ser alterada por meio de investimento em técnicas de cultivo e preparação dos solos, da mesma forma que a localização e acessibilidade, apesar de inicialmente determinadas pelo relevo e topografia, dependem (sobretudo no mundo moderno) da infraestrutura de transportes e comunicação da cada localidade, que vão dotá-la de maior ou menor fluidez⁷.

E sobre aspecto (a renda diferencial da terra), definitivamente não se pode negligenciar os efeitos da urbanização e da integração territorial. Pierre George, em sua *Geografia Agrícola do Mundo* (1991[1946]), por exemplo, ressalta que foi a intensa urbanização provocada pela Revolução Industrial que desencadeou no

⁷ Para Santos (2002), fluidez seria a condição dos sistemas técnicos permitirem a rápida circulação de bens, pessoas e informações entre diversas localidades de um território.

território Europeu o que ele chama de Revolução Agrícola. Segundo o autor, as áreas desse continente que apresentaram maiores mudanças na produção agrícola, com maior tendência à produção para o mercado e não para consumo próprio, foram aquelas mais industrializadas e que passaram por intenso processo de urbanização, tendo as práticas agrícolas tradicionais - a economia de excedentes, como conceitua Martins (2009) - persistido principalmente nas áreas alheias a esse processo de urbanização. Pierre George (1991[1946]) assim descreve essa transformação:

A especialização agrícola supõe uma organização perfeita dos transportes a baixo preço [...] e um sistema muito liberal de trocas, visto que, por definição renunciamos a praticar localmente um conjunto de culturas e de criação tradicional que asseguram a alimentação do grupo humano com o mínimo de deslocamento de alimentos. A agricultura comercial substitui a agricultura alimentar [...]

No interior de um Estado [...], a especialização agrícola regional é determinada pela renda da terra. Privilegiada é a cultura que proporciona os maiores lucros por unidade de superfície numa determinada região. O agricultor terá interesse em praticá-la se os lucros resultantes do aumento da renda da terra, descontadas as despesas de remessa ao mercado de consumo, forem nitidamente superiores ao ônus representado pela necessidade de importar os gêneros que ele desistiu de produzir em suas terras. Assistiremos, então, à destruição progressiva da antiga economia alimentar fechada regional pela extensão da cultura privilegiada, e ao recuo, que pode chegar até o desaparecimento, das outras culturas, a menos que estas encontrem um lugar no afolhamento da planta preferida ou em solos que não lhe convém.[...] (Ibid., p.16-17)

Ao longo da história territorial brasileira verifica-se também vários exemplos dos efeitos da urbanização sobre a agricultura. A formação de um núcleo urbano significativo sempre teve repercussões sobre a economia do meio rural em seu entorno, geralmente resultando na formação de áreas especializadas na produção de alimentos para o abastecimento urbano, algo muito distinto tanto do *plantation* quanto da produção para consumo próprio das pequenas posses e propriedades distantes das cidades e vilas. Tal fenômeno ocorreu, por exemplo, nas áreas próximas aos diversos núcleos urbanos que se formaram na região das minas a partir do século XVIII (MOREIRA, 1991), e no entorno da nascente cidade de São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX, quando se intensifica sua urbanização (MELLO, 1985). E, como esses exemplos bem ilustram, há grandes

disparidades regionais quanto à influência desse vetor (urbanização), já que apesar de na maior parte do Brasil a urbanização só vir a se intensificar a partir de meados do século XX (SANTOS, 1995), como foi o caso do Espírito Santo, há também núcleos urbanos significativos que se formaram ainda no período colonial, como Salvador, Rio de Janeiro e mesmo as diversas cidades da região mineradora, por exemplo.

Além disso, a gradativa integração territorial e o aumento da fluidez do território – como diria Milton Santos (2002) – também tiveram fortes reflexos sobre as dinâmicas de seu espaço agrário, contribuindo para a transição entre o que Martins (2009) designa de uma economia de excedentes para uma economia de pleno mercado, em geral acentuando a especialização produtiva regional em decorrência da tendência intrínseca do capital em buscar maximizar as vantagens locais.

Outro fator que também está ligado à urbanização e que acentuou essa crescente tendência à especialização produtiva regional no Brasil e nas antigas colônias, como um todo, foi a emergência do que Yves Lacoste (1975) chamou de “novas necessidades de consumo” (roupas de fabricação industrial, móveis, eletrodomésticos, serviços de saúde e educação, etc...) e a imposição de um estilo de vida cada vez mais urbano sobre a população que habita o meio rural desses países no período pós-guerra, a qual trouxe consigo uma crescente tendência à monetarização da vida dos camponeses, que cada vez mais passaram a ter que converter sua produção em dinheiro de forma a satisfazer essas necessidades, ampliando sua subordinação às diretrizes de mercado e aumentando, por consequência, o grau de exploração pelo capital ao qual são submetidos. Isso acabou por reforçar a lógica de expansão regional da “cultura privilegiada” (o produto agrícola, dentre aqueles que apresentam melhores possibilidades de comercialização, com melhor rendimento por unidade de área) de que fala Pierre George (1991[1946]).

Trata-se de uma mudança essencial na produção agrária que vai atuar na reconfiguração das formas de utilização do solo. A partir dos conceitos de Marx (2008), pode-se dizer que os camponeses cada vez mais passaram a dar preferência à produção de valores-de-troca em detrimento da produção de valores-de-uso, aos quais outrora eles dedicaram grande parte de seu trabalho. E como valores-de-troca precisam ser vendidos para que se atinja o objetivo de sua produção, uma série de outros aspectos passou a ter um peso cada vez maior sobre a renda diferencial da terra, tais como, por exemplo, a maior ou menor proximidade com os maiores centros urbanos, que são o principal mercado consumidor em potencial; as condições das vias de circulação que dão acesso à propriedade e a ligam aos centros de consumo e comercialização, as quais ditam o tempo e os custos com o transporte da produção; bem como as condições naturais mais favoráveis para a produção de gêneros com demandas singulares de condições climáticas, pedológicas, edafológicas, etc..., que os tornam mais competitivos no mercado que o mesmo gênero produzido em regiões onde essas condições não são tão favoráveis.

Percebe-se, portanto, a partir dos exemplos expostos até aqui, que existe um variado leque de fatores que têm influência sobre a renda diferencial da terra, muitos deles de cunho socioeconômico, o que faz com que haja grande variação sobre essa forma de renda ao longo do tempo (o que é um bom exemplo do caráter histórico do espaço descrito por Santos [2008]), redefinindo as dinâmicas que agem sobre a estrutura fundiária de uma mesma localidade. E tem-se como corolário dessa constatação, portanto, que ao longo da história do território brasileiro, desde que foram criadas as condições legais para comercialização da propriedade da terra, em 1850, a renda da terra e a potencialidade de utilização desta enquanto mercadoria fictícia apresentou uma grande variação não só entre suas diversas regiões, mas também entre os diferentes momentos históricos dentro de uma mesma região.

1.1.3. Lei de terras, camponeses e o nascimento do mercado de terras no Brasil

É impossível falar do espaço agrário brasileiro, sobretudo da renda da terra, sem mencionar a Lei de Terras de 1850, a qual estabeleceu que todas as terras devolutas do território nacional pertenciam ao Estado brasileiro e somente poderiam ser adquiridas por meio da compra. A edição dessa lei está intimamente ligada às estratégias adotadas pelas classes dominantes frente às restrições ao tráfico de trabalhadores escravos que se vão se conformando na primeira metade do século XIX, já que como forma de suprir a demandas de mão-de-obra nos latifúndios, dar-se-ia início aos incentivos a imigração estrangeira. Todavia, esses trabalhadores estrangeiros não eram cativos e não teriam, ao menos em tese, a obrigação de se sujeitar ao trabalho nos latifúndios, sobretudo em virtude da infinidade de terras livres e não utilizadas para fins agrícolas onde poderiam vir a se estabelecer e trabalhar de forma autônoma. Por isso, para assegurar o propósito de utilizá-los em substituição aos escravos, era necessário impedir-lhes de ter acesso à terra.

Havia, entretanto, muitos outros propósitos por trás dessa medida, como, por exemplo, fomentar as possibilidades de utilização da terra como mercadoria, já que ela criava as bases para o nascimento de um mercado de terras. Mas segundo se constata nos trabalhos de Martins (1991) e Cardoso de Mello (1985), esse efeito não se concretizou de imediato, e ainda em fins do século XIX a maior parte do capital dos fazendeiros estava materializado nos trabalhadores cativos e não na propriedade rural, tanto que estes é que funcionavam como garantia de pagamento aos empréstimos bancários. No trabalho desses autores é possível perceber mesmo no contexto de crise do regime escravocrata, face a eminência da abolição, apesar dos bancos terem passado a substituir os cativos pelas fazendas como garantia aos empréstimos, a maior parte do valor destas ainda era representado pelas benfeitorias e não pela propriedade fundiária em si, que

geralmente tinha um valor diminuto em qualquer parte do Brasil nesse momento histórico.

Após a abolição e antes que essas condições para utilização da propriedade fundiária como reserva de valor se concretizassem, houve, portanto, um período de forte descapitalização da produção agropecuária, uma vez que a abolição simplesmente fez com que o capital dos fazendeiros materializado nos escravos por ele detidos desaparecesse sem que a propriedade fundiária tivesse ainda condições reais de funcionar como reserva de valor. Tal fato, entretanto, não inviabilizou a acumulação por parte dos latifundiários. Pelo contrário, resultou até na diminuição dos requisitos de investimento e dos riscos desse tipo de empreendimento, já que ao escravo, que era a materialização de um significativo montante de capital, o latifundiário tinha que fornecer ao menos o necessário à sobrevivência do mesmo, já que somente a longo prazo seu trabalho compensaria o alto montante de capital nele investido (sua morte precoce significava, portanto, um grande prejuízo). Já pelos serviços do trabalhador “livre”, o proprietário podia dar-lhe menos que o necessário à sua sobrevivência, cabendo ao próprio trabalhador o ônus de obter por quaisquer outras formas o restante necessário⁸.

Muito embora o objetivo principal dessa medida tenha sido, como mencionado, privar os camponeses do acesso a terra para assim obrigá-los a se submeter ao trabalho nas fazendas já existentes (visando substituir a mão-de-obra escrava em virtude das limitações à aquisição de trabalhadores cativos a partir de meados do século XX e que vão culminar com a abolição em 1888), ela de certa forma foi o primeiro passo para se ampliar progressivamente o preço da terra no Brasil, o que, segundo Martins (1991), era um de seus propósitos, visando viabilizar sua utilização enquanto garantia para financiamentos bancários, papel que até então era exercido pelos escravos e que, caso ocorresse a abolição, como

⁸ Todavia, não se deve entender que a vida do escravo fosse melhor que a dos demais trabalhadores, já que esses recursos mínimos lhe eram assegurados em função de sua condição (não-humana) de materialização de capital, “investimento” que com sua morte precoce seria desvalorizado, perdido.

de fato ocorreu, deixaria o setor bancário sem garantias reais para os empréstimos concedidos aos fazendeiros escravistas.

As possibilidades de formação de um mercado de terras e a ampliação das reais possibilidades de sua utilização como mercadoria fictícia e/ou reserva de valor só vieram a existir no Brasil, portanto, após a independência com o consequente fim do regime de sesmarias, já que durante o período colonial as terras não podiam ser objeto de mercado por pertencerem à Metrópole Portuguesa, que emitia apenas concessões de uso a determinados particulares, tendo plena liberdade de revogá-la, se assim lhe conviesse. Todavia, esses foram apenas os marcos legais para o surgimento de um mercado de terras em território brasileiro, já que em geral ele se consolidou em momentos diferentes regionalmente à medida em que em cada região do país se intensificou a relação inversamente proporcional entre o crescimento da massa de camponeses e a diminuição de áreas ainda não apropriadas (em geral situadas além das fronteiras coloniais), e/ou o aumento do rigor nas limitações legais para apropriação das áreas consideradas devolutas.

Mas se esse propósito da Lei de Terras somente se concretizou décadas após sua edição, o outro objetivo por trás da referida legislação - impedir que os “homens livres” tivessem acesso à propriedade da terra - teve resultados mais imediatos nas regiões do Brasil onde o poder político se empenhou em fazê-la cumprir. E nessas porções do território brasileiro, a propriedade fundiária, mesmo não valendo dinheiro, não deixou de ser uma fonte de poder que permitia aos seus detentores explorar os que não a detinham, ainda que sob relações não capitalistas de produção, mantendo o status quo da oligarquia rural.

Na prática, essas relações entre os proprietários fundiários e os trabalhadores “livres” após a abolição, não obstante as singularidades regionais, geralmente tinham como eixo a concessão do direito de uso, por parte dos proprietários fundiários às famílias camponesas “livres”, de uma pequena parcela

se suas terras para que estes trabalhadores rurais realizassem a produção de seus próprios cultivos de subsistência paralelamente a um pequeno (ou nenhum) pagamento pelos seus serviços nas terras com cultivos e criações do proprietário. De fato, tal estratégia não foi uma peculiaridade da oligarquia brasileira, já que segundo Lacoste (1975, p.44), relações semelhantes foram usadas pelas oligarquias de praticamente toda a América colonial à medida em que a escravidão foi sendo abolida nos diversos países que nasciam entre fins do século XVIII e início do século XIX. E conforme ressalta o referido autor, ainda que a demanda de trabalho mais intenso fosse apenas sazonal (como durante os períodos de colheita e/ou replantio), o proprietário necessitava ter a certeza de que teria a mão-de-obra necessária quando tal momento chegasse, o que o levava a permitir a permanência de muitas famílias camponesas sobre esse regime, criando de certa forma uma conjuntura favorável a permanência dos camponeses no meio rural, muito embora subordinados socialmente e economicamente aos latifundiários. É precisamente isso o que se constata em comum nas relações de produção predominantes em diversas partes do território brasileiro nesse contexto, como, por exemplo, o colonato paulista abordado por Martins (1991), o sistema de moradores do nordeste como descrito por Moreira (1990) e Szmrecsányi (1990), e nas relações que Ribeiro (1996) denominou de agregação, no nordeste de Minas Gerais.

Mas apesar de toda essa dificuldade que os camponeses brasileiros historicamente enfrentaram para conseguir reproduzir-se socialmente e manter-se na terra, em nenhum momento verificou-se uma generalizada tendência à sua extinção. Contraditoriamente, o próprio capitalismo gerou condições – ainda que indiretamente - para sua reprodução social em diferentes momentos da história brasileira, como foi o caso da própria substituição do regime de sesmarias pelos princípios da Lei de Terras, por maiores que tenham sido os esforços das famílias camponesas para poderem atender aos requisitos dessa legislação, o que também apresentou profundas variações regionais.

Em alguns casos, como discorre Martins (1991) sobre São Paulo, essa aquisição de terras por parte dos camponeses ocorreu conforme os ditames da Lei de Terras e em consonância com os interesses das oligarquias rurais, ou seja, mediante compra, o que obrigava o camponês a se sujeitar ao trabalho nas fazendas antes de ter condições de adquirir terras para si. Tal fato, juntamente com os incentivos a um constante fluxo de imigrantes estrangeiros, garantiram aos grandes proprietários a mão-de-obra da qual necessitavam e ao mesmo tempo criaram as condições para formação de um mercado fundiário. Já em outros casos, o próprio Estado viu nos incentivos à disseminação de pequenas propriedades, com base na imigração estrangeira, uma forma barata e prática de expansão das fronteiras coloniais, e o acesso a terras em geral foi-lhes facilitado e nem sempre ocorreu por meio de compra, como ocorreu no Espírito Santo (SALLETO, 1996) e no sul do país (SZMRECSANYI, 1990), por exemplo.

Essa disseminação das pequenas propriedades rurais decorrentes das transformações desencadeadas pela Lei de Terras⁹ teve como repercussão o crescimento de uma classe de comerciantes, que se apropriava do excedente produzido pelos pequenos proprietários mediante monopólio do beneficiamento, transporte e comercialização de seus produtos (tendo em vista a falta de recursos econômicos destes para fazê-lo por conta própria) e na própria revenda da propriedade fundiária rural às famílias camponesas, quando as condições assim permitiam. Verificou-se nesse contexto pós-abolição um certo movimento de migração de grande parte das classes dominantes do setor produtivo para o comercial. Entre fins do século XIX e início do século XX, tal fato ocorreu, por exemplo, da realidade de São Paulo (MELLO, 1985) e, de forma muito mais intensa, no centro-sul do Espírito Santo, onde muitos fazendeiros se converteram em comerciantes, sobretudo ligados ao café, resultando na desagregação de muitos latifúndios, que foram sendo loteados e vendidos a camponeses em

⁹ As evidências indicam que anteriormente a essa lei, as pequenas glebas de terras utilizadas por famílias camponesas fossem meras posses, sem nenhuma formalização, ainda que em alguns casos tivessem consentimento do detentor da sesmaria onde se localizavam.

pequenas glebas, conforme se constata nas obras de Saletto (1996) e outros autores regionais.

Todavia, as circunstâncias para apropriação de terras por parte de famílias camponesas em geral tenderam a se tornar cada vez mais adversas à medida em que começam a se consolidar as possibilidades de utilização da terra como “mercadoria fictícia”, o que temporalmente apresentou variações regionais, mas de certa forma se generaliza pelo Brasil a partir da segunda metade do século XX. Tal fato progressivamente gerou uma tendência à capitalização da propriedade da terra (utilizando-a não só com fins produtivos, mas como reserva de valor, geralmente com propósitos especulativos) e, conseqüentemente, gerou ainda maiores adversidades à permanência dos camponeses na produção agropecuária, tanto como agregados nos grandes imóveis ou (e principalmente) enquanto proprietários de terras.

Mas mesmo com as profundas mudanças sobre a agricultura no capitalismo ocorridas no período pós-guerra, que se acentuaram a partir dos anos de 1970, não se verificou nem se verifica ainda hoje qualquer tendência ao desaparecimento do campesinato. Pelo contrário, ele tem conseguido se reproduzir socialmente mesmo nas mais adversas circunstâncias, como as do momento atual, o que demonstra a importância de uma reflexão teórica sobre a relação entre o campesinato e a agricultura no capitalismo.

1.1.4. Agronegócio e agricultura camponesa – a contemporaneidade das contradições capitalistas no meio rural brasileiro

A segunda metade do século XX, sobretudo a virada entre as décadas de 1960 e 1970, é o marco de profundas transformações sobre a produção agrícola global, que foi uma das faces de um conjunto mais amplo de transformações do capitalismo, como um todo, a partir do crescimento - tanto em volume quanto em

poder político - do capital financeiro (HARVEY, 2011), no contexto comumente denominado de “pós-fordismo”. Conforme expõe Marcos (2008, p. 191), esse período tem se caracterizado pela crescente mercantilização de inúmeras atividades das esferas econômica, social e cultural que até então geralmente não apresentavam relações propriamente capitalistas, como foi o caso da produção agropecuária. Segundo essa autora, a natureza dessas transformações está vinculada a uma tendência intrínseca à contínua necessidade de expansão do próprio capitalismo, a qual não ocorre apenas pela reprodução ampliada do capital mas também pela recorrência dos chamados processos de acumulação primitiva, um aspecto que teria sido negligenciado pelos pensadores da economia política clássica.

Harvey (2011) discorre sobre tal tema a partir de uma crítica (semelhante à feita pelo próprio Marx) ao conceito de “acumulação primitiva”, que seria o processo por meio do qual a partir de relações não capitalistas (geralmente por meios violentos, como roubo, usurpação territorial) são formadas as bases da acumulação de capital necessária para difusão das relações capitalistas propriamente ditas. Segundo Harvey (2011), os autores da economia política clássica em geral tendiam a crer que a acumulação do capital por vias não capitalistas seria necessária apenas no momento inicial de estabelecimento do sistema (daí o uso do adjetivo “primitiva”). O que Harvey (2011) enfatiza, entretanto, é que o capitalismo, mesmo depois de plenamente consolidado, necessita constantemente recorrer a processos de acumulação semelhantes aos que foram denominados de processos de acumulação primitiva de forma a contornar as sucessivas “crises de sobre-acumulação” (ampliação do capital acumulado sem possibilidades de utilização produtiva) inerentes à própria lógica contraditória do sistema. Ele faz, então, uso do conceito de “acumulação por espoliação” para designar essas formas de acumulação, as quais seriam tão necessárias à manutenção do sistema quanto a acumulação pela reprodução ampliada do capital.

Tais observações sobre o capitalismo também foram feitas por outros autores que estudam as fronteiras desse sistema, o que é recorrente entre aqueles abordam o espaço agrário, onde tais contradições se mostram muito evidentes. Martins (2004, p.26), por exemplo, embora não esboce elaborar uma definição conceitual para tal, também constata que essa recorrência de processos de acumulação primitiva mesmo após a consolidação da produção sob o capitalismo é implícita à própria lógica deste, sendo um subterfúgio do capital para reproduzir-se acima da taxa média de rentabilidade existente na economia de mercado. A expansão territorial do capitalismo sobre territórios cujos grupos humanos viviam sob outras formas de relações sociais, segundo esse autor, seria um dos meios mais recorrente de assegurar essa fuga das taxas médias de rentabilidade, já que a obtenção de terras a custo zero assegurara essa maior lucratividade. Ariovaldo de Oliveira também faz, segundo Paulino (2007), crítica semelhante ao diferenciar produção de capital de reprodução do capital (Ibid., p.343). Segundo a autora, esse teórico frisa que:

[...] a acumulação primitiva é parte integrante e contínua da contraditória reprodução do capital, sendo equivocada a compreensão de que a acumulação primitiva ocorreu apenas no início do capitalismo. [...]
[...] os capitalistas estão permanentemente envolvidos em dois processos distintos, porém interdependentes que são a reprodução do capital, via trabalho assalariado, e a produção do capital, via sujeição da renda camponesa da terra [...]. (Ibid., p.344).

Todavia, conforme expõe Harvey (2011), essa expansão do capital mediante a acumulação por espoliação, necessária para se contornar as crises de sobreacumulação e/ou como fuga das taxas médias de lucro, não ocorre apenas do ponto de vista territorial, do espaço stricto sensu, mas também por meio da disseminação de relações capitalistas em esferas da vida social e econômica nas quais ele até então tinha pouca inserção. E é basicamente isso o que as evidências apontam ter ocorrido a partir da segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de 1970, quando se verifica a ocorrência de profundas transformações na produção agropecuária, setor econômico até então relativamente marginalizado pelo grande capital e que, por consequência,

geralmente não utilizava relações de mercantilização nem assalariamento. A partir de então, a agricultura passa a ser cada vez mais capitalizada, havendo uma crescente tendência à inserção até mesmo do grande capital financeiro e empresas transnacionais nesse setor.

A inserção direta do capital no setor agropecuário ocorreu tanto mediante sua participação direta na produção, sobretudo nos complexos agroindustriais, como indiretamente, através da mercantilização dos insumos necessários à produção, atuando na produção de sementes, agrotóxicos, adubos, etc. Essa forma de inserção se combinou com o que seria, segundo Harvey (2011), uma das novas manifestações do imperialismo no capitalismo contemporâneo: a propriedade intelectual e os direitos de patente. No que tange à agricultura, por exemplo, como bem menciona Porto-Gonçalves (2006), praticamente todo o mercado mundial de sementes e insumos é atualmente oligopolizado por meia dúzia de grandes transnacionais que detêm as patentes sobre os mesmos.

Paralelamente, os efeitos espaciais concretos dessa tendência, no Brasil, também podem ser constatados na aceleração do processo de expansão das fronteiras coloniais, muito visível no avanço sobre diversos territórios de grupos indígenas na região amazônica e mesmo nas áreas do centro-sul do país onde ainda viviam comunidades tradicionais, como foi o caso, por exemplo, do avanço da silvicultura voltada para a obtenção de celulose, a partir da década de 1970, sobre territórios indígenas e quilombolas que ainda ocupavam grandes extensões no norte do Espírito Santo, abordada por Ferreira (2001). Fatos semelhantes também ocorreram em outros países latino americanos nesse mesmo período, como por exemplo, a expansão das lavouras de soja e cana-de-acúcar ou mamona sobre, respectivamente, terras comunais de camponeses na Argentina (TEUBAL, 2007) e na Colômbia (MONDRAGON, 2007).

Nesse novo momento, o conceito de agronegócio passou a ser recorrentemente utilizado para designar essas novas formas de produção

agropecuária, cada vez mais capitalizadas, que rapidamente se expandem pelas ex-colônias. Teubal (2007) assim o define:

trata-se de um modelo [de produção] cujo modo de funcionamento global, com predomínio de capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em algumas commodities orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração. (p.140).

Todavia, discordando um pouco da definição desse autor, esse termo parece mais coerente para designar todas as atividades nas quais as técnicas produtivas da Revolução Verde tiveram maior impacto sobre a redução do tempo de trabalho e nas quais, conseqüentemente, tem se verificado uma maior tendência a reprodução de relações capitalistas no processo produtivo, seja com capital financeiro (de origem estrangeira ou não) ou capital produtivo oriundo de proprietários mais abastados (já que, como mencionado, a tendência à capitalização é praticamente generalizada, atingindo até mesmo parte dos pequenos e médios produtores rurais). Também é inseguro afirmar que isso ocorra somente com produtos voltados para o mercado externo, já que muitos dos gêneros produzidos sob esses moldes no Brasil, por exemplo, também têm papel relevante no abastecimento do mercado interno – como a própria produção de etanol ou os vários segmentos da fruticultura especializada. O que seguramente se pode afirmar sobre essa forma de produção é que ela tende a ser levada à cabo em larga escala e a apresentar uma esfera de realização bastante ampla, mas que não necessariamente excede o território nacional.

Segundo Teubal (2008, p. 143), assim como ocorreu entre os trabalhadores urbanos, esse contexto pós-1970, marcado pela maior penetração do capital na produção agropecuária, também acarretou a precarização das condições dos trabalhadores rurais e o aumento da exploração sobre os mesmos. Marques (2008, p.57) ratifica essa afirmação e expõe alguns dos fatores que nesse contexto de crescente capitalização da produção agropecuária levaram a essa situação:

a partir dos anos 1970, a economia camponesa começa a enfrentar grandes dificuldades com o aumento nos custos de transporte e a queda dos preços agrícolas. A situação agravou-se em meados de 1980, com a adoção de programas de ajustes estruturais pela maioria dos países, seguidos por reformas liberalizantes que causaram o crescimento da competição com produtos agrícolas importados dos países centrais, a escassez de crédito e maior dificuldade de acesso à terra (MARQUES, 2008, p.57)

Apesar dessas transformações, grande parte da produção agropecuária brasileira (e mesmo mundial) ainda se caracteriza por não apresentar relações propriamente capitalistas de produção, mantendo-se à cargo do campesinato. Por isso, é fundamental que se discorra, ainda que de forma sucinta, sobre o conceito de camponês e a forma contraditória como esse segmento da sociedade vem se reproduzindo dentro de um sistema que sempre os marginalizou. Segundo Shanin, pensador que há muito tempo se dedica a estudar e tentar conceituar o campesinato, esse é ao mesmo tempo uma classe social e um modo de vida (Apud. M.Marques[2008, p. 50]), o que dificulta sua definição conceitual a partir de instrumental teórico de cunho marxista. Segundo esse autor, entretanto, seria possível distinguir sua especificidade, com base em quatro características fundamentais (mas não redutível a nenhuma delas):

o cultivo da terra; a unidade de produção familiar; a comunidade de aldeia como unidade básica de organização social e sua posição como classe mais baixa da sociedade. Porém, o cerne ou raiz de suas características determinantes está na natureza e dinâmica da unidade de produção familiar (MARQUES, 2008, p. 51)

No Brasil e na América Latina em geral, esse caráter de comunidade de aldeia, como ressalta Fabrini (2008, p.266), em grande medida se deve ao papel que tem a Igreja em sua organização social, sendo as missas/cultos e as festas religiosas os principais momentos de socialização da comunidade camponesa. Todavia, deve-se ressaltar também, como mencionado por este autor e Oliveira (1986), o grande papel socializador das relações de parceria e dos trabalhos de ajuda mútua (os mutirões), tão comuns nos eventos que demandam mão-de-obra intensiva, como colheita, preparo de terreno e plantio, construção de benfeitorias, etc...

Por mais que seja possível suscitar críticas a essas concepções e fosse possível citar definições e caracterizações de muitos outros autores, o que demonstraria inclusive a heterogeneidade desse segmento da sociedade, o que se quer evidenciar aqui a partir dessa definição de campesinato é que grande parte das relações de produção agropecuária no Brasil e na América Latina mantem e reproduzem essas características utilizadas por Shanin para definir o campesinato, e não podem ser consideradas propriamente capitalistas, muito embora estejam inseridas em sua lógica, sendo imprescindível atentar para esse caráter contraditório do capital, que está longe de conduzir a uma homogeneização do espaço agrário com base na concentração plena da propriedade da terra e proletarização generalizada dos camponeses, como previam teorias de cunho marxista mais ortodoxo, conforme mencionam Oliveira (1986, p.7) e Paulino (2008, p.218).

Como ressaltam esses autores, a agricultura camponesa não está fora da lógica do capitalismo, já que este tende a se expandir no campo também por meio de relações não capitalistas de produção mas cujos valores produzidos se inserem na lógica do capital por outros mecanismos que não pela expropriação de suas propriedades fundiárias. A natureza contraditória do capitalismo é de tal magnitude que, mesmo no contexto de capitalização do campo verificado nas últimas décadas, com inserção até mesmo de capital financeiro e transnacionais na produção agropecuária, e de crescente difusão de relações de mercantilização e de trabalho assalariado no campo, tem se verificado a permanência e reprodução social do campesinato.

Como bem menciona Marques (2008, p.69), os camponeses mantêm para com o capitalismo uma relação ambígua - *“integrado e marginal, complementar e contraditória, dentro e fora ao mesmo tempo”* (p.69). E não faltam exemplos dessa relação contraditória ao longo da história, mesmo no chamado agronegócio, já que apesar das novas técnicas produtivas da Revolução Verde terem diminuído mas

não eliminado o tempo de trabalho da produção agropecuária, faz-se ainda necessário nesse processo produtivo altamente capitalizado a utilização de uma força de trabalho sazonal, que só lhe é possível obter em função da existência de uma massa de camponeses empobrecida, cujo exemplo mais clássico seriam os trabalhadores do setor da cana-de-açúcar, os “bóias-frias”.

Além disso, atualmente a inserção dos camponeses na produção não se dá apenas da forma marginal como ocorre em relação aos complexos agroindustriais. Na agropecuária atual coexistem poucos setores onde há uma penetração plena do capital na produção e outros, em quantidade bem maior, onde os trabalhadores rurais se mantêm como proprietários de terras e, nesse caso, a extração pelo capital de seu excedente produzido e da renda da terra se deu historicamente por meio do monopólio da comercialização e/ou beneficiamento da produção e, mais recentemente, também pela venda de sementes, insumos, agrotóxicos e, é claro, pelo próprio financiamento dos recursos necessários a aquisição destes bens.

Uma significativa contribuição de Ariovaldo de Oliveira na compreensão desses processos territoriais contraditórios sobre o espaço agrário foi feita mediante a formulação de dois conceitos: *territorialização do capital* e *monopolização do território* (OLIVERIA, 1986). Segundo o autor, a territorialização do capital é o processo pelo qual o capital adquire o controle da terra, seja por meio da compra ou do arrendamento, e faz uso de trabalhadores assalariados para realizar sua produção, consistindo em uma relação de produção tipicamente capitalista. Na monopolização do território, por sua vez, o capital se apropria da renda da terra e do excedente gerado pelos camponeses por meio da monopolização de toda a cadeia logística da mercadoria a ser gerada, seja seu destino a indústria ou o consumidor final. Nesses casos, os camponeses tendem a permanecer na produção, que ocorre geralmente por relações não capitalistas, como o trabalho familiar, a meação, parceria, etc.

O primeiro caso, como frisa A. Oliveira (1986, p.53), é menos recorrente em virtude da baixa rentabilidade da maioria das atividades agrárias, comparativamente a outros setores da economia. Aprofundando essas reflexões, Marcos (2008, p.196) aponta que um fator determinante na maior ou menor inserção direta do capital na produção agrícola é a quantidade de trabalho necessária durante o processo produtivo, já que tem se verificado maior tendência a inserção direta do capital nos setores que apresentam baixíssimo tempo de trabalho em relação ao tempo total de produção.

Como ressalta Baiardi (1987), praticamente todas as atividades agropecuárias apresentam tempo de trabalho inferior ao tempo de produção, e por mais que os avanços técnicos tenham acelerado alguns ciclos produtivos, a intrínseca dependência de fatores naturais (condições climáticas, aspectos fisiológicos de animais/vegetais, etc...) impõe sérias limitações às possibilidades de reduzi-lo. Não obstante, as novas técnicas desenvolvidas no seio da Revolução Verde conseguiram promover uma diminuição no tempo de trabalho necessário a alguns cultivos, ampliando ainda mais essa desproporção entre tempo de trabalho e tempo de produção nesses setores agrícolas. E é precisamente nesses produtos onde as novas técnicas tiveram maior impacto sobre o tempo de trabalho (como foi o caso da soja, do trigo, cana-de-açúcar, alguns segmentos da fruticultura, silvicultura, entre outros) que na prática tem se verificado maior tendência a inserção direta do capital no processo de produção. Esse tem sido um caso típico dos grandes imóveis rurais, já que esses altos investimentos em equipamentos e insumos diversos geralmente resultam em uma baixa taxa de lucro por unidade de área utilizada, demandando uma produção em larga escala para que se torne economicamente viável.

Também se nota certo grau de inserção do capital diretamente no processo produtivo, conforme cita esse mesmo autor (BAIARDI, p.101), no caso dos produtos sobre os quais se foi exigindo mais alto grau de padronização e qualidade, que acabaram por excluir grande parte dos camponeses de sua

produção, já que cada vez mais passaram a demandar maior investimento, maior capital inicial. É o que tem ocorrido com alguns produtos voltados primordialmente para exportação (como o café) ou para a agroindústria (como a de sucos de frutas e água de coco, por exemplo). Esses casos, entretanto, não ocorrem apenas em grandes propriedades, sendo recorrente a produção nesses moldes também em pequenos e médios imóveis, porém sob relações que dificilmente poderiam ser consideradas camponesas. Segundo Veltmeyer e Petras (2008, p.106) essa parcela capitalizada do campesinato tende cada vez mais a se transformar numa *“classe média de agricultores familiares, perdendo não sua ligação com a terra, mas muito mais o status político e a auto-identificação como camponeses”*, o que demonstra a complexidade que as elaborações teóricas sobre o campesinato devem (mais em geral ainda não conseguem) abarcar.

Os reflexos sobre a estrutura fundiária de uma ou outra forma de produção agrícola sob o capitalismo são, portanto, claros. As áreas que se especializam em atividades nas quais há maior inserção direta do capital no processo produtivo são marcadas por mais intensa concentração fundiária, enquanto naquelas onde predominam os outros de tipo de atividades agrícolas, nos quais o capital tende a permanecer na esfera da comercialização e circulação, há maiores possibilidade de permanência e reprodução camponesa, muito embora em diversos ramos eles frequentemente tenham que se converter em uma espécie de “pequenos empresários rurais” para poderem se inserir, diferenciando-se bastante das características associadas ao conceito “clássico” de campesinato ou mesmo às definições mais recorrentes sobre o agronegócio, configurando uma situação que geralmente não encontra amparo nas formulações teóricas mais tradicionais sobre as relações entre camponeses e o capitalismo.

1.1.5. Zonas de Fronteiras Coloniais: o mundo do “outro” e as limitações da narrativa colonial

Para Heidegger (2006[1955], p.17), o uso do termo “filosofia ocidental” seria algo redundante, já que ele considera que o termo filosofia exprime exatamente – e somente isso – a forma de ver mundo do ocidente, originária da Grécia antiga, posteriormente generalizada em decorrência da colonização do globo pelos seus herdeiros Europeus a partir da Modernidade, processo que atinge seu ápice no atual período da globalização. Em analogia a esse raciocínio, cabe-se indagar se não seria igualmente redundante falar em “história do ocidente”, já que a história tem sido construída não apenas tendo como eixo os colonizadores (em geral, a história de algum lugar tradicionalmente tem como marco inicial chegada dos primeiros europeus) mas (e tão grave quanto) reduzindo o papel dos colonizados à uma suposta passividade ou esvaziando-o de sentido, um dos sintomas da colonialidade do pensamento de que fala Memmi (1977), a qual tem como uma de suas características mais evidentes a exclusão dos colonizados da narrativa historiográfica

Tradicionalmente, têm ficado a cargo da Antropologia a difícil tarefa de tentar escrever a história dos “sem-história”, de dar voz àqueles que as demais Ciências Sociais relegaram ao silêncio, como diz Martins (2009). Todavia, há que se considerar que sem a compreensão das sociedades não-ocidentais, mesmo a tentativa de reconstrução apenas da trajetória espaço-temporal dos colonizadores fica bastante comprometida, já que desde a Idade Moderna esta tem sido, em grande parte, conforme a própria natureza do adjetivo “colonizador” o revela, a história de seu contato e interação com outras sociedades, nos quais também tiveram atuação condicionante. Nesse sentido, a superação desse prisma colonialista é imprescindível para um melhor entendimento da própria história (concebendo-a na forma provocativa exposta anteriormente).

Em trabalho dedicado exclusivamente à reflexão sobre as realidades dessas áreas de contato entre colonizadores e colonizados, Martins (2009, p. 25) atenta para esse papel condicionante por parte dos povos indígenas no processo de expansão da colonização, ressaltando que a própria cultura desses grupos também sofre transformações e adaptações a partir do contato com os colonizadores, tendo influência inclusive sobre suas estratégias de resistência às tentativas de dominação de seus territórios (MARTINS, 2009, p.34).

Essa área de contato entre colonizadores e colonizados no continente Americano é mais que uma zona de fronteiras étnicas ou de fricção étnica, como conceituam respectivamente Barth (2000) e R. Oliveira (1976). Ela é, como menciona Martins (2009), o limiar entre dois mundos distintos; é a linha imaginária que separa o humano do não humano, uma vez que ambos os lados não vêem o outro como tal. E como bem ressalta o referido autor, a compreensão limitada desses processos de interação entre esses dois mundos é decorrente, em grande parte, da observação restrita desse processo por diferentes segmentos de cientistas sociais, os quais o têm abordado parcialmente a partir de dois pontos de vistas distintos que podem ser facilmente identificados pelas diferentes terminologias por eles utilizadas para descrever essa realidade. De um lado estão aqueles que fazem uso da designação de *zonas pioneiras* ou *frentes pioneiras*; e do outros os que utilizam a termo *frentes de expansão* (MARTINS, 2009, p.134).

A terminologia *frente pioneira*, segundo Martins (2009, p.134-137), teria sido muito difundido por geógrafos a partir da década de 1940, e era recorrente em abordagens que tinham como foco o desenrolar da sociedade colonial, praticamente desprezando o outro lado das fronteiras - as sociedades não colonizadas. Já o termo *frente de expansão* teria sido popularizado pelos antropólogos a partir dos anos 50, e era muito utilizado em abordagens que tinham como foco as transformações culturais pelas quais passavam esses grupos sociais cujos territórios iam sendo incorporados à lógica capitalista, ainda que não desenvolvessem, de imediato, relações de produção próprias desse sistema.

Esse autor, com base nas definições de Arthur Hehl Neiva (1949, apud Martins[2009]), afirma que esses conceitos se referem a faces distintas de um mesmo processo, a dois aspectos de um mesmo fenômeno:

[...] a linha de povoamento avança antes da linha de efetiva ocupação econômica do território. Quando os geógrafos estão falando de frentes pioneiras, estão falando dessa fronteira econômica. Quando os antropólogos falam de frente de expansão, estão geralmente falando das fronteiras demográficas. [...] Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da fronteira econômica está a frente pioneira [...].

Apesar dos conceitos serem mais do que simples palavras, constituindo-se em mecanismos de abstração que permitem ao pesquisador ver coisas que sob o senso comum manter-se-iam imperceptíveis, eles não estão imunes à influência do sentido literal das palavras assim convertidas. Nesse sentido, muito embora a palavra fronteira traga intrínsecas as noções de diferença e limite, ela também demanda um complemento, que seja a especificação do aspecto definidor dessa diferença. Não nos parece muito plausível, portanto, sua utilização sem esse complemento, como o faz Martins (2009).

Essa linha define, de fato, o limiar entre as áreas inseridas e não inseridas na lógica do capital (ressaltando que estar inserida na lógica do capital não significa de maneira alguma apresentar relações de produção típicas desse sistema, mas sim que o produto do trabalho seja utilizado como capital). Como no caso do território brasileiro essa inserção se dá a partir do processo de colonização, que em termos temporais ocorre de forma bastante desigual em suas diversas partes, nos parece bastante adequado nos referirmos a esse espaço específico como *fronteiras coloniais*, dentro das quais é possível distinguir dois espaços distintos: um plenamente integrado a lógica econômica colonial (as fronteiras econômicas ou frentes pioneiras) e outra que, muito embora seja também um produto da colonização, se caracteriza por uma situação sócio-político-econômica em geral distinta daquela, sendo frequentemente também uma

fronteira étnica, inscrevendo-se nos limites de territórios indígenas (as frentes de expansão).

Nesse sentido, é possível situar a abordagem de diversos autores que discorreram sobre a formação territorial das diversas partes do Espírito Santo dentro do espaço das fronteiras coloniais. A maioria destes, sem dúvidas, se limitou a discorrer sobre as fronteiras econômicas (ou as “frentes pioneiras”), ignorando tudo o que está além dela; seria o caso, por exemplo, de Borgo et ali (1996), Campos Júnior (2004), Pontes (2007) e Bittencourt (1987-a e 1987-b). Alguns outros, poucos, chegaram a dedicar atenção à realidade das frentes de expansão, como são os casos de Almada (1981 e 1993) e Saletto (1996-a e 1996-b), por exemplo. Mas foram menos ainda aqueles que de fato tentaram enxergar o que estava além das frentes de expansão, como Moreira (2001, 2002-a, 2002-b e 2005) e Marinato (2007), buscando entender o “outro lado” destas.

As limitações mais agudas desse primeiro grupo de autores, que são maioria entre aqueles que abordaram a formação territorial do Espírito Santo, decorrem de um pressuposto característico da mentalidade colonial denominado por Moreira (2001) de “ideologia dos vazios demográficos”, que se manifesta em uma narrativa que parte do pressuposto de que não existe um outro lado das fronteiras coloniais, de que os territórios por onde avançam as frentes pioneiras são despovoados, vazios, o que, segundo a autora, nada mais é que um artifício para se omitir a extrema violência decorrente do processo de colonização.

A limitação do segundo grupos de autores, por sua vez, parece ser decorrente da forte tendência existente na narrativa colonial, apontada por Memi (1979), em se generalizar as sociedades colonizadas e esvaziar suas ações de racionalidade. Ela é muito perceptível em uma narrativa que reconhece a existência dos indígenas além das fronteiras demográficas, mas que não busca nela possíveis fatores que contribuam no entendimento do avanço ou

recrudescimento das mesmas, tratando-os como um grupo totalmente homogêneo – como um “índio genérico”.

Dispõe-se de antemão, portanto, de poucos trabalhos com uma abordagem mais completa sobre as fronteiras coloniais do Espírito Santo. É preciso, então, ler a “história” dos colonizadores nas entrelinhas em busca de dados que nos ajudem a compreender esse processo de expansão das fronteiras coloniais no espaço do atual território capixaba em sua totalidade, de forma que se possa ao menos almejar superar o discurso colonialista e etnocêntrico que caracteriza a história do Espírito Santo e faz dela a história dos colonizadores no Espírito Santo e não de seu território como um todo, já que o outro lado da relação dicotômica que é a colonização normalmente passa despercebido ou omitido pela historiografia, tornando invisíveis, no caso do território brasileiro, os grupos indígenas, quilombos e posseiros que viviam além das fronteiras econômicas.

1.2. Metodologia

O primeiro passo desse trabalho consistiu em buscar, além das referências teóricas, o máximo de fontes secundárias possíveis que direta ou indiretamente abordassem aspectos da historiografia capixaba relevantes para a compreensão das dinâmicas de seu espaço agrário, sobretudo para o período entre fins do século XIX e início do século XX, que foi determinante na formação da estrutura fundiária da maior parte do Espírito Santo (sobretudo seu Centro-Sul) e no qual a disponibilidade de dados censitários é mais precária.

Já para períodos históricos mais recentes, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, que é de fato o foco da pesquisa, a maior disponibilidade de dados censitários e outras informações estatísticas, bem como a possibilidade de utilização da história oral como fonte, tornaram menos relevante o papel das fontes secundárias. Além dos dados dos censos do IBGE, utilizamos como fontes

primárias documentos do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES para análise dos fluxos migratórios pioneiros rumo à nossa região de interesse e alguns processos de desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária efetuados pelo INCRA dentro da área do recorte espacial enfocado nessa pesquisa, visando em particular à cadeia dominial desses imóveis, de forma a recompor sua gênese.

Mas em que pese a utilização desses dados, nossas principais fontes primárias foram, sem dúvida, as diversas entrevistas feitas com pessoas que têm vivência na área de nosso interesse, com o objetivo de resgatar as muitas informações relevantes que estão registradas apenas nas memórias dessas pessoas. E dentre esses, primou-se por ouvir aqueles que, de certa forma, encontram-se na condição de “oprimidos” históricos, tendo em vista que, como bem ressalta Memmi (1977), a historiografia é em grande medida produzida sob o olhar dos “vencedores”, tendendo a excluir os “vencidos”.

Essa técnica - a história oral - é definida por Freitas (2002) como *“um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana”*, e que tem como grande diferencial em relação aos documentos oficiais o fato de por meio dela a história ser reconstituída pelos próprios agentes históricos, sendo muito eficaz para a reconstrução do que a autora denomina de a “história do presente”, em contraposição ao que seria o foco tradicional da historiografia - a “história do passado”. E essa talvez seja ela uma das poucas fontes que permite dar visibilidade àqueles que foram excluídos pelo discurso colonial que tradicionalmente permeia a historiografia e registrar, assim, a história desses entes até então “sem história”¹⁰.

¹⁰ Segundo Freitas (2006), a forte resistência a essa técnica que tem permeado o meio acadêmico brasileiro é decorrente da proeminência do positivismo no mesmo, fruto da influência francesa na formação e desenvolvimento dos cursos acadêmicos da área das humanidades, contrastando com a realidade dos países de língua inglesa, por exemplo, onde essa técnica é melhor aceita e bastante utilizada há bem mais tempo.

Mas como bem ressalta a autora, não se trata de simplesmente inverter a hierarquia da confiabilidade entre as fontes, dando à história oral a mesma primazia que o positivismo nos condicionou a dar às fontes oficiais, mas sim em tentar sempre fazer uso de múltiplas fontes (FREITAS, 2002, p.44 e p.48), partindo sempre do pressuposto de que todo documento é questionável e contém algum grau de parcialidade, seja ele oficial, escrito, ou simplesmente uma fala gravada ou transcrita.

O que se buscou por meio das entrevistas foi primordialmente verificar se estas ratificavam ou não as informações disponíveis nas fontes secundárias e estatísticas oficiais, e, em caso positivo, obter exemplos de como essa realidade descrita nessas fontes se materializavam no cotidiano daqueles que viveram essa “história do presente”. Não obstante, várias informações obtidas por esse meio não constavam nas fontes secundárias às quais recorreremos e/ou não eram facilmente perceptíveis nos dados censitários, e tiveram, portanto, proeminência na formulação das interpretações que constam nessa pesquisa, sobretudo no que tange ao conteúdo dos Capítulos 4 e 5.

Convém expor também que essa pesquisa não se restringiu apenas às fontes secundárias e às fontes primárias “formais”, como registros públicos e as entrevistas transcritas nos anexos. Grande parte da reflexão sobre essa temática foi feita em paralelo a muitas viagens trabalho por diversas partes do meio rural capixaba efetuados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, sendo a maior parte delas no norte e noroeste do Espírito Santo, nos municípios onde se concentram os Assentamentos de Reforma Agrária e nos quais era dada maior ênfase pelo Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, executado pelo INCRA, no qual o autor atuou no período 2008-2010.

Essa experiência profissional permitiu manter uma relação mais concreta com a área de recorte espacial e a temática desse trabalho, o que funcionou como um subsídio de fundamental importância para as reflexões e constatações sobre

as quais aqui discorreremos, que foram feitas concomitantemente às leituras das fontes secundárias e se mostraram tão importantes quanto estas na determinação dos direcionamentos dessa pesquisa, mas que dificilmente poderiam ser de alguma maneira “formalizadas” e registradas aqui. Foi entre muitos olhares sobre a paisagem, muitas e muitas conversas com moradores (desde antigos habitantes do local a assentados dos projetos de assentamentos), autoridades municipais, líderes sindicais, etc..., que surgiram as primeiras pistas de muitas ideias e conclusões que serão aqui expostas.

Desta forma, no Capítulo 2, a seguir, abordaremos o contexto entre fins do século XIX e início do século XX durante o qual se verificou o avanço das fronteiras coloniais por praticamente todo o centro-sul e mesmo partes do norte do Espírito Santo, sendo as terras apropriadas primordialmente sob a forma de pequenas propriedades, buscando entender de que forma essa estrutura vigente contribuiu para tal fenômeno, responsável pela relativa fragmentação da propriedade da terra verificada ainda hoje território capixaba se comprado com o quadro geral do Brasil.

No Capítulo 3, discorreremos sobre os fatores que contribuíram para que as terras de nossa área de interesse, o extremo norte do Espírito Santo, somente tenham sido colonizadas e apropriadas (com exceção das áreas litorâneas) a partir de meados do século XX, ficando praticamente alheias a essa estrutura político-econômico-social descrita no Capítulo 1.

No capítulo 4, buscaremos uma melhor compreensão dos vetores proeminentes no processo de apropriação das terras no extremo norte do Espírito Santo, que somente vai ser colonizado nesse novo momento histórico, a partir de meados do século XX, apresentando significativas mudanças estruturais em relação ao período entre fins do século XIX e início do século XX, gradativamente pondo fim às condições outrora favoráveis a disseminação de pequenas propriedades, fazendo com que a estrutura fundiária que se configurou a princípio

nessa região já se mostrasse bem mais concentrada do que na maior parte do Espírito Santo.

E por fim, o Capítulo 5 faz uma análise dos vetores que atuaram na reconfiguração do espaço agrário capixaba ao longo da segunda metade do século XX e de seus reflexos sobre o extremo norte capixaba, que viria se consolidar como uma área de predomínio da pecuária extensiva e de intensa concentração da propriedade da terra, gerando, por consequência, um crescente esvaziamento demográfico em sua zona rural.

CAPÍTULO 2 – O CONTEXTO DE DISSEMINAÇÃO DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS NO TERRITÓRIO CAPIXABA (1850-1930)

O ano de 1850 marca o início de um processo de transição do trabalho escravo para o trabalho “livre” no Brasil. Por lei editada nesse mesmo ano, em função da pressão inglesa, fora proibido o tráfico de escravos para o país. Em virtude dessa impossibilidade de se importar trabalhadores cativos, teve início no território brasileiro - como pode ser constatado nos trabalhos de Cardoso de Mello (1985) e Almada (1981) - uma transferência interna de escravos das regiões de economia menos dinâmica para aquelas mais dinâmicas, que nesse período eram notadamente as áreas cafeeiras. Paralelamente, suscitou discussões entre os grandes proprietários de terras sobre alternativas para suprir a demanda de mão-de-obra nos latifúndios, as quais resultaram na implantação dos primeiros projetos de incentivo a imigração estrangeira rumo ao Brasil.

Como já mencionado anteriormente, a transição da escravidão ao trabalho livre não significava necessariamente o fim das possibilidades de acumulação dos latifundiários. Possibilitaria, pelo contrário, até sua ampliação sob menores riscos, desde que esses homens “livres” (tanto os libertos da condição de cativo quanto os Europeus que chegavam ao território brasileiro) não tivessem acesso a terra, o que foi providenciado pelo Império o por meio da Lei de Terras de 1850, a qual tenderia a gradualmente transferir a reserva de valor dos escravos para a propriedade fundiária, assegurando a posição privilegiada das oligarquias rurais. Nesse contexto, a mão-de-obra nas grandes propriedades foi garantida por meio de uma nova gama de relações entre os latifundiários e os camponeses que guardaram em comum o fato de aqueles permitirem a estes se estabelecerem e fazerem uso de uma pequena gleba de suas terras em troca de sua força de trabalho - quando necessária - e subserviência, tendo em vista a proibição desses trabalhadores poderem se estabelecer em terras devolutas estabelecida pela referida legislação.

O que torna singular a realidade do Espírito Santo, entretanto, são os indícios de que nesse contexto de transição grande parte do poder político da província não estava de fato nas mãos da oligarquia rural, de forma semelhante ao que R.Moreira (1990) menciona sobre outras partes do Brasil, mas sim sob influência uma emergente burguesia mercantil (M.SILVA, 1995)¹¹, o que foi determinante sobre as políticas de acesso a propriedade da terra, já que a essa burguesia mercantil capixaba a disseminação de pequenas propriedades rurais era algo interessante, em contrapartida aos interesses dos grandes proprietários de terras, aos quais interessava o cumprimento da Lei de Terras, impossibilitando os imigrantes de se apropriarem de terras consideradas devolutas e terem, portanto, que se sujeitar ao trabalho nas fazendas, substituindo os escravos enquanto mão-de-obra das plantations.

Comparando estatísticas de Saletto (1996-a, p.209) sobre a relação entre o total de imigrantes recebidos pelo Espírito Santo e a quantidade destes que havia se tornado proprietário de terra com estatística semelhante obtida por Martins (1990) sobre a província de São Paulo, fica evidente a disparidade no que tange ao acesso a propriedade da terra entre os imigrantes estrangeiros que se dirigiram ao Espírito Santo e aqueles que formaram o colonato paulista, por exemplo. Com base no trabalho deste último autor mencionado, percebe-se que em São Paulo houve de fato esforço das autoridades para fazer valer a Lei de Terras e assim privar o trabalhador do acesso à sua propriedade e, conseqüentemente, à autonomia que eles tanto almejavam, obrigando-os a se subordinarem aos grandes fazendeiros.

Esse autor faz referência a dados dos trabalhos de Warren Dean (MARTINS, 1990, p.91) os quais demonstram que, em média, os imigrantes paulistas precisavam de cerca de 12 anos de trabalho sob regime de colonato para acumularem os recursos necessários à compra de uma propriedade rural e que, entre os anos de 1904 e 1905 apenas 1 em cada 143 imigrantes havia se

¹¹ Ver capítulo 1 – “Interesses constituídos e padrões de articulação – Primeira República”

tornado proprietário. No Espírito Santo, entretanto, Saletto (1996-a) conclui que na década de 1920 cerca de 1 em cada 4,4 estrangeiros havia se tornado proprietário de terras. Se considerarmos que estamos falando de um momento histórico no qual eram altas as taxas de natalidade e que, em decorrência disso, as famílias eram grandes, essas estatísticas sugerem que muitas famílias tinham até mais que uma propriedade. E embora as estatísticas de Martins sejam de 1905 e as de Saletto (1996-a) de 1920, com todas as distorções que essa diferença poderia causar, o contraste é ainda assim evidente.

O que teria ocorrido no território capixaba, então? Para se responder a esse questionamento parece ser imprescindível aprofundar a análise do contexto regional em que ocorreram essas transformações nas relações sociais de produção com a crise e posterior abolição da escravidão, já que conforme bem atenta R. Moreira (1990, p.43), o momento em que ocorre essa transição da escravidão para o trabalho “livre”, após a Proclamação da República, é marcado por uma significativa descentralização do poder político da União para as províncias, com transferência de grande parte do poder decisório para as oligarquias regionais, incluindo as políticas que dizem respeito à propriedade da terra, peça fundamental nos desdobramentos dessa transição.

2.1. A transição da escravidão para o trabalho livre no contexto histórico capixaba

Dentro do atual território do Espírito Santo, em meados do século XIX, os indígenas que haviam se misturado aos colonizadores por intermédio da ação dos missionários – os quais pertenciam ao grupo Puris, no sul de seu território e Tupinikin, na porção central de seu litoral - e que outrora compunham a maior

parte da população nas áreas colonizadas do Espírito Santo¹² (que, vale mencionar, se restringiam a uma estreita e descontínua faixa costeira) já haviam em sua maioria sido expulsos de suas terras, com exceção de algumas poucas localidades entre a barra do Rio Doce e o norte do atual município de Serra, onde viviam – e ainda vivem - alguns grupos tupinikins. Suas terras lhes iam sendo usurpadas desde o fim das atividades missionárias, em meados do século XVIII, em função do desrespeito aos títulos sobre as mesmas que haviam sido concedidos aos indígenas (V.MOREIRA, 2002-b).

A intensidade desse processo se amplia significativamente a partir da expansão da cafeicultura nas primeiras décadas do século XIX, atividade cujo desenvolvimento acarretou fortes transformações ao território capixaba, sobretudo em sua porção sul, nas proximidades com a Zona da Mata Mineira e o norte do Rio de Janeiro, onde ocorreu expressiva expansão da colonização por meio da disseminação de latifúndios cafeicultores, fato considerado por Martins (1990) como decorrente da expansão da produção cafeeira do Vale do Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, epicentro dessa atividade econômica no Brasil. Essa porção do Espírito Santo, polarizada por Cachoeiro de Itapemirim, tornou-se então o eixo econômico da província e a região de maior concentração populacional, desbancando a própria capital e seus arredores (ALMADA, 1981).

Apesar desse avanço da colonização e da expropriação das terras dos indígenas integrados por meio da ação missionária, a maior parte do atual território capixaba ainda preservava suas matas nativas e um significativo contingente populacional dos indígenas “selvagens” que ali viviam – os Krenak, no Vale do Rio Doce¹³, e os Pojichá, no Alto São Mateus, os quais somente vão ser

¹² Para se ter uma ideia, segundo Bittencourt (1987, p.34), enquanto a população estimada de europeus e seus descendentes na faixa colonizada do território capixaba no século XVII era de cerca de 500 indivíduos, a de indígenas integrados por meio das missões era de cerca de onze mil pessoas.

¹³ Apesar de muitos subgrupos Krenak terem se misturado aos colonizadores por intermédio dos quartéis e aldeamentos em Linhares, no Baixo Rio Doce, como discorre Marinato (2008), os demais Krenak se mantinham resistentes em seu território, que se estendia por praticamente toda a porção restante desse vale entre o Leste de Minas Gerais e o Espírito Santo.

aldeados no alvorecer do século XX (MISSAGIA DE MATTOS, 2003 E PALAZZOLO, 1973), e mesmo parte dos Puris, que ainda habitavam partes da porção central-serrana do Espírito Santo situadas além das fronteiras de colonização expandidas pela crescimento da cafeicultura.

Por isso, para fomentar a colonização dessas terras ainda não colonizadas, territórios de grupos indígenas, tendo em vista que a expansão dos latifúndios cafeicultores praticamente limitava-se ao sul da província, a administração do Império e, posteriormente, da própria Província, vão iniciar os projetos de colonização estrangeira ainda em meio à escravidão. Posteriormente, a partir de fins do século XIX, sobretudo a partir da abolição da escravidão, essa grande extensão de terras “livres” também vai atrair ao Espírito Santo uma quantidade cada vez maior de imigrantes nacionais oriundos dos Estados limítrofes do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e (em menor escala) do Nordeste brasileiro.

2.2. A imigração estrangeira

Szmrecsányi (1990, p.39) distingue dois tipos de correntes migratórias estrangeiras rumo ao território brasileiro na segunda metade do século XIX: uma que era promovida com o intuito de substituir a mão-de-obra escrava nos latifúndios, como foi o caso clássico do colonato paulista; e outra que tinha o intuito de fomentar a colonização em áreas onde ela era ainda muito remota, como na atual Região Sul do Brasil.

As correntes recebidas pelo Espírito Santo também se encaixam nesse segundo grupo. Seu território estava em grande parte inserido no que alguns autores têm chamado de Zona Tampão (MARINATO, 2007) – uma grande extensão de terras ainda com matas, praticamente desconhecidas aos colonizadores, e ainda habitadas por diversos grupos indígenas, que se estendiam pelo Leste de Minas Gerais, praticamente todo o interior da capitania do Espírito

Santo e sul da Bahia, e em cujo perímetro a Cora portuguesa havia proibido, no século XVIII, a abertura de estradas e a fundação de vilas como estratégia para tentar minimizar o contrabando de metal precioso proveniente da região das minas.

Os primórdios do processo de colonização estrangeira no Espírito Santo remontam a 1813, no atual município de Viana, onde foram instaladas algumas famílias de açorianos, e, depois de um hiato de mais de três décadas, à fundação das colônias de Santa Isabel, na bacia do rio Jucu, de Santa Leopoldina, na bacia do Rio Santa Maria da Vitória, e de Rio Novo, no vale do Itapemirim, todas entre as décadas de 1840 e 1850 (BITTENCOURT, 1981). A partir desses núcleos pioneiros, muitos outros surgiram no atual território capixaba, sobretudo nas áreas mais interioranas, nas quais a colonização era nula ou muito esparsa. Em um primeiro momento, entre as décadas de 1850 e 1860, o fluxo migratório era predominantemente composto por germânicos e suíços, mas a partir da década de 1870, este vai se restringir quase que somente a italianos - que viriam a se tornar a corrente migratória mais significativa (em termos quantitativos).

Segundo Almada (1981, p. 133), até a abolição da escravidão os fazendeiros capixabas, inclusos os da região cafeeira do sul, eram indiferentes, à entrada desses imigrantes. A maioria não se interessava em utilizá-los enquanto mão-de-obra nem se incomodava que estes recebessem terras, visto, entre outras coisas, as péssimas condições (do ponto de vista geográfico sob a ótica da época), em que se situavam as colônias (BITTENCOURT, 1981, p. 39 e 47). As palavras de Menezes Prado, presidente da província em 1876, sobre a colônia de Santa Leopoldina, deixam isso bem claro:

[...] seu solo extremamente acidentado, além de dificultar a construção de estradas regulares é, em geral, pouco fértil, de forma que a agricultura não tem podido atingir aquele grau de prosperidade que era de se esperar [...] Não passa ali um só [rio] que preste-se à franca navegação. O Rio Santa Maria é navegável apenas por canoas e duvida-se ainda que possa sê-lo por vapores de pequeno calado. Apesar da pequena distância em que está a colônia desta

capital, os gêneros são ali vendidos por alto preço, pela dificuldade e carestia dos transportes[...] (Apud. ALMADA 1981, p.134)

Esse caso parece ser um típico exemplo do bordão da história que fala da “importância de não nascer importante”. Por serem terras alheias aos olhos dos governantes e dos grandes cafeicultores no século XIX, a estrutura fundiária que se formou nessas áreas de relevo acidentado do centro-sul do Espírito Santo ficou praticamente livre dos latifúndios.

Foi somente às vésperas da abolição e posteriormente a ela que tal assunto – o acesso a terra por parte dos trabalhadores “livres” - veio à tona entre a oligarquia cafeeira do Espírito Santo (ALMADA, 1981), cuja influência política mostrou-se, naquele momento, incapaz de reverter esse processo de disseminação de pequenas propriedades, como veremos a seguir.

Até a Proclamação da República, as autoridades da província tinham pouca autonomia para desenvolver esses projetos de incentivo à imigração, sendo amplamente dependentes do governo central, cuja atenção dispensada ao Espírito Santo era pequena. Desta forma, apesar de desde a década de 1870 a imigração estrangeira rumo ao Espírito Santo se intensificar (ver tabela 1), foi após a instauração do regime republicano (1889) que esse processo atingiu seu ápice. Graças à maior autonomia administrativa e aproveitando-se da conjuntura econômica favorável, os governantes (em especial Muniz Freire), põem em prática um programa de imigração sem precedentes na história capixaba (BITTENCOURT, 1981, p. 53).

Na segunda metade da década de 1890, entretanto, uma crise econômica que se abate sobre a administração do Espírito Santo, decorrente das quedas nas cotações internacionais do café, obriga as autoridades a porem fim a este projeto. A partir de então, praticamente cessa a entrada de estrangeiros no Espírito Santo, salvo algumas iniciativas individuais pouco significativas e sem envolvimento do estado.

Tabela 3 – Entrada de imigrantes estrangeiros no Espírito Santo – 1847 a 1901

Período	Número de imigrantes
1847 a 1872	3.019
1873 a 1890	19.940
1890 a 1896	20.002
1897 a 1901	233

Fonte: Saletto (1996-a). Dados organizados pelo autor.

Em termos gerais, esse processo de apropriação de terras com base na colonização estrangeira evoluiu muito lentamente desde a criação das primeiras colônias, e é somente nas últimas décadas do século XIX, com o aumento significativo da entrada de imigrantes, sobretudo italianos, que ele vai se intensificar e avançar, a partir destes núcleos pioneiros, rumo a praticamente toda a porção central e em algumas áreas do sul da província.

Ao norte também houve a fundação de núcleos coloniais e recepção de imigrantes estrangeiros, mas foi um processo de dimensões muito inferiores ao que ocorreu no centro sul e que se iniciou quase quatro décadas posteriormente à fundação dos primeiros núcleos coloniais nessa área. A maioria desses projetos de colonização na porção norte do Espírito Santo somente se efetiva entre fins da década de 1880 e início da década de 1890 (NARDOTO e OLIVEIRA, 1990, p.90), com a fundação dos núcleos de Santa Leocádia (em São Mateus), Nova Venécia (nas imediações do atual município de mesmo nome, à montante do Vale do Rio São Mateus) e o de Muniz Freire (em Linhares). Mas, no geral, as atuais áreas com predomínio de pequenas propriedades no norte do Estado são decorrentes antes da colonização por parte dos descendentes dos imigrantes que se estabeleceram no Centro-sul – processo que se intensifica a partir das décadas de 1920 e 1930 - que propriamente por uma expansão dos núcleos coloniais fundados nessa região.

2.3. A imigração nacional

As estatísticas sobre o território capixaba indicam claramente que, após 1890, o Espírito Santo apresenta grande crescimento populacional, o qual se mostra ainda mais intenso que o experimentado durante o apogeu da imigração estrangeira, entre a década de 1870 a meados da década de 1890.

Tabela 4 – Crescimento populacional do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – 1872 a 1940

Ano	Espírito Santo		Minas Gerais		Rio de Janeiro	
	População Total	Crescimento	População Total	Crescimento	População Total	Crescimento
1872	82.137	-	2.039.735	-	1.057.696	-
1890	135.997	65,57%	3.184.099	56,10%	1.399.535	32,32%
1900	209.783	54,26%	3.594.471	12,89%	1.737.478	24,15%
1910	335.051	59,71%	4.479.689	24,63%	2.132.687	22,75%
1920	447.806	33,65%	5.888.173	31,44%	2.699.566	26,58%
1940	750.107	67,51%	6.736.416	14,41%	3.611.998	33,80%

Fonte: IPEADATA (2009).

Visto que a imigração estrangeira praticamente cessa em 1896, o contínuo crescimento acelerado da população capixaba em comparação aos estados vizinhos evidencia, segundo Almada (1993), o grande fluxo de imigrantes nacionais que entram no território capixaba a partir de então. A grande disparidade entre o crescimento demográfico verificado no Espírito Santo em comparação com os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro reforça a hipótese levantada pela autora de que esse fluxo migratório seria oriundo, em sua maioria, dessas províncias vizinhas (ALMADA, 1993, p. 90 a 92), e que esses migrantes se

dirigiram ao território capixaba atraídos pela grande extensão de terras “livres” onde podiam se estabelecer.

O momento em que se acentua esse crescimento demográfico do Espírito Santo – as duas décadas posteriores à abolição – bem como o aumento do percentual de pessoas negras e mulatas na composição da população que ocorre concomitante a esse crescimento demográfico indica que boa parte desses imigrantes nacionais era possivelmente constituída por descendentes de escravos e/ou libertos (ALMADA, 1993, p. 23), o que leva a supor que esse fenômeno provavelmente está ligado à abolição da escravidão, que deixou centenas de milhares de negros e mulatos “livres”, porém sem fonte de sobrevivência – abandonados à própria sorte, como diz Szmrecsányi (1990, p.38) - nas províncias vizinhas do Rio de Janeiro e Minas Gerais, que apresentavam contingente populacional e também de escravos exponencialmente maior que o verificado no Espírito Santo.

Ainda que lhes fosse oferecida alguma oportunidade de permanecer nas fazendas onde trabalhavam, é pouco provável que eles o fizessem. Segundo Max Leclerc (apud Martins [1990, p.60]), *“A escravidão (...) desonrou o trabalho, enobreceu a ociosidade (...). Para o negro, liberdade era (...) a liberdade de nada fazer (...)”*. Apesar dessa afirmação ter um profundo caráter colonial, sua essência ajuda a entender a posição da maioria dos negros em face aos seus antigos “proprietários”. *“Nada fazer”*, sob esse prisma colonial, significava não se submeter à lógica produtiva vigente, como ressalta Martins (1990, p.60):

Para o branco, tais avaliações tinham como parâmetro o negro escravizado, sem vontade, cujo querer era o querer do seu senhor. Quando o negro, libertado, fazia valer a sua liberdade, era acoimado de vagabundo, porque, para o branco, querer de negro era querer de sujeição, embora para o negro fosse a afirmação e consciência de liberdade

Nessas circunstâncias, ninguém mais que um ex-escravo estaria disposto a migrar para além das fronteiras coloniais até então existentes em busca de um tão

sonhado pedaço de terras que lhe proviesse uma existência sem sujeição a terceiros. Considerando que as províncias vizinhas tinham um contingente muito amplo de ex-escravos e estavam muito próximas de áreas ainda livres, não-colonizadas, da Zona Tampão (a qual, vale lembrar, abrangia praticamente todo o interior do Espírito Santo, com exceção talvez apenas dos Vales do Itapemirim e do Itabapoana, já colonizada em função da expansão da cafeicultura), não é difícil supor que grande parte desses ex-cativos tenha preferido migrar para lá e tornar-se um posseiro independente do que continuar a trabalhar nas fazendas, caso essa possibilidade existisse.

Apesar de não se dispor de dados demográficos mais profundos sobre a população do território do Espírito Santo nesse momento histórico (como taxas de natalidade e mortalidade, por exemplo), as quais seriam muito úteis para ratificar essa hipótese, essa teoria encontra respaldo, por exemplo, na trajetória de algumas comunidades remanescentes de quilombos no território capixaba.

Um desses casos que ilustram essa hipótese é o da comunidade quilombola de São Pedro, em Ibiraçu, resgatada por meio da história oral no Relatório de Identificação e Delimitação de seu território (INCRA, 2006-a). O documento conclui, com base nos depoimentos dos próprios membros da comunidade, que a maioria dos antepassados desses camponeses negros era composta de ex-escravos oriundos de Minas Gerais que migraram para o Espírito Santo nas primeiras décadas após a escravidão, justamente com o intuito de “trabalhar para si mesmos”, ou seja, ter sua própria terra e não depender da sujeição ao trabalho em propriedade rural de terceiros, que era praticamente a única possibilidade de sobreviverem em suas regiões de origem, nas quais o processo de apropriação de terras já estava avançado e, em consequência, escasseavam as terras “livres”, devolutas.

Esse grande fluxo de imigrantes de outros estados, que ao que tudo indica era em grande parte composta por libertos e descendentes de escravos, será

peça fundamental na expansão da colonização no Espírito Santo, promovendo o gradativo avanço das frentes de expansão. Conforme ressalta Almada (1993, p.25), esses migrantes marcaram presença em praticamente todas as frentes de expansão das fronteiras agrícolas do Espírito Santo, apesar desse fato normalmente passar despercebido na historiografia capixaba.

O fato é que os estrangeiros e seus descendentes tinham muito mais facilidade de acesso a terra, legalmente. Saletto (1996-a, p.209), baseada nos dados da Secretaria de Agricultura do Espírito Santo, conclui que em 1920, enquanto um em cada 4,4 estrangeiros era proprietário rural, entre os brasileiros esta relação era de um para cada 27. Considerando ainda que nesses dados da autora os descendentes de imigrantes estão incluídos na categoria brasileiros, percebe-se que no processo de expansão das fronteiras agrícolas capixabas, a exclusão daqueles que não descendiam de imigrantes estrangeiros era ainda maior do que o evidenciado nessas estatísticas.

Veremos no item a seguir como se desenvolveu o processo seletivo e excludente de acesso a terra nesse contexto da história capixaba.

2.4. As formas de acesso à propriedade da terra

Em meio a esse intenso processo de migração rumo ao território do Espírito Santo entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a apropriação das terras em pequenas propriedades ocorreu basicamente de três maneiras: a doação/concessão de lotes nos núcleos coloniais fundados pelo governo da província ou do próprio Império (sempre na forma de pequenas propriedades, cuja extensão geralmente oscilava entre 25 a 50 hectares e geralmente eram destinadas especificamente aos imigrantes estrangeiros); pela regularização de posses, que foi o processo predominante (SALETTTO, 1996-a, p.161); e também pela venda de lotes em projetos particulares de colonização.

Os projetos de colonização desenvolvidos pelo poder público foram significativos apenas até meados da década de 1890, e praticamente inexistentes posteriormente a esse momento, que marca o início de uma crise na economia da província em decorrência da queda nas cotações do café, principal produto de exportação e do qual a arrecadação provincial era amplamente dependente. A partir de então, os projetos de colonização foram predominantemente particulares. Sob alegação de que o governo estadual não dispunha de recursos para levar tais projetos por conta própria, as autoridades comumente cediam áreas a particulares com essa finalidade. Esses supostos empreendedores deveriam providenciar a infra-estrutura necessária à instalação de novos colonos (vias de acesso, demarcação, etc...), e seus gastos seriam devidamente compensados com a venda dos lotes (V.MOREIRA, 2005, p.235).

O real interesse de particulares nesses projetos, entretanto, não advinha somente da venda dos lotes propriamente dita, já que o mercado de propriedades rurais era ainda incipiente no Espírito Santo. Muitas dessas firmas e pessoas que empreenderam projetos de colonização eram também comerciantes de café, que se tornaram uma classe social muito influente na política e economia capixaba da época (entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX). Para eles, o beneficiamento e comercialização da produção do colono - que eles praticamente monopolizavam devido à falta de capital dos pequenos produtores para fazê-lo por conta própria - era o verdadeiro lucro. Por isso, geralmente vendiam lotes a preços módicos e parcelados, aceitando inclusive parte da produção como pagamento. Todavia, não faltaram casos de fraudes, fosse por parte de pessoas que recebiam terras supostamente para realizar esse empreendimento e ao invés disso as registravam como particulares, ou casos em que as terras vendidas aos colonos fossem griladas¹⁴ (V.MOREIRA, 2005, p. 236).

¹⁴ Terras obtidas por meio da falsificação de documentos e/ou títulos de propriedade.

Mas a maneira predominante de apropriação das terras foi mesmo o que V.Moreira (2005, p.227) definiu como “*colonização esparsa*”, independente ou espontânea, ou seja, o “*processo de ocupação territorial efetivado por pequenos lavradores que, posteriormente, solicitavam ao Estado a compra das áreas invadidas*”. Muito embora essa prática, com base no estabelecido pela Lei de Terras de 1850, fosse teoricamente ilegal, ela era generalizada, e o Estado não dava conta de fiscalizar e atuar de forma efetiva nesse processo. Na verdade, as diversas leis que regiam a propriedade de terras no Espírito Santo sempre criaram brechas para essa regularização de terrenos ocupados. Não apenas por complacência com parte dos pequenos produtores rurais, mas para evitar embates com as oligarquias rurais, que comumente não tinham títulos legítimos de propriedade, e também, possivelmente, por que a disseminação das pequenas propriedades rurais estava se mostrando lucrativa ao capital comercial.

Sendo a regularização de posses o processo predominante de apropriação das terras, dificilmente uma família de agricultores conseguiria obter propriedades de grandes extensões por esse meio, já que um princípio fundamental para obterem a propriedade das terras nessas circunstâncias era comprovar a efetiva utilização da área em questão¹⁵. Assim, como a maioria dos agricultores não tinha outra fonte de mão-de-obra além da própria família (o que se deve antes à falta de recursos que a quaisquer convicções contrárias à escravidão), a área que eles realmente utilizavam e que poderia ser requerida seria geralmente pequena. Nesse sentido também contribuíram as limitações, em extensão, impostas pela legislação para a concessão de propriedade das terras por essa modalidade (até 1929, a área máxima prevista em lei era de 60 hectares¹⁶).

Esse predomínio da pequena propriedade rural no processo de apropriação das terras pode nos levar a imaginar que havia uma certa “democracia” no

¹⁵ A Lei nº637, de 1909, estabeleceu que a área requerida para regularização, desde que dentro dos prazos estabelecidos, poderia ser de até o dobro da área ocupada pelas benfeitorias do respectivo posseiros (Apud, Almada[1993, p.109]).

¹⁶ Lei 1.148, de 1917

mesmo. Todavia, com base na legislação e na atuação das autoridades da época se percebe que ele era bastante excludente e seletivo¹⁷, fatos esses normalmente escondidos na historiografia capixaba pelo uso de eufemismo que ocultam a violência e segregação dessa expansão da colonização. É muito comum, por exemplo, que a historiografia atribua o povoamento de uma determinada área à expansão das práticas agrícolas de caráter comercial (principalmente cafeicultura) decorrente da expansão da colonização baseada nos imigrantes estrangeiros e seus descendentes, ignorando a presença pretérita de elementos humanos nas mais diversas partes do território capixaba. Pode-se afirmar que essa historiografia é escrita sob forte influência da ideologia dos vazios demográficos de que fala V.Moreira (2001), e narra apenas o desenrolar das fronteiras econômicas, ignorando a realidade das frentes de expansão e além das fronteiras coloniais.

Não é preciso, entretanto, grandes referenciais teóricos para se perceber a inconsistência dessa narrativa. Basta a seguinte reflexão: se só naquele momento determinada área fora "ocupada" ou "povoada" como se refere essa literatura, pressupõe-se que anteriormente estava "vazia", desocupada, sem "povo". E isso não é um fato. Afinal, vazia em que sentido? Não havia por todo o atual território do Espírito Santo uma extensa floresta tropical, o bioma mais rico em biodiversidade de todo globo? Desocupada por quem? Por seres humanos? Mas e quanto aos indígenas e posseiros (em sua maioria negros e mulatos) que ali viviam antes da chegada dos imigrantes estrangeiros?

Sobre os indígenas, por exemplo, é interessante observar que nas estatísticas de Marques (1978) sobre as vilas do Espírito Santo na década de 1870, a presença dos seus descendentes (caboclos) na composição da população da maioria dos povoados é muito pequena, mesmo naquelas que se originaram a partir de missões jesuítas e/ou aldeamentos capuchinos, como foram os casos de Reritiba e Guarapari, outrora tidas como as missões mais populosas, e no próprio

¹⁷ Isso é pacífico entre diversos autores que discorreram sobre o tema aos quais recorreremos para esse estudo, como Saletto (1996-a e 1996-b), Moreira (2002) e Almada (1993).

Aldeamento Affonsino, fundado em meados desse mesmo século para estabelecimento dos Puris.

Tendo as missões sido o principal vetor da colonização no território capixaba até meados do século XVIII (quando são expulsos do Brasil), o que teria acontecido com os milhares de indígenas catequizados e com as terras por eles cultivadas, que provavelmente representavam a maior parte da área agropecuária do território do Espírito Santo até então?

V. Moreira (2002-b) fornece esse indicativo:

Depois da expulsão dos jesuítas em 1759-60 (...), os índios da capitania, que eram sobretudo de origem Tupiniquim e Temiminó, receberam sesmarias (o caso dos índios da Missão de Reritiba) ou tiveram suas sesmarias confirmadas (o caso dos índios da Missão dos Reis Magos). Do ponto de vista legal, tais índios tornaram - se, por direito, possuidores de sesmarias. Já os Puris e Botocudos, incorporados à sociedade local, sobretudo a partir de 1800, foram reunidos em aldeamentos e agraciados com as terras das aldeias. Os índios das tribos independentes estavam em situação relativamente nebulosa. Poderiam ser considerados como os primeiros ocupantes da terra e, portanto, portadores de direito primário e originário sobre ela. No mínimo e na pior das hipóteses, as tribos independentes tinham por direito pelo menos as terras dos aldeamentos que deveriam ser fundados para eles.

Do ponto de vista real, no entanto, embora os índios pudessem encontrar na legislação fundamentos para garantir seus direitos sobre os territórios que ocupavam, a tendência geral foi o contínuo avanço sobre seus territórios e, por fim, a expulsão. Pouco mais de cinquenta anos depois da saída dos padres jesuítas, as terras das sesmarias indígenas do Espírito Santo eram alvo de invasões e expropriações, inclusive com o aval dos administradores locais (Ibid., p. 156 e 157)

A gradativa inserção da província do Espírito Santo na produção de café – que se tornaria o principal produto de exportação do império e também da província - a partir das primeiras décadas do século XIX acelerou esse processo de invasão e usurpação das terras indígenas nas áreas das antigas missões. Uma das evidências desse fato é que, conforme as estatísticas do censo de 1872 (apud Marques [1978]), a expulsão dos indígenas parece ter sido mais intensa nas vilas e cidades mais próximas às principais áreas produtoras desse gênero, no sul da província, entre os Vales do Itapemirim e Itabapoana.

Segundo Moreira (2002-b), a partir da Independência, com o Fim do Regime de Sesmarias, a ausência de leis específicas que regulamentassem a propriedade da terra (o que só viria a ser sanado em 1850, com a Lei de Terras) contribuiu significativamente para iniciar um processo de apropriação de terras que daria origem a muitos dos latifundiários que se tornariam a oligarquia rural brasileira. O caso do Espírito Santo não deve ter sido diferente, principalmente porque esse período de ausência de legislação mencionado pela autora coincide exatamente com o início da expansão da cafeicultura no território da província, que é muito mais intensa nas áreas limítrofes (e seus arredores) à Zona da Mata Mineira e ao norte do Rio de Janeiro, de onde ela se expandiu sob os moldes da plantation escravista rumo ao sul capixaba.

Em 1850, com a Lei de Terras, passa a haver uma legislação válida para todo o Império, que supostamente disciplinaria o processo de apropriação de terras devolutas, que passavam a pertencer ao Estado. Essa lei, entretanto, não garantiu os direitos indígenas. A situação dos nativos indo-americanos que haviam se misturado à sociedade dos colonizadores tornou-se cada vez mais adversa à sua permanência nas terras que até então haviam cultivado:

Pudessem ou não ser consideradas devolutas as terras ocupadas pelos índios, o fato é que a Lei de Terras simplificou as relações dos índios com a terra de maneira radical. Desse modo, a lei apenas previa a possibilidade de reservar terras à “colonização indígena”, omitindo-se sobre o chamado direito originário e sobre as terras indígenas que possuíam títulos legítimos. Na nova lei, o conceito de “índigenas” também estava longe de ser claro, mas não restam dúvidas de que por “índigenas” se compreendiam aqueles indivíduos pertencentes às chamadas “hordas selvagens”, tal como posteriormente ficou esclarecido na sua regulamentação(...).

A Lei de Terras era omissa em relação à figura do “índio civilizado”, isto é, nada dizia, em particular, sobre os direitos de indivíduos ou comunidades integradas à ordem social dominante e que não poderiam ser, em hipótese alguma, ainda considerados como partes de tribos independentes (V.MOREIRA, 2002-b,p.161)

Conforme citado pela autora, as terras indígenas possuíam títulos legítimos de propriedade, e deveriam ter sido “revalidadas e legitimadas” por ocasião da implantação da Lei de Terras. Contudo, seus direitos legais não foram

respeitados. Na verdade, os índios integrados aos colonizadores foram praticamente desprezados na referida legislação. Foi somente por meio da Lei nº 1.114, de 27 de setembro de 1860, em seu Art.11, § 8, segundo V. Moreira (2002-b), que pela primeira vez houve alguma resolução formal sobre como proceder nos casos envolvendo terras indígenas. Todavia, não era algo favorável aos direitos dos nativos americanos e seus descendentes, já que:

o governo ficou autorizado a (...) aforar ou vender, na conformidade da lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, os terrenos pertencentes às antigas Missões e Aldeias dos índios, que estiverem abandonadas, cedendo todavia a parte que julgar suficiente para aculturados que neles ainda permanecerem, e os requererem” (V.MOREIRA, 2002-b,p. 164).

Os desdobramentos da criação desse dispositivo legal foram, como se pode imaginar, extremamente nocivos aos indígenas:

As arbitrariedades da lei de 1860 eram evidentes. Como poderia uma terra indígena estar abandonada e ter, ao mesmo tempo, índios vivendo nela? Pior ainda, com base em qual justificativa legal estava-se interditando aos descendentes dos índios que receberam sesmarias ou terras de aldeia o direito de legitimarem as posses herdadas? As decisões oficiais não enfrentaram e, menos ainda, não elucidaram tais questões, mas permitiram a desativação de grande número de aldeias, viabilizando a abertura das terras indígenas à venda e ao aforamento. Aos remanescentes indígenas restava somente a quantidade de terra que alguma autoridade local julgasse suficiente para eles. Mas tais índios tinham que ser identificados como “índios” para usufruírem o derradeiro direito de posse e propriedade. (V. MOREIRA, 2002-b,p.164-165)

Assim, segundo V. Moreira (2002-b, p.167) foram recorrentes os casos de indígenas que não foram considerados “índios de verdade” (os critérios para esse julgamento eram, ao que tudo indica, totalmente subjetivos, para não dizer arbitrários) e, portanto, tiveram seus direitos negados pelas autoridades. O desaparecimento do elemento indígena na composição da população das povoações oriundas das antigas missões evidencia que, de uma forma ou de outra, os indígenas misturados aos colonizadores, que eram os responsáveis pelo trabalho agrícola nas antigas missões, foram expulsos de suas terras com conivência e até apoio das autoridades. O que restava, portanto, aos

remanescentes indígenas era tornar-se um “civilizado” sem terras ou retornar às suas origens, à mata, a seu modo de vida anterior ao contato com os missionários.

Quanto aos posseiros que habitavam as frentes de expansão, entre os quais havia indígenas catequisados, ex-escravos, e seus respectivos descendentes, o destino não foi muito diferente, sendo comumente expulsos a medida em que as fronteiras econômicas avançavam e as terras nas quais eles viviam iam sendo cobiçadas. E essa usurpação não ocorria apenas por conta dos grandes fazendeiros, sendo também praticada pelos imigrantes estrangeiros que entraram no território capixaba a partir de meados do século XIX. Vejamos um trecho da obra de Wagemann (apud. SALLETO, 1996-a, p.201), que trata da colonização alemã na região Central-serrana do Espírito Santo, a fim de exemplificarmos isso:

Freqüentemente o colono [alemão] adquire, para se estabelecer, um terreno que já está ocupado por um nativo, naturalmente sem nenhum título jurídico. Este, para se tornar proprietário da terra, procede de modo muito simples. Escolhe um trato de terras que lhe parece melhor, finca aí algumas estacas para determinar os limites (com essa providência está certo de que será respeitado por todos os lados). Levanta um telheiro de palmas, onde fica morando no começo; derruba e, depois queima uma nesga de mata, onde passa a plantar tudo o que é possível: banana, café, tubérculos, feijão; cada coisa, evidentemente, na mais reduzida escala. Três a quatro meses depois quando a plantação está concluída, constrói com paus brutos, roliços, uma choça que cobre com palmas e, em alguns casos, com tábuas. Nessas condições vive alguns anos. Às vezes amplia a derrubada e aumenta a plantação. Em regra, porém, continua com uma lavoura minúscula que pouco húmus suga da terra".

Essa terra já desbravada, mas ainda plenamente explorável, é, para o colono alemão, um excelente ponto de partida para uma atividade agrícola mais intensa. O homem de cor, a seu turno, se desfará, de bom grado, de sua propriedade, para penetrar mais fundo na floresta e recomeçar tudo; só negociando pode satisfazer diversas das suas necessidades e, além disso, está habituado a um nível de vida muito primitivo. Vem a ser, portanto, o pioneiro da colonização (...)

Segundo Saletto (1996-a, p.204), tal fato foi comum não apenas na expansão das fronteiras econômicas rumo à região Central-serrana, mas também rumo ao Rio Doce. E pela lógica do processo, é muito provável que assim tenha ocorrido em todas as frentes de expansão das fronteiras coloniais capixabas, conforme descrito por esta autora. Fica evidente, portanto, que esses posseiros

tiveram um papel fundamental no "desbravamento" das matas e expansão da agricultura. E são fortes as evidências de que eles se desfaziam de suas propriedades por não terem meios de regularizá-las, e não por livre e espontânea vontade, como a esdrúxula explicação do autor alemão sugere.

A legislação vigente após a Proclamação da República é uma das evidências da arbitrariedade sobre esse processo de apropriação das terras. Em geral, as sucessivas leis ratificavam a ilegalidade da derrubada de matas em terrenos devolutos instituída pela Lei de Terras, mas, paradoxalmente, para se reivindicar legalmente uma área de posse era necessário demonstrar sua utilização com culturas efetivas e moradia; só que para construir moradia e cultivar a terra era preciso desmatar, mas era crime desmatar uma área sem tê-la requerido ao estado...

Segundo Almada (1993), esse ciclo vicioso se constituía numa arma efetiva contra os perseguidos pela justiça, e contribuía para que as questões desse tipo fossem resolvidas de forma totalmente arbitrária. E, nestas circunstâncias, poucas décadas após o fim da escravidão, não é difícil supor as adversidades que os negros encontravam ao tentar regularizar suas posses. Graças à extrema discricionariedade delegada às autoridades, qualquer posseiro – sobretudo os mais pobres - poderia facilmente ser posto na ilegalidade, perdendo quaisquer direitos legais sobre suas terras e mesmo correndo risco de ser preso, o que ajuda a explicar casos da venda “de bom grado” – como mencionado por Wagemann – destas posses. A autora assim escreve:

A partir das observações feitas pelo Presidente Marcondes de Souza em 1915, pode-se deduzir haver existido não apenas o suborno dos “fiscais das matas”, como seria ele o resultado de interesse de pessoas ávidas por usufruir do trabalho dos “posseiros criminosos”, principalmente o de preparação do terreno, necessária à instalação de uma nova fazenda: o interessado no terreno desmatado ameaçava o posseiro, perseguido pela justiça, de denunciá-lo junto ao Serviço de Terras, e este, para não ser preso (...) preferia vender-lhe a sua terra (Almada, 1993, p.112)

Não é para menos que hoje existam muitas comunidades remanescentes de quilombos em áreas de predomínio de pequenas propriedades rurais, como nos municípios de Ibirapu, Santa Leopoldina, Vargem Alta e Jerônimo Monteiro (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, acesso em 2011)¹⁸, que apesar de ainda viverem em parte de suas terras ancestrais, estas ainda se encontram, em sua maioria, sem o devido registro legal ou nos poucos casos em que ele existe, geralmente foi providenciado muito recentemente e se refere a uma parcela ínfima da área em que seus antepassados viveram.

Além dessa questão étnica por trás do processo de apropriação de terras, havia ainda uma questão econômica de profundo caráter excludente, já que apesar da legislação da época - em teoria - dar direito a aqueles que ocuparam terras de regularizar suas posses, os requisitos para tal eram amplamente excludentes. Eram muito onerosos, exigindo que a pessoa pagasse pela medição, estabeleciams prazos curtos para regularização, além de exigirem atestado das autoridades judiciais e/ou policiais¹⁹. Salles (1996-a) também ressalta esse caráter arbitrário, que deixava os pequenos proprietários praticamente impotentes, à mercê das autoridades da época:

(...) nos anos 10, época de consolidação de uma oligarquia de tipo familiar no Espírito Santo, houve uma significativa mudança nas normas processuais do serviço de terras. A inspeção, na presença de testemunhas, que fundamentava o registro de informações, relativamente detalhadas, sobre a posse e o possessor foi substituída por algumas informações escritas por autoridades, verdadeiras cartas de recomendação, cujos dizeres eram não raro desmentidos pelas declarações do próprio requerente. Assim, só era possível legalizar uma posse se o delegado de polícia e o juiz distrital fornecessem os atestados. (Ibid., p. 153)

E, nestas circunstâncias,

¹⁸ Esses municípios citados são aqueles que possuem comunidades quilombolas que já requereram seu reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares. Tudo indica existem, entretanto, inúmeras outras, em diversos municípios, que não requereram a certidão de reconhecimento junto a essa fundação. Mas por essa informalidade e imprecisão, preferimos não citar tais casos incertos.

¹⁹ O Artigo 13 da Lei 637, de 1909, determina que “os terrenos (...) só podem ser habilitados com um atestado das autoridades judiciais ou policiais do lugar (...) sendo absolutamente indispensável o reconhecimento da firma do atestante e do habilitante pelo tabelião do distrito, e ainda ser informado pelo chefe da comissão de terras do distrito (...)” (Apud Almada[1993, p.109]).

dificilmente um ex-escravo ou seu descendente, pobre e analfabeto, conseguiria satisfazer as exigências(...), estando automaticamente impedidos de realizar a legitimação de sua posse. Além do mais, muitos - por ignorância ou por má fé dos vizinhos - deixavam passar o prazo estabelecido (...), perdendo, portanto, o direito de regularizarem suas terras... (Ibid., p. 109 e 110).

A atuação corrupta do Serviço de Terras também foi relevante. Conforme descreve Almada (1993, p.111 a 115), os subornos eram uma realidade. Aqueles que tinham maior poder econômico e/ou maior influência política conseguiam facilmente expropriar terras alheias, mesmo em casos em que o posseiro estivesse amparado pela legislação. E tal fato não ocorria somente em benefício da tradicional oligarquia rural capixaba. Almada (1993, p.113) afirma que os imigrantes estrangeiros e seus descendentes também se beneficiavam desses mecanismos - *"conclui-se (...) saberem muito bem os estrangeiros manipular esse processo de ascensão social, manipulando autoridades e expulsando posseiros perseguidos"*.

É bem provável que esse tipo de expropriação, por parte dos imigrantes estrangeiros, não tenha ocorrido apenas para com os posseiros de origem indígena e negra, e tenha se verificado também nas relações entre os próprios imigrantes. Mas por conta de todo um legado de cultura escravista e racista, sem dúvida os “não-brancos”, sobretudo aqueles de visível descendência africana, eram os que se encontravam em posição mais vulnerável nessa disputa por terras.

Tal fato por ser constatado, por exemplo, nos relatos dos membros da comunidade de remanescentes quilombolas de São Pedro, em Ibiraçu, cujos depoimentos acusam alguns imigrantes italianos de terem usurpado suas terras (INCRA, 2006-a)²⁰. Nesse trabalho, o caso mais emblemático a esse respeito é

²⁰ INCRA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território da Comunidade Quilombola de São Pedro – Ibiraçu/ES. Vila Velha, 2006 (p. 281-282).

sem dúvida o de um “italiano”²¹ vizinho às terras de uma família negra cujo chefe, apesar de ter se preocupado em requerer ao Estado a propriedade das terras em que viviam, morreu antes da conclusão do processo e sem deixar inventário registrado em cartório, fazendo com que, aos olhos cegos da Lei, aquelas terras voltassem a ser consideradas devolutas. O “italiano”, ciente desse fato, teria requerido para si, junto ao Estado, aquelas terras, obtendo-as e anexando-as à sua propriedade. O restante da família negra, então, não teve outra escolha e se viu obrigada a deixar suas terras, indo morar de favor na propriedade de terceiros.

Outro bom exemplo dessa manipulação da legislação da qual fala Almada (1993) pode ser encontrado na história da comunidade quilombola de Monte Alegre, no município de Cachoeiro de Itapemirim (INCRA, 2006-b)²². A usurpação de grande parte das terras dessa comunidade foi efetivada por um descendente de italiano que usava das mais diversas artimanhas, principalmente a “venda” de energia elétrica cujo pagamento era efetuado em terras. Os depoimentos colhidos no referido trabalho deixam a entender que o italiano preferia realizar esses “negócios” com os membros mais velhos das famílias – em grande parte ex-escravos praticamente analfabetos – os quais assinaram esses contratos de venda sem ter real dimensão do quanto de suas terras estavam sendo negociados (p.315 a 319).

Fato semelhante também pode ser encontrado no trabalho de O.Oliveira (2005, p.102-107), ao abordar a história da comunidade negra de Retiro, no município de Santa Leopoldina. Segundo os depoimentos colhidos pelo referido autor, constata-se que entre os expropriadores das terras das famílias negras

²¹ É sempre difícil, a partir da história oral das comunidades quilombolas, dizer se a pessoa de quem elas falam é um estrangeiro de fato ou um descende de estrangeiro, já que eles parecem não diferenciar ambos, e por, exemplo, usam o termo “italiano” tanto para designar as pessoas propriamente nascidas na Itália quanto os descendentes destes, nascidos no Brasil. Este termo parece ser usado antes como delimitador de uma fronteira étnica do que como designador de nacionalidade.

²² INCRA. Relatório Técnico de Identificação do território da Comunidade Quilombola de Monte Alegre. Vitória, 2006.

dessa região há descendentes de imigrantes estrangeiros alemães e italianos - aos quais a comunidade negra se referia como “pessoas de origem”.

Os relatos de Almeida (1959) demonstram também a seletividade étnica no acesso à terra da qual falamos nesse capítulo. Em seu trajeto, quando em 1905 passava pelo trecho entre os atuais municípios de Fundão, Ibiraçu, João Neiva e sul de Colatina, áreas próximas aos limites da fronteira econômica daquela época e cuja estrutura fundiária já estava praticamente consolidada, ele menciona a presença muito significativa de pessoas brancas, de origem italiana, enquanto o número de “pardos” - é este o termo que usa - era muito pequeno, enquanto além das fronteiras econômicas, nas proximidades da margem sul do Rio Doce (que era onde a essa época se encontrava a frente de expansão) a maioria das poucas famílias que habitavam pequenas roças abertas em meio àquelas “temidas” matas era negra, mulata ou de descendência indígena²³.

Desta forma, ao contrário do que nos dizem as estatísticas oficiais e os trabalhos mais tradicionais sobre o Espírito Santo, evidências indicam que esses posseiros (em sua maioria negros e/ou descendentes destes ou dos indígenas) tenham sido os verdadeiros pioneiros na expansão de praticamente todas as fronteiras coloniais, mesmo no caso daquelas cujo crédito normalmente é dado aos imigrantes europeus (como a região Central-serrana e o Vale do Rio Doce), sendo gradativamente expulsos à medida em que as terras onde se encontravam iam sendo valorizadas e reivindicadas por pessoas de maior influência política e/ou maior poder econômico, acabando expropriadas pelos mecanismos excludentes da legislação estadual sobre a propriedade de terras e/ou pela ação de má fé das autoridades. Nestas circunstâncias, as alternativas que restavam a esses posseiros eram submeter-se ao trabalho nas terras de terceiros - ocupando uma posição subalterna naquela sociedade rural - ou migrar para as novas frentes

²³ Podemos citar, por exemplo, o caso do senhor José Lopes ou Lopinho, segundo o autor, “*preto de ruim catadura, chefe de numerosa família*”, à época o primeiro morador depois do Rio Manhuaçu (p.151 e 152) ou o caso da uma família que habitava no entorno do Ribeirão Porto Belo (p.192) e os muitos “cablocos” no baixo Rio Doce (Linhares).

de expansão da colonização no território capixaba, desbravando novas áreas de mata.

2.5. A consolidação da conjuntura político-econômica regional favorável à pequena propriedade e o “desaparecimento” dos latifúndios

Um dos traços marcantes da estrutura fundiária capixaba deste momento histórico, como já exposto anteriormente, é a significativa disseminação de pequenas propriedades rurais que ocorreu por praticamente toda a área por onde as fronteiras coloniais avançaram, inclusive no extremo sul do estado, outrora área de predomínio de latifúndios. Os dados sobre a estrutura fundiária do Espírito Santo até 1940 evidenciam o “desaparecimento” de muitos desses latifúndios e, conseqüentemente, uma fragmentação da propriedade da terra mesmo nessa região onde outrora predominou o *plantation*. A forma como esse processo ocorreu, entretanto, não é uma unanimidade entre os autores que já discorreram sobre o tema.

Uma das primeiras teorias desenvolvidas com o intuito de explicar esse fenômeno é a de Saletto (1996-b), segundo a qual as grandes propriedades cafeeiras do sul do Espírito Santo teriam sucumbido não à crise propriamente dita de mão-de-obra ocasionada pelo fim da escravidão, mas, essencialmente, pela impossibilidade de se utilizar a mão de obra do imigrante estrangeiro na substituição da mão de obra escrava, dadas às circunstâncias regionais em que ocorreu esse processo.

A premissa básica desta teoria é de que os grandes fazendeiros teriam, em um primeiro momento, superado as adversidades decorrentes da abolição da escravidão com a utilização em suas propriedades de trabalhadores livres, sobretudo os imigrantes estrangeiros. A alta nas cotações do café nos primeiros anos após a abolição teria permitido que eles oferecessem aos imigrantes

contratos de parceria bastante atrativos, o que persuadia estes a, pelo menos num primeiro momento, optar pelo trabalho nas fazendas ao invés de dirigirem-se a núcleos de colonização ou a darem entrada, de imediato, em um processo de requerimento de terras (SALETTTO, 1996-b, p.95).

Desta forma, segundo essa teoria, semelhante ao que ocorreu em parte de São Paulo, o imigrante estrangeiro que veio às terras capixabas teria, antes de tornar-se proprietário, vivido um breve período como trabalhador nas fazendas já existentes. A diferença é que enquanto em São Paulo esse período em que o imigrante estrangeiro servira de mão-de-obra para as grandes fazendas fora praticamente compulsório, como pré-requisito para adquirir sua propriedade, a qual só poderia ser obtida mediante compra (MARTINS, 1990), no caso capixaba isso teria ocorrido espontaneamente, uma vez que apesar do acesso a terra ser-lhes relativamente fácil naquele momento, era necessário alguns anos e muito trabalho até o imigrante poder obter algum retorno financeiro a partir dela.

Segundo a referida autora, essa solução encontrada para superar o fim da escravidão dependia, portanto, de um fluxo contínuo de imigrantes ao território capixaba e da oferta de condições de trabalho que se mostrassem mais lucrativas que iniciar a lavoura em uma área própria. Assim, o fim desse fluxo de imigrantes estrangeiros a partir da segunda metade da década de 1890 e as dificuldades econômicas dos fazendeiros - ambos em decorrência da crise nas cotações do café vivenciadas nesse momento - teriam comprometido essa estratégia e desencadeado uma grave crise entre os latifundiários do sul do Espírito Santo (SALETTTO, 1996-b, p.101).

Almada (1993), todavia, dedica um capítulo inteiro de sua obra à análise crítica desta teoria, e destaca um ponto importante que foi praticamente ignorado nessa perspectiva: o papel daqueles que não eram imigrantes estrangeiros (e nem descendiam destes) nesse processo; e não só dos imigrantes vindos das províncias limítrofes, cujo fluxo se mantém por muitas décadas após a abolição,

mas também daqueles que já viviam no Espírito Santo, já que, em uma análise sobre o fluxo da população negra e mulata no território capixaba após a escravidão, a autora conclui que maior parte dos ex-escravos do sul, área que concentrava o maior número de cativos, não deixou aquela região após a abolição (ALMADA, 1993, p. 22 e 23).

Essa crítica, entretanto, não invalida a análise de Sallete (1996-b), mas nos leva a crer que a sobrevivência dos latifúndios dependia muito mais de suas condições de ofertar bons contratos de parceria do que do fluxo migratório rumo ao Espírito Santo, já que esse se mantém até meados do século XX, com a única diferença de que após 1896 ele foi composto quase que exclusivamente por imigrantes nacionais. O fator crítico era, sem dúvida, o fato de grande parte dos imigrantes estarem tendo acesso a terra.

Nestas circunstâncias, uma questão vem à tona sobre o contexto da abolição da escravidão no Espírito Santo: porque o governo da província não tomou medidas no sentido de impedir os imigrantes de ter acesso a terra e assim “proteger” os interesses dos grandes cafeicultores, garantindo-lhes mão-de-obra barata, à semelhança do que ocorreu em outras partes do Brasil? Afinal, era de se esperar que a oligarquia cafeicultora, utilizando sua influência política, pressionasse o governo da província em busca de medidas para impedir que os trabalhadores rurais tivessem acesso a terra, seguindo à risca o que estabelecia a Lei de Terras de 1850, que tinha exatamente esse intuito. O que teria acontecido no Espírito Santo então, já que os grandes fazendeiros não foram devidamente amparados pelo poder político, como seria de se esperar? A resposta parece estar nos novos atores que emergiram a partir da segunda metade do século XIX: os comerciantes.

Até as últimas décadas do século XIX, a maior parte da produção capixaba destinada ao mercado externo era exportada pelos portos do Rio de Janeiro. Essa situação só começa a se alterar a partir do momento que Vitória passa a ter a

estrutura portuária para efetuar essa exportação, em fins do século XIX (SALLETO, 1996-a, p.113). Mas, ainda assim, Vitória só conseguiu polarizar as exportações das áreas em seu entorno, na região Central-serrana, enquanto a produção do sul do Espírito Santo, principal região produtora de café da província, continuava a ser exportada pelo Rio de Janeiro. A conquista do sul e de áreas mais interioranas da porção central do Espírito Santo por parte dos exportadores de Vitória só veio a se concretizar com a construção das estradas de ferro ligando Cachoeiro de Itapemirim à capital e esta à província de Minas.

Assim, em meio à abolição da escravidão, as políticas do governo priorizavam essas obras de infra-estrutura que visavam incrementar o comércio em Vitória ao invés de primar por garantir mão-de-obra barata aos latifundiários, impedindo os trabalhadores “livres” de ter acesso a terra, como seria de se supor. Segundo Campos Júnior (1996, p. 77 e 84), estes fatos são indícios de que a oligarquia cafeicultora capixaba, nesse momento da história, não seria mais tão influente junto ao governo da província como normalmente se supõe. Haveria uma outra camada privilegiada da sociedade capixaba que não estava ligada à agricultura - provavelmente oriunda da atividade comercial - com mais influência junto às autoridades, e à qual a disseminação das pequenas propriedades em detrimento dos latifúndios era benéfica. A análise da política capixaba na República Velha feita por M.Silva (1995) traz muitos elementos que ratificam essa hipótese.

É provável que essa nova classe tenha se formado conforme aumentava o número de pequenos proprietários de terras na província, com as migrações a partir das últimas décadas do século XIX, visto que esses eram o público alvo de seu comércio de bens e, sobretudo, de serviços, já que ao contrário dos grandes proprietários, eles não possuíam recursos e estrutura necessários ao beneficiamento e transporte da produção (sobretudo de café) a ser comercializada e/ou exportada.

Por isso, o aumento no número de pequenos proprietários significava um aumento no número de “clientes” destes serviços e um incremento na apropriação, por parte do capital comercial, do excedente gerado pelo trabalho camponês, por meio da compra, transporte e revenda de sua produção. A expansão da pequena propriedade era, portanto, benéfica aos comerciantes em geral (e especialmente, aos de café), nas mais diversas escalas: desde as vendas das vilas do interior aos grandes exportadores da capital. A influência política e o poder econômico dos comerciantes ascendiam, portanto, progressivamente a essa disseminação das pequenas propriedades rurais e do trabalho familiar na agricultura:

Com poucos recursos, sem acesso ao crédito bancário, o pequeno produtor era envolvido numa relação que o colocava na dependência do comerciante. Desse modo, o vendeiro gozava de um verdadeiro monopólio sobre seus clientes, que frequentemente incluía toda uma localidade e até, em certos casos, municípios inteiros(...) Essa era a forma pela qual o capital comercial apropriava-se do excedente produzido pelo trabalho familiar.

As maiores vendas tinham relações diretas com os importadores e exportadores, porém a maioria ligava-se a comerciantes dos centros mais importantes do interior, que eram simultaneamente varejistas e atacadistas e se relacionavam, por sua vez, com as grandes casas exportadoras e importadoras de Vitória ou Rio de Janeiro.

Esse sistema permitiu a acumulação de um capital mercantil local, que se apresentava em vários níveis; das pequenas vendas, com algumas dezenas de clientes, passando pelas casas comerciais de porte médio dos centros mais importantes do interior e de Vitória, chegando até a constituição de casas exportadoras e importadoras (...) (SALETTTO, 1996-a, p.42-43)

Talvez por isso fosse tão comum, nos raros casos de pequenos produtores melhores sucedidos que os demais, que estes não reinvestissem o pouco capital acumulado no próprio setor produtivo, preferindo migrar para as atividades comerciais, como abrir uma venda e/ou adquirir estrutura de beneficiamento ou transporte da produção (SALETTTO, 1996-a, p.119-120). Assim, além da acumulação de capital ser pequena entre os pequenos produtores rurais, dificilmente ela permanecia no âmbito da produção agropecuária, não se refletindo, portanto, no acúmulo de terras.

É provável também que grande parte desses comerciantes tenha se originado da própria oligarquia cafeicultora capixaba, em uma migração para

atividades comerciais, e que isso tenha sido um dos fatores responsáveis pelo desaparecimento de muitas fazendas, fosse por meio de venda em pequenos lotes para camponeses, que seriam futuros “clientes” dos serviços de beneficiamento e transporte da produção (inclusive aceitando a própria produção como pagamento pelas terras), conforme se pode constatar a partir de trabalhos como o de Campos Júnior (1996) e o de Saletto (1996-a), ou mesmo pelo abandono dessas terras e sua posterior ocupação por posseiros, mencionada por Almada (1993, p.72 e 130), uma vez que, conforme essa autora, naquele momento histórico as terras no Espírito Santo ainda não tinham valor que justificasse a preocupação em manter sua posse com fins especulativos.

Tendo essa burguesia comercial se originado a partir da disseminação das pequenas propriedades que ocorre nos arredores da capital Vitória, a qual polarizava esse circuito comercial baseado nos pequenos produtores rurais, essa porção do território capixaba se tornou a área onde se fazia mais presente e intensa a influência política do capital comercial (M.SILVA, 1995, p.61). Após a Proclamação da República, quando a produção do norte do Estado – nos arredores das vilas de São Mateus e Santa Cruz – passou a ser também exportada pelo porto de Vitória, essa influência estendeu-se também por essa porção do Espírito Santo (M.SILVA, 1995, p.54), o que possivelmente é uma das causas pelas quais o avanço da colonização nessa porção do território capixaba com base no binômio imigrantes estrangeiros e pequenas propriedades rurais somente ocorrerá a partir de fins da década de 1880 e início da de 1890.

Segundo M.Silva (1995, p.58), na região sul, polarizada por Cachoeiro de Itapemirim, por ter-se mantido uma produção com padrões muito diferentes daquele que se verificou nos arredores da capital, ainda baseando-se no latifúndio escravista, no alvorecer da república a influência política do capital comercial ainda não era muito significativa, sobressaindo-se até então os interesses da oligarquia rural. Com as transformações pós-abolição que resultaram na fragmentação de muitas grandes fazendas e disseminação de pequenas

propriedades rurais nessa região, ela também se inseriu, ainda que em menor intensidade, no circuito dominado pelo capital comercial, tendo contribuído também nesse sentido a canalização da produção cafeeira do sul para exportação pelo porto da capital por meio Estrada de Ferro Leopoldina, que começa a se consolidar a partir da segunda década do século XX.

No Espírito Santo, a Proclamação da República e a ampliação dos poderes regionais, significou a consolidação da supremacia política dessa classe de comerciantes, cujos interesses eram bastante diversos daqueles da antiga oligarquia rural. Segundo M. Silva (1995, p.76):

A partir de então [com a eleição do governador Muniz Freire, em 1892] se consolidaram as forças integrantes do Partido Republicano Construtor na direção do Poder político Estadual. À medida que esse partido agregava, principalmente, os interesses das classes mercantis-exportadoras, localizadas na região central e norte, se consolidaria o comando hegemônico dessas classes no bloco regional de poder, por um lado; e, ao longo do tempo, reverteria o processo de polarização econômica que começava a se caracterizar em torno da região sul, por outro. Assim, inicialmente sob a égide do Partido Republicano Construtor e, posteriormente, do Partido Republicano Espírito-Santense, as classes ligadas ao capital mercantil-exportador assumiram a direção hegemônica do Poder Político e orientaram os destinos do Espírito Santo até a Revolução de 1930.

Segundo essa autora, no Espírito Santo, o coronelismo não se manifestou apenas por meio do grande proprietário de terras, mas também na figura dos comerciantes (M.SILVA, 1995, p.83), sobretudo nas áreas de predomínio dos pequenos propriedades rurais, visto que aquele mantinha para com esses uma relação de *“dominação e dependência pessoal”*, característica fundamental dessa relação de subalternidade (M.SILVA, 1995, p.80). A autora transcreve trechos dos relatos de Ernst Wagemann que deixam isso explícito:

(...) O vendeiro é a pessoa com quem o colono (pequeno proprietário) se aconselha quando está em dificuldades e apuros. Conforme o caso, tem que desempenhar o papel de intérprete, de conselheiro jurídico e econômico, ou de médico; tem que batizar os filhos dos fregueses e de assumir a tutela quando morrem os pais. As decisões da comunidade dependem do que se assentou previamente na venda, e muitas vezes, o vendeiro exerce, então, influência decisiva. É frequente valer sua palavra mais que a do pastor (...) (apud M.Silva, 1995, p.83)

Assim, afirma essa autora poder se presumir que havia uma espécie de solidariedade política para manutenção desse status quo entre os vendeiros do interior, subalternos na cadeia logística de comercialização, e os grandes exportadores da capital, para os quais estes comerciantes de menor porte eram os pontos de apoio e sustentação política para exercício de sua influência junto às comunidade rurais, consolidando assim a hegemonia do poder político do capital comercial durante praticamente toda a República Velha, sobrepondo-se inclusive aos interesses da antiga oligarquia rural na máquina administrativa do Estado, como fica evidente pelas políticas de favorecimento (ainda que seletivo) ao acesso a terra por parte de camponeses.

2.6. Conclusões

O período histórico entre fins do século XIX e início do século XX foi marcado por uma estrutura que, ainda que de forma seletiva, favoreceu a disseminação de pequenas propriedades rurais no campo capixaba. A desagregação da escravidão e a ascensão política do capital comercial fez com que o circuito de produção da cafeicultura no Espírito Santo deixasse de se basear nas plantations e assumisse a forma que Oliveira (2005) denomina de *monopolização do território*, onde a produção agrícola permanece baseada na agricultura camponesa, cujo excedente é apropriado pelo capital comercial por meio da monopolização de praticamente todo o circuito de comercialização e beneficiamento da produção cafeeira, que ia desde as vendas locais, ainda na zona rural, às casas exportadoras na capital.

A disseminação das pequenas propriedades no território capixaba não deve, portanto, ser vista como algo externo à lógica do capitalismo. Esse processo foi o resultado da hegemonia assumida pelo capital comercial na política capixaba durante praticamente toda a República Velha, segmento das classes dominantes

cujos interesses claramente se contrapunham àqueles da oligarquia rural, que se viu em sérias dificuldades para manutenção da produção dos moldes do plantation colonial em virtude dessa opção política em permitir o acesso a terra por parte de grande número de famílias camponesas, o que dificultava a obtenção de mão-de-obra barata para a produção nos latifúndios levando muitos à desagregação e/ou mesmo ao abandono (tendo em vista a ausência de valor de mercado da propriedade fundiária nesse contexto histórico).

Apesar do predomínio de pequenas propriedades nas áreas por onde as fronteiras coloniais avançaram nesse período e da fragmentação da propriedade da terra em antigas áreas de plantation, devido à desagregação de muitas fazendas (como foi o caso do sul do território capixaba), esse processo de apropriação de terras no Espírito Santo foi amplamente excludente, sendo desprivilegiados os indígenas e negros em detrimento de um projeto de colonização europeia que vai beneficiar os imigrantes estrangeiros e seus descendentes. Os critérios de inclusão e exclusão social eram, nesse momento, claramente de cunho étnico-racial, o que teve peso significativo na formação na composição das classes sociais, que podem ser pensadas a partir de três categorias: trabalhadores rurais sem terra, que tinham que trabalhar em propriedades de terceiros sob relações de parceria, meação ou mesmo diarismos; trabalhadores rurais que detinham domínio de terras, em geral na forma de pequenos imóveis; e comerciantes, claramente a classe mais ao topo da pirâmide social nesse meio rural.

A maior parte dos proprietários de terras era, sem dúvidas, composta por imigrantes estrangeiros e seus descendentes. E considerando que os comerciantes do interior – os “vendeiros” - geralmente eram antigos agricultores que conseguiram acumular algum capital e migrar para a atividade comercial, estes também deviam ser imigrantes estrangeiros e/ou seus descendentes. E se é incerto afirmar que a maioria dos trabalhadores sem-terra era de origem negra e/ou indígena, seguramente pode-se afirmar que a maior parte dos trabalhadores

de origem negra e/ou indígena era sem-terra e ocupavam a mais baixa posição social naquela sociedade rural.

As análises de Petrone (2004) e Roche (1968) sobre essa porção do Espírito Santo feitas, respectivamente, no fim das décadas de 1950 e 1960, ratificam essas constatações e mostram que mesmo com as mudanças estruturais ocorridas nas décadas posteriores, que serão abordadas nos capítulos 3 e 4, essa hierarquia social permanecia até então praticamente inalterada, sendo a maior parte dos proprietários dessa região descendente de imigrantes estrangeiros e muitos dos seus meeiros e parceiros, quando não eram seus próprios parentes, eram em geral pessoas negras e mulatas, recorrentemente oriundas de Minas Gerais ou antigas áreas de plantation no litoral e no sul do Espírito Santo.

Toda essa teia de relações socioeconômicas tinha a cafeicultura como eixo, o que não significa que a produção agrícola fosse monocultora. A produção camponesa do território capixaba até meados do século XX era caracterizada por uma grande diversidade de atividades agrícolas, as quais em grande medida estavam voltadas para a satisfação das necessidades das próprias famílias produtoras, mas era principalmente por meio do café que se davam as relações entre esses diferentes segmentos camponeses e entre eles e os comerciantes.

Desta forma, sendo a influência econômica da cafeicultura sobre o Extremo Norte Capixaba bem inferior ao que se verificou nas áreas cuja colonização ocorre nesse contexto, não é possível entender a formação de sua estrutura agrária a partir da análise dos mesmos vetores que condicionaram esse processo no centro-sul do Espírito Santo. Naqueles municípios, as terras foram apropriadas em outro momento histórico e suas dinâmicas espaciais foram condicionantes por outros vetores, não fazendo sentido tentar interpretá-las sob a mesma lógica que caracterizou a formação da estrutura fundiária no centro-sul de seu território.

Nos capítulos seguintes buscaremos, portanto, entender porque essa porção do território capixaba foi a última a ter tido suas terras apropriadas (o que ocorre apenas a partir da década de 1940) e quais as consequências desse fato sobre as dinâmicas de seu espaço agrário.

CAPÍTULO 3 - A COLONIZAÇÃO SOBRE OS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NOS VALES DO RIO DOCE, SÃO MATEUS E MUCURI

A investigação sintetizada nesse capítulo teve por objetivo, como já mencionado, entender porque o Extremo Norte do Espírito Santo foi última porção do atual território Estadual a ser colonizada. Recorremos a tudo que foi possível encontrar na historiografia sobre a região, relendo-a sob o prisma exposto nas referências teóricas desse trabalho, de forma a não buscarmos as possíveis explicações sobre as dinâmicas das fronteiras coloniais apenas dentro destas, ignorando assim os diversos grupos humanos que viviam fora desses limites. Tentou-se, na medida do possível, formar um entendimento, mínimo que seja, sobre o “outro lado” dessas fronteiras, sobretudo no que tange aos territórios dos grupos indígenas que habitavam as áreas entre o leste de Minas Gerais e o Norte do Espírito Santo, tendo em vista que as dinâmicas de avanço ou recuo das fronteiras coloniais é o resultado da interação entre os dois lados.

Antes de iniciarmos essa abordagem, entretanto, exporemos quais as evidências a partir das quais se pôde deduzir previamente que o entendimento das dinâmicas das fronteiras coloniais sobre o norte do atual território capixaba perpassa não apenas por uma releitura da história territorial do Espírito Santo, mas também (e principalmente) pela história da colonização no leste de Minas Gerais.

3.1. A origem da população “pioneira” na porção capixaba do Contestado

A vivência em campo nos municípios da parte da Região Contestada que permaneceu sobre jurisdição capixaba (notadamente em Ecoporanga e Mucurici) indicava previamente que essa região possuía laços históricos muito mais estreitos com o Nordeste Mineiro que com outras partes do Espírito Santo, tanto por aspectos culturais (vocabulário, sotaque, hábitos alimentares, etc...) quanto

pela genealogia de seus habitantes e pelas atividades econômicas que predominaram em sua recente história. Todavia, julgamos pertinente buscar também fontes “formais” para verificar se estas ratificariam essa constatação preliminar e também por julgar que elas poderiam vir a fornecer outros indicativos importantes que poderiam direcionar essa pesquisa.

Pontes (2007, p.32), por exemplo, em trabalho específico sobre o Contestado, chega a semelhante conclusão quanto à proeminência das frentes de expansão mineiras sobre essa área. Segundo o autor, a colonização das terras no oeste do território capixaba se deveu antes ao avanço das frentes de expansão no sentido oeste-leste, oriundas de Minas Gerais, que daquelas em sentido leste-oeste ou sul-norte, provenientes do próprio território capixaba. Segundo ele

O constante aumento da população [de Minas Gerais], o esgotamento da produção aurífera e as vorazes necessidades do erário régio levaram os governantes da Capitania de Minas a estimular e favorecer o desbravamento em todas as direções. Assim, enquanto a população espírito-santense mantinha-se exclusivamente no litoral, a onda colonizadora mineira, dirigida pelos próprios capitães gerais, transpunha a barreira da Serra Geral. (PONTES, 2007, p.32)

Especificamente no que tange à região do Contestado, segundo Pontes (2007), as ações das autoridades mineiras de estímulo à colonização e visando assegurar domínio sobre aquelas terras se mostraram muito mais intensivas:

No afã de caracterizar sua autoridade no território contestado, o Estado de Minas Gerais começou a desenvolver na região ações governamentais, junto aos núcleos populacionais próximos a cidades mineiras, tais como a construção de escolas e estradas, a designação de autoridades policiais, a designação de postos fiscais, entres outras, com o indisfarçável interesse em firmar jurisdição na área. Com essas ações o governo mineiro levou a algumas partes do contestado, especialmente Mantena, um desenvolvimento maior frente à vizinha Barra de São Francisco, já sob incontestável influência capixaba. (PONTES, 2007, p.49)

Além do trabalho de Pontes (2007), dispomos de basicamente de três outras fontes possíveis sobre os primórdios da colonização da porção capixaba do

Contestado que podem nos ajudar a tentar entender como ocorreu o avanço dessa frente expansão de forma mais completa e detalhada.

Primeiramente, há as obras pré-existentes sobre a história de alguns dos municípios envolvidos nas disputas do Contestado: Neves e Pacheco (1992), que tratam de Ecoporanga, E. Oliveira (1999), que aborda os municípios de Montanha e Mucurici; e Silva e Lopes (1999), que estudaram o caso de Barra de São Francisco. E embora não haja obras específicas sobre Ponto Belo, Água Doce do Norte e Mantenópolis, a origem do primeiro está intimamente relacionada ao município de Mucurici, do qual posteriormente se emancipou, e a origem dos dois últimos está imbricada à história de Barra de São Francisco, município do qual se emanciparam. Desta forma, há, portanto, disponibilidade de informações em fontes secundárias – ainda que de origem não acadêmica - acerca das origens de praticamente toda a área do Contestado que foi legada ao Espírito Santo.

Para verificar a validade das informações dessas obras sobre as origens dos pioneiros nessa região e, na medida do possível aprofundá-las, recorreremos também a amostragens de certidões cartoriais datadas das décadas de 1940 e 1950 de diversas partes do Contestado capixaba disponíveis no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (APEES), além das entrevistas realizadas com moradores mais antigos (estas, porém, restritas ao nosso recorte espacial específico).

Antes de iniciarmos nossa análise a partir do cruzamento dessas fontes, convém esclarecer de que forma os dados das certidões obtidos junto ao APEES foram utilizados, tarefa que não é tão simples quanto parece e que, se feita sem uma prévia reflexão, pode não auxiliar ou até atrapalhar a investigação sobre as origens da população local mediante uma interpretação equivocada. Nesse sentido, como existe certa variedade de documentos passíveis de serem utilizados nesse tipo de investigação – certidões de nascimento, casamento e óbito, foi preciso definir quais informações deviam ser buscadas em cada situação para se

obter um retrato plausível sobre as dinâmicas migratórias nos primórdios da colonização dessa região capixaba.

Como o início dos fluxos migratórios praticamente coincide com as datas das certidões coletadas (décadas de 1940 e 1950), as pessoas que constam nesses documentos serão, na ampla maioria dos casos, ou a geração migrante ou a primeira geração nascida no local, e, em geral, ambas figuram ainda nas certidões, as quais costumam mencionar as origens da geração precedente dos indivíduos de quem elas tratam (os pais dos indivíduos de quem os documentos dizem respeito). Caso já houvesse espaço de tempo de 3 gerações entre o início da colonização dessa porção do Espírito Santo e as certidões analisadas, as possibilidades de traçar a trajetória dos indivíduos seriam muito mais restritas, já que seria mais difícil chegar à geração migrante por meio desses documentos (nem todas os documentos trazem informações sobre a 2ª geração precedente do indivíduo – os avós). Se esse mesmo espaço de tempo fosse de 4 gerações ou mais, seria praticamente impossível obter um retrato minimamente fiel sobre as correntes migratórias pioneiras a partir desse tipo de registro.

Para demonstrarmos essa complexidade, vamos começar com a análise de uma situação hipotética e ver de que forma os documentos nos permitiriam obter um retrato plausível de cada situação. Primeiramente, vamos supor que, em uma determinada localidade da porção capixaba do perímetro do Contestado, os colonizadores pioneiros tenham sido um casal nascido em Minas Gerais e um casal nascido no Espírito Santo, que ali chegaram no início da década de 1940, e que, depois de pouco mais de uma década, o casal mineiro tenha tido 10 filhos e o casal capixaba tenha tido 6 filhos.

O que, por exemplo, as certidões de óbito dessas pessoas nos diriam? Bem, diriam que do total de 20 pessoas dessa localidade, apenas duas são de Minas Gerais; as outras 18 seriam capixabas (o casal capixaba e todos os filhos dos dois casais, já que todos nasceram no Espírito Santo). Seria correto, então,

dizer que apenas 10% dessa população é de origem mineira e os outros 90% são de origem capixaba? Aparentemente não, já que das 16 pessoas nascidas nessa localidade, 10 são filhos de mineiros. Ou seja, se não fosse pela migração do casal de mineiros, haveria apenas 8 pessoas vivendo nessa localidade hipotética (o casal capixaba e seus 6 filhos). Logo, de uma forma ou de outra, a origem de 12 dessas 20 pessoas está vinculada a migrantes de Minas Gerais (o casal mineiro e seus 10 filhos) e apenas 8 às migrações oriundas do Espírito Santo.

E se fossemos analisar apenas as certidões de nascimento daquela localidade, o que ocorreria? Bem, primeiramente os dois casais não figurariam na amostragem, uma vez que não nasceram ali. Apenas seus filhos figurariam nesses dados e todos seriam capixabas, já que todos nasceram nessa localidade hipotética situada no Noroeste do Espírito Santo. Então, se fossemos considerar apenas o local de nascimento das certidões de nascimento, 100% da amostragem seria de capixabas. Novamente não teríamos um retrato plausível da situação, já que 12 das 20 pessoas têm origem nas correntes migratórias de Minas Gerais, como já constatado.

Quanto às certidões de casamento, as distorções são um pouco menores. Se os primeiros migrantes chegaram em 1940 e estamos coletando amostragens de até meados da década de 1950, provavelmente todos os que se casaram por volta dessa data não são nascidos na localidade (já que os nascidos ali ainda seriam crianças com menos de 10 anos). Nesse caso, a simples constatação da localidade de origem de cada indivíduo nos daria uma fotografia razoável da participação de cada corrente migratória.

O que se pretende demonstrar com esses exemplos hipotéticos é que, considerando a relação entre a data das certidões e o início do fluxo migratório (ambas praticamente coincidem), tem-se que no caso das certidões de nascimento, o que importa é a análise da origem dos pais do indivíduo, já que, obviamente, todos nascidos ali serão considerados capixabas. No caso das

certidões de óbito, convém analisar as duas coisas, já que tratando-se de adultos, apenas a localidade de origem do indivíduo será eficiente, mas quando se tratar de crianças, é a origem de seus pais que deve ser considerada. As certidões de casamento, por sua vez, como tratam em geral de indivíduos não nascidos na localidade, apenas a origem do casal já nos fornece uma informação útil e coerente para determinação dos fluxos migratórios.

3.1.1. Barra de São Francisco

Segundo Silva e Lopes (1999, p.16-19), o início da colonização do atual município de Barra de São Francisco data de fins da década de 1920, mais especificamente de 1927. Segundo essas autoras, os primeiros (depois dos Pojichá, como veremos no nesse capítulo) a se estabelecer naquelas matas do Alto São Mateus teriam sido alguns posseiros mineiros, e à chegada dos descendentes de imigrantes estrangeiros provenientes de outras partes do território capixaba teria ocorrido posteriormente, entre fins da década de 1930 e início da década de 1940.

As autoras sintetizam esse quadro ao afirmar genericamente que os pioneiros em Barra de São Francisco eram *“vindos em sua maioria de Minas Gerais, Sul do Espírito Santo e do progressista município de Colatina [cujo território, à época, englobava quase todas as terras da porção capixaba do Vale do Rio Doce]”* (SILVA e LOPES, 1999, p.18). Todavia, a partir das amostragens de certidões óbito dos anos de 1944 e 1945 (Gráficos 1 e 2), percebe-se uma preponderância de pessoas oriundas de Minas Gerais entre os pioneiros em Barra de São Francisco, fato que de certa forma está em consonância com a polarização exercida por municípios mineiros – Aimorés e Resplendor – sobre aquele nascente povoado²⁴.

²⁴ Segundo as autoras, nos primórdios da colonização, bens como querosene, por exemplo, eram adquiridos nos municípios mineiros mencionados e não em Colatina (SILVA e LOPES, 1999, p.19), muito provavelmente em decorrência da inexistência de estradas ligando o nascente povoado de Barra de São

Dentre as 100 certidões de registros de óbito do Cartório da Sede de Barra de São Francisco datados de 1944-45 que se encontram no APEES que foram analisadas, apenas 47 eram de indivíduos adultos e as outras 53 tratam de crianças com menos de 10 anos de idade. Entre esses adultos (Gráfico 1), a maioria (33 indivíduos) era natural de Minas Gerais, sendo o número de indivíduos oriundos de outras partes do Espírito Santo inferior à metade desse número de mineiros – apenas 14 indivíduos.

As localidades de onde esses indivíduos adultos são naturais, dado que consta em parte das certidões, revela que esses mineiros eram provenientes do Médio Rio Doce (há menção dos atuais municípios de Aimorés, Mutum e Ipanema) e da Zona da Mata Mineira (de localidades como Carangola, Jequitibá e Manhuaçu). Entre os capixabas que constam nessas certidões, a maioria era oriunda da Serra do Caparaó (municípios de Lúna e Muniz Freire) e da porção sul do Vale do Rio Doce (dos municípios de Afonso Cláudio e Santa Tereza).

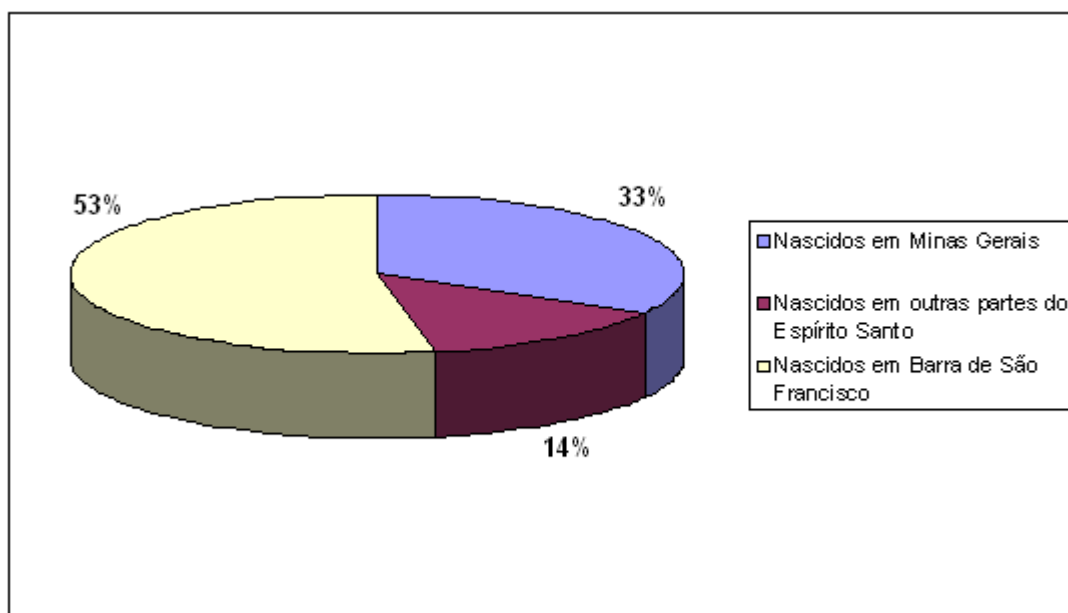


Gráfico 1 – Origem dos indivíduos - amostragens das certidões de óbito de Barra de São Francisco (1944-1945). Fonte: APEES.

Francisco ao mencionado município, a qual só foi aberta em 1938 (PONTES, 2007, p.46), mais de uma década após o início de sua colonização.

Entre as crianças (Gráfico 2), a grande maioria é filha de pais mineiros. Os filhos de capixabas representam cerca de 1/3 do total de filhos de mineiros.

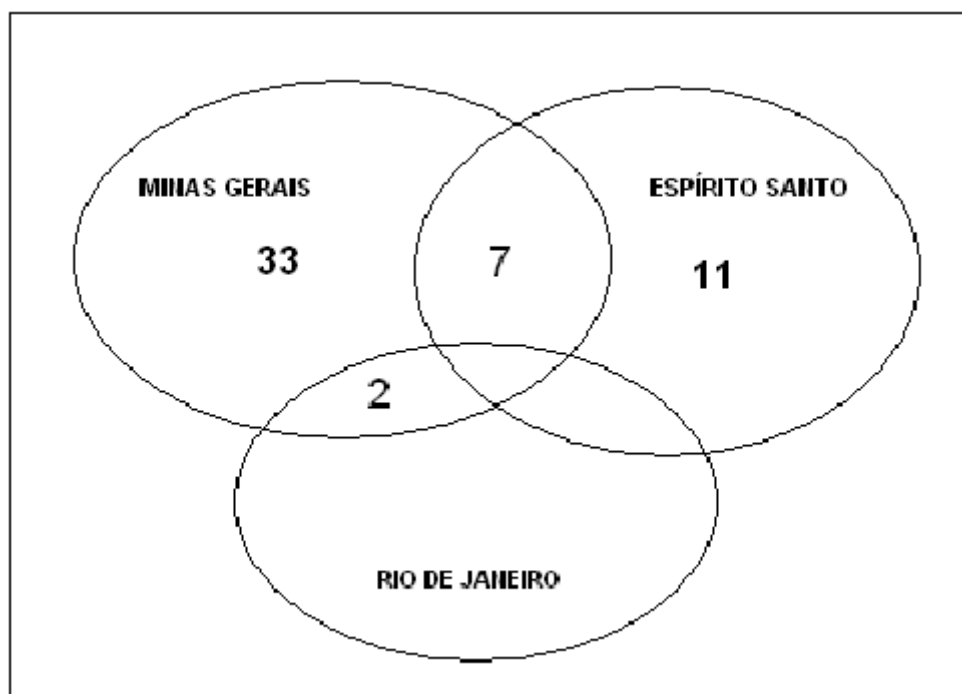


Gráfico 2 - Origem dos pais das crianças que constam nas amostragens de certidões de óbito de Barra de São Francisco (1944-1945). Fonte: APEES

3.1.2. Mantenópolis

Não se dispõe de nenhuma obra específica acerca das origens do município de Mantenópolis, a qual está intimamente relacionada ao município de Barra de São Francisco, do qual se desmembrou na década de 1950.

Sobre as certidões, colheu-se uma amostragem de 96 indivíduos, com base em 48 registros de casamento de cartório localizado na atual sede do município de Mantenópolis datados do período 1946-50 (Gráfico 3). O quadro revelou uma maioria absoluta de indivíduos provenientes de Minas Gerais, e um percentual pequeno de capixabas e cariocas. A maioria desses mineiros era oriunda do Médio Rio Doce (Caratinga, Conselheiro Pena, Ipanema, Mutum, Resplendor, Tarumirim e Campanário), em consonância com que apontam Silva e Lopes

(1996), sendo significativo também número de indivíduos naturais da Zona da Mata Mineira (municípios de Raul Soares e Lajinha), havendo ainda um pequeno número de pessoas do Vale do Jequitinhonha. Dentre o pequeno número de capixabas, a maioria era da Serra do Caparaó e adjacências.

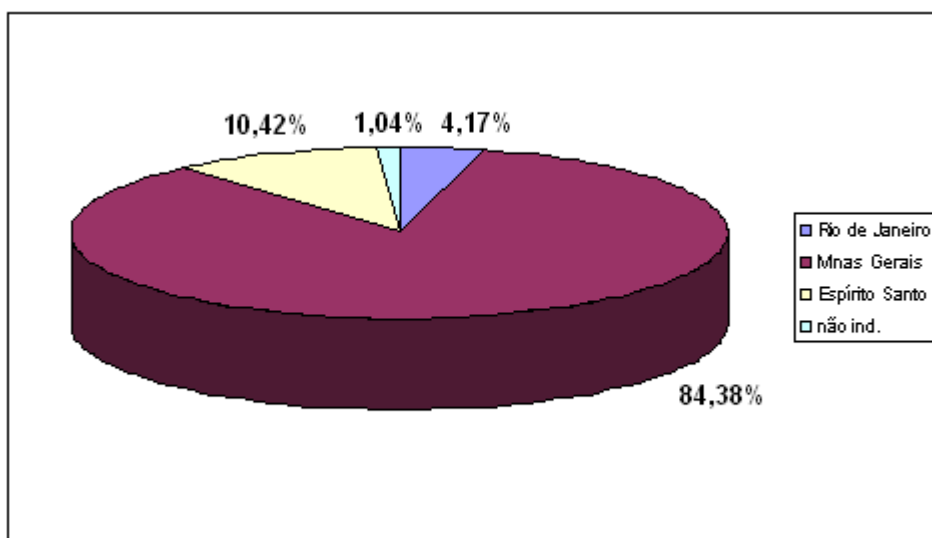


Gráfico 3 - Origem dos indivíduos – amostragens das certidões de casamento de Mantenópolis (1946-1950). Fonte: APEES

3.1.3. Ecoporanga

Segundo Neves e Pacheco (1992, p.43), o colono pioneiro da Região do atual município de Ecoporanga era proveniente do município mineiro de Conselheiro Pena e ali se estabeleceu em 1934, ou seja, quase uma década posterior ao início da colonização de Barra de São Francisco, município do qual o território de Ecoporanga se emancipou. Esses mesmos autores mencionam genericamente que foram três as correntes migratórias nos primórdios da colonização desse município. Uma seria oriunda do Leste de Minas Gerais, principalmente do Vale do Rio Doce e do Vale do Mucuri, outra proveniente do sul da Bahia, e outra endógena ao território capixaba, proveniente principalmente de municípios da margem sul do Rio Doce, do Caparaó e também de Nova Venécia (NEVES e PACHECO, p.44). A análise das certidões de nascimento de 1953 e

1954 da sede de Ecoporanga, entretanto, expressou uma maior intensidade de pioneiros provenientes de Minas Gerais (Gráfico 4).

Sobre a atual sede de Ecoporanga, obtivemos apenas registros de nascimento datados dos anos de 1953-54. Como mencionamos anteriormente, por se tratar de certidões de nascimento, devemos buscar nessas certidões a origem dos pais da criança da qual ela trata. Colheu-se então uma amostragem de 100 indivíduos a partir de 50 certidões de nascimento dos anos de 1953 e 1954, que nos forneceu o seguinte quadro:

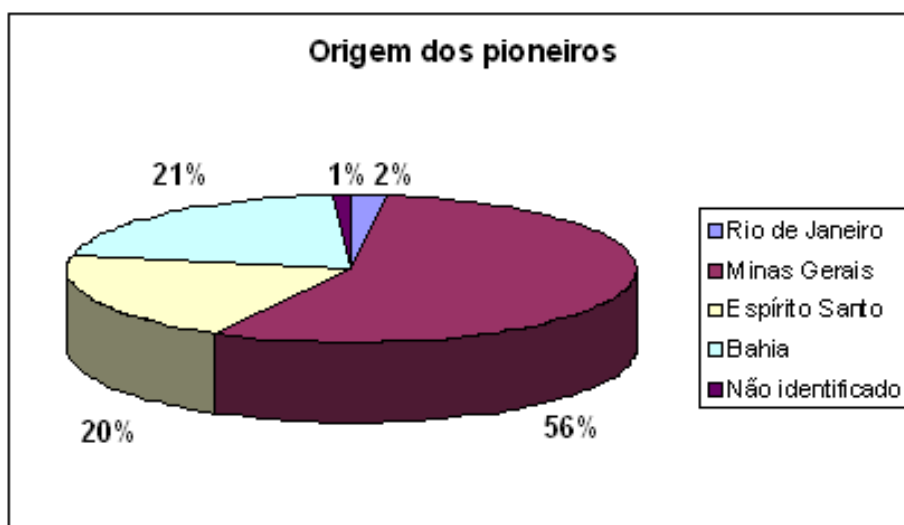


Gráfico 4 - Origem dos indivíduos - amostragem das certidões de nascimento de Ecoporanga (1953-1954). Fonte: APEES

Como se constata no Gráfico 4, mais da metade dos indivíduos que constam nessa amostragem é proveniente de Minas Gerais, e a outra metade praticamente se divide entre capixabas e baianos. Apesar de apenas em algumas certidões constar a localidade específica da qual os indivíduos são naturais, constata-se que a maior parte desses mineiros é do Médio Rio Doce (encontramos menções aos atuais municípios de Mutum, Tarumirim, Governador Valadares, Aimorés e Mantena), sendo encontrados também, em menor proporção, indivíduos do Vale do Mucuri e também do Vale do Jequitinhonha. Entre os de origem baiana, as localidades indicam que eram em sua maioria do sul desse

Estado, e entre os capixabas as origens são muito diversas. Esse quadro, de certa forma, está em consonância com o que apontam Neves e Pacheco (1992).

Já as certidões de óbito de 1953-54 do distrito de Ribeirãozinho (Gráfico 5) revelam uma maior participação das correntes mineira (também predominante) e capixaba, havendo poucos indivíduos oriundos da Bahia. De um universo de 84 certidões analisadas, 14 eram de adultos, todos nascidos em Minas Gerais. A maior parte das certidões das certidões de óbito analisadas – 70 das 84, entretanto, eram de crianças com menos de 10 anos de idade (a maioria, da fato, com menos de 2 anos). Como já mencionado anteriormente, nesses casos as crianças são obviamente consideradas capixabas e deve-se, então, buscar então a origem dos pais, que se revelou a seguinte:

- 30 indivíduos são filhos de pai e mãe mineiros;
- 24 indivíduos são filhos de pai e mãe capixabas;
- 12 indivíduos são filhos de um casal misto – um dos pais é capixaba e o outro mineiro;

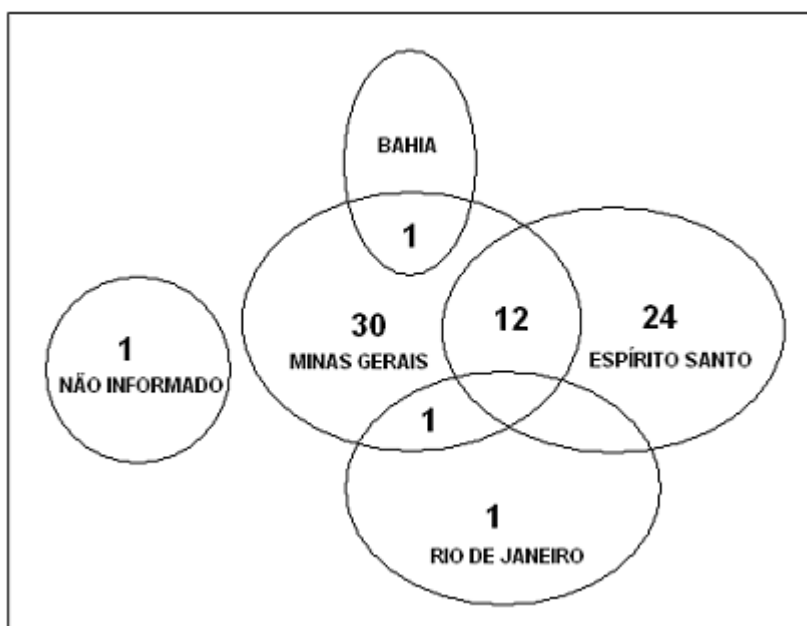


Gráfico 5 - Origem dos indivíduos – amostragens das certidões de óbito de Ribeirãozinho (1953-1954). Fonte: APEES

Há ainda dois casos em que um dos pais é mineiro e o outro é de outro estado (Rio de Janeiro e Bahia, respectivamente), um caso não identificado e outro filho de pais cariocas.

Assim como ocorreu com as amostragens de Ecoporanga-sede, a maioria dos indivíduos que constam nas certidões de óbito do distrito de Ribeirãozinho têm origens em Minas Gerais. Entre essas certidões de óbito, entretanto, pouquíssimas fazem menção sobre o local de naturalidade dos indivíduos, não sendo possível ter um retrato mais plausível acerca de qual parte de Minas Gerais eles são predominantemente oriundos.

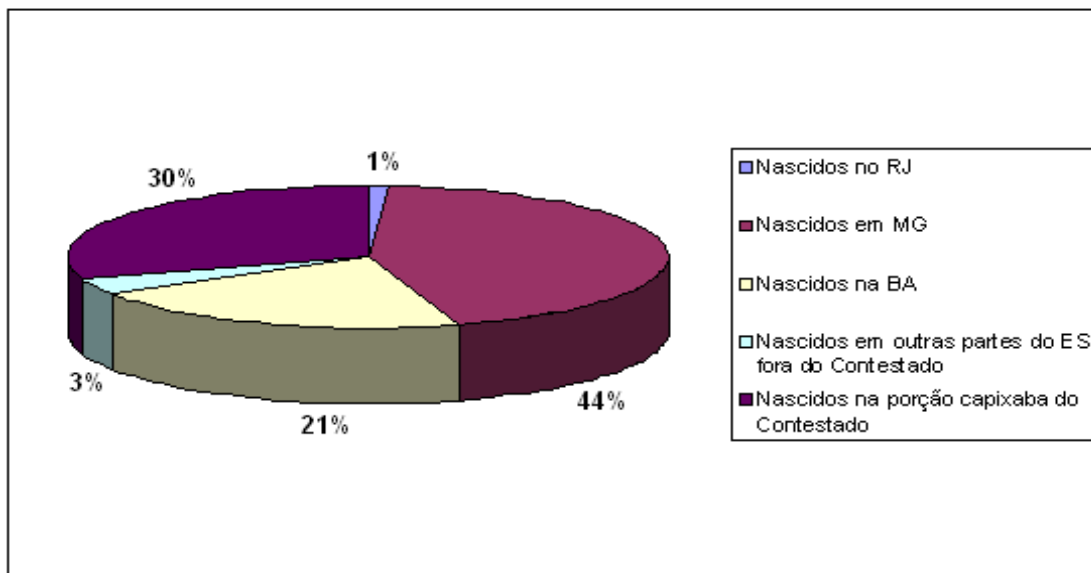


Gráfico 6 - Origem dos indivíduos – amostragens das certidões de óbito de Cotaxé (1953-1954). Fonte: APEES.

Nas certidões de óbito de 1953 e 1954 do distrito de Cotaxé (Gráfico 6), nota-se também predomínio das correntes mineiras e, em menor proporção, baiana, sendo pequeno o número de indivíduos provenientes de outras partes do Espírito Santo. Conforme gráfico a seguir, das 100 certidões de óbito analisadas, 30 são de crianças nascidas dentro da região do Contestado, no próprio distrito de Cotaxé. Entre as 70 demais, que tratam de indivíduos jovens/adultos, a grande

maioria (44 dos 73) é de indivíduos oriundos de Minas Gerais, havendo também um percentual significativo de pessoas provenientes do Estado da Bahia.

Dentre essas 30 crianças nascidas em Cotaxé (Gráfico 07), no que tange à origem, percebe-se um quadro semelhante ao dos adultos: a maioria deles é filho de pais mineiros e, em menor número, baianos, sendo muito pequeno o número de filhos de capixabas.

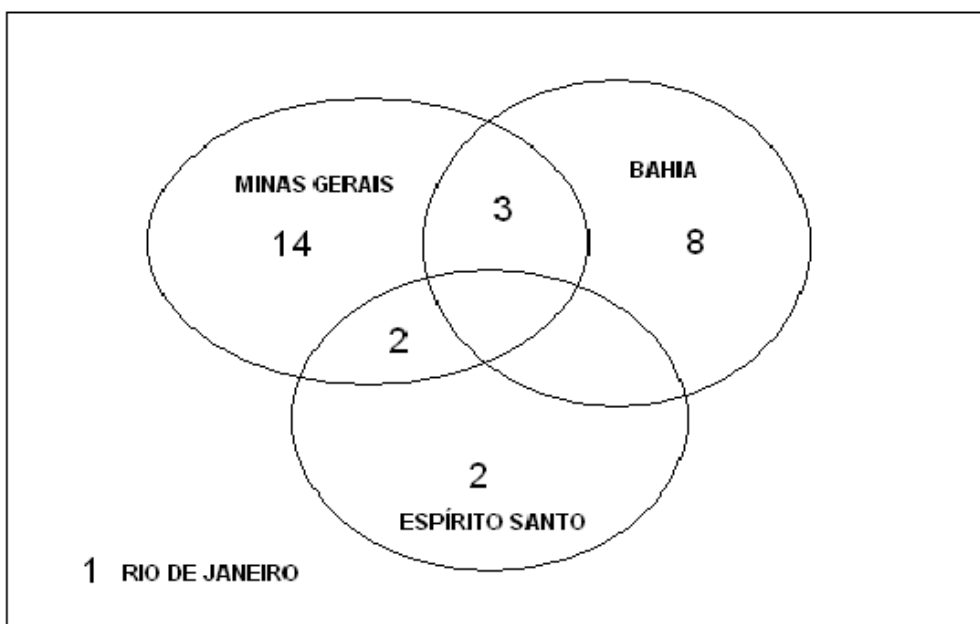


Gráfico 7 - Origem dos pais das crianças das amostragens de certidões de óbito de Cotaxé (1953-1954). Fonte: APEES.

Entre os adultos, percebe-se que o percentual de capixabas é diminuto num quadro de predomínio de mineiros, em maior proporção, e baianos, em menor percentual, e tendência semelhante se observa entre os pais das crianças que constam nas certidões, cuja maioria é de origem mineira e, em menor percentual, baiana, sendo pouquíssimos os capixabas.

As localidades de onde os indivíduos são naturais (dado que não consta em todas as certidões, como já mencionado) sugerem que a maior parte desses mineiros era oriunda do Vale do Mucuri (há amostragens de Carlos Chagas, Ataléia, Águas Formosas e Pavão) e do Jequitinhonha (há amostragens de

Arassuaí, Almenara, Joáima e Jequitinhonha), além de um número significativo oriundos do Médio Rio Doce (Caratinga, Mutum, Governador Valadares, Carangola). Entre os baianos, as localidades mais recorrentes são Vitória da Conquista e Condeúba.

3.1.4. Montanha, Mucuri e Ponto Belo

Como não há no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo certidões de cartórios dos atuais municípios de Montanha, Mucurici e Ponto Belo que datem dos primórdios da colonização dessa porção do território capixaba (décadas e 1940 e 1950), uma das poucas fontes de informações sobre as correntes migratórias que para ali se dirigiram no referido período é o dado sobre a origem da população local que consta no Censo Demográfico de 1970 (que, como já mencionado em diversas ocasiões, foi o primeiro a incluir os municípios do Contestado).

Tabela 5 – Percentual da população de origem mineira ou baiana em Montanha e Mucurici - 1970

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	MINEIROS		BAIANOS	
		TOTAL	%	TOTAL	%
MONTANHA	13358	3219	24,10%	4413	33,04%
MUCURICI	19824	7017	35,40%	3992	20,14%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1970.

Os dados desse censo indicam que mais da metade da população desses municípios é proveniente dos Estados de Minas Gerais e Bahia. Todavia, conforme o raciocínio exposto no início desse capítulo, essa informação não nos dá um quadro muito próximo do real que se verificou nos primórdios da colonização dessas áreas, visto que ela dista quase três décadas desde o início da mesma e não traz consigo informações sobre as gerações precedentes dos indivíduos. Assim, é muito provável que o percentual de pessoas oriundas de

Minas Gerais e Bahia que constam nesse censo seja representado pelas pessoas mais velhas.

O trabalho de E.Oliveira (1999, p.34) ratifica essa constatação, ao afirmar que os referidos municípios surgiram a partir da migração de trabalhadores mineiros e baianos que acompanharam a trajetória das madeiras. O polo regional dessa atividade era o município de Nanuque (que faz limite aos atuais territórios de Montanha e Mucuri), onde ela era praticada desde o início do século XX, e em função do esgotamento das matas nativas do seu entorno, levou as empresas a buscar madeira nas terras do norte capixaba e sul da Bahia.

Cruzando as informações desses dados do censo, do trabalho de E. Oliveira (1999) com as diversas entrevistas e conversas (incluindo muitas informais, não documentadas em anexo)²⁵ realizadas com a população local para a produção desse trabalho, pode-se concluir que provavelmente a população dessas áreas nos primórdios de sua colonização tenha sido primordialmente composta por mineiros e baianos. O grande número de capixabas que aparecem no censo de 1970 provavelmente refere-se aos descendentes desses migrantes de outros Estados nascidos no Espírito Santo, uma vez que já há um espaço de tempo de quase duas gerações entre o momento em que os pioneiros se dirigem para lá e momento em que os dados dos censos foram coletados.

Desta forma, pode-se dizer que, na colonização dos municípios capixabas que se originaram da área do Contestado, as frentes migratórias oriundas do próprio território capixaba somente estão significativamente presentes na colonização de Barra de São Francisco, mas ainda assim chegando ali quase uma década depois dos pioneiros mineiros, e, em menor escala, em alguns locais em Ecoporanga.

²⁵ O autor teve a possibilidade de permanecer por algumas semanas nos referidos municípios e visitar vários de seus distritos entre os anos de 2008 e 2010, trabalhando pelo Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural no Espírito Santo, promovido pelo MDA e INCRA.

No geral, em consonância com que aponta Pontes (2007), tanto esses dados obtidos no APEES como obras sobre a história local indicam que as correntes migratórias mineiras se mostraram as mais significativas na colonização dessas áreas, sendo inclusive esses nascentes povoados da porção capixaba do Contestado polarizados inicialmente por municípios mineiros: Nanuque, no caso dos atuais municípios capixabas de Ponto Belo, Mucurici e Montanha; e os municípios mineiros do norte do Vale do Rio Doce, com destaque para Conselheiro Pena²⁶, no caso do restante da região. No caso de Ecoporanga, Ponto Belo, Mucurici e Montanha, as migrações provenientes do sul da Bahia também se mostram significativas.

Em linhas gerais, constata-se, portanto, que a colonização desses municípios cujo território estava inserido no perímetro do Contestado, entre os quais estão os municípios cuja estrutura fundiária nos chamou a atenção e motivou a pesquisa, remete antes ao avanço das frentes de expansão oriundas de Minas Gerais que daquelas originadas em outras partes do Espírito Santo, sendo conveniente ainda ressaltar sobre estas (cuja participação foi pequena se comparada com aquelas de origem mineira) que elas são oriundas em sua maioria de municípios do centro-sul do Espírito Santo e não a partir da costa, subindo os vales dos rios São Mateus e Itaúnas.

Tentaremos recompor a seguir essas dinâmicas de avanço da colonização tanto pelo lado capixaba quanto pelo lado mineiro para tentarmos entender porque as frentes de expansão mineiras foram tão mais significativas na colonização das terras do Contestado que aquelas oriundas do sul do Espírito Santo e porque foi somente nas primeiras décadas do século XX que as fronteiras coloniais vieram ao avançar sobre essa área.

²⁶ Além de Silva e Lopes (1999) fazerem menção à dependência comercial em relação a esse município, Pontes (2007) aponta a existência de episódios em que as autoridades dessa cidade intervieram na região nos primórdios de sua colonização.

3.2. A expansão das fronteiras coloniais no Espírito Santo e Leste de Minas Gerais

Em meados do século XIX, as terras entre o Norte do Espírito Santo, Sul da Bahia e Leste de Minas Gerais eram ainda território de diversos grupos indígenas. Alguns autores - como Marinato (2007) - têm se referido a esse perímetro como Zona Tampão, em uma alusão à política da Coroa Portuguesa durante o apogeu da atividade mineradora no Brasil de tentar inibir a colonização dessas matas de forma a impedir qualquer contato entre o litoral e a região das minas que não fosse pelo Rio de Janeiro, já que assim seria possível maior fiscalização sobre os metais preciosos, que obrigatoriamente seguiriam para a capital a fim de serem exportados para Europa.

E tal estratégia tinha certo sucesso, já que a floresta tropical densa e os indígenas que as habitavam eram ambos muito temidos pela população colonial; a primeira pelas doenças que matavam muitos colonizadores, inaptos a viverem nesse ecossistema, e os segundos por sua imagem bestial construída pelas autoridades para justificar seu massacre, a qual acabava ratificada quando ecoavam notícias de colonos assassinados nas matas, já que sob o prisma do imaginário colonial, ficava totalmente obscuro o fato de que esses assassinatos eram o resultado da invasão dos territórios de diversos grupos indígenas, os quais, obviamente, atacavam esses “pioneiros” em represália, como uma forma de resistência.

Com o declínio da mineração a partir de fins do século XVIII, entretanto, conforme bem expõe Missagia de Mattos (2003), sob a ótica da Coroa Portuguesa e posteriormente do Estado Brasileiro, essas terras do que se chamou de Zona Tampão passaram de meio de proteção ao contrabando de metais preciosos à área que demandava urgente colonização. Todavia, a resistência indígena ainda demandou praticamente mais dois séculos para que essas terras fossem de fato conquistadas.

A área que se tornou a Zona Constatada entre Minas Gerais e Espírito Santo nas décadas de 1940 e 1960 encontra-se no centro do que fora esse reduto indígena, sendo a última porção da chamada Zona Tampão a ser colonizada, onde as diferentes frentes de expansão convergiram e se encontraram no referido espaço temporal. Uma delas vinha em sentido sudeste-noroeste, a partir do território capixaba, e outra vinha em sentido leste-oeste, a partir do território de Minas Gerais, além de migrantes de diversas partes do Nordeste, sobretudo da Bahia.

Veremos a seguir como ocorreu esse processo de expansão das fronteiras coloniais a partir de ambos os lados – Mineiro e Capixaba - a fim de entender porque a Serra dos Aimorés foi a última porção desse perímetro a ser de fato conquistada dos indígenas. Conforme exposto no início desse trabalho, tentaremos dar visibilidade ao papel dos indígenas no desenrolar desse processo de colonização, já que a maior ou menor resistência de cada grupo às políticas indigenistas, como veremos, foi um importante determinante dessa tardia convergência das frentes migratórias rumo à Serra dos Aimorés, área que se tornou objeto de litígio entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

3.2.1. As frentes de expansão no Espírito Santo

Uma característica singular do atual território capixaba dentro da história do Brasil é o fato de, ao longo da maior parte da história colonial do Brasil, ele não ter tido grande inserção direta nas atividades de grande interesse à metrópole Portuguesa. Considerando que a relação colônia-metrópole era, por essência, parasitária, ou seja, lucrativa unilateralmente à metrópole, não há muito que se lastimar sobre esse fato, já que foi esse, entre outros fatores, que permitiu que seu território conservasse grande parte da mata nativa e do contingente populacional

dos indígenas, fazendo com que ainda em meados do século XIX fosse muito pequena a área usurpada e efetivamente utilizada pelos colonizadores.

Mesmo dentro das fronteiras econômicas, a maioria das poucas povoações fundadas pelos colonizadores nos primeiros séculos de sua presença no atual território capixaba originou-se antes da atividade dos jesuítas que da produção de cana-de-açúcar. A maioria das cidades, vilas e aldeias existentes ao fim do período colonial se originaram a partir de suas fazendas e/ou missões (BITTENCOURT, 1987-a, p.63)²⁷, tais como Araçatiba, Reritiba, Guarapari, Reis Magos, Santa Cruz, Carapina e Viana. As exceções são apenas as povoações ao norte do Rio Doce, como São Mateus, Conceição da Barra e Itaúnas, nas quais não há relatos sobre significativa atividade dos missionários - conforme se conclui a partir da obra de BALESTRERO (1979). É provável, portanto, que a maior parte da população da área ocupada pelos colonizadores fosse composta por indígenas que se integraram por meio das missões, como já mencionado.

A expulsão dos missionários do território brasileiro por parte da Coroa Portuguesa durante a administração do Marquês de Pombal coincide com a ascensão da mineração na colônia, com a exploração de ouro e de outros metais nobres na porção central do Brasil, com epicentro na área hoje pertencente ao estado de Minas Gerais, o que acarretou uma série de transformações na organização territorial da colônia. O eixo político-econômico é transferido para o Centro-sul da colônia, em detrimento do Nordeste açucareiro. A economia colonial deste período passa a ser polarizada pelo eixo Minas Gerais - Rio de Janeiro, respectivamente as regiões produtora e exportadora do ouro, sendo esta última também o centro político.

A fim de evitar um possível contrabando do metal precioso (que deveria ser exportado exclusivamente pelos portos do Rio de Janeiro, para onde se transferiu a capital justamente com o intuito de intensificar a fiscalização da produção

²⁷ Ver também, a esse respeito, Bittencourt (1987-b), Capítulo 2; e Balestrero (1979).

aurífera), a Coroa Portuguesa proíbe a abertura de estradas e a fundação de vilas/aldeias nas terras entre a região mineradora e o litoral, que abrangiam áreas do atual leste de Minas Gerais, praticamente todo o interior do atual território do Espírito Santo e ainda partes do sul da Bahia. A ideia era mantê-la intransponível aos habitantes das terras colonizadas por meio da preservação das matas e dos resistentes indígenas do tronco-linguístico Jê que a habitavam.

Assim, as políticas direcionadas ao Espírito Santo durante o apogeu da mineração visavam evitar qualquer contato entre as terras capixabas e a região das minas (BITTECOURT, 1987, p.21). Mas pelas circunstâncias, é provável que mesmo sem esse decreto as fronteiras coloniais continuassem a se restringir ao litoral, já que os pivôs da colonização até então – os jesuítas – haviam sido expulsos da colônia durante a era do Marques de Pombal.

Desta forma, em princípios do século XIX, a população estimada da “capitania” (entenda-se essa denominação como a área do território efetivamente dominada pelos colonizadores, ou seja, o interior das fronteiras econômicas, restrito a uma pequena e descontínua faixa costeira) era de cerca de 24 mil habitantes, distribuídos pelas poucas vilas do litoral, praticamente as mesmas desde os primórdios da colonização no século XVI, originadas em sua maioria de missões jesuíticas.

Nessa pequena faixa do território capixaba ocupada pelos colonizadores, grande parte da população era, até o século XVIII, composta por indígenas que se misturaram aos colonizadores por meio dos missionários jesuítas e grande parte da terra fora cultivada pelos indígenas que viviam nas missões até a expulsão dos jesuítas em meados do século XVIII. Na maior parte do território capixaba, nas imensuráveis (à época) extensões de mata atlântica que se estendiam de norte a sul, os indígenas “selvagens” se mantinham resistentes: os Puris, na porção centro-sul, e os botocudos Krenak e Pojichá, respectivamente nos Vales do Rio Doce e no Alto São Mateus.

É inverídico, portanto, descrever as terras do atual território do Espírito Santo até o século XIX como “grandes vazios demográficos”, da forma como alguns relatos sugerem. Essa idéia falsa de inexistência de pessoas nas áreas a serem colonizadas, todavia, não foi uma particularidade da história capixaba. Conforme V.Moreira (2001, p.103), se trata de uma verdadeira ideologia construída e desenvolvida com a expansão colonial européia a partir do século XV, amplamente utilizada pelos impérios e posteriormente pelos Estados Nacionais, que ao minimizar e/ou desconsiderar a presença pretérita de povos nas áreas a serem colonizadas, ocultavam a violência e barbárie desse processo de conquista e subjugação.

Essa ideologia teve claramente reflexos nos relatos sobre o território e a população nativa do Brasil:

Como em um passe de mágica, as exuberantes florestas habitadas pelos índios tornaram-se, com a chegada do colono europeu, florestas vazias de gente, graças ao poder imagético do conceito de “vazios demográficos”. O caráter semi-nômade e arredio dos índios dos sertões, as freqüentes fugas para regiões menos acessíveis à onda colonizadora, a política indigenista oficial de concentração da população indígena em aldeias controladas pelo Estado e a crescente despovoação das matas contribuíram, em grande medida, para forjar a idéia de que partes do Brasil eram ou até mesmo sempre foram sertões sem gente (V.MOREIRA, 2001,101)

Sobre o Espírito Santo especificamente, a autora ainda acrescenta:

É um grande equívoco definir o território do Espírito Santo durante o século XIX como um enorme “vazio demográfico”, totalmente disponível à ação colonizadora e aos novos imigrantes. Ao contrário, no início do século XIX, a região possuía expressiva população indígena para os padrões da época. Existiam, na capitania, não apenas os chamados “índios bravos” ou “tapuias”, representantes das tribos puri, coroados, botocudos e outras, mas também os então denominados “índios mansos”, “domesticados” ou “civilizados”, isto é, aqueles que pertencentes às tribos tupiniquim e termiminó, que, desde os tempos das missões jesuíticas (1551-1760), estavam semi-integrados à modesta vida social luso brasileira. (V.MOREIRA, 2001, p.100)

Essa “invisibilidade” na historiografia não se restringe aos indígenas. Também existem evidências, como abordado no capítulo anterior, da presença

pretérita de posseiros negros/mulatos na porção centro-sul do Espírito Santo por ocasião do início da colonização com imigrantes europeus, além é claro de relatos da presença de indígenas nessa mesma porção do território capixaba - como, por exemplo, o episódio da chegada de dezenas de indígenas ao núcleo colonial de Santa Leopoldina em busca de comida em 1876 (SALETTTO, 1996-a) e outros casos presentes nas histórias contadas pelos pioneiros dos núcleos imigração estrangeiras às gerações posteriores (V.MOREIRA, 2001, p.100).

O Espírito Santo não era e nunca foi, portanto, um local “desabitado”, muito embora os dominadores desejassem que assim ele fosse visto. De fato, a expansão da colonização se acentua a partir da emergência da cafeicultura, mas ela não ocorrerá sobre áreas inabitadas por seres humanos, mas sim por territórios indígenas e terras de posseiros que vivam às margens da economia colonial.

Esse cultivo - o café, introduzido no território brasileiro ainda em fins do século XVIII, vai se consolidar nas primeiras décadas do século XIX como principal produto de exportação brasileiro em detrimento da produção açucareira e da mineração (FURTADO, 2007). O epicentro de sua expansão foi o Vale do Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, a partir de onde ela se expandiu rapidamente, atingindo também o Oeste Paulista, a Zona da Mata Mineira e o Sul do Espírito Santo (Martins, 1990, p. 26).

Os fazendeiros que se dirigiram a essa porção do Espírito Santo, próxima ao norte do Rio de Janeiro e à Zona da Mata mineira, eram oriundos, em sua maioria, dessas próprias localidades das Províncias vizinhas²⁸, e foram atraídos pela imensa extensão de matas virgens do Espírito Santo, que a seus olhos eram

²⁸ SALETTTO (1996, p.53), ao estudar o caso de Mimoso do Sul, no vale do Rio Itabapoana, afirma que é a partir dos anos de 1830 que esses fazendeiros chegam àquela região, na fronteira entre os atuais territórios do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, oriundos de deste último e, sobretudo, do próprio Rio de Janeiro (os fluminenses sozinhos representavam cerca de 40% da população livre dessa área na época). Almada (1981,1993), ao analisar registros cartoriais dessa porção do território, chega a conclusões semelhantes.

uma possibilidade de obter terras novas e férteis, tendo em vista que em suas regiões de origem as fronteiras agrícolas já estavam em processo de saturação nesse momento (ALMADA, 1981, p.14, 36 e 91). Eles traziam consigo, de suas áreas de origem, um número considerável de escravos, o que explica o significativo incremento no contingente populacional dessa região ao longo de todo o século XIX, bem como o peculiar aumento no número de cativos, mesmo após a proibição do tráfico negreiro (ALMADA, 1981, p. 23 e 31).

Essa atividade também se desenvolve em outras partes do Espírito Santo, todavia, sem vínculos diretos com a produção fluminense do Vale do Paraíba. Na Região da Capital, os primeiros produtores de café, segundo Almada (1981, p.33), eram predominantemente oriundos da própria província do Espírito Santo, o que evidencia que a produção desta área tem poucas ligações com a do Vale do Paraíba. Segundo Almada (1981, p.13 e 33), esses latifundiários cafeicultores eram em sua maioria antigos produtores de cana-de-açúcar que abandonaram este cultivo, substituindo-o pelo café em vistas de suas vantagens no que diz respeito à relação custo-benefício: melhores cotações nos mercados internacionais, custos mais baixos de beneficiamento, etc.. A partir da década de 1850, a migração estrangeira e a criação de colônias também vão contribuir para a expansão das fronteiras econômicas ao longo dos vales do Rio Santa Maria e Rio Jucu, nos arredores da capital. Todavia, o crescimento populacional e a expansão das fronteiras coloniais nessas áreas não acompanharam o ritmo da Região de Itapemirim, e somente se tornaram mais intensos a partir da década de 1870, quando se intensificam essas correntes migratórias estrangeiras rumo ao Espírito Santo.

Conforme se constata na obra de Almada (1981), entre as décadas de 1850 e 1870, houve significativa expansão da colonização com base em latifúndios escravocratas nos Vales do Itabapoana e Itapemirim, no sul da Província, e, em bem menor escala, no Vale do São Mateus, mas neste caso ainda bastante restrita à jusante do vale. Nos arredores da capital, durante esse intervalo de duas

décadas, os efeitos da colonização com base na imigração estrangeira começam a aparecer, com gradativo avanço rumo à montante dos Vales do Rio Santa Maria da Vitória, com a fundação da colônia de Santa Leopoldina; do Rio Jucu, com a fundação da colônia de Santa Isabel; e, mais ao sul, na bacia do Rio Novo, com a fundação da colônia de Rio Novo do Sul.

Tanto no sul da província como na Região Central-Serrana, o avanço das fronteiras coloniais se deu sobre os territórios dos Puris, que habitavam praticamente toda a porção interiorana do território capixaba ao sul do Rio Doce e também o litoral sul. Como o maior avanço ocorreu nas Bacias Hidrográficas do sul do Estado, os Puris muito provavelmente recuaram para áreas ao norte da Bacia do Rio Itapemirim. Tanto assim que, na década de 1850, em consonância com o pensamento indigenista da época, a maioria dos remanescentes desse grupo vão ser aldeados nos arredores do atual município de Castelo, no Aldeamento Affonsino - muito embora alguns deles ainda fossem vistos na margem direita do Rio Doce até o alvorecer do século XX (Almeida,1959).

Na década de 1890, a colonização baseada na imigração estrangeira já havia atravessado as bacias dos Rios Santa Maria e Jucu, chegando à Bacia do Rio Guandu, onde se encontrava com correntes migratórias de Minas Gerais, conforme se pode constatar na história do surgimento dos povoados que dariam origem aos municípios de Afonso Cláudio e Baixo Guandu (IBGE, 1959); e à Bacia do Rio Santa Maria do Rio Doce, da montante para jusante, sobretudo a partir da fundação da colônia de Santa Tereza.

Nessa mesma década são fundadas algumas colônias no Norte da província, como Nova Venécia, que se tornou o limite da colonização na Bacia do São Mateus; Santa Leocádia, também nesse mesmo município; e o núcleo de Muniz Freire, no baixo Rio Doce (no atual município de Linhares) e alguns núcleos no atual município de Aracruz. Mas nessa porção do Espírito Santo a influência do

capital comercial se mostrou bem inferior ao verificado no Centro-sul da província, que era seu *locus* de poder.

Na primeira década do século XX, entretanto, o Rio Doce ainda era o marco divisório entre o sul colonizado e o norte habitado pelos indígenas – os Krenak, na poção norte da Bacia do Rio Doce, em sua margem esquerda; e os Pojichá, no Alto São Mateus. As memórias do engenheiro Ceciliano Abel de Almeida, que atuou na construção da estrada de ferro Vitória – Minas na década de 1900 fornecem um bom retrato dessa fronteira, já que o trajeto da ferrovia praticamente a tangenciava. O próprio, afirma que, em 1905,

apaziguados os índios que vagueavam pelo sul do Rio Doce ficaram, entretanto, numerosas tribos que ocupavam a região da margem esquerda e que, só no primeiro quartel do atual século foram incorporados à civilização”
(...) o Rio Doce (...) exibía a margem esquerda [norte], a partir de Linhares, deserta de gente civilizada.

(...) Para o norte a mata gigantesca estendia-se até à Bahia, exceto em São Mateus, onde houve penetração no braço sul do Cricaré, e foram criadas a colônia de Santa Leocádia (...) e Nova Venécia (...) (Ibid., p.05)

A esse respeito, convém ressaltar que, como os estudos de muitos historiadores e antropólogos tem demonstrado, como Missagia de Mattos (2003) e Martins (2009), os grupos indígenas em desvantagem nos conflitos territoriais com outros grupos eram os que geralmente se mostravam mais propícios ao contato e integração com os colonizadores, sobretudo movidos pela fome que se agravava à medida que perdiam seu território. Submeter-se aos colonizadores ia se mostrando cada vez mais a única possibilidade de sobrevivência e mesmo de uma eventual vingança para com os grupos rivais.

Cada vez mais impelidos a migrar para o norte, rumo à margem sul do Rio Doce, e tendo seu território drasticamente reduzido pelo avanço da colonização no sul do Espírito Santo e pela impossibilidade de se estabelecerem ao norte desse curso d'água, território de seus inimigos Krenak, no início do século XX os Puris já haviam em grande parte se misturado aos colonizadores. Seus inimigos do norte

(os Krenak), entretanto, assim como os Pojichá, foram dos grupos que mais resistiram ao estabelecimento em aldeamentos missionários.

Todavia, as memórias de Abel de Almeida denunciavam que nesse momento da história (a primeira década do século XX), nem mesmo a margem sul do Rio Doce poderia ser de fato considerada uma área já colonizada:

(...) Também não pode ela [a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas] contar com o concurso dos moradores da margem direita [sul], porque há trechos, a partir de Regência até Colatina, quase inteiramente despovoados. Só afastada do Rio Doce [ao sul] aparece a colonização de procedência estrangeira (...)

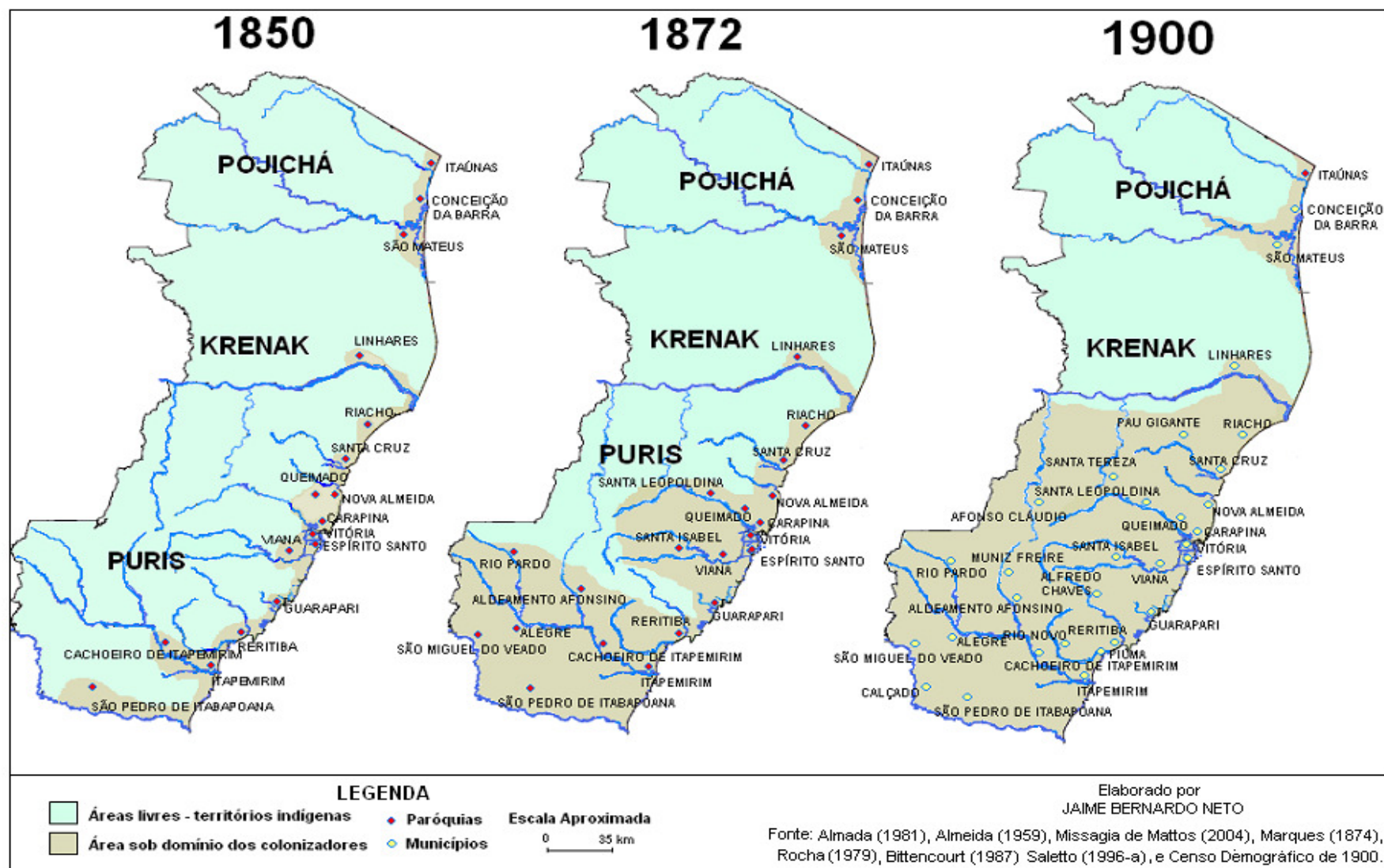
No início do século XX, portanto, a frente de expansão das fronteiras coloniais oriundas do centro-sul do território capixaba aparentemente consistia em uma faixa estreita ao longo da margem sul do Rio Doce, a qual, entretanto, era cada vez mais comprimida pelo avanço das fronteiras econômicas, mas que não conseguia avançar ao norte do Rio Doce em função da forte resistência dos Krenak às políticas de aldeamento.

Alguns autores – como Campos Júnior (2004), Saletto (1996) e Borgo et alli (1996) – atribuem o avanço da colonização sobre a porção norte do Espírito Santo, que ocorre a partir da década de 1920, à construção da ponte sobre o Rio Doce, na altura do município de Colatina, inaugurada em 1928, e à implantação da ferrovia Vitória-Minas. Não se pretende aqui negar a influência desse desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação sobre esse processo. Todavia, essa perspectiva ignora um fator altamente adverso - aparentemente até mais adverso que o obstáculo representado pelo curso d'água – à colonização daquelas terras: a presença dos Krenak e sua resistência às políticas de aldeamento, às quais em consonância com o pensamento indigenista da época, substituíram a guerra direta, a partir da segunda metade do século XIX, enquanto estratégia para conquista dos territórios indígenas.

Os ataques desses indígenas a muitos dos que se aventuravam na margem norte do Rio, aliada à imagem bestial que predominava no imaginário coletivo da época acerca dos grupos denominados Botocudos, que segundo Duarte (2002) fora construída pelo Império para legitimar os massacres e as próprias políticas de aldeamento, tornava-os profundamente temidos pela população “civilizada”, mesmos pelos indivíduos mais excluídos da sociedade colonial, que em geral eram os que se aventuravam nas frentes de expansão em busca de um tão sonhado pedaço de terra que lhes pudesse proporcionar uma vida mais digna.

Em um bom exemplo desse contexto, Almeida (1959, p.188) relata um episódio em que ele e um colega de trabalho, em suas horas de folga nos trabalhos de construção da ferrovia, atravessaram o rio e foram andar por sua margem norte, contemplando as belezas naturais da região. Seus superiores, entretanto, ao serem informados por alguns operários do paradeiro do engenheiro, imediatamente ordenaram a uma comitiva de trabalhadores que os encontrassem e os trouxessem de volta à margem sul o mais rápido possível, temendo que eles fossem vítimas dos ataques dos Krenaks. Depois desse episódio, o autor menciona ainda que ele e seu colega teriam ficado com fama de “imprudentes” por terem ousado ir às terras indígenas.

Em outra experiência, Almeida (1959, p.201-206) relata uma tentativa de contato entre alguns trabalhadores da ferrovia e os Krenak na qual mesmo com o auxílio de uma indígena que atuava como “língua” (tradutora) e repetidamente dizendo que vinham em paz e que traziam presentes, quando seu bote se aproximava da margem norte foram recebidos por chuvas de flechas que os levou ao pânico.



Mapa 8 – Fronteiras coloniais capixabas e territórios indígenas – comparação 1850, 1872 e 1900.

Assim, conforme se percebe a partir do Mapa 8, até o início do século passado as fronteiras coloniais no atual território do Espírito Santo avançaram por praticamente toda a porção de seu território ao sul do Rio Doce, mas ao norte deste era ainda muito incipiente, restrita às cidades e vilas litorâneas. Na margem norte do Rio Doce propriamente dito, a colonização apenas ia até poucos quilômetros a oeste de Linhares. Ela só penetrava um pouco mais à sua hinterlândia na Bacia do Rio São Mateus, mas apenas até a altura do atual município de Nova Venécia²⁹, onde fazia fronteira com o território dos Pojichás, igualmente resistentes à tentativas de subjugar-los levadas a cabo pelas autoridades através dos aldeamentos.

Desta forma, se a ausência da ponte sobre o Rio Doce era uma séria adversidade à inserção das terras ao norte desse rio no circuito comercial da cafeicultura capixaba e conseqüentemente à expansão das fronteiras econômicas, certamente não seria grande empecilho para o avanço da frente de expansão apenas, tendo em vista que os indivíduos que habitavam essa faixa eram aqueles que se encontravam às margens da sociedade que se desenvolvia dentro das fronteiras coloniais, em sua maioria de origem negra e/ou indígena, que tinham como objetivo primordial obter terras para sobreviver sem ter que se subordinar a terceiros. Para eles, portanto, a falta de comunicação com as áreas dentro das fronteiras econômicas talvez sequer fosse vista como problema, uma vez que o avanço destas é que causava sua expulsão.

Ocorre que se atravessar o rio era fácil - bastava um bote ou canoa e alguns minutinhos de remo (nos pontos mais largos esse curso d'água não chega a ter sequer um quilômetro de extensão) - estabelecer-se do outro lado é que era complicado e muito arriscado. Por isso, foi somente a partir da década de 1920, quando os diversos subgrupos Krenak já estavam aldeados, que as fronteiras

²⁹ Segundo Pontes (2007, p.45), as tentativas governamentais para colonização da Bacia do São Mateus atraíram um número muito pequenos de imigrantes nacionais e estrangeiros, razão pela qual, muito provavelmente, essa frente de colonização não avançou à montante da bacia hidrográfica.

coloniais avançaram de forma mais intensa nessa porção do atual território capixaba.

3.2.2. As frentes de expansão na porção Mineira dos Vales dos Rios Mucuri e Doce

Na segunda metade do século XVIII – a partir mais ou menos de 1750 – a produção de ouro e diamantes reduziu-se em quase toda Minas Gerais. No Jequitinhonha, a mineração levava povoadores para a região entre a cabeceira e a barra do Rio Araçuaí, sempre guiados por “descobertos” de ouro e cursos de rios. Naquele tempo, a área povoada ia do Peçanha a Itamarandiba, e daí a Minas Novas, Chapada, Berilo e finalmente São Domingos, que era como se chamava a atual cidade de Virgem da Lapa.

Abaixo [ao sul / sudeste] da barra do rio Araçuaí, e além das chapadas que repartiam seu vale com o Mucuri (...) tudo era uma imensa mata (...)

Todo o Mucuri, inclusive o próprio rio, eram desconhecidos, e até começos do século XIX foram poucos os corajosos a se aventurarem por lá. Era terra de febres e índios (Ribeiro, 1996, p.17)

A colonização do Mucuri – entendendo esse termo como a expropriação dos territórios indígenas - está intimamente ligada a dois eventos históricos consecutivos e complementares que contribuíram para direcionar as frentes de expansão rumo àquelas terras a partir da segunda metade do século XIX: a abertura de estradas para comunicação do Nordeste de Minas Gerais com o litoral, tão ambicionado por segmentos das classes dominantes regionais e executado por Teófilo Otoni e a Companhia do Mucuri; e à atuação dos missionários Capuchinos na catequese dos indígenas nos aldeamentos criados a partir da segunda metade do século XIX, mais especificamente a partir do Regulamento das Missões de 1845, como forma de extinguir o “perigo” indígena que ainda inibia a utilização das estradas abertas pela Companhia do Mucuri e, conseqüentemente, contribuía negativamente não só para o avanço das fronteiras coloniais, mas também para que fosse pequeno o fluxo de viajantes e tropeiros por esses caminhos, cuja abertura havia representado altos custos à Companhia e mesmo ao Governo (que posteriormente assumiu seus empreendimentos).

As frentes de expansão que avançaram em direção àquelas matas remontam ao Alto Jequitinhonha, no Nordeste de Minas Gerais, onde se situavam alguns centros importantes à época, como Diamantina e Minas Novas, e cuja maioria dos povoados surgiu em decorrência da expansão da extração de metais nobres na província. A esperança de rápido enriquecimento a partir do descobrimento de novas jazidas era o combustível que movia muitos aventureiros rumo às áreas ainda “desconhecidas” pelos colonizadores, dentro de territórios indígenas.

A partir das imediações de Ouro Preto, em sentido norte, foi-se descendo o Vale do Jequitinhonha; primeiro descobriram importantes jazidas em Diamantina, e, posteriormente, em meados do século XVIII, chegaram até as proximidades da Barra do Rio Araçuaí, onde surgiu a povoação de Minas Novas. A partir daí, esse movimento colonizador se bifurcou: continuou a descer o Jequitinhonha e também atravessou os divisores de água, esboçando adentrar-se no Alto Mucuri.

Atividade de natureza predatória e condenada ao rápido declínio, a mineração gradativamente perde importância devido ao esgotamento das jazidas e, tão rápido quanto aglomera pessoas, tornando-a uma atividade de caráter urbano, sua decadência inicia uma diáspora dessa população outrora aglomerada em torno das reservas minerais. Tal fato ocorreu primeiro nas áreas de jazidas mais antigas, no Centro-sul de Minas Gerais. Essa região passa então por transformações econômicas, e, dentro da divisão territorial do trabalho do Brasil colonizado, assume, com o declínio de suas jazidas, o papel de fornecedor de gêneros agrícolas à capital Rio de Janeiro, que se consolida como um dos maiores centros urbanos da colônia. Posteriormente, as localidades da atual Zona da Mata Mineira e seus arredores também inserir-se-ão na cafeicultura, a partir da expansão produção do Vale do Paraíba do Sul, fazendo com que o Centro-sul de Minas Gerais, mesmo com o declínio da mineração, continuasse a ser o polo econômico e político da província.

No Nordeste de Minas Gerais, o declínio da mineração dá lugar também a atividades agrícolas. Muitos foram os aspirantes a mineradores que se aventuraram naquelas terras e acabaram por se tornar agricultores e dar origem a novos povoados. Diferente da Zona da Mata mineira, ali se destacavam a produção de algodão para exportação e a pecuária. Segundo Araújo (2003), essa parte da província continuou a ocupar uma posição subalterna em relação ao Centro-sul, o qual fazia o intermédio comercial entre o Nordeste Mineiro e os principais mercados consumidores e/ou exportadores no Rio de Janeiro, acumulando, portanto, grande parte do capital gerado no Nordeste da Província.

Por isso, um dos anseios das classes dominantes do Nordeste de Minas Gerais era poder comercializar diretamente com a capital e os centros exportadores. E esse era precisamente o propósito dos empreendimentos da Companhia do Mucuri, que pretendia criar uma via de comunicação entre o litoral e as cidades de Minas Novas e Peçanha (ARAÚJO, 2003). Todavia, para isso seria preciso atravessar vasto território indígena que se estendia por praticamente todo o vale, até as proximidades da vila de São José do Porto Alegre (atual município de Mucuri, no Estado da Bahia), habitado por vários grupos indígenas identificados pelos colonizadores dos Vales do Mucuri e do Rio Doce sob a designação genérica de “botocudos” (à semelhança dos Krenak, que habitavam o médio Vale do Rio Doce e que se encontravam além das frentes de expansão capixabas) devido a um ornamento que alguns indivíduos utilizavam nos lábios, o botoque. Esses mesmos grupos foram, em outros períodos históricos, chamados pelos colonizadores de Aimorés, conforme concluem os estudos lingüísticos de C.Emmerich e Montserrat (apud MISSAGIA DE MATTOS, 2003, p.42).

A colonização “espontânea” daqueles sertões de Minas Gerais fluía de forma bem lenta antes das intervenções da Companhia do Mucuri e da Catequese Missionária, já que penetrar naqueles territórios indígenas era algo que se situava no limite tênue entre a ousadia e a insensatez, por basicamente dois motivos: o primeiro é que, conforme Duarte (2002), as autoridades da época, com intuito de

legitimar a guerra contra os indígenas nos Vales dos Rios Doce, Mucuri e partes do Jequitinhonha, alimentavam no imaginário da população a imagem dos botocudos como bestas selvagens e antropófagas; o segundo, factual, era que essa imagem degenerada acabava ratificada, uma vez que grande parte dos pioneiros nas fronteiras de colonização de fato eram atacados e mortos pelos indígenas, que buscavam defender seu território dessas invasões.

Assim, quando do início da construção da estrada que ligaria Minas Novas ao litoral sul da Bahia, as terras do Vale do Mucuri eram quase que totalmente desconhecidas dos colonizadores (à exceção das proximidades da foz, em São José do Porto Alegre), sendo território de vários grupos indígenas, e o surgimento de muitas vilas e povoados da região foi decorrente exatamente dessa intervenção. À leste de Minas Novas, os sinais da colonização estavam presentes apenas em Alto dos Bois (entre os atuais municípios de Capelinha e Angelândia), onde estava localizada uma guarnição militar na fronteira com os territórios indígenas, criada no início do século XIX, e nos poucos aldeamentos indígenas já existentes nas redondezas, como os do Surubi (na própria região de Alto dos Bois) e do Pote, à oeste do braço sul do Mucuri, e algumas esparsas fazendas. No braço norte do Rio Doce, as fronteiras coloniais estavam ao redor dos povoados de Peçanha e Figueira (atual Governador Valadares).

O trajeto da estrada que começa a ser construída em fins da década de 1840 se estendia por uma região montanhosa, de relevo bastante acidentado, entre Minas Novas e o local onde a Companhia fundaria a Vila de Filadélfia, na confluência do Rio Todos os Santos e o Rio Mucuri, passando pelo Aldeamento do Poté; e por um trecho de relevo mais ameno, porém também sem possibilidades reais de navegação, entre Filadélfia e Santa Clara (atual Nanuque). Também seria aberta uma via ligando o povoado de Peçanha, no norte do Rio Doce, à Filadélfia, visando escoar também a produção dessa área pelo caminho a ser aberto até o litoral.

Segundo Araújo (2003), a Companhia acreditava viável a navegação por todo o curso do Rio Mucuri, a qual ela acreditou que lhe proporcionaria grande lucro pelo ousado empreendimento. Em troca da abertura de uma estrada atravessando os temidos territórios indígenas, a Companhia do Mucuri teria alguns privilégios, como, por exemplo, o monopólio sobre a navegação na Região, ligando-a a São José do Porto Alegre, e entre esse ponto e a capital (Rio de Janeiro), e também privilégios sobre as terras às margens da estrada.

Todavia, logo cedo os investidores perceberam que o projeto havia se equivocado quanto à possibilidade de navegação pelo Rio Mucuri. Teófilo Otoni, idealizador e principal acionista da Companhia do Mucuri, acreditava ser esse curso d'água plenamente navegável a partir do que lera nos relatos de Pedro Victor Renault, engenheiro que na década de 1830 havia se aventurado pelo Vale do Mucuri numa expedição que saiu de Minas Novas e foi até o litoral, em São José do Porto Alegre. Todavia, segundo Araújo (2003), Renault havia passado por ali durante o período chuvoso do ano (verão), quando há aumento da vazão dos rios e, conseqüentemente, da possibilidade de navegação dos mesmos, e nem Otoni nem os engenheiros da Companhia haviam atentado para esse fato. O início do trecho do rio que era navegável por grandes embarcações encontrava-se a mais de 100km a jusante de onde se implantaria a Vila de Filadélfia, em local denominado posteriormente de Santa Clara do Mucuri (atual Nanuque), e, ainda assim, somente era possível utilizá-lo em sua plenitude durante a estação das chuvas. Por isso, seria necessário abrir muitos quilômetros mais de estrada do que os investidores inicialmente previram, de modo a ligar Filadélfia à Santa Clara, e só dali em diante seria possível, e ainda com algumas restrições, a navegação a vapor.

Mas a maior adversidade ao êxito do projeto de colonização daquelas matas era, sem dúvidas, a massiva presença de indígenas, que não venderiam barato o domínio sobre seu território, e que, como já mencionado, eram tidos no imaginário coletivo da época como criaturas vis e de comportamento bestial, com

fama de antropófagos, o que inspirava profundo terror aos “nacionais”, fato posteriormente considerado inverídico por muitos antropólogos³⁰, mas que era alimentado pelas autoridades do Império para servir de justificativa às violentas políticas para acabar com esses grupos indígenas.

Desta forma, após a construção das estradas almejadas pela Companhia do Mucuri, esperava-se que fosse fluir em direção àquelas terras uma grande quantidade de imigrantes nacionais, esperançosos em obter um tão sonhado pedaço de terra que lhe assegurasse a sobrevivência, e assim as fronteiras coloniais avançariam significativamente. Mas o medo dos “botocudos” era tão grande, que aparentemente nem mesmo os mais pobres mineiros estavam inicialmente dispostos a se aventurar naquelas frentes de expansão.

3.3. Territorialidades Indígenas nas matas da “Zona Tampão”

O conceito de território é um dos que tem encontrado maior polissemia na literatura científica, e não somente por seu recorrente uso no senso comum, mas por ser utilizado por diferentes áreas do saber, sobretudo na Antropologia e na Geografia. Em obra dedicada quase exclusivamente a essa discussão, Haesbaert (2005), faz uma crítica às acepções mais comuns em ambas ciências: a Geografia teria de forma recorrente reduzido o conceito à sua dimensão econômica, considerando o território como simples fonte de recursos, e/ou política, considerando-o como uma projeção espacial de relações de poder, uma área sobre a qual se exerce domínio; enquanto a Antropologia, por sua vez, teria reduzido esse conceito à sua dimensão simbólica ou idealista, considerando o território como um espaço para com o qual um determinado grupo ou indivíduo

³⁰ Em nenhuma das obras consultadas sobre a colonização das terras entre o nordeste mineiro e norte do Espírito Santo, área habitada pelos grupos chamados de “botocudos”, há qualquer indício de prática antropofágica entre esses indígenas, nem mesmo do “canibalismo religioso”, de cunho ritualístico, recorrente segundo Martins (2009) entre grupos indígenas das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Horta (2002), em artigo dedicado especificamente a colonização do Mucuri, chega a conclusão semelhante.

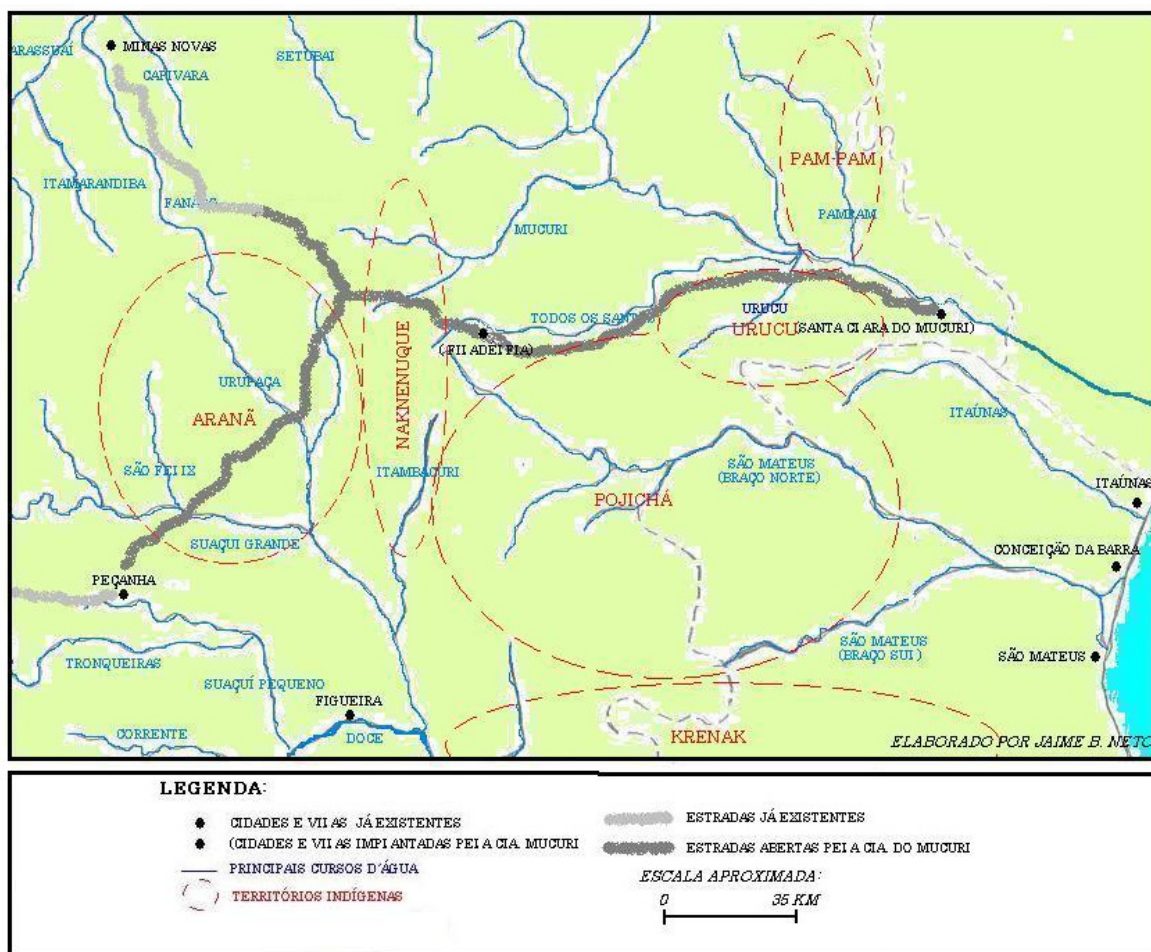
nutre um sentimento de pertencimento mútuo, e que atua como um vetor em sua própria reprodução cultural/social. Segundo o referido autor, para que esse conceito possa ser uma ferramenta eficiente na análise das relações entre sociedade e espaço, é preciso levar em conta todas essas dimensões. Essa tendência também tem sido observada em autores contemporâneos da Antropologia, como Little (2002), os quais também fazem uso do conceito de território sob uma acepção multidimensional (material, política e simbólica).

Nesse sentido, a área onde, em meados do século XIX, se concentrariam os investimentos da Companhia, era aquele que talvez possa ser considerada o último grande reduto territorial indígena no Sudeste do Brasil. A maioria dos grupos indígenas comumente citados nos relatos sobre essas terras eram pertencentes à família lingüística que foi posteriormente denominada de Botocudo³¹ (a partir da popular alcunha para denominar esses grupos), tais como os Pam-pan, Naknenuque, Aranã, Urucu e Pojichá, cujos territórios situavam-se ao longo do trecho a ser cortado pelas estradas que ligariam Minas Novas e Peçanha a São José do Porto Alegre (atual Mucuri, no litoral sul da Bahia), além dos Krenak, que nessa mesma época habitavam a margem norte da Bacia do Rio Doce (Mapa 9).

Para se compreender as dinâmicas espaciais desse processo de colonização é fundamental entender alguns aspectos peculiares das territorialidades desses povos indígenas, cuja organização política era mais fragmentada e complexa do que nosso imaginário ocidental normalmente pressupõe, a qual é mais perceptível a partir dos relatos sobre o avanço das fronteiras coloniais mineiras que capixabas, sobretudo pela maior diversidade de grupos indígenas com que aquela teve contato.

³¹ Os estudos lingüísticos de Loukotka (1939, apud Missagia de Mattos [2004]) propõe um mapeamento lingüístico dos indígenas do leste Brasileiro subdividindo o tronco lingüístico Macro-Jê em quatro famílias lingüísticas: Machacali, Coroadó, Patachó e Botocudo.

Missagia de Mattos (2004, p.43-44) destaca o faccionalismo como característica comum a todos os grupos pertencentes ao tronco lingüístico Macro-Jê (entre os quais se inserem chamados de “botocudos”), que não se organizavam de uma forma coesa, unitária, e sim em grupos pequenos, independentes e mesmo rivais entre si, em constantes litígios territoriais, mas que compartilhavam um mesmo sistema cosmo-sociológico.



Mapa 9. Croqui das Territorialidades indígenas no Vale do Mucuri e Adjacências em meados do século XIX

Segundo Missagia de Mattos (2004, p.137-140), essa característica remonta à instituição do xamanismo, fortemente arraigada nessas sociedades indígenas. Segundo a mencionada autora, esses povos criam no poder sobrenatural de alguns indivíduos, como os xamãs e (mais tarde, no contato com os colonizadores) os próprios missionários capuchinos, que também tiveram entre

os indígenas esse status de portador de poderes sobrenaturais. Para esses indígenas, não havia uma possibilidade de “acaso” nos acontecimentos, que eram sempre relacionados ao exercício desses poderes sobrenaturais. Assim, por exemplo, ocorrências de doenças e/ou mortes em um grupo eram atribuídas por seus membros, na maioria das vezes, aos xamãs de grupos rivais, o que seria motivo que justificaria um ataque em represaria. Esses recorrentes conflitos geralmente resultavam também na apropriação das mulheres dos grupos vencidos, o que por um lado acirrava os ânimos entre eles e, por outro, contribuía para a criação de laços de parentesco entre grupos rivais, o que explica o paradoxo da existência de uma unidade sócio-cosmológica em meio ao distanciamento espacial imposto pelos constantes litígios.

No que tange a sua relação material com o meio, sabe-se que os botocudos dependiam basicamente da caça, coleta, e de uma esparsa agricultura itinerante (a qual, segundo Martins [2009], era em geral desenvolvida a partir do próprio contato com os colonizadores). Eles necessitavam, portanto, de uma área significativa para atender às suas demandas e garantir o manejo das áreas de cultivo com a regeneração do solo, e por isso apresentavam grande mobilidade dentro de seus domínios territoriais.

Sob a perspectiva ecológica de Barth (2000, p.40), pode-se dizer que os diversos grupos botocudos eram grupos étnicos que ocupavam o mesmo nicho ecológico e, portanto, monopolizavam determinadas áreas em uma disputa por recursos. Por consequência, havia territorialidades bem definidas entre eles – ainda que não claramente identificáveis pelos colonizadores. A redução desse nicho, à medida que a colonização avançava, diminuía sua capacidade de suportar esses grupos, o que tinha repercussões significativas em suas relações sócio-espaciais, acirrando as disputas territoriais e, por vezes, forçando a definição de novas territorialidades, em face da diminuição das matas. Por isso, a configuração territorial que se verifica nos relatos dos colonizadores pioneiros

daquelas terras certamente não é a mesma desde os primórdios da presença européia na América³².

Devido aos conflitos territoriais cada vez mais frequentes e intensos em virtude do avanço das fronteiras coloniais sobre as terras indígenas, os grupos indígenas em desvantagem frequentemente misturavam-se aos colonizadores numa forma estratégica de garantir sua sobrevivência. Esta era uma forma de obter tanto reforços para o combate aos grupos indígenas inimigos quanto de obter alimentos, tendo em vista que a perda territorial tinha severas consequências nesse sentido.

Era o que comumente ocorria, segundo Missagia de Mattos (2004, p.68), nos quartéis militares criados nas fronteiras de colonização, que quase sempre estreitavam contato com alguns grupos indígenas. Em decorrência da fome que assolava os grupos em desvantagens das disputas territoriais, as guarnições militares tinham como política fazer dos quartéis um local de provisão de alimentos. Em decorrência disso, eram feitos os contatos com esses grupos, geralmente com promessas de auxílio do Estado na luta contra os grupos rivais, de forma a obter sua cooperação. Frequentemente os próprios indígenas serviam como soldados nesses postos militares (MISSAGIA DE MATTOS, 2004, p.71-73), que se aproveitavam não só de sua mão-de-obra, mas, sobretudo, do conhecimento do terreno que os indígenas possuíam. Estes, por sua vez, faziam uso dos equipamentos e armas dos colonizadores para atacar seus grupos inimigos que ainda viviam nas matas.

Relação semelhante ocorreu entre alguns grupos indígenas e fazendeiros das áreas às bordas de seus territórios, os quais tinham grande interesse em

³² Em virtude dessa grande mobilidade dentro de seus territórios e da constante redefinição territorial entre os diversos grupos conforme as fronteiras coloniais avançavam sobre as matas, os indígenas – e aqui, em particular, os do tronco lingüístico Macro-Jê – têm sido recorrentemente qualificados como ‘nômades’, o que pode nos levar a supor a ausência de fortes laços simbólicos entre esses indivíduos e as áreas onde viviam, o que é um equívoco, como será exposto posteriormente.

utilizar sua mão-de-obra, sobretudo na abertura de novas fazendas nas matas além das frentes de expansão. Alguns bons exemplos foram as relações entre o Barão dos Aimorés e os Pojichá, nos arredores do atual município de Nova Venécia, e a família dos Gomes Leal com os Naknenuques, no extremo oposto da Zona Tampão, nos arredores da atual Teófilo Otoni (MISSAGIA DE MATTOS, 2004, e Machado, 2000). Esses colonos que “acolhiam” os indígenas frequentemente acabavam interferindo também em suas relações com outros grupos, incentivando os conflitos a fim de utilizar como escravos possíveis prisioneiros feitos por seus aliados³³.

Essa tendência a se misturar aos colonizadores, sobretudo por parte dos grupos mais fracos (em termos de domínios territoriais), parece ser a justificativa, por exemplo, para os colonizadores terem atribuído “*maior propensão à civilização*” por parte dos grupos da família lingüística Machacali apontada nos relatos sobre o leste de Minas Gerais referentes a esse momento histórico. Segundo Missagia de Mattos (2004, p.73), os diversos grupos dessa família lingüística se mostravam em clara desvantagem nas disputas territoriais com os grupos “botocudos”, e por isso os antecederam, dentro desse reduto territorial indígena entre o norte capixaba, leste de Minas e sul da Bahia, no estreitamento de laços com os colonizadores como estratégia de sobrevivência.

Por ocasião do início dos empreendimentos da Companhia do Mucuri, grande parte dos antigos territórios desses grupos indígenas (os Machacali) já era ocupada por colonizadores, e esses indígenas, em grande parte, haviam se misturado aos colonos pioneiros dessas áreas. É o que se constata a partir da história sobre núcleos populacionais como o de Peçanha, no Vale do Suaçuí Pequeno (IBGE, 1959); Minas Novas, no Rio Fanado (FREIRE, 2002); e no divisor de águas entre o Mucuri, o Jequitinhonha e o Doce, em Alto dos Bois, onde se

³³ Apesar de proibida a partir do regulamento das Missões, a utilização dos indígenas como escravos era recorrente naqueles “sertões”. O comércio de “kurucas” (crianças indígenas), geralmente capturadas nos combates intra-étnicos, era relativamente comum segundo autores que abordam a história da região, como se pode constatar nos trabalhos de Missagia de Mattos (2004) e Ribeiro (1996).

originou o município de Capelinha (MACHADO, 2000). Os relatos de Palazzolo (1973, p.38-39) também reforçam essa constatação de clara desvantagem dos grupos indígenas pertencentes à família lingüística Machacali nos litígios territoriais com os “botocudos”.

Posteriormente, em meados do século XIX, era o território dos Aranã que se encontrava em maior contato com as fronteiras da colonização a oeste. Ao que tudo indica, assim como os Machacali haviam feito pouco tempo atrás, os Aranã se misturaram aos colonizadores em Alto dos Bois, Peçanha e mesmo em Figueira, como estratégia para fazer frente aos Naknenuque, com os quais tinham forte rivalidade e cujo território ficava a leste, nas proximidades do Itambacuri e do Alto Mucuri.

Da mesma forma, também parece ser essa a explicação para a maior propensão dos Naknenuque em se misturar aos colonizadores e, posteriormente, à se estabelecerem nos aldeamentos que são implementados a partir do Regulamento das Missões de 1845. O maior e mais bem sucedido de todos os aldeamentos Capuchinos, o de Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri, fundado em 1873, era composto quase que exclusivamente por grupos Naknenuque durante as duas primeiras décadas de sua existência. Diferentemente do que ocorreu com os Nakneunque, no aldeamento do Poaia, criado também na década de 1870 para estabelecer os Aranã (uma vez percebida a impossibilidade de aldeá-los junto aos Naknenuque, devido às rivalidades étnicas), os missionários tiveram imensa dificuldade em convencer os indígenas a se estabelecerem no local durante as duas décadas em que ele existiu. O próprio aldeamento do Itambacuri foi fundado pelos missionários graças à ajuda dos Naknenuque, que anteriormente também mantiveram uma relação amigável com o próprio Teófilo Otoni e com o engenheiro francês Victor Reaneut, que se aventurou na região do Mucuri na década de 1830.

Como mencionado anteriormente, as razões dessa maior ou menor propensão à sujeição aos colonizadores parece ter raízes na situação territorial em que cada grupo se encontrava. Convém por isso fazer uma breve análise da territorialidade desses grupos indígenas (a partir do Mapa 9) que se encontravam dentro da área a ser atravessada pela estrada a ser aberta pela Companhia do Mucuri.

O território Naknenuque fazia limite com o território Aranã, a oeste, e com os territórios dos Pojichá, a leste, no Alto São Mateus. Nos conflitos entre os vários grupos botocudos, eles conviviam, portanto, com litígios em ambas as bordas – leste e oeste - de seu território, bastante estreito se comparado com os demais, o que possivelmente os deixava em condição territoriais desfavoráveis em relação a esses dois grupos.

Os Pojichá, ao que tudo indica, eram o grupo botocudo em situação territorial mais confortável. Tanto assim que, ao contrário da maioria dos outros grupos, historicamente resistiram muito mais à sujeição aos colonizadores. E os Aranã, os quais provavelmente foram fortalecidos nesses conflitos territoriais com seus rivais por meio das relações com fazendeiros e quartéis das fronteiras a oeste, igualmente demonstravam rejeição às políticas de aldeamento.

Nessas circunstâncias, se estabelecer nos aldeamentos oficiais certamente se mostrava uma boa opção para os Naknenuque (e provavelmente foi por esse mesmo motivo que, conforme Araújo (2003), eles haviam sido bastante receptivos à comitiva da Companhia do Mucuri algumas décadas antes), mas não era algo necessário e/ou tão favorável aos Aranã e menos ainda aos Pojichá, que praticamente não sofriam a pressão da expansão das fronteiras coloniais a leste, por parte da Província do Espírito Santo, a qual só vai se deslocar a jusante do Vale do São Mateus a partir da última década do século XIX, com a criação de alguns núcleos coloniais onde hoje se situa o município de Nova Venécia (NARDOTO e OLIVEIRA, 1999), mas que, em linhas gerais, foi incipiente (em se

tratando de avanço da colonização) enquanto, houve resistência desses indígenas.

Na relação entre os Puris, Krenak e Pojichá, aqueles que habitavam o interior do atual território do Espírito Santo, nota-se tendência semelhante no mesmo período. Os primeiros, cujo território se limitava ao norte com o dos Krenak, tendo como fronteira o Rio Doce, foram os pioneiros a se misturarem aos colonizadores, muito provavelmente por terem sido os primeiros a sentirem os efeitos da redução territorial, tendo em vista o significativo avanço das frentes de expansão capixabas ao sul do Rio Doce. Foram os primeiros dos três a se aldear, ainda em meados do século XIX, no Aldeamento Affonsino (nas proximidades do atual município de Castelo). Porém, os Krenak e Pojichá, inimigos ferrenhos entre si, vão resistir aos aldeamentos até ao alvorecer do século XX, muito provavelmente por não terem tido perdas territoriais significativas nesse interstício – do lado capixaba, em sentido sudeste-noroeste, a colonização mal chegava à margem sul do Rio Doce, e do lado mineiro, em sentido inverso, ela ainda estava ocorrendo primordialmente sobre os territórios dos Aranã, na Bacia do Rio Suassuí, e dos Naknenuque, nos arredores do aldeamento de Itambacuri.

Teófilo Otoni foi um dos primeiros colonizadores a dar atenção mais significativa a essas territorialidades e rivalidades entre os diversos grupos indígenas. Este político mineiro, tão logo iniciou os trabalhos da Companhia do Mucuri e constatou o clima de conflito entre os grupos indígenas, percebeu que para êxito de seus empreendimentos – e em acordo com as idéias indigenistas da época – deveria, além de procurar manter uma relação pacífica com os diversos grupos indígenas, tentar também minimizar os conflitos entre eles, já que não podia se arriscar a tornar-se aliado de uns e, por conseqüência, inimigo de outros.

Os relatos sobre os primórdios da colonização do Mucuri evidenciam que de fato a habilidade diplomática desse político mineiro devia ser soberba, já que durante o período em que esteve à frente da Companhia – entre a década de

1840 e início da década de 1860 - houve certa estabilidade nos conflitos internos entre os grupos indígenas do Vale do Mucuri e entre estes e os colonizadores (ARAÚJO, 2003). As evidências indicam que, como já mencionado, ele manteve um contato mais próximo com os Naknenuque, em cujo território estava o local escolhido para instalação da Vila de Filadélfia, mas também interveio nas relações entre os grupos que habitavam as proximidades do local onde seria fundada a vila de Santa Clara³⁴ (ARAÚJO 2003, p.65) - atual Nanuque - local destinado pela Companhia a ser o porto fluvial do Rio Mucuri.

Após seu afastamento da direção da Companhia, entretanto, houve um recrudescimento dos conflitos entre os botocudos e entre esses e os colonizadores, e foi nesse momento que o Império Brasileiro passou a ver na catequese missionária uma alternativa para resolver o “problema indígena” da região, já que mesmo após a conclusão da estrada ligando Minas Novas ao litoral, essa “ameaça” continuava intimidando os comerciantes e viajantes a seguirem por ali e utilizarem o porto de Santa Clara do Mucuri para escoar sua produção rumo à capital ou outros centros no litoral, e em decorrência disso não se verificou a intensificação dos movimentos migratórios que se esperava que ocorresse rumo ao Mucuri em virtude da abertura das estradas.

O estabelecimento das missões capuchinas no Mucuri, que ocorre principalmente a partir da década de 1870, teve que se adaptar às relações territoriais entre os diversos grupos indígenas. Uma das primeiras constatações dos missionários foi a impossibilidade inicial de juntar grupos distintos em um mesmo aldeamento, como eles e o Governo pretendiam. Por isso, os Naknenuque foram estabelecidos em Itambacuri, que ficava em seu território, e para os Aranã foi criado outro aldeamento, na Bacia do Rio Suaçuí, dentro de seu respectivo território. Tanto segundo Palazzolo (1973) quanto Missagia de Mattos (2003), em face da resistência dos Pojichás em se aldear no Itambacuri, cogitou-se até a criação um aldeamento especificamente para eles – o de Cana Brava, no Alto São

³⁴ Pela localização, é provável se tratassem dos Pojichá e Urucu.

Mateus, dentro de seu território, que, entretanto, nunca se efetivou, e a resistência desses indígenas ainda duraria por décadas após a criação do Itambacuri.

Todavia, à medida em que a catequese transformava a cultura dos grupos aldeados, essas relações territoriais se modificam, enfraquecendo-se o laço entre os grupos e seu território e mesmo minimizando as rivalidades entre eles, como veremos a seguir.

3.4. Aldeamentos missionários e a desterritorialização indígena

Apesar de disporem de armas mais sofisticadas e de contarem com o apoio do Império Brasileiro e de seu aparato militar, a maioria dos colonizadores temia profundamente os grupos indígenas “botocudos” e via as zonas de fronteira coloniais como locais de muita insegurança. Conforme cita Araújo (2003), não eram raros os casos de alguns indivíduos mais ousados que abriam sítios próximos às matas “infestadas” de indígenas e simplesmente desapareciam sem deixar vestígios. Desta forma, mesmo os mais pobres e desesperados lavradores nacionais em busca de terra recebiam se instalar naquela região, o que fazia com que o avanço das frentes de expansão fosse bem lento.

A intensificação dos conflitos decorrente do avanço das fronteiras coloniais no Vale do Rio Doce a partir de meados do século XVIII levou o Estado brasileiro a adotar, no início do século XIX, a “Guerra Justa” contra os botocudos, por meio da Carta Régia de 13 de maio de 1808, a qual tentava ao mesmo tempo incentivar novos colonos a se estabelecerem nos territórios indígenas mediante incentivos tributários e dando-lhes o direito de fazer uso da mão-de-obra dos indígenas aprisionados durante os confrontos para conquistas daquelas terras (apud. Machado, 2000).

Ao longo do século XIX, entretanto, as estratégias para conquista dos territórios indígenas adotadas pelo Império Brasileiro e autoridades regionais vão mudar de direcionamento, deixando de lado o incentivo ao conflito direto e apostando na “incorporação” do indígena à população “nacional” mediante a catequese, o que fora oficializado e ratificado pelo Regulamento das Missões de 1845. O Império nomeava Diretores Gerais dos Índios em todas as províncias para *“deliberar sobre os assuntos indígenas e instaurar estabelecimentos missionários para o aldeamento oficial dos índios, cujas diretrizes haviam que ser preferencialmente entregues aos capuchinos italianos”* (MISSAGIA DE MATTOS, 2004, p. 81)

É muito provável que essa mudança de diretrizes tenha sido motivada pela constatação da pouca eficiência – no que diz respeito ao tempo necessário para o avanço das fronteiras coloniais e a conquista de novas áreas - dos conflitos diretos com os grupos indígenas “botocudos”, uma vez que estes demonstraram ser praticamente imbatíveis dentro de seu território, conseguindo fazer frente aos colonizadores mediante sua grande mobilidade territorial e eficientes táticas de guerrilhas nas matas, como descrito em detalhes por Palazzolo (1973, p. 35) com base nos relatos de Frei Ângelo de Sossoferato (missionário que viveu por décadas com os botocudos no Aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos de Itambacuri). No Vale do Mucuri, em particular, tal situação era um sério obstáculo aos empreendimentos da Companhia de Teófilo Otoni.

Como bem ressalta Araújo (2003, p.85), a estratégia mudava, mas não por fins humanitários ou por sensibilidade, mas simplesmente porque os aldeamentos e a catequese se mostravam um método mais eficiente para fazer avançar as fronteiras coloniais sobre as terras indígenas. No Vale do Mucuri e proximidades, a maioria dos aldeamentos foi criada na década de 1870, em função, principalmente, do recrudescimento dos conflitos decorrentes das mudanças na direção da Companhia do Mucuri e de sua política para com os indígenas após Teófilo Otoni deixar o controle dos empreendimentos da empresa, o que resultava

em muita insegurança para os colonizadores, inibindo o fluxo de imigrantes rumo às aquelas “novas” áreas e deixando os viajantes receosos de utilizar a estrada de Santa Clara.

A localização do aldeamento do Itambacuri, o mais importante da região e onde inicialmente o Império pensou que poderia estabelecer todos os grupos indígenas daquelas matas, foi de certa forma bem planejada. O ponto escolhido ficava no divisor de águas entre os Vales do Itambacuri, do Mucuri e do São Mateus, em um ponto que dava acesso a todos eles, na interseção entre os territórios de três grupos: Aranã, à oeste, Naknenuque, no centro, e Pojichá, à leste. Foi com a ajuda dos Naknenuque, os quais conheciam bem aqueles terrenos (os quais ficavam em seu território) e que já tinham tido contato com os colonizadores através de Teófilo Otoni e a Companhia do Mucuri, que os missionários definiram o local para instalação do Aldeamento (PALAZZOLO, 1973, p. 43). Todavia, os missionários não contavam com as rivalidades entre esses grupos indígenas e tampouco com o forte elo entre esses indivíduos e o seu território, o que viria a frustrar as intenções de criar um único aldeamento e deslocar para ali todos esses grupos.

As relações desses grupos indígenas e seu território era muito mais profunda do que os missionários e as autoridades brasileiras puderam imaginar. Utilizando as idéias de Haesbaert (2005), pode-se dizer que eles ignoraram, em seus planos, o elo “simbólico/idealista” entre aqueles grupos o espaço em que vivam. Muitos aspectos culturais fundamentais, como ritos e representações, estão intimamente ligados ao espaço e à natureza ao redor de uma dada sociedade, e estes representam para ela muito mais que simplesmente recursos materiais, mas um requisito para sua reprodução social e cultural. Entre os botocudos, Missagia de Mattos (2003) cita casos em que essa relação fica evidente. Determinados grupos acreditavam, por exemplo, que os poderes de seus xamãs eram mais fortes nas terras consideradas sagradas e em maldições inerentes a outros pontos da selva, dos quais se devia manter distância. Por isso, inicialmente os missionários se

viram compelidos a se adaptar às territorialidades desses grupos e criar aldeamentos específicos para cada um deles, dentro de seu respectivo território.

Uma das pretensões dos aldeamentos e da catequese era precisamente enfraquecer e destruir esses laços dos indígenas para com seu próprio território, de forma a viabilizar a usurpação deste e o avanço das fronteiras coloniais. A idéia era destruir os indígenas sem matá-los, convertendo-os em “nacionais”, em um projeto político inspirado na atuação pretérita dos jesuítas, vigente durante maior parte do período colonial. No que tange à dimensão material, essa “conversão” significaria a adoção de uma nova maneira de se relacionar com o meio: a forma de vida semi-nômade dos grupos “botocudos” daria lugar ao sedentarismo propiciado por uma economia baseada na agricultura nos moldes coloniais/ocidentais, que demandava muito menos espaço para a reprodução dos indivíduos, deixando uma imensurável extensão de terras “livres” para serem colonizadas. E quanto à dimensão simbólica, como já enfaticamente exposto, a derrubada da mata, por si só, já era um duro golpe contra a cosmologia indígena, atuando de forma complementar à catequese em sua supressão. Tanto na obra de Palazzolo (1973) quanto de Missagia de Mattos (2003), fica evidente que a estratégia para atingir esse fim, por meio dos aldeamentos, baseava-se em dois pilares: segregar as crianças indígenas do convívio com seus pais e, paralelamente, intensificar o contato entre indígenas e “nacionais”.

Os diretores dos aldeamentos e as autoridades brasileiras responsáveis pelos assuntos indígenas rapidamente chegaram à conclusão que era muito difícil – senão impossível – obter efetivos resultados com a catequese de indivíduos já adultos. Por mais que almejassem tornar atraente para os indígenas sua permanência nos aldeamentos, são recorrentes os relatos segundo os quais eles nunca aderiam plenamente ao estilo de vida “ocidental”, sendo muito comum que de tempo em tempo regressassem às matas e ao seu antigo modo de vida³⁵. Do

³⁵ Frei Serafim, do Aldeamento de Itambacuri, por exemplo, em suas tentativas de aldear os temidos Pojichá, afirmava que *era “forçado a permitir-lhes uma ou duas vezes no ano, as caçadas na floresta bruta do São*

ponto de vista estritamente religioso, fato semelhante era perceptível, já que os indígenas – em geral os que já eram adultos quando do início da catequese - não abandonavam plenamente o xamanismo, como pode ser constatado na análise que Missagia de Mattos (2003) faz da revolta ocorrida no aldeamento de Itambacuri em 1893, cujos protagonistas eram todos indivíduos já considerados cristianizados³⁶.

Tão logo se constatou esse fato, as crianças indígenas - os “kurucas” - passaram a ser o principal alvo da catequese missionária. Em Itambacuri e também nos outros aldeamentos, as autoridades procuravam persuadir os indígenas a entregarem suas crianças ao cuidado dos missionários, e, em troca, lhes davam o que, em seu discurso parcial e comprometido, Palazzolo chama de “agradados” (geralmente ferramentas ou alimentos mais requintados). As crianças que eram entregues aos diretores dos aldeamentos vivam em regime de internato nas escolas de catequese, juntamente com os filhos dos “nacionais”³⁷, e viam seus pais e familiares com pouca frequência, já que os missionários e autoridades percebiam que esse contato trazia uma séria adversidades à catequese, pela transferência cultural entre as gerações, enquanto seu objetivo nos aldeamentos era o extremo oposto, conforme consta de forma explícita nos relatórios de Frei Serafim, diretor do aldeamento do Itambacuri, ao afirmar que *“com a morte dos velhos índios, o tempo fará desaparecer a distinção presentemente entre índios e nacionais”* e *“...com a proteção divina e a ajuda do Governo”* ele esperava *“colher em breve ótimos resultados”* (ofício de dezembro de 1895, apud Palazzolo [1973, p.175]).

Mateus, para não adoecerem ou ficarem desgostosos” (Relatório de 31 de dezembro de 1895, apud Palazzolo [1973, p.175]).

³⁶ Muito embora as autoridades tenham á época atribuído a tentativa de assassinar os missionários levada a cabo por indígenas do aldeamento – Naknenuque e Aranã em sua maioria (os Pojichá se recusaram a tomar parte na investida contra os missionários, retornando às matas) - ao propósito de retomar as terras onde se havia criado o aldeamento e as benfeitorias ali construídas, a autora defende a hipótese de que tal fato está relacionado à persistência das crenças xamanistas nos indígenas considerados “cristianizados”, que atribuíam à “magia” dos missionários capuchinos o grande número de indígenas mortos por enfermidades trazidas pelos “nacionais” que cada vez mais ali se instalavam em início da década de 1890.

³⁷ Essa designação é utilizada para se referir a praticamente todos que, do ponto de vista cultural, eram considerados não-indígenas.

Essa estratégia de subordinação dos indígenas ao projeto colonialista não diferia muito daquilo que ainda hoje ocorre no contato entre os nativos americanos e os “nacionais”, baseando-se no que R. Oliveira (1976, p.18) se refere como a construção de uma identidade negativa, a cujos efeitos as crianças são particularmente mais suscetíveis (daí a prioridade dada a elas nesse processo de catequese).

Quanto aos mais velhos, a estratégia era outra. Consistia em fazê-los conviver, nos aldeamentos, juntamente com os “nacionais” que para lá se dirigiam (que em geral eram camponeses desprovidos de terras, em sua maioria negros, mulatos e muitas vezes de própria descendência indígena, oriundos das áreas de colonização mais antiga do território mineiro, os quais visam obter um tão sonhado pedaço de terra) uma vez que os missionários acreditavam que isso poderia contribuir para trazer aqueles “selvagens” à civilização.

Com esse intuito, os capuchinos incentivavam os casamentos entre nacionais e indígenas a tal ponto que, em alguns casos, chegavam a doar terras para os casais “mestiços” como forma de presentear a união. Eles julgavam que a convivência do indígena com o “nacional” na vida conjugal era eficaz para “corrigir-lhe os erros de conduta”, ou seja, reprimir seu antigo modo de vida, já que o próprio cônjuge assim tenderia a atuar na relação, “fiscalizando” o comportamento do outro e fazendo-o se adequar à cultura dos colonizadores (PALAZZOLO, 1973, p.172). Por isso, desde cedo os diretores do aldeamento de Itambacuri pressionaram as autoridades a rever a legislação sobre as terras do aldeamento, já que inicialmente a presença dos “nacionais” não era permitida. Dessa maneira, também começava a nascer uma crescente rede de vínculos de parentesco entre os indígenas e os “nacionais”, algo para o qual, segundo Palazzolo (1973), os primeiros demonstravam grande respeito e consideração. Usando as terminologias de Barth (2000), pode-se dizer que objetivo com isso era induzir os

indígenas à condição de minoria, o que estimularia sua “assimilação” pelo grupo dominante, “*encapsulando*” os diferenciadores sociais.

Apesar de alguns casos bem sucedidos de “conversão” entre os adultos, era sem dúvida entre os mais jovens que esse processo tinha mais eficácia, tanto que no Vale do Mucuri os resultados mais significativos começaram a aparecer no intervalo de tempo de uma década e meia a duas décadas a partir da criação dos aldeamentos do Itambacuri e do Poaia, ou seja, aproximadamente o intervalo de tempo de uma geração. Exemplo disso é o nítido enfraquecimento da rivalidade verificada outrora entre os diversos grupos botocudos, já que na década de 1890, com a morte do missionário responsável pelo aldeamento do Poaia, muitos Aranã deste aldeamento são transferidos para o aldeamento de Itambacuri, algo que se mostrou inviável duas décadas antes, quando se pretendia inicialmente aldeá-los conjuntamente no Itambacuri.

Todavia, o relativo sucesso dessa tática de colonização pelo lado mineiro restringia-se aos Naknenuque e (em menor intensidade) aos Aranã, e era ainda incipiente entre outros grupos, notadamente os Pojichá, que se recusaram a se estabelecer nos aldeamentos e continuaram a ser um obstáculo à colonização do Mucuri até o alvorecer do século XX, conforme se constata nos relatos de Palazzolo (1973, p.122), sendo uma das possíveis razões pelas quais o Alto São Mateus, onde se encontra a maior parte dos territórios desses temidos grupos, foi a última fronteira de colonização entre o Leste de Minas Gerais e o Extremo Norte do Espírito Santo. Do lado das frentes coloniais capixabas, os Krenak também se mostraram muito resistentes às políticas de aldeamento, o que fez com que essas fronteiras se mantivessem ao sul do Rio Doce até a década de 1920, como veremos a seguir.

3.5. A resistência de Krenaks e Pojichás e o perímetro do Contestado

Os crenaques e os Munhagiréns ou Giporocas, de S. Mateus [os Pojichá], são selvagens que muito se diferenciam. Da tribo dos Crenaques os homens usam ligeiríssima tanga, só na frente, e as mulheres andam nuas. São de uma vivacidade gritadora, sempre agitados e à procura de alimentos. Não há pudor entre eles.

Os homens da tribo dos Giporocas de S. Mateus são sisudos e menos vivazes. Não são expansivos e riem pouco e baixo. As mulheres não se aproximam de homens estranhos. Raramente falam ou pedem qualquer coisa.

A ferocidade dos Crenaques, se não era igual à dos Pojichás não se afastava, entretanto, de suas tropelias.

Almeida (1959, p.85)

Os relatos de Almeida (1959) feitos sobre esses grupos indígenas no início do século XX (de um profundo prisma profundamente colonial, deve-se ressaltar) ilustram o contexto da colonização capixaba nos anos de 1900, cujo território apresentava amplas áreas ao norte do Rio Doce por onde nem mesmo as frentes de expansão haviam avançado em virtude da resistência dos indígenas – mais especificamente de dois grupos botocudos: os Krenak, na porção norte do Vale do Rio Doce, e os Pojichá, no Alto São Mateus.

Missagia de Mattos (2004, 180) menciona, com base em relatos de Palazzolo (1973, 102) e Almeida (1959, 80), a possibilidade de que os grupos que ficaram conhecidos como Krenak e Pojichá terem uma origem comum, e terem se tornado rivais em função da redução territorial decorrente do avanço das fronteiras coloniais. Segundo essa mesma autora (MISSAGIA DE MATTOS, 2005), os grupos designados de “botocudos” eram nomeados pelos colonizadores a partir da alcunha de seus líderes – normalmente chamados pelos colonizadores de “capitães”, em alusão à hierarquia militar. Assim deve ter ocorrido em relação aos Krenak, alcunha que era utilizada para designar os grupos aliados e com parentesco entre si que habitavam diversas partes da porção norte da Bacia do Rio Doce³⁸.

³⁸ Segundo Almeida (1959, p.84-85) o subgrupo do capitão Nazaré, por exemplo, vivia na Bacia do Rio Pancas e possuíam parentes que vivam sob a liderança do Capitão Muim na Bacia do Rio Ituetto, além de mencionar haver outros grupos nos arredores dos atuais municípios de Aimorés e Resplendor.

Apesar de possuírem laços de amizade e parentesco entre si, a tentativa de estabelecer todos os Krenak em um único aldeamento também se mostrou inviável em função do forte elo entre esses grupos e o local onde viviam. Por esse motivo, entre a última década do século XIX e a primeira década do século XX, foram criados vários aldeamentos para os diferentes subgrupos Krenak, sendo os dois mais próximos do atual território capixaba o do Pancas, no Rio de mesmo nome, nos arredores do atual município homônimo, e do Mutum, nos arredores dos atuais municípios de Aimorés/MG e Baixo Guandu/ES.

A resistência desse grupo somente vai ser plenamente vencida com o aldeamento dos últimos indivíduos em fins da década de 1910, o que contribuiu para que a colonização a partir da frente de expansão capixaba atravessasse o Rio Doce. As evidências indicam que o último foco de resistência Krenak no atual território capixaba foi vencido com a criação do aldeamento à montante da Bacia do Rio Pancas, e segundo Missagia de Mattos (2003, p.396), foi somente a partir de 1920 que tal feito teve reflexos sobre o avanço das frentes de expansão:

No ano de 1920, a Diretoria do Serviço de Proteção ao Índio (...) vangloriava-se da “civilização” ocorrida com o afluxo dos invasores – em torno de 20 famílias – porque estes, gratuitamente, colonizaram a terra onde “de 1911 até fins de 1919 não pisavam outros civilizados senão os empregados do Serviço de Proteção[ao Índio]

A resistência dos Pojichá, por sua vez, parece ter sido tão ferrenha quanto a desses grupos Krenak, senão mais intensa, levando em conta que mesmo com os esforços para colonização do lado mineiro, que tentavam aldeá-los desde a década de 1870, somente serão plenamente submetidos aos aldeamentos na década de 1910. Segundo Missagia de Mattos (2003, p.178), esses indígenas que habitavam o Alto São Mateus no início do século XX, designados Pojichás, se distribuíam em cinco subgrupos que, seguindo a tradição colonial, foram nomeados em virtude do “capitão” que outrora liderara todo o contingente daquelas matas, falecido na década de 1880.

Apesar de sua resistência normalmente ser atribuída a um isolamento em relação aos colonizados, as evidências levam a crer o contrário, ou seja, que foi a partir do contato com os colonizadores que esses indígenas teriam aprimorado sua capacidade de resistência. Segundo Missagia de Mattos (2003, p.60), tal idéia, chamada de “disciplina da selvageria”, seria

(...) a suspeita [no imaginário colonial] de que os selvagens sofisticavam seu potencial rebelde através do conhecimento adquirido com a convivência histórica com os colonizadores, como imputado aos Pojichá, que teriam logrado resistir a séculos de perseguição através de semelhante estratégia.

O que parece dar justifica a essa suspeita é o fato de que haver muitos relatos de contato dos Pojichá com os colonizadores, sem que isso tenha resultado em seu aldeamento ou submissão. O próprio capitão Pojichá, por exemplo, teria estabelecido contato com Teófilo Otoni nos primórdios dos empreendimentos da Companhia do político mineiro no Vale do Mucuri. A relação entre esse grupo e a Companhia do Mucuri demonstra como as atitudes dos diversos grupos botocudos – e em particular dos Pojichá - eram fruto de um julgamento consciente por parte dos indígenas diante de sua situação territorial dentro daquela geopolítica das matas, e não um reflexo de sua “selvageria”, algo aleatório, como o pensamento colonial normalmente supõe.

Segundo Araújo (2003, p.64-65), na década de 1850, após terem atacado uma equipe da Companhia do Mucuri que adentrara em seu território, os Pojichá, então liderados pelo capitão que lhes deu esse nome, haviam fugido para as matas. Teófilo Otoni, entretanto, não lhes respondeu com violência e fez questão de travar diálogo com esses indígenas, convencido de que este era o melhor caminho para concretizar seus intentos de construção de uma estrada que atravessaria seu território. Alguns homens da Companhia, seguindo os indígenas, teriam conseguido chegar ao local onde estavam estabelecidos seus quijemes³⁹, possibilitando a realização dessa conversa que o político mineiro tanto almejava, e

³⁹ Abrigos improvisados construídos pelos indígenas durante sua permanência sazonal nos diversos pontos de seu território.

que, segundo o referido autor, teria sido muito positiva aos interesses da Companhia. Teófilo Otoni teria conseguido, então, firmar uma aliança com o grupo do capitão Pojichá, explicando-lhes muito enfaticamente que não tinha intenção de lhes roubar o território e que só precisava que a estrada fosse aberta na mata para o tráfego entre Filadélfia (atual Teófilo Otoni) e Santa Clara do Mucuri (atual Nanuque). Após essa explicação e, é claro, a oferta de muitos presentes (desde ferramentas à comida), o líder indígena teria concordado não só em permitir as obras e o tráfego, mas também em firmar uma trégua com os indígenas que viviam nas proximidades de Santa Clara - provavelmente do grupo que ficou conhecido como Urucu, e cujo conflito com os Pojichá trazia um clima de “incertezas” sobre o futuro da estrada - e, de “brinde”, o mineiro ainda ganhou hospedagem por uma noite na aldeia dos Pojichá.

Na mesma década de falecimento do capitão Pojichá, mais precisamente em 1885, de fato ocorreu que alguns Pojichá foram estabelecidos no Aldeamento do Itambacuri. Todavia, tudo indica que representavam um percentual pequeno do total de indivíduos que compunham esse grupo e ainda, dentre esses aldeados, a maioria voltou às matas após a revolta indígena em 1893 e, segundo os missionários, “*recomeçaram a incomodar os fazendeiros vizinhos*” (PALAZZOLO, 1973, p.195) e “*reviver o terror*”, realizando saques a viajantes e às propriedades de fazendeiros da região (PALAZZOLO, 1973, 225).

Outro exemplo desse contato entre os Pojichás e os colonizadores pode ser encontrado nos relatos de Almeida (1959, p.74), narrando um episódio de sua infância, vivida em São Mateus, quando foi às matas do Rio Cricaré pescar e caçar com parentes e amigos e encontram um grupo de indígenas que ele acredita terem sido os Pojichá:

quando chegamos à Cachoeira da Serra, fomos imprevisivelmente cercados por indígenas, que, por três dias, nos detiveram.
Algumas palavras articulavam em português. Um que supusemos ser o capitão de maloca e a quem os outros obedeciam, chamava-se Luís. Acreditamos que fossem da tribo dos Pojichá e que procedem do Itambacuri, de um dos

aldeamentos ali fundados pelo Padre Frei Serafim de Gorízia, porque faziam pela manhã, quando se despertavam, o sinal da cruz.

Éramos dezessete civilizados acompanhados, continuamente, por igual número de selvagens, que, à noite pernoitavam conosco. Os outros sumiam-se na mata. As mulheres e as crianças apareceram-nos ao amanhecer do quarto dia quando nos retirávamos, depois de presentear a maloca com mantimentos e ferramentas.

Admiravam-nos as espingardas de cartuchos e as carabinas Winchester. Convidaram-nos para sermos seus aliados a atacarmos os índios do sul, do Rio Doce, os Crenaques.

A atitude dos Pojichá nesse encontro condiz tanto com a “disciplina da selvageria” quanto o que fora exposto sobre a geopolítica desses grupos indígenas. Ao entrar em contato com os “civilizados”, esses indígenas buscavam, além de comida, armas e alianças para fazer frente aos Krenak, cujo território fazia limite com o deles, no divisor de águas entre a Bacia do São Mateus e as sub-bacias da margem norte do Rio Doce.

As evidências demonstram que a resistência desse grupo durou até a primeira década do século XX. Em 1905, por exemplo, várias manchetes de “O Mucuri”, noticiavam ataques dos “*temidos Pojichás*” às estações de Bias Fortes, Francisco Sé e Presidente Pena, na Estrada de Ferro Bahia-Minas (PALAZZOLO, 1973, p.226), cuja maior parte do traçado fora construído praticamente em paralelo à Estrada de Santa Clara, aberta pela Companhia do Mucuri. Além disso, Almeida (1959, p.81) menciona que “*ainda em 1909 os Pojichá atacaram e mataram uma família de lavradores do Córrego do Ouro, um afluente do rio Todos os Santos*”. Segundo esse mesmo autor, foi “*somente em agosto [de 1909] se obteve a paz com os dois Capitães Paulo Pojichá e Joaquim Vackman Pojichá, a qual foi rota pelas mulheres velhas que protestaram não querer ficar no Itambacuri*”.

Segundo Almeida (1959, p.81) e Missagia de Mattos (2003, p.226), foi somente em 1910 que os últimos indivíduos desses grupos (já em número bem reduzido em decorrência dos confrontos com os colonizadores, da situação territorial adversa, e das novas e vorazes doenças espalhadas pelos imigrantes

que se dirigiam àquelas terras) se estabeleceram definitivamente no Aldeamento do Itambacuri.

No caso específico dos Pojichá, como se constata nos trabalhos de Missagia de Mattos (2005) e Palazzolo, tal mudança de postura se deveu principalmente ao grande número de mortes entre os adultos do sexo masculino nos diversos conflitos com os colonizadores, que se acentuaram a partir dos empreendimentos da Companhia do Mucuri e a fundação do Aldeamento do Itambacuri, que aumentaram o fluxo de colonos para a região, o que gradativamente reduzia sua capacidade de resistência às invasões de seu território. Tal fato, entretanto, não amenizava o terror que seu nome e sua imagem inspiravam sobre o imaginário dos colonizadores, que continuaram a temê-los enquanto mantiveram seu estilo de vida “selvagem” nas matas.

Desta forma, num contexto de abandono da guerra direta aos indígenas em detrimento da estratégia de criação dos aldeamentos enquanto forma de expandir os domínios coloniais sobre seus territórios, a resistência às políticas de aldeamento por parte dos Krenak, na porção norte do Vale do Rio Doce, retardando o avanço das fronteiras coloniais pelo lado capixaba, e, sobretudo, a mesma resistência a essas políticas por parte dos Pojichá, no Alto São Mateus, justificam ter sido essa localidade a última fronteira colonial tanto pelo lado de Minas Gerais como do Espírito Santo, resultando no litígio entre os dois estados, decorrente de sua colonização a partir das décadas de 1930 e 1940.

É difícil, entretanto, estabelecer uma relação de causa e consequência entre esses fatores, já que, segundo Missagia de Mattos (2004), a própria indefinição de limites provinciais também acabou sendo favorável à resistência indígena:

As relações de belicosidade entre os subgrupos botocudos, além de revelarem aspectos de sua política interna (...) podem ser lidas através da relação política entre as províncias, em disputa com relação aos seus limites territoriais. De fato, a ausência de uma linha jurisdicional bem definida entre Minas e Espírito

A atuação, desde a década de 1870, do governo de Minas Gerais sobre os indígenas do alto São Mateus é possivelmente a explicação para a falta de menção desses indígenas nos relatos históricos sobre a expansão das fronteiras coloniais no Extremo Norte e Noroeste do Espírito Santo, diferentemente do que ocorreu na colonização de praticamente todo o restante do território capixaba, onde a presença pretérita dos ameríndios e o contato entre estes e os migrantes pioneiros pode ser encontrada nas entrelinhas de sua historiografia. O que ocorreu foi que os indígenas do Alto São Mateus, os Pojichá, “desapareceram” antes que a expansão das fronteiras coloniais do território capixaba conseguisse atingir essa área (a partir da década de 1940) graças às políticas indigenistas levadas a cabo pelo Estado vizinho, Minas Gerais, no sentido de viabilizar a colonização das terras entre o norte do Vale do Rio Doce e o Vale do Mucuri, desde as últimas décadas do século XIX.



162

Não é, portanto, mera coincidência que o perímetro da área litigiosa do Contestado praticamente coincida com o território dos Pojichá (ver Mapas 9 e 10). Até as primeiras décadas do século XX, as autoridades de ambos os Estados (Minas Gerais e Espírito Santo) desconheciam essas áreas, o que levou os acordos existentes até então sobre os limites estaduais a serem firmados a partir da delimitação de fronteiras demasiado genéricas, sem referenciamento concreto, preciso, e, por isso, facilmente questionáveis, como de fato ocorreu posteriormente, gerando intensos conflitos políticos entre essas unidades da federação.

O depoimento de um representante do Governo do Estado do Espírito Santo que atuou nas negociações entre os estados na definição desses limites em 1928 deixam bem claro esse quadro de desconhecimento dos terrenos e insegurança dos colonizadores pioneiros naquelas terras, temendo ainda uma possível presença indígena:

quando cheguei á estação de Presidente Bueno na Estrada de Ferro Bahia a Minas, de onde deveria buscar o ponto inicial do limite a traçar, os seus moradores ainda guardavam os riscos e percalços que as caravanas que, no passo não muito longínquo, se defrontaram com os índios Aimorés no percurso de tropa entre o extremo da linha férrea e a cidade de Theóphilo Ottoni, ou nas aventuras de penetração na Selva (SOARES[1946], apud Pontes [2007, p.41]).

Essa recomposição do processo de avanço da colonização rumo às terras do antigo Contestado parece respaldar o argumento utilizado por Palazzolo (1973) para, em meio à polêmica sobre quem exerceria a jurisdição sobre a região, defender que aquelas terras fossem incorporada ao território mineiro. O missionário afirma que a colonização dessa área (a conquista dos territórios indígenas, poder-se-ia dizer mais claramente) deveu-se antes a migração de camponeses mineiros e empenho das autoridades desse ente federado que das frentes migratórias e autoridades capixabas (o que, de fato, é ratificado por todas as informações obtidas a partir das fontes aqui utilizadas).

Nessas circunstâncias, foi preciso, para os nossos propósitos nessa pesquisa, buscar também o entendimento de, se não da formação econômico-social que caracterizava as frentes de expansão do Nordeste de Minas Gerais como um todo, pelo menos das relações de propriedade da terra e produção no meio rural, tendo em vista seus reflexos sobre a apropriação das terras nessa área do Extremo Norte Capixaba abordada nessa pesquisa.

3.6. A propriedade da terra e as relações de produção no Nordeste de Minas Gerais e sua influência sobre o Extremo Norte Capixaba

A formação econômica-social vigente no interior das fronteiras coloniais que avançavam pelo Nordeste Mineiro entre a segunda metade do século XIX e início do século XX guardava pouca semelhança com aquela que predominava dentro das áreas colonizadas a partir das frentes de expansão endógenas ao território capixaba no mesmo período, as quais reuniam uma série de circunstâncias favoráveis à apropriação de terras na forma de pequenas propriedades rurais por parte dos camponeses (ainda que de forma seletiva) em decorrência, sobretudo, da hegemonia política do capital comercial. A situação no interior das fronteiras de colonização mineira que desciam o Vale do Mucuri, a partir do Jequitinhonha, se aproxima mais da imagem clássica que se tem do coronelismo no Brasil, tendo sido marcada por um maior grau de concentração fundiária (se comprada com o caso capixaba, por exemplo) e hegemonia política da oligarquia rural.

Isso não significou, entretanto, que os camponeses tenham sido privados da utilização da terra. À semelhança do que ocorreu em diversas partes do Brasil, a oligarquia rural dessa porção de Minas Gerais se adaptou a impossibilidade de utilização de mão-de-obra escrava (fosse pela abolição propriamente dita ou pelos altos custos dos trabalhadores cativos que a antecederam) mediante a concessão de uso de parte de suas terras por famílias camponesas, que “pagavam” ao fazendeiro por essa “concessão” com seu trabalho nas mais diversas atividades e, é claro, sua submissão. O fazendeiro cedia terras para o morador, e em troca

exigia o respeito às suas ordens e domínio. O agregado podia plantar, caçar, pescar, tirar madeiras; mas também devia obedecer às condições que cada fazenda impunha. Essa era essência dessa relação que Ribeiro (1996) denominou de agregação, que tinha por base uma subordinação não só econômica, mas extra-econômica, ao nível da vida pessoal dos camponeses. Segundo esse autor

O domínio do fazendeiro manifestava-se em tudo, regulava a vida de todos, que devotaram a essa ordem uma submissão que levava o nome de respeito. [...]

Ela [a fazenda] não era apenas um negócio rural, mas um domínio habilidoso e completo das pessoas e da terra.

A fazenda deu a base e o modelo do poder no Nordeste de Minas. O poder interno das fazendas originou-se diretamente da terra: veio de proteger agregados, aceitar moradores, distribuir justiça dentro daqueles horizontes. [...]

É um engano acreditar que esse poder de fazendeiro era baseado apenas na sua capacidade de exigir dos agregados. Vinha também da sua capacidade de doar, ou de fazer crer que estavam doando. Não eram apenas os moradores que cediam à fazenda, e não era apenas o trabalho o que cediam. Também a fazenda concedia a eles – ou julgava conceder – a oportunidade de desfrutar daquela terra e proteção. (RIBEIRO, 1996, p.21-22)

Segundo Ribeiro (1996, p.21), dependendo da extensão, as fazendas do Nordeste mineiro possuíam dezenas e às vezes mesmo centenas de agregados subordinados a um único fazendeiro, cujo domínio sobre as terras, até meados do século XX, raramente tinha respaldo legal (título de propriedade), mantendo-se quase que somente com base no poder de coerção dos indivíduos de maior influência política e/ou poder econômico.

As origens dessa relação de agregação entre os fazendeiros e os camponeses que residiam na área de seu domínio eram diversas. Ribeiro (1996, p.26 a 29), entretanto, as classifica em cinco categorias que teriam sido as mais recorrentes. Uma delas seria a agregação por herança, que ocorria quando um fazendeiro, ao perceber que a repartição das terras de seu domínio entre seus diversos filhos seria uma ameaça à manutenção de seu legado, transmitia-a a apenas um dos filhos, que passava a ter os demais irmãos como agregados.

Outro caso envolvendo posseiros ocorria por conta das migrações, já que segundo Ribeiro (1996), as técnicas rudimentares utilizadas pelos pioneiros

daquelas terras do Nordeste de Minas Gerais somente tinham elevada produtividade nas áreas recém desmatadas. Diante da grande extensão de terras teoricamente devolutas e ocupadas por vegetação nativa, era recorrente que alguns camponeses, algum tempo após a aberta uma posse, a abandonassem e migrassem para terras novas, em áreas recém desmatadas. Todavia, principalmente à medida em que as terras livres foram se tornando escassas, muitos desses posseiros não conseguiram abrir novas posses e se viram obrigados a se subordinar a algum fazendeiro, tornando-se um agregado. Havia ainda casos em que um trabalhador buscava inicialmente apenas trabalho por empreitada, temporário, e acabava incorporado como agregado pelo fazendeiro.

Outro caso muito recorrente até as primeiras décadas do século XX, segundo esse autor, era decorrente dos conflitos que ocorriam durante os avanços das fronteiras coloniais sobre os territórios indígenas, consistindo no que Ribeiro denominou de agregação por proteção, a qual:

começou no Século Dezenove, quando os colonos “matavam aldeias” e as tribos recorriam a posseiros mais fortes, que podiam protegê-las de inimigos. Proteção era dada em troca de serviços nas roças, colheitas, agrados ou amizade. [...] Protegiam índios em troca de submissão e trabalho. [...] (RIBEIRO, 1996, p.28)

Essa “proteção” não era apenas contra outros colonos, mas também contra outros grupos indígenas, por conta dos intensos conflitos territoriais entre os diversos grupos que habitavam as áreas entre o Nordeste Mineiro, Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia. E não era apenas “proteção” que os indígenas buscavam. Os grupos em circunstâncias territoriais mais adversas, antes de lutar com outros grupos, lutavam contra a fome. Para muitos grupos indígenas, portanto, se estabelecer em uma fazenda era uma alternativa de sobrevivência.

Outro caso recorrente era quando as terras de um pequeno posseiro eram reivindicadas e incorporadas por uma pessoa de maior poder político e econômico. Era comum, nestas circunstâncias, quando o posseiro resistia a essa usurpação, que ele fosse mantido na terra, como agregado do usurpador. A

história de vida dos indivíduos envolvidos no episódio de assassinatos motivados por fanatismo religioso no município de Malacacheta, no alto Mucuri, abordado por Castaldi (1957), bem como a memória de alguns dos entrevistados que residiram no médio Mucuri (municípios de Carlos Chagas e Nanuque) antes de vir para o Extremo Norte Capixaba, indicam que uma das maneiras de expulsar os pequenos posseiros sem precisar aplicar-lhe violência física direta consistia em soltar o gado sobre as lavouras deste, já que, numa economia de caráter autárquico, como normalmente o é a dos pequenos posseiros, a destruição da lavoura inviabilizava sua sobrevivência.

Márcio, presidente do STR de Mucuri e filho de um migrante do Vale do Jequitinhonha que viveu por muitos anos no município de Nanuque, conta que tais práticas estavam presentes nas memórias de seu pai:

Meu pai sempre me falava que os grandes [proprietários] dificultavam os pequenos [proprietários]. Você tem uma propriedade. Eu te rodo aqui e você tá aqui no centro. Você tem que passar pela minha propriedade, certo? Quando você sai, o meu gado vem aqui, quebra a sua cerca e come sua lavoura todinha. E você vai sobreviver de que? E como você vai provar que o meu gado entrou lá e que foi ele que comeu tudo? Você acabava pressionado a “vender”.

Tendo sido as frentes de expansão mineiras proeminentes na colonização da área dos atuais municípios de Mucurici, Montanha e Ponto Belo, as relações de produção e propriedade da terra tenderam a ser semelhantes às aquelas verificadas no Vale do Mucuri. Da mesma forma como descrito por Ribeiro (1996), os depoimentos dos camponeses mais antigos da região também revelam o predomínio de grandes propriedades e das relações de agregação.

A trajetória de vida de Seu Fidelcino (nascido em 1949 no Vale do Jequitinhonha mas que cedo migrou para Nanuque e, posteriormente, para o extremo norte capixaba, e hoje é assentado no PA São Sebastião) demonstram não ter havido grande distinção entre a realidade rural dos dois lados das fronteiras estaduais (o Extremo Norte Capixaba e a porção mineira do Vale do Mucuri):

Minha vida foi só trabalhar em fazenda pros outros.

Sempre lá em Nanuque?

Não. Em tudo quanto é [lugar]. Em Itabaiana, Nanuque, pra lá de Nanuque, pra cá, tudo eu já trabalhei de vaqueiro.[...] Quando eu saía de uma fazenda, uma outra já tava aberta pra mim.

O senhor fazia o que? Tomava conta do gado?

Tomava conta do gado, vacinava, dava remédio, fazia pasto de vaca. Era assim.[...] Tomava conta de tudo. Fazia cerca, roçava manga, tirava leite, curava vaca, bezerro.

Os relatos de vida de Dona Ozorina (também mineira do Vale do Mucuri, mas que cresceu no sul da Bahia e hoje é assentada no PA córrego da Laje, em Mucurici) também demonstram que essas relações de agregação atravessavam as fronteiras com o Nordeste Minas e Sul da Bahia:

Como foi essa decisão de sair da Bahia e vir pro Espírito Santo? Foi depois que a senhora se casou?

Foi depois que eu me casei. A gente casou. A gente ficou morando lá. Depois a gente mudou mais pra perto. Foi mudando. Cada vez mais perto. Aí chegou numa altura que nós vimo pra Pedro Canário e ficamos morando em Pedro Canário.

E trabalhava em que? Em fazendas dos outros?

Trabalhava em fazenda.

Tomando conta das fazendas?

Não. Às vezes nós chegava e tinha um que dava a nós aquela agregação e nós ficava morando.

Na colonização da porção continental do Extremo Norte Capixaba, portanto, parecem ter sido reproduzidas também essas relações de agregação, tão comuns das frentes de expansão dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, sobretudo um virtude da formação de muitas grandes propriedades, diferentemente do que ocorreu na maior parte do Espírito Santo, como foi abordado no capítulo anterior.

Segundo se constata na obra de Ribeiro (1996), o período de vigência dessa estrutura com predomínio das relações de agregação coincide com o momento histórico de ausência de valor-de-troca da propriedade da terra:

Durante muito tempo a terra do Mucuri e do Jequitinhonha possuía quase sempre um preço muito baixo e, em muitos casos, era simplesmente ocupada por quem se interessasse. Os negócios de terra eram raros, e poucas vezes envolviam realmente dinheiro; costumavam trocar posses por mantimentos,

tropas, outras terras, bens diversos. O domínio de uma terra no Nordeste de Minas, podia garantir fartura, poder, prestígio, conforto e serviço alheio; raramente valia dinheiro [...] (RIBEIRO, 1996, p.20)

Esse autor cita ainda um curioso exemplo dessa realidade, em caso ocorrido supostamente em 1920, no qual *“um salineiro recém-chegado ao córrego do Pavão trocou o burro que trazia sua bagagem por 50 alqueires de terra, e [ainda] recebeu de volta uma leitoa.”* (RIBEIRO, 1996, p.20).

Segundo Ribeiro (1996, p.22), esse momento também caracterizava-se por uma grande diversidade de atividades econômicas no interior das fazendas, que apesar de em geral praticarem a pecuária, diferentemente do que se constata na atualidade, a praticavam de forma paralela à policultura dos mais variados tipo de alimentos e do extrativismo, sendo a natureza primeira, além da agricultura, uma importante fonte de sustento. O depoimento de muitos dos entrevistados que viveram como agregados em Carlos Chagas e Nanuque ratificam essa constatação, já que mencionam que, paralelamente á pecuária bovina, também criava-se pequenos animais, como galinhas e porcos, e cultivava-se algumas lavouras, como feijão, milho, mandioca e cana-de-açúcar, por exemplo.

3.7. Conclusões

A partir do que fora discorrido nesse capítulo, conclui-se que a antiga região do Contestado e seus arredores foram a última porção de terras a serem apropriadas dentro dos atuais limites políticos do Espírito Santo pelo fato de serem o centro de uma grande área entre o Leste Mineiro, Sul da Bahia e praticamente todo o interior do território capixaba que, pelo decorrer da colonização do território brasileiro, ficou em segundo plano nos interesses da metrópole Portuguesa e pode assim permanecer como território de diversos grupos indígenas.

A substituição, enquanto estratégia para conquista territorial, da guerra direta contra os indígenas pelas políticas de aldeamentos, que pressupunham algum grau de consentimento por parte dos indígenas, fez com que o avanço das

fronteiras coloniais sobre os territórios dos Krenak e Pojichá fosse extremamente lenta, já que por se encontrarem em uma situação territorial relativamente confortável, sem grandes pressões diretas das frentes de expansão, esses grupos resistiram durante muitas décadas às tentativas de serem aldeados, apenas se estabelecendo sob as égide dos missionários já no início do século XX, entre as décadas de 1910 e 1920.

Vai ser somente a partir de meados do século XIX que as fronteiras coloniais vão avançar de forma mais rápida sobre essa área, oriundas, predominantemente, de dois sentidos: a partir do sul do Espírito Santo, mediante a expansão da colonização com base no binômio imigrantes estrangeiros-pequenas propriedades, e a partir do leste Mineiro, sobretudo das cidades de Minas Novas e Peçanha, com os empreendimentos da Companhia do Mucuri e a fundação de Filadélfia, atual Teófilo Otoni, tendo sido essa frente de expansão a principal responsável pela colonização do território dos Pojichá, que englobava grande parte do atual Extremo Norte Capixaba.

Esta frente de expansão oriunda do Nordeste Mineiro, entretanto, era marcada por uma formação econômico-social bastante diferente daquela que predominava no Centro-sul do Espírito Santo, tanto nos aspectos étnicos (a maioria de sua população era descendente de indígenas aldeados e/ou de negros e mulatos) quanto socioeconômicos, apresentando maior grau de concentração da propriedade da terra e relações sociais mais próximas do que se convencionou chamar aqui de coronelismo clássico, no qual a hegemonia política é detida pelos latifundiários.

Tendo sido colonizado pelas frentes de expansão do nordeste mineiro, o Extremo Norte Capixaba apresentou relações de produção e de propriedade da terra semelhantes às que predominavam nas regiões de origem dessas frentes, sendo possível encontrar ainda na memória dos moradores mais antigos dos municípios de nosso recorte espacial as lembranças das relações de agregação

nas grandes fazendas existentes no norte capixaba, onde muitos desses camponeses migrantes dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri tiveram que se estabelecer.

Todavia, o momento em que as frentes de expansão das fronteiras agrícolas do Leste Mineiro e Centro-Sul capixaba se encontram no Extremo Norte do Espírito Santo é um momento de dissolução das formações econômico-sociais tradicionais em ambos os lados, tanto das relações de agregação da fazenda mineira quanto da estrutura na qual o capital comercial fora hegemônico e que resultou em circunstâncias favoráveis a disseminação de pequenas propriedades no Espírito Santo.

CAPÍTULO 4. O CONTEXTO PÓS-1930: NOVOS AGENTES E NOVOS CONFLITOS NA EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS COLONIAIS NO EXTREMO NORTE DO ESPÍRITO SANTO

Como visto nos capítulos anteriores, a economia do território colonizado do Espírito Santo, no período entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, apesar de essencialmente agrícola, foi caracterizado pelo predomínio da acumulação do capital na esfera da comercialização e circulação da produção rural e não na produção propriamente dita, o que teve como corolário uma relativa facilidade para que os camponeses (melhor dizendo, uma parcela deles: os imigrantes europeus e seus descendentes) conseguissem tornar-se proprietários de terras, enquanto do lado mineiro verificava-se uma realidade distinta, com maior grau de concentração da propriedade da terra.

Essa estrutura peculiar, à qual está relacionada a intensa disseminação de pequenas propriedades rurais nas áreas por onde as fronteiras coloniais capixabas avançavam no referido período, bem como as relações de agregação da fazenda mineira, começam a mudar a partir das décadas de 1930 e 1940, em virtude de diversos fatores associados, dentre os quais cabe destacar: a crescente valorização da propriedade da terra, incentivando sua apropriação com outros fins que não a produção agropecuária propriamente dita (especulação); a intensificação da urbanização no território nacional e capixaba, a qual acarretou mudanças profundas nos hábitos de consumo e produção, tanto no meio rural quanto urbano, além dos diversos avanços da técnica. A emergência do transporte rodoviário aumentou significativamente a fluidez no território, ampliando as possibilidades de comercialização de alguns produtos do meio rural, sobretudo aqueles de caráter mais perecível (e que necessitam, portanto, chegar ao consumidor final em um curto espaço de tempo) ou de grande volume, cuja possibilidade de transporte estava restrita às áreas próximas aos rios com maior vazão e profundidade ou às poucas ferrovias existentes.

Esses fatores conjuntamente vão acarretar mudanças na relação entre capital, trabalho e a propriedade da terra, em geral contribuindo para que o capital passasse a ter cada vez mais interesse na propriedade da terra e em se inserir diretamente na produção agropecuária, o que minava as bases daquela formação econômico-social favorável a disseminação de pequenos imóveis, até então predominantes no Espírito Santo, bem como das relações de agregação da fazenda mineira. E é nesse contexto que ocorrerá o processo de expansão das fronteiras coloniais no Extremo Norte e Noroeste do território capixaba, que, por consequência, resultará em uma estrutura fundiária muito distinta daquela verificada nas áreas do centro-sul de seu território.

4.1. Urbanização e seus reflexos sobre o meio rural capixaba

De certa maneira, quase todas as transformações pelas quais passa o campo do Espírito Santo a partir das décadas de 1930 e 1940 tem algum grau de relação com a urbanização dos territórios brasileiro e capixaba. Tanto da urbanização *stricto sensu*, ou seja, o crescimento do número de habitantes das cidades e vilas em detrimento do campo propriamente dito, quanto da forma como Lefebvre (2008) conceitua o urbano ou o fenômeno urbano (como ele por vezes também o cita), entendendo que esse transcende a dimensão meramente material das cidades e designa, de fato, o conjunto das relações sociais (de produção, consumo, de convivência, etc...) da sociedade da totalidade do espaço interligado pela lógica global do capital, atingindo também o campo.

Os reflexos da urbanização propriamente dita são percebidos de imediato, acarretando a emergência de novas atividades econômicas no espaço agropecuário capixaba – notadamente a extração de madeira e a pecuária extensiva – que trouxeram novas realidades aos conflitos fundiários, enquanto os reflexos do que Lefebvre denomina de fenômeno urbano somente será perceptível no campo capixaba algumas décadas depois, mas teve impactos igualmente

significativos sobre espaço agrário do Espírito Santo, inserindo cada vez mais os camponeses na lógica de consumo capitalista e impelindo-os a abandonar a produção de valores de uso, em detrimento de valores de troca, para satisfazer essas novas necessidades de consumo, como menciona Lacoste (1990).

Desde os primórdios da colonização até meados do século XIX, não houve de fato algo que se pudesse denominar uma rede urbana brasileira, um território de fato integrado, mas várias redes descontínuas de localidades, praticamente isoladas umas das outras. Santos (2005) assim o descreve:

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o exterior. Havia sem dúvida para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes (SANTOS, 2005, p.29)

Correa (2008) denomina a morfologia dessas redes de “*dendríticas*”, em alusão ao formato das células do sistema nervoso humano. Elas consistiam em uma grande cidade pólo, geralmente situada próximo à costa, à qual se conectavam várias pequenas vilas e povoados no interior, cuja presença e tamanho eram tão mais rarefeitos quanto mais se afastavam do litoral.

Conforma ressalta F. Oliveira (n/d), muitas dessas cidades pólos tinham dimensão e concentração populacional expressiva, sendo, portanto, um equívoco a idéia de que as grandes aglomerações urbanas no Brasil somente tenham se originado em decorrência da industrialização, a partir das primeiras décadas do século XX. O que ocorria, entretanto, era uma urbanização extremamente concentrada nessas cidades pólos litorâneas, que contrastava com o que se verificava no interior do território.

A razão pela qual ocorria maior concentração do capital comercial e maior urbanização desses pólos litorâneos pode ser bem entendida a partir do que

Rodrigue (acesso em setembro de 2010), constata sobre a relação entre o transporte e a comercialização da produção:

Tradicionalmente, as atividades comerciais tendem a se desenvolver onde há uma descontinuidade física entre a cadeia de transporte, e a carga precisa ser transferida de um modal para outro, e onde um novo ator a toma sob sua propriedade ou custódia. A descontinuidade física impõe a transação⁴⁰

A produção agrícola dessas “ilhas” do território brasileiro, fundamentalmente voltada para o exterior, era transportada pelo continente em pequenos veículos de transportes aquáticos, como balsas e pequenos barcos, quando havia alguma navegabilidade dos cursos d’água, ou por animais de carga, e precisava ser transferida a embarcações de grande porte nas cidades portuárias para ser levada a seu mercado de destino (primeiramente a metrópole portuguesa e, posteriormente, também outros países da Europa Ocidental - principalmente Inglaterra – além dos Estados Unidos). A maior parte das transações comerciais desse circuito ocorria, portanto, nas cidades portuárias, que em decorrência disso apresentavam um grau de urbanização exponencialmente mais alto que o verificado nas cidades e vilas do interior.

Levando em consideração, portanto, essa relação entre a atividade comercial e a formação dos primeiros aglomerados urbanos no Brasil, é uma decorrência lógica que as maiores cidades nos primeiros séculos da colonização se situassem no litoral da atual região Nordeste, então principal região produtora de açúcar, a “menina dos olhos” da Coroa Portuguesa até a emergência da mineração, a qual acarretou o surgimento de muitos centros urbanos na região mineradora, embora com um padrão de urbanização diferente das redes dendríticas oriundas do sistema agro-exportador.

⁴⁰ “Traditionally, commercial activities tended to develop where there was a physical break along transport chains as cargo needed to be transferred to one mode to the other and where a new actor took over its ownership, or its custody. The physical break imposed the transaction”. Tradução livre.

O declínio da mineração e o advento da cafeicultura no século XIX, e, posteriormente, da atividade industrial, fizeram com que a urbanização se intensificasse no Sudeste do país (onde ambas atividades se concentraram) no início do século XX, a qual cresceria de forma exponencial a partir de então, sobretudo em São Paulo e na então capital federal (Rio de Janeiro). E, dessa vez, em decorrência do desenvolvimento dos meios de transporte que cada vez mais dotavam o território de fluidez, a integração entre os centros urbanos, ao menos no Sul e Sudeste do país, se intensificou, e o relativo isolamento entre as diversas redes urbanas do “Brasil Arquipélago” começou a ser quebrado⁴¹:

De um lado, a implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos, e a criação de meios de comunicação atribuem uma nova fluidez potencial a essa parte do território brasileiro. De outro lado, é aí também onde se instalam, sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho e intercâmbio, consumo, que vão tornar efetiva aquela fluidez. Trata-se porém de integração limitada, do espaço e do mercado, de que apenas participa uma parcela do território nacional (Santos, 2005, p.29).

Essa integração das redes urbanas regionais se intensifica a partir da década de 1930 sob hegemonia da economia do Sul e Sudeste do país, sobretudo do eixo Rio-São Paulo, ao qual praticamente todas partes do país vão vincular-se, o que gerou uma nova divisão territorial do trabalho em âmbito nacional. Autores como R.Moreira (1990, p.54) e Szmrecsányi (1990, p.71) apontam que esse processo, em que a economia predominantemente agroexportadora do país adquire cada vez mais um caráter urbano-industrial teve fortes reflexos sobre o meio rural, redefinindo sua forma de produção e suas relações com os nascentes e crescentes centros urbanos brasileiros, sendo a crescente tendência à especialização produtiva em âmbito regional um de seus maiores reflexos.

No atual território do Espírito Santo, a formação do primeiro aglomerado urbano significativo (em comparação ao restante do território brasileiro) só ocorre

⁴¹ A metáfora do “Brasil Arquipélago” utilizada pelo autor não quer dizer que não houvesse comunicação entre as diversas partes do território brasileiro. Mas como o foco da implantação da infra-estrutura até então não era promover uma integração do território, mas sim possibilitar maior fluidez a partir dos centros produtores de cada região do país ao exterior, os intercâmbios comerciais eram muito maiores entre as diversas “ilhas” colonizadas do território e o exterior do que internamente entre elas.

a partir da década de 1930, na própria capital Vitória. Ao contrário do que, segundo F. Oliveira (n/d), se verificou na maior parte dessas redes urbanas isoladas do Brasil colonial, no território capixaba não houve até então uma centralização do capital comercial e do aparelho de Estado em um mesmo lócus. Vitória sempre teve a centralidade política, mas durante a maior parte da história, até o alvorecer do século XX, não deteve a centralidade econômica. E mesmo nas áreas mais dinâmicas do ponto de vista econômico (notadamente os municípios de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim) a urbanização não era tão expressiva quanto a que se verificou nos “lócus” da produção de açúcar ou da mineração.

Até a metade do século XIX, a vila de São Mateus era a mais dinâmica em termos econômicos. Ao contrário do que normalmente se pressupõe com base na história do Brasil, o principal produto de exportação da capitania (e posteriormente província) do Espírito Santo não era a cana-de-açúcar, mas a mandioca, cuja produção concentrava-se nessa região ao norte do território capixaba. Nas estatísticas citadas por Vasconcelos (1978), o valor da produção de mandioca se mostra mais de três vezes superior ao valor da produção de cana-de-açúcar. Segundo Nardoto e Oliveira (1999) e Bittencourt (1987), São Mateus era um grande exportador de farinha de mandioca que abastecia importantes centros político-econômicos, como o Nordeste e, posteriormente, o próprio Rio de Janeiro e Minas Gerais. Era intenso o fluxo de embarcações e a comercialização dos produtos locais para o mercado externo (sobretudo a farinha de mandioca) e de gêneros importados, consumidos pelas classes mais abastadas do mercado local. Além, é claro, do tráfico de escravos, imprescindível à economia baseada no trabalho compulsório. Segundo Bittencourt (1987, p.82), havia ali uma infraestrutura portuária desenvolvida (para os padrões da época) em consequência disso (Ibid., p.62). Mas, apesar disso, a urbanização era ainda pouco expressiva.

Posteriormente, na segunda metade do século XIX, com a expansão da cafeicultura e a significativa disseminação de latifúndios cafeicultores no sul do

Espírito Santo, o município de Cachoeiro de Itapemirim passa a ser o principal pólo econômico da porção colonizada do território capixaba e também passa a ser o centro urbano mais significativo, chegando inclusive a ter iluminação pública muito antes de Vitória.

A capital Vitória só vai tornar-se proeminente do ponto de vista econômico a partir da consolidação de sua função de cidade-portuária, concentrando as exportações da província e parte de Minas Gerais, já nas primeiras décadas do século XX. Conforme pode ser constatado nos trabalhos de Campos Júnior (1996) e Bittencourt (1987), a ambição em integrar o território capixaba e concentrar as exportações deste nos portos da capital Vitória era um antigo anseio de projetos do governo estadual (provincial) que remontava a fins do século XIX, os quais incluíam ainda a pretensão de exportar por ali parte da produção de Minas Gerais. Para tal, almejava-se a construção de duas estradas de ferro: uma interligando a região Sul (então maior produtora de café da província) à capital; e outra ligando esta à porção mineira do Vale do Rio Doce.

Apesar da implantação de um ramal ferroviário ligando a capital à região de Cachoeiro de Itapemirim se concretizar em 1910, segundo Saleto (1987, p.27) ainda levou algum tempo para que Vitória realmente polarizasse as exportações da região sul do Estado, cuja produção continuou a ser exportada, em grande parte, pelos portos do Rio de Janeiro, cidade com a qual a ligação ferroviária se conclui antes, em 1903, e para onde anteriormente a produção do sul do Estado era, segundo Bittencourt (1987, p.82), levada por meio de embarcações.

A polarização da porção norte do território capixaba pela capital Vitória, por onde as fronteiras agrícolas se expandiram ao longo das primeiras décadas do século XX, ocorreu por meio da intermediação de um novo centro urbano: Colatina. Maior aglomeração populacional dessa porção do Espírito Santo, a “princesa do norte” (como foi apelidada) recebia boa parte da produção agrícola das terras da porção continental do Norte do Estado, que era transportada até ali

por meio dos convencionais animais de carga ou pequenas embarcações, para então serem embarcadas nos trens da ferrovia Vitória-Minas, o que a tornava um ponto de concentração do capital comercial e, conseqüentemente, de significativa urbanização.

É somente a partir dos dados do censo de 1940 que se pode constatar esse papel de proeminência da capital Vitória – quanto à urbanização e concentração populacional - dentro do território capixaba (Tabelas 6 e 7), pela primeira vez atuando claramente como centro político-administrativo e sede do capital comercial - o trabalho de Campos Júnior (1996), por exemplo, enfatiza a intensificação da urbanização de Vitória a partir dos anos 30 em decorrência do crescimento da atividade comercial.

Tabela 6 – Municípios mais populosos do Espírito Santo – 1910 a 1920

Município	Total de Habitantes		Crescimento entre 1910 e 1920	
	1910	1920	Absoluto	%
Alegre	20318	47182	26864	132,22%
Cachoeiro de Itapemirim (+ Muqui)	24017	58124	34107	142,01%
Colatina	9240	22364	13124	142,03%
Mimoso do Sul	23096	31054	7958	34,46%
Vitória	18371	21866	3495	19,02%

Fonte: Ipeadata (2010)

Tabela 7 - Maiores aglomerações urbanas no Espírito Santo – 1940 – 1960

Maiores Aglomerações Urbanas do Espírito Santo	1940		1950		1960	
	Total de habitantes	% da população do Estado	Total de habitantes	% da população do Estado	Total de habitantes	% da população do Estado
Colatina	3913	0,52%	8825	1,03%	26153	2,20%
Alegre	4773	0,64%	9699	1,14%	7353	0,62%
Cachoeiro de Itapemirim	21812	2,91%	24021	2,82%	38573	3,25%
Vitória	42444	5,66%	50415	5,91%	52044	4,38%
Vila Velha	12964	1,73%	20834	2,44%	54491	4,58%
Cariacica	4115	0,55%	8312	0,97%	25816	2,17%

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1940, 1950 e 1960.

A partir da década de 1940 os efeitos da industrialização vivenciada no território brasileiro, em grande parte devido às políticas estatais da Era de Vargas, também começam a ter reflexos visíveis no Espírito Santo. Conforme se constata na obra de Campos Júnior (2002), a partir de então Vitória (e, conseqüentemente boa parte do Espírito Santo) passa a ser um mercado consumidor dos produtos da nascente indústria nacional, ainda restrita ao eixo Rio-São Paulo. A implantação da CVRD também teve reflexos no Estado, já que houve um aumento das exportações pelos portos de Vitória em função do minério de ferro exportado, em virtude da qual também se verificou o nascimento da indústria siderúrgica no Estado, com a instalação da Cofavi. Vitória consolidava então seu status de pólo econômico do território capixaba, se urbanizando - assim como as cidades vizinhas de Vila Velha e Cariacica - de forma muito mais intensa que o verificado em outros pontos, sobretudo em relação a Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Alegre, até então os maiores municípios do Estado (em termos de contingente populacional).

Tabela 8 – População urbana e rural do Espírito Santo – 1940 x 1970

Ano	População Urbana		População Rural	
	Total	%	Total	%
1940	157008	20,93%	593099	79,07%
1950	186132	21,83%	666627	78,17%
1960	379689	31,94%	808976	68,06%
1970	722214	45,16%	877110	54,84%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1940, 1950, 1960 e 1970.

Conforme a Tabela 8, a urbanização no território do Espírito Santo se intensifica significativamente entre as décadas de 1930 e 1960 (apesar de concentrada na capital e seus municípios vizinhos e, em menor grau, em Cachoeiro de Itapemirim e Colatina) pelos fatores mencionados, e isso acarretará mudanças significativas nas relações entre o meio urbano e o meio rural, cuja dialética tenderá a gradativamente alterar as formas de produção do campo, cada vez mais voltadas a atender as demandas da indústria e/ou de abastecimento dos centros urbanos em expansão.

4.2. O crescimento da extração de madeira

A extração de madeira foi uma atividade amplamente presente no “desbravamento” das frentes de expansão do território capixaba, sobretudo em sua porção norte. A mata nativa desta região entre as terras capixabas e os Estados de Minas Gerais e sul da Bahia, cuja beleza e exuberância foram descritas por alguns viajantes que por ali estiveram no século XIX (BORG0 et alli, 1996), ainda estava bastante preservada em meados do século XX, e fora, até bem próximo dessa data, o abrigo de muitos grupos indígenas e comunidades tradicionais, geralmente originadas de descendentes de negros e/ou dos próprios indígenas. Entre as espécies que compunham esse bioma, muitas eram consideradas madeira de lei, com grande valor comercial.

Segundo Borgo et alli (1996, p.16), a demanda internacional por esse produto cresceu significativamente ao longo do século XIX em decorrência da intensa urbanização vivenciada nos países europeus por conta da Revolução Industrial e, no início do século XX, pela urbanização verificada no próprio território brasileiro. Tudo isso fez com que o setor madeireiro adquirisse, entre fins do século XIX e início do século XX, significativa importância na economia capixaba, chegando a atingir o segundo lugar nas suas exportações por ocasião da grande demanda do continente Europeu após a Segunda Guerra Mundial (BORGIO et ali, 1996, p.39).

A extração de madeira não era, no século XX, portanto, uma atividade realmente nova no Espírito Santo. Mesmo durante o período colonial ela já era praticada em muitas localidades geralmente situadas próximo ao litoral ou aos cursos d'água com maior vazão e volume, já que o propósito fundamental dessa produção era o escoamento para o exterior. Talvez também por esse fato essa atividade tenha se desenvolvido mais amplamente na porção norte do Espírito Santo que no Centro-sul, já que essa é uma área de relevo extremamente acidentado e cujas bacias hidrográficas possuem uma navegabilidade muito mais restrita. Os relatos de C.Marques (1978, p.4) sobre a agricultura no Espírito Santo na década de 1870 reforçam essa hipótese, já que o mesmo lamenta que apesar de ter árvores que seguramente seriam boas fontes de madeira de lei, existia uma grande dificuldade de transportá-las, o que resultava em não aproveitamento da madeira na maior parte das áreas desmatadas para plantio (processo que nesse momento da história – 1870 - era muito mais intenso no Centro-sul do Espírito Santo).

O próprio surgimento de algumas importantes cidades na porção Centro-sul do Espírito Santo está ligado a essa pouca navegabilidade de suas bacias hidrográficas, como os casos de Santa Leopoldina e Cachoeiro de Itapemirim, que marcavam o início do curto trecho navegável dos rios que os cortam (respectivamente o Rio Santa Maria da Vitória e Rio Itapemirim) e por isso

polarizavam a interação entre o interior e o litoral, tornando-se importantes centros urbanos ainda no século XIX (a produção rural das áreas à montante dessas bacias hidrográficas tinha que ser transportada até ali por meio terrestre - carroças ou no próprio dorso de animais de montaria). Nestas circunstâncias, presume-se a adversidade para explorar a madeira nas áreas de relevo mais acidentado, que predominam em grande parte do território do Espírito Santo ao sul do Rio Doce.

A emergência do transporte ferroviário, posteriormente, incluiu novas localidades na rota da extração de madeira. Dentro da antiga “Zona Tampão”, duas ferrovias tiveram papel importante nessa atividade: a Estrada de Ferro Vitória-Minas, inaugurada na primeira década do século XX, a qual atravessava praticamente todo o Vale do Rio Doce, e a Estrada de Ferro Bahia-Minas, no Vale do Mucuri, inaugurada em fins do século XIX, cujo traçado se estendia pelos municípios do sul da Bahia e Nordeste de Minas, abrangendo praticamente toda área limítrofes ao norte do território capixaba. Todavia, enquanto na Vitória-Minas a madeira era apenas o segundo produto em importância, perdendo substancialmente para o café (BORGIO et alli, 1996, p.101 a 105), a Bahia-Minas foi construída praticamente em função da extração desse produto (M.MARTINS, 2010). Quase todas as suas estações entre os municípios do Médio e Baixo Mucuri foram construídas para atender à demanda das muitas madeireiras que lá se instalaram nas primeiras décadas do século XX, e a madeira sempre foi o principal produto a circular por essa via, tanto que o esgotamento das florestas e fim da extração de madeira resultou também na desativação da ferrovia na década de 1960 (M.MARTINS, 2010).

Essa atividade cresceu rapidamente entre as décadas de 1940 e 1970, graças ao já mencionado crescimento da demanda (tanto externa, em função da reconstrução da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial, como pela crescente demanda interna ocasionada pela intensa urbanização em território brasileiro) e aos avanços técnicos que permitiram ampliar a extração, tais como o desenvolvimento do transporte rodoviário, que passou a tornar viável a extração

madeira em áreas sem acesso a ferrovias e onde seria impossível escoar a produção por meios fluviais, e o advento da energia elétrica, que facilitava os trabalhos de corte e beneficiamento.

E, nesse contexto, o norte capixaba, que ainda apresentava imensas extensões de terras legalmente devolutas, as quais em grande parte preservavam a exuberante mata nativa e onde vivem muitas comunidades tradicionais (como quilombolas e os ditos “cablocos”), tornou-se, a partir dos últimos anos da primeira metade do século, alvo da cobiça dos madeireiros, o que resultou na proliferação de inúmeras madeiras e serrarias, muitas delas clandestinas, segundo Borgo et ali (1996, p.42). Esses mesmos autores (BORGIO et ali, 1996, p. 36) citam inúmeros casos de concessão de grandes áreas por parte do governo do Espírito Santo a empresas madeireiras, além de apontar evidências de que provavelmente havia muitas outras que efetuavam a extração clandestinamente em função da ineficiência da atuação das autoridades (BORGIO et alli, 1996, p. 42). As referências à existência de diversas pequenas serrarias de “fundo de quintal” nos municípios de Montanha, Mucurici e Ponto Belo, presentes no depoimento dos moradores dessas localidades entrevistados na elaboração dessa pesquisa, ratificam e exemplificam tal constatação⁴².

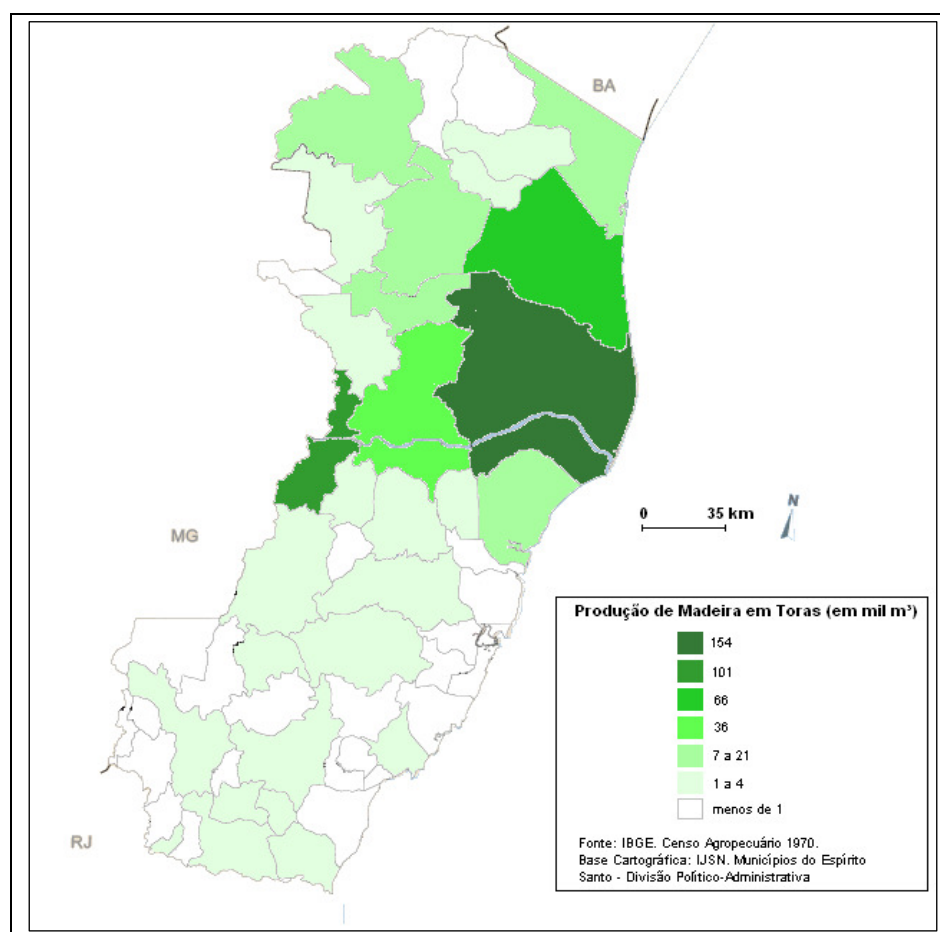
Tabela 9 – Produção de Madeira no Espírito Santo – 1960 a 1996

Ano	Volume (em mil m ³)
1960	52
1970	469
1975	213
1980	117
1985	62
1996	3

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários – 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996.

⁴² Notadamente nas entrevistas com Seu Erotildes e Altieri, em anexo.

Os dados dos censos (Tabela 9) indicam que o apogeu dessa atividade ocorreu entre o fim da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970, já que a partir de 1975 há uma contínua diminuição da produção de madeira a cada censo, até se chegar ao patamar ínfimo de 3 mil m³ em 1996. Fica evidente também que os principais municípios produtores de madeira bruta são aqueles localizados na porção norte do território do Espírito Santo. No censo de 1950, os principais produtores eram São Mateus e Colatina. Em 1960, eram Linhares, Conceição da Barra e Aracruz. E em 1970, no auge dessa atividade econômica, os principais municípios produtores são todos do norte do Estado (Mapa 11).



Mapa 11 – Produção de madeira nos municípios do Espírito Santo em 1970. Organizado pelo autor.

Levando em consideração que a extração clandestina era bastante significativa, a produção real desses municípios devia ser ainda maior do que

consta nesses dados em epígrafe (Tabela 9 e Mapa 11), obtidos a partir dos censos do IBGE. Além disso, as informações referentes aos municípios que fazem parte da denominada Serra dos Aimorés e arredores (antiga Região Contestada por Minas Gerais e Espírito Santo), em cuja história a extração de madeira desempenhou um papel significativo, são de difícil obtenção e não aparecem na maioria das estatísticas oficiais antes do censo de 1970. E, quando são incluídos pela primeira vez (em 1970), já não apresentam significativa produção, possivelmente porque o ápice da atividade madeireira na área do Contestado tenha ocorrido durante o período de litígio e de indefinição das fronteiras entre os dois Estados (entre as décadas de 1940 e 1960), que acabou comprometendo a elaboração de dados censitários.



Mapa 12 – Croqui da localização das madeireiras entre o Extremo Norte Capixaba e o Vale do Mucuri em meados do século XX.

As primeiras madeireiras a atuar na área dos atuais municípios de Montanha, Mucuri, e Ponto Belo foram a Cimbarra e a Cunha, Ayres e Cia. A primeira, segundo Medeiros (2010), foi fundada na década de 1920 por dois empresários – os irmãos Donato - que possuíam madeireiras no Rio de Janeiro e que atuavam no fornecimento de madeira à construção civil da então capital, cuja

urbanização se encontrava em plena expansão, aquecendo esse ramo da economia. A segunda, entretanto, era pertencente, segundo esse mesmo autor, a um membro da tradicional oligarquia rural do norte capixaba, conhecido como Lolô Cunha, filho do Barão de Aimorés, que com a expansão dessa atividade também canalizou parte de seu capital a esse ramo.

É possível distinguir dois momentos nesse contexto de amplo crescimento da exploração da madeira no norte capixaba. No primeiro, ainda anterior à emergência do transporte rodoviário, quando a extração era restrita às áreas próximas aos principais cursos d'água, sendo a madeira exportada em toras que desciam os vales desses rios. Nesse momento, segundo Medeiros (2010), além das duas empresas mencionadas, também se destacaram nos primórdios dessa atividade outros dois empresários: Laureano Diaz e Carlos Alberto dos Reis Castro. Segundo esse mesmo autor, houve uma espécie de divisão da área a ser explorada por cada um, conforme as bacias hidrográficas – *“cada um deles tomou conta de um rio. Lolô Cunha ficou com o Cricaré, em São Mateus; os Donato, com o Itaúnas; Diaz, com o São Domingos e Castro com o Preto”* (MEDEIROS, 2010.).

A partir da disseminação do transporte rodoviário, se consolidou um novo padrão logístico no setor madeireiro. Os caminhões permitiram expandir a exploração a áreas onde anteriormente não havia como escoar a produção e, com o advento da energia elétrica, que facilitava o trabalho de corte da madeira, ela passou a ser beneficiada no próprio território capixaba.

Foi nesse contexto que a Ayres, Cunha e Cia. abriu uma serraria no local atualmente conhecido como Km 48 (em Nova Vécia, no vale do Cricaré) e a Cimbarra montou outra em Conceição da Barra (Ibid.). Além disso, houve também madeireiras que contavam com fornecedores difusos, geralmente caminhoneiros que atuavam como intermediários entre as madeireiras e os proprietários de terras, de onde a madeira era extraída. Assim atuava, por exemplo, a Serraria Conceição da Barra Ltda, fundada em 1939 por um empresário espanhol

(MEDEIROS, 2010), a qual comprava a madeira de atravessadores (BORGO et alli, 1996, p. 41).

Conforme se pode extrair das obras de Borgo et alli (1996) e Medeiros (2010), essas três companhias - Cimbarra; Ayres, Cunha e Cia; e Serraria Conceição da Barra Ltda, dentre aquelas com sede no Espírito Santo, foram as que mais tiveram influência na economia madeireira da região e no surgimento das diversas povoações da porção interiorana do Extremo Norte do Espírito Santo (como Vinhático, Boa Esperança e Pinheiros, por exemplo). Foi por meio dessas transformações ocasionadas pelo advento do modal rodoviário que a extração de madeira avançou também sobre o território do atual município de Ecoporanga, cuja exploração, entretanto, era feita principalmente a serviço de madeireiras de Colatina (NEVES e PACHECO, 1996), onde se destacava a Companhia de Madeiras Nacionais do Rio Doce (BORGO et alli, 1996, p.36).

Foi nesse mesmo contexto que algumas empresas de Nanuque também passaram a explorar madeira no Extremo Norte Capixaba, entre as quais se destacaram a Brasil-Holanda e a Trajano de Medeiros (BORGO et alli, 1996, p.36). A primeira era uma companhia com sede em Vila Velha, que contava com capital estrangeiro, a qual adquiriu toda a estrutura da antiga Serraria Mucuri, fundada em Nanuque em 1912, tendo sido a primeira das grandes serrarias dessa porção do Vale do Mucuri (CLARET, 1986, p.32). A segunda foi a primeira serraria automatizada, fundada em 1920, localizada em uma área dentro dos limites ainda indefinidos entre os Estados. E apesar de não se encontrar em paralelo à EFBM, como a maior parte das madeireiras de Nanuque, para o escoamento de sua produção

se construiu um ramal rodoviário que saía de Chapadinha (...) e se bifurcava dando um ramal para Ponte Velha[divisa entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, entre os atuais municípios de Nanuque/MG e Pedro Canário/ES] e o outro prosseguia até as proximidades do local denominado Taquara [distrito do atual município capixaba de Montanha]"(CLARET, 1996, p.20).

Conforme pode ser constatado por meio do Mapa 12, esse município mineiro do Médio Mucuri se transformou em um polo da atividade madeireira no início do século XX. A ferrovia Bahia-Minas, implantada na década de 1880 (CLARET, 1996) e cujo trajeto percorria quase todo o curso desse vale, foi o principal vetor desse crescimento. Ela servia principalmente para o transporte de madeira até o porto de Caravelas, no sul da Bahia - tanto que sua extinção ocorreu, entre outros motivos, pelo declínio dessa atividade (M.MARTINS, 2010) em virtude do esgotamento das áreas de mata. E o desenvolvimento do transporte rodoviário tornou possível a essas madeiras ir buscar sua matéria prima em áreas cada vez mais afastadas da EFBM.

Nesse contexto, ao longo da EFBM e pequenos ramais em seu entorno, surgiram diversas madeiras (CLARET, 1986.), algumas – em geral as maiores – com registro formal, como foi o caso da Serraria Mucuri (mais tarde comprada pela Brasil-Holanda), a dos Irmãos Lima, e a Serraria Montanha, todas na sede do atual município de Nanuque; a de Ponte Velha, no distrito de Cajubi e a Trajano de Medeiros, nos limites da atual fronteira entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo (mas que à época era ainda indefinida). A influência dessa atividade sobre o município de Nanuque foi tão grande que, segundo Claret (1996, p.19), a inauguração da Serraria Industrial do Mucuri [por João Américo Machado, a primeira da região], a sete de setembro de 1912, é considerada a data de fundação da cidade.

A expansão da atividade madeireira no Extremo Norte Capixaba atraiu também muitos trabalhadores desse setor que outrora atuaram nas madeiras de Nanuque, município cuja população cresceu exponencialmente (em grande medida em função da extração de madeira) entre as décadas de 1940 e 1960⁴³, para essa porção do território capixaba.

⁴³ Segundo Claret (1986, p.77), houve um rápido crescimento populacional no município entre as décadas de 1940 e 1960. Sua população que em 1962 era de cerca de 89 mil habitantes, em 1946, não passava de 8.400 habitantes.

Qualquer conversa com moradores mais antigos de Montanha, Ponto Belo e, principalmente, de Mucurici, demonstram esse elo com o município mineiro de Nanuque e importância das madeireiras nos primórdios das primeiras vilas e povoados da região, sobretudo da Barsil-Holanda, popularmente chamada de “Bralanda”. As memórias de Maria Serafim Primo, mais conhecida como Dona Lili, migrante do Vale do Mucuri que chegou a Mucurici em 1947, demonstram isso muito claramente:

“Aqui tudo era difícil. Foi em 1954 que eu casei, no ano da morte de Getúlio Vargas. Matou Getúlio no dia 20. Eu fui em Nanuque buscar o vestido do casamento e quando cheguei lá tava tudo fechado porque Getúlio Vargas tinha morrido”.

Quando vocês precisavam comprar alguma coisa que não tinha aqui, tinha que ir pra Nanuque?

“Nanuque. Trazia nas tropas de burro. Depois, com um pouco de tempo, a Bralanda [...] fez, com os fazendeiros, abrir a estrada [...] e aí o transporte da gente era em cima das bulera, em cima das toras de pau.”

Ah! Nossa! Os caminhões que levavam a madeira!

“É [...]. Depois a gente ficou indo pra Nanuque assim. Fui muitas vezes assim, na bulera das carreta. As carreta ia cheia. Morreu até gente por cima. Caía e morria. Nessa praça aqui morreu um homem aí, nessa praça aí, oh.”

Os relatos de seu Jair, outro migrante do Jequitinhonha que vive em Mucurici desde o início da década de 1950, também mencionam a polarização que Nanuque exercia sobre essas nascentes vilas e povoados do extremo norte capixaba e importância dos caminhões das madeireiras na mobilidade e comunicação com esse município mineiro:

O senhor chegou aqui numa época em que as madeireiras trabalhavam muito aqui na região, né?

Trabalhava. Vinha de Nanuque e tirava a madeira aqui.

A Brasil-Holanda, né?

É. A Brasil-Holanda, lá em Nanuque. Inclusive a gente vinha, quando pegava o trem de ferro em Teófilo Otoni, descia aqui em Nanuque. E daí pra cá agente vinha de carona nas carretas de madeira que tava saindo de lá. Vinha até nus canto aí. Aí eles ficava panhando as madeira e a gente acabava de chegar. Era aqui mesmo nessas fazenda por aí.

E pra comprar as coisas como é que fazia? Tinha que ir lá Nanuque pra comprar o que precisava?

Antes [das madeireiras] tinha que ir em Carlos Chagas. Uns que morou primeiro com o meu sogro, que era vizinho aqui do meu irmão, eles ia em Carlos Chagas. Fazia feira em Carlos Chagas. Depois aí já comprava em Nanuque, ia

nas carreta. Outras hora comprava pra cá, no patrimôniozinho ali de Vila Pereira. Depois que surgiu umas vendinhas, umas barraquinhas [em Mucurici].

O falecido marido de Dona Lili, um dos primeiros vereadores eleito por Mucurici, logo após a emancipação do município, era comerciante, e vivia exatamente da revenda de produtos trazidos de Nanuque, trajeto que antes da abertura das estradas de rodagem pelas madeiras era uma verdade jornada na mata:

O seu marido trabalhava com comércio de quê?

Ele tinha um comercio grande aqui. Era venda. Depois ele montou padaria. Ele vendia na feira. [...] Ele tinha banca na feira. Todo sábado ele colocava banca na feira. Tinha uns quatro, uns cinco meninos que botava a banca pra ele. E o comércio aqui era bom naquele tempo. Tinha semana que ele vendia oito sacos de arroz. E café, e macarrão. Era bom.

Era colhido aqui na região?

Não. Vinha de Nanuque. A tropa trazia pra ele de Nanuque. Depois ele arranhou um cara lá de Nanuque que ficou trazendo pra ele. Mas era muito difícil naquele tempo. As estradas era ruim, né? Pra ir em Nanuque não ia num dia. Indo de cavalo, dentro da mata, era difícil.

Sobre a importância da Brasil-Holanda na colonização da região e na atração de migrantes, Dona Lili conta que:

[...] “[A Bralanda] era uma firma grande. Ela era falada, assim, igual hoje é a Aracruz [Celulose]. Naquele tempo a gente falava da Bralanda igual o povo fala da Aracruz hoje”

E muita gente que morava aqui em Mucurici trabalhava pras madeiras, cortando madeira, cerrando?

“Mas era muita pouca gente que tinha [aqui]. Não era muita não. Eles traziam de Nanuque. Às vezes os daqui também [...] começava a trabalhar, mas eles traziam mais o pessoal de fora. [...] Cada empreiteira trazia seu pessoal.”

Seu Herotildes (também nascido no Jequitinhonha, tendo migrado ainda criança para Nanuque e, posteriormente, chegado ao extremo norte do Espírito Santo no início da década de 1960) também guarda muitas lembranças das madeiras, em particular da Brasil-Holanda:

Seu Erotildes, você lembra daquelas empresas que cortavam madeira aqui?

A Braolanda? Eu lembro da Braolanda. Eu já até trabalhei nela. [Naquela época] Você só via carreta e cara com moto-serra dentro desses mato. Trator

de esteira... Inclusive eu tenho um tio-cunhado que trabalhava nessa Braolanda (...) Ele morreu. Um pau que matou ele. Ele era serrador, né? Ele foi derrubar um pau (...) aí um veio de lá e ele não viu e bateu na cabeça dele. (...)

E o senhor trabalhava nisso também, cortando madeira?

Trabalhava, na Braolanda mesmo, de empreiteiro. Já trabalhei como empreiteiro, né? Tirei muita madeira nessas mata aí pra dentro aí, oh. Descascando jacarandá (...)

Por ser uma atividade bastante seletiva (apenas algumas espécies interessavam às madeireiras) e “predatória”, a extração de madeira apresentava um caráter, de certa forma, itinerante – tão logo as espécies que forneciam boa madeira de lei se esgotavam em uma certa localidade, essa deixava de ser útil às madeireiras e serrarias, que então tinham que se deslocar a novas áreas. Dona Lili conta que *“eles tirava só as madeira boa: peroba, cedro. [...] Quando eles abria as estrada, tirava as madeira que eles queria. Eles marcava as madeira tudo que eles queria. Meu pai tinha fazenda e ele tirou também”*.

Segundo Dona Lili, finda a exploração em uma determinada localidade, muitos desses trabalhadores das “empreiteiras” da Brasil-Holanda que vinham para o Extremo Norte Capixaba não retornavam para Nanuque, onde haviam sido contratados. Segundo seus relatos, era muito comum que aqueles que permaneciam se tornassem agregados nas fazendas da região, o que explica porque grande parte da população desses municípios (sobretudo em Mucuri e Ponto Belo) tem vínculos com esse município mineiro:

Muitos que trabalhava com eles não foi embora. Fez aquelas casinhas, como em Ponto Belo tem muitos que ficou. Fez as casinha e foi morar.. E aí depois que eles foi embora, ficou muita gente que veio com eles. Não foi, ficou. Teve rapaz que casou e ficou [...]

E esse pessoal da Bralanda que ficou aqui, ele passaram a trabalhar em que?

Morando naquelas fazendas. Às vezes aqueles fazendeiro gostava deles. Lá na fazenda de pai mesmo ficou um. Aqueles fazendeiro que eles gostavam, passava a conhecer, trabalhar na fazenda, começava a gostar e aí ficava. Aí a Bralanda ia embora eles ficava, aqueles que era trabalhador.

Esse caráter itinerante da extração de madeira também está relacionado ao surgimento de quase todos os povoados da região, já que para a exploração em

uma determinada localidade onde não havia nada além de matas, fazia-se necessário construir moradias para os operários e instalar alguns estabelecimentos comerciais onde estes pudessem adquirir mantimentos e outras mercadorias. Dona Lili conta que assim teria surgido a vila que originou a sede do atual município de Ponto Belo:

Quando a Bralanda foi pra Ponto Belo que criou Ponto Belo. [...] eles colocaram uma venda lá, um bazar, igual um armazém. Fazia um armazém pros empregado das madeireira comprar. O povo fez aquele negócio e aquele povo [...] ia chegando pra trabalhar. Muitos que trabalhava com eles não foi embora. [...] Em Ponto Belo tem muitos que ficou. [...] Depois [de Mucurici], fez Ponto Belo por conta dessa armazém da Bralanda. Seu Arthur era dono do armazém e aí ele vendia pra esse pessoal da Bralanda

Segundo essa e outras entrevistas, o mesmo teria sucedido com os povoados de Itamira (distrito de Ponto Belo) e Itabaiana (distrito de Mucurici), que teriam se originado a partir das residências e casas de comércio criadas para os trabalhadores da Brasil-Holanda, e que se conectavam a Mucuri e/ou Nanuque por estradas abertas pela empresa.

Já em Montanha, os indícios apontam que as madeiras de Conceição da Barra também teriam tido atuação significativa. Além do distrito de Vinhático ter se originado das residências e barracões construídos para os empregados da Cimbarra, que teve forte atuação nessa área (tendo inclusive sido protagonistas de um dos maiores episódios de expulsão de camponeses no Extremo Norte Capixaba, como será abordado mais adiante), os relatos de Dona Lili também indicam haver um constante fluxo de caminhões de madeira saindo de Montanha em direção a essa localidade no litoral, os quais serviam de transporte para aqueles que tinham que ir à então sede do município⁴⁴.

⁴⁴ Até a década de 1950, Mucurici, Montanha e Ponto Belo eram apenas distritos de Conceição da Barra, cujo perímetro abrangia praticamente toda a extensão de terras do Extremo Norte Capixaba. Quando Mucurici se emancipa, Montanha e Ponto Belo passam então a ser distritos desse novo município, até sua emancipação, que ocorre na década de 1960 no caso de Montanha, e em 1995 no caso de Ponto Belo.

Eram recorrentes também os casos de pessoas que conseguiam, por intermédio de madeireiras ou serrarias, o título legal de propriedade de imóveis rurais, em troca do qual permitiam que essas empresas extraíssem a madeira das matas presentes nesses imóveis (BORGIO et ali, 1996, p.69). Assim, muitos posseiros atendiam aos interesses das madeireiras em troca da “ajuda” destas para conseguir regularizar e mesmo ampliar sua propriedade. Seu Lô (que nasceu em 1918 no Vale do Jequitinhonha, migrou para o médio Mucuri nos anos 30 e para o norte capixaba na virada dos anos 1960 para 1970) ainda lembra de um caso destes:

Quando nós iniciou nas mata, nós desperdiçou muita madeira. Agente não sabia desse negócio de madeira, né? Quando abria mata, nós derrubava cada Jequitibá dessa grossura. Derrubava cedro. Derrubava peroba. [Mas] Tinha um Colatino [Colatino é o nome do antepassado da família, avô dos atuais proprietários] que foi deixando [a madeira], fazendo as roças e deixando jequitibá, peroba, jacarandá. Foi deixando essas madeiras. Ele vendeu não sei quantas peroba, cedro, jacarandá e comprou uma mobiliária. Com esse movimento dessas madeiras ele foi indo até 300 alqueires de terra [cerca de 1440 hectares].

Como se constata na obra de Borge et alli (1996, p.69 e 70) e na memória dos entrevistados que habitam a região há muito tempo, mesmo aqueles proprietários que não tiveram relações muito estreitas com as madeireiras, acabaram se beneficiando dessa atividade, sobretudo porque as terras onde havia se praticado a extração de madeira passaram a contar com estradas de rodagem, construídas para transporte das toras, o que valorizava seus imóveis.

Não faltaram, entretanto, os casos de supostas empresas ou mesmo pessoas físicas que solicitam a concessão de grandes áreas ao governo estadual para exploração de madeira e de fato nunca levaram a cabo este empreendimento, e as venderam a terceiros ou registraram-nas como particularidades (V.MOREIRA, 2005, p.239), processo que sem dúvida está ligado às origens de muitos latifúndios na porção no Extremo Norte do território capixaba.

Essa expansão da extração de madeira no Espírito Santo, sobretudo no norte de seu território, ocorre num momento em que se verifica no Brasil um grande crescimento da área ocupada pela pecuária extensiva, como mencionado anteriormente. E, de fato, uma das coisas mais notáveis nas estatísticas sobre a utilização das terras no Espírito Santo é que há um amplo crescimento da área ocupada com pecuária extensiva nas porções do território por onde a atividade madeireira havia se expandido recentemente (principalmente ao longo das décadas de 1940 a 1960), o que ocorre de forma muito mais intensa ao norte do Rio Doce, sobretudo no Extremo Norte Capixaba.

4.3. A ascensão da pecuária

A pecuária foi uma atividade praticada no território brasileiro desde os primórdios da colonização, voltada principalmente para o atendimento das demandas internas, atuando de forma complementar às principais atividades econômicas, às quais sempre foram reservadas as melhores áreas. A Carta Régia de 1701, por exemplo, proibia que a criação de gado se situasse a menos de 10 léguas da costa (GANCHO e TOLEDO, 1990, p.16), já que era de interesse da Coroa Portuguesa que as áreas mais próximas do litoral, sobretudo no Nordeste, se destinassem ao cultivo de cana para fabricação de açúcar, que era o objeto primeiro da colonização até a descoberta de ouro.

A existência de espaços especializados na pecuária em território brasileiro, como mostra sua história, está intimamente relacionada à intensificação da divisão territorial do trabalho motivada principalmente pela urbanização e também pela formação de espaços agrícolas com alto grau de especialização produtiva. Não foi por coincidência que, no momento em que o pólo econômico da colônia era a Zona da Mata Nordestina, onde se concentrava a maior parte da produção e também da comercialização colonial de açúcar, a qual deu origem a grandes centros urbanos portuários (para a época) como Salvador e Recife, tenha sido em uma região vizinha - o Sertão Nordestino - que esta atividade (criação de bovinos,

especificamente) tenha se desenvolvido de forma mais expressiva, como se constata em Furtado (2007).

Desta mesma forma, é fato que a extração de metais em Minas Gerais, que se inicia entre fins do século XVII e início do século XVIII, gerou muitos núcleos urbanos, e, não por coincidência, esse fenômeno foi acompanhado da expansão da pecuária, a partir do Sertão Nordestino, até áreas relativamente próximas a esses centros urbanos mineradores, como apontam diversos autores, tais como R.Moreira (1990) e Gancho e Toledo (1990), necessitando ainda dos rebanhos dos produtores do Sul e Centro-oeste da colônia, além daquele do próprio Sertão Nordestino, para atender à sua demanda.

Segundo Szmrecsányi (1990) e R.Moreira (1990), eram constantes as crises de abastecimento nos centros urbanos do Brasil colonial, tendo em vista que durante o período de vigência da escravidão o mercado consumidor interno era diminuto e praticamente toda a atenção e dispêndio de capital e trabalho era voltado às atividades de exportação, tendo sido particularmente mais graves nas regiões mineradoras, como se constata em Furtado (2007). R.Moreira (1990) é enfático quanto a divisão do trabalho entre grandes e pequenos produtores rurais no Brasil colônia: os primeiros praticamente só se dedicavam aos produtos de exportação, e cabia aos últimos, os quais possuíam esparsos recursos, a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno. Considerando que a pecuária tem uma demanda por área muito grande se comparada a criação de outros animais, seria pouco provável que os pequenos produtores pudessem se especializar nessa atividade. Por isso, os principais praticantes eram grandes proprietários, mas cujas terras geralmente se localizavam longe das áreas prioritárias para a economia colonial, não apenas em virtude da proibição imposta pela Carta Régia de 1701, mas pela própria lógica de uma economia agroexportadora, na qual as áreas mais férteis e com maiores facilidades para escoamento da produção eram destinadas aos gêneros tropicais de exportação. Por isso, ao término do período colonial e mesmo durante o século XIX, essa

atividade estava amplamente presente apenas no Sertão Nordestino, em algumas áreas de Minas Gerais e arredores (atual Centro-Oeste brasileiro), e também no Sul do país, áreas sem grande importância para os principais cultivos de exportação (cana-de-açúcar, café e algodão) e – no caso das duas últimas - com condições naturais relativamente favoráveis a criação extensiva de bovinos (a vegetação dos pampas e dos cerrados serviam de pastagens).

Segundo Gancho e Toledo (1990), essa situação começa a mudar a partir das primeiras décadas do século XX em virtude de dois fatores conjuntos: a intensificação da urbanização e integração territorial do Brasil, sobretudo a partir da década de 1930, e o desenvolvimento e disseminação das tecnologias de refrigeração, inicialmente disponíveis apenas aos intermediários da cadeia comercial (frigoríficos e mercados) e posteriormente chegando às próprias residências dos consumidores, o que ampliou a capacidade de transferência e comercialização dos principais produtos derivados da pecuária (carne e leite), altamente perecíveis.

Como se pode perceber a partir dos dados dos Gráficos 8 e 9, a urbanização que se intensifica a partir das primeiras décadas do século XX é seguida de um crescimento expressivo do número de cabeças de gado no território brasileiro a partir da década de 1940. A partir dessa mesma data verifica-se um crescimento absoluto muito grande, por consequência, das áreas dedicadas a pastagens, que quase dobram de extensão entre 1940 e 1970 (Tabela 10).

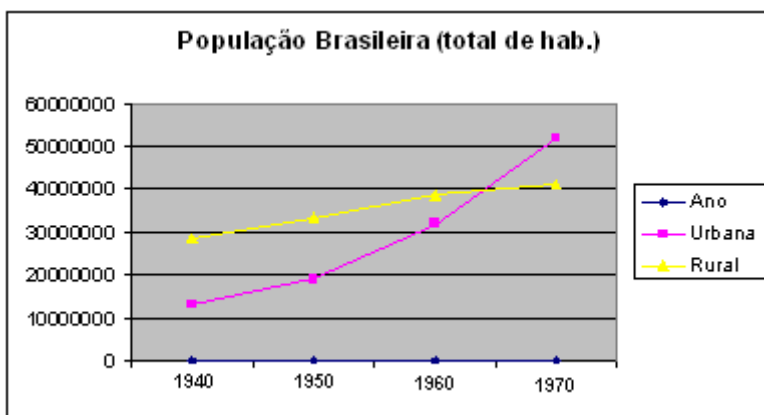


Gráfico 8 – População urbana e rural brasileira – 1940 x 1970

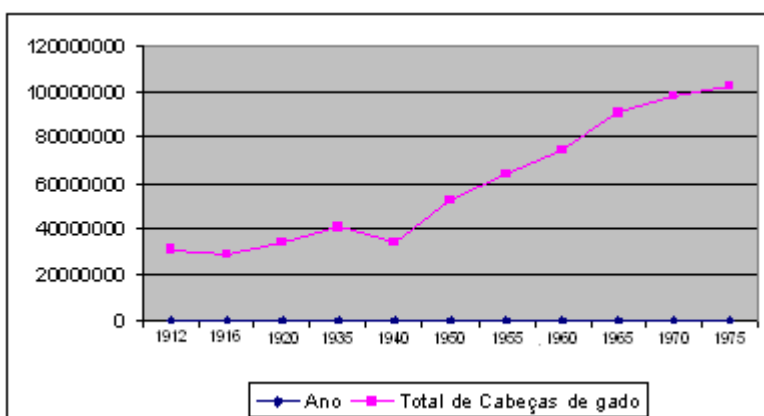


Gráfico 9 – Total de cabeças de gado bovino em território brasileiro 1912 – 1975

Tabela 10 – Área com pastagens no Brasil – 1940 x 1970

Ano	Área Agropecuária Total	Área ocupada por Pastagens	%
1940	195.638.418	87.618.857	44,79%
1970	294.115.615,2	154.138.529	52,41%

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários 1940 e 1970.

Sob o prisma da realidade atual, pode-se indagar se esse intenso crescimento da pecuária não seria antes resultado de uma política de incentivos à exportação que do processo de urbanização de seu território, já que a carne é, na atualidade, uma das principais exportações brasileiras. Todavia, analisando as

exportações brasileiras dos derivados da pecuária (Gráficos 10 e 11), percebe-se que essas somente crescem significativamente a partir da década de 1970.

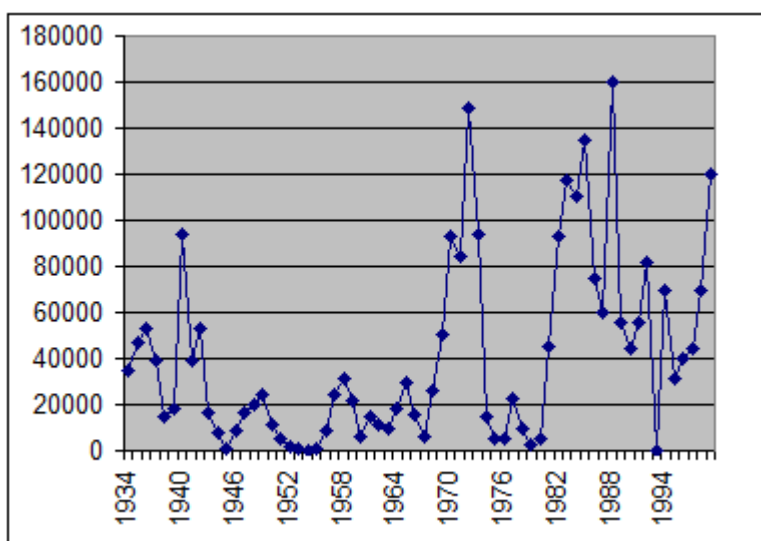


Gráfico 10 – Exportações brasileiras de carne bovina (em toneladas) – 1934 a 1999. Fonte: Ipeadata (2011).

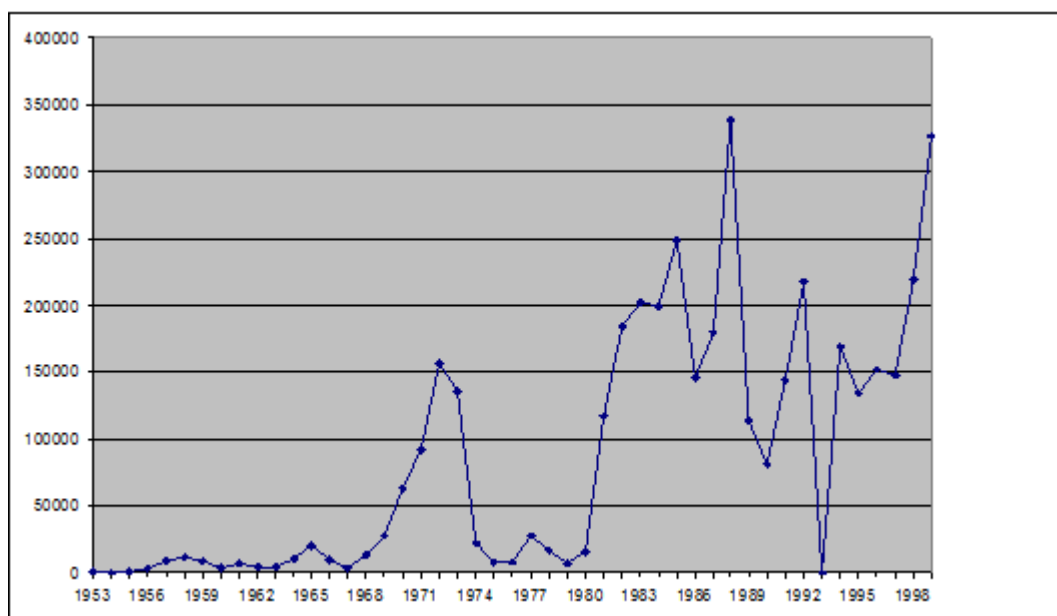


Gráfico 11 – Valor das exportações brasileiras de laticínios (1953-1999).

Fonte: Ipeadata (2011).

Conforme dados sobre as exportações de carne e laticínios (Gráficos 10 e 11), constata-se a existência de um pico anterior, na primeira metade da década

de 1940, mas que muito provavelmente ocorreu em função da Segunda Guerra Mundial, quando grande parte da demanda dos países europeus, outrora suprida pela produção interna, passou a ter que ser importada.

Percebe-se, portanto, que o crescimento de pecuária entre as décadas de 1940 e 1960 foi antes consequência de uma demanda interna, fruto da urbanização e do crescimento das populações urbanas, que de políticas de exportação, cuja influência sobre essa realidade passa a ser visível apenas a partir da década de 1970. Não obstante, o fato é que a partir da década de 1940, outras porções do território brasileiro sem tradição na pecuária vão inserir-se significativamente nessa atividade, como foi o caso de grande parte do Espírito Santo.

Até as primeiras décadas do século XX o atual território do Espírito Santo não era uma área onde se verificasse grande desenvolvimento da pecuária. Ao longo de praticamente todo o século XIX o Espírito Santo tinha necessidade de importar carne bovina. Na obra de Vasconcelos (1978), originalmente datada de 1828, o valor das importações de carne é bastante elevado, indicando que muito provavelmente a produção desse gênero interna à província era pequena.

E de fato não faria muito sentido que houvesse um grande rebanho bovino e extensas áreas dedicadas à pecuária, visto que a demanda por carne poderia ser atendida mediante a pesca (uma vez que a maior parte das vilas até então era litorânea), pela criação de animais de menor porte, ou mesmo por meio da caça a espécies nativas da Mata Atlântica ou da restinga. Conforme descreve Bittencourt (1987-b), consumir carne bovina era um hábito apenas das classes dominantes, que representavam uma parcela diminuta da população das áreas colonizadas do atual território do Espírito Santo:

as pessoas mais abastadas supriam-se de carne à mesa. A dieta dos demais, no entanto, não ia além da farinha, peixe, mariscos e feijão. Na economia local de subsistência não havia sequer a criação de porcos (...) (Ibid., p.56)

Como a maior parte da população era até então (primeira metade do século XIX) composta por indígenas misturados à sociedade dos colonizadores, é natural que a cultura alimentar predominante também fosse fortemente influenciada pelos hábitos indígenas, como o consumo de peixes, mariscos e animais silvestres. É provável que apenas as classes dominantes brancas não compartilhassem desses valores culturais e buscassem manter um padrão de vida europeu, o qual funcionaria como um dos traços diacríticos que os diferenciariam do restante da população. E tal situação parece não ter mudado ao longo de todo o século XIX, já que a obra de C.Marques (1878), do final da década de 1870, ainda ressalta a necessidade de importação de carne.

É somente a partir da década de 1940 que ocorre uma mudança significativa a esse respeito no território capixaba, com crescimento vertiginoso do rebanho bovino e conseqüentemente da área utilizada com pastagens (Tabela 11 e Gráfico 12), frutos dessa rápida urbanização e também da crescente especialização produtiva regional das áreas agrícolas, como será abordado no capítulo seguinte.

Tabela 11 – Área dedicada a pastagens no Espírito Santo – 1940 x 1970

Ano	Área Agropecuária Total	Área com Pastagens	%
1940	1988231	398289	20,03%
1970	3759360	1829974	48,68%

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários 1940 e 1970.

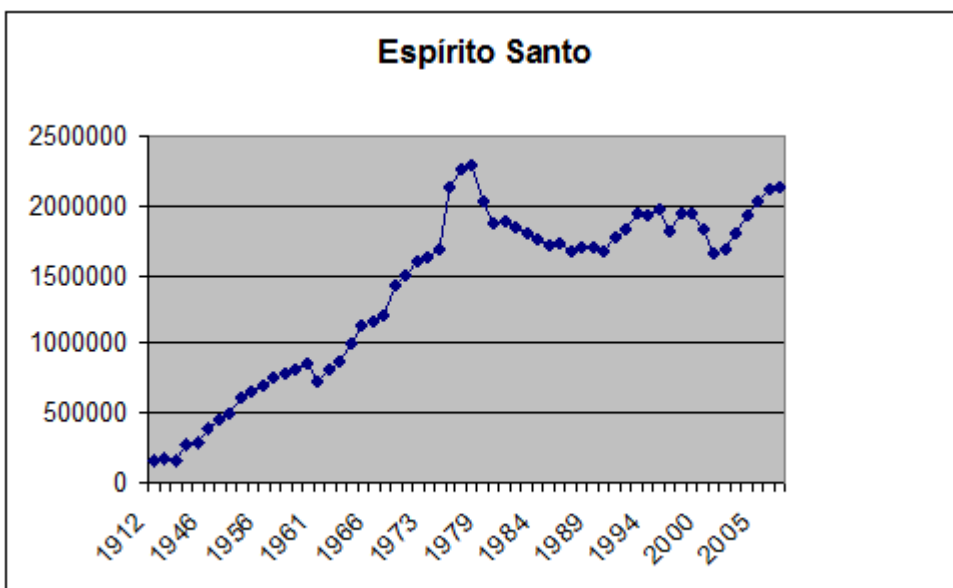
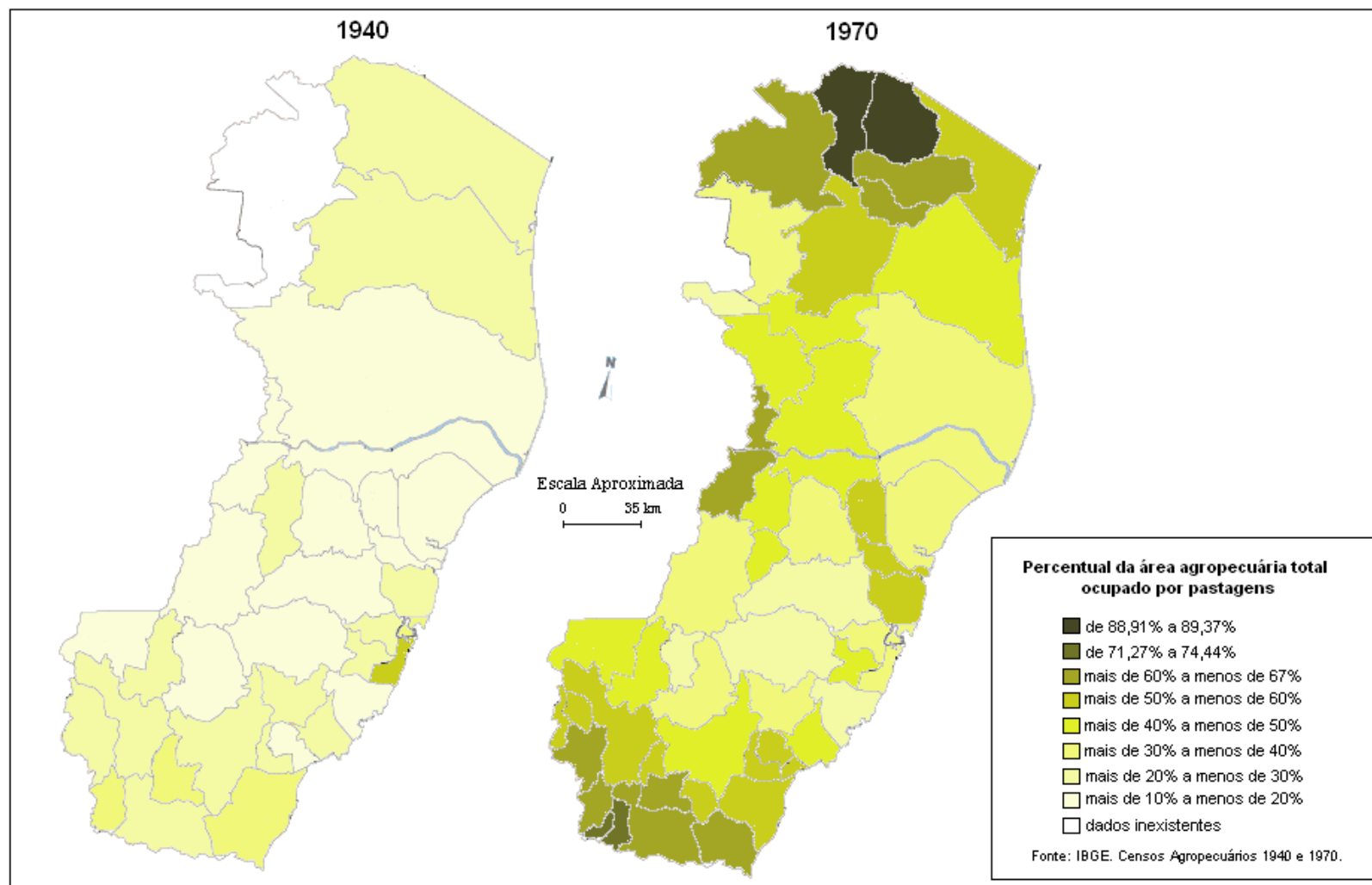


Gráfico 12 – Total de cabeças de gado em território do Espírito Santo

Fonte: Ipeadata (2011).

É interessante notar que esse crescimento da pecuária bovina no território capixaba é, proporcionalmente ao que se verificou no Brasil, exponencialmente maior e seus efeitos sobre as relações de produção no meio rural serão, conseqüentemente, muito visíveis. A área absoluta ocupada por pastagens sofre um aumento de cerca de 450% ao longo desse período, e o percentual da área agropecuária total do Espírito Santo ocupado por pastagens salta de pouco mais de 20% para quase metade da área total. Fato semelhante ocorre quanto ao total de cabeças de gado em seu território, o qual cresce exponencialmente a partir da década de 1940, saltando de pouco mais de 200 mil cabeças em 1946 para mais de 2 milhões e duzentas mil na década de 1970.

A análise dos dados dos municípios capixabas indicam, conforme Mapa 13, que até a década de 1970 o crescimento das pastagens foi bem mais intenso no sul do Estado, nos Vales do Itabapona e Itapemirim, outrora área dos latifúndios monocultores de café nos idos do século XIX, e principalmente no Extremo Norte Capixaba, nos limites com o Vale do Mucuri.



Mapa 13 – Percentual da área agropecuária dos municípios do Espírito Santo ocupada por pastagens – comparação 1940 x 1970.

Nos municípios mineiros do Médio Vale do Mucuri (Nanuque e Carlos Chagas) que fazem fronteira com o território capixaba, também se verifica semelhantes transformações e um crescimento acentuado das áreas dedicadas à pecuária extensiva a partir da década de 1930. É o que se pode constatar, por exemplo, na história do município de Nanuque (Claret, 1996, p.33). Semelhante ao que ocorria no Espírito Santo, Claret (1996) também destaca a ausência de hábito em consumir os derivados da pecuária bovina nessa região mineira fronteiriça ao norte capixaba:

Até as décadas de 1930 e 1940, não existia leite com fatura na região. Só alguns criadores dispunham de uma vaca, que fornecia leite para a família. A população que podia usava leite enlatado e condensado. A carne também era escassa, porque não se explorava a pecuária. Usava-se a carne de charque, vinda do Rio de Janeiro através dos vapores até Caravelas e de lá para cá, de trem. (CLARET, 1996, p.49)

Segundo o autor, ocorre a partir de então (década de 1930) nessa região mineira um avanço súbito das áreas de pastagens em detrimento da produção diversificada que a caracterizava (CLARET, 1996, p.33, 79 e 85). E as evidências obtidas a partir da bibliografia disponível e das entrevistas realizadas revelam que foi nesse mesmo contexto que o Extremo Norte Capixaba envolveu-se nessa atividade.

Esse crescimento da pecuária extensiva trouxe grandes alterações nas relações de trabalho no meio rural capixaba, aparentando ser um prelúdio do que ainda estava por vir com a Revolução Verde, uma vez que, sobretudo quando a criação de bovinos é voltada para o corte (como será melhor abordado no capítulo seguinte). A ascensão dessa atividade representou uma nova possibilidade de obtenção de renda e ganhos a partir da propriedade fundiária com pouquíssima demanda de mão-de-obra, ao contrário, por exemplo, da cafeicultura. Todavia, diferentemente dessa atividade (a produção de café), cuja grande demanda de trabalho acaba tendo fazendo com que o valor da produção por unidade de área utilizada seja relativamente alto, a produção da pecuária de corte, por praticamente não demandar trabalho, apresenta baixíssimo valor por unidade de

área utilizada, tornando-a viável apenas em propriedades de maior extensão, o que em partes explica porque a emergência dessa atividade está tão relacionada à intensificação da concentração fundiária.

4.4. A crescente valorização da propriedade da terra

Na vigência do trabalho escravo a terra era praticamente destituída de valor. Genericamente falando, ela não tinha a equivalência de capital, alcançando às vezes um preço nominal para efeitos práticos [...]

A aplicação de dinheiro na terra envolvia um grande risco por falta de mercado imobiliário. Sendo as terras devolutas abundantes, mesmo após a extinção do regime de sesmarias com a Independência, a ocupação era expediente simples e eficaz [...]

Mais valiosos que a terra eram os escravos. [...] Na verdade, tinha valor o bem sujeito a comércio, coisa que com a terra ocorria apenas limitadamente.

(MARTINS, 1990, p.24 e 25)

Segundo Martins (1990), conforme trecho transcrito acima, no contexto econômico do Brasil escravocrata, inexistia um mercado imobiliário: a propriedade da terra era praticamente destituída de um preço de mercado. É em contexto semelhante que ocorre a intensificação do processo de apropriação de terras na porção Centro-sul do Espírito Santo, entre meados do século XIX e início do século XX.

Segundo esse mesmo autor, em São Paulo só houve de fato um mercado de imóveis rurais constituído a partir da primeira década do século XX (MARTINS, 1990, p.68), o que pode ser ratificado pela análise de Mello (1985) acerca do valor dos imóveis rurais frente a outros bens ao longo do século XIX. No Espírito Santo e na porção mineira do Vale do Mucuri, isso parece ter ocorrido de forma um pouco mais tardia, em virtude da imensa extensão de terras devolutas nessas áreas e, no caso capiaxaba, também em virtude da dificuldade ou mesmo desinteresse das autoridades em efetivar, na prática, a Lei de Terras de 1850, o que favorecia o que V.Moreira (2005) denominou de “colonização esparsa”, ou seja, mediante regularização de posses (e não da compra de imóveis), a qual se tornou o meio predominante de apropriação das terras, sendo raras as compras de terrenos ainda com mata virgem. Afinal de contas, nada mais lógico do que

pagar apenas por aquilo que tem valor, ou seja, as benfeitorias e o terreno já desmatado e com culturas efetivadas (ou pelo menos com terras prontas para o cultivo). Nessas circunstâncias, só faria sentido regularizar uma posse ou adquirir um terreno já preparado por outros (como os casos que Wagemann cita, referente aos colonos alemães que adquiriram terrenos de posseiros).

É somente por volta das décadas de 30 e, principalmente, de 1940, momento em que se intensifica a expansão do processo de apropriação de terras ao norte do Rio Doce, que se pode encontrar indícios de que a venda de terras havia se tornado uma atividade lucrativa e recorrente no território capixaba. Borgo et alli (1996, p.36 e 38) cita mensagens das autoridades estaduais sobre o crescimento de requerimentos por terras ocorridos a partir da década de 1930, e afirma que a compra de lotes visando revenda dos mesmos torna-se prática comum nesse contexto de colonização da porção do território capixaba ao norte do Rio Doce:

O sistema funcionava assim: um desbravador ítalo-capixaba, ou teuto-capixaba, conseguia uma concessão de terra ao norte do Rio Doce, principalmente a partir de 1928, quando foi inaugurada a ponte em Colatina. Loteava-a e vendia os lotes no sul do Estado (BORGO et ali, 1996, p. 75)

Os relatos de Petrone (2004) feitos na década de 1950 sobre a região Centro-sul do Espírito Santo, que ele denomina de área de colonização antiga, também mencionam uma significativa e constante elevação de preços dos imóveis rurais bem como as possibilidades de obtenção da renda diferencial da terra:

Os preços das propriedades são relativamente elevados. Variam, entretanto, conforme a parte da região que se considera e, particularmente, variam em função da localização em terra quente ou fria, em função das características topográficas e de solos, das benfeitorias e da antiguidade do aproveitamento. De uma forma geral eles têm subido, com intensidade maior, a partir da década de 1940 (PETRONE, 2004, p. 36)

Desta forma, os indícios sugerem que é a partir das décadas de 1930 e 1940 que começa a se consolidar um “mercado de terras” no Espírito Santo, cujos efeitos serão mais visíveis a partir da segunda metade do século XX.

Possivelmente a crescente demanda de terras por parte da grande massa de camponeses e seus descendentes que se estabelecem no Centro-sul do Estado (necessária à manutenção de sua condição de camponeses, à medida em que as famílias crescem e gerações novas surgem), ocasionou essa valorização da terra e dos imóveis rurais à medida em que iam se tornando escassas as terras “livres” do território capixaba⁴⁵.

A partir dessa valorização das terras e surgimento de um mercado imobiliário (de propriedades rurais), criaram-se também condições para que crescessem a especulação imobiliária/fundiária e o uso da terra como reserva de valor. Roche (1968, p.159), cujo trabalho fora escrito ainda em início da década de 1960, ratifica a ocorrência desse fenômeno e aponta que o “alvo” dessas práticas de especulação sobre compra e venda de terras eram, dentre as porções do Espírito Santo por ele tratadas na obra, as áreas que denominou de “terras quentes”, que abrangiam, ao sul do Rio Doce, as terras que se estendem da Bacia do Rio Guandu às da Bacia do Rio Santa Maria do Rio Doce, e praticamente toda porção interiorana ao Norte do Rio Doce, o que reforça a hipótese de que isso tenha ocorrido de forma muito mais intensa nas novas “frentes pioneiras”.

Interessante notar que existe uma relação entre a crescente valorização da propriedade da terra, a consolidação de um mercado de terras e o crescimento da pecuária extensiva. Segundo A.Oliveira (1999, p.87), no Brasil essa prática (pecuária extensiva) tem sido uma forma de utilização das terras com fins especulativos. Assim também o defende Szmrecsanyi (1990), ao abordar o crescimento dessa atividade no Brasil ao longo das décadas de 1940 e 1960:

(...) Em parte, essa expansão territorial da pecuária tem se vinculado ao esgotamento dos solos por modalidades predatórias de cultivo, e aos conseqüentes rendimentos decrescentes auferidos principalmente pelas

⁴⁵ Exemplo disso pode ser encontrado no trabalho de Roche (1968, p.160-164), o qual afirma que a pressão demográfica sobre as áreas de colonização mais antigas e conseqüente necessidade de obter novas terras para os descendentes dos agricultores dessas áreas era o principal fator que impulsionava a migração dos descendentes de alemães no Espírito Santo.

grandes lavouras. Mas, ao mesmo tempo, ela também se deveu em boa parte a motivações puramente mercantis e especulativas, traduzindo-se numa permanência e difusão de uma pecuária ultra-extensiva (...)

Nunca é demais assinalar a esse propósito que a pecuária bovina no Brasil, além de, na maioria das vezes, constituir uma atividade funcionalmente separada da agricultura, com freqüência não se destina prioritariamente a fins produtivos nem está propriamente voltada para o abastecimento sistemático dos mercados consumidores de carne e/ou de leite (...) Os rebanhos tendem a ser encarados pela maioria de seus proprietários mais como uma reserva de valor do que como uma fonte de receita. Eles desempenham esse papel não apenas em si mesmos, por se multiplicarem naturalmente, e por não se desvalorizarem com a inflação, mas também – e talvez principalmente – de forma indireta, pelo domínio que eles asseguram sobre a propriedade de vastas áreas de terras, as quais, por sua vez, tendem a ser encaradas mais como reservas de valor do que como recurso produtivo.

Para o proprietário de terras exclusivamente interessado na valorização financeira de seus ativos, essa pecuária ultra-extensiva acaba constituindo um bom negócio, na medida em que lhe permite garantir a posse de grandes superfícies a baixo custo. Uma boiada rala e pouco produtiva, em termos de bezerros, de carne e leite, sai-lhe mais barata que um bando de capangas contratados para proteger a propriedade de terras inaproveitadas ou ociosas contra a intrusão dos que desejam cultivá-las (...) (SZMRECSANYI, 1990, p. 78)

Desta forma, a pecuária extensiva tornou-se nesse contexto não só uma atividade rentável, mas também um meio de garantir a propriedade da terra nas áreas de expansão das fronteiras coloniais, em função da possibilidade cada vez maior de utiliza-la como reserva de valor.

4.5. O “embrião” formador dos latifúndios

Como exposto nesse capítulo, antes das décadas de 1930 e 1940, a urbanização no território capixaba era muito pouco expressiva para ter reflexos significativos sobre o meio rural. Mesmo a urbanização de áreas próximas ao Estado, como em São Paulo e no Rio de Janeiro, não surtiram tanto efeito, em grande parte em virtude da pouca interação do território do Espírito Santo ao restante do território nacional até então. A consolidação de uma rede urbana de caráter nacional e a intensificação da urbanização em seu próprio território a partir das décadas de 1930 e 1940, entretanto, alteraram significativamente esse quadro.

Os avanços técnicos, sobretudo nos meios de transporte, com a emergência do modal rodoviário, bem como nos meios de armazenamento da produção, com as tecnologias de refrigeração, concomitantemente a esse incremento da urbanização, ampliaram exponencialmente os mercados dos derivados da pecuária, fazendo com que essa atividade se expandisse por áreas onde não era uma atividade tradicional, como foi o caso do Espírito Santo, onde cresceu significativamente, sobretudo nos extremos sul e norte de seu território.

Nesse contexto, para aqueles que eram donos de vastas extensões de terra, a emergência da pecuária extensiva trouxe consigo a possibilidade de não mais necessitar de mão-de-obra camponesa em suas propriedades para que se pudesse extrair algum lucro dessas terras, antecedendo nesse ponto as inovações tecnológicas trazidas posteriormente pela Revolução Verde, que vão levar essa possibilidade de produção com baixíssima demanda de mão-de-obra também a algumas lavouras, como foi notadamente os casos da soja, cana-de-açúcar e silvicultura, por exemplo. A partir desse momento, o simples ato de criar alguns bois era uma garantia de algum lucro com baixíssimos investimentos. Também se constata nesse momento que a crescente demanda por terras para as novas gerações dos camponeses que habitavam o Centro-sul do Estado, o Leste de Minas Gerais e o Sul da Bahia, tornou as frentes pioneiras ao norte do Rio Doce em local de forte especulação.

Tudo isso, conjuntamente, veio a alterar as formas de organização e produção do meio rural capixaba e resultou no gradativo declínio daquela conjuntura favorável à disseminação de pequenas propriedades rurais no território capixaba (ainda que com forte caráter seletivo) que se verificou outrora. Se antes a competição pela apropriação das terras ocorria predominantemente entre pequenos produtores rurais, camponeses, agora esses vão disputar as terras nas novas fronteiras de colonização com outros entes: especuladores, pecuaristas e empresas madeireiras.

Paralelamente a essas transformações, constata-se que o período pós 1930 marcou, no cenário político capixaba, um declínio da manifestação explícita dos interesses das classes dominantes regionais nas ações do Estado. No período da Era de Vargas, entre 1930 e 1945, essa diminuição da influência das oligarquias regionais foi decorrente do próprio centralismo político que o caracterizou. Mas no Espírito Santo, nesse novo momento de subordinação aos “interesses nacionais” definidos pelo poder central, M. Silva (1995) ressalta que se fez necessário acomodar as forças políticas regionais no aparelho do Estado e, que, nesse contexto, as oligarquias rurais teriam obtido mais influência que o capital comercial, até então hegemônico no cenário político capixaba. Todavia, tal fato não trouxe de imediato grandes modificações na estrutura econômica estadual, que continuou a se basear na cafeicultura com acumulação do capital ocorrendo predominantemente em âmbito comercial.

Segundo essa autora, as mudanças mais significativas vieram no período democrático após a Era de Vargas, a partir de 1945, quando mudanças econômico-estruturais (industrialização, urbanização, maior integração com a rede urbana brasileira, etc...) fizeram emergir novos interesses políticos e o antigo antagonismo entre os interesses do capital comercial e das oligarquias agrárias acabou se diluindo entre os diversos partidos políticos que vão reger o cenário político capixaba desse breve período, entre 1945 e 1964, os quais – de certa forma - também se adequavam às diretrizes nacionais de suas respectivas legendas.

Assim, apesar da outrora hegemônica classe dos comerciantes envolvidos no comércio da produção das pequenas propriedades rurais nunca ter estado totalmente fora do controle do aparelho do Estado, sua influência jamais voltou a ser tão intensa quanto o fora na República Velha, o que explica porque outros interesses começam a transparecer nas mudanças sobre legislação que regia a

apropriação das terras estaduais ainda consideradas devolutas, criando dispositivos legais que favoreceram a concentração fundiária.

As mudanças nas relações entre capital, trabalho e propriedade da terra no território capixaba podem ser constatadas a partir das sucessivas mudanças na legislação estadual sobre terras devolutas. Se na segunda metade do século XIX o acesso à terra (por pessoa física) praticamente só ocorria em pequenos lotes (geralmente em torno de 25 hectares), a Lei 1.148, de 1917, ampliou esse limite para 60 hectares e a Lei 1.711, de 1929, tornou possível o requerimento (por pessoa física) ao Estado de lotes com até 150 hectares, quando para fins agrícolas, ou 200 hectares, quando destinados especificamente à pecuária (sendo isso um claro incentivo a essa atividade).

Pode parecer um pouco desconexo que a Lei 1.711, que claramente favorecesse a concentração da propriedade da terra, tenha sido implementada ainda durante o período de hegemonia política do capital comercial. Todavia, segundo M. Silva (1995), a crise econômica mundial dos anos 20 criou fortes adversidades às exportações capixabas de café⁴⁶, produto do qual a arrecadação estadual era amplamente dependente, e isso teria, segundo a autora, trazido à tona no meio político uma discussão sobre a necessidade de se diversificar as fontes de arrecadação estadual. Muito provavelmente por isso fora sancionada essa lei em 1929 com claros incentivos à pecuária.

Mas, de fato, como menciona M. Silva (1995), as mudanças mais significativas viriam no período democrático pós 1945. Muito embora a Lei 617, de 1949, tenha reduzido o limite para aquisição de terras devolutas para 100 hectares por pessoa física, ela adicionou a possibilidade de ampliação em 25 hectares por filho que o requerente possuísse, o que no contexto de elevadíssimas taxas de natalidade do Brasil rural das décadas de 1950 e 1960, significava que facilmente

⁴⁶ Apesar de também abastecer o mercado interno, a maior parte do café capixaba, mesmo sendo considerado de qualidade inferior pelos exportadores, era voltado à exportação.

poder-se-ia requerer uma área superior a 200 ou 300 hectares dentro dos ditames legais.

Além disso, a Lei 1.346, de 1922, criou uma modalidade estranha de assegurar a propriedade da terra, que consistia na possibilidade de o proprietário, ao invés de executar todos os requisitos para regularização das terras, proceder ao pagamento de um “aluguel” ao governo estadual pela utilização daquelas terras – que em tese, eram devolutas. E, para aqueles que optassem por essa modalidade burlesca de formalização dos direitos sobre uma determinada área, seria permitido adquirir do estado até 1.200 hectares de terras. Também havia um tratamento diferenciado para pessoas jurídicas, que, desde que comprovassem a capacidade financeira e a devida idoneidade (aparentemente a avaliação dos pré-requisitos para tal isso era totalmente discricionária), poderiam requerer até mais de dez mil hectares.

Tabela 12 – Limites para concessão de terras a pessoas físicas no Estado do Espírito Santo (síntese)

Momento (em ordem cronológica)	Limite previsto
Projetos de colonização	25 a 50 hectares
Lei 1.148, de 1917	60 hectares
Lei 1.711, de 1929	150 p/ fins agrícolas ou 200 para prática da pecuária
Lei 647, 1949	100 hectares + 25 hectares por filho que o requerente possuísse.

Fonte: Saletto (1996a e 1996b), Almada (1993), Borgo et al (1996) e Governo do Estado do Espírito Santo (acesso em jul 2011).

Todas essas mudanças resultaram na formação de uma estrutura fundiária muito mais concentrada nas áreas por onde as fronteiras coloniais se expandiram no contexto pós-1930, cujos resquícios são bem visíveis na atualidade. No censo agropecuário de 2006, por exemplo, fica evidente que a concentração fundiária é muito mais intensa nos municípios cuja expansão das fronteiras coloniais e

apropriação das terras ocorreu nesse contexto pós-1930 (ver Mapa 1, na Introdução).

Não há dúvida que a topografia menos acidentada dessa porção do território capixaba seja um fator que tendeu a influenciar a apropriação de maiores extensões de terras, já que é muito comum que os acidentes naturais (como morros, rios e córregos) - cuja presença é mais esparsa na porção do Espírito Santo ao norte do Rio Doce - funcionem como limite entre as áreas pleiteadas. Todavia, sem as modificações dos marcos legais que regem a apropriação de terras, elas não poderiam ter se constituído legalmente em propriedades.

4.6. O Contestado e a nova face da violência nas frentes de expansão - questão de limites jurisdicionais?

Os trabalhos sobre a história da Região do Contestado normalmente associam a grande violência e concentração de terras que se verificou na região à ausência ou duplicidade de jurisdição sobre aquelas terras. Todavia, como mencionado na introdução, se a questão dos limites fosse causa primária da violência e da concentração fundiária, estes fenômenos também teriam marcado presença em todas as áreas de fronteiras Estaduais, o que não se pode confirmar (e no que tange a estrutura fundiária, de fato não se constata na maioria dos municípios limítrofes).

Como bem trata Pontes (2007, p.26) em seu trabalho, os limites da capitania do Espírito Santo foram, desde os primórdios da colonização, bastante indefinidos. A capitania que fora concedida a Vasco Fernandes Coutinho em 1534, por exemplo, somente estabelecia os limites norte-sul com as capitanias confrontantes, e ainda assim de forma vaga. Ficou estabelecido a princípio que esses limites seriam as capitanias de Porto Seguro, ao norte, São Tomé, ao sul. Posteriormente é que teriam sido estabelecidos os acidentes geográficos que

serviriam de marcos fronteiriços - o rio Mucuri, ao norte, e o rio Santa Catarina, ao sul (PONTES, 2007, p.29).

Essa situação permaneceu praticamente inalterada até fins do século XVII, quando são descobertas as primeiras jazidas de metais nobres na área sul americana sob domínio português. Poucas décadas depois, em 1709, o território que inicialmente fora a Capitania de São Tomé desmembrou-se nas capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo, tendo sido desta última o desmembramento da região mineradora, dando origem à capitania de Minas Gerais, em 1720 (PONTES, 2007, p.30). Todavia, não foram definidos os limites a leste dessas duas recém criadas capitanias.

Segundo o mencionado autor (PONTES, 2007, p.29 e 62), a preocupação em estabelecer de forma mais clara os limites entre a capitania de Minas Gerais e Espírito Santo só vinha à tona a medida em que as frentes de expansão oriundas dos dois estados, vindo em sentidos opostos (leste-oeste e oeste-leste, respectivamente), começaram a se encontrar.

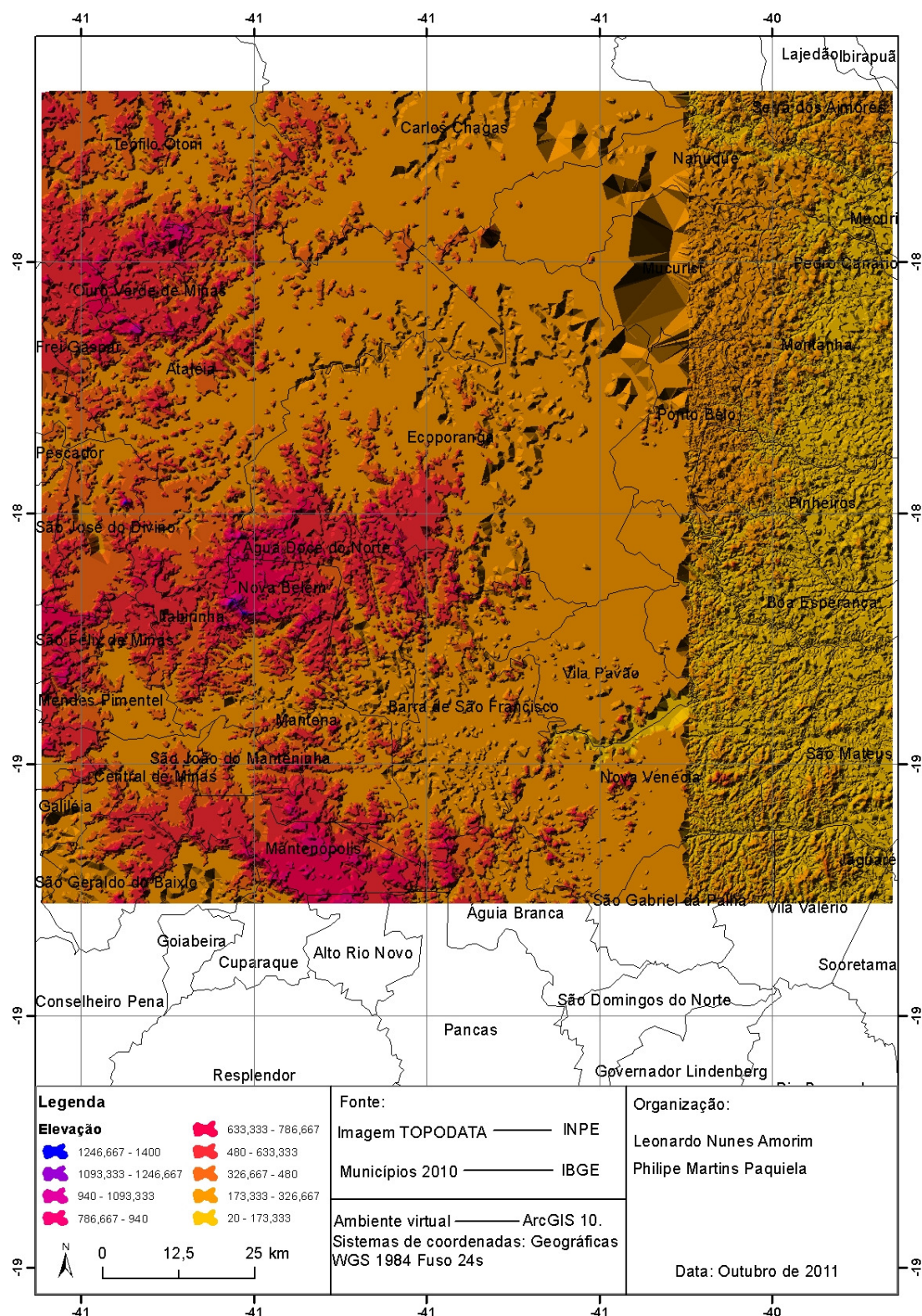
O primeiro caso ocorreu na Região da Serra do Caparaó em meados do século XIX, quando em decorrência da expansão da cafeicultura se intensificam as correntes migratórias rumo ao sul do Espírito Santo. Essa questão foi resolvida favoravelmente ao Espírito Santo (PONTES, 2007, p.64), resultando na afirmação de jurisdição sob o município de Alegre (que à época englobava praticamente toda a porção do território capixaba à montante dos Vales do Itapemirim e do Itabapoana).

Posteriormente, a partir da década de 1880, o conflito passou a ser acerca dos limites ao sul da Bacia do Rio Doce e foi solucionado por meio de um acordo firmado entre as unidades da federação em 1911, o qual definiu que esse limite seria dado pelo divisor de águas entre as bacias do Rio Manhuaçu e o Rio Guandu, ambos tributários da margem sul do Rio Doce (PONTES, 2007, p.66).

Mas, ainda assim, persistiram questionamentos sobre o traçado dessa linha no referido divisor de águas, que só foram definitivamente resolvidos por meio de decisão arbitral em 1914.

Ao norte do Rio Doce, entretanto, os limites haviam sido estabelecidos pelo Auto de 1800, que mencionava de forma muito vaga a Serra dos Aimorés (ou Serra de Souza) como o marco fronteiro. Por conta das circunstâncias expostas no Capítulo 3, essas terras vão permanecer como território indígena até o alvorecer do século XX, tendo sua colonização se iniciado apenas a partir do final da década de 1920, na área dos atuais municípios de Mantenópolis, Alto Rio Novo e Barra de São Francisco, e no início a década de 1940 nos atuais municípios de Ecoporanga, Mucurici, Ponto Belo e Montanha.

O que se pretende demonstrar com esse breve retrospecto da conformação dos limites legais do território do Espírito Santo é que a incerteza acerca dos limites estaduais e as disputas jurisdicionais com Minas Gerais ocorreram na colonização de praticamente todas as áreas fronteiriças entre esses entes federados. Todavia, não há menção de que tamanha violência e intenso esvaziamento do campo, nas proporções em que ocorreram na Serra dos Aimorés e seus arredores, tenham ocorrido também nas demais fronteiras. Isso nos leva a supor que a causa primeira dos latentes conflitos fundiários na porção capixaba do Contestado não deva ser atribuída a essa questão dos limites propriamente dita. Como se constata na obra de Martins (2009), a violência é uma característica inerente às áreas de fronteiras coloniais, onde são recorrentes os processos de acumulação primitiva - a reprodução por espoliação, na forma como Harvey (2011) define este conceito. A expansão das fronteiras mediante a disseminação das pequenas propriedades rurais também foi marcada por violência, como descrito no Capítulo 2. O que ocorre é que em virtude das mudanças estruturais nas relações entre o capital, trabalho e propriedade da terra que ocorrem a partir dos anos 30, abordadas nesse capítulo, a violência das áreas de fronteiras coloniais também se modificou.



O clima de “cangaço” dessas áreas não era causado por uma suposta ausência do Estado, já que era ele, na maior parte dos casos, o agente propagador dessa violência, por meio principalmente da Polícia Militar. Não queremos, entretanto, negar o caráter de “faroeste” que caracterizou essas áreas limítrofes nos primórdios de sua colonização - como de fato ocorreu na Serra dos Aimorés e em outras localidades fronteiriças, que serviram de refúgio a indivíduos procurados pelas autoridades dos dois estados, como bem retrata Pontes (2007, p.76) - e o clima de insegurança que dele decorria. Todavia, esse quadro é similar em praticamente todas as zonas de fronteira colonial, não sendo uma particularidade dessas terras em disputa pelos dois entes federados.

Outro fato que nos leva a ponderar sobre a real influência dessa situação de indefinição de jurisdições sobre o esvaziamento do campo e o processo de apropriação de terras no Contestado é que vários episódios de violência no campo apurados pela CPI de 1953 ocorreram fora do perímetro da área em disputa e, de certa forma, apresentam características semelhantes, sendo também marcados por uma violência organizada e sistemática, sempre contando com a participação do Estado - que as executava por meio da polícia militar, a mando de autoridades de escalão mais alto (PONTES, 2007) - e tendo como eixo os interesses dos novos entes envolvidos nas disputas por terras: indivíduos de poder econômico e/ou político, que em virtude da formação de um mercado de terras e do crescimento da pecuária, voltaram sua atenção à apropriação de terras nessa última fronteira do território capixaba; além de madeiras, atraídas àquelas terras com grandes extensões de mata ainda preservada em decorrência da crescente demanda interna e externa desse produto e das maiores possibilidades de sua exploração proporcionadas pelos avanços técnicos (como a eletricidade e transporte rodoviário).

Trechos do próprio trabalho de Pontes (2007, p.77) deixam transparecer esse aspecto organizado da violência, em grande parte promovida pelo próprio aparelho do Estado, muito embora o autor, contraditoriamente, atribua, em parte,

essa violência a não atuação do Estado⁴⁷. Ele próprio menciona que ao longo dos primeiros anos de colonização dessa área a questão ganhava amplitude “*devido a interesses de políticos e fazendeiros locais*”, ratificando que essa organização da violência permeava o próprio Estado (PONTES, 2007, p. 88).

Não se deve negligenciar, entretanto, a influência que essa “corrida” entre o Estado do Espírito Santo e de Minas Gerais pela colonização do Contestado teve no processo de apropriação de suas terras, notadamente pelos incentivos promovidos por ambos os lados com o intuito de acelerar o avanço das fronteiras coloniais e assim assegurar domínio sobre o território (no caso capixaba, evidenciado pelo conteúdo da Lei 252, de 1949).

Mas apesar de algumas mudanças na legislação, as quais foram em tese favoráveis aos camponeses (como a diminuição do tempo de permanência na terra para poder adquiri-la por usucapião de 30 para 10 anos, estabelecida pela Constituição Federal de 1934 e os incentivos a regularização das posses no noroeste capixaba, instituído pela Lei 252/1948), o processo de apropriação das terras na porção capixaba do Contestado se mostrou ainda mais excludente, já que à persistência de procedimentos onerosos, burocráticos e discricionários, veio a se somar o crescente interesse do capital pela propriedade fundiária.

Segundo Pontes (2007):

O processo de aquisição de terras devolutas era bastante complexo para uma zona pioneira, que carecia de posseiros com conhecimento suficiente para entender a mecânica de tal medição. (...) Mesmo quando aqueles procedimentos legais conseguiram se efetivar no Noroeste capixaba, observou-se grandes distorções na destinação social da terra, eis que os

⁴⁷ Essa contradição poder ser percebida em vários trechos do texto de Pontes (2007):

“A presença do Poder Público na região não se mostrou bastante para conter o crescente quadro de insegurança que marcou as primeiras décadas da ocupação do Noroeste capixaba. Ao contrário, os representantes do poder público eram, por vezes, autores da desordem que subsistiu na região por décadas a fio” (Ibid., 77)

“O rápido e descontrolado crescimento da região levou a um aumento dos litígios de terra, com invasões de áreas devolutas e de propriedades privadas, demandando constantes intervenções da autoridade policial, que por vezes se excedia em suas atribuições, passando a atuar de forma arbitrária” (p. 86)

trâmites necessários à alienação de terras devolutas não impediram que a ocupação de expressiva porção de áreas produtivas continuasse a ficar restrita à elite capixaba. Apenas integrantes das altas classes sociais apresentavam condições para interagir com desenvoltura junto ao sistema administrativo governamental, seja por melhor se desvencilharem das exigências burocráticas, seja por disporem de capacidade financeira para prontamente arcar com as despesas de medição, de abertura de estradas de acesso e de pagamento de registros, taxas e impostos previstos (PONTES, 2007, p.81 e 82)

Não foram apenas as exigências burocráticas e financeiras que continuaram a representar adversidades para que pequenos posseiros conseguissem regularizar as terras que ocupavam na expansão dessas fronteiras coloniais. A atuação corrupta das autoridades responsáveis pela fiscalização e cumprimento da legislação sobre terras também persistia e mesmo se agravava, pelo envolvimento de grandes empresas e “coronéis” na corrida pela apropriação de terras devolutas:

O processo de alienação nunca esteve isento de fraudes e corrupção. Ao contrário, a prática dessas condutas criminais ficou ainda mais evidente em meados da década de 1960, quando alguns políticos da região, criticando o governo capixaba começaram a falar aos jornais sobre a corrupção na alienação de terras no norte do Estado. (PONTES, 2007, p.82)

Em face das denúncias do deputado estadual Lopes Filho, meses mais tarde começaram a aparecer documentos demonstrando a participação de agrimensores do Estado nas fraudes, evidenciando que empresas recém criadas estavam dando entrada em requerimento de terras e obtendo-as sem maiores dificuldades, agilidade que jamais foi verificada em casos de ocupação por posseiros. Houve até casos de empresas que sequer haviam sido formalmente constituídas à época dos pedidos. (PONTES, 2007, p.83)

Os mecanismos que favoreciam essa desigualdade no acesso a terra eram praticamente os mesmos desde 1850. O que havia mudado, sem dúvida, era a disparidade político-econômica entre os entes envolvidos nos conflitos. Se entre meados do século XIX e primeiras décadas do século XX, a disputa pelas terras ocorria praticamente só entre camponeses, se sobressaindo dentre estes os descendentes de imigrantes estrangeiros, em virtude de sua melhor aceitação social (por serem brancos) e maior intimidade com a burocracia estatal, no caso das terras de grande parte da porção do Espírito Santo ao norte do Rio Doce os camponeses se viram em disputa com grandes empresas e membros das classes

dominantes regionais, de grande influência política e significativo poder econômico.

Assim, embora os mecanismos legais fossem praticamente os mesmos, a medida em que se intensificava a influência dos novos vetores que condicionavam o processo de apropriação de terras, aumentava também consideravelmente a disparidade (em termos de poder econômico e influência política) entre os entes envolvidos nos conflitos fundiários, o que acabava por ampliar a desigualdade no acesso a terra.

A questão das disputas jurisdicionais entre Espírito Santo e Minas Gerais, ao que tudo indica, acabou por ampliar a desigualdade desses litígios fundiários, já que foi comum nesse contexto de disputa que ambos os entes federados apoiassem “coronéis” ou grandes empresas na região como forma de assegurar seu domínio sobre a porção territorial sob influência dos mesmos⁴⁸. O trecho da obra de Pontes transcrito abaixo (2007) sintetiza bem esse contexto:

Pretensos proprietários, portando títulos (...) – não raro sem qualquer amparo jurídico – passaram a ameaçar e agredir os pioneiros, que não aceitavam a validade daqueles documentos. A indústria madeireira (...) aliou-se a latifundiários numa luta comum, tentando usurpar as posses e benfeitorias camponesas. Para isso, com seu poder de compra, não hesitaram em contratar jagunços e corromper servidores públicos(...) (PONTES, 2007, p. 103).

Nesse contexto, a corrupção no Estado não se limitava àqueles que estavam na ponta da execução das políticas, como polícias militares e fiscais da secretaria que regia as questões fundiárias. Muitos funcionários de alto escalão do aparelho da administração Estadual estavam envolvidos nos episódios em que essas empresas e membros das classes dominantes buscaram se apropriar de terras já ocupadas. Há indícios de que em alguns casos o próprio governador, se

⁴⁸ Pontes (2007, p.94) cita o caso de um criminoso chamado Benedito Valadares, o qual, segundo o juiz de direito de Barra de São Francisco à época (1948), contava com apoio do governo de Minas Gerais, estando impune apesar de já ter cometido mais de 200 assassinatos; esse mesmo autor também afirma que Tribunais de Júri que absolviam “indiscriminadamente criminosos contra os quais os indícios de culpa eram abundantes” (Ibid., p.101).

não estava diretamente envolvido, estava ao menos muito próximo ao ocorrido, já que a principal liderança policial na maior parte dos episódios de violência que foram objeto da CPI de 1953, a figura do Coronel Djalma, possuía fortes vínculos com o partido do Governador Jones dos Santos Neves (PSD), e fora designado para coordenar essas ações pelo secretário Nuno Santos Neves (PONTES, 2007, p.115), irmão do referido governador - em cujo mandato ocorreu a maior parte dos episódios tratados na referida CPI e cujo partido, segundo Pontes (2007) e M. Silva (1995), agregava as principais lideranças ligadas aos interesses dos latifundiários.

A Tabela 13, que traz o número de testemunhas ouvidas pela CPI Estadual de 1953, a qual visava investigar a violência nos conflitos fundiários no norte do Espírito Santo. Dentre aqueles que ocorreram dentro da porção capixaba do Contestado, pode-se perceber que eles foram proeminentes nos quatro municípios do Noroeste capixaba que mais se inseriram nas novas dinâmicas econômicas (a extração de madeira e da pecuária extensiva, como Mucurici e Montanha), não se restringindo a Barra de São Francisco e Ecoporanga, onde é sabido que os conflitos jurisdicionais foram mais intensos.

Tabela 13 – Localidade de residência das testemunhas da CPI de 1953

Atual Município	Número de Testemunhas
Ecoporanga	123
Governador Lindenberg	75
Montanha	48
Vitória	30
Barra de São Francisco	23
Mucurici	20
Conceição da Barra	6
São Mateus	1

Fonte: Pontes (2007, p.111).

Um episódio que bem ilustra esse contexto foi o que envolveu a Companhia Industrial de Madeiras Conceição da Barra (Cimbarra), a qual funcionou de 1925 a 1970, e possuía concessão sobre diversas áreas no norte do Espírito Santo para exploração de madeira. O episódio relatado na CPI de 1953 trata especificamente de uma área de cerca de 10.000 hectares, nos arredores do atual distrito de Vinhático, em Montanha (mas, à época, pertencente ao município de Conceição da Barra) para extrair madeira e realizar empreendimentos de colonização (PONTES, 2007, p.106). A referida área, entretanto, já contava com a presença de muitas famílias posseiras, algumas das quais já haviam inclusive dado entrada ao requerimento de suas respectivas terras junto às autoridades estaduais.

Segundo Pontes (2007), o trabalho de medição e demarcação efetuado por funcionários do Governo do Estado para concessão dessas terras à Cimbarra chegou inclusive a receber críticas de outros profissionais da área técnica que conheciam a região. Nestas circunstâncias, esses posseiros procuram a Delegacia de Terras e o próprio secretário por ela responsável para tentar sanar o problema dentro da legalidade. Segundo o autor, entretanto, esses posseiros

(...) viram-se ludibriados por promessas não cumpridas. Alguns, persuadidos pelas promessas ou por sentirem-se impotentes diante dos argumentos apresentados, chegaram por fornecer suas assinaturas – ou impressões digitais – em papéis em branco, os quais acabaram se convertendo em atos de desistência de direitos ou em venda de benfeitorias, sempre em favor da Cimbarra, de seus próprios funcionários, ou mesmo de servidores do Estado, dentre eles vários policiais. Aquelas que por astúcia ou razões outras não cediam aos ardis, defrontaram-se com ameaças de funcionários da empresa. Os que assim mesmo recalcitraram em deixar suas posses, acabaram por serem retirados a força por efetivos policiais enviados à região um dia após a visita feita pelo governador Jones dos Santos Neves à cidade de Conceição da Barra e que havia tranquilizado os inquietos posseiros. (PONTES, 2007, p.107)

Esse destacamento policial teria sido comandado pelo Coronel Djalma, responsável designado pelo próprio Secretário de Interior do Governo do Estado, e também contou com a participação do “Tenente Dudu”. Eles teriam então promovido toda sorte de violência: ameaças, espancamentos, destruição de

residências e lavouras, roubo de animais, etc...⁴⁹. Mesmo com as ameaças, entretanto, alguns posseiros formalizaram queixas ao juiz da comarca de Conceição da Barra, mas o medo de represálias era tamanho que nenhum advogado da região aceitou representá-los (PONTES, 2007, p.108).

A mesma CPI de 1953 apurou um episódio ocorrido no atual município de Rio Bananal, à época um pequeno distrito de Linhares, no qual policiais militares tentavam intimidar o agricultor Natal Pretti para que ele deixasse suas terras na região (Pontes, 2007, p.112). Não há menção sobre quem seria o suposto beneficiário dessas ações, o que dá a entender que seriam os próprios policiais os interessados nas terras. O referido agricultor teria comunicado várias autoridades da região - delegado, juiz e promotor público – por mais de uma vez sem que estes houvessem tomado qualquer providência. Diante dessas circunstâncias, na época de realização da CPI ele estaria residindo na grande Vitória, temendo por sua vida caso permanecesse em Rio Bananal.

Outro episódio averiguado pela CPI e que foi destacado por Pontes (2007) trata de conflitos entre um fazendeiro de nome Davi Giubert e posseiros no Córrego Quinze de Novembro, em Ecoporanga. Segundo a CPI, o oficial Hildo Fraga Barbosa - o “Tenente Dudu”, como era conhecido - teria chefiado a atuação da polícia militar nessa localidade. Segundo o autor (PONTES, 2007, p.120), apesar de sua função oficial ser a de Chefe de Capturas na Zona Norte do Estado, cuja finalidade era capturar criminosos que estivessem foragidos na região, ele se tornou conhecido foi por sua *“fama de violento e arbitrário”* contra os camponeses, tendo posto *“literalmente a correr vários posseiros da região”*.

Além de policiais militares, compunham ainda a equipe de capturas um oficial de justiça e alguns colaboradores - os “bate-paus”, como menciona Pontes (2007, p.121) – que, embora tivessem como função exercer atividades de apoio

⁴⁹ Segundo Pontes (2007, p.124), como muitos desses que se diziam proprietários das terras onde viviam esses posseiros temiam que eles voltassem após a polícia se retirar da localidade, era comum que eles mandassem os policiais e/ou jagunços a destruir tudo o que encontrassem nessas áreas.

(como cuidar dos animais e providenciar comida), acabam desempenhando as mesmas funções dos policiais, participando ativamente da violência, além de funcionarem como supostas testemunhas para atos cartoriais forjados. O referido autor assim descreve a atuação desse grupo na localidade do Córrego 15 de Novembro:

Sob o argumento de cumprir ordens judiciais, tenente Dudu instalou provisoriamente sua Delegacia em uma fazenda localizada na região de Córrego do Tiradentes, próximo à localidade de Patrimônio do 15 (às margens do rio 15 de Novembro [atual Ecoporanga]). Essa propriedade rural pertencia à Davi Giuberti, fazendeiro que havia se queixado ao chefe da Capturas acerca da existência de posseiros em suas propriedades.

Utilizando a sala da residência como centro de interrogatório, e um pequeno depósito de ferramentas existente no porão como cela provisória, o Tenente Dudu enviou seus homens e o oficial de justiça Aristides para intimar os posseiros a comparecerem a sua presença na delegacia provisória.

Durante o cumprimento das diligências de “intimação” a maioria dos posseiros era imediatamente detida e forçosamente levada à presença da autoridade policial. Aqueles que não eram encontrados nas residências ou nas lavouras recebiam a notícia da intimação através de vizinhos ou dos próprios parentes. Todos tinham suas casas revistadas e armas pessoais apreendidas – a maioria das armas arrecadadas pela polícia jamais foi restituída aos donos, mesmo aquelas que estavam devidamente registradas, com posse e guarda permitido segundo as leis vigentes à época. A recalcitrância em acompanhar prontamente os policiais era seguida de fortes agressões (chutes, socos, golpes de sabre, de cipó e de “umbigo de boi”).

Ao chegarem à residência de Davi Giuberti, utilizada como sede da Delegacia de Capturas, os posseiros eram imediatamente recolhidos em cômodos adaptados como celas provisórias, onde as agressões continuavam até o momento em que tinham oportunidade de “se explicar” perante o tenente Dudu, de quem poderiam sofrer novas agressões caso relutassem em assinar recibos de doações cedendo direitos ou depoimentos fictícios. E quando o posseiro ouvido não soubesse – ou não pudesse assinar – o tenente Dudu prontamente chamava um de seus colaboradores para “assinar *a rogo*”. Os depoimentos eram assim colhidos sob forte coação, permitindo que se registrasse apenas o que conviesse aos inquisidores, ou ainda que fossem firmados documentos através dos quais os posseiros abriam mão de direitos ou os vendia em condições e preços vis, sempre apurados unilateralmente pelo “proprietário” da terra ocupada. (PONTES, 2007, p.121-122)

Segundo o autor, as agressões e depoimentos quase sempre se davam na presença do próprio fazendeiro (e suposto proprietário das terras) Davi Giuberti e de seus empregados, bem como do oficial de justiça, o que ajudava a conferir ao ato um artificioso caráter legal. Nessas circunstâncias, a maioria dos posseiros

teria então deixado aquelas terras, e os poucos que inicialmente esboçaram resistir tiveram suas residências e plantações queimadas antes de deixarem o local.

Convém ressaltar também que pelo que foi apurado na CPI, o tenente Dudu teria ido àquela região de Ecoporanga para atender a outra solicitação policial, por parte de um suposto proprietário de nome “Lauro Fraga” que alegava ter tido suas terras invadidas por cerca de 100 posseiros, os quais teriam sido prontamente expulsos pelo grupo do tenente. Este policial militar, então, teria ficado sabendo que a “propriedade” do senhor Davi Giubert encontra-se em situação semelhante e teria lhe oferecido seus “serviços” para expulsar os posseiros das terras que ele clamava serem suas (PONTES, 2007, p.126), uma clara evidência do caráter mercenário da atuação da polícia na região.

A. Souza et alli (2005) também citam depoimentos de antigos moradores do distrito de Santa Luzia do Norte, localidade do município de Ecoporanga limítrofe a Ponto Belo, os quais afirmam que a apropriação daquelas terras por grandes fazendeiros – ele cita as famílias Pinto e Rezende - ocorreu principalmente na década de 1950, quando muitos posseiros foram assassinados a mando destes “coronéis” da região.

Estes autores também trazem depoimentos que indicam que nas áreas dos atuais municípios de Pedro Canário e Conceição da Barra, os maiores latifundiários eram a família Castro (possivelmente a mesma família que também atuava na extração de madeira na Bacia do Rio Preto, mencionada no Capítulo 4), a qual fazia uso tanto de policiais quanto de “matadores” não-policiais para expulsar e/ou assassinar os posseiros que resistiam em permanecer nas terras que essa família pleiteava como sua. Entre os policiais militares, esses depoimentos também mencionam o nome do Major Djalma Borges e de um tal Tenente Cipreste (este também estava presente nos relatos de Dona Lili, que constam nas entrevistas em anexo). Dentre os “cangaceiros” (os

mercenários/assassinos que não eram ligados à polícia), os autores dão destaque a Manoel da Lapa, também conhecido como Nenê Gonçalves, um “renomado” matador oriundo da região de Rio das Contas no Sertão baiano que teria sido trazido ao Extremo Norte Capixaba pela família Castro, interessada em “contratar” seus serviços para auxiliar os policiais na expulsão desses camponeses.

Outros “célebres” policiais militares mencionados por esses autores são o Sargento Horário e o soldado Antônio Siqueira - que teriam atuado nos arredores de Nova Venécia e cujos atos iam desde a invasão de Igrejas e Escolas para intimidar os camponeses até o assassinato de alguns deles - além de um “Sargento Jadir”, que atuava também no reduto da família Castro (atuais municípios de Conceição da Barra e Pedro Canário).

Interessante notar que, também nos depoimentos coletados por esses autores, fica evidente a ligação entre esses latifundiários e PSD, partido dos governadores Jones do Santos Neves e Carlos Lindemberg, sendo este também apontado por eles como uma dos maiores proprietários fundiários do norte do Espírito Santo. O elo era tão estreito que o próprio Manoel da Lapa – o “matador”- teria sido eleito vereador por Conceição da Barra pelo referido partido.

Mas os episódios de violência na colonização do Contestado que ganharam maior notoriedade foram, sem dúvida, os dois que ocorreram na localidade de Cotaxé, em Ecoporanga, respectivamente no início dos anos 50 e 60, abordados em detalhes por Luzimar Nogueira Dias (1984) em seu romance-jornalístico *Massacre em Ecoporanga*. O primeiro, ocorrido no início dos anos 50, recebeu inúmeras comparações à Guerra de Canudos, em função da liderança camponesa nos embates com os fazendeiros e policiais também ter exercido um tipo de papel religioso junto ao grupo. Udelino Alves de Matos é descrito como uma figura muito carismática e religiosa, dotada de grande capacidade de liderança, que entre a década de 1940 e início dos anos 1950 organizou um movimento composto por diversos posseiros que viviam em terras nos arredores do distrito de Cotaxé e em

outras localidades do atual município de Ecoporanga. Ele não só buscou coordenar as ações dos posseiros que já residiam ali como também incentivou a vinda de mais migrantes da Bahia para aquelas terras devolutas. Exercendo sua liderança, ele coordenou alguns trabalhos de abertura de estradas, construção de igrejas, e incentivou o cooperativismo entre os camponeses, o que lhe rendeu também a acusação de ser ligado ao Partido Comunista (o que absolutamente não era verídico, já que se sabe que seu elo mais estrito no meio político em com Wilson Cunha, um deputado capixaba do PTB, partido do presidente Vargas).

Esse movimento culminou com a ideia da criação do Estado da União de Jeová, buscando autonomia administrativa dentro do regime federativo para aquela porção do Espírito Santo. Há evidências de que ele tenha inclusive protocolado seu pedido na Presidência da República, em meados de 1952, acreditando que Getúlio Vargas, de quem ele era admirador, tomaria partido à sua causa. Já havia até mesmo elaborado um hino e uma bandeira para o novo ente federado.

Tal postura não tardou a gerar conflitos com os pretensos proprietários de terras da região. Udelino, entretanto, incentivava os posseiros a não se deixarem intimidar com as ameaças e mesmo a reagir a possíveis agressões. Ele e os camponeses sob sua liderança teriam em 1953 chegado ao ponto de impedir os trabalhos de medição e registro, por parte da Delegacia de Terras do Estado, das supostas “propriedades” pleiteadas por fazendeiros da região. Mas o estopim para que o destacamento do Coronel Djalma (o mesmo de inúmeros outros casos apurados pela CPI de 1953) se dirigissem à região teria sido o assassinato, durante confronto armado entre jagunços e posseiros, do capataz de uma das fazendas da região.

Segundo Pontes (2007), aparentemente ciente de que tal acontecimento seria utilizado como justificativa pelos fazendeiros e autoridades para uma violenta represália policial ao movimento por ele liderado, Udelino teria fugido da região e

recomendado aos posseiros que não resistissem. Todavia, o destacamento do Coronel Djalma, mesmo não encontrando resistência, matou, agrediu, prendeu e torturou inúmeros posseiros, a pretexto de fazer-lhes confessar o paradeiro de Udelino, que, entretanto, jamais foi encontrado. Posseiros foram mortos e expulsos; casa e lavouras, incendiadas. Era o fim do movimento por ele liderado, mas não o da resistência camponesa e da ocupação de supostas “propriedades” em Ecoporanga.

Aos poucos, muitos dos posseiros expulsos pelo Coronel Djalma retornaram às margens do Cotaxé e a eles se juntaram muitos outros migrantes que se dirigiam a região. Em pouco tempo, recrudesceram os conflitos entre os pretensos proprietários daquelas terras e os posseiros, os quais seriam supostamente apurados em outra CPI instaurada em 1961. Eram basicamente dois os fazendeiros que reclamavam a propriedade daquela área. Um deles era Francisco Modesto, o qual obteve um registro inicial de pouco mais de 95 hectares mas que, com a ajuda de um madeireiro que com ele atuava em conluio, aumentou exponencialmente seus domínios, chegando ao ponto de, por ocasião da venda dessa sua propriedade a Lamartine Loureiro, um fazendeiro baiano, as áreas tidas como suas passarem dos 400 alqueires de terras (mais de 1900 ha). O novo proprietário manteve as relações com o mencionado madeireiro e adotou uma postura muito mais agressiva para com os posseiros, formando um exército de jagunços e contratando uma equipe para realizar os trabalhos de medição para registro dessa área que ele pleiteava com sua. Esse teria sido o estopim para o início da violência propriamente dita.

O outro conflito de que trata essa mesma CPI de 1961 ocorreu na mesma localidade do primeiro, envolvendo as terras de outro pretenso proprietário de terras da região, de nome Antônio Rezende. Os destacamentos policiais enviados à região sob comando do tenente Jair Rezende queimaram várias residências e lavouras e expulsaram muitos posseiros. Todavia, houve forte resistência por parte desses camponeses. Alguns policiais chegaram a ser mortos em confronto e

o próprio Antônio Rezende foi baleado. Isso foi a justificativa para o deslocamento à região de mais forças policiais vindas da capital, comandadas pelo Major Aristides, tendo sido acompanhadas pelo comandante geral da Polícia Militar do Espírito Santo, às quais também se juntaram destacamentos de Colatina, do Capitão Décio Nascimento, e de Mucurici, do tenente Euclides (de quem Dona Lili, uma das nossa entrevistadas, ainda se lembra).

O que ocorreu foi um verdadeiro massacre das famílias camponesas da região. Segundo Pontes (2007), alguns depoentes da CPI afirmavam que nos dias seguintes à atuação da polícia na “desocupação” dessas fazendas, era comum encontrar corpos boiando nos rios e que o cheiro de cadáveres em decomposição parecia se alastrar por todo o lugar. A referida CPI concluiu que a maior parte das ações policiais levadas a cabo nesse episódio ocorreu sem qualquer mandado judicial, sendo, portanto, ilícitas desde o início. Todavia, segundo o mencionado autor, nenhum policial militar foi punido pelos assassinatos.

A partir desses episódios de violência brevemente mencionados aqui, conclui-se que, em que pese a fama de figuras como Manoel da Lapa (o matador de aluguel que aterrorizou camponeses em Conceição da Barra), conclui-se que os mercenários *freelancers* não eram os maiores assassinos nessa zona de fronteira colonial, papel no qual o próprio Estado, principalmente por meio da Polícia Militar, foi absolutamente preponderante. Segundo A.Souza et alli (2005), houve até casos em que as próprias autoridades policiais da região eram os principais compradores e vendedores de terras, como foi o caso de um delegado de nome Ordilardo Peligrino.

Mesmo tendo vivido longe de Ecoporanga, que era o “olho do furacão” nesses conflitos, Dona Lili, entrevistada que reside na região a muito tempo (desde fins da década de 1940), ainda se recorda de diversos episódios de violência praticados por policiais onde ela residia (a atual sede de Mucurici), dentre os quais o mais marcante teria sido o assassinato, segundo ela totalmente

arbitrário, de um morador e o espancamento de seu parente mais novo, ainda criança, tendo sido o corpo exposto na rua por três dias, como um sinal para aqueles que ousassem desobedecer as determinações dos policiais:

Aqui a zona do Contestado aqui foi engraçado demais. Quando a gente chegou aqui, ali naquela casa de Joarez era o quartel dos mineiros. E lá onde é o supermercado hoje, na loja, ali era o quartel da polícia [capixaba]. [...]

Aqui teve muita morte. O irmão dos Rabelo mesmo, aquilo foi a pior coisa que já vi, foi aqui. Eu tava esperando meu primeiro menino. Quando eu casei o trem já tava feio. Eles pegaram e mataram. O Cissa e o Natinho. Eles saía pra roça pra roubar o povo. Pra tomar o dinheiro do povo. Ameaçava as pessoas e elas ficava com medo. Aí eles tava com o menino com uma espingarda. Eles foram tomar a espingarda dele, aí atirou nele. Mas depois descobriu que eles tomaram a espingarda dele e o matou ele. Depois que eles matou ele (vai ver eles queria tomar a espingarda ou pedir algum dinheiro e eles não quiseram dar), depois ele atirou no chão pra ficar as buxas [e parecer que houve troca de tiros]. E uma cumadre minha, a sogra de um desses que morreu, pegou a buxa de chumbo e jogou na cara do tenente Cipreste.

Os policiais é que mataram?

Mataram. O Cisso e o Natinho. Eles mataram o homem e pegaram um sobrinho, um menino de 14 anos, passou aqui nessa rua aqui, oh. [...] Eles passou montado assim, com o menino amarrado na cela deles, igual a um animal. O menino atrás, assim, amarrado. Os dois montado e o menino andando. Chegando ali, eles prenderam o menino. E o menino ficou preso. Aí invés deles enterrar o homem lá na Montanhinha, eles colocaram o homem num pau, e veio, passou até por aqui, por essa estrada aqui, nessa fazenda aqui. E trouxe esse homem. Ele tinha morrido na sexta-feira. Ficou sábado, domingo, segunda. Terça-feira é que enterrou o homem. Tava fedendo já.

Esses policiais eram capixabas?

Eram capixabas. Os mineiros era melhor. Os mineiros era menos. O Cipreste que era o tenente daqui, não tava aqui, tava pra Conceição da Barra (que aqui quem mandava aqui era Conceição da Barra). Aí depois aí, Juscelino pediu, que eu tava esperando neném. Tava com barrigão, já, pra ganhar o primeiro menino meu. Aí foi seu Manoel e os vereador. Mas demorou muito, que eles foi de cavalo até Montanha, e de Montanha pegou uma carreta [pra Conceição da Barra] – que só tinha carreta naquele tempo, as carreta de madeira – e demorou. Aí quando chegou na terça-feira é que foi enterrar o homem. Quando eles chegaram, eles pegaram os soldado – o Cisso e o Natinho – e levou pra Vitória. Levou eles pra Vitória (que eles queira que eles fosse preso) e enterrou o rapaz.

Como se constata nos relatos de Dona Lili, aparentemente a única punição para os assassinos foi sua transferência para Vitória, o que, considerando as precárias condições de vida naquela frente de expansão nos anos 50, estava mais para uma promoção que para uma punição. A entrevistada afirma ainda que esses episódios de violência eram recorrentes, tanto que seu marido, com quem ela

residia na sede de Mucurici, normalmente pedia que ela ficasse na fazenda do pai dela durante esses conflitos na sede do município.

Apesar de em alguns casos a postura dos policiais ter uma clara intenção de benefício pessoal, de tirar vantagem da condição de autoridade, não se pode negligenciar que esse envolvimento do Estado por meio da Polícia Militar de forma extremamente articulada aos interesses de madeireiras e fazendeiros tenha sido mais que uma mera postura particular, constituindo-se no meio de viabilização do que Harvey (2011) denomina *acumulação por espoliação* sobre as terras dessa frente de expansão.

O que se quer evidenciar aqui é que a violência que caracterizou os conflitos fundiários durante a apropriação das terras da antiga região do Contestado não deve ser erroneamente atribuída à “ausência” do Estado, supostamente decorrente da indefinição das respectivas áreas de jurisdição dos dois entes federados, visto que ele próprio (o Estado) era o principal agente propagador dessa violência, por meio de policiais militares, policiais civis, oficiais de justiça e políticos do alto escalão do Governo Estadual.

Não obstante essa atuação fosse descaradamente ilegal e arbitrária na maioria dos casos, não há como negar que as mudanças na legislação que ocorrem a partir de 1929 de certa forma legalizaram o latifúndio e assim forneceram, em muitos casos, o amparo legal que os latifundiários precisavam para expulsar e expropriar camponeses com o devido respaldo legal (e em alguns casos inteiramente às custas do Estado).

A violência e os conflitos fundiários são, como se constata na obra de Martins (2009), inerentes ao caráter de zona de fronteira colonial, e definitivamente não se inicia no Espírito Santo a partir desse novo contexto que emerge a partir das décadas de 1940 e 1950. A exclusão étnico-racial que caracterizou o processo de apropriação das terras do Centro-sul do Espírito Santo

entre fins do século XIX e início do século XX deixa isso evidente. O que ocorre após as décadas de 1930 e, principalmente, de 1940, é que essa violência assume novas formas.

4.7. Conclusões

Como se constatou nesse capítulo, as circunstâncias em que ocorreu a expansão das fronteiras coloniais no Norte do Espírito Santo foram muito diferentes daquelas que predominaram ao longo da colonização de praticamente toda sua porção Centro-sul. É difícil estabelecer um marco temporal muito específico, tendo em vista que essas mudanças são graduais. Mas o certo é que quanto mais tarde a colonização ocorreu, maior foi a intensidade com que esses novos vetores atuaram no processo de apropriação de terras e configuração da estrutura fundiária, e é muito provavelmente por isso que é relativamente fácil identificá-los de forma concreta na colonização do Extremo Norte do Espírito Santo, a última porção colonizada de todo o Estado, cujo processo se inicia já na década de 1940, oriundo antes do avanço da frente de expansão do Nordeste de Minas Gerais que por aquela que avançava em sentido sul-norte a partir do Centro-Sul do Espírito Santo, sendo muito pequena por isso a presença de imigrantes estrangeiros ou seus descendentes nessas áreas.

Dentro das áreas colonizadas pela frente de expansão capixaba, as condicionantes cada vez mais econômicas para obtenção da propriedade da terra acabaram mantendo a dimensão étnica da segregação descrita no Capítulo 2, já que os indivíduos com melhor situação econômica entre os camponeses que vivam dentro das fronteiras coloniais capixabas eram os que descendiam dos imigrantes europeus. Por isso, essas áreas onde as pequenas propriedades ainda encontram possibilidades de disseminação (notadamente nas áreas de sua porção Centro-Norte, por onde as fronteiras avançam em um momento de transição, ainda sem grande influência da extração de madeira ou da pecuária, no início da década de 1930) apresentaram uma estrutura socioeconômica similar àquela do

Centro-Sul capixaba, tendo também a cafeicultura como eixo central e os migrantes “nacionais” em posição social subalterna aos descendentes dos imigrantes estrangeiros.

Especificamente nessas áreas por onde a pecuária se expandiu no Extremo Norte Capixaba, o determinante étnico na composição das classes sociais, tão marcante nas áreas colonizadas entre fins do século XIX e início do século XX, mostra-se bem menos evidente⁵⁰, sobretudo por essa área ter sido colonizada principalmente pelas frentes de expansão oriundas no Leste e Nordeste de Minas Gerais, em cuja composição a presença de imigrantes europeus era praticamente insignificante, sendo a maioria de seus indivíduos descendentes dos indígenas aldeados nessa porção de Minas Gerais e dos migrantes nacionais que para lá também se dirigiram, na verdadeira diáspora que ocorre a partir das antigas regiões mineradoras, sobretudo após a abolição da escravidão.

Não obstante, nesse novo contexto tornaram-se cada vez mais comuns os conflitos envolvendo outros agentes que não os camponeses. As famílias migrantes que buscavam um tão sonhado pedaço de terra tiveram que entrar em conflito com grandes fazendeiros, empresas do setor madeireiro e todo tipo de especuladores, o que se refletiu nos litígios relacionados à propriedade de terras, que assumiram um caráter de violência mais exacerbada para com os camponeses em geral, sobretudo nas terras onde se estabeleceram os migrantes mineiros e baianos, no Extremo Norte do Estado, as quais vão ser violentamente expropriadas por esses novos agentes. A questão étnica, nesse caso, está implícita à opção política em fomentar essas novas atividades, com graves consequências sociais e ambientais, sobre as áreas onde não estava significativamente presente da formação econômico-social abordada no Capítulo 2, marcada pela presença dos imigrantes estrangeiros e da cafeicultura, tais como

⁵⁰ Estamos nos referindo aqui aos municípios de nosso recorte de estudo, sintetizado no Mapa 7, já que no litoral norte a constante usurpação de terras de quilombos que se verificou na segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de 1970, com a expansão da silvicultura, manteve um claro caráter étnico da exclusão social.

os municípios de Mucurici, Montanha, Ponto Belo, e outros da mesma região, como Ecoporanga, Pinheiros e Pedro Canário, por exemplo.

CAPÍTULO 5. O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS CAMPONESAS NO EXTREMO NORTE CAPIXABA

Paralelamente aos primórdios da colonização sobre as terras do Extremo Norte do Espírito Santo, entre as décadas de 1940 e 1960, verifica-se no território capixaba a partir de então uma crescente tendência à especialização produtiva, tanto internamente às propriedades rurais – incluindo as pequenas propriedades – como entre as diferentes regiões do Estado. Neste capítulo, discorreremos inicialmente sobre essa transição entre uma economia de excedentes, tipicamente camponesa, para uma crescente produção para o mercado, a qual resultou na conformação do que se convencionou chamar aqui de uma Divisão Territorial do Trabalho – DTT da produção agropecuária, gerando uma profunda reconfiguração nas formas de utilização das terras agropecuárias entre as diversas regiões do Espírito Santo. Em seguida, analisaremos os impactos desse processo sobre a área dos atuais municípios de Montanha, Mucurici e Ponto Belo, os quais vieram a ocupar uma função dentro dessa DTT cujos reflexos se mostraram extremamente adversos à condição socioeconômica dos pequenos proprietários em geral, resultando, desde então, em crescente tendência ao abandono do campo e agravamento da concentração fundiária já verificada nessas áreas.

5.1. Especialização produtiva e seus efeitos sobre a agricultura camponesa

Conforme ressalta Santos (2008), a tendência à especialização produtiva e à conformação de uma Divisão Territorial do Trabalho é intrínseca à lógica capitalista de produção, já que à medida que as tecnologias de transporte e comunicação se desenvolvem e há um aumento da fluidez do território, o capital tende a buscar a máxima rentabilidade aproveitando-se das vantagens locais de cada porção do espaço.

No meio rural, especificamente, há de se considerar acerca dessas transformações que, em grande medida, elas são o reflexo local da crescente monetarização da vida camponesa verificada a partir da segunda metade do século XX nos países que se originaram dos territórios das antigas colônias europeias (América Latina, África e Ásia), apontada por Lacoste (1975), a qual é desencadeada pela urbanização vivenciada por esses países a partir de então. No caso específico do Espírito Santo, entretanto, esse processo também foi fruto dos próprios incentivos governamentais, por meio do crédito orientado concedido pelo governo do Estado do Espírito Santo, conforme apontado por Rocha e Morandi (1991), que seguindo a lógica capitalista estimularam essa divisão territorial do trabalho visando aumentar a produtividade de certas commodities.

De certa maneira, até meados do século XX a produção das pequenas propriedades rurais capixabas era muito semelhante em praticamente todas as partes do Espírito Santo, e consistia em culturas de alimentos diversos e criação de pequenos animais, que atendiam a praticamente todas as necessidades alimentares da família, associada à cafeicultura, produto voltado para o mercado externo e principal fonte de renda “monetária” dos camponeses, a qual era reinvestida principalmente na obtenção de terras para as gerações seguintes (uma vez que sua própria produção atendia às suas necessidades daquele momento). Assim descreve Sallete (1996):

A diversidade de tarefas era enorme, pois a subsistência era quase toda assegurada pela produção direta. Comprava-se querosene, sal, trigo e roupas, uma vez por ano, quando se vendia o café, e algumas miudezas ao longo do ano. Os mais prósperos podiam se permitir alguns supérfluos, mas nada que substituísse a produção de subsistência. (SALETTE, 1996, p.188)

Segundo essa autora, até mesmo as vestimentas eram produzidas nas próprias propriedades rurais. Os relatos de E. Waggeman transcritos por ela, datados do início do século XX, quando de sua visita à região Central-serrana do Espírito Santo para estudar a colonização alemã nesta área, parecem confirmar esses fatos:

O café, como produção única de exportação é a mais importante atividade econômica do colono [...] O milho é a segunda colheita em importância. Um colono colhe, em geral, 50 a 100 sacos (de 80 litros). Alguns se aproveitam para fazer pão, e os outros se destinam à alimentação dos animais. Um moinho, existentes em todos os sítios, impulsionado por força hidráulica, faz o fubá. (SALLETO 1996, p.71-72)

A autora ainda sintetiza outra parte desses relatos, de forma a complementar essa descrição da produção, que não deixam dúvidas sobre a diversidade produtiva e da significativa autonomia das famílias:

A mandioca e o feijão também são cultivados por todos, bem como alguns legumes e frutas. Cria-se algum gado bovino, para produzir leite para consumo. Um ou outro colono vende laticínios aos vendedores. Cada colono tem, em média, 20 a 40 porcos, e parte deles destina-se ao mercado. Criam-se diversas aves. (SALETO, 1996, p.72)

Os dados dos censos agropecuários da segunda metade do século XX, entretanto, indicam uma gradativa perda desse caráter autárquico da produção nas pequenas propriedades rurais de praticamente todo o estado. Tal fato pode ser constatado, por exemplo, a partir da produção de feijão e milho, os principais gêneros produzidos para subsistência das famílias camponesas. É significativo o aumento no percentual de imóveis rurais que não os produzem (Tabelas 14 e 15) e, conseqüentemente, tem que recorrer ao mercado para sanar essa necessidade elementar, outrora suprida por sua própria produção.

Tabela 14 - Percentual de propriedades rurais que produziam milho no Espírito Santo – 1950 a 1985

Ano	%
1950	83,21
1960	68,70
1970	64,03
1985	60,51

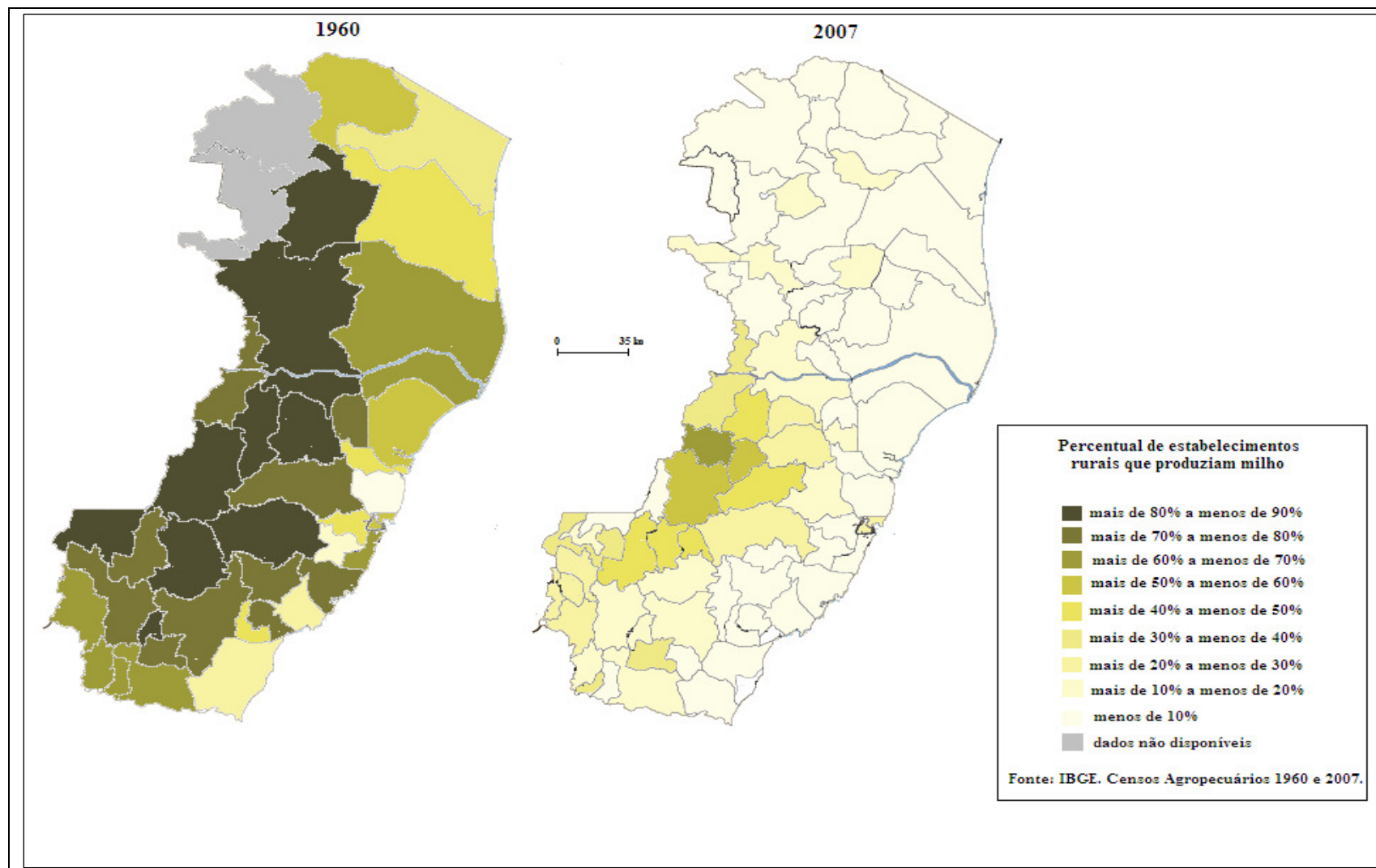
Fonte: IBGE. Censos Agropecuários 1950, 1960, 1970 e 1985.

Tabela 15 – Percentual de propriedades rurais que produziam feijão no Espírito Santo – 1950 a 1985

Ano	%
1950	70,06
1960	50,93
1970	48,86
1985	51,54

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários 1950, 1960, 1970 e 1985.

A partir da análise do percentual de propriedades rurais dos municípios capixabas que produziam milho, produto que além de compor diretamente a dieta de muitas famílias de agricultores é também de extrema importância à criação de animais (e essa, sem dúvidas, era uma atividade essencial à subsistência), é possível visualizar espacialmente essas transformações da produção camponesa em território capixaba na segunda metade do século XX (Mapa 14). Hoje, em geral, a maior parte dos municípios do Espírito Santo apresenta menos de 10% dos imóveis rurais que ainda produzem esse cereal.



Mapa 15 – Produção de milho nos estabelecimentos rurais do ES (Indicativo de diversidade produtiva).

Um dos ingredientes essenciais dessas transformações reside, como já mencionado, na monetarização da vida camponesa e na ânsia de obter mercadorias que satisfaçam as novas necessidades de consumo que a partir da segunda metade do século XX, como aponta Lacoste (1975, p.67-68). Segundo este autor, apesar desse fenômeno se iniciar nas áreas urbanas, ele não tardou a igualmente se manifestar sobre as populações rurais. E nesse contexto, a produção agrícola camponesa cada vez mais teve que ser convertida em dinheiro para que os agricultores pudessem adquirir tais mercadorias e serviços.

Trata-se de uma mudança essencial na produção que vai atuar na reconfiguração das formas de utilização do solo. A partir dos conceitos de Marx (2008), pode-se dizer que os camponeses cada vez mais passaram a dar preferência à produção de valores-de-troca em detrimento da produção de valores-de-uso, como outrora o fizeram. E os reflexos desse fenômeno sobre a agricultura camponesa já eram evidentes na década de 1970, tendo por consequência ampliado o grau de subordinação de seu trabalho ao capital. Rocha e Morandi (1991) assim escrevem a situação dos pequenos agricultores capixabas na década de 1970:

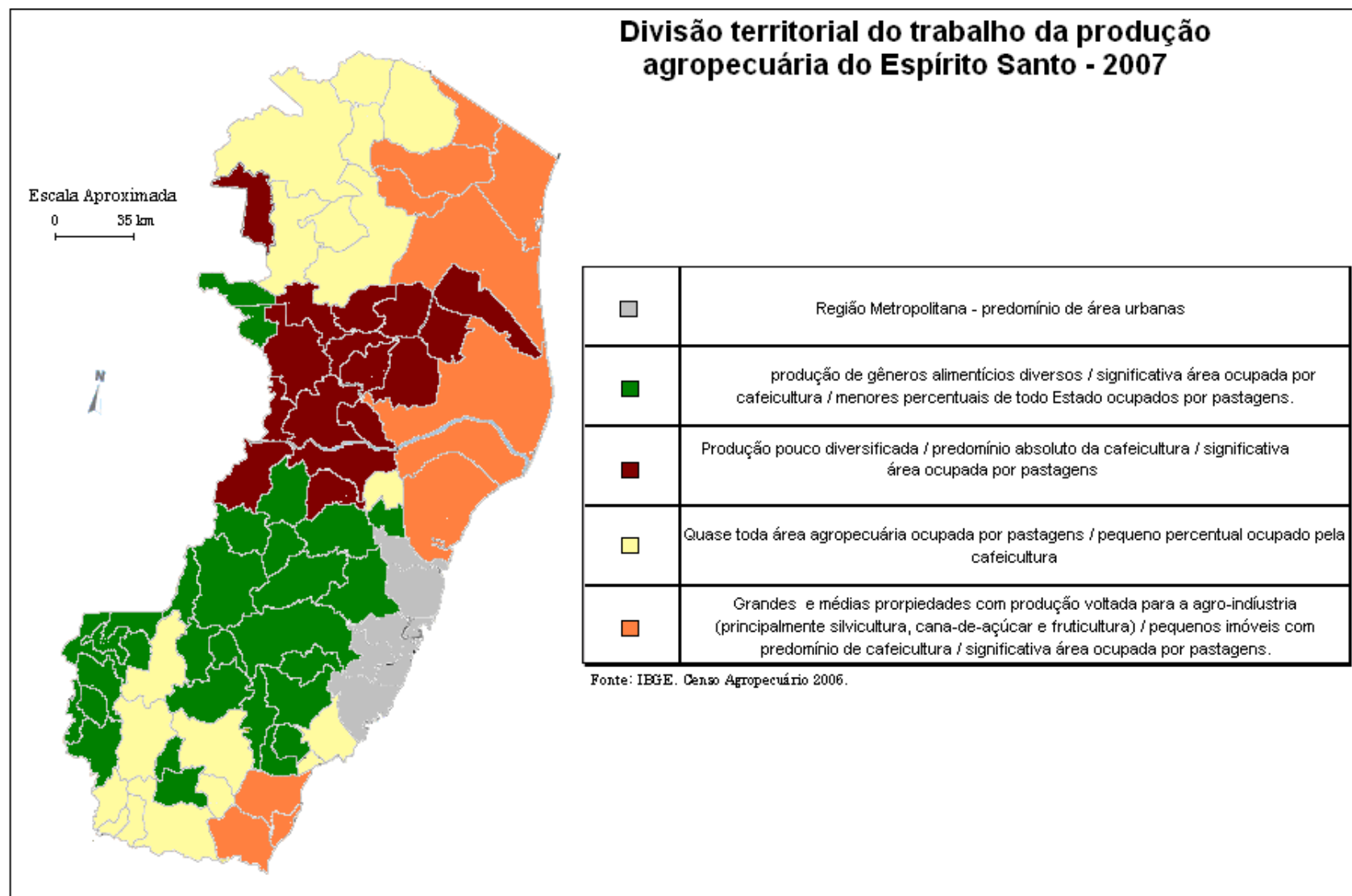
os próprios pequenos proprietários rurais [do Espírito Santo], ainda predominantes na agricultura estadual, tendem a se transformar em pequenos empresários, pois são cada vez mais envolvidos pelo sistema de crédito, pela venda de insumos por parte da indústria e pela concorrência dos grandes produtores. Isso os obriga a especialização da produção com opção por produtos mais rentáveis e de maior rendimento por unidade de área cultivada, embora os tornem prisioneiros de um sistema que determina uma estrutura de custos cada vez mais elevada, inflexível e fora de seu controle (ROCHA e MORANDI, 1991)

Segundo Lacoste (1975), processo semelhante ocorreu em praticamente todas as partes da América Latina, África e Ásia, em torno de meados do século XX (em alguns locais um pouco antes, em outros um pouco depois), e ressalta que essa transformação

castiga fortemente os camponeses na medida em que eles abandonam as atividades de viveres para entrar numa economia de troca.

(...) o abandono das produções de auto-subsistência por produções destinadas ao mercado e sobretudo à exportação se traduz estatisticamente por crescimentos [econômicos] relativamente grandes que, na realidade, se assinalam por uma deterioração das condições de existência das populações: substituem-se produções cujo valor de uso é grande, porém cujo valor de troca é sub-avaliado (...), por produções cujo valor de troca é muito mais forte, porém cujo valor de uso é algumas vezes nulo para aqueles que as cultivam. O mesmo sucede quando se abandonam diversas atividades domésticas produtoras de objetos de grande valor de uso, porém de pequeno valor de troca. Não produzindo mais o que necessitam para viver, para se vestir, os camponeses caem na dependência dos comerciantes. (LACOSTE, 1975, p.102-103)

Sob essa lógica, seria de se esperar que os camponeses priorizassem a produção de gêneros que proporcionassem maior rendimento por unidade de área, de forma a maximizar seus ganhos. Todavia, os valores-de-troca, para se realizarem, precisam ser (obviamente) trocados por algo, o que no mercado significa ser vendido, convertendo-se em dinheiro. Essa possibilidade, entretanto, está condicionada à demanda de cada produto, cuja logística é monopolizada pelo capital comercial, o que não deixa os camponeses tão livres para escolher o que produzir. Há, a partir de então, crescente determinação geográfica acerca de quais valores de troca são mais ou menos realizáveis em cada porção de um determinado território, em função dos arranjos espaciais das cadeias produtivas dominadas pelo capital comercial, e (no caso do Espírito Santo) dos próprios incentivos do Governo Estadual, que sob o viés desenvolvimentista buscaram acelerar esse processo de especialização produtiva e quebra dos circuitos locais de comercialização da produção agropecuária (DARÉ, 2010).



Mapa 16 - Divisão territorial do trabalho da produção agropecuária do Espírito Santo (2006).

A urbanização e inserção do território capixaba na rede urbana nacional influenciaram esse processo de especialização produtiva e reconfiguração da produção agrícola camponesa. O rápido crescimento da população urbana (muito embora esta tenha se concentrado na região metropolitana, que chega a ter cerca de metade da população estadual a partir da década de 1990, e outros poucos centros urbanos, como Colatina e Cachoeiro de Itapemirim e, mais recentemente, São Mateus e Linhares), fez surgir um grande demanda de gêneros alimentícios de todas as espécies e de derivados da pecuária (carne e leite) para abastecimento da “cidade”.

As áreas ao redor da Região Metropolitana, tendo melhores possibilidades de atender a essa demanda em virtude de sua proximidade e maior integração com a capital e seus arredores (onde foi maior o crescimento da população urbana), passou a cada vez mais se dedicar a produção de alimentos diversos e a criação de pequenos animais paralelamente à produção de café e, em alguns casos, até em detrimento dessa. De certa forma, pode se dizer que a partir de algum momento entre as décadas de 1940 e 1970 se configurou nos arredores da Grande Vitória um cinturão verde⁵¹. E com o passar do tempo, além de abastecer a Grande Vitória, esses municípios do Espírito Santo passaram a atuar também no abastecimento de outros centros urbanos do Estado até mesmo de fora dele⁵².

Todavia, até a década de 1960 a maior parte do Estado, sobretudo sua porção norte, ainda apresentava circuitos econômicos de caráter local, nos quais predominavam pequenas propriedades rurais cujo excedente produzido era comercializado localmente. Segundo Daré (2010), o meio político capixaba, dominado por entes ligados ao capital industrial e no qual era latente a hegemonia

⁵¹ Conceito clássico da geografia que designa as regiões agrícolas voltadas ao abastecimento dos centros urbanos em sua proximidade.

⁵² O autor já teve, por exemplo, a oportunidade de encontrar produtos capixabas, tais como morangos e ovos oriundos do município de Santa Maria de Jetibá, em supermercados do Leste e até mesmo do Nordeste de Minas Gerais.

da ideologia desenvolvimentista, atribuía um caráter negativo a essa forma de produção, chegando a afirmar que o “atraso” no desenvolvimento econômico do Espírito Santo era fruto desse predomínio de uma agricultura de excedentes, tipicamente camponesa.

Segundo essa autora, a partir dos programas de erradicação de cafezais nos anos 60, o próprio Estado teria estimulado a capitalização da produção rural e priorizado a atenção dispensada aos imóveis de maior dimensão:

Após a erradicação dos cafezais, a política de desenvolvimento de Christiano Dias Lopes Filho esteve assentada num número expressivo de diagnósticos produzidos sobre a economia do Estado. Grande parte desses diagnósticos esteve a cargo da CODES, que assumiu a dianteira na produção de conhecimento da realidade socioeconômica e territorial do Espírito Santo nesse período. A CODES realizou e coordenou estudos publicados em diversos volumes intitulados *Estudos para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo*.

Um dos mais importantes desses estudos foi o *Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola do Estado do Espírito Santo* produzido em 1968 pela ASPLAN, onde são analisadas as “conseqüências” da erradicação e apresentado um programa de “diversificação agrícola” para o estado. [...]

Segundo os técnicos da ASPLAN pôde-se se constatar através do estudo realizado nas propriedades agrícolas do Espírito Santo que boa parte delas se situava num nível de exploração típico de uma economia de subsistência”. Nessas propriedades a produção não era “levada ao mercado”, ou seja, as “trocas” eram “realizadas junto a comerciantes locais, nos arraiais e centros de reunião”, e aconteciam “apenas esporadicamente”, em “quantidades mínimas” e “sem o uso da moeda” [...].

Nota-se que “mercado” aparece aqui como um lugar exterior, ou seja, não circunscrito ao espaço da produção, pois se desconsidera as trocas realizadas no mercado local dos arraiais e centros de reunião.

Chegam à conclusão de que à medida que aumentava a área das propriedades, crescia o “grau de comercialização, ou seja, a capacidade de comercializar a produção” [...]. Outra conclusão apontada pelos técnicos da ASPLAN é a de que “os percentuais de propriedade com nível de subsistência” correspondiam, na maioria dos casos, aos estabelecimentos que não cultivavam café nem exploravam a pecuária [...]. Concluem, ainda, que a Região Serrana do Sul era a que apresentava “o mais alto grau de comercialização das propriedades rurais” e, por isso, era “coerente” que esta Região possuísse uma estrutura de organização da produção mais “sólida” e mais “bem equilibrada” do que as demais regiões do estado, “caracterizando-se por uma maior capacidade de resistência dos estabelecimentos produtores às injunções de mercado” [...]

Assim, a partir dessas análises os técnicos da ASPLAN concluem que as propriedades situadas nas faixas de área entre 100 e 500 ha tinham uma “importância estratégica” para qualquer programa de desenvolvimento a ser traçado para a agricultura capixaba. Chegam a essa conclusão, pois nessas propriedades a expansão da pecuária, além de “não competir com a agricultura, em termos de especialização de propriedade”, contribuía para o desenvolvimento do tipo de empresa “mais avançada”, que era a “propriedade mista”, pois nessas propriedades “a diversificação de explorações [respondia] por uma melhor alocação dos recursos produtivos” e por uma “maior viabilidade de mercado”.

Nota-se que “diversificação” está relacionada aqui a capacidade de colocar um número maior de produtos no “mercado”, (DARÉ, 2010, p.55-57)

Como se constata no trabalho dessa autora, havia um interesse por parte do próprio estado em quebrar os circuitos locais onde predominava a agricultura camponesa. De fato, essa seria a tendência pela própria lógica capitalista, à medida em que se verificava maior urbanização e integração do território, como o aponta Pierre George (1991[1946]). Todavia, ela foi acelerada pelas políticas agrícolas (como, por exemplo, o crédito orientado, que era um claro incentivo à especialização produtiva) que desconsideravam os efeitos nefastos de tal processo sobre a população camponesa.

Assim, aparentemente, nas áreas em que esses estudos encomendados pelo Estado julgaram mais propícias à cafeicultura, a alternativa incentivada para que os camponeses obtivessem maior renda monetária foi deixar de lado a produção de gêneros alimentícios e especializar-se cada vez mais no cultivo do café. A. Souza Et Alli (2005), por exemplo, ressaltam os fortes incentivos governamentais para a consolidação de um polo produtor de Café Conilon no centro-norte do Espírito Santo⁵³. Também foi o que ocorreu em grande parte dos municípios da Serra do Caparaó, no Sudoeste do Estado, que se tornaram altamente especializados na produção de café Arábica⁵⁴.

⁵³ Hoje, a economia agropecuária de municípios dessa região do Espírito Santo, como São Gabriel da Palha, Vila Valério, Jaguaré, entre outros, tem um profundo caráter monocultor e são amplamente dependentes das cotações dessa variedade de café no mercado, as quais apresentam grande amplitude, como quase todas as commodities tropicais.

⁵⁴ Essa porção do Espírito Santo apresenta um relevo extremamente acidentado, com altitudes elevadas e clima com temperaturas mais amenas, que favorecem os rendimentos dessa variedade de café.

Houve também áreas no litoral capixaba que, por sua vez, vão inserir-se nos cultivos voltados para a agroindústria, como cana-de-açúcar e celulose, atividades que se tornaram a “menina dos olhos” da política desenvolvimentista que marcou Ditadura Militar, como se pode perceber nos trabalhos de Daré (2010) e S. Ferreira (2001). A inserção nessas atividades vai ocorrer predominantemente entre grandes imóveis, muitos de propriedade das próprias empresas que processam esses produtos, como foi o caso da ex-Aracruz Celulose, hoje Fibria⁵⁵.

Muitos camponeses, entretanto, de forma semelhante ao que já vinham fazendo médios e grandes proprietários desde os anos 40, se especializaram na prática da pecuária extensiva. Além das novas áreas recém colonizadas no Extremo Norte Capixaba, esse fenômeno de crescimento das áreas de pastagens também foi bastante significativo no extremo sul do Estado. Talvez o crescimento das áreas dedicadas a essa atividade não tenha sido só decorrente dos incentivos estatais (ou pela falta de incentivos, tendo em vista que a pecuária extensiva não exige grande capitalização ou assistência técnica), mas também pela própria situação da economia local, tendo em vista que essas partes do Espírito Santo apresentavam significativo número de grandes propriedades já dedicadas à criação de bovinos. Para esses pequenos produtores rurais, inserir-se nessa atividade seria, portanto, uma alternativa que exigiria pouco investimento e teria possibilidades reais de um retorno financeiro (embora ele fosse bem inferior ao proporcionado por praticamente qualquer cultura, como veremos posteriormente), tendo em vista que esses camponeses estavam praticamente excluídos do papel de abastecedores dos centros-urbanos (chagando inclusive a perder o próprio mercado local a medida em que a integração territorial avançava, como se verá a seguir) e que possivelmente não contavam com grandes incentivos à cafeicultura, uma vez que estudos encomendados pela Secretaria Estadual de Agricultura

⁵⁵ A Aracruz Celulose iniciou seus empreendimentos em território capixaba no fim da década de 1960, apropriando-se ao longo das décadas seguintes, com conivência e apoio do poder político, de largas extensões de terras pertencentes ao território de comunidades tradicionais, como os indígenas no município de Aracruz e inúmeras comunidades remanescentes de quilombos nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra.

preconizavam condições adversas a produção de café em grande parte desses municípios por condições pedológicas e/ou hídricas⁵⁶.

E tal fato deve ter sido o grande revés do Extremo Norte Capixaba, já que a especialização na pecuária extensiva parece ser um dos eixos do processo de esvaziamento demográfico do campo e ampliação da concentração fundiária nessa porção do Espírito Santo.

5.2. Capitalização da produção e a dissipação das relações de agregação nas fazendas do Vale do Mucuri e do Extremo Norte Capixaba

Segundo Ribeiro (1996), as relações de agregação nas fazendas do Vale do Mucuri (que, como vimos, também se estenderam pelo Extremo Norte Capixaba) também começam a se dissipar a partir de meados do século XX. A valorização das terras e a crescente tendência à especialização produtiva e ampliação da produção para o mercado a partir da segunda metade do século XX também são apontados por Ribeiro (1996) como uma das causas da dissolução do tradicional sistema de agregação no Nordeste mineiro. Segundo o autor:

A comercialização acentuada da terra transformou o modo de ver os direitos de uso do solo repartidos, e aos poucos os fazendeiros reivindicaram uso e domínio pleno das terras cedidas a moradores. O movimento de legitimação de terras de fazendas multiplicou-se no final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, e, a partir de então, quando um fazendeiro comprava uma terra já exigia que ela fosse limpa de agregados. Data dessa época a ação do governo para legitimação de terras não-tituladas, devolutas; foi o tempo da Ruralminas, das titulações e da definitiva transformação da terra em mercadoria de comércio.

A formação desse mercado de terras suprimiu o antigo costume da fazenda compartilhar terra com agregados. Isso consolidou um regime novo de uso e apropriação da terra, que ao final gerou a fazenda moderna. Ela foi premiada com a transformação do seu domínio em mercadoria. Converteu, suavemente, um controle pessoal baseado na tradição num controle econômico baseado na legitimação e no dinheiro. Ao mesmo tempo, silenciou os outros direitos, não-escritos, não-mercantis, não-modernos de agregados [...] (RIBEIRO, 1996, p.35)

Deve-se considerar também, acerca dessa mudança, o efeito que o estabelecimento de uma legislação trabalhista voltada aos trabalhadores rurais no início da década de 1960 (a qual fora ratificada no Estatuto da Terra e demais dispositivos legais que o regulamentaram) teve sob essa expulsão dos agregados, já que a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), dos anos de 1930, tratava quase que exclusivamente dos assalariados, deixando ainda desamparados a maior parte dos trabalhadores do meio rural, que viviam com base em relações de meação, arrendamento ou agregação. Os trabalhadores rurais passaram a ter direitos, que se exercidos, teriam a capacidade de minar as bases dessas relações coronelísticas. E mesmo a permanência do agregado de maneira informal, sem registro junto ao Estado, representaria sério risco, podendo resultar em ação trabalhista retroativa e com o agravante da clandestinidade da contratação, cujos ônus é atribuído exclusivamente à parte patronal.

Não obstante, pelas entrevistas realizadas com camponeses que viveram como agregados nas fazendas do Médio Mucuri e Extremo Norte Capixaba, percebe-se que a extinção dessas relações de agregação decorria, em sua maioria, da mudança no perfil dos proprietários de terras. Nas histórias de vida de Seu Rosalvo e Dona Ozorina, por exemplo, percebe-se que a dispensa dos agregados geralmente ocorria por venda ou transmissão hereditária do imóvel. Os antigos proprietários, em geral, tinham um forte vínculo pessoal (ainda que de subordinação) com os agregados, que de certa forma era base da relação de agregação. Todavia, com o passar do tempo esses antigos fazendeiros faleciam ou vendiam suas terras (em face da grande valorização das propriedades fundiárias dessa região a partir das décadas de 1960 e 1970), e muito frequentemente o novo proprietário não tinha vínculos sequer com o lugar, que dirá para com os trabalhadores, além de não querer ter o ônus de arcar com os direitos trabalhistas de um grande quantitativo de empregados.

Torna-se, então, cada vez mais frequente a figura do capitalista que usa propriedades rurais como forma de reserva e investimento para seu capital, sem sequer residir nela. Sob o viés do capital, não faria sentido manter mais trabalhadores nessas propriedades do que o estreitamente necessário para sua manutenção. E como sua finalidade era quase que somente a prática de uma pecuária ultra-extensiva, geralmente não era necessário mais que uma família de caseiros para tomar conta de centenas - por vezes milhares - de hectares de terras subutilizados. E aqueles camponeses que outrora foram agregados começam a formar uma grande massa de trabalhadores sem-terra.

5.3. A lógica da economia pecuarista e oposição adversa dos camponeses do Extremo Norte Capixaba

Como visto nos capítulos anteriores, apesar de ter sido intenso o fluxo migratório rumo às terras da antiga região do Contestado, onde se situam os municípios que compõem o recorte espacial dessa pesquisa, a estrutura vigente naquele momento era muito mais adversa às possibilidades destes camponeses virem a conseguir se apropriar de um pedaço de terra nessa nova (e última) fronteira colonial do território capixaba, sobretudo onde a colonização ocorreu posteriormente à década de 1930, como foi o caso dos atuais municípios de Montanha, Mucuri, Ponto Belo.

Não só a extração de madeira e a pecuária extensiva haviam se expandido mais significativamente no momento em que as correntes migratórias vindas do Leste de Minas Gerais, Sul da Bahia e das demais regiões do Espírito Santo atingem essas terras, como também as próprias condições naturais (notadamente a topografia mais plana, características das formações geomorfológicas de tabuleiros costeiros) tornaram essas áreas muito mais atraentes a essas atividades que o restante dos municípios envolvidos na questão do Contestado, os

quais se encontram em áreas de relevo bem mais acidentado e, por consequência, de mais difícil acesso (para a época).

As inúmeras empresas e pessoas que atuavam na extração de madeira – legais ou clandestinas – de certa forma proveram emprego para grande parte dos pioneiros na colonização desses municípios, possibilitando que eles se estabelecessem na região mesmo sem terem terras próprias ou emprego em terras de terceiros. Todavia, pelo caráter predatório dessa atividade, ela rapidamente entrou em declínio em virtude do esgotamento das áreas de mata, e esses trabalhadores rurais logo se viram obrigados a buscar outras fontes de recursos para sua sobrevivência, entre as quais estavam: (1) procurar uma área livre e tornar-se posseiro (algo cada vez menos provável, à medida em que a colonização avançava); (2) tornar-se agregado em alguma fazenda (que parece ter sido a mais recorrente) ou (3) migrar novamente, já que a dinâmica da economia desses nascentes municípios não tinha condições de absorver esse contingente de pessoas nas atividades urbanas.

Todavia, as relações de agregação, que também teriam absorvido grande parte desse contingente de migrantes, também entram em declínio à medida em que se verifica a crescente tendência a capitalização da produção agropecuária e a expansão da pecuária de corte, o que explica em partes o contínuo esvaziamento do campo verificado nesses municípios posteriormente a década de 1970, já que teria deixado praticamente sem perspectivas os camponeses que não conseguiram obter terras.

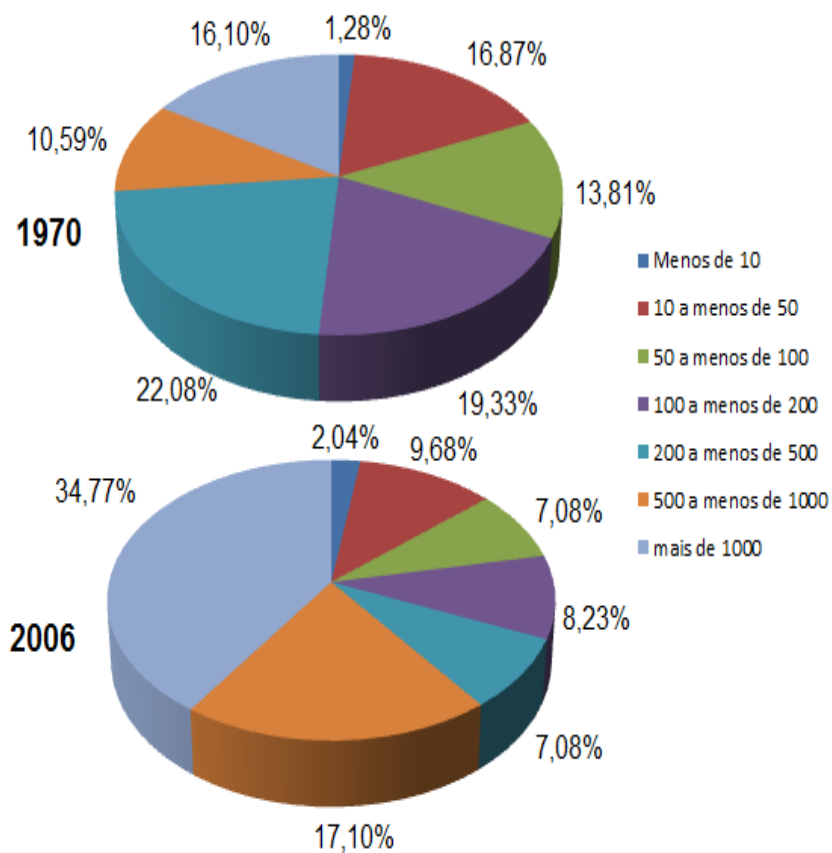
Ocorre, entretanto, que há também transformações na estrutura fundiária desses municípios, com significativa intensificação da concentração da propriedade da terra. Esse fenômeno, pelos dados dos censos agropecuários, é mais perceptível no caso do município de Ecoporanga, vizinho a nossa área de recorte espacial, onde apesar da existência de muitos grandes imóveis rurais, as pequenas propriedades ocupavam, em 1970, um percentual significativo da área

agropecuária (mais de 30%, enquanto em Mucurici e Montanha esse percentual já era baixo, respectivamente, de cerca de 20% e 13%), conforme pode ser constatado nos quadros a seguir (Gráficos 13, 14 e 15). Os dados dos censos agropecuários a partir de 1970 indicam que em praticamente todos esses municípios do norte do Estado verifica-se a ocorrência de transformações que, de certa forma, são bastante previsíveis dentro da lógica capitalista. Diante da ausência de novas frentes de expansão onde as novas gerações de camponeses pudessem obter (ou ao menos almejar obter) terras no Espírito Santo, inicia-se uma forte tendência à fragmentação de parte dos imóveis decorrente possivelmente da transmissão hereditária (que comumente resultada em partilha das terras entre os herdeiros). Considerando as altas taxas de natalidade de um Brasil rural anteriormente a décadas de 1970, esse processo deve ter resultado na diminuição do número de imóveis dos grupos de maior extensão.

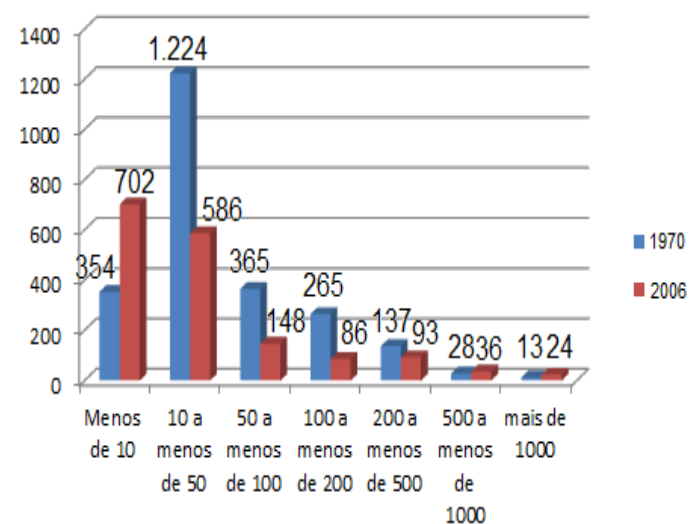
Esse processo de minifundialização é facilmente perceptível em Ponto Belo e Mucurici. Nesses municípios, o número de imóveis rurais com mais de 10 a menos de 100 hectares já era pouco expressivo em 1970, sobretudo em virtude da conjuntura que condicionou a formação de sua estrutura fundiária descrita no capítulo anterior. Não obstante, verifica-se ali uma diminuição do número total de imóveis em praticamente todos os estratos superiores a 10 hectares, sendo este estrato específico o único a apresentar crescimento, mais que quadruplicando seu número de imóveis. Esse mesmo fenômeno é ainda mais notável no município vizinho, Ecoporanga, no qual esse “desaparecimento” de muitos pequenos imóveis rurais e crescimento no número de minifúndios foi ainda mais intenso. O número total de imóveis com menos de 100 hectares de extensão cai de 61.848, em 1970, para 27.123 em 2006, uma redução de mais de 50%, sendo a maior parte desses representados atualmente por imóveis com menos de 10 hectares. Paralelamente a esse processo de minifundialização, verifica-se seu inverso complementar - a concentração fundiária, uma vez que há em todos esses municípios um aumento significativo no percentual da área ocupada pelas propriedades com mais de 500 hectares de extensão.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE ECOPORANGA - COMPARAÇÃO 1970 X 2006

Percentual da área agropecuária total ocupado pelos imóveis conforme grupos de tamanho (em ha)



Número total de imóveis conforme grupos de tamanho (em ha)

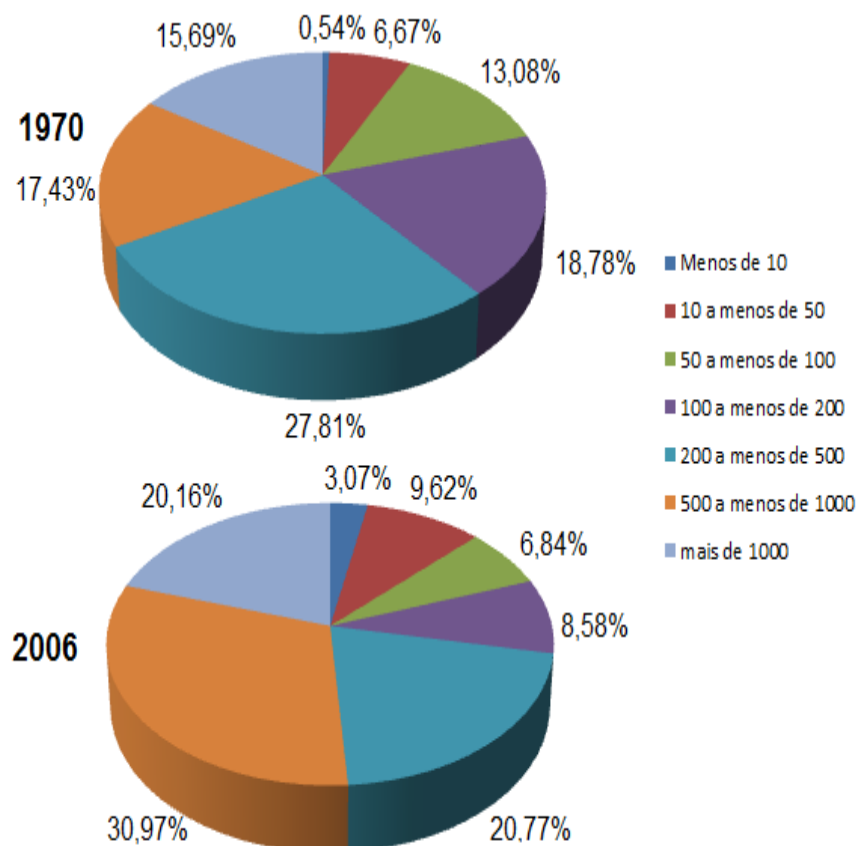


Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1970 e 2006

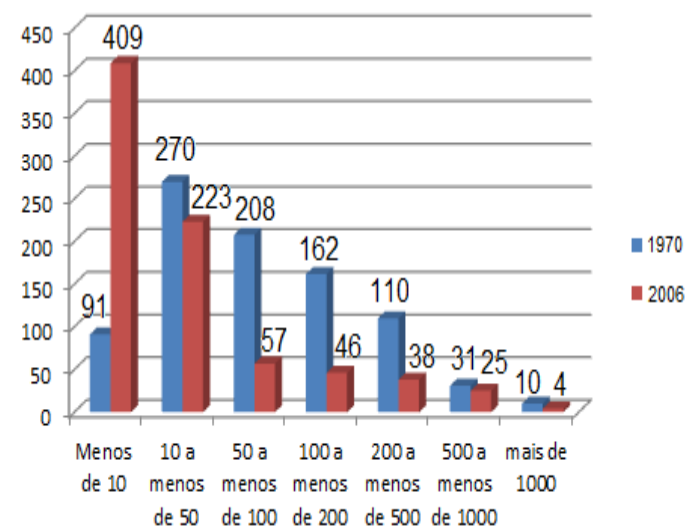
Gráfico 13 – Estrutura Fundiária em Ecoporanga (comparação 1970 x 2006).

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE MUCURICI E PONTO BELO - COMPARAÇÃO 1970 X 2006

Percentual da área agropecuária total ocupado pelos imóveis conforme grupos de tamanho (em ha)



Número total de imóveis conforme grupos de tamanho (em ha)

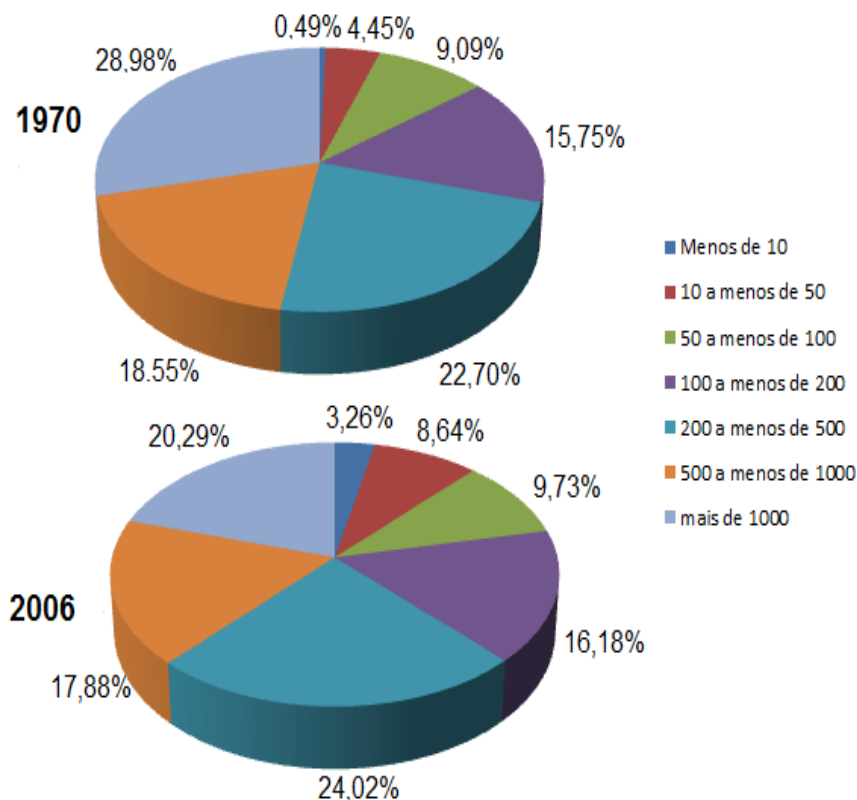


Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1970 e 2006

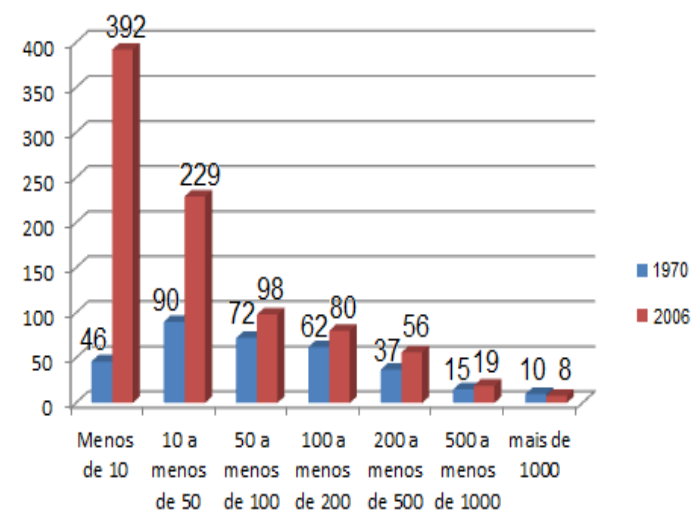
Gráfico 14 – Estrutura Fundiária em Mucurici e Ponto Belo (comparação 1970 x 2006).

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE MONTANHA - COMPARAÇÃO 1970 X 2006

Percentual da área agropecuária total ocupado pelos imóveis conforme grupos de tamanho (em ha)



Número total de imóveis conforme grupos de tamanho (em ha)



Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1970 e 2006

Gráfico 15 – Estrutura Fundiária em Montanha (comparação 1970 x 2006)

Em Montanha, entretanto, os dados dos censos de 1970 e 2006 são contraditórios, sugerindo que houve alguma distorção em um desses recenseamentos, tendo em vista o grande aumento tanto em área quanto no número de imóveis em praticamente todos os estratos de tamanho, o que torna inviável a realização de uma análise pormenorizada das dinâmicas de sua estrutura fundiária nesse período. Não obstante, os dados de 2006 evidenciam claramente um quadro de grande concentração da propriedade da terra, um pouco menos intenso que em Mucuri e Ponto Belo, mas muito significativo dentro de uma realidade de predomínio de pequenas propriedades, como é o caso da maior parte dos municípios do Espírito Santo.

Embora essa tendência ao binômio minifundialização/concentração fundiária seja de certa maneira a regra geral verificada no meio rural capitalista, o que chama a atenção nos casos de Mucurici e Ponto Belo, bem como no município vizinho de Ecoporanga, quando comparados com o restante do Estado, é a velocidade na qual a minifundialização se converte em concentração fundiária, fato que possivelmente tem relações com esse intenso esvaziamento demográfico do meio rural verificado nesses municípios posteriormente à década de 1970. Afinal, nas áreas do Centro-sul do Espírito Santo, onde a colonização é bem mais antiga e onde a estrutura fundiária já era bastante fragmentada, esse mesmo processo de fragmentação por hereditariedade não se converteu, nessa intensidade, em tendência à concentração fundiária e esvaziamento do campo, como ocorreu nessas áreas do Extremo Norte Capixaba, cuja colonização é bem mais recente.

Esse desaparecimento de pequenas propriedades rurais indica que não foram apenas os camponeses sem terra que deixaram a região após a consolidação de sua estrutura fundiária. Muitos daqueles que obtiveram a propriedade de pequenas glebas de terra também abandonaram o meio rural desses municípios. E apesar desse fenômeno, pelos dados dos censos, mostrar-se bem mais intenso em Ecoporanga, as análises das cadeias dominiais de alguns grandes imóveis que foram desapropriados para criação de assentamentos do INCRA em outros municípios da região (ver Anexos) levam a crer que fenômeno semelhante tenha também ocorrido em outras localidades,

entre elas os atuais municípios de Montanha, Mucurici e Ponto Belo. Nesses casos, entretanto, esse desaparecimento dos pequenos imóveis, que são gradativamente incorporados aos maiores, teria ocorrido de forma mais intensa anteriormente a 1970, em um período sobre o qual não há dados censitários sobre o meio rural dessas localidades por conta da questão do Contestado, como já mencionado.

Associando os dados demográficos com a estrutura fundiária e os dados da produção agropecuária, torna-se evidente que esse processo de concentração fundiária está fortemente relacionado ao abandono das lavouras em favor da expansão da pecuária extensiva. Em Ecoporanga, por exemplo, conforme pode se constatar pelos dados da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (IBGE, 1956), esse processo de especialização na pecuária extensiva ocorreu um pouco mais tarde do que em Ponto Belo, Montanha e Mucuri. Em 1956 sua produção ainda era bastante diversificada enquanto nesses outros municípios já se verificava o predomínio absoluto das pastagens, como se pode ver no Gráfico 16 (adiante), e muito provavelmente por isso o esvaziamento do campo e a concentração fundiária também teriam se agravado posteriormente ao período em que semelhante fenômeno ocorreu nos três municípios de nosso recorte espacial, sendo por isso possível, em Ecoporanga, acompanhá-lo pelos dados censitários que se tornam disponíveis a partir de 1970.

De fato, as cadeias dominiais dos imóveis que originaram os Projetos de Assentamento do INCRA nesses municípios e áreas limítrofes de municípios vizinhos evidenciam que houve uma intensa venda de pequenas propriedades nessa região a partir da segunda metade dos anos 50, com pico na primeira metade dos anos 70. Na maioria dos casos, essas pequenas propriedades são incorporadas por imóveis de maior dimensão em seu entorno, os quais “nasceram” como médias propriedades. A área requerida por esses proprietários ao Estado oscilou, na maior parte dos casos, entre 150 a 300 hectares, como uma decorrência das mudanças sobre a legislação para aquisição de terras devolutas, que ampliaram o limite de área devoluta que poderia ser requerida, como fora visto no capítulo anterior. E foi após a compra de

muitos pequenos imóveis em seu entorno que eles se transformaram em latifúndios, que não raro excediam 1000 hectares de extensão.

Há casos, entretanto, em que é possível presumir que essa concentração não ocorreu por uma diferenciação entre camponeses, tendo em vista que não foi sempre o primeiro proprietário do imóvel do entorno que adquiriu as terras. Em muitos casos, essas propriedades eram adquiridas por alguém que não tinha imóveis na localidade, um elemento externo, que em um curto espaço de tempo compra primeiramente uma fazenda de média extensão e em seguida adquire diversos outros imóveis, em geral de menor extensão. Esse fenômeno aparentemente indica uma crescente tendência, nessa nova estrutura que consolida a partir das décadas de 1930 e 1940, em se materializar capital na propriedade da terra, algo totalmente inverso ao que se verificou no Espírito Santo entre fins do século XIX e início do século XX, quando houve uma forte tendência à inversão de capitais oriundos da propriedade da terra e da produção agropecuária em outros setores, sobretudo o comércio, como fora visto no Capítulo 2.

Há também muitos casos de pequenas propriedades que são requeridas ao Estado e, na mesma data, vendidas a esses maiores proprietários, um indício de possível utilização de meios fraudulentos para a aquisição de maiores extensões de terras devolutas do que a legislação de terras vigente permitia, sendo bem plausível a hipótese de que fazendeiros tenham utilizados seus agregados para tal finalidade. Em um exemplo hipotético, pode-se imaginar que um proprietário X, que, de acordo com a Lei 617/1949, só poderia obter 150 hectares legalmente, coagisse algum ou alguns de seus agregados a requerer a parte das terras que lhe interessavam mas que excediam esses limites legais e depois lhe repasse o título de domínio. Também é possível supor um simples suborno de uma determinada pessoa para que ela entrasse com um requerimento para aquisição de terras devolutas e as transmitisse ao interessado no suborno, presumivelmente um ente de maior poder econômico.

Esse indício de fraude, entretanto, apesar de muito presente nas cadeias dominiais desses imóveis, não está implícito na maioria das transações, as quais não

ocorrem com datas coincidentes, mas em um curto espaço de tempo, variando de dois a dez anos após a aquisição, o que estaria de acordo com a legislação. É claro que em um contexto de extrema violência no campo capixaba, como o foi o período entre as décadas de 1940 e 1960, seria muito provável também que os indivíduos de maior poder econômico, por meio de intimidação e violência, coagissem os pequenos proprietários ao seu redor a se desfazer de suas terras. Essa é uma hipótese que definitivamente não se pode descartar.

Mas outra provável causa desse desaparecimento de pequenas propriedades parece ser, como já mencionado, as mudanças verificadas na produção agrícola do território capixaba a partir de meados do século XX, as quais resultaram em uma forte tendência à especialização produtiva das propriedades rurais, incluindo a produção camponesa, que resultou também na configuração de uma divisão territorial do trabalho da produção agropecuária do Estado. E reside aí uma das possíveis causas das transformações no campo que se verificam na área de nosso recorte espacial após a consolidação das fronteiras coloniais. Ao que as evidências indicam, no Extremo Norte Capixaba elas são resultado de uma alta especialização na prática da pecuária extensiva e abandono de extensas áreas de lavoura.

É muito recorrente entre autores que discorreram sobre o território capixaba que esse crescimento das áreas de pastagens e o esvaziamento demográfico do campo no Espírito Santo sejam atribuídos aos programas de erradicação de cafezais. Neves e Pacheco (1992), por exemplo, ao abordarem a história de Ecoporanga, município vizinho à Mucurici e Ponto Belo, afirmam ter sido o esvaziamento do meio rural do município decorrente do programa de erradicação de cafezais na década de 1960⁵⁷. Segundo esses autores, ao aderir a esse programa, muitos proprietários teriam então substituído as lavouras de café por pastos e, pelo fato dessa atividade praticamente

⁵⁷ As origens desse programa residem na acentuada queda nas cotações internacionais do café, produto cultivado na maior parte das propriedades rurais do Espírito Santo e de grande importância na economia do Estado, que ocorrem a partir de fins da década de 1950 e persistem ao longo de praticamente toda a década de 1960. Como consequência, visando à valorização do produto, o Governo Federal passa a incentivar a diminuição do cultivo por meio dos programas de erradicação de cafezais promovidos em 1963/64 e 1967/68.

não demandar mão-de-obra, os trabalhadores não-proprietários de terras (parceiros, meeiros e diaristas) teriam ficado sem empregos no campo, sendo obrigados a deixar aquele município.

De fato, as estatísticas indicam que a maior parte dos produtores de café que abandonaram essa atividade por ocasião dos programas de erradicação substituiu a área dedicada aos cafezais por pastagens para prática da pecuária extensiva, atividade que exigia poucos investimentos se comparada com as lavouras cafeeiras, e que já vinha crescendo significativamente no Espírito Santo desde as décadas 1930 e 1940, como visto no capítulo anterior.

Tabela 16 – Área ocupada por pastagens e cafeicultura no Espírito Santo – 1960 a 1996.

Ano	Área total ocupada (em hectares)	
	Cafeicultura	Pastagens
1960	329.486	822.937
1970	190.596	1.829.975 ⁵⁸
1975	187.122	2.130.564
1980	263.288	1.978.795
1985	443.030	1.879.617
1996	437.142	1.821.069

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários 1960, 1975, 1980, 1985 e 1996.

O que há de se ressaltar é que o crescimento da pecuária no Espírito Santo não foi condicionado pela erradicação de cafezais. Como demonstrado no capítulo anterior, as condições para ascensão da pecuária se intensificam a partir das décadas de 1930 e 1940, e esta atividade manteve um rápido ritmo de crescimento desde então até a década de 1970, a partir de quando há uma relativa estabilidade na área dedicada às

⁵⁸ A que se ressaltar que o censo de 1970 incluiu pela primeira vez os municípios da antiga região do Contestado, que significou um acréscimo de cerca de um milhão de hectares ao espaço agrário capixaba. Destes, cerca de 350 mil hectares eram ocupados por pastagens, o que de fato representa uma certa distorção nas comparações entre 1960 e 1970, a qual, entretanto, não compromete a visibilidade desse exorbitante crescimento das áreas de pastagens.

pastagens no Estado. Esse crescimento das áreas de pastagens ocorreu em detrimento de praticamente todos os outros cultivos e não apenas da cafeicultura. Prova disso é que o crescimento da área de pastagens e o decréscimo na área ocupada por cafezais não são, nem de longe, proporcionais. Entre os censos de 1960 e 1970, o incremento das áreas de pastagens é da ordem de mais de um milhão de hectares, enquanto o decréscimo da área com cafezais não chega a 140 mil hectares (Tabela 16).

Tabela 17 – Empregos diretos nas atividades agropecuárias brasileiras (equivalente homem/ano para cada 100 hectares)

Atividade	Número de Empregos
Tomate	245
Cebola	52
Café	49
Mandioca	38
Batata	29
Arroz	16
Feijão	11
Cana-de-açúcar	10
Milho	8
Soja	2
Pecuária de corte	0,24

Fonte: Fundação Seade/Sensor Rural, 2000 (apud Schlesinger, 2010). Organizado pelo autor.

Não há dúvidas de que esse crescimento da pecuária tenha resultado em desemprego no campo, o qual atingiu os camponeses não-proprietários de terras, já que tanto a cafeicultura como as chamadas “lavouras brancas” (alimentos diversos, como feijão, milho, mandioca, etc...) e a criação de pequenos animais, atividades predominantes até então, exigiam muitíssimo mais força de trabalho que a pecuária extensiva (Tabela 17), para a qual é necessário apenas um pessoa para gerenciar

centenas (às vezes milhares) de hectares, principalmente se a finalidade do rebanho for apenas o corte.

O que se quer dizer com isso é que de fato a especialização produtiva na pecuária extensiva gerou um intenso esvaziamento do campo em todo o Extremo Norte Capixaba. É preciso, entretanto, mais critério para se afirmar que esse crescimento da pecuária se deu em detrimento da cafeicultura, já que aparentemente esse fenômeno ocorreu até mesmo em áreas não inseridas na produção cafeeira, como foi o caso de Montanha, Mucurici e Ponto Belo.

Como mencionado no início desse trabalho, os primeiros dados censitários sobre os municípios envolvidos na questão do Contestado são aquelas do censo de 1970. Existem, entretanto, algumas informações úteis sobre a economia desses municípios na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (IBGE, 1956) que nos permitem traçar um quadro, ao menos aproximado, de sua produção rural anteriormente a 1970. Como a referida obra não menciona como se distribui a utilização das terras entre as diversas atividades em todos os municípios (apenas alguns possuem essa informação), apesar de julgarmos essa variável como mais indicada para esse tipo de análise, teremos que fazer uso de outra que, felizmente, a enciclopédia aponta sobre todos os municípios que nela constam: a participação de cada atividade no montante total (em valor financeiro) da produção agropecuária do município. E, para termos parâmetro para esse tipo de análise, comparamos a composição do valor total da economia agropecuária dos municípios recém-colonizados, envolvidos na questão do Contestado (entre os quais situam-se nossa área de recorte espacial), com a de municípios de outras partes do Espírito Santo, de colonização mais antiga e nas quais sabe-se que a cafeicultura tinha mais expressivo peso na economia (Gráfico 16).

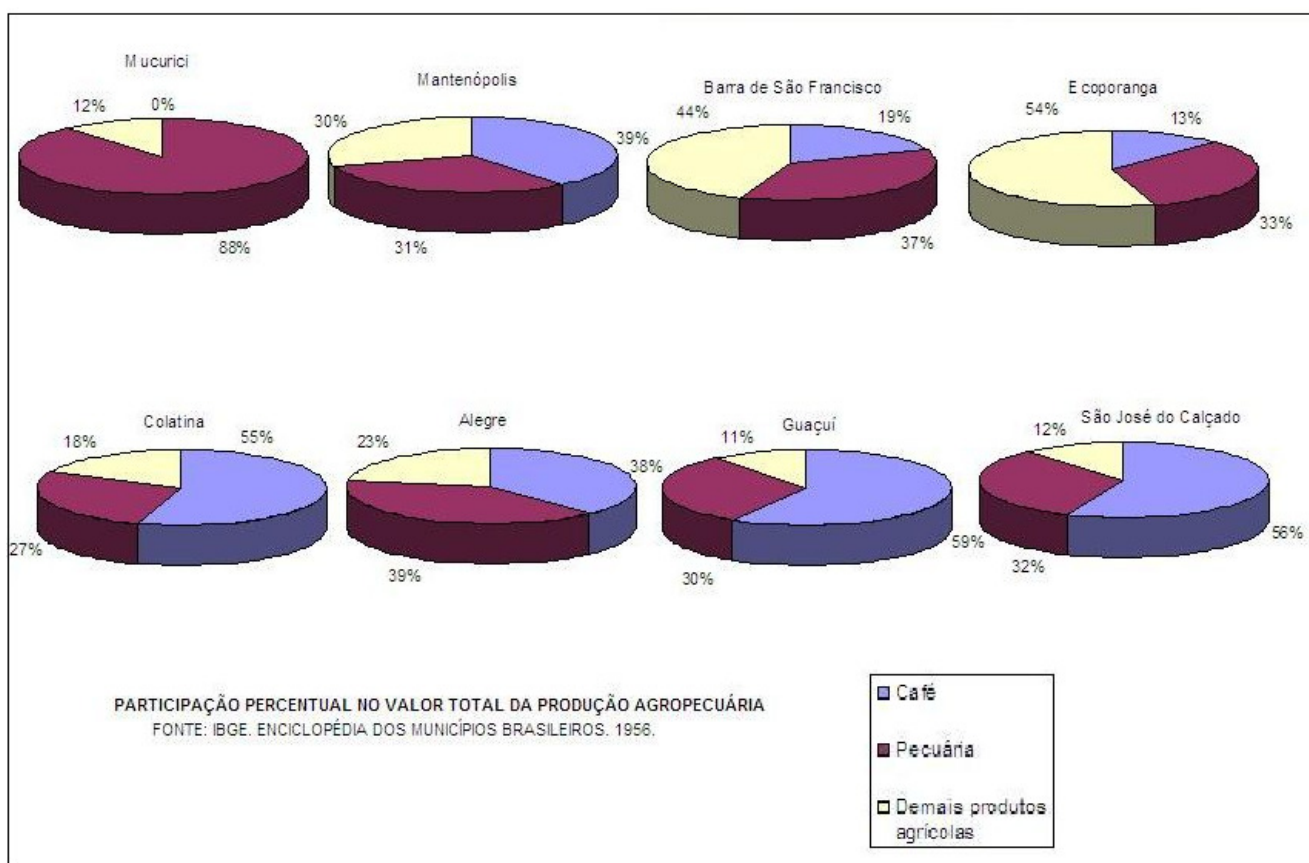


Gráfico 16 – Participação das atividades no valor total da produção agrícola municipal – Comparação entre os municípios do contestado capixaba e os principais municípios produtores de café

Nos casos dos atuais municípios de Montanha, Ponto Belo e Mucuri (lembrando que os primeiros eram à época distritos deste último), fica evidente que já em 1956 sua economia agropecuária estava quase que totalmente especializada na prática da pecuária extensiva, atividade que respondia por 88% do valor da produção agropecuária total. Os outros 12% se referem a cultivos diversos, muito provavelmente voltados para atender às demandas locais, sendo a cafeicultura, portanto, inexpressiva (não há sequer menção a ela nas informações sobre a economia da região).

Já o atual município de Mantenópolis, que se situa no sul da antiga região do Contestado, este possuía, em 1956, uma economia com perfil mais semelhante ao que verificava nas principais regiões cafeeiras do Espírito Santo, já que a cafeicultura de fato responde por um significativo percentual do valor da produção agropecuária.

Mas o que mais chama a atenção são os casos de Barra de São Francisco (que à época também englobava o território do atual município de Água Doce do Norte) e, principalmente, Ecoporanga. Nesses municípios, o peso da cafeicultura no montante total do valor produção agropecuária é notadamente inferior ao que se verifica nos principais pólos cafeicultores do Estado, e, diferente do então município de Mucurici, não se constatava ainda, em 1956, a forte especialização na pecuária extensiva que veio a caracterizá-los posteriormente. Ao invés disso, sua economia baseava-se em uma produção agrícola bastante diversificada.

Em Ecoporanga esse quadro é ainda mais evidente que em Barra de São Francisco. A participação da cafeicultura no valor total da produção agropecuária é bem pequena (apenas 13%), enquanto mais da metade do produto (54%) é oriundo de culturas diversas (arroz, feijão, milho, etc...), e a pecuária estava longe ainda de ter o mesmo peso que no caso do então município de Mucurici. A diversificação produtiva era, portanto, evidente.

Esses dados de meados dos anos 50 nos permitem tecer algumas considerações sobre a afirmação de Neves e Pacheco (1992) de que o esvaziamento do meio rural de Ecoporanga tenha sido decorrente dos programas de erradicação de cafezais. De fato, a causa do esvaziamento do campo é a crescente especialização na pecuária extensiva. Todavia, é preciso ressaltar que o crescimento das áreas de pastagens ocorre em todo o Estado e em detrimento das áreas de praticamente todos os cultivos, entre os quais a cafeicultura, atividade que não possuía a significativa expressão que os referidos autores a ela atribuem na economia local de Ecoporanga, a qual aparentava estar num estágio inicial de transição entre uma agricultura camponesa diversificada e a especialização na pecuária extensiva que se consolidaria na década seguinte.

A constatação de que a especialização produtiva na pecuária extensiva antecede o esvaziamento demográfico no meio rural dessa região nos fornece um bom indicativo da causa do abandono do campo por parte daqueles que não eram proprietários de

terras, já que a parca demanda de mão-de-obra dessa atividade tornou dispensáveis os agregados, meeiros, parceiros e diaristas que foram necessários nas lavouras outrora predominantes (cereais, verduras, legumes, etc...). Os dados censitários entre 1970 e 2007 sobre a estrutura fundiária, entretanto, indicam também um “desaparecimento” de muitos pequenos proprietários dessas áreas onde houve abandono das lavouras. A análise da cadeia dominial dos imóveis que originaram os projetos de assentamento do INCRA na região indicam que isso deve ter ocorrido em praticamente todos os municípios dessa porção do Espírito Santo, tendo em alguns casos, porém, se iniciado e se acentuado anteriormente à disponibilidade de dados censitários, como foi o caso dos atuais municípios de Montanha, Mucuri e Ponto Belo, onde tal processo aparentemente ocorreu anteriormente a 1970.

Em grande medida, esse desaparecimento dos pequenos imóveis parece também se dever à especialização produtiva na pecuária extensiva, tendo em vista que nessa atividade o valor da produção em proporção à área utilizada é muito menor que em praticamente qualquer lavoura. Como bem menciona Lacoste (1975), enquanto os grandes proprietários puderam se dar ao luxo de subutilizar suas propriedades com a prática da pecuária extensiva (ela apresenta valor de produção por unidade de área utilizada extremamente baixo se comparado a praticamente qualquer lavoura, como se pode perceber na Tabela 18) e ainda assim obter renda suficiente para satisfazer as “novas necessidades” de consumo, o mesmo não ocorre com os camponeses que possuíam pequenas extensões de terras, que ao se dedicar a essa atividade (cuja produção apresenta baixo valor em função da área demandada) obtém uma renda diminuta e tendem, então, a buscar outros meios de obter dinheiro, o que na realidade de uma área especializada em uma atividade que praticamente não requer mão-de-obra (e conseqüentemente não gera empregos diretos), comumente significa migrar para os centros urbanos e desfazer-se de suas terras.

Tabela 18 - Relação entre área ocupada e valor da produção das atividades agropecuárias no Espírito Santo - décadas de 1970 e 1980 (continua)

Atividade	Área Ocupada (em hectares)	Valor Total (em mil cruzeiros)	Média por hectare (em mil cruzeiros)	Proporção em relação à pecuária
1970				
Pecuária*	1829975	100539	0,05	1
Café	190596	150425	0,79	14,37
Arroz	50813	15417	0,3	5,46
Feijão	68930	17184	0,25	4,55
Mandioca	31840	17134	0,54	9,82
Milho	184981	31369	0,17	3,09
Batata Inglesa	1222	1411	1,15	20,93
cana-de-açúcar	20797	9211	0,44	8,00
1975				
Pecuária*	2130564	760584	0,35	1
Café	187122	431704	2,31	6,47
Arroz	43148	70633	1,64	4,59
Feijão	67127	56655	0,84	2,35
Mandioca	22552	64328	2,85	7,98
Milho	150649	115694	0,77	2,15
Tomate	1976	24309	12,3	34,45
Cana-de-açúcar	13743	40102	2,91	8,15

(continua)

Tabela 18 - Relação entre área ocupada e valor da produção das atividades agropecuárias no Espírito Santo – décadas de 1970 e 1980 (conclusão)

Atividade	Área Ocupada (em hectares)	Valor Total (em mil cruzeiros)	Média por hectare (em mil cruzeiros)	Proporção em relação à pecuária
1980				
Pecuária*	1978794	6706232	3,38	1
Café	62574	1053348	16,83	4,98
Arroz	31317	437792	13,97	4,14
Feijão**	62574	1053348	16,83	4,98
Mandioca	17123	626573	36,59	10,83
Milho	133988	1009151	7,53	2,23
Tomate	1900	209836	110,44	32,67
Cana-de-acúcar	18745	543945	29,018	8,59
1985				
Pecuária*	1879617	586528	0,31	1
Café	443030	2592629	5,85	18,74
Arroz	45849	76635	1,67	5,35
Feijão**	90959	100413	1,1	3,52
Mandioca	33634	53315	1,59	5,09
Milho	142925	99435	0,7	2,24
Tomate	2441	47690	19,54	62,61
Cana-de-acúcar	42829	149736	3,49	11,18

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

* Considerou-se o valor total da produção animal de grande porte

** primeira safra do ano

*** O censo de 1970 não trás o dado sobre a área cultivada com tomates, por isso utilizamos a batata inglesa como referencial da olericultura.

Sobre a Tabela 18, é importante frisar que o valor da produção não é necessariamente o rendimento obtido pelo produtor, uma vez que esse consiste na

diferença entre o capital investido e o valor de venda da produção. Por isso, a diferença real entre a renda obtida com atividades que demandam alta capitalização (como a produção de café e a cana-de-açúcar) e a pecuária é menor do que esses dados demonstram.

Todavia, essa discrepância na relação valor da produção/área é tão alta que as distorções por desconsiderar o capital investido na produção não chegam a comprometer a comparação objetivada no respectivo quadro, o qual demonstra claramente que o valor da produção/área passível de ser obtido pela pecuária é muito menor que a de praticamente qualquer outra atividade agrícola (sobretudo no caso das olericulturas e da cafeicultura). Isso significa que uma mesma propriedade hipotética de dimensão “X” pode gerar rendas altamente discrepantes aos seus proprietários, dependendo da atividade que nela se pratica. Em 1985, por exemplo, se sua área fosse dedicada inteiramente à cafeicultura, ela geraria em média cerca de 18 vezes mais valor do que se essa mesma área fosse dedicada à pecuária. Se nesse mesmo ano toda a sua área fosse dedicada à produção de tomates, essa proporção chegaria a mais de 60 vezes.

Tem-se uma melhor noção dessa discrepância tornando-a mais concreta a partir da comparação do valor médio por hectare de cada atividade e o salário mínimo então vigente (Tabela 19). Em 1970, por exemplo, enquanto cerca de três hectares cultivados com a cafeicultura geravam um valor anual próximo ao do rendimento de um trabalhador com salário mínimo, eram necessários em média quase 35 hectares dedicados à pecuária para tal feito. Com as olericulturas o quadro é ainda mais contrastante. Em 1985, por exemplo, bastava pouco mais de um hectare dedicado à produção de tomates para proporcionar um valor semelhante ao rendimento de um trabalhador com salário mínimo, enquanto seriam necessários em média quase 50 hectares com pastagens para geração desse mesmo valor.

Tabela 19 – Comparação do valor da produção pecuarista com o salário mínimo vigente - décadas de 1970 e 1980.

Ano	Salário mínimo		Pecuária		hectares com pecuária necessários p/ valor anual equivalente ao de um assalariado (13 salários mínimos/ano)
	Valor mensal da época	Valor mensal corrigido*	Valor anual média/ha	Valor anual média/ha corrigido*	
1970	NCr\$187,20	R\$ 207,90	NCr\$70,00	R\$ 77,74	34,77
1975	Cr\$415,20	R\$ 182,62	NCr\$410,00	R\$ 180,33	13,17
1980	Cr\$2.932,80	R\$ 219,02	Cr\$3380,00	R\$ 270,27	10,53
1985	Cr\$166.560,00	R\$ 246,37	Cr\$440,00	R\$ 65,08	49,21

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980 e 1985.

* IPC (jan-2011)

Nesse sentido, a monetarização da vida camponesa (abordada no capítulo anterior) e a conformação de uma Divisão Territorial do Trabalho no espaço agrário capixaba praticamente determinaram qual seria a extensão mínima de terras necessária para a obtenção de renda capaz de prover as novas necessidades materiais das famílias camponesas nas diferentes regiões do Espírito Santo, conforme o papel por ela assumido nesse processo, o que acabou tendo fortes efeitos também sobre as densidades demográficas no campo a partir de então.

Nas áreas ao redor da capital, por exemplo, onde desde meados do século XX tem predominado atividades com alto rendimento por área, verifica-se em geral um aumento da densidade demográfica da zona rural no interstício 1970-2000, já que mesmo propriedades de extensão diminuta foram capazes de proporcionar renda suficiente aos produtores para que eles levassem uma vida confortável, do ponto de vista do poder de consumo e permanecessem assim no meio rural como agricultores. No outro extremo, as áreas que se especializaram na pecuária extensiva são as que apresentam maior esvaziamento demográfico do campo, uma vez que apenas

propriedades de significativa extensão são capazes se assegurar ao produtor essa mesma renda necessária a uma vida confortável, com certo padrão de consumo. A comparação com o salário mínimo também evidencia que, para aqueles que possuíam imóveis com pequena extensão nessas áreas de predomínio da pecuária extensiva, era mais fácil tentar satisfazer as novas necessidades de consumo como trabalhador urbano que como camponês.

E nesse contexto, a situação dos municípios do Extremo Norte Capixaba parece ser ainda mais adversa que a média das áreas dedicadas à pecuária extensiva, em virtude das dificuldades existentes até os anos setenta para comercialização do leite, fundamental para a manutenção dos pequenos produtores rurais, como a vivência no meio rural e todas as entrevistas realizadas para esse trabalho o revelam.

5.4. O funcionamento da “economia do boi” e seus reflexos sobre Mucurici, montanha e Ponto Belo

O crescimento da pecuária extensiva trouxe grandes alterações nas relações de trabalho no meio rural capixaba, aparentando ser um prelúdio do que ainda estava por vir com a Revolução Verde. A expansão dos mercados para os produtos derivados da pecuária, desencadeada pela urbanização e pelo desenvolvimento das tecnologias de refrigerações tornou maiores as possibilidades de comercialização dos produtos alimentícios dela derivados (carne e leite), cuja produção em geral se organiza de forma diferenciada conforme qual desses produtos se objetiva com a criação do gado, já que apresentam relações entre o tempo de trabalho e o tempo de produção muito distintas, o que é determinante na maior ou menor inserção direta do capital na produção, como visto na introdução desse trabalho.

Em geral, a pecuária leiteira requer certa mão-de-obra, já que exige maiores cuidados com o gado, como a própria retirada do leite diariamente, e o transporte deste até o ambiente onde possa ser devidamente armazenado, trabalho que na maioria dos

casos ainda é feito de forma “tradicional”, sem grandes aparatos tecnológicos. Nesse caso, assim como ocorre com a cafeicultura, verifica-se maior tendência ao capital se apropriar do excedente produzido pelos camponeses na esfera da comercialização, beneficiamento e circulação da produção. Assim como muitos pequenos proprietários não tem como beneficiar e transportar sua própria produção de café, tendo em vista não disporem de capital para adquirir os meios necessários a tal atividade, o mesmo ocorre com os produtores de leite, já que para se adquirir os meios necessários para transporte, reserva e tratamento desse produto (refrigeradores, caminhões refrigerados, pasteurizadores, etc...) é necessário uma grande soma de capital. Então, aqueles que possuem esses meios (em geral poucas pessoas/empresas) passam a exercer uma espécie de oligopsônio – em alguns casos monopopsônio propriamente dito - sobre a compra do leite dos pequenos produtores, subordinando assim a produção à circulação/comércio. Nas palavras de Sousa (1980):

(...) enquanto a compra do leite é feita sob um regime de monopopsônio (um só comprador) ou oligopsônio (três a cinco compradores), a produção é obtida em um regime que se aproxima da concorrência perfeita. (SOUSA, 1980, p.40)

Para a produção de leite, a não inserção direta do capital na produção se mostra mais vantajosa, uma vez a produção em larga escala exigiria, em contrapartida, uma grande demanda de mão-de-obra. É claro que investimentos em capital fixo poderiam diminuir o tempo de trabalho, mas há que se considerar aqui uma peculiaridade brasileira no que tange à relação entre trabalho e tecnologia no setor leiteiro, decorrente da intervenção Estatal que perdurou nesse setor durante cerca de cinco décadas - entre 1940 e 1990 (LEITE BRASIL, acesso em julho de 2011). Segundo Souza (1980), essa intervenção, juntamente com a falta de concorrência fez com que esse setor fosse (e ainda seja) um ramo com predomínio de baixa composição orgânica de capital.

Em função dessa forte tendência à monopolização da compra e beneficiamento do leite por parte dos laticínios, o Governo Federal, temendo que esse monopólio de compra fizesse com que os laticínios comprassem o leite dos produtores a um preço tão baixo que os desestimulassem a produzir esse gênero, estabeleceu desde a década de 1940, por meio da SUNAB (Superintendência Nacional do Abastecimento), um valor

mínimo que deveria ser pago por essas indústrias aos produtores. Essa medida, entretanto, não garantiu preços mais baixos ao consumidor final, uma vez que, segundo o autor, *“a existência de um regime de concorrência monopolística e/ou oligopolística no mercado desses produtos praticamente eliminam o processo de competição via preços ou a flexibilidade para baixo nos preços aos consumidores dos produtos derivados do leite”* (SOUSA, 1980, p.49-50).

Todavia, a existência dessa medida intervencionista fez com que os excessos de produção tivessem um efeito completamente diferente daquele que se verificaria numa economia de livre mercado, na qual a maior oferta por parte dos produtores tenderia a fazer com que os laticínios lhes pagassem cada vez menos pelo leite e, assim, produzissem mais com um mesmo montante de capital. Esse aumento da produção poderia então fazer baixar os preços ao consumidor (dependendo, é claro, do grau de oligopolização das empresas desse ramo), ampliando o consumo e garantindo assim, mesmo com uma eventual queda do preço final dos produtos, a ampliação do lucro dos laticínios, que seria obtida por meio do aumento da escala da produção.

Nessas circunstâncias, a tendência seria que os produtores se vissem na necessidade de ampliar cada vez mais a produtividade de seu rebanho para almejar sobreviver no mercado e, muito provavelmente, haveria uma maior tendência à capitalização dessa atividade. Todavia, o resultado dessa intervenção do período 1940-1990 foi bem diferente, não havendo grande interesse por parte das empresas de laticínios em comprar muito mais leite do que haviam planejado (considerando as expectativas de mercado e/ou a disponibilidade de capital), já que isso não possibilitaria obtê-lo a preços mais baixos. Assim, segundo Sousa (1980):

Numa economia leiteira caracterizada pela presença de rigidez tanto no plano estrutural (pouca concorrência via preços) como no plano institucional (política de tabelamento de preços pelo governo) a correlação do desequilíbrio por excesso de oferta é, de um modo geral, conseguida através do não recebimento do leite dos produtores por parte das empresas de laticínios. No final das contas, é o produtor de leite que acaba arcando com o peso do ajustamento da “economia do leite” pois, é somente através de uma contração da produção (...) que o desequilíbrio por excesso de oferta tende a ser corrigido.

(...) Os mais atingidos por essa crise tendem a ser os produtores de leite (...) que se vêm empenhados na tarefa de introduzir técnicas mais modernas, visando aumentar a produtividade por vaca e melhorar a qualidade do leite produzido em suas fazendas.

(...) a “economia do leite” alcança uma nova posição de equilíbrio onde passa a predominar o setor de “subsistência” da pecuária de leite, que emprega basicamente mão-de-obra familiar e terra, com baixos custos de oportunidade ou, sem uso alternativo no sistema econômico (...) [Nestas circunstâncias] O setor tradicional da pecuária de leite é o menos vulnerável à crise de superprodução, ou, em outras palavras, qualquer produção que visa a eliminação do “desequilíbrio” por excesso de oferta, implica em perpetuar na pecuária do leite, uma forma de economia de subsistência, com baixa produtividade, predominância do sistema de produção leiteira em unidades produtivas pequenas ou seja, a presença do minifúndio de baixa renda

A interpretação de Clemente e Hespanhol (2006) sobre essas particularidades do setor leiteiro brasileiro são semelhantes:

a atividade leiteira no Brasil, ainda se encontra num patamar tecnológico muito aquém dos sistemas produtivos encontrados em países como a Argentina, Uruguai, Nova Zelândia, Estados Unidos, etc., e, portanto, ainda não reúne as condições necessárias para competir com os produtores de leite destes países.

É interessante ressaltar, que no Brasil a produção de leite sempre esteve baseada em pequenas e médias propriedades, gerenciada por proprietários descapitalizados e com baixa utilização de tecnologias. Os sistemas de produção predominantes são rudimentares e se aproximavam do extrativismo ou são praticadas por pecuaristas de corte que se dedicam ao leite apenas nos períodos que a carne não apresenta bons preços, sendo, portanto, um sub-produto da pecuária de corte. Tais condições têm colocado os produtores de leite não-especializados numa situação bastante vulnerável frente às novas exigências do mercado, sobretudo aqueles que dependem da renda obtida com a venda do leite para sobreviverem.

A desregulamentação do mercado de lácteos em 1991, após quase meio século de tabelamento, deixou transparecer o atraso em que o setor se encontrava devido a intervenção estatal. O longo período de tabelamento trouxe sérios prejuízos à cadeia produtiva do leite. Esta política tinha como finalidade ajustes macroeconômicos, no caso o controle da inflação, e não incentivar melhorias e ganhos de produtividade no setor. Dessa forma, o tabelamento inibiu a realização de investimentos na melhoria tecnológica da atividade, pois os preços do leite não eram compensatórios, fazendo com que os sistemas de produção permanecessem bastante precários e, portanto defasados em relação aos sistemas de produção de outros países. Esta defasagem ficou bastante evidente nos anos 1990 com a abertura da economia. (CLEMENTE e HESPANHOL, 2006, p.141)

Em grande medida, portanto, deve-se a essa longa intervenção estatal a baixa composição orgânica que tradicionalmente tem caracterizado a produção leiteira no Brasil. E apesar do fim dos subsídios (medida em consonância com as tendências

neoliberais que marcaram a política brasileira a partir de fins da década de 1980), das novas formas de comercialização do leite (longa vida, por exemplo), e da ampliação do mercado interno, ainda há uma predominância da baixa composição orgânica do capital na produção de leite da maior parte dos estabelecimentos do país, o que explica o predomínio de pequenas e médias propriedades dessa atividade.

Já a pecuária de corte, por ser uma atividade que praticamente não requer mão-de-obra, apresentando uma acentuada discrepância entre o tempo de trabalho e o tempo de produção, pode ser mais facilmente expandida a áreas de significativa extensão sem grandes custos ao proprietário, cujo investimento maior é a formação do rebanho. Sua expansão acarretou, portanto, em significativas mudanças nas relações de trabalho no meio rural predominantes desde a abolição, precedendo outras atividades que assumiram características semelhantes (na relação tempo de trabalho/tempo de produção) a partir da Revolução Verde, como a cana-de-açúcar, a soja e a silvicultura, por exemplo.

Como já mencionado, com o término da escravidão, os grandes proprietários em geral adotaram relações de trabalho não capitalistas com os camponeses, como forma de garantir a produção em seus imóveis, as quais em geral envolviam um ponto em comum, que era permitir que cada família de trabalhadores a ele subordinados utilizasse uma parcela de suas terras pagando por esse uso com uma parte da própria produção, de forma similar à parceria, mas por vezes envolvendo outras relações e obrigações que variavam regionalmente⁵⁹. As crescentes possibilidades de obtenção de renda com a pecuária extensiva tornaram, entretanto, cada vez mais “dispensáveis” os diversos trabalhadores que muitos latifundiários mantinham em seus imóveis sob

⁵⁹ Podemos citar, como bons exemplos, o trabalho de Martins (1990), que descreve muito bem a relação do colonato paulista, no qual os colonos recebiam um valor fixo pelo trabalho no cafezal, similar a um salário, mais um percentual sobre a produção total, além do direito de produzir alimentos para si nas parcelas de terra que lhes cabiam; e o trabalho de R. Moreira (1990), que cita o caso dos moradores do nordeste brasileiro que atuavam na produção de algodão, os quais além de ter que dar parte da produção ao proprietário das terras tinham ainda como obrigação permitir que o gado deste pastasse sobre os resíduos da colheita do algodão, que nas áreas semiáridas eram uma importante fonte de alimento para o gado.

regimes de parceria ou similares, quando o carro chefe da economia em suas terras eram atividades com maior demanda de mão-de-obra.

Essa característica fez da pecuária de corte, diferentemente da pecuária leiteira, uma atividade onde há grande tendência à inserção direta do capital na produção agropecuária, inclusive com relações capitalistas, já que os poucos responsáveis pela manutenção de fazendas que praticam essa atividade são geralmente assalariados, e não raro seus proprietários sequer residem nos imóveis. A decorrência mais óbvia do crescimento dessa atividade foi o desemprego generalizado no meio rural das áreas com grande inserção nessa atividade, como foi o caso de nosso recorte de estudo, no Extremo Norte Capixaba.

No caso dos grandes imóveis, como bem destaca A.Oliveira (1999, p.87), a pecuária também tem papel relevante na especulação imobiliária, já que é a principal atividade dos imóveis utilizados antes como reserva de capital que como fim produtivo. Assim também o defende Szmrecsanyi (1990), ao abordar o crescimento dessa atividade no Brasil ao longo das décadas de 1940 e 1960, período no qual o crescimento dessa atividade também atinge seu pico no território capixaba. A pecuária extensiva no território capixaba tornou-se nesse contexto não só uma atividade rentável, mas também um meio de garantir a propriedade da terra nas áreas de expansão das fronteiras coloniais (que ainda estava em andamento no Extremo Norte Capixaba) e utilizá-la como reserva de valor, sobretudo na segunda metade do século XX, quando a inexistência de novas fronteiras coloniais no Estado aumentou a demanda por terras e, conseqüentemente, suas possibilidades de funcionamento como uma “mercadoria fictícia”.

Apesar de em linhas gerais constatar-se uma divisão do trabalho na produção pecuarista, com as pequenas propriedades inseridas fundamentalmente da produção leiteira e sendo a prática da pecuária específica para corte muito mais recorrente entre grandes produtores, estes dois ramos possuem uma inter-relação que não pode ser negligenciada, sobretudo no que tange ao preço dos produtos no mercado.

Praticamente todos os pequenos produtores, por mais que dependam do leite, também se envolvem com o mercado de corte, seja vendendo os filhotes (sobretudo os machos) aos grandes produtores, que dispõem de terras suficientes para assegurar sua criação e engorda para o corte (algo que os pequenos produtores geralmente não têm como fazer, por trabalharem no limite do número de cabeças de gado que sua pouca terra é capaz de prover na criação de maneira extensiva, que é ainda predominante no Brasil) ou por uma esporádica venda de animais mais velhos (em geral aqueles com mais baixa produtividade para a obtenção de leite) aos atravessadores ou grandes produtores, que os revendem aos frigoríficos. Mas a maior interferência entre esses setores decorre de mudanças na finalidade do rebanho das grandes propriedades nos momentos de oscilação dos preços da carne: Mascolo (1980) assim descreve esse fenômeno:

Quando o preço do boi está alto, havendo portanto estímulo à criação, muitos pecuaristas reduzem a oferta de leite com o intuito de alimentar os bezerros, fazendo com que nos períodos em que o preço do boi é máximo o preço do leite também tenda a sê-lo. Quando se dá a reversão do ciclo do gado e os pecuaristas começam a se desfazer de seus bezerros, cotados a preços mais baixos, passa a haver uma maior oferta de leite, reduzindo drasticamente seu preço. Finalmente, quando o preço do boi atinge seu ponto mínimo dentro do ciclo, acompanhado de um grande abate de matrizes, a oferta do leite se reduz, devido à escassez da fonte de produção, e seu preço volta a se elevar. (MASCOLO, 1980, p.12).

Isso contribui para que o mercado desses produtos obtidos a partir da pecuária bovina seja extremamente instável, sendo essa instabilidade particularmente mais adversa aos pequenos produtores rurais, que geralmente não têm a mesma facilidade que os grandes produtores em migrar de um setor para o outro, sobretudo pelo fato do rendimento por unidade de área da pecuária de corte ser ainda menor que o da pecuária leiteira.

A produção leiteira dos municípios de Mucurici, Montanha e Ponto Belo sempre foi caracterizada pelo regime de oligopsônio típico do mercado de compra de leite dos produtores por parte de empresas do ramo de laticínios. Ao que as informações obtidas indicam, o momento atual é aquele que apresenta maior concorrência por parte dos

laticínios dentro do recorte espacial desses três municípios, com três compradores em potencial. Mas ao longo de praticamente toda a recente história da colonização dessa área (que se resume à segunda metade do século XX), esse número foi menor, chegando a se configurar um monopólio no início dos anos 90.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, nos primórdios da colonização desses municípios capixabas, a sua produção leiteira era comercializada principalmente com empresas da porção mineira do Vale do Mucuri. O primeiro laticínio a comprar a produção de leite da região, tanto segundo Claret (1996, p.79) como segundo os depoimentos dos entrevistados, surge na década de 1950. Tratava-se de uma cooperativa com sede no município mineiro de Carlos Chagas, vizinho ao Extremo Norte Capixaba. Nessa mesma década, ocorre também a fundação do laticínio Bossi, no município mineiro de Nanuque, também vizinho a essa região, para o qual grande parte da produção leiteira da região passa a ser vendida.

Nesse período, diferentemente do que se verificou a partir dos anos 70, não havia entrepostos para a coleta do leite, que era todo enviado diretamente das propriedades para a sede desses laticínios. Em função das dificuldades de transporte dessa época (estradas precárias e sem pavimentação e veículos bem piores que os atuais), custos elevados para esse deslocamento e da impossibilidade de armazenar localmente o leite in natura (para se obter um volume significativo a ser todo transportado de uma vez e assim minimizar os custos com transporte), aqueles que vendiam leite a esses laticínios mineiros do Vale do Mucuri nesse período precisavam ter um equipamento denominado “desnatadeira”, que permitia retirar grande parte da água contida no leite, obtendo um composto de menor volume e bem menos perecível (o “creme”, como denomina seu Rosalvo, um dos entrevistados), o que permitia seu armazenamento, mesmo sem resfriadores, por alguns dias. Provavelmente o alto custo

dos transportes também era fator que incentivava a desnatação, já que assim diminuía-se também o volume do material a ser transportado⁶⁰.

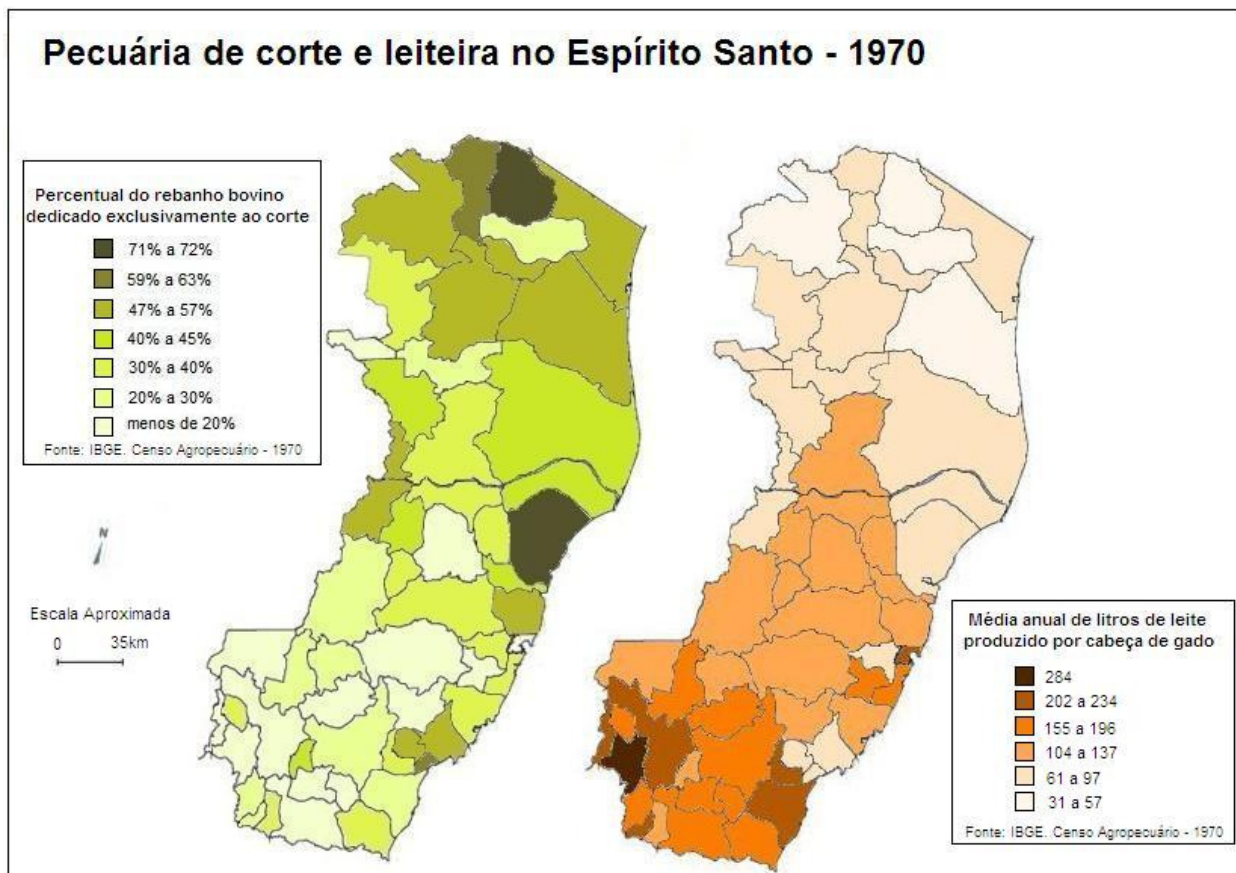
As entrevistas com antigos moradores e produtores rurais da região deixam a entender que nem todos os produtores tinham a possibilidade de escoar sua produção com utilização do transporte fornecido pelos laticínios. Aparentemente, para as propriedades maiores e com volume de produção diária mais significativa, as empresas deslocavam seus veículos para buscar o leite. Mas no caso das propriedades que não tinham uma produção grande o suficiente para compensar os custos com transporte, o jeito era levar o leite até o comprador, geralmente transportado no lombo de animais de carga. O depoimento de Seu Jair Santiago, migrante do Vale do Jequitinhonha que reside em Mucurici desde o início da década de 1950, exemplificam bem essa realidade:

Naquele tempo, não [se] entregava o leite [ao laticínio]. Não tinha laticínio nem nada não. Entregava era o creme. Tirava e tinha a desnatadeira, não sei se você já ouviu falar? Despejava o leite [na desnatadeira]. O leite saía desnatado num canto e a manteiga saía pra outro. A baba e aquela sujeira ficava nos pratinho. Depois tinha que desmontar e lavar tudo. E aí levava, no tempo aqui, quem levava era eu (lá pro meu irmão, eu era rapazinho). Eu montava no meio de uma cangaia, amarrava os tambor e levava na Vila Pereira. [...] Era a cavalo. Passava aqui nesse boqueirão aqui mesmo, aí por dentro assim, e ia pra Vila Pereira.

Por isso, paradoxalmente, os camponeses com menores propriedades, que eram os que mais necessitavam da renda obtida com o leite, tinham sérias dificuldades para comercializar esse produto, tanto pela exigência de aquisição de uma desnatadeira como pela demanda de disponibilidade de uma pessoa para diariamente percorrer dezenas de quilômetros a cavalo ou de carroça para entregar o produto nos municípios mineiros vizinhos (Nanuque e Carlos Chagas). Isso explica, em grande medida, porque até os anos 70 a produção de leite dos municípios do norte do Espírito Santo em geral – e especialmente no Extremo Norte Capixaba – era muito

⁶⁰ Segundo Edson Rezende [ver entrevistas em anexo], proprietário e fundador da Damare, até hoje as grandes empresas retiram o “soro” do leite para diminuir o volume a ser transportado por longas distâncias e reduzir, assim, os custos com transporte.

inferior aos municípios do Centro-sul do Estado, sendo predominante ali a criação para corte (Mapa 17).



Mapa 17 – Pecuária de corte e leiteira no Espírito Santo em 1970.

Se a renda média da pecuária – em função da área a ela dedicada – já era extremamente baixa se comparada com praticamente qualquer cultivo, a situação desses pequenos produtores do Extremo Norte Capixaba, impossibilitados de ingressar nesse circuito dos laticínios, era ainda mais precária, pois em um momento em que a se tornava cada vez mais necessário obter renda financeira para satisfazer as “novas necessidades”, esses produtores, praticamente alheios ao circuito da cafeicultura e sem grandes possibilidades de atuar no abastecimento direto da nascente região metropolitana da capital, tinham os derivados da pecuária como os únicos valores de troca facilmente realizáveis naquele momento, e sem os recursos para adquirir uma desnatadeira e/ou providenciar quase que diariamente o transporte da produção até os

laticínios compradores, a única opção seria a pecuária de corte, cuja renda por área é ainda mais baixa que a da pecuária leiteira.

Ao longo dos anos 70 e 80, entretanto, as condições para venda da produção de leite da região melhoram um pouco. As empresas mais atuantes na área dos municípios de Mucurici, Montanha e Ponto Belo nesse momento foram a CCPL, que em 1975 comprou a antiga sede do laticínio Bossi em Nanuque e a SPAM, que também possuía um laticínio nesse município mineiro (CLARET, 1986, p.79). Apesar de seus laticínios se localizarem fora da área dos referidos municípios capixabas, essas empresas instalaram entrepostos para armazenamento de leite em praticamente todos eles. Segundo os entrevistados, essa novidade, bem como a melhoria e maior eficiência dos meios de transporte rodoviários, também apontadas por Claret (1986), tornaram desnecessário o uso da desnatadeira, passando a haver coleta diária de leite in natura dos produtores, e, mesmo quando esse serviço de coleta não fosse providenciado, os produtores teriam que percorrer diariamente uma distância bem menor, apenas até os entrepostos e não mais até a sede do laticínio. Isso permitiu que os produtores com menos recursos também participassem do mercado de leite.

Os dados dos censos agropecuários ratificam que essa melhoria nas condições de comercialização da produção local de leite ocorreu entre a segunda metade da década de 1970 e início dos anos 1980, quando se verifica uma elevação significativa tanto da produção total como da média de leite obtido por cabeça de gado. E apesar da média de leite por cabeça de gado ainda se mostrar um pouco abaixo da média estadual, a disparidade caiu substancialmente (Tabela 19).

Tabela 20 – Produção de Leite - comparação entre Montanha, Mucuri, Ponto Belo e média do estado do Espírito Santo (em mil litros) - 1970, 1985 e 2006.

Local	1970		1985		2006	
	Total	Lt./Cabeça	Total	Lt./Cabeça	Total	Lt./Cabeça
Montanha	2368	56,77	11878	140,44	9997	131,47
Mucurici	6247	68,53	9686	120,02	8388	105,98
(+ Ponto Belo)						
Espírito Santo	150568	108,57	281412	159,9	307615	171,7

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários 1970, 1985 e 2006.

Comparando essas informações com as cadeias dominiais analisadas, cuja característica mais notável (e que fora recorrente em praticamente todos os exemplos) foi o desaparecimento de muitos pequenos imóveis rurais ao longo do período entre a segunda metade dos anos 50 e início dos anos 70 (os quais em geral que foram sendo comprados e anexados aos imóveis de maior porte), percebe-se uma coincidência temporal entre os dois fenômenos - as adversidades para comercialização do leite e o desaparecimento de pequenas propriedades rurais - sendo o primeiro, muito provavelmente, uma das causas que desencadearam o segundo. Tanto é que a partir da segunda metade da década de 1970, quando as possibilidades de comercialização da produção leiteira melhoram bastante, verifica-se também uma maior estabilidade na propriedade dos imóveis (muito embora tal fato também seja decorrente da diminuição no percentual de pequenos imóveis dentro o total de imóveis rurais).

Nos anos 90, entretanto, surgem novas adversidades para os pequenos produtores de leite. A transnacional Nestlé comprou praticamente toda a estrutura que outrora foi da SPAM e CCPL. E não se tratou apenas da consolidação de um regime de monopólio da compra do leite. A referida empresa fechou todos os entrepostos e passou a concentrar o armazenamento e tratamento do leite em sua filial no município mineiro de Teófilo Otoni. E, como agravante, ela só tinha interesse em comprar daqueles produtores que tivessem maior produção e melhor qualidade, o que compensaria o grande gasto com transporte que ela teria para levar todo o leite até

esse município mineiro. Isso excluiu praticamente todos os pequenos produtores do setor leiteiro. Nas palavras de Edson Rezende, fundador da Damare, laticínio que funciona no município de Montanha desde 1998, os pequenos produtores de leite da região *“ficaram sem pai nem mãe”* durante esse período.

Segundo se constata a partir do trabalho de Clemente e Hespanhol (2006), tais transformações não são uma particularidade capixaba, ocorrendo fenômeno semelhante em praticamente todo o território brasileiro no início da década de 1990:

A concentração e a centralização de capitais vêm ocorrendo de maneira expressiva no setor lácteo brasileiro. Destacam-se alguns grandes grupos empresariais de capital externo, como a Nestlé, a Parmalat, A Fleischmann Royal, a Danone e a Círio-Bombril. A partir dos anos 1990 com a desregulamentação do mercado de leite, houve uma corrida por parte destas empresas para a aquisição de plantas industriais de laticínios de capital nacional. A italiana Parmalat foi a empresa que mais se destacou neste processo de aquisição, acentuando a concentração de capitais no setor. (CLEMENTE e HESPANHOL, 2006, p.144)

Tais transformações, que tenderam a ampliar a exclusão de pequenos produtores do mercado formal de leite, teriam ocorrido não apenas pelas políticas neoliberais que permitiram às transnacionais rapidamente dominar o mercado interno brasileiro, com o fim da regulamentação do mercado e a abertura do mercado nacional, mas também pelo aumento da fluidez no territorial nacional e até por mudanças nas normas sanitárias:

A partir dos anos 1990 a cadeia produtiva do leite no Brasil, face as mudanças provocadas pelo processo de mundialização em marcha, passou a sofrer um profundo processo de transformações estruturais que resultaram na formação de um ambiente extremamente competitivo. Tais mudanças derivaram da desregulamentação do mercado, da abertura comercial externa (criação do Mercosul), da estabilização da economia brasileira a partir de 1994 e também da implementação de normas sanitárias mais rígidas.

[...]

Em face da seletividade que este novo período apresenta, a pequena produção agropecuária, já anteriormente marginalizada pelo processo de tecnificação da agricultura nas décadas de 1960 e 1970, fragilizou-se ainda mais a partir do estabelecimento de um ambiente bastante competitivo, que busca utilização cada vez mais intensiva de capital e de tecnologias mais avançadas.

Todas estas mudanças nos anos 1990 fizeram com que a qualidade do leite passasse a ser prioridade de todos os elos da cadeia de lácteos. Nesta busca por qualidade cresceu a importância do resfriador (tanque de expansão), na propriedade

rural e a coleta do leite a granel. Por um lado, a granelização ampliou o pagamento diferenciado por volume e qualidade, por outro, tem dificultado e até mesmo expulsado do mercado formal os produtores descapitalizados que não conseguem fazer os investimentos requeridos pela granelização.

Outro fator relevante nos anos 1990 para o setor lácteo foi o grande crescimento apresentado pelo mercado do leite longa vida (UHT). Isto fez com que ocorresse mudanças no ponto de referência do preço do leite, pois se antes era o leite pasteurizado, agora passou a ser o leite longa vida. Essa mudança trouxe impactos em toda a cadeia pela redução da margem de lucro, visto que os principais pontos de venda do leite UHT são os supermercados, quais passaram a ter muita influência no preço do leite em virtude do forte poder de barganha que este elo da cadeia possui (CLEMENTE E HESPANHOL, 2006, p.140-142).

Todavia, na virada da década de 1990 para a década de 2000, após quase uma década de contínua exclusão dos pequenos produtores do mercado formal de leite, apareceram alguns laticínios que se aproveitaram desse vácuo deixado pela Nestlé, vendo grandes possibilidades de lucro com a compra da produção de leite dos pequenos proprietários rurais que estavam à margem do mercado dessa transnacional. Tais foram os casos da Damare, situada em Montanha, e da Veneza, empresa situada em Nova Venécia que apesar de ter sido fundada na década de 1950, somente a partir de então expandiu significativamente sua área de abrangência, chegando aos municípios de Montanha, Mucurici e Ponto Belo.

A partir dos anos 2000, portanto, três empresas passaram a atuar na compra da produção de leite da região. A Nestlé, segundo as entrevistas com vários produtores, é aquela que costumava pagar o melhor preço (sendo inclusive estabelecido a priori, algo raro no setor leiteiro). Todavia, como mencionado, ela é muito seletiva na escolha dos produtores cujo leite será comprado, exigindo tanto uma alta qualidade do produto quanto uma produção diária de grande volume, o que excluiu os pequenos produtores (tanto pelo baixo volume de produção quanto pela falta de capital de investimento para obtenção da qualidade demanda pela empresa). Além disso, as evidências indicam que, muito provavelmente em virtude de questões locacionais, ela tenha gradativamente excluído a região dos municípios de Montanha, Mucurici e Ponto Belo de sua área de captação de leite, tendo em vista que sua sede situa-se no município mineiro de Teófilo Otoni, distante mais de 200 quilômetros dessa área. Até os maiores produtores passaram então a fornecer leite para as outras duas empresas.

Dentre elas, a opção que possibilita melhores rendimentos é a Damare. Segundo os entrevistados, ela compra a preços medianos; mais baixos que os da Nestlé, porém mais altos que os da Veneza. Todavia, ela é mais exigente que a Veneza em termos de qualidade e quantidade. Ela própria fornece resfriadores, mas para que se justifique a instalação do mesmo, faz-se necessário ter um volume diário de produção significativo. Nestas circunstâncias, para poder ter como fornecedores os pequenos produtores excluídos da logística da Nestlé, a Damare geralmente fecha acordos com grupos de pequenos produtores e sede um resfriador para uso comum dos mesmos. A opção mais simples e prática para venda do leite, ao que as informações dos entrevistados indicam, é a Veneza, que tem exigências menos excludentes e fornece boa assistência técnica aos produtores. Todavia, as conversas com produtores da região revelaram que o valor pago pelo litro do leite por essa empresa é significativamente mais baixo que o valor pago pela Nestlé e um pouco menor que o valor pago pela Damare.

Existem também alguns compradores “avulsos”, os quais geralmente trabalham com a produção caseira de derivados de leite, como queijos e doces, e que por isso compram um volume grande de leite. Eles geralmente o buscam diretamente dos produtores e não exigem que o produto seja armazenado nos resfriadores até o momento coleta, como determina a Instrução Normativa 51/2002, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aproveitando-se do fato de que a vigilância sanitária praticamente não tem como fiscalizar sua atuação por eles não terem qualquer tipo de registro formal. Seus preços, entretanto, são significativamente inferiores àqueles pagos por qualquer um dos três laticínios mencionados.

O mercado da carne também se constitui num oligopsônio. À medida em que as leis sobre o controle sanitário do abate de animais tornou-se mais rigorosa, os abates fora dos frigoríficos caíram na clandestinidade e praticamente acabaram-se as possibilidades de um produtor comercializar diretamente a carne com algum (ou alguns) eventuais consumidores. Hoje, praticamente todos os abates são feitos em frigoríficos,

e existem apenas três compradores em potencial da produção para corte nos municípios de Montanha, Mucuri e Ponto Belo. São eles: Frisa, Frinorsa e Frimonte.

A primeira talvez seja a rede de frigoríficos mais antiga do Espírito Santo. Sua matriz fica em Colatina, onde atua desde o fim dos anos 1960, possuindo também filiais em outros municípios relativamente próximos, como Nanuque/MG e Teixeira de Freitas/BA. Não encontramos nas entrevistas qualquer menção à Frisa ser proprietária de terras na região, o que nos leva a crer que se ela possui propriedades rurais, essas estão fora de nosso recorte espacial.

O Frinorsa, que atualmente usa o nome fantasia “Frigorífico Paloma”, também é uma empresa com atuação há bastante tempo na região. Inicialmente sediada em Montanha, ela mais recentemente transferiu sua sede para o município de Cariacica, na Região Metropolitana da Grande Vitória. A população local geralmente se refere à Frinorsa como “os Varejão”, em alusão à família que é proprietária da empresa, a qual é também uma das maiores (se não for a maior propriamente dita) proprietária de terras desses municípios, tendo inclusive uma de suas propriedades, em Ponto Belo, sido desapropriada pelo INCRA para criação do Projeto de Assentamento Panorama.

O Frimonte (Frigorífico Montanha), por sua vez, parece ser a menor (em termos de capital) das três empresas, tendo sua sede no próprio município de Montanha. Os “Simão”, como são popularmente chamados pela população local os membros da família que detém a propriedade do frigorífico, também são alguns dos maiores proprietários de terras da região.

No ramo de carne, a questão do transporte parece ser um determinante mais forte que o verificado no setor leiteiro. Os frigoríficos em geral dispõem da logística necessária para transportar a produção comprada até suas sedes. Todavia, as evidências indicam que eles só deslocam seus veículos para aquisição das cabeças de gado se o número destas for suficiente para preencher toda a capacidade dos veículos que fazem o traslado. Os grandes proprietários, portanto, geralmente mantêm uma

relação mais estreita com os frigoríficos, já que o montante de suas vendas geralmente atende a esse requisito.

Os pequenos produtores, como já mencionado, têm em geral maior dedicação à pecuária leiteira, mas isso não significa que eles não atuem também no mercado de corte. É muito comum que eles vendam os bezerros, sobretudo os machos, findo o período de amamentação, por não terem como mantê-los em suas propriedades, as quais em geral estão sempre com o número de cabeças de gado próximo ao limite que elas podem suportar mediante criação extensiva. Eventualmente, algumas vacas adultas também são vendidas, seja porque sua produtividade declinou em função da idade ou mesmo por alguma necessidade financeira urgente.

Todavia, essa venda em pequeno volume inviabiliza uma relação direta com os frigoríficos, que não deslocariam seus veículos por uma pequena quantidade de cabeças de gado. Por isso, os compradores do gado para corte dos pequenos produtores acabam sendo os produtores de maior porte, sobretudo no caso da venda de filhotes (tendo em vista que eles possuem área de pasto suficiente para fazer a engorda do animal para posteriormente vendê-lo aos frigoríficos), ou então os atravessadores. Esses últimos são pessoas com capital de giro suficiente para comprar diversas cabeças de gado de vários pequenos produtores de forma a preencher a capacidade dos veículos dos frigoríficos e assim criar um canal para negociação direta com essas empresas. Não há mistério: ele compra as cabeças de gado dos pequenos produtores a um preço menor do que aquele pago pelo frigorífico, e é nessa diferença que reside seu lucro.

Apesar dessas adversidades no ramo da pecuária extensiva, poucos produtores da região investem em outros ramos da produção agropecuária. A Tabela 21, elaborada a partir do último censo agropecuário (IBGE, 2009), demonstra que a especialização produtiva na pecuária extensiva ainda é latente em todos os municípios do nosso recorte espacial.

Tabela 21 – Utilização das terras em Montanha, Mucurici e Ponto Belo - 2006

Município	Atividade	Área (ha)	%	Principais cultivos
Montanha	Lavoura temporária	10.932	15,21	Cana-de-açúcar (64%) e Mandica (16%)
	Horticultura e floricultura	99	0,14	
	Lavoura permanente	12.815	17,83	Café Conilon (62%) e Mamão (31%)
	Pecuária e criação de animais	43.808	60,97	
Mucurici	Lavoura temporária	3.412	9,96	Cana-de-açúcar (35%) e Mandica (56%)
	Horticultura e floricultura	68	0,2	
	Lavoura permanente	1.257	3,67	Café Conilon (62%)
	Pecuária e criação de animais	28.076	81,95	
Ponto Belo	Lavoura temporária	191	0,87	Feijão (34%), e Mandioca (47%)
	Horticultura e floricultura	-	-	
	Lavoura permanente	282	1,28	Café Conilon (100%)
	Pecuária e criação de animais	21.587	97,85	

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006.

Em Ponto Belo é onde esse quadro é mais intenso, com as pastagens ocupando praticamente toda a área agropecuária. Em Mucurici, verifica-se que as culturas da cana-de-açúcar e café sejam talvez as únicas atividades agropecuárias (além da pecuária extensiva) com alguma expressividade, mas que ainda assim ocupam um percentual tímido da área agropecuária total. Montanha, por esses dados, é o único município que apresentou uma relativa diversificação nos últimos anos, já que além da produção de cana-de-açúcar também tem crescido as áreas dedicadas à cafeicultura e, em menor escala, às produção de mamão. Todavia, este último produto, assim como a

cana-de-açúcar, é produzido em geral nos moldes da Revolução Verde (em grandes propriedades com alta utilização de maquinários e insumos químicos), consistindo em alternativa inacessível à maioria dos pequenos produtores em virtude do alto investimento de capital que demanda.

Tabela 22 - Evolução da área destinada ao plantio de cana-de-açúcar em Montanha, Mucurici e Ponto Belo – 1980 x 2006 (em hectares)

Município	1980	1985	1996	2006
Montanha	6	1248	1204	2078
Mucurici (+ Ponto Belo)	2	3	302	127

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários 1980, 1985, 1996 e 2006.

O crescimento da área dedicada à cana-de-açúcar, que sem dúvida é a atividade mais expressiva depois da pecuária extensiva, está relacionado ao advento da produção de álcool combustível, a partir do Próalcool. Verificou-se, desde então, um relativo aumento da área destinada ao cultivo de cana-de-açúcar no município de Montanha. A partir dos anos 90, sobretudo na última década (de 2000), manteve-se essa tendência de aumento na área dedicada a esse cultivo no referido município, além de ter-se verificado também um certo crescimento da área a ele dedicada.

O crescimento dessa atividade, entretanto, não acarretou mudanças significativas na estrutura fundiária desses municípios, tendo em vista que a maioria dos produtores de cana-de-açúcar é composta por antigos proprietários da região, outrora praticantes da pecuária extensiva, que decidiram substituir parte da área dedicada a pastagens pelo cultivo da matéria prima do álcool. Tal fenômeno também não é uma singularidade do Extremo Norte Capixaba, já que segundo Schlessinger (2010, p.61), a substituição das áreas de pastagens para a produção da matéria-prima do etanol tem ocorrido em outras partes do país, notadamente em São Paulo, em virtude da maior rentabilidade desse cultivo, que é cerca de três vezes maior (segundo o autor), e também pela estabilidade dos contratos firmados com as empresas compradoras da

produção, que muitas vezes se comprometem formalmente a adquirir a produção de todo o ciclo de vida útil da planta, que chega a cinco ou seis anos⁶¹.

O calcanhar de Aquiles da economia local, entretanto, encontra-se na mesa e geladeira das famílias da região, que, contraditoriamente, são abastecidos com gêneros alimentícios oriundos de outras partes do Espírito Santo (sobretudo a porção Central-serrana) por intermédio do Ceasa da Grande Vitória, conforme consta no *Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território Rural do Norte Capixaba – ES* (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006) e pôde ser ratificado in loco. Apesar de não serem municípios com grandes aglomerações urbanas, existe uma demanda de produtos alimentícios por parte de sua população urbana e até por parte dos próprios produtores rurais (que em geral não produzem nada além dos derivados pecuária e vivem a contradição de ter que comprar o essencial à sua sobrevivência no mercado) que acaba sendo atendida por intermédio da produção de outras partes do Estado.

A superação dessa contradição certamente traria melhorias na condição socioeconômico dos produtores rurais e beneficiaria, por consequência, a economia local, tendo em vista que essas atividades propiciam uma geração de renda por área exponencialmente maior que a pecuária extensiva, como já mencionado. Todos os líderes sindicais e autoridades locais entrevistados têm clara a percepção de que a melhoria da economia local e do poder aquisitivo das famílias passa pela substituição da pecuária extensiva por áreas de lavouras, horticultura e criação de pequenos animais. Todavia, se é relativamente fácil chegar a essa conclusão, resolver essa contradição certamente não o é. O monopólio do abastecimento dos mercados internos pelo Ceasa da Região Metropolitana se mostra extremamente difícil de ser quebrado, tendo em vista que praticamente não existe qualquer tipo de relação entre produtores e

⁶¹ Os recentes acontecimentos envolvendo da Infinity Bioenergy (empresa que adquiriu várias destilarias entre o Extremo Norte do Espírito Santo e a porção mineira vizinha do Vale do Mucuri), entretanto, têm trazido incertezas sobre o futuro desse cultivo aos produtores da região. Segundo notícia publicada no jornal *Século Diário* (acesso em 2010), o grupo detentor da referida empresa adquiriu três das principais destilarias para as quais era destinada a produção de cana da região – a DISA, em Conceição da Barra; a Alcana, localizada no município mineiro de Nanuque; e também a Cridasa, em Pedro Canário, tendo sido paralisadas as atividades desta última.

comerciantes locais (donos de supermercados ou pequenas mercearias), que sempre buscam esses gêneros agrícolas dos fornecedores da Grande Vitória.

Existe, portanto, uma significativa demanda por parte da população local. O que não há são canais para supri-la a partir da produção da própria região. Existem, de fato, alguns poucos, mas que tem um limite muito restrito de “vazão” da produção e por isso acabam inibindo que mais produtores atuem no abastecimento do mercado local. Um desses canais (e que talvez seja o mais tradicional) são as feiras locais, realizadas em geral uma vez por semana. Todavia, não é um espaço exclusivo dos produtores locais, havendo muitos comerciantes que simplesmente revendem produtos também oriundos dos distribuidores do Ceasa, à semelhança dos supermercados. Apesar de também muito limitado (afinal, só se pode comprar dos produtores na feira uma vez por semana, mas pode-se ir aos supermercados a qualquer dia), este é o principal canal para comercialização da produção local, em geral oriunda dos pequenos proprietários e assentados dos projetos de assentamento. Recentemente as prefeituras de Mucuri, Montanha e Ponto Belo tem criado incentivos para aumentar a comercialização nas feiras livres, como o pagamento de auxílio alimentação aos servidores municipais na forma de *tickets* que somente podem ser utilizados nas feiras.

Muitos produtores também criam, por conta própria, outros canais. É muito comum que alguns vendam, eles próprios, seus produtos de forma itinerante. Todavia, esses canais também são muito limitados e em geral sobrevivem por muito pouco tempo, se saturando rapidamente. As experiências pessoais de Márcio - um dos pequenos produtores entrevistados (e que também preside o STR de Mucurici) - sobre suas tentativas de diversificar sua produção e obter outras fontes de renda além da pecuária ilustram bem isso de que estamos falando:

Lá em casa eu fiz minha horta por gravidade. Lá eu só mexia com feijão de corda. Só não tô plantando agora porque eu não tenho tempo, mas antes de eu tá no sindicato eu plantava. Aí eu trazia pra aqui 50, 80 litros de feijão pra vender na rua. Botava na garupa da moto o saco e saía na rua vendendo. Depois eu melhorei: já vinha ensacado. Já vinha na sacolinha, litro por litro. Amarrei uma grade na traseira da moto. Então já vinha tudo ensacoladinho, né? Aí o pessoal começou a plantar também. Viu que eu tava vendendo e começou a plantar. Eu pensei: não tem

problema. Aí eu comecei a plantar também alface e coentro... a cebolinha e o coentro. Aqui encheu. O que que fiz? Comprei dois isopor. Colocava 50 maços em um isopor e 50 de cebolinha na outra e ia pra Nanuque ficar na porta das escolas. Na hora em que as mães vinham trazer os filhos, vinham e compravam. Já era marcado: segunda e sexta-feira, de eu ficar de frente às escolas. Já era certinho: eu chegava lá e elas tava me esperando. Eles [outros pequenos produtores rurais do município] descobriu pra onde eu tava indo e começou a ir. Aí eu pensei: vou ter que caçar outro meio, né? Aí eu comecei a plantar o milho. O milho verde. Eu vendia e os pé meu pai dava pras vacas. E até hoje eu faço isso. (Márcio, pequeno produtor rural de Mucuri e presidente do STR do município)

Um novo canal no qual tanto produtores como autoridades e líderes sindicais tem tido grandes esperanças de promoção da diversificação da produção tem sido aquele criados por intervenção estatal nos últimos anos, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), do Governo Federal, que determina que ao menos 30% da merenda das escolas públicas seja adquirida diretamente de produtores rurais enquadrados na categoria “agricultores familiares”, e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que de forma semelhante incentiva a aquisição de alimentos para estabelecimentos públicos e filantrópicos diretamente junto aos produtores classificados como “agricultores familiares”.

Tabela 23 – Número de famílias inscritas no PAA e PNAE nos municípios de Montanha, Mucurici e Ponto Belo (2010 e 2011).

Município	2010		2011	
	PAA	PNAE	PAA	PNAE
Montanha	29	29	35	35
Mucurici	não inf.	não inf.	0	15
Ponto Belo	0	6	12	8

Fonte: Secretarias Municipais de Agricultura de Montanha, Mucurici e Ponto Belo. Dezembro de 2011.

Todavia, mesmo tendo um potencial limitado diante da magnitude das contradições da economia local, aparentemente esse canal tem sido subutilizado, o que em grande medida parece ser o reflexo cultural de mais de meio século de dedicação plena à pecuária extensiva, que ainda inibe os produtores a ingressar na produção de outros gêneros. Não obstante, os tímidos resultados dessas medidas já começam a se

materializar e tem gerado certo otimismo entre aqueles que acompanham a economia agropecuária desses municípios.

Mas a maior expectativa, tanto de autoridades como de líderes sindicais e agricultores locais, é de que a implantação de um Ceasa no norte do Estado, que está andamento no município de São Mateus conforme os planos do Governo do Estado (Pedeag 2007-2025), venha a quebrar essa dependência de fornecedores da Região Metropolitana para abastecimento da demanda local e minimize essas contradições.

Todavia, aparentemente há otimismo em demasia nessa expectativa, já que apesar do Novo Pedeag 2007-2025 – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (Espírito Santo, 2008) fazer diversas menções à agricultura familiar⁶² e ressaltar sua importância sócio-econômica dentro da realidade do Espírito Santo, salvo por alguns aspectos pontuais, ele não se contrapõe à intensificação da especialização produtiva regional e (consequentemente) à divisão territorial do trabalho que se configurou no território capixaba na segunda metade do século XX. Pelo contrário, ele visa, em linhas gerais, a intensificação desse quadro, sendo os maiores incentivos concedidos à expansão das monoculturas de commodities como o café Conilon, cana-de-açúcar, silvicultura e a fruticultura especializada, em detrimento da produção de algumas commodities já tradicionais no Estado que apresentam menor valor por unidade de área, como os produtos da pecuária (quando praticada de forma extensiva) e variedades mais antigas de café.

⁶² Segundo Neves (2007), a categoria “agricultura familiar” tem sido amplamente utilizada no Brasil desde a década de 1990 para a definição das políticas públicas voltadas para o meio rural, representando todo o universo de entes ligados à produção agrícola que fazem uso predominantemente de relações de produção não-capitalistas, notadamente a mão-de-obra da própria família. Segundo essa autora, tal fato foi uma conquista de esforços de movimentos sociais e intelectuais do meio acadêmico, cuja consagração se deu com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996, e de lá pra cá se tornou elementar no meio político, tanto no discurso quanto na definição de políticas públicas. Todavia, como ela bem ressalta, este termo dificilmente poderia ser considerado um conceito, visto sua pouca validade para fins analíticos, tanto em função da grande heterogeneidade de grupos sociais a ele associados (que vão desde agricultores capitalizados mas que utilizam pouca mão-de-obra assalariada até comunidades extrativistas, quilombolas, ribeirinhas, etc...) quanto pela forma ambígua como ele tem sido utilizado no meio político.

Como é característico, segundo Gomez (2007), do discurso desenvolvimentista, que a todo tempo se reinventa e mesmo se contradiz (mantendo apenas um núcleo duro, que é o propósito de assegurar a reprodução do capital), o referido plano demonstra alguma preocupação com a economia agropecuária dos municípios situados na Região Litorânea Norte (assim denominada por ele – ver mapas complementares, em Anexos), entre os quais estão Montanha, Mucurici e Ponto Belo, aparentemente reconhecendo (ainda que implicitamente) que parte de seus problemas deve-se exatamente à especialização produtiva outrora incentivada pelo próprio Estado, sobretudo no que tange à pecuária extensiva.

Nesse sentido, a única medida nele prevista que, pelo menos aparentemente, se opõe à atual Divisão Territorial do Trabalho na produção agropecuária do Espírito Santo é exatamente adoção de incentivos à ampliação da produção de alimentos nos municípios da Região Litorânea Norte, que é aquela que apresenta maior grau de concentração da propriedade da terra e, como seria de se esperar, menor produção de alimentos de primeira necessidade.

O documento, entretanto, deixa claro que a preocupação é antes com a microeconomia dos municípios que com o campesinato dessa porção do Espírito Santo, uma vez que não há qualquer menção à Reforma Agrária. Não obstante, os incentivos à ampliação da produção de alimentos podem ser muito benéficos aos pequenos agricultores da região, ampliando suas possibilidades de diversificar a produção e tornarem-se assim menos dependentes da pecuária extensiva. Mas a única medida concreta prevista no Ped eag nesse sentido é a abertura do Ceasa norte, no município de São Mateus, que, diz o Estado e acreditam os produtores, permitirá uma vazão muito maior desses produtos, ainda muito limitados às feiras livres, à venda itinerante ou, mais recentemente, aos programas governamentais de aquisição de alimentos direto dos pequenos produtores.

Por esse meio, entretanto, perpetua-se a tendência à monopolização da comercialização e distribuição da produção agrícola de alimentos, característica do

modo capitalista de produção. Não obstante, submeter-se a esse monopólio ainda se mostra, aos pequenos produtores rurais, ser mais confortável que depender da pecuária extensiva. E tal raciocínio tem fundamento, já que eles partem da comparação entre as condições socioeconômicas dos produtores rurais da região Central-serrana do Espírito Santo, que são os mais inseridos nesse ramo de abastecimento do Ceasa, com aquelas vivenciadas no Extremo Norte Capixaba. Não obstante, a produção para abastecimento do Ceasa, apesar de proporcionar maiores rendimentos que a prática da pecuária extensiva, reproduz as contradições típicas do capitalismo, como a tendência à especialização produtiva que transforma até mesmo pequenos produtores rurais em monocultores.

Nesse sentido, os programas governamentais para aquisição de alimentos diretamente de pequenos produtores rurais ainda parecem ser o melhor meio para se minimizar as contradições capitalistas latentes na região, tendo em vista que são o único modo de assegurar que a demanda local seja atendida pela produção local, trazendo de fato maior garantia de diversificação da produção agropecuária. Seu potencial é enorme, mas resta saber até que ponto o poder político está disposto a ir por meio de programas como o PAA e o PNAE, sobretudo por eles se oporem a lógica monopolista do capital comercial que se baseia nos Ceasas e à hegemonia da agroindústria, que sempre conta com os maiores investimentos e incentivos estatais.

5.5. Luta camponesa, reforma agrária e seus efeitos sobre a estrutura fundiária nos domínios da pecuária no Extremo Norte Capixaba

Em meio a todo esse contexto econômico adverso à agricultura camponesa e de tendência à intensificação da concentração da propriedade da terra e esvaziamento demográfico do meio rural, existem poucos vetores a atuar no sentido inverso. Há, como já mencionado, algumas poucas e incipientes políticas governamentais que, na contramão das tendências neoliberais predominantes na atualidade, tentam favorecer e assim incentivar a comercialização da produção praticada nos pequenos imóveis rurais

e estimular a diversificação produtiva da agricultura camponesa. Todavia, seus efeitos são ainda bem tímidos. Por isso, o principal vetor a atuar no sentido inverso à concentração fundiária tem sido, sem dúvida, a mobilização e a luta camponesa visando pressionar o Estado a efetivar políticas de reforma agrária.

Em tese, as condições legais para tal existem desde 1964, com a edição do Estatuto da Terra, o qual, entre outras coisas, condiciona a propriedade da terra ao cumprimento de sua função social, que consistiria em sua utilização produtiva e com respeito às leis ambientais e trabalhistas e ao bem estar dos que nela trabalham. De início, entretanto, tal medida teve um caráter fortemente demagógico e paliativo, visando dar alguma resposta à pressão até então exercida pelos movimentos camponeses (sobretudo as Ligas Camponesas, muito atuantes, especialmente no Nordeste). Não havia real intenção do Governo Militar recém chegado ao poder em mexer na estrutura fundiária do país. Longe disso, o que verificou - sobretudo a partir de fins dos anos 60 e ao longo das décadas de 1970 e 1980 - foram incentivos às migrações de camponeses do Nordeste e do Centro-sul do país rumo a região Amazônica, nova região de expansão das fronteiras de colonização, visando criar uma válvula de escape para a tensão no campo nas áreas já colonizadas, onde as possibilidades de obtenção de terras dentro da lógica do capital já haviam se exaurido.

A efetivação da desapropriação de grandes imóveis rurais para criação de projetos de assentamento de famílias, prevista no Estatuto da Terra, só viriam a se concretizar no Espírito Santo a partir da década de 1980, quando se verifica um ressurgimento dos movimentos sociais no campo, com a adoção de uma postura mais combativa pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e de sua federação (FETAES) e, sobretudo, com a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Estado. Afinal, se com toda a luta camponesa desde então as políticas de reforma agrária no Brasil ainda são postas em prática em doses homeopáticas (e cada vez mais fracas na última e também na atual gestão do Partido dos Trabalhadores), sem ela certamente nem esse mínimo teria sido feito.

5.1. O surgimento dos assentamentos no Extremo Norte Capixaba

Como visto até aqui, os camponeses que migraram para as novas zonas de fronteiras coloniais no Extremo Norte Capixaba a partir da década de 1930 encontraram um contexto muito diferente daquele que predominou durante a colonização do Centro-sul do território do Espírito Santo, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Se outrora a exclusão era muito mais de cunho étnico-racial (com os imigrantes estrangeiros e seus descendentes sendo, de certa forma, “privilegiados” em detrimento das pessoas de origem negra e/ou indígena), gradativamente a partir dos anos 30 e, sobretudo, a partir da década de 1960, quando se intensifica a tendência à capitalização da propriedade fundiária e da produção agropecuária, a exclusão social assume um caráter muito mais classista, sendo os camponeses em geral excluídos em detrimento de grandes fazendeiros e empresas dos setores madeireiro e, posteriormente, ligadas à obtenção de carvão vegetal, celulose e álcool.

A exclusão social, no que tange ao acesso a propriedade da terra, foi muito maior na expansão das fronteiras coloniais no Extremo Norte Capixaba do que em seu Centro-sul, agravada ainda mais pelo papel infeliz que grande parte dessas terras veio a ocupar na Divisão Territorial do Trabalho que se configura do espaço agrário do Espírito Santo a partir da segunda metade do século XX, fazendo com que aos camponeses sem-terra que ali já existiam desde primórdios da colonização dessa parte do Espírito Santo, excluídos pela violência no processo de apropriação dessas terras, viessem se juntar muitos outros que outrora foram pequenos proprietários mas que se viram obrigados a buscar outras formas de obtenção de renda para satisfazer suas necessidades, o que implicava em muitos casos na venda de suas pequenas parcelas de terras.

Do ponto de vista político, a emergência do regime militar representou um duro golpe contra a luta camponesa, a qual, como aponta Marini (2000), era vista no contexto da guerra fria como um possível fator que favorecia o florescimento e

disseminação de ideais socialistas. Essa mobilização social no meio rural brasileiro era muito forte principalmente na Região Nordeste (muito provavelmente em função do alto grau de concentração da propriedade da terra verificado nessa parte do país), por meio das Ligas Camponesas, e em geral, como apontam A.Souza et alli (2005), estavam muito ligadas ao Partido Comunista Brasileiro.

No Espírito Santo, apesar de antes de 1964 serem poucos os sindicatos de trabalhadores rurais, havia associações consideradas clandestinas (A.SOUZA et alli, 2005, p. 50). A partir do Golpe Militar, segundo esses autores, houve no Espírito Santo um intenso processo de cooptação das lideranças sindicais já existentes e a criação de vários novos sindicatos de caráter “pelego”, como popularmente se diz. A edição do Estatuto da Terra e as políticas de incentivo à colonização da Região Amazônica e dos Cerrados, além dessa posição favorável ao “status quo” assumida pelos sindicatos (antes por perseguição e interferência do governo que por convicção, cabe-se frisar), certamente também contribuíram para esse hiato na luta camponesa no Estado.

A partir da década de 1970, entretanto, verifica-se um ressurgimento de mobilizações sociais no campo, em grande medida graças à influência de uma ala mais à esquerda da Igreja Católica, influenciada pela Teologia da Libertação, que teve como importantes expoentes teóricos eclesiais brasileiros como Dom Helder Câmara e Leonardo Boff. Foi dessa ala da Igreja que surgiram as Comunidades Eclesiais de Base e a Comissão Pastoral da Terra, as quais vão ter, segundo A. Souza et alli (2005, p.54), importante papel nas lutas camponesas no Espírito Santo a partir de então, resultando na emergência de oposições sindicais, que cobravam dessas unidades representativas maior participação na defesa da Reforma Agrária e de políticas favoráveis aos pequenos agricultores. Isso significava sustentar propostas que andavam na contramão das ideias desenvolvimentistas da Ditadura Militar, que em seus Planos Nacionais de Desenvolvimento (os PND's, como ficaram mais conhecidos), como bem ressaltam A.Souza Et Alli (2005) e Ferreira (2001), privilegiavam a expansão da agroindústria em detrimento da agricultura camponesa, o que no Espírito Santo se materializou sobretudo no vertiginoso crescimento das áreas dedicadas a silvicultura, envolvendo a

usurpação das terras de muitas famílias camponesas, sobretudo aquelas remanescentes de quilombos e indígenas.

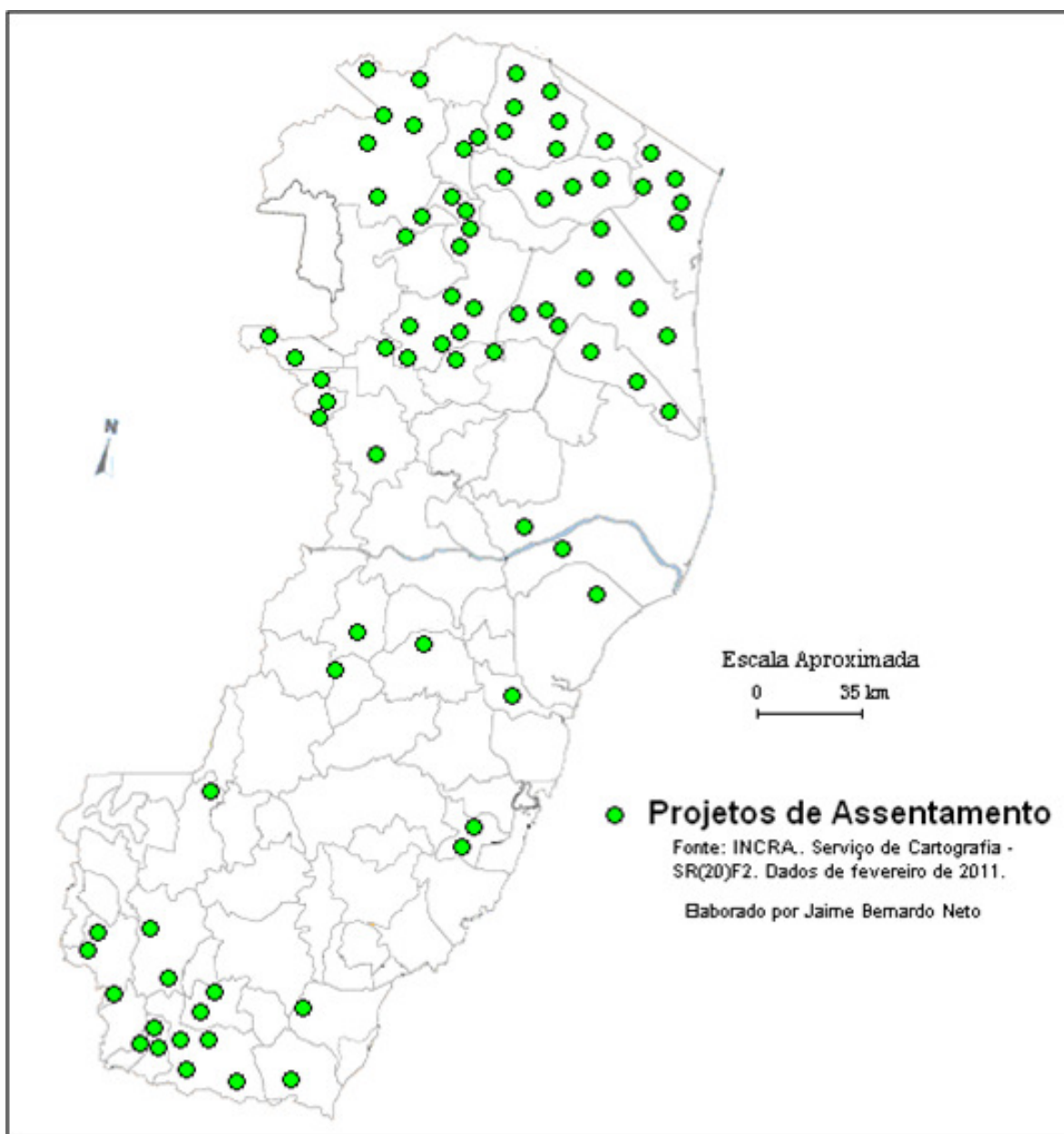
Foi sob mobilização dos STR's, das CEB's e da CPT, na primeira metade dos anos 80, que segundo A.Souza Et Alli (2005, p.78), os camponeses sem-terra do Espírito Santo conseguiram a criação dos primeiros projetos de assentamento no território do Estado, os quais foram implantados pelo Governo Estadual a partir de negociações com essas entidades. Em geral, esses assentamentos tinham pequena extensão e atendiam a um pequeno percentual do número de famílias em busca da terra. E dentre estes primeiros assentamentos, dois situam-se no município de Montanha: os assentamentos Bela Vista e Córrego do Balão, criados em 1985, com respectivamente 208 e 42 hectares de extensão, atendendo juntos a apenas 41 famílias.

Foi a partir de 1985, com a consolidação de uma direção estadual do MST, que a luta pela reforma agrária assumiu uma nova forma. Segundo A.Souza Et Alli (2005), constatando o pouco resultado obtido pela pressão via abaixo assinados e diálogos com o Governo Estadual, o nascente Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra adotou as ocupações como estratégia de luta, exigindo a desapropriação de grandes imóveis para fins de reforma agrária. A partir de então surgiram vários outros projetos de assentamentos, agora também implantados pelo Governo Federal por meio do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), mediante desapropriação por descumprimento da função social da terra, estabelecida no Estatuto da Terra. Entre 1985 e 2005, segundo A.Souza Et Alli (2005), o MST promoveu a ocupação de cerca de 60 grandes imóveis rurais no Espírito Santo, cuja maioria esmagadora se situava no Extremo Norte de seu território. Posteriormente, a própria Fetaes (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo, que funciona como uma federação dos diversos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Estado) também passou a utilizar as ocupações como estratégia para pressionar pela reforma agrária.

Segundo A.Souza et ali (2005, p.85), esse recrudescimento dos movimentos sociais em prol da reforma agrária e de políticas públicas voltadas aos pequenos agricultores não tardou em resultar na fundação de uma entidade de representação dos interesses dos grandes proprietários rurais, que tinha entre outras finalidades o intuito de tentar reprimir mediante violência (tanto por força policial, utilizando a seu favor o aparato estatal, quanto por meio de jagunços contratados para tal) as ocupações que passaram a ser promovidas pelo MST e posteriormente pela própria Fetates. Esses litígios resultaram no assassinatos de muitas lideranças dos movimentos camponeses. Segundo dados do Movimento Nacional dos Direitos Humanos transcritos por A.Souza Et Alli (2005, p.110), apenas entre 1989 e 1990 foram cinco execuções, todas “não elucidadas” pela justiça e cujos respectivos autores, conseqüentemente, ficaram impunes.

A partir da distribuição espacial desses projetos de assentamento implantados até a atualidade (Mapa 18), constata-se claramente a existência de um determinante geográfico em sua localização, tendo em vista que estão concentrados no Extremo Norte e, em menor escala, também no Extremo Sul. Pelas razões já expostas, fica evidente que a exclusão social era muito maior no meio rural do norte do Estado que o verificado em seu Centro-sul, o que explica por que os movimentos camponeses do Espírito se originaram nessa porção do território capixaba.

A localização dos assentamentos, entretanto, não pode ser explicada pela simples associação à mobilização camponesa, sobretudo porque as ocupações (que se tornaram a partir de meados da década de 1980 o principal meio de pressão visando à reforma agrária) não necessariamente resultam na criação de projetos de assentamento a partir da desapropriação do imóvel ocupado, sendo antes um meio de dar visibilidade à exclusão social e à demanda por políticas de reforma agrária, já que é muito comum que as famílias acampadas venham a ser estabelecidas em projetos de assentamento criados a partir da desapropriação de outros imóveis.



Mapa 18 – Distribuição Espacial dos Projetos de Assentamento no Espírito Santo (2011).

A razão para tal reside exatamente nos dispositivos legais que regem o processo de desapropriação por descumprimento da função social da terra (que, diga-se, é muito mais uma punição àqueles grandes e médios proprietários que não contribuem economicamente com a arrecadação do Estado do que um projeto social voltado à amenização das desigualdades sociais do país). Apesar do Estatuto da Terra prever

que essa função social deve ser vista sob diferentes aspectos, como o respeito às leis trabalhistas, respeito à legislação ambiental, garantia do bem-estar e comprovação de uma produtividade mínima, é este último o fator preponderante dos processos levados a cabo pelo INCRA. E pelos critérios de produtividade estabelecidos em lei com base no Censo Agropecuário de 1975 e que nunca foram atualizados (estando, portanto, altamente defasados), o único tipo de imóvel com reais possibilidades de desapropriação é aquele praticante de uma pecuária ultra-extensiva. Por isso, se sobrepusermos a distribuição espacial dos projetos de assentamentos existentes no Espírito Santo ao mapa da Divisão Territorial do Trabalho em seu espaço agrário, percebemos que a maioria esmagadora dos assentamentos está situada nos municípios que apresentam maior área dedicada às pastagens, o que explica também o porquê do número significativo de assentamentos no Extremo Sul do Estado apesar da maior atuação dos movimentos sociais no norte de seu território.

Tabela 24 – Projetos de Assentamento localizados nos municípios de Montanha, Mucurici e Ponto Belo (2011)

Projeto de Assentamento	Município	Qtd		
		Famílias	Área (ha)	Data de criação
Bela Vista	Montanha	34	210	14/07/1985
Francisco Domingos Ramos	Montanha	25	193	23/06/1988
Córrego do Balão	Montanha	7	40	18/07/1985
São Sebastião	Montanha	73	690	06/10/2004
Oziel Alves	Montanha	55	612	10/01/2005
Adriano Machado	Montanha	74	873	10/01/2005
Córrego da Laje	Mucurici	118	1182	09/04/1996
Otaviano R. de Carvalho	Ponto Belo	98	962	29/04/2002
Panorama	Ponto Belo	130	1042	06/10/2004
Total		614	5806	

Fonte: INCRA/ES.

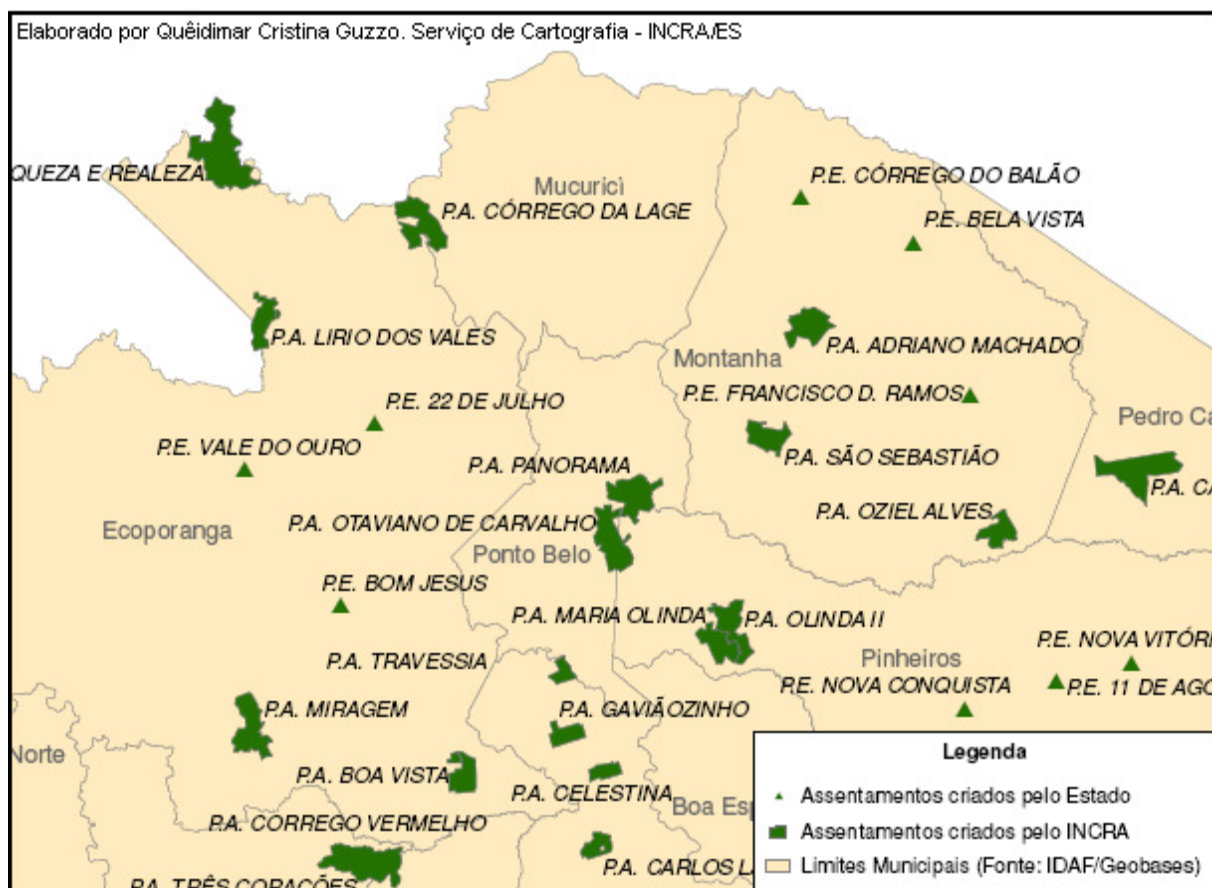
Tabela 25 - População residente nos municípios de Montanha, Mucuri e Ponto Belo – 2010

Município	Rural	Urbana	Total
Montanha	4327	13522	17849
Mucurici	2065	3590	5655
Ponto Belo	1391	5588	6979
Total	7783	22700	30483

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006.

Existem hoje nos municípios de Montanha, Mucurici e Ponto Belo nove projetos de assentamento onde vivem cerca de 614 famílias (Tabela 24). Se considerarmos que cada família é composta em média por 3 ou 4 pessoas, tem-se a estimativa de que residem nesses projetos de assentamento cerca de 1800 a 2500 pessoas, o que representa algo em torno de 23% a 32% da população rural total desses três municípios (Tabela 25). Isso demonstra que se não fosse pela existência desses assentamentos, a densidade demográfica no meio rural desses municípios, que já são as mais baixas do Estado (atrás apenas do município vizinho de Conceição da Barra), seriam ainda menores, já que cerca de um em cada três ou quatro habitantes de sua zona rural reside em projetos de assentamento.

Constata-se, portanto, que nesse contexto de gradual intensificação da concentração fundiária e abandono do campo verificado nesses municípios, as políticas de reforma agrária parecem ser o único vetor a atuar no sentido inverso. A melhoria nas condições de comercialização da produção de leite e os pequenos canais que tem possibilitado alguma diversificação da produção de fato proporcionam maior estabilidade por parte dos pequenos produtores rurais, mas não chegam a reverter a concentração da propriedade da terra, como o têm feito as lutas camponesas nas três últimas décadas.



Mapa 19 – Projetos de Assentamento existentes em Montanha, Mucuri, Ponto Belo e municípios vizinhos (2011).

É inegável, portanto, a relação entre a localidade dos projetos de assentamento existentes no Espírito Santo e o papel que cada porção do seu espaço agrário veio a assumir na Divisão Territorial do Trabalho decorrente da forte e crescente tendência à ampliação da produção para o mercado e a consequente especialização produtiva que atingiu até mesmo a agricultura camponesa. Os domínios da pecuária são as áreas mais impactadas pela política de reforma agrária nos moldes atuais. Em virtude das limitações impostas pela legislação para desapropriação de imóveis rurais para esse fim, nas quais a produtividade ainda é na prática o fator preponderante, é bem mais provável, portanto, que haja projetos de assentamento onde predomina a pecuária extensiva, em virtude da subutilização das terras recorrente nos imóveis sob esse uso.

Não obstante, os projetos de assentamentos do Extremo Norte Capixaba são, em certa medida, uma compensação mínima pela dívida histórica que o Estado (tanto a União como o Governo Estadual) tem para com essa população do Extremo Norte Capixaba. Ainda hoje é possível encontrar nos assentamentos muitos trabalhadores rurais que viveram o contexto histórico exposto no Capítulo 4. A maioria esmagadora dos assentados na faixa etária de cinquenta anos ou mais são migrantes nascidos no Vale do Mucuri e no Vale do Jequitinhonha, principalmente na porção mineira destes, que chegaram à região dos atuais municípios de Mucurici, Montanha e Ponto Belo por volta das décadas de 1950 e 1960, quando as fronteiras coloniais ainda se expandiam por essa porção do Espírito Santo. Não conseguindo obter terras, eles passaram grande parte de suas vidas como agregados em fazendas da região e enfrentaram uma situação muito adversa a partir do processo de capitalização da propriedade rural e da produção agropecuária, que gradativamente causaram a extinção dessa relação, que apesar de opressora como todo coronelismo, ao menos permitia a permanência desses camponeses no meio rural.

Além de terem relativa influência sobre a demografia municipal, os assentamentos também têm reflexos diretos sobre a produção agropecuária desses municípios, uma vez que a área outrora dedicada à uma pecuária ultra-extensiva voltada quase que exclusivamente para corte dá lugar a outras formas de uso da terra. Muito embora a pecuária continue a ter um peso expressivo na renda dos trabalhadores rurais estabelecidos nos assentamentos, há de fato um aumento no valor da produção por unidade de área em virtude da criação bovina passar a ser dedicada muito mais à produção de leite que ao corte. Não obstante, apesar das dificuldades à diversificação da produção expostas anteriormente, a conversão de um latifúndio em pequenos lotes também resulta em um aumento expressivo das áreas de lavouras, da criação de pequenos animais e prática da horticultura, como pode ser conferido in loco em praticamente qualquer assentamento.

5.6. Conclusões

Não bastasse o processo de apropriação das terras do Extremo Norte Capixaba entre as décadas de 1940 e 1960 ter se mostrado muito mais excludente, a posição assumida por essa porção do espaço agrário capixaba na Divisão Territorial do Trabalho que aos poucos se configura nesse contexto veio a agravar a concentração fundiária e o esvaziamento do meio rural. Consolidou-se ali então o predomínio, quanto à utilização do solo, de pastagens voltadas à criação de bovinos de forma extensiva, atividade com parca demanda de mão-de-obra e cujo valor da produção por unidade de área é extremamente baixa, sendo inviável para a manutenção das famílias de pequenos produtores rurais nesse contexto de emergência de novas necessidades de consumo e, conseqüentemente, de ampliação de sua sujeição ao mercado e à exploração pelo capital.

O período entre as décadas de 1940 até meados da década de 1970, quando se consolidava essa forte tendência à especialização produtiva, parece ter sido o mais crítico para os pequenos produtores, sobretudo em função das dificuldades para comercialização da produção leiteira. E apesar da melhoria nas condições de comercialização de sua produção e, conseqüentemente, do aumento na renda por unidade de área passível de ser obtida com a pecuária, esta continuou muito inferior à de praticamente qualquer lavoura. Assim, enquanto muitos pequenos produtores rurais que se dedicavam a outras atividades conseguiam rendimentos suficientes para atender às suas necessidades a partir de propriedades de pequena extensão, como o foi notadamente o caso dos produtores da porção Central-Serrana do Estado voltados ao abastecimento urbano direto e à cafeicultura, nessas áreas de predomínio da pecuária extensiva certamente seria necessário dispor de um imóvel com extensão significativa para se obter uma renda que garantisse certo poder de consumo.

Essas circunstâncias adversas são uma das principais causas da contínua tendência ao abandono do campo e à intensificação da concentração fundiária que persiste até a atualidade no Extremo Norte Capixaba. Enquanto os grandes fazendeiros

puderam se dar ao luxo de subutilizar suas propriedades dedicando-as à pecuária extensiva (e na maioria das vezes apenas para corte), os pequenos proprietários mesmo também produzindo leite não obtinham (e em muitos casos ainda não obtém) a renda que se consideraria como a mínima necessária para sua permanência no campo dependendo exclusivamente da produção agropecuária.

Nos últimos anos, tem se verificado um considerável crescimento das lavouras de mamão e de cana-de-açúcar (voltada para produção de álcool), mas são ramos que demandam um investimento de capital e uma escala de produção praticamente inacessível aos pequenos produtores. Para estes, as possibilidades de diversificarem sua produção e dedicarem-se à produção de outros gêneros de maior valor tiveram de fato um certo avanço, sobretudo em virtude de recentes políticas governamentais, mas seus efeitos ainda são muito tímidos.

Sem dúvidas, o quadro de concentração fundiária e esvaziamento demográfico do meio rural resultante dessas circunstâncias só não é ainda mais grave por conta da criação dos projetos de assentamento nessa região do Espírito Santo, fruto de décadas de luta camponesa, e que vêm se transformando em verdadeiras ilhas de povoamento em meio às vastas extensões de terras subutilizadas com pastagens para a pecuária bovina, amenizando um pouco a desproporção entre a população de bois e de seres humanos existentes no Extremo Norte Capixaba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande disparidade quanto à estrutura fundiária existente entre o Centro-Sul e o Extremo Norte do território capixaba, em particular no caso dos municípios que compõem nosso recorte espacial enfocado, devem-se não a um, mas a uma série de fatores que tem origens em dois fenômenos mais amplos: as mudanças estruturais pelas quais o meio rural capixaba passa a partir dos anos 30 e a posterior consolidação de uma Divisão Territorial do Trabalho no espaço agrário capixaba.

Até meados do século XIX, a colonização estava restrita a poucas e descontínuas porções do litoral do atual estado do Espírito Santo. Inicialmente ocorreu um avanço das fronteiras coloniais no interior de sua porção sul por conta da expansão das fazendas cafeicultoras a partir de meados do século XIX, com a migração de muitos fazendeiros (e conseqüentemente de seu plantel de escravos) da Zona da Mata Mineira e do Norte Fluminense. Todavia, o avanço mais significativo das fronteiras coloniais em seu território viria a ocorrer por conta de disseminação de pequenas posses/propriedades iniciadas com os programas de incentivo à imigração estrangeira e posteriormente potencializada com o grande fluxo de migrantes nacionais a partir da abolição. O próprio fim da escravidão, no Espírito Santo, foi um fator altamente adverso à manutenção de grandes propriedades rurais, tendo em vista a não efetivação de alguns princípios da Lei de Terras (particularmente o que estabelecia que o acesso a terra só poderia ocorrer mediante compra ao Estado)

As condições político-econômicas desse momento histórico entre fins do século XIX e início do século XX se mostraram, de certa forma, favoráveis à obtenção de terras por parte de famílias camponesas, ainda que houvesse uma nítida seleção étnica para tal, favorecendo os imigrantes europeus e seus descendentes em detrimento das pessoas de origem negra e indígena que já viviam em seu território e que nele vieram a entrar a partir do fim do século XIX, com o significativo fluxo de migrantes nacionais que se dirige ao Espírito Santo. O domínio político de uma burguesia mercantil, cuja acumulação de capital ocorria por intermédio das relações comerciais com essa grande

massa de camponeses, sem dúvidas foi um fator de peso nessas singularidades capixabas do contexto pós-abolição, entre fins do século XIX e início do século XX.

Ao longo desse período, as fronteiras coloniais avançaram por praticamente toda a porção do território capixaba ao sul do Rio Doce, mas ao norte deste continuava muito restrita ao litoral. A distância em relação aos núcleos que irradiavam a expansão colonial, tanto em Minas Gerais como no próprio Espírito Santo, e a presença e resistência dos indígenas que habitavam essas matas se mostraram fatores determinantes na tardia convergência das frentes de expansão rumo ao Norte capixaba. Os Pojichá, no alto São Mateus, e os Krenak no Rio Doce, resistiram até as primeiras décadas do século XX às tentativas de serem aldeados. E quando a resistência desses indígenas sucumbe à colonização e esta avança por sobre seus territórios, o contexto político-econômico já havia mudado significativamente. A burguesia mercantil outrora hegemônica perde espaço na política capixaba e os efeitos da urbanização sobre as dinâmicas do espaço agrário do Espírito Santo tonam-se cada vez mais evidentes, resultando no crescimento exponencial da pecuária extensiva e também no aumento da extração de madeira, que não visava apenas a exportação, mas também o abastecimento da indústria nacional da construção civil. Nesse mesmo contexto também se verifica uma crescente tendência à valorização das terras, abrindo caminho para sua utilização como reserva de capital.

Os reflexos desses novos vetores foram muito mais explícitos sobre essas áreas no Extremo Norte Capixaba, ainda em processo de colonização, do que nas áreas cuja estrutura fundiária já estava de certa forma consolidada, no Centro-sul de seu território, cujas formas pretéritas de apropriação e uso das terras limitavam a atuação desses novos vetores. Afinal, só é possível extrair madeira onde ainda há matas e, ao menos em tese, é mais fácil se apropriar de terras devolutas do que de outras já apropriadas.

Em linhas gerais, constata-se que quanto mais tarde ocorreu a colonização de determinada porção do norte capixaba, mais intensa parece ter sido a atuação desses novos vetores. Os municípios de Mucurici, Montanha e Ponto Belo, sendo a última

porção colonizada do Espírito Santo, por onde as frentes de expansão oriundas do Nordeste de Minas Gerais (em especial dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri) só vão chegar a partir da década de 1940 e sofreram forte influência desses novos vetores e agentes envolvidos no processo de apropriação de terras.

Havia, portanto, uma maior disparidade de poder econômico e político entre os personagens que disputam as terras dessa parte do Espírito Santo entre as décadas de 1940 e 1960 do que outrora verificou no Centro-sul capixaba, em cujo processo de colonização e apropriação de terras os litígios ocorriam principalmente entre camponeses. No Extremo Norte Capixaba, havia também figuras de grandes fazendeiros e empresas madeireiras, que frequentemente ficavam do mesmo lado em oposição aos camponeses, numa típica relação do tipo “uma mão lava a outra”. As madeireiras ajudavam os grandes proprietários a obter o registro de suas terras, possibilitando-os utilizar argumentos legalistas nos conflitos com os posseiros que viviam nas áreas pleiteadas, e em troca estas retiravam as madeiras que lhes interessavam, tendo que negociar com apenas uma pessoa e não com vários pequenos proprietários. Nem sempre essa relação se dava diretamente com as madeireiras assumindo o trabalho de providenciar o registro do imóvel, mas mesmo assim o dinheiro obtido pelos grandes fazendeiros com a venda da madeira lhes permitia providenciá-lo por conta própria e desta forma, o conflito entre fazendeiros e pequenos posseiros que já era desigual, tornava-se ainda mais.

Estes novos agentes, com grande influência junto ao Estado e às autoridades em geral, não mediram esforços para usurpar terras ocupadas por famílias camponesas. O período entre as décadas de 1940 e 1960 foi marcado, no norte do Espírito Santo em geral, por extrema violência no campo, das mais diversas naturezas, mas que guardavam como semelhança o fato de que o próprio Estado – personificado na Polícia Militar, principalmente – era o protagonista desses episódios de ameaças, queimas de moradias e lavouras, espancamentos, estupros e assassinatos.

Não obstante, apesar de não se dispor de muitas estatísticas anteriores a 1970 sobre a estrutura fundiária das áreas envolvidas na questão do Contestado, há indícios de que ao lado dessas grandes fazendas que se formavam nos municípios de Montanha, Mucuri e Ponto Belo, existia, ao menos de início, um grande número de pequenos estabelecimentos rurais. Os efeitos da urbanização e integração territorial junto a incentivos estatais, desencadearam uma crescente tendência a especialização produtiva na agricultura camponesa, alterando-a substancialmente, e acabaram por consolidar uma divisão territorial do trabalho no espaço agrário capixaba, na qual a região onde se situam os referidos município acabou por ocupar a posição mais adversa à economia local e aos camponeses, se especializando na pecuária extensiva, atividade cujos rendimentos são baixíssimos em proporção à área utilizada.

Nestas circunstâncias, apesar de ser proporcionalmente baixa em relação à extensão de suas propriedades, a renda obtida pelos grandes fazendeiros era alta em termos absolutos, não sendo um inconveniente à subutilização de seus imóveis com essa atividade, lhes permitindo, inclusive, não depender mais, nesse contexto de capitalização da produção agropecuária, dos agregados que outrora mantinham. Para os pequenos produtores rurais, entretanto, esta atividade proporcionava rendimentos que não eram capazes de atender às necessidades familiares, que no contexto de urbanização da sociedade, passaram a demandar cada vez mais dinheiro. Por isso, acentuou-se entre os camponeses a necessidade de se produzir cada vez mais para o mercado e menos para consumo próprio, o que também limitava as possibilidades de escolha sobre o que produzir, que fica em geral condicionada à logística sob monopólio da burguesia comercial.

Durante a maior parte da breve história da colonização sobre o Extremo Norte Capixaba, os únicos produtos que se mostravam de fácil realização no mercado eram os derivados da pecuária, em particular a carne. E a pecuária extensiva de corte, isoladamente, proporciona rendimentos ainda menores que a produção de leite. Assim, se o valor médio da produção da pecuária extensiva já era baixo, nessa porção do

Espírito Santo onde as condições para comercialização do leite eram muito adversas até meados dos anos 1970, ele o era ainda mais.

Talvez por isso os efeitos da crescente tendência à capitalização da produção agropecuária e da propriedade da terra tenham tido reflexos muito mais fortes nessa parte do Espírito Santo. Afinal, em uma lógica de mercado, para que ocorra a concentração fundiária, faz-se necessário ao menos dois personagens: o que vende a terra e o que compra. Em analogia à teoria de Milton de Santos de que os vetores da lógica do capital são em geral os mesmos nas diversas porções do espaço, mas que estas os absorvem de forma diferenciada, tanto qualitativamente como quantitativamente, pode-se afirmar que a tendência a capitalização da propriedade da terra e da produção agropecuária era um vetor que atuava sobre o todo o espaço agrário capixaba, mas teve efeitos notadamente mais visíveis no norte por que ali, muito provavelmente, era mais recorrente a figura do outro personagem - aquele que quer vender terras, em função da incapacidade de, dentro daquela economia da pecuária extensiva, um imóvel de pequenas dimensões conseguir proporcionar a renda que uma família julgaria como minimamente necessária à sua sobrevivência e manutenção no campo.

Essa, muito provavelmente, é uma das causas da intensa venda de terras e desaparecimento de pequenos imóveis rurais a partir da década de 1960, aos poucos incorporados pelas maiores propriedades ao seu redor. A tendência à transmissão, em curtos espaços de tempo, da propriedade de pequenos imóveis parece ter ocorrido desde o início da colonização dessa área, na década de 1940, e parece condizer com a realidade das zonas de fronteira colonial. Todavia, a partir da década de 1960, torna-se mais comum que essas vendas sejam feitas a um único proprietário que na maioria das vezes era possuidor de uma fazenda nos arredores dessas pequenas propriedades, originando assim alguns dos muitos latifúndios existentes na região. Não obstante, essa venda, ainda que formalizada, pode muito bem ter sido fruto de coerção, sobretudo nas primeiras décadas de colonização sobre essa área, quando, conforme visto no capítulo anterior, a violência se exacerba nas disputas por terras na região.

Não obstante essa instabilidade entre pequenas propriedades ter, aparentemente, diminuído um pouco a partir da década de 1970 (o que parece se dever tanto às melhorias das condições para comercialização da produção de leite quanto da diminuição do clima de “cangaço”, descrito no capítulo anterior), a tendência a concentração da propriedade da terra manteve-se até a atualidade, fazendo com que esses municípios sejam alguns dos que apresentam maior concentração da propriedade da terra e as menores densidades demográficas no meio rural, que só não o são ainda mais graves por conta da atuação dos movimentos sociais do campo (sobretudo o MST e a FETAES) a partir dos anos 1980, pressionando para a efetivação de desapropriações de grandes imóveis improdutivos para criação de projetos de assentamento, visando atender às famílias sem terra. A situação é tão crítica que, mesmo existindo um número pequeno de assentamentos em face da demanda por terra entre os camponeses, hoje as pessoas residentes neles representam algo em torno de um terço da população rural desses municípios. Sem eles, a situação do meio rural dessas áreas seria ainda mais próxima do sentido literal de vazios demográfico.

A substituição de latifúndios por pequenos lotes distribuídos a muitas famílias, também traz impacto sobre as formas de utilização do solo, contribuindo para um relativo aumento das áreas de lavouras em face às de pastagens. Nos últimos anos também tem sido implantadas algumas políticas, ainda tímidas, visando estimular a diversificação da produção dos pequenos imóveis rurais, como incentivos à compra direta aos produtores e a obrigatoriedade de que parte dos alimentos adquiridos pelo Estado, nas diversas esferas da Federação, tenha que ser obtida junto a pequenos produtores rurais. Parece unânime, tanto entre as autoridades municipais, quanto líderes sindicais e os próprios agricultores, que a melhoria das condições de vida dos camponeses desses municípios passa necessariamente pela superação da forte dependência que a economia desses locais tem da pecuária. Os caminhos para isso, entretanto, não parecem fáceis de se trilhar e, como essas pequenas medidas tem demonstrado, certamente passam pela intervenção estatal; pela reforma agrária e por políticas que possam ao menos amenizar os efeitos da lógica de mercado sobre a

condição camponesa, criando incentivos para que as necessidades locais também sejam atendidas pela produção agrícola local..

Referências Bibliográficas

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **A escravidão na história econômica social do Espírito Santo 1850 - 1888**. Niterói, Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 1981.

_____, **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. **O Desbravamento das Selvas do Rio Doce**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A Filadélfia de Teófilo Otoni**. Belo Horizonte: Afato, 2003.

BAIARDI, Amilcar. **A descontinuidade do tempo de trabalho na agricultura e suas implicações sobre a estabilidade da empresa capitalista: uma análise da visão de Marx**. Revista de Economia Política. Vol. 7. No 2. Abril-junho de 1987. p.96-104. Disponível em www.rep.org.br/pdf/26-6.pdf.

BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **A obra dos jesuítas no Espírito Santo** (sinopse histórica). Viana, 1979.

BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização (O Espírito Santo no século XIX)**. Editora Cátedra: Rio de Janeiro, 1981.

_____. **A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização**. Editora Cátedra: Rio de Janeiro, 1987.

BORGIO, Ivan Anacleto Lorenzoni, ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga, PACHECO, Renato Rocha de Alvarenga. **Norte do Espírito Santo: Ciclo Madeireiro e Povoamento**. EDUFES: Vitória, 1996.

BUSCHINELLI, Beatriz. **Imagens e Antropologia**. In: Mosaico Revista de Ciências Sociais .v.1, n.1. Vitória: UFES/CEG, 1998.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O Novo Arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

_____. **Formação da centralidade de Colatina**. Vitória: IHGES, 2004.

_____. **A Construção da cidade**. Vitória, 2002

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. **Contribuição ao estudo geográfico do município de Nanuque**. In: Caminhos da Geografia – revista on line nº09(15). Uberlândia: UFU, 2005. p. 82 –92.

CLEMENTE, Evandro César e HESPANHOL, Antônio Nivaldo. **Meio Técnico Científico-Informacional e Suas Implicações na Reestruturação da Cadeia Produtiva do Leite**. Revista Formação, n.13 v. 01, 2006, p. 135 a 146.

CLARET, Ivan. **Nanuque: seu povo, sua história**. Ed. Autor, 1996.

DARÉ, Raquel. **A “Crise” do Café e a Ideologia Desenvolvimentista no Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2010.

DIAS, Luzimar Nogueira. **Massacre em Ecoporanga**. Vitória, [s.n], 2004.

DUARTE, Regina Horta. **Olhares Estrangeiros: Viajantes no Vale do Mucuri**. Revista Brasileira de História. Volume 22. Número 44. São Paulo, 2002.

FABRINI, João Edimilson. **Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas.** In: Eliane Tomiase Paulino e João Admilson Fabrini (Org.).

Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 1ª Edição, P. 239 a 272.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development. The making and unmaking of the third world.** New Jersey: Princiton University Press, 1995.

_____. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgard Lander (org.). Buenos Aires: CLACSO, 2005. P.133-168

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo.** Dissertação de Mestrado. USP, 2002.

FERREIRA, Sinésio Pires. **Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional 1840 – 1960.** Dissertação de Mestrado. UFRJ, IEI. 1987.

FREIRE, Álvaro Pinheiro. **Minas Novas: sua história, sua gente.** Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2002.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos.** 2ª ed. São Paulo: Associação Humanitária Humanitas, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 36ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GANCHO, Cândida Vilares e TOLEDO, Vera Vilhena de. **Caminhos do boi. Pecuária Bovina no Brasil**. São Paulo: Editora Moderna, 1990. 10ª Edição.

GEORGE, Pierre. **Geografia Agrícola do Mundo**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991[1946].

GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Desenvolvimento em (Des)Construção: Provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia**. In: Geografia Agrária: teoria e poder. Bernardo Mançano Fernandes, Marta Inez Medeiros Marques, Júlio César Suzuki (org.). 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. P. 39 a 53.

HAESBART, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 5ª Edição. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2011.

HEIDEGGER, Martin. **O que é isto – a filosofia?**. Rio de Janeiro. Editora Vozes, (2006[1955]).

LACOSTE, Yves. **Os países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1990. 20ª Edição.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropológica, n.322, Brasília: UNB, 2002. Disponível em <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>

MACHADO, José Carlos. **Senhora da Graça da Capelinha**. Ed. do autor, 2000

MARCOS, Valéria de. **Agricultura e mercado: impasse e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano**. In: Eliane Tomiase Paulino e João Admilson Fabrini (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 1ª Edição, P. 191 a 212.

MARINATO, Francieli Aparecida. **Os Botocudos, os Militares e a Colonização do Rio Doce (1824-1845)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Centro de Ciências Humanas e Naturais. UFES, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. (Org. Emir Sader). Editora Vozes: Petrópolis, 2000.

MARQUES, César Augusto. **Diccionario histórico, geographico e estatístico da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

MARQUES, Maria Inez Medeiros. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica**. In: Eliane Tomiase Paulino e João Admilson Fabrini (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 1ª Edição, P. 49 a 78.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. Editora Hucitec: São Paulo, 1990. 4ª Edição.

_____. **Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Marcos Lobato. **Próxima ao rio, dentro da mata, de Ponta de Areia a Araçuaí: a Bahia-Minas**. Artigo apresentado no XIV Seminário sobre a economia mineira. CEDEPLAR – FACE – UFMG .2010. 21p.

MARX. Karl. **O Capital**. Crítica à Economia Política. 26ª Ed. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MASCOLO, João Luiz. **Um estudo econométrico da pecuária de corte no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

MEDEIROS, Rogério. **Ciclo da Peroba inicia o desbravamento do Norte**. Disponível em www.seculodiário.com.br. Acesso em outubro de 2010.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da Riqueza**. São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Hucitec, 1985.

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado Precedido Pelo Retrato do Colonizador**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. **Civilização e Revolta: os botocudos e a catequese na Província de Minas**. Bauru/SP: Edusc, 2004.

_____. **A presença dos Aranãs nos registros históricos**. Goiânia: Habitus, vol. 3, 2005. P. 41-79.

MONDRAGON. Héctor. **Colômbia: a “colheita” paramilitar**. . In: Eliane Tomiase Paulino e João Admilson Fabrini (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 1ª Edição, P. 121 a 138.

MOREIRA, Ruy. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1990.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830)**. Revista de História (UFES), Vitória, ES, v. 9, n. 9, p. 99-123, 2001.

_____. **A ilusão das terras devolutas colonização particular, exploração madeireira e grilagem, 1889-1930**. Revista de História (UFES), Vitória, v. 17, p. 223-243, 2005.

_____. **Nem selvagens nem cidadãos: os índios da vila de Nova Almeida e a usurpação de suas terras durante o século XIX**. Revista de História (UFES), Vitória, ES, v. 14, n. 14, p. 151-168, 2002a.

_____. **Terras indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850**. Revista Brasileira de História v.22 nº43. São Paulo: 2002b. p. 153-169.

NARDOTO, Eliezer Ortolani e OLIVEIRA, Herinéia Lima. **História de São Mateus**. São Mateus: EDAL, 1999. 1ª Edição.

NEVES, Luiz Guilherme Santos, e PACHECO, Renato José Costa. **Ecoporanga: da concepção à vida adulta**. Brasília, 1992.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura Familiar: Quantos Ancoradouros!**. In: Geografia Agrária: teoria e poder. Bernardo Mançano Fernandes, Marta Inez Medeiros Marques, Júlio César Suzuki (org.). 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. P. 211 a 270.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de: **Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo**. In: Agricultura Brasileira: Tendências, Perspectivas e Correlação de Forças Sociais. Via Campesina: Brasília; 2003.

_____ **A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 1999, p.63 a 110.

_____ **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. v. 01. 88 p.

OLIVEIRA, Euflasina Wand-Del-Rey de. **Mucurici e Montanha: a ocupação de parte dos “terrenos desconhecidos”**. Montanha: Ed. Do autor, 1999.

OLIVEIRA, Frâncico de. **O Estado e o urbano no Brasil**. In: Espaço e Debates. São Paulo: Cortez, [197?].

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Revista Mana, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1998. p. 47-77

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **O Projeto Político do Território Negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras**. Tese (Doutorado em Antropologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC. Florianópolis, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

PALAZZOLO, Frei Jacinto de. **Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1973. 3ª Edição.

PAULINO, Eliane Tomiase. **Geografia Agrária e Questão Agrária**. In: Bernardo Mançano Fernandes, Marta Inez Medeiros Marques, Júlio César Suzuki (Org.). Geografia Agrária: território e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.339 a 351.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Natureza da Globalização e a Globalização da Natureza**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2006

PETRONE, Pasquale. **Aspectos geográficos da área de colonização antiga do Estado do Espírito Santo**. Vitória: IHGES, 2004.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campris, 1980.

PONTES, Wallace Tarcísio. **Conflito Agrário e Esvaziamento Populacional: a Disputa do Contestado Por Espírito Santo e Minas Gerais (1930 a 1970)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História. UFES, 2007.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e do Jequitinhonha**. Contagem/MG: Cedefes, 1996.

ROCHA, Gilda. **Aldeamento Imperial Afonsino**. Revista Cultura UFES, Vitória, 1(2): 48-53, 1979.

ROCHA, Haroldo C. e MORANDI, Ângela. **Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo 1955/1985**. Vitória : FCAA, 1991.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Espírito Santo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro (Editora da USP), 1968.

RODRIGUE, Jean Paul. **The Geography Of Transport Systems**. Disponível em <http://people.hofstra.edu/geotrans/index.html>. Acesso em agosto de 2010.

SALLETO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1988-1930)**. EDUFES: Vitória, 1996.

_____. **Considerações sobre a transição do trabalho escravo ao livre na economia cafeeira do Espírito Santo (1888-1929)**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **A Divisão Social do Trabalho como uma Nova Pista para o Estudo da Organização Espacial e da Urbanização nos Países Subdesenvolvidos**. In: Milton Santos. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2008 [1977]. p. 55 a 75.

_____. **Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método**. In: Milton Santos. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2008 [1977]. p. 21 a 41.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2008 [1985].

_____. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2007 [1978].

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Edusp, 2008 [1988].

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SHANIN, Teodor. **Lições Camponesas**. In: Eliane Tomiase Paulino e João Admilson Fabrini (Org.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 1ª Edição, P. 23 a 47.

SILVA, Marlídia Alves da, e LOPES, Maria da Penha Gomes. **O passado e o presente de Barra de São Francisco**. 3ª Edição. 1999.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

SOUZA, Ademilson Pereira et al. **A Reforma Agrária e o MST no Espírito Santo**. 20 anos de lutas, sonhos e conquista de dignidade. [S.l.: s.n.], 2005

SOUSA, Francisco Araújo Salles de. **O Estado e o cartel do leite no Brasil**. Brasília: Horizonte, 1980.

SZMRECSANYI, Tamas. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 1990.

TEUBAL, Miguel. **O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina**. In: Eliane Tomiase Paulino e João Admilson Fabrini (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 1ª Edição, P. 139 a 160.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. **Memória estatística da província do Espírito Santo – 1828**. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 1978.

VELTMEYER e PETRAS, James. **Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em Movimento**. In: Eliane Tomiase Paulino e João Admilson Fabrini (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 1ª Edição. p. 79 a 177.

VILAÇA, Adilson. **O Cotaxé**. Vitória: SEJUC/SPDC/ISNJJN, 1997.

ZUNTI, Maria Lucia Grossi. **Panorama Histórico de Linhares**. 1982.

Websites

Governo do Estado do Espírito Santo. www.es.gov.br. Acesso em outubro de 2009.

IPEADATA. **Dados Regionais**. www.ipeadata.gov.br. Acesso em setembro de 2009.

LEITE BRASIL. **Retrospectiva do leite nos anos 90**.
http://www.leitebrasil.org.br/artigos/jrubez_040.htm. Acesso em julho de 2011.

FRISA. **A Empresa**. www.frisa.com.br. Acesso em julho de 2011.

Século Diário. **Infinity: grupo anuncia investimentos, mas produtores rurais seguem em apuros**. http://www.seculodiario.com.br/exibir_not.asp?id=6414. Acesso em julho de 2011.

Fundação Cultural Palmares. **Comunidades Quilombolas**.
<http://www.palmares.gov.br/quilombola/>. Acesso em julho de 2011.

Documentos públicos

Espírito Santo (Estado). **Novo Pedeag 2007-2025**. Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba. Vitória: Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, 2008.

Arquivo Público Estadual do Espírito Santo (APEES). **Registros de Casamento. Ametista (1946-1950)**.

_____. **Registros de Nascimento. Ecoporanga (1953-1954)**.

_____. **Registros de Óbito. Ribeirãozinho (1953-1954)**.

_____. **Registros de Óbito. Cotaxé (1953-1954)**.

_____. **Registros de Óbito. Barra de São Francisco (1944-1945)**.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil 1940**. Rio de Janeiro, 1951.

_____. **Censo Demográfico de 1950**. Rio de Janeiro, 1955.

_____. **Censo Demográfico de 1960**. Rio de Janeiro, 1967.

_____. **Censo Demográfico de 1970**. Rio de Janeiro, 1973.

_____. **Censo Demográfico de 1980**. Rio de Janeiro, 1982.

_____. **Censo Demográfico de 1991**. Rio de Janeiro, 1991.

_____. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Censo Agrícola de 1960**. Rio de Janeiro, 1963.

_____. **Censo Agropecuário de 1970**. Rio de Janeiro, 1974.

_____. **Censo Agropecuário de 1975**. Rio de Janeiro, 1979.

_____. **Censo Agropecuário de 1980**. Rio de Janeiro, 1983.

_____. **Censo Agropecuário de 1985**. Rio de Janeiro, 1990.

_____. **Censo Agropecuário de 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Censo Agropecuário de 2006-2007**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959.

INCRA. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação: Comunidade Remanescente de Quilombos de São Pedro (Ibiraçu/ES)**. Vila Velha, 2006a.

_____. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação: Comunidade Remanescente de Quilombos de Monte Alegre (Cachoeiro de Itapemirim/ES)**. Vila Velha, 2006b.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Um Novo Brasil Rural 2003-2010**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS: Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território Rural do Norte Capixaba – ES**. Brasília: MDA, 2006.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 51**, de 18/09/2002. Brasília: MAPA, 2002.

ANEXOS

EXEMPLOS DE CADEIAS DOMINIAIS DE LATIFÚNDIOS NO EXTREMO NORTE CAPIXABA

Os processos de desapropriação de propriedades rurais para criação dos projetos de assentamento do INCRA no Extremo Norte Capixaba são uma fonte importante de dados para tentar se entender como se deu o processo de concentração fundiária na região de nosso estudo. Neles, a partir da cadeia dominial (conjunto dos registros de compra e venda de terras que resultaram na constituição da propriedade) desses latifúndios é possível constatar os efeitos que as mudanças sobre a legislação acerca das terras devolutas tiveram no agravamento da concentração fundiária nessa porção do Estado, além de fornecerem outros indícios sobre como teria se dado sua formação. E tal informação nos foi particularmente importante para interpretação das dinâmicas fundiárias nos municípios de Mucurici, Ponto Belo e Montanha anteriores a 1970, tendo em vista a falta de dados censitários sobre esse período.

Antes de proceder à análise das cadeias dominiais dos imóveis desapropriados pelo INCRA/ES, é importante esclarecer que não foi possível dispor da cadeia dominial de todos os Projetos de Assentamentos existentes nos municípios de nosso recorte espacial e municípios vizinhos. Muitos deles foram criados pelo Governo do Estado, e o INCRA não dispõe dos processos de sua criação. E dentre aqueles criados pelo INCRA, há alguns cujo processo de desapropriação não foi possível localizar nos arquivos da Procuradoria Federal do INCRA/ES e outros cuja análise da cadeia dominial se restringiu a transações muito recentes que não ilustrariam bem sua formação. O que consta a seguir são os casos com informações mais ilustrativas, que valem a pena serem comentados e analisados mais cuidadosamente.

Convém frisar também que não mencionaremos os nomes dos proprietários envolvidos, denominando-os por letras que podem ou não corresponder às iniciais de seu nome, de forma a mantermos seu anonimato.

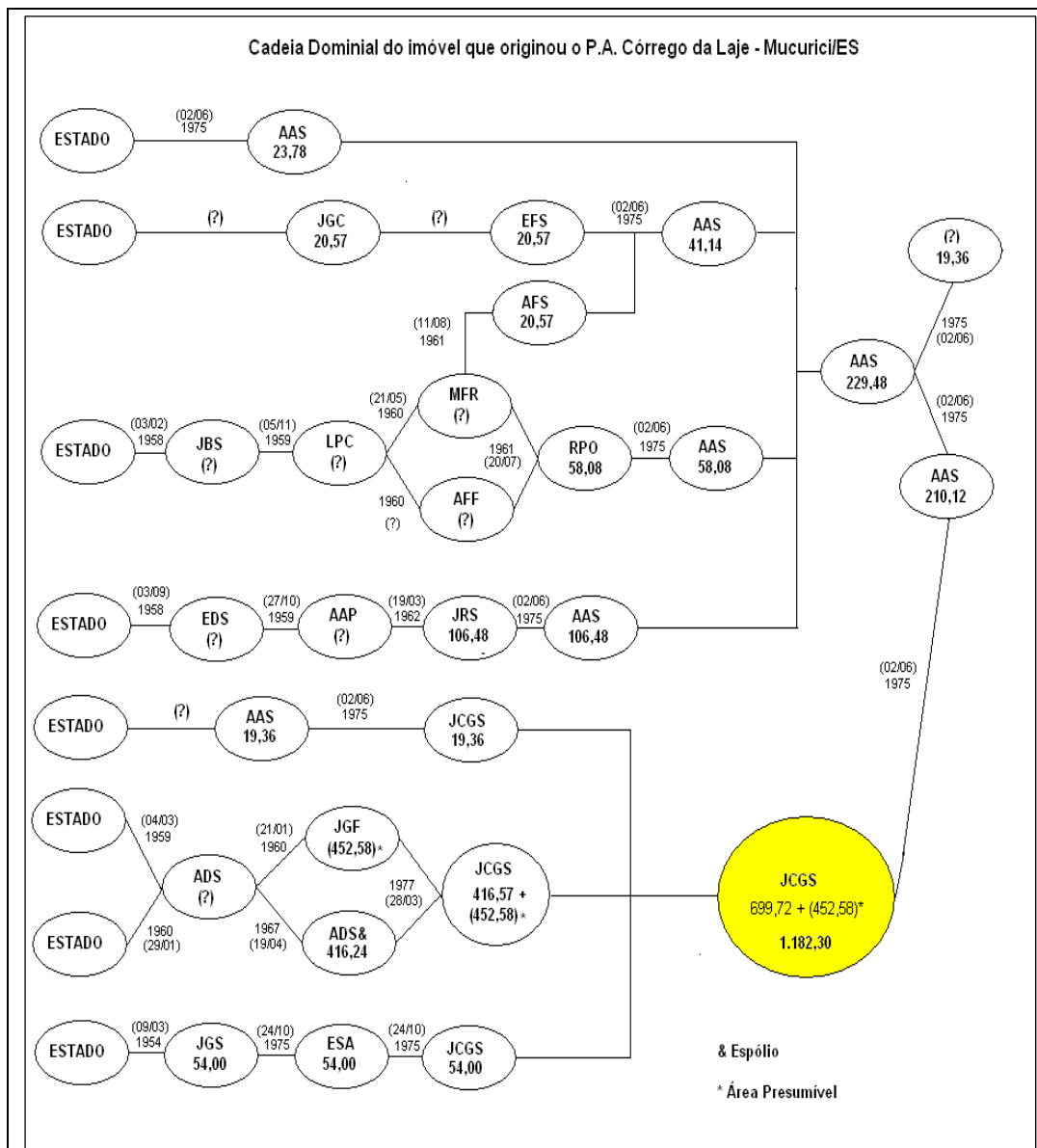


Gráfico – Cadeia dominial do imóvel que originou o P.A. Córrego da Laje.

Fonte: INCRA/ES – Divisão de Obtenção de Terras.

Conforme consta na cadeia dominial do latifúndio que originou o P.A. Córrego da Laje, em Mucurici, o proprietário ADS adquiriu do Estado duas propriedades, respectivamente em 1959 e 1960, sendo um com 452 hectares de extensão e outra

com 416 hectares. Desta forma, já em 1960 ele detinha, sozinho, mais de 800 hectares de terra em Mucurici, o que seria impossível antes da Lei 647/1949.

Na década de 1970, verifica-se uma forte tendência ao agravamento da concentração fundiária. O proprietário AAS adquiriu, em 02/05/1975, quatro imóveis contíguos, que totalizavam aproximadamente 230 hectares, para nesse mesmo dia vender todos os imóveis ao proprietário JCGS, registro que aparentemente não faz sentido⁶³. É provável que AAS tenha adquirido esses imóveis em datas anteriores mas não tenha providenciado os registros em cartório, os quais só teriam então sido feitos por ocasião da venda de suas terras a JCGS, que nesse mesmo ano comprou ainda o imóvel de ESA, de 54 hectares, vizinho às terras recém adquiridas. Esse processo de se acentua em 1977, quando JCGS, que já possuía cerca de 70 hectares adquiridos em 1975, adquire os dois imóveis vizinhos que outrora pertenceram a ADS e todas as terras de AAS e mais duas outras pequenas propriedades, tornando-se proprietário de cerca de 1182 hectares.

⁶³ Apenas faria sentido comprar terras no nome de outrem caso se tratasse de um requerimento para aquisição de terras devolutas por pessoa física, já que a legislação sempre estabeleceu limites individuais para tal. Comprando-as de outro particular, entretanto, não há qualquer restrição para a aquisição.

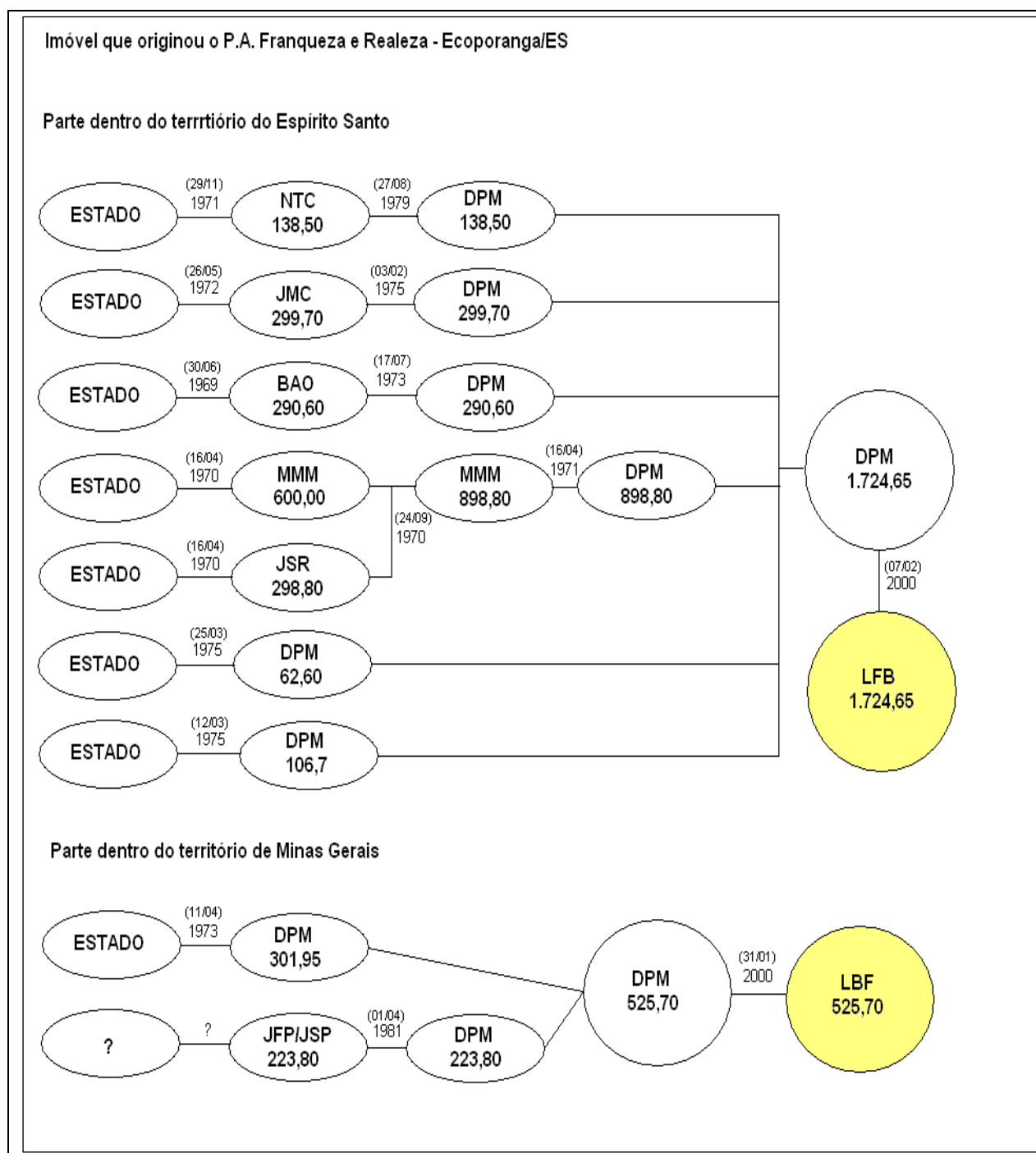


Gráfico – Cadeia dominial do imóvel que originou o P.A. Franqueza e Realeza.

Fonte: INCRA/ES – Divisão de Obtenção de Terras.

Na cadeia dominial do imóvel que originou o P.A. Franqueza e Realeza, situado na divisa entre os municípios de Ecoporanga/ES e Carlos Chagas/MG, não faltam exemplos do efeito concentrador da propriedade da terra que as modificações sobre a

legislação sobre terras devolutas veio a ter. Adquirir extensões de terras devolutas como DPM e NTC o fizeram (respectivamente 106,7 ha e 138 ha) seria impossível antes da 1.711, de 1929. E adquirir extensões ainda maiores, como JMC, BAO, JSR e MMM o fizeram - os três primeiros adquiriram áreas de quase 300 ha e este último uma área de 600 há – só se tornou possível graças à Lei 647, de 1949.

O movimento de concentração fundiária se acentua ainda mais a partir da década de 1970, personificada pelo proprietário DPM, que em 1971 adquiriu um latifúndio de 898,80 hectares de MMM. Este, sabe-se lá como, havia conseguido requerer e adquirir do Estado do Espírito Santo uma área de 600 hectares (vale ressaltar que pela legislação vigente seria necessário ter 20 filhos para tal, tendo em vista que limite que poderia ser vendido a pessoa física era de 100 hectares mais 25 por filho), tendo adquirido os outros 298,80 há de JRS.

Essa aquisição por parte de JRS de uma área de terras devolutas de 298,80 hectares contígua àquela adquirida por MMM, que ocorre praticamente na mesma data em que esse adquiriu suas terras (um dia antes, apenas), para poucos meses depois vendê-la ao mesmo, parece ser um indício de fraude, tendo JRS provavelmente funcionado como um “laranja” para burlar o limite para compra de terras devolutas por parte de MMM, que menos de um ano depois as vende para DPM, sendo isso um possível indício de aquisição com fins especulativos.

DPM, cerca de dois anos após a aquisição dessa área de quase 900 hectares, requer e compra mais dois imóveis contíguos ao seu com áreas respectivamente de 290 e 301 hectares – este último, porém, situado em território de Minas Gerais. E em 1975, entra com mais dois requerimentos de terras devolutas contíguas às sua propriedade, de 106 e 62 hectares respectivamente, obtendo e anexando tais áreas. Na virada dos anos 70 para início dos 80, este proprietário adquire mais dois imóveis vizinhos ao seu: um do lado capixaba, com 138 hectares de extensão, e outro do lado mineiro, com 223ha, tornando-se assim o dono de um latifúndio de mais de 2.250

hectares de extensão. Posteriormente, ele venderia essa grande fazenda para LBF, em 2000.

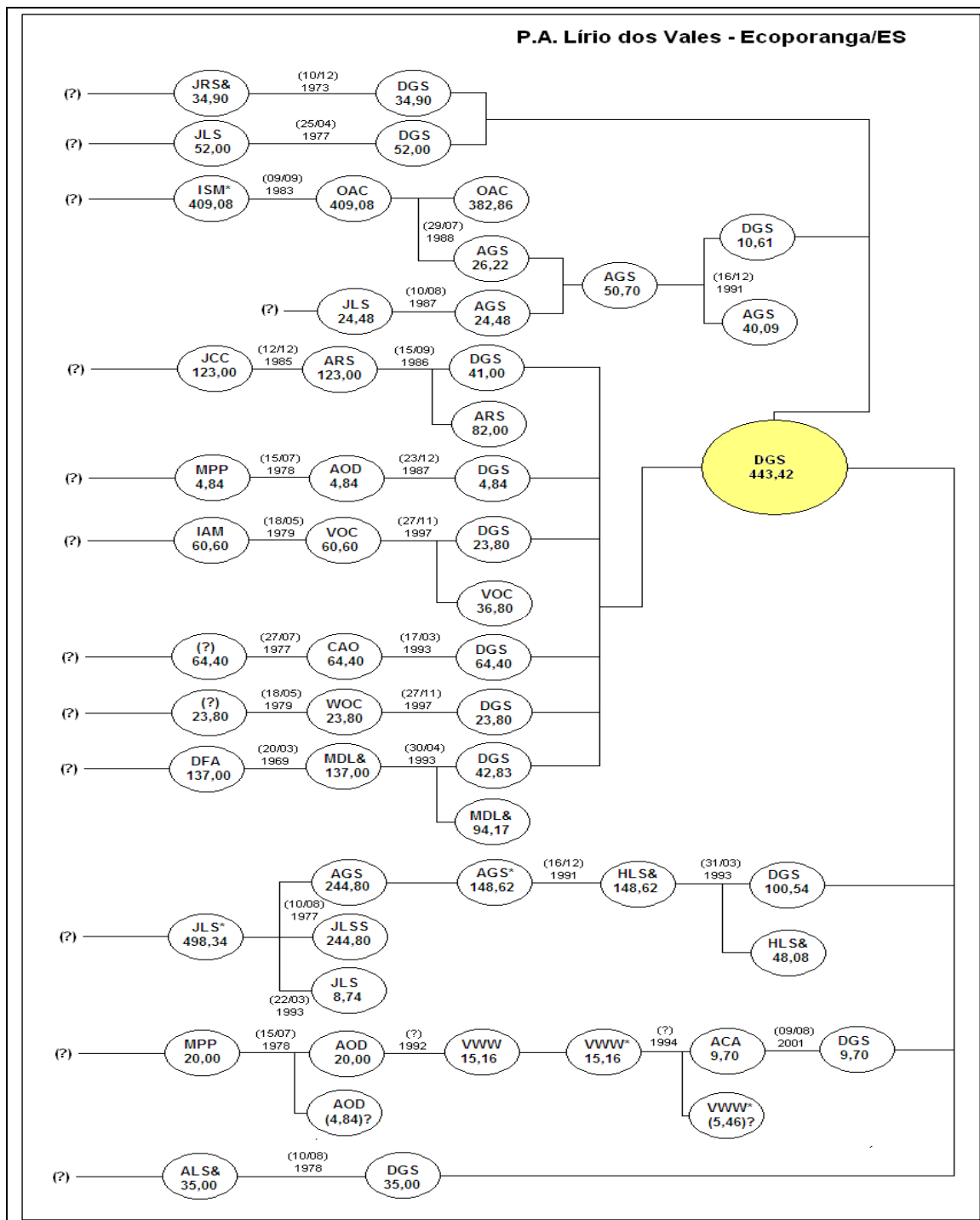


Gráfico - Cadeia dominial do imóvel que originou o P.A. Lírío dos Vales – Ecoporanga/ES. Fonte: INCRA/ES – Divisão de Obtenção de Terras.

A cadeia dominial que consta no processo de desapropriação do imóvel que originou o P.A. Lírio dos Vales, infelizmente, não chega à origem (a compra ao Estado, quando as terras ainda eram consideradas devolutas) de nenhum dos imóveis que foram incorporados ao latifúndio.

DGS primeiramente adquire um imóvel de apenas cerca de 35 hectares e, em 1977 e 1978 ele adquire mais dois imóveis também de pequena dimensão, passando a possuir s cerca de 116 hectares. Ele adquire apenas mais dois imóveis ao longo de toda a década de 1980, ao término da qual ele era proprietário de cerca de 160 hectares (o que, de certa forma, não propicia rendimentos muito significativos se utilizados com pecuária extensiva, como é predominante na região). A intensidade desse processo de concentração fundiária se intensifica nos anos 90, quando ele adquire mais seis imóveis, todos também de pequena dimensão, como nas ocasiões anteriores.

Nesse sentido, é interessante ressaltar que os anos 90 foram, conforme revelaram as entrevistas e será abordado no capítulo seguinte, um período crítico para comercialização de leite na região (atividade da qual praticamente todos os pequenos produtores rurais dessa área são amplamente dependentes) em função do ingresso da Nestlé no mercado dessa área, tendo ela adquirido e fechado quase todos os laticínios da região, numa estratégia de desmantelamento para evitar concorrência e assim estabelecer um monopólio sobre os produtores rurais, obrigando-os a se adequar às suas exigências. Como os requisitos tanto de quantidade quanto de qualidade por parte dessa empresa eram altos, os pequenos produtores foram excluídos, ficando à margem do mercado formal de leite.

É bem possível, portanto, que o surgimento desse grande imóvel seja antes fruto da diferenciação interna entre os pequenos produtores rurais dessa área, já que nesse contexto, a situação de DGS (com mais de 160ha) se mostrava bem mais confortável que a de seus vizinhos, donos de áreas com menos de 50 há em sua maioria, e que

certamente sentiram mais os impactos dessas transformações no mercado do leite na região.

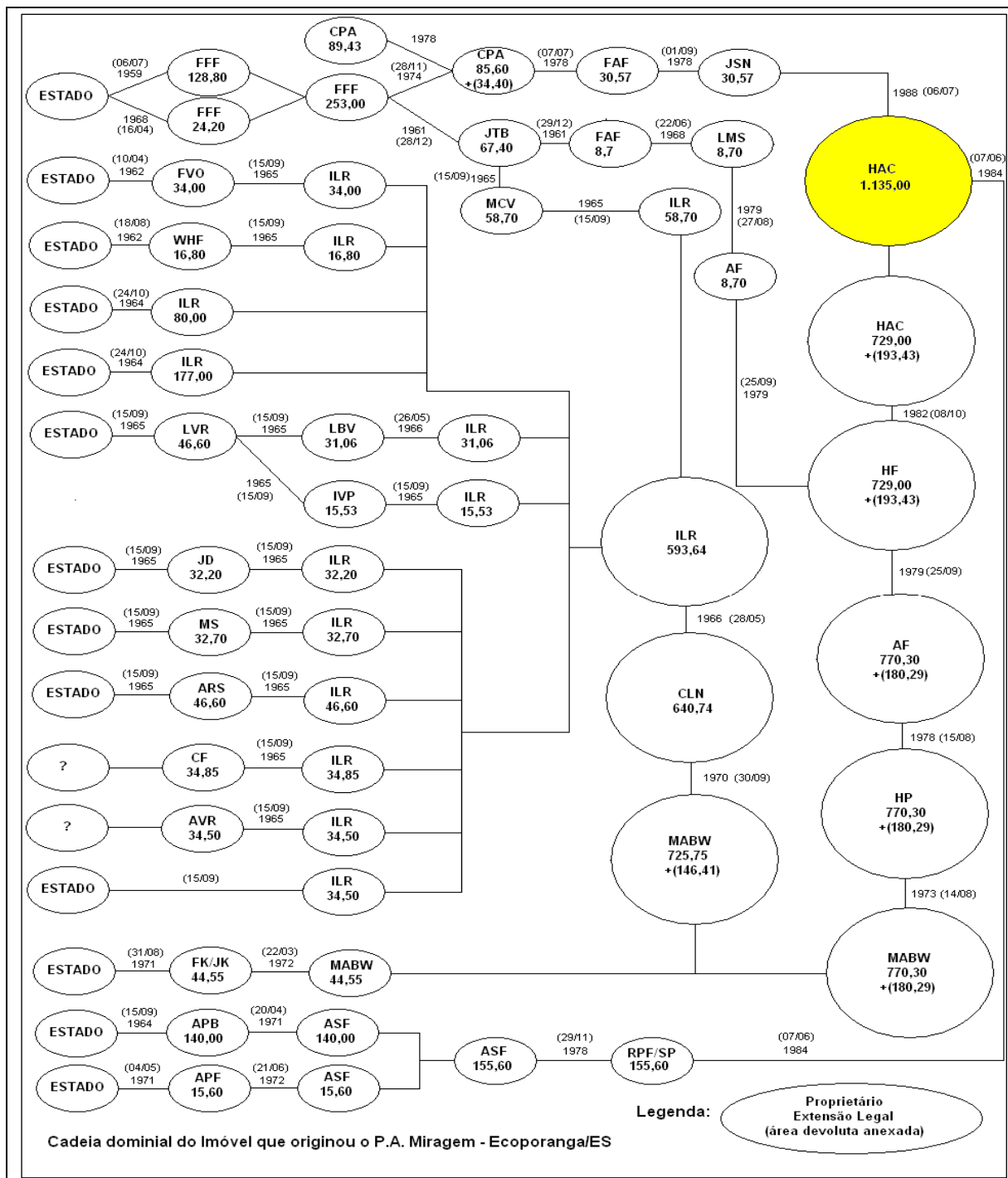


Gráfico – Cadeia dominial do imóvel que originou o P.A. Miragem – Ecoporanga.

Fonte: INCRA/ES – Divisão de Obtenção de Terras.

Na cadeia dominial do latifúndio que originou o P.A. Miragem há poucos casos de imóveis de grandes extensões adquiridos diretamente do Estado. São apenas 3 casos (os proprietários FFF, IRL e APB), todos envolvendo a aquisição de áreas entre 100 e 200 hectares, entre as décadas de 1950 e 1960, o que já era passível de ocorrer desde a Lei 1.711, de 1929.

O agente que personifica a concentração fundiária seria o proprietário IRL, que ao longo das décadas de 1960 a 1980 adquiriu 13 imóveis situados um ao redor do outro, a maioria deles de pequena dimensão. Suas primeiras aquisições foram dois lotes de terras devolutas requeridas ao Estado com 177 e 80 hectares, respectivamente, totalizando 257 há de área total. Os outros 11 imóveis teriam sido adquiridos em uma mesma data: 15/09/1965. Isso, por si só, não poderia ser apontado como indício de fraude, já que sempre foi muito comum que os registros em cartório somente sejam providenciados depois de já consumadas as transações dos imóveis. Desta forma, IRL poderia ter adquirido esses imóveis em diversas datas, mas feito todos os registros em um mesmo dia. O que, entretanto, indica uma possibilidade de fraude mais concreta é o fato de que vários daqueles que venderam seus imóveis para IRL também terem como data de registro de compra do Estado o dia 15/09/1965. Pode-se tratar, talvez, apenas de transações formalizadas a posteriori (e pessoa residia em um imóvel sem registro e só o providenciou por ocasião de sua venda, de bom grado ou não, a IRL). Mas também pode tratar-se de um meio fraudulento de burlar as limitações para aquisição de terras devolutas do Estado por parte de pessoa física. O que reforça esse indício é o fato de que aparentemente a própria aquisição dessas terras já visava a posterior venda das mesmas, tendo em vista que menos de um ano depois de tê-las adquirido, IRL as vende para CLN. Não menos curioso é o fato de que quando esse as vende para MABW em 1970, há a anexação de 146 hectares de terras aparentemente devolutas, que vão permanecer anexas a esse imóvel até a data da desapropriação. Daí por diante, praticamente o que se verifica é a transferência da propriedade para outras pessoas, com anexação de apenas três outros pequenos imóveis vizinhos ao longo da década de 1970, respectivamente com 30ha, 44ha, 155ha e 8 hectares de extensão.

A cadeia dominial do imóvel que originou o P.A. Maria Olinda também não chega até a origem dos imóveis que vieram a ser-lhe incorporados. O único caso em que se chega à aquisição ao Estado, por parte do proprietário JRS, trata de uma área de 120 hectares, cuja aquisição seria impossível antes da década de 1930.

A gênese desse latifúndio parece ter sido decorrente de um processo de capitalização iniciado em meados da década de 1960. Entre 1965 e meados dos anos 70, o proprietário DGC adquiriu 11 pequenos imóveis rurais vizinhos entre si, os quais totalizavam 818,17 hectares. Posteriormente, ao longo do fim dos anos 1970 e a década de 1980, ele adquire mais cinco imóveis que totalizavam mais de quinhentos hectares e torna-se o proprietário de um latifúndio de mais de 1.343 hectares de extensão.

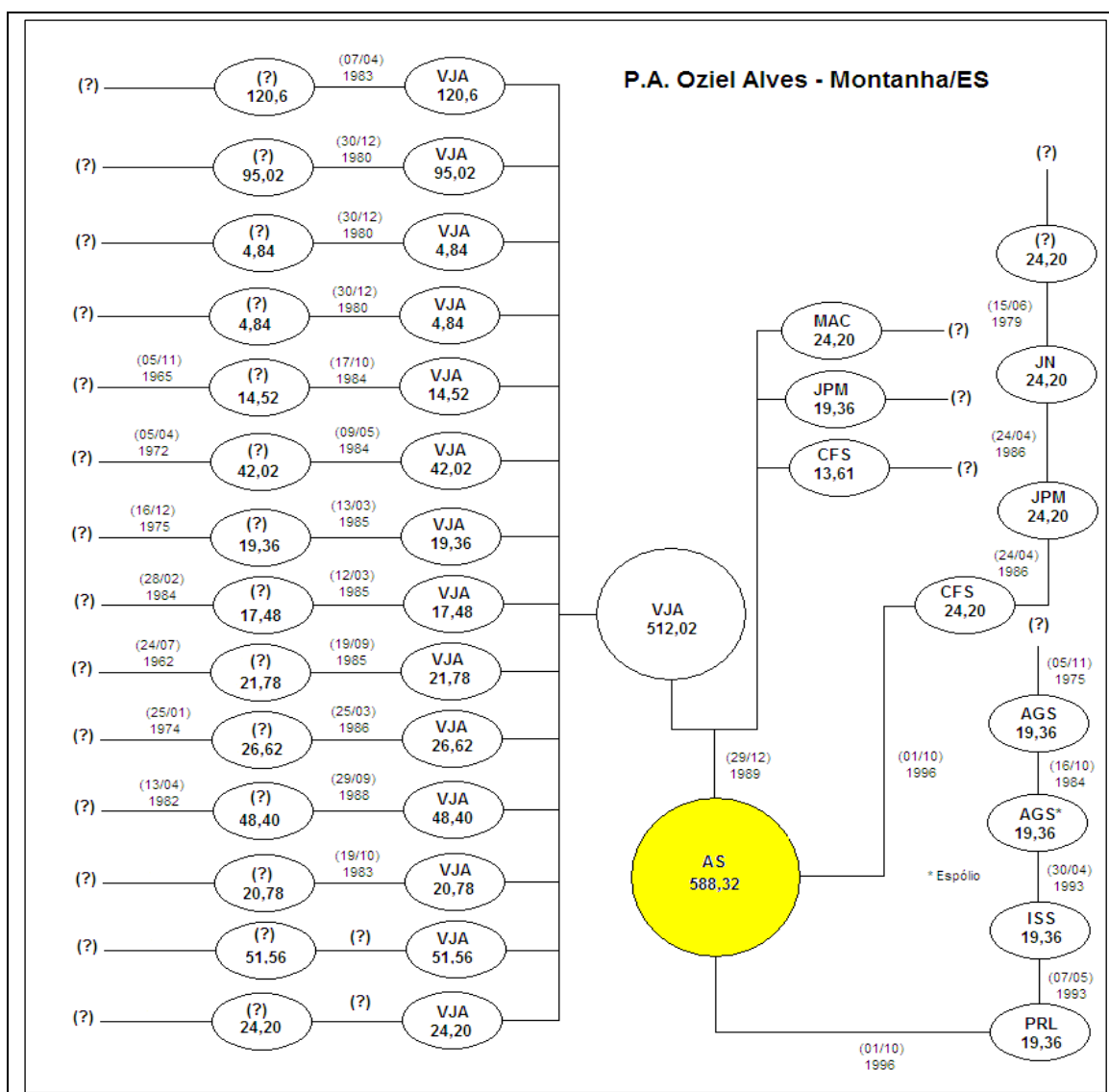


Gráfico – Cadeia dominial do imóvel que originou o P.A Oziel Alves – Montanha. Fonte: INCRA/ES – Divisão de Obtenção de Terras.

A cadeia dominial que consta no processo de desapropriação da fazenda que originou o P.A. Oziel Alves infelizmente também não chega até a origem de nenhuma das propriedades que foram por ele incorporadas, não sendo possível, portanto, obter nela exemplos do efeito concentrador da propriedade da terra que as mudanças na legislação sobre terras devolutas pós-1929 vieram a ter.

O movimento de concentração da propriedade fundiária que deu origem ao latifúndio desapropriado para criação do P.A. Oziel Alves, em Montanha/ES foi, aparentemente, decorrente de um processo de capitalização iniciado nos 80, quando o proprietário VJA adquire 14 pequenas propriedades contínuas e torna-se detentor de mais de quinhentos hectares de terras.

Menos de um ano após a última aquisição, entretanto, ele vende toda a sua área a AS (o que reforça a possibilidade de aquisição de terras para sua utilização como reserva de capital), que adquire nessa mesma data mais outros três imóveis vizinhos e, em 1996, compra mais duas pequenas propriedades vivinhas ao seu imóvel, consolidando uma propriedade com mais de 588 hectares de extensão.

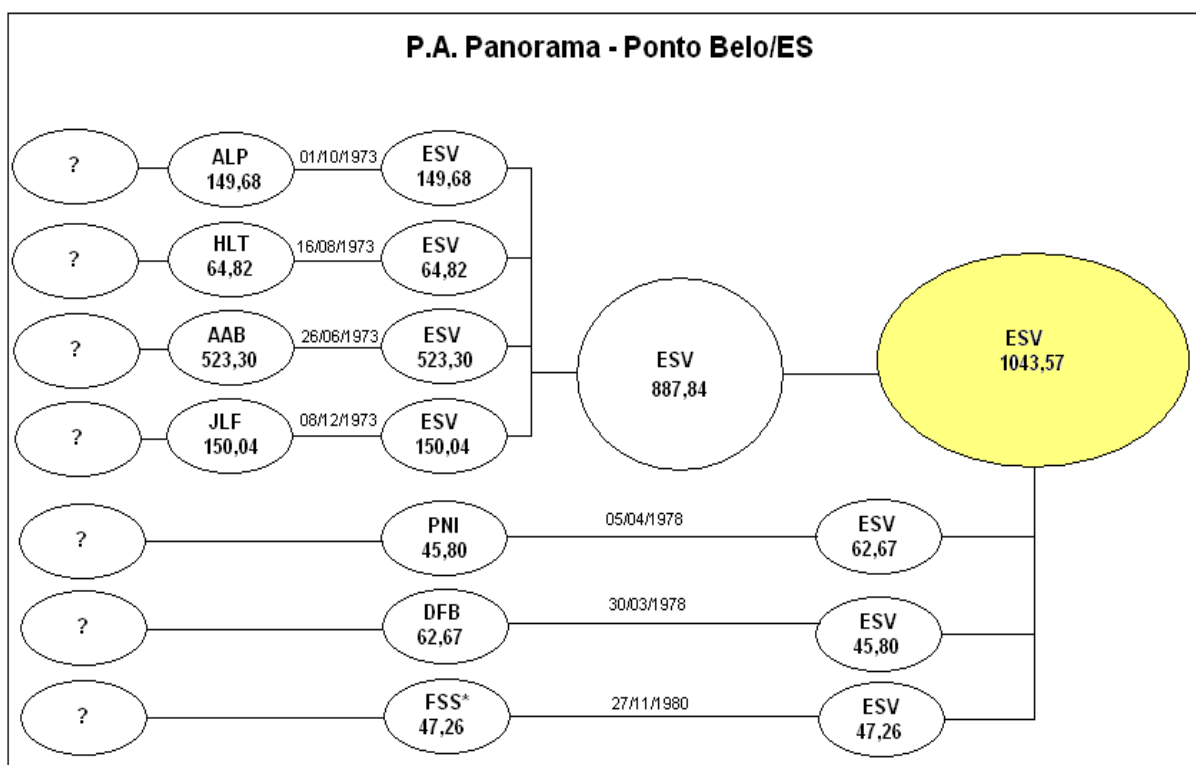


Gráfico – Cadeia dominial do imóvel que originou o P.A. Panorama – Ponto Belo. Fonte: INCRA/ES – Divisão de Obtenção de Terras.

Apesar de não ir até a origem de todos os imóveis, a cadeia dominial do imóvel que originou o P.A. Panorama , em Ponto Belo, traz uma evidência acerca do efeito concentrador da propriedade da terra que a Lei 647/1949, uma vez que o proprietário AAB já era proprietário de mais de 500 ha em 1973. Essa propriedade é, de certa forma, o embrião do latifúndio, o qual toma forma definitiva quando ESV adquire, em sequência, quatro imóveis vizinhos entre si, entre eles o imóvel de mais de 520ha de AAB. Cinco anos mais tarde, em 1978, essa mesma pessoa compra outros três pequenos imóveis vizinhos à sua propriedade, tornando-se assim proprietário de mais de 1.043 hectares de terras em Ponto Belo.

Como será abordado em maiores detalhes no capítulo seguinte, a maioria dos maiores proprietários da área de enfoque desse estudo são empresários do setor frigorífico, que comercializam e distribuem carne bovina, e que adquirem terra para eventualmente poderem locar as cabeças de gado cujo abate imediato não seja conveniente (afinal, não há maneira de conservar a carne mais fresca do que mantendo o bovino vivo). E segundo as entrevistas realizadas na região, constatou-se que ESV seria um dos proprietários de uma das redes de frigoríficos que atuam na área.

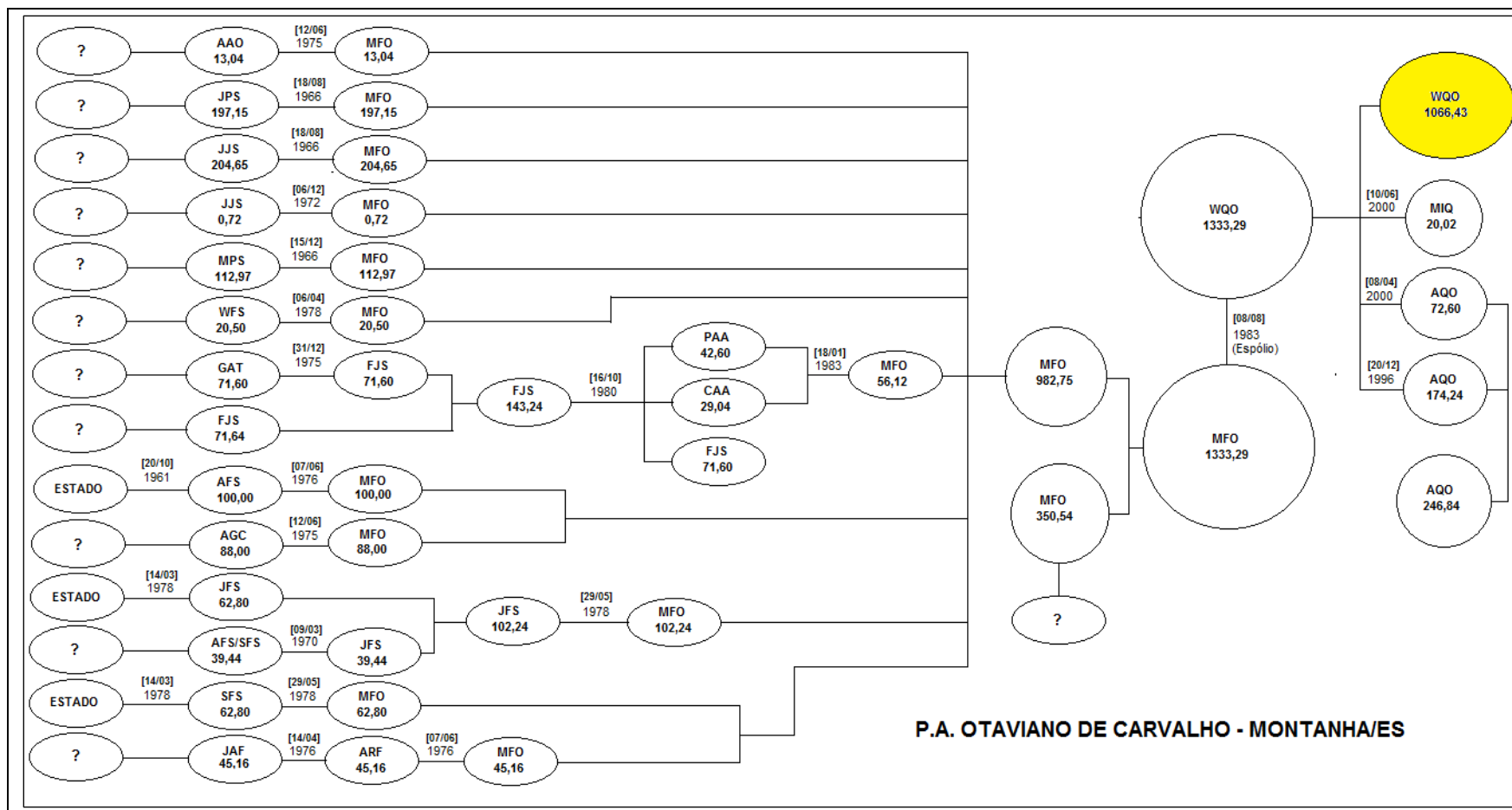


Gráfico 20 – Cadeia dominial do imóvel que originou o P.A. Otaviano de Carvalho – Montanha.

Fonte: INCRA/ES – Divisão de Obtenção de Terras

Não há muitas informações acerca da origem dos imóveis que vieram a ser incorporados pelo latifúndio que originou o P.A. Otaviano de Carvalho. O que é bem visível, entretanto, é que suas raízes remontam a meados da década de 1960, mais precisamente em 1966, quando o proprietário MFO adquiriu os imóveis de JPS, JJS e MPS, os quais totalizavam 514,77 hectares. Considerando que não há informações sobre a origem do outro imóvel de sua propriedade, de extensão de 350,54 hectares, duas hipóteses são possíveis sobre a origem latifúndio que veio a ser desapropriado para criação do Projeto de Assentamento Otaviano de Carvalho, situado no município de Montanha/ES:

Se o proprietário MFO já possuía este imóvel de 350 hectares quando comprou as três propriedades mencionadas, sendo esta propriedade de 350 hectares a fonte de capital para tal aquisição, configura-se um quadro típico de diferenciação interna, no qual a disparidade econômica e/ou os meios de intimidação proporcionados por essa disparidade (maior influência sobre as autoridades, grande número de agregados que atuavam como capangas, etc...) desencadearam o movimento de concentração fundiária que se inicia em 1966 e se grava posteriormente, principalmente entre o fim dos anos 60 e a primeira metade dos anos 70, quando mais de dez outros pequenos imóveis também são adquiridos e incorporados à propriedade de MFO; Nesta circunstância, já em 1966 MFO seria o proprietário de aproximadamente 865 hectares, ao redor dos quais existiam mais dez pequenos imóveis com extensão inferior a 100 hectares, que vão pouco a pouco sendo adquiridos e anexados a essa propriedade maior, que chega, no início dos anos 80, a ter mais de 1330 hectares. A venda destes pequenos imóveis pode, então, ter sido decorrente ou de razões de ordem econômica, pela incapacidade de seus proprietários provirem as necessidades de suas respectivas famílias a partir da produção agropecuária nos mesmos, tendo em vista a baixíssima renda proporcionada pela pecuária (atividade na qual a região se especializou desde a década de 1950); ou por meio da intimidação, o que nesse contexto, ao que os indícios indicam, era algo muito recorrente.

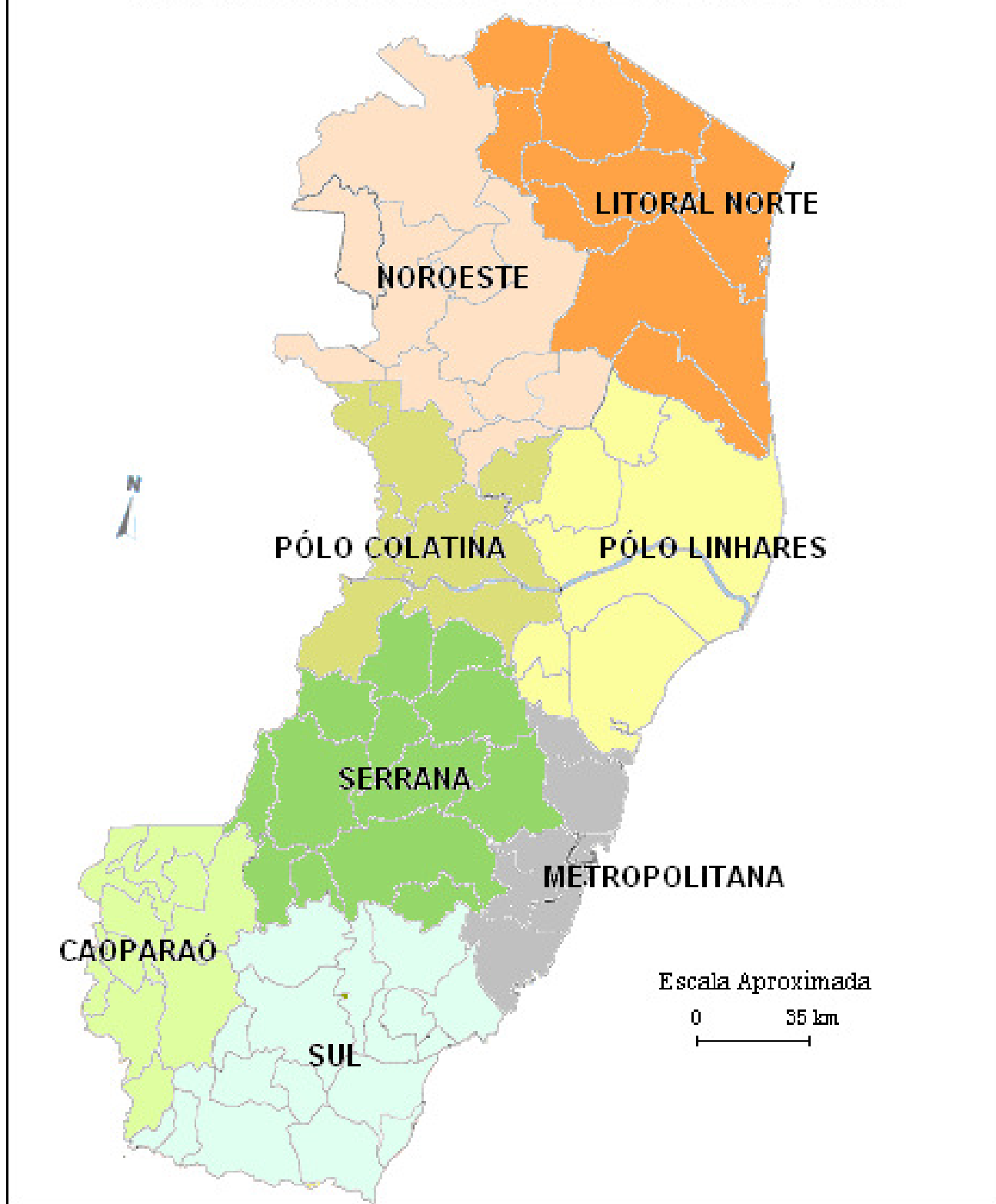
Caso MFO tenha adquirido sua propriedade de 350 hectares no mesmo contexto em que ocorre a compra das demais propriedades, é muito provável o capital seja de origem externa à área onde se localizavam esses imóveis e talvez até provenientes de fora do setor agropecuário, configurando um caso de capitalização da propriedade da terra. Essa possibilidade não exclui, entretanto, a possibilidade do uso de intimidação para aquisição dos imóveis, semelhante à primeira hipótese.

A partir dessas cadeias dominiais, mesmo com as limitações impostas pela ausência de contextualização em que as transmissões foram feitas e em alguns casos pela falta de dados, evidencia-se dois fenômenos de grande relevância: o primeiro, como já mencionado, é que a progressiva ampliação do limite de terras devolutas que poderiam ser requeridas por pessoas físicas fez com que a partir de meados do século XX algumas pessoas – aquelas que podiam arcar com custos processuais e por vezes com a intimidação necessária para abafar os conflitos com os confrontantes da área pleiteada – se apropriassem de uma vez só de centenas de hectares de terras devolutas.

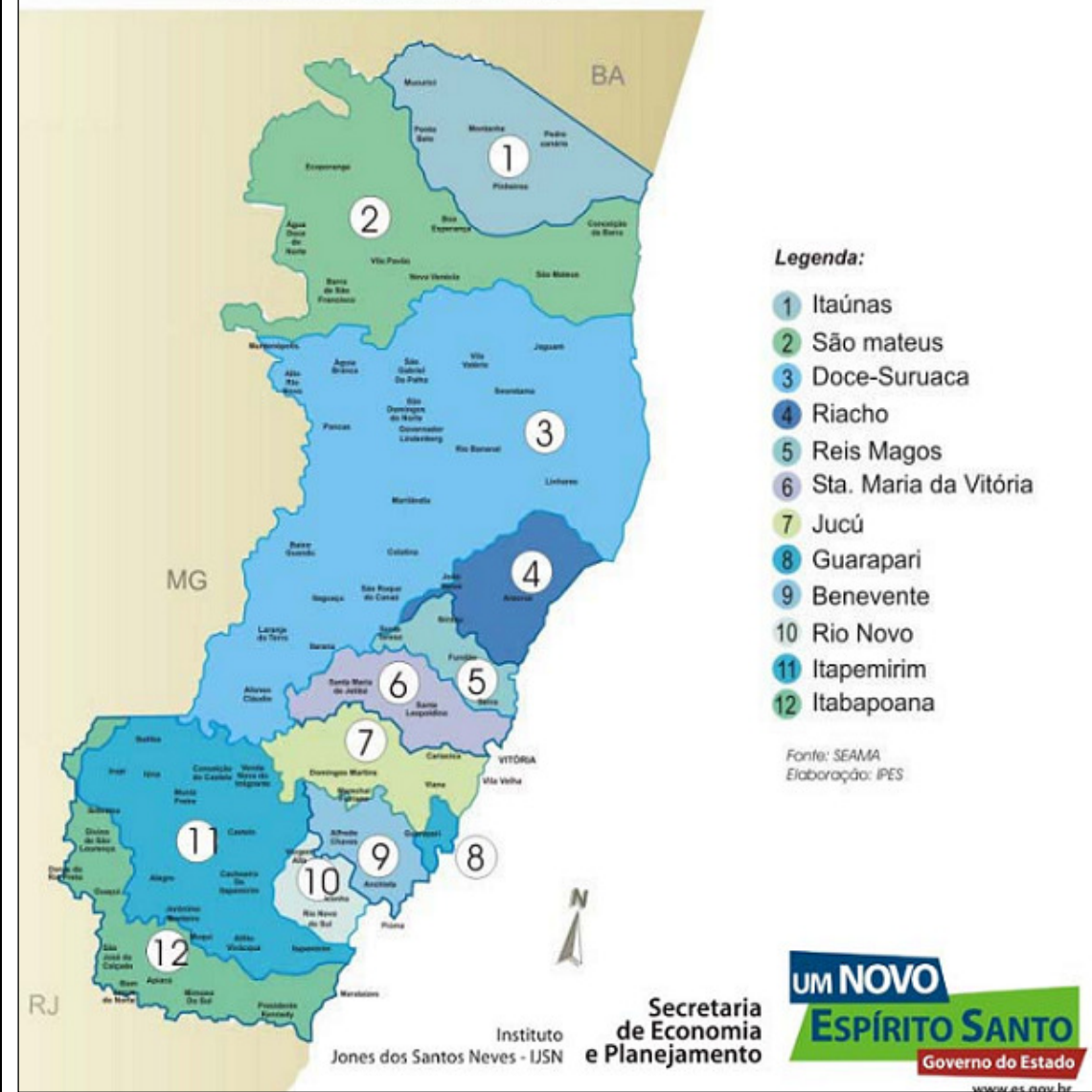
A outra constatação obtida a partir da análise da dominialidade desses imóveis é que apesar das condições para apropriação de terras em grandes glebas ser um fator desencadeador da concentração fundiária, existe outro que merece igual atenção: a intensa venda de pequenos imóveis que ocorre ao longo das décadas de 1960 a 1980, cujo auge ocorre na década de 1970, os quais vão sendo em geral incorporados por esses proprietários detentores de maiores extensões de terras. Para o entendimento desse fenômeno, entretanto, faz-se necessário aprofundar a investigação sobre a estrutura do referido período, o que será feito no capítulo seguinte.

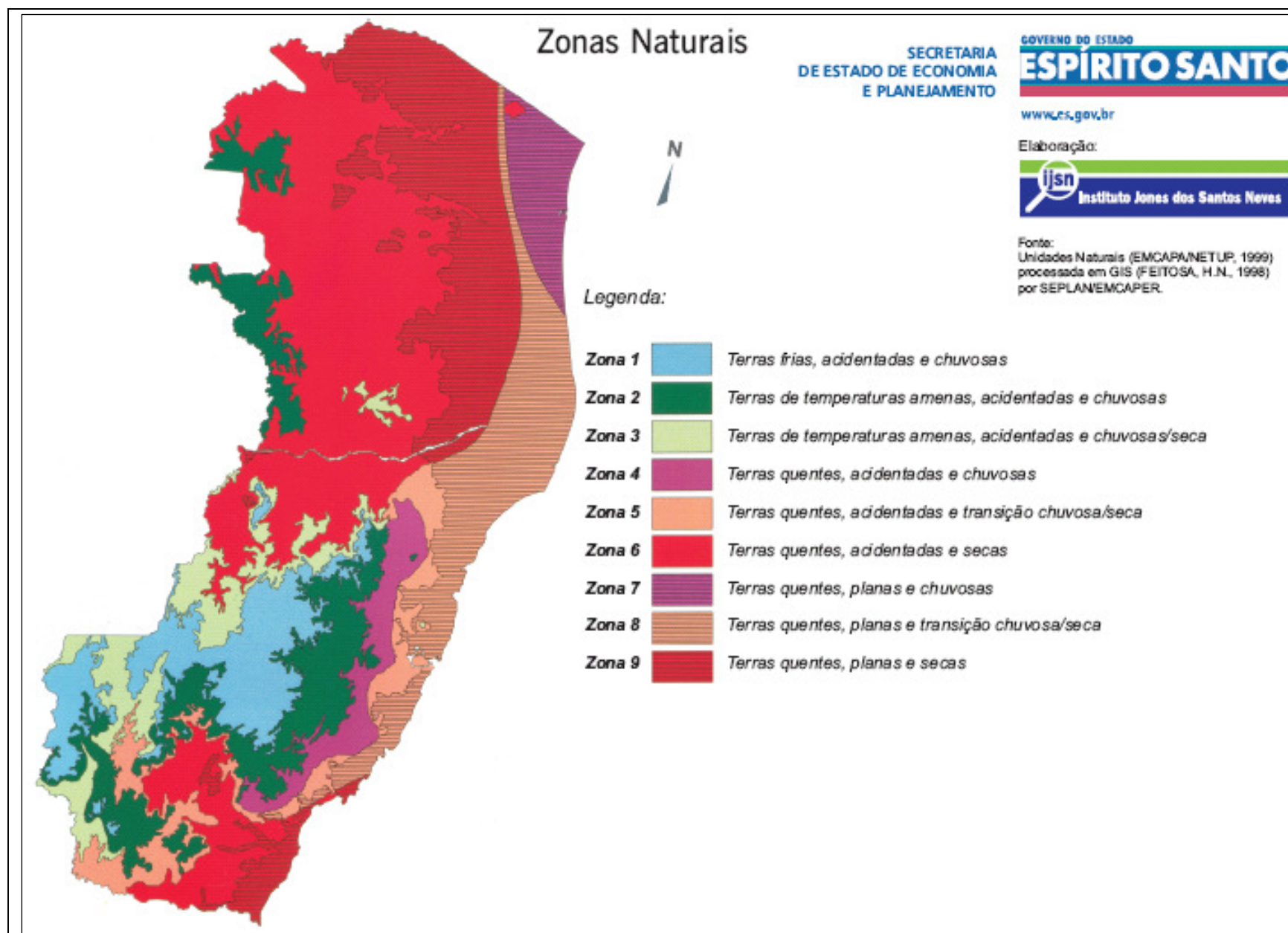
MAPAS COMPLEMENTARES

REGIONALIZAÇÃO PEDEAG 2007-2025



Bacias Hidrográficas





ENTREVISTAS

Entrevista com Ana Paula Fiorio Niossi, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montanha, realizada em julho de 2010, na sede do STR – Montanha/ES.

(...)

Seus pais são daqui mesmo ou são de outro estado?

A minha família mesmo é capixaba, né. Assim...veio da Itália. Tanto meus avós paternos quanto maternos veio da Itália.

E seus pais são da onde aqui no estado?

Meus pais veio de Acioli [João Neiva]. E aí tá aqui até hoje. Desde novinho vieram pra cá. E aí permaneceu aquela cultura né, de café, gado de leite. A mesma cultura de sempre.

Você sabe se eles vieram pra cá porque eles compraram terra aqui ou eles vieram pra trabalhar em terra dos outros?

Eles vieram pra trabalhar em terra dos outros. Aí depois eles foi e adquiriu um pedacinho de terra, né? E esses grande fazendeiro que tem hoje aqui, a maioria é que foi apossando, né? Os posseiros... Eu lembro que mainha contava que na época era mata pura. (...) Mainha contava que era tudo mata – lá de casa até ali no Vinhático (que é distrito aqui de Montanha). Era 25 km. Eles vinha em cima dum jequinho, ela falava. E vinha, comprava o fubá, comprava o milho, pra chegar em casa e fazer o fubá. Aí dali fazia a polenta, né? Aí o arroz vinha bater aqui também no Vinhático. Tirava aquela casca, né? E aí vivia de polenta, ovo, galinha, essas coisinha assim. Várzea, né? Porco. Mainha fala que foi sempre assim. Ela [se] criou com carne de porco. Os derivados do milho mesmo, né? Vivia disso aí, né? Pamonha, papa.

Você sabe se eles chegaram a trabalhar nessas madeiras que vieram pra cá nessa época?

Óh... até lá na minha comunidade, tinha uma...tem uma até... assim (...) uma coisa antiga – ainda tem hoje, né? Uma serraria. Mas assim: só uns resto né? Que tem e... Assim, eu acho que num chegou [a trabalhar nas madeiras]. Mas com certeza eles [meus pais] foram desmatando, porque mainha conta que antigamente era mata pura. Não tinha como, né? Cê vê que o desmatamento foi muito grande. (...) Você pode andar por aqui na região aqui, você não vê mata mais. Agora se você andar mais pra esse lado aqui que vai pra Cristal [Cristal do Norte, distrito do município de Pedro Canário] (...) – eu até moro pra cá, você encontra até muita mata ainda. Você

tem muita mata, mas assim, do que tinha antigamente...

A maior parte das pessoas aqui trabalha com pecuária, né? Pecuária de corte. Até os pequenos também costumam praticar a pecuária de corte.

É.

E pra quem que eles vendem isso?

(...) a maioria são atravessador, né? Chegam lá na propriedade... quer comprar o gado (...) a maioria é pro frigorífico mesmo. (...) Alguns mata clandestino, né? Pra vender a carne clandestina. Até que o prefeito proibiu a quatro anos atrás que não pode mais ninguém vender carne clandestina. Mas sempre tem, né? (...) Mas a maioria [é] pros frigorífico mesmo que vende.

Mas o frigorífico não compra? Geralmente é um atravessador que compra e revende?

Revende, uhm hum. A maioria é assim.

E são muitos frigoríficos aqui em Montanha?

Não. Aqui tem um só.

Um só?!

É.

É ele que compra quase todo a produção daqui?

Eles compra. Aí tem aquele Frigopan...Frigonor... que tem em Vitória, lá. [Frinorsa, cuja sede fica em Cariacica]. Muitos também vão pra lá, quando tem muito gado. Esse pessoal, os fazendeiro mesmo grande, vai tudo pra Vitória (...), pra aquele frigorífico grande que tem pra lá.

Os pequenos [produtores] é que geralmente vendem pro frigorífico daqui?

Os grande também vende pra cá, mas a maioria vai pra lá. Os açougue de Montanha compra muita carne...

Mas nunca compra direto do produtor, né? Compra do frigorífico.

Aqui proibiu [o abate fora dos frigoríficos]. Agora só pode comprar do frigorífico.

E eles mandam esses bois vivos pra Vitória quando eles vão vender pra lá?

É. Caminhão, né? Mas eu acho que a maioria [grande parte] vai clandestino também. Você encontra muito carro de boi (...) de madrugada, correndo fora de fiscalização.

Então, assim: os grandões [produtores] as vezes tem condição de vender direto pra Vitória, mas os pequenos [produtores] quase sempre fazem [a comercialização do gado] por aqui, com atravessadores locais?

É. A maioria é atravessador local. Já tem aquelas pessoas certa, né? Que vem (...) e aí leva [os bois] até o chefe, né? [o dono do frigorífico].

E os [produtores] de leite? Tem [indústrias de] laticínios também [por aqui]?

O leite tem a Damare, né? (...) Que tem até um frigorífico [laticínio] grande. (...) Tem um laticínio grande. Eles fazem queijo, né? (...) Tem o queijo, a manteiga e o leite. Tem a Veneza também que compra leite. Aí, a maioria dos agricultores, alguns têm resfriador outros não têm. Tem aquele sistema ainda de um cara com resfriador, (...) pega o leite de todo mundo, joga no resfriador, aí o caminhão vem e todo dia pega o leite. (...) Tem uns atravessador também, né?

E geralmente cobram algum a coisa para fazer isso?

Com certeza! Eles compra ou a própria empresa empresta o resfriador, né? E o caminhão vai direto lá e pega. A Damare hoje, quem tiver associação grande eles tão doando – doando não, emprestando, né? – o resfriador. Teve uma verba aí que veio há quatro anos atrás, eles compraram quatorze resfriadores de leite, (...) a prefeitura. Doou pra algumas associações e hoje tá lá parado no meio do mato e ninguém nem usa. Acho que uns quatro resfriador desativado. (...)

Mas aqui ainda tem muita gente ainda que não resfria o leite, que bota lá no baldinho, vai lá pega um carro leva tudo pra um resfriador só e depois revende ele.

Engraçado, essa Damare eu (...) não me lembro de ter visto produtos dessa marca lá em Vitória não.

Nossa vida! É um produto bom o deles. E é grande (...), dizem que eles tão aumentando tudo. Já é um trenhão que só você vendo. Eles tão aumentando aquilo tudo, eles diz que vai fabricar leite em pó. Vai fazer leite em pó. Eles tão com uma estrutura... e o emprego! Gera muito emprego. Dizem que só na fila [de espera por uma vaga de trabalho] tem mil e tantas pessoas, mas emprega muita gente. Então, só de currículo, a menina [da Damare] tava falando que tem mil e tantos currículos tem já, pessoal querendo emprego. (...) Já pega bem uma área grande de gente de Montanha aqui que não tem onde trabalhar que tá empregando. Aí, dizem eu vai

contratar mais cento e cinquenta pessoas depois que esse...que o leite em... a fábrica, os aparelho, né, fica pronto...o leite em pó.

A Veneza eu conheço bem, mas essa Damare eu não me lembro de ter visto...

Tinha outras aí, mas acabou não dando certo. O preço uma hora tava bom outra não tava, aí começou até a sacanear com os produtores, né?

Mas, no geral, eles devem pagar muito pouco (...) pros produtores (...), né?

Muito pouca coisa de diferença.

Vocês criam gado também, você seu pai?

Não. Lá [em casa] é só vovô que mexe com gado de leite. Vovô não, que vovô faleceu, né? Mas vovó lá, que ficou mexendo, é gado de leite. Café. Aí plantas culturas anuais, né? Milho, feijão, mandioca.

Ah, pensei que cês trabalhassem diretamente com a pecuária também. Porque tem uma coisa que sempre me intriga, assim, que parece que... É... Aparentemente [a pecuária] dá muito dinheiro, mas quando você vai ver, o cara, porra, parece não consegue ganhar nada com aquilo, né? A sensação que me dá é que com lavouras talvez eles ganhassem mais, mas fica aquela ilusão de que com a pecuária ele vai ganhar mais, né.

Assim, o pessoal até fala assim que o leite é um dinheiro certo, né? Todo dia você tem aquele...o leite pra você vender. Quando você pega um café (...), o café é um ano. Uma vez por ano. Você pega o milho, tem lá dois, três, quatro meses que ele dá [por ano], entendeu? Aí você tem muito gasto na hora do plantio e você vai ter que ficar esperando até a colheita. Então, assim, você (...) tem que fazer feira todo mês (...) (as pessoas reclamam muito disso também, né?), você tem que pagar a energia todo mês. Então, é... essa questão aí é meio complexa, né? Pro agricultor sobreviver na roça hoje.

A de leite é que te dá mais segurança, né? A de corte acho que é meio... (...)

O leite, além, do leite, ele tem o bezerro, né? O corte é só a carne mesmo, né?

(...)

A [falta de] chuva aqui é brava também...

(...) Assim, tem um período que fica seco demais...

De abril até setembro, né?

De vez em quando dá uma chuvadinha, mas a gente já passou por uns período muito crítico (...) aqui em Montanha. Igual, vocês vê, a agricultura (...) hoje, se você não tiver irrigação hoje, você não consegue produzir nada aqui na região.

Nem boi (...)?

Boi você consegue, mas começa a perder peso. Começa a você perder cabeça de gado, né? Como já aconteceu aqui umas duas, três vezes, né?

Entrevista com Edson Rezende, dono e fundador da Damare, realizada em sua residência, em Coqueiral de Itaparica (Vila Velha/ES), em maio de 2011.

O senhor é natural aqui da Grande Vitória?

Não. Sou mineiro. Sou do Sul de Minas. (...) Eu vim pra cá em em 76 trabalhar na Vale. Eu tinha antes me formado, trabalhava na Telesp, em São Paulo. Aí eu vim pra cá, fui convidado pra vir pra cá pra fazer a instalação de terminais de computador. Isso aí, quando eu vim pra cá, [durou] uns quatro anos, de setenta e seis até oitenta. Depois, eu gostei daqui, me aclimatei aqui, cabou esse serviço (...) e eu fiquei na Vale até aposentar.

Residindo aqui na Grande Vitória?

Residindo aqui na Grande Vitória. Nesse período eu tinha comprado um sítio lá em Barra de São Francisco. Na verdade eu saí da Vale em noventa e um e eu aposentei em noventa e cinco. Foi em noventa e um, a Vale começava a se preparar pra privatização, eu acho, né? Teve uns “bota-fora” lá e eu saí.

Teve um programa de aposentadoria [demissão] voluntária, né?

Isso. Teve umas propostas interessantes pra quem tava a até cinco anos da aposentadoria, que era meu caso. (...) Eu aposentei em noventa e cinco, mas eu saí da Vale em noventa e um. (...) Aí eu fui mexer nesse sítio meu lá em [Barra de] São Francisco e aí acabou vindo a ideia do laticínio, aí eu comecei com um laticínio menorzinho em Águia Branca. (...) Isso foi em noventa e dois.[Em] noventa e sete... noventa e oito, por aí assim, eu vendi o laticínio de Águia Branca pros meus filhos - acabou ficando com o mais velho - e aí comecei a montar um esquema de captação de leite lá em Montanha. Mas não tinha laticínio. Eu comprava desses tanques de expansão e punha em

algumas propriedades, pegava o leite em volta [e] trazia ele pra cá pra cá, em Águia Branca.

E você foi pra lá [Montanha] por que? Por que já sabia que tinha uma demanda muito grande dessa coleta do leite lá?

Há uma série de fatores, mas o principal fator realmente foi... Só tinha como comprador de leite na região ali, basicamente, a Nestle, porque a Veneza é uma compradora muito antiga, mas a Veneza [se] concentrava muito perto de Nova Venécia.

A Nestle tinha até uma sede em Mucurici, né? Que tem um laticínio...

Não. A Nestle tinha sede em Pinheiros, Vinhático, (...) Montanha e Ponto Belo. Em Mucurici quem tinha, mas já fechou há muito tempo, era a CCPL.

Que era de Nanuque?

Que era de Nanuque. Aí a Nestle fechou todos esses postos (...) Teve uma fase de produção ela realmente passou a não se importar com (...) o pequeno produtor. Ela tava numa fase de mudanças, de acabar com esses entrepostos do leite, e transportar todo o leite que na época - [e] até hoje - vai pra Teófilo Otoni. Então, o pequeno produtor, o cara que tinha pouco leite... porque o leite era transportado em latão e de repente ele deixou de ser transportado em latão e passou a ser transportado em caminhão tanque, e você não podia pegar o caminhão tanque já com sete mil litros de leite(...) pra descer num burquinho e pegar mais cinquenta leite. Então o pequeno produtor ficou muito desassistido. E como na época a Veneza não se interessava - ia dar mais distante, por exemplo Montanha, Mucurici, Ponto Belo, Sobrado, lugares mais de difícil acesso, mais longe, hoje ela vai, mas na época ela não ia. (...) Então ficou um grupo de produtores aí de 100 litros de leite (...), que ficou sem pai nem mãe. Mas a gente também, por outro lado, achava que [n]aquela região ali o pequeno ia ter voltar pro leite porque o pequeno [produtor] não dava pra ir pra cana, o pequeno não dar pra ir pro eucalipto...

E a pecuária de corte também não o garantiria...

O pequeno não dá pra ir pra pecuária de corte. Então como opção eu achei que ficava... nós achávamos que devia ficar voltar um pouco mais pro leite e um pouco mais pro café, que é cultura de venda anual, de pequena propriedade, pouco sofisticada em relação a máquinas. E aí a gente foi pra lá nessa aventura. Eu já (...) tinha aposentado

da Vale na época, mas eu queria trabalhar um pouco mais, né? Aí tinha um laticínio lá [em Montanha]. Existia um laticínio chamado Bonanza. Esse Bonanza na época tava alugado pra um tal de Jefferson. Antes teve um cara (...), inclusive era um português... carioca... ou paulista, eu não sei, que até alugou lá, comprou uns leite e depois foi embora e ficou devendo a depois alugou pra esse Jefferson. Aí ele queria lugar pra a gente, mas a gente falou que não tinha interesse em alugar, porque a gente foi lá ver era um laticínio feito com o objetivo de ensacolar leite, de vender aqueles leite de “barriga mole” e era tão pequeno que mal dava pra ensacolar uns 3 mil litros [por dia]. Era muito pequenininho. (...) Então agente acabou não alugando e acabamos comprando esse laticínio, mais porque já tinha um sítio, uma área razoável de terra (devia ter uns 30 mil metros de terreno), tinha lugar pra expandir. Agente comprou, e lá, hoje, em termos de leite, a gente deve tá mais ou menos igual a Veneza em quantidade de leite/dia... Eu acho que deve tá igual. Eu não sei quanto de leite a Veneza tem hoje, né? Mas a gente deve tá com uns 150, 170 mil litros de leite.

Por dia?

Por dia. Nós estivemos com mais de 200 mil na plena safra, né? Hoje nós fazemos queijo, fazemos manteiga e fazemos soro em pó. (...) Já estamos produzindo, mas não está entregue ainda essa planta de secagem de soro. Ela inda tá em testes...ela tá, meio complicado, a gente acha que já era pra estar operando desde de janeiro, fevereiro, mas até agora ainda tá na mão do fabricante. Mas já estamos secando, já temos secado o soro.

Deixa eu te fazer uma pergunta mais técnica (...) sobre essa questão logística: vocês recolhem o leite na região ou é a cooperativa dos produtores que armazena e vocês buscam nas cooperativas?

Não. Na verdade a cooperativa é a Veneza. Cooperativa que mexa com leite lá é a Veneza. Você tem algumas associações.

É. Essa cooperativa que eu quis dizer são essas pequenas associações, né? O pessoal se junta pra comprar aquele recipiente pra armazenar o leite.

Isso, isso. Isso já teve mais forte (...) Muitos proprietários de juntaram, compraram aquele tanque de expansão e começou a ser usado em dois, três, quatro, cinco... Isso ainda tem hoje, mas é pouco. As associações grandes já praticamente

acabaram. (...) Uma associação que eu sei que cresceu muito era uma de Itabaiana, e eles chegaram a botar algumas coisas de equipamento profissional. Mas aí foram o Ministério da Agricultura e acho que a própria Secretaria de Agricultura do Estado aqui, disseram que daquele jeito eles tinha que se legalizar (...) porque aquilo já tava quase virando um laticínio, né? Mas hoje (...) tem muito tanque da a gente, né? A Veneza tem muito tanque de expansão.

Eles ficam em alguns locais estratégicos pros produtores...

Mas hoje, normalmente, (...) você coloca sempre pro produtor e você tem como resposta a fidelidade dele, fica um pouco maior e não fica trocando de comprador de leite toda hora. Então a gente tem tanque, a Veneza também. A Nestle não tem. Há uma concorrência muito grande na compra de leite (...) A gente concorre com a Veneza, concorre com a Nestle. O laticínio de Colatina comprava também.

É mesmo? De Colatina? Chega a ter influência lá no norte?

Chega. Ele vai até Pinheiros, ele vai até Sobrado. É, eu tenho um irmão que tirava leite, (...) lá do sul de Minas, que dizia “Leite é o pior negócio do mundo. Não vale nada. Eu sei que o laticínio rouba a gente. Mas é o único produto que eu sempre tiro lá em casa e tem uns dois ou três compradores todo dia na minha porta. Pra tantas coisas eu tenho que procurar o cara pra me comprar. O leite eu não preciso”. E leite é isso, tem muito comprador...

E vocês atendem além de Montanha (...) muitos municípios ali do norte? Mucurici, Ponto Belo...

[acena que sim] Nós[também] coletamos leite em Ecoporanga, Barra de São Francisco, Águia Branca. (...) Em São Gabriel tem um laticínio menorzinho, mas tem também, chamdo Girassol. (...) Então de São Gabriel e Nova Venécia não tem muito porque a Veneza e esse laticínio ali...

Dominam aquele mercado...

É. É mais difícil de você entrar. Mas depois eu tenho em Boa Esperança, em Pinheiros...

É muito no Noroeste, né?

A gente tá tentando ver uma nova área, que seria ali em São Mateus, Linhares, aquela região ali, mas ainda não temos captação lá.

E essa concorrência que o senhor falou é muito ferrenha assim mesmo, de ter que brigar pelo produtor?

De leite é.

O que de certa forma acaba sendo melhor eles, né? Que começam a ter um pouco mais de barganha, né?

Eu acho que é bom pro produtor. Agora, o leite é um negócio que... o laticínio fica muito espremido, né? Entre o produtor de leite, que quer preço alto e o comprador de produto que quer o preço baixo. Então você não tem muita margem no meio ali pra você brigar. O laticínio é uma coisa de margem muito pequena.

Os preços são muito parecidos entre um laticínio e outro, por conta disso?

Acaba sendo. Há alguma diferença de preço, que é inevitável... não acho, assim, correto, mas é inevitável. Um produtor que tira quatro, cinco mil litros de leite por dia, acaba o leite dele valendo um pouco mais que o do pequeno. É uma pena. O cara que tira pouco é que tinha que ganhar mais, mas não é. O custo de ir buscar. O cara, eu pego um caminhão, mando buscar, e ele enche dois tanque. Eu pago o caminhão e passo em vinte lugar pra pegar sete mil litros de leite. O custo do transporte é caro.

Aquelas estradas de chão...

É. Estrada de chão... É isso. Mas...de um modo geral, é muito concorrido, é um ramo muito concorrido, nas duas pontas, porque pra mim também é muito concorrido. Tem laticínio de mais, né?

É. Ao que me parece ela abrange um mercado maior, a Veneza, né? Tem mais visibilidade, né?

A Veneza tem muito produto. Então ela se especializou muito mais em atender um varejo pequeno que eu não atendo. Às vezes aqui em Vitória eu tenho alguma coisinha numa mercearia, numa padaria, porque minha filha que aqui e que vende. Ela já vende outros produtos. Ela tem uma distribuidora, que era minha, e eu tive um avc... meu filho foi pro laticínio (...) e ela foi pra distribuidora de produtos. E ela tava colocando algum produto nosso. Mas a gente não tem muita (...) pretensão de varejar. A gente quer entregar um caminhão, se for possível, pra um cliente só, e se não for possível, pra um, dois, três clientes. E eu só fabrico queijo prato, queijo mussarela e manteiga. A Veneza faz vários tipos de queijo, tem vários tipos de iogurte, tem requeijão, tem

queijo ralado. Ela pratica um negócio um pouco diferente do meu. Eu tenho uma fábrica que é bastante automatizada, (...), é bastante máquina. E a Veneza tem uma fábrica que é bastante gente. E fazer muito produto é difícil pra você ... Se lá só faz queijo mussarela, você pode fazer uma fábrica e tocar ela com três, quatro pessoas por turno. Mas se você faz dez, vinte, trinta tipos de produtos, você tem cem pessoas por cada turno. Você não consegue automatizar tudo, né? Você começa a não ter volume, você começa a não ter espaço, não ter leite, porque é muito complicado. Em noventa e cinco eu fui até na Escócia, fui numa fábrica lá, e ela... Na fábrica de queijos dela ela tava trabalhando na época com 600 mil litros de leite/dia, mas ela era pra um milhão de litros. Ela tinha três funcionários dentro da fábrica de queijo por turno. Ninguém punha a mão em nada. Era tudo máquina.

Historicamente eles têm uma produção de leite muito maior que a nossa também...

Sim! E comporta. Lá eles são mais... O que eu senti muito na Europa foi que, como a mão-de-obra é mais cara elas sabem que não devem mais ter [tantos funcionários]. Eu devo ter, considerando a fábrica de queijos, e a do leite e do soro, uns vinte funcionários por turno em chão de fábrica. Isso para a Europa é muito. Porque o salário da a gente, teoricamente, ainda é, comprando com o salário do europeu, ainda é pequeno. Então, por uma conjuntura econômica, uma fábrica na Europa decidiu fazer cheddar, a outra faz outro tipo de queijo.

É muito especializado.

Cada um de especializou em uma coisa. Fizeram uma cooperativa de fabricante pra criar o comércio. Então lá é uma coisa que realmente, nessa área de laticínio, pra nós aqui é outro mundo. Porque nós ainda estamos numa mão-de-obra relativamente barata. Mas se o salário mínimo continuar subindo e a mão-de-obra encarecendo, eu começo achar que esse sistema [pouco automatizado] pode não ser viável num prazo de dez anos. Vai depender de onde vai caminhar a mão-de-obra, porque eu acho a Veneza deve ter mais despesa que nós.

A Veneza, você olha a história dela, ela surge lá nos anos cinquenta como uma cooperativa. Mas eu não sei... hoje eu não vejo muito esse caráter de cooperativa, pelo menos no porte que a coisa tomou, né? No começo todos os vendedores de leite eram praticamente os

associados. Hoje isso já extrapolou bastante, eu acredito.

É... ela compra leite de qualquer pessoa. Agora, tem pessoas que são associadas. Mas eu não sei te dizer se quem é associado tem alguma vantagem ou se só participa dos lucros. Essa política interna dela eu não conheço. Mas é uma cooperativa, tem algumas ajudas do governo.

Que vocês não têm?

É. Tem coisas que quem não é cooperativa não tem. Mas deve ter algum custo a mais por ser cooperativa... (risos) Leite eu acho um negócio difícil de ser cooperativa. (...) Você tem um negócio., fabrica alguma coisa. Se você não consegue vender o produto que você fabrica, você não compra matéria prima. Isso é válido em qualquer negócio, menos de leite. Porque o produtor é seu fornecedor. Quando chega em janeiro, eu não consigo vender meu produto, mas tenho que comprar o produto dele, senão ele não me vende em fevereiro, não me vende em março...

Ele passa a vender pra outro comprador...

[acena que sim] Então leite é um negócio que é difícil.

E como é que vocês fazem? Dão uma diminuída na produção ou tentam armazenar até onde dá?

É, você tenta armazenar. Com essa fábrica de pó que a gente fez, eu vou poder secar leite. Eu posso guardar ele por um ano.

Sem isso, estragaria mesmo? Você teria que comprar pra não usar, vamos dizer assim?

Não... não é comum perder leite, mesmo que você tenha que vender isso muito barato. Você corre de todo jeito pra não ter uma perda total e ter que jogar fora. Você não espera acabar a safra, né? Mas é um problema que você tem no negócio de leite. É inerente ao negócio. Quando o produtor de entrega o leite, você é forçado a comprar, e o produtor é forçado a te entregar. Então o produtor te entrega um produto hoje e não sabe a que preço. Então ninguém fica satisfeito com essa situação. O cara cria boi, aí o dia que ele quer vender o boi ele liga pra dois, três, quatro compradores e vende pra um. (...) Ele vendeu pelo preço que ele quis, ele botou o preço dele. Se não deu o que ele queria, pelo menos ele pediu, ele negociou, né? O leite não é assim. O cara te entrega ele, fica o mês inteiro te entregando leite sem saber o preço que você vai pagar por ele. (...)

Eu achei que fosse a priori que fosse estabelecido [o preço do leite].

[negativa com a cabeça] O cara tá entregando o leite pra mim agora em maio. Eu não sei o preço do leite. Na verdade, eu até tenho ideia do quanto vou pagar a ele (pelo que já ocorreu, pelo que eu já vendi, tô vendo como tá caminhando o mercado. Mas se ele falar pra mim dar o preço eu não digo. Porque eu vou pegar todo o leite, ver todo o leite que deu, ver o que eu fiz, o que eu vendi, a que preço eu vendi. Lá pro dia dez de junho, por aí assim, aí eu tô com o preço do mês de maio na mão. E isso não deixa o produtor satisfeito.

Sim. Ele gostaria de saber o preço a priori.

É. Você vende uma coisa sem saber a que preço tá vendendo. Então qualquer preço que você pagar a ele, o produtor de leite é um insatisfeito. Sempre. E não tem outra maneira de pagar a ele. Às vezes, a gente fala “olha, esse mês a gente vai pagar tanto o litro de leite”. Isso é normal o cara fazer. Aí, paga isso ou até mais. Mas é [só] quando o mercado tá muito previsível. Quando vai entrar numa safra, você não tem muita ideia. Você já tá com medo. Porque é um negócio que envolve bastante dinheiro. Se você começar a ter prejuízo, é um negócio que é perigoso.

Como é que é essa determinação dos preços a posteriori? É com base nas vendas? Na demanda do mercado? De um margem de lucro que você quer ter?

Cada um [laticínio] faz a coisa do seu jeito. Eu... Nós fazemos... A gente dá um apanhado no consumo de leite, no que eu produzi, a que preço eu já vendi, a que preço eu tenho expectativa de vender. E vou trabalhar com um margem aí de... sei lá. Acho que quando a gente consegue trabalhar com margem de 3% a 5% é uma margem muito boa. E aí o resto eu vou tirar os impostos, tira salário dos empregados, folha, e tal. (...)

Quer dizer o cara é quase um associado no final das contas?

[pensativo]É.(...) A gente não enxerga outra maneira de trabalhar. E se a gente for tentar alguma coisa assim tipo “no mês de junho o leite vai ser pago a tanto”, rapaz, o risco é enorme, porque como a margem de lucro é pequena,[se] você dá uma errada, você pode até passar um sufoco lá no negócio.

Você pode criar uma falsa expectativa também no produtor, né?

É. Porque se você diz que vai pagar, você tem que pagar, né?

Mas o preço que chega ao produtor, ele oscila muito assim de um mês pro outro?

Hoje, com a inflação baixa e tudo, a oscilação é pouca. Ele agora em maio, junho, julho, ele tende aí a subir um pouco, por conta da entressafra. E ele vai ficar nesse preço aí até, mais ou menos, outubro, quando atrasa muito as chuvas. Setembro ou outubro, depende se a chuva adianta ou atrasa um pouco. Aí eles começam a entrar na safra e vai cair um pouco...

Aumenta a oferta, né?

Aumenta a oferta, ele cai um pouco. Depois vai fazer o mesmo ciclo no outro ano. É difícil você sair fora desse ciclo. Agora ele muda é no tempo [condições meteorológicas] – no ano em que atrasa muito a chuva o preço alto vai até mais tarde, quando ela adianta ele (...) abaixa mais rápido. (...) E a gente tem que acompanhar o preço da região, né? É um mercado como qualquer outro. Se tem alguém pagando “X”, você tem que dar um jeito de pagar esse “X” também.

Se não o cara não te vende, né?

Não.

Mas vocês tem outra compensação, né? Tipo atender a uma área que não é atendida por outro [laticínio]?

A gente tem feito muitos convênios com prefeituras. Como é que esse convênio? A gente tem um cara, um mineiro de Belo Horizonte, que coordena um programa chamado “balde cheio”. Então você pega uma cidade, faz um compromisso com a prefeitura, ela te dá um técnico agrícola, ainda a gente paga um técnico agrícola, e ficam dois técnicos agrícolas num município atendendo a dez produtores. Aí esses dez produtores vão ser ensinados a tirar leite. E nós só fazemos isso com os pequenos [produtores], não há interesse em pegar nenhum grande [produtor]. Porque o grande, ou ele tem muita terra e não tá interessado nisso, ou ele já sabe (se ele tá tirando muito leite com pouco terra, é porque ele já sabe). Então a gente procura pegar o pequeno. E a assistência é muito boa, porque dois técnicos pra assistir dez produtores. Se o técnico for um pouco trabalhador, há um controle disso (e ser trabalhador é, no caso, fazer um ou duas visitas por semana). E o cara de Belo Horizonte passa uma semana aqui todo mês. Eles trabalham três semanas por produtor. Não fica uma semana só com esse cara de Belo Horizonte.

O cara de Belo Horizonte faz uma, duas reuniões, e escolhe algumas propriedades pra ele visitar em locu. Ele faz isso durante uma semana. Eu acho que tem sido muito o resultado.

Deve ter aumentado a produtividade, né?

Tem. Tem um cara lá – eu até tô pra ir lá e não fui (...) Mas tem um menino lá que tem três mil metros de terra. Três mil metros quadrados de terra.

É uma propriedade rural?

É. Uma chácara.

Nossa. Mas é pouquinho, né? Dá o que? Menos de um hectare.

Um terço de hectare. Ele tinha uma vaca. Ele tirava sete, oito litros de leite. (...) Esse cara é um exemplo do [trabalho] desse cara de Belo Horizonte. Em três mil metros quadrados hoje, ele tá tirando sessenta litros de leite.

Que isso, cara? Quantas vacas ele tem lá?

Não sei. Acho que sete ou oito.

Mas [cria] com ração, né? Criação intensiva.

[acena que sim] Irrigação, pasto rotacionado.

Que isso!? Em um terço de hectare?

Ele fez trinta pastinhos. Mal cabem as vaquinhas dele. Só que, segundo o meu filho, é o pasto mais bem cuidado que ele já viu na vida. (...) E tá numa satisfação imensa, porque eu tirei ele da miséria. Ele saiu da linha de pobreza absoluta.

É. Porque o grande problema da pecuária, que a gente nota, pelo menos da forma extensiva como ela é praticada geralmente, é a baixíssima renda por área. Então os pequenos proprietários tem dificuldade de sobreviver financeiramente. A gente só vê uma situação confortável pra quem tem mais de cem hectares e olhe lá ainda.

Eu acho que cem hectares ainda é pouco pra você criar boi, porque você vai botar cem bois ali dentro e com em bois não vai viver muito bem. O período da seca aqui é muito grande, e boi perde muito. Mas vamos supor que você consiga botar um boi por hectare, que é o cálculo que se faz aí, e que esse boi te renda seis arrobas por ano, você vai ter seiscentas arrobas por ano. E pra você viver o ano todo, vai dar cinquenta arrobas por mês. Não vai vier bem, mas dá pra viver. E a arroba tá boa, tá a cem reais, vai dar uns cinco mil. Mas tem os custos, né? Remédio, sal...

Mas os pequenos [produtores] geralmente praticam a [pecuária] de leite paralelamente [à de corte].

(...) O ganho do leite é importante. Mas o ganho com a cria é muito importante, né?

É como se fosse a poupança deles, né?

É. Você pari um bezerrinho numa vaca de quatro mil reais, em dois anos ele também vale quatro mil reais.

Bem, eu agradeço pela atenção. Muitas coisas que você me disse eu jamais iria imaginar. Eu pensei, por exemplo, que você fosse um agricultor lá da região que tivesse migrado da produção agropecuária para investir em laticínios.

Eu trabalhei em laticínio quando menino, né?

Então quando pensou em onde investir...

É... eu tirava leite. Eu nasci na roça.

[sobre a evolução do setor leiteiro no norte do Espírito Santo]

No norte, tirava-se muito pouco leite. No norte você tinha a SPAM, que pegava leite aqui em Pinheiros, Boa Esperança, Nove Venécia... esses postos todos da Nestle, que eu te falei, a Nestle comprou da SPAM. Comprou e fechou. A SPAM tinha uma fábrica de secagem, pra fazer leite em pó, em Nanuque. Ela comprava e levava pra Nanuque.

É? Nanuque sempre teve uma influência grande ali [no extremo norte do Espírito Santo]

A SPAM uma parte dela foi vendida pra Nestle e a outra parte pra Parmalat. A SPAM, de origem, é de Manhuaçu, e existe até hoje lá.

E deve ter aberto uma filial em Nanuque porque Nanuque virou um centro um centro de referência da pecuária no Brasil, né?

Nanuque virou. Tinha muito leite em Nanuque. Ela tinha uma fábrica de leite em pó em Nova Venécia, que foi vendida pra Nestle e a Nestle fechou. E era uma fábrica boa, grande.

E hoje ela concentra toda a produção daquela região em Teófilo Otoni?

Não. A Nestle hoje, de leite, ela tem Itabuna e Montes Claros. (...) Ela pegou tudo que ela fazia em tudo que é lugar e levou pra Montes Claros.

Resolveu concentrar ali...

Concentrou toda em Montes Claros.

É uma tendência, né? A medida em que o transporte vai ficando mais barato, começa a sere mais lucrativo pras empresas fazer esse tipo de coisa.

Ela concentra o leite. O soro você concentra com até 30%, 32% de sólido. Aí você tem uma capacidade maior de transporte. Você joga água fora pra danar [risos]. E a Nestle fez isso.

É. Lá em Teófilo Otoni, onde eu tenho alguns parentes, todo mundo vende pra Nestle mesmo. Eu só não sabia se a fábrica era lá mesmo ou se levavam pra outro lugar.

Lá foi da CCPL.

A CCPL comprou também aquele primeiro laticínio de Nanuque, o mais antigo, que eu esqueci o nome.

Bossi.

Bossi. Isso.

É esse que eu tô chamando de CCPL. (...) É. A CCPL comprou dele, depois. E depois fechou. Esse laticínio tá lá até hoje, mas não tem mais máquinas. O concentrador, o evaporador deles, que evapora leite e concentra, é o que tá funcionando na SPAM lá em Manhuaçu. Foi a leilão por causa de processo trabalhista. A Nestle comprou ela primeiro, quando a CCPL tava numa situação difícil. Mas tinha uma SPAM em Nanuque e tinha essa CCPL grande em Teófilo Otoni. Essa realmente era uma fábrica de leite em pó. E a Nestle comprou ela primeiro, quando a CCPL entrou numa situação difícil. A CCPL era muito grande. E era cooperativa. Ela tinha fábrica de longa vida aqui em Viana, tinha a fábrica de pó de Teófilo Otoni, tinha a concentração de leite em Nanuque.

Entrevista com seu Erotildes de Jesus, realizada na sede do STR em Montanha, em julho de 2010.

Seu Erotildes, nascido em 1942, natural de Jordânia, município da porção mineira do Vale do Jequitinhonha, hoje residente em Montanha, veio para o extremo norte do Espírito Santo em 1961. No município mineiro, sua família vivia da preparação para o plantio de terrenos ainda com mata em terras de terceiros. Seu pai, ele e seus irmãos,

derrubavam as matas e preparavam o solo para o plantio em terras de terceiros, que em troca permitiam que eles utilizassem essas mesmas terras por um certo período.

Sua família permaneceu quase toda em Jordânia, mas ele, junto com um conhecido, deixou sua terra natal e veio com intuito de se estabelecer em Nanuque, município que vivenciava um grande crescimento econômico e significativa urbanização, principalmente por conta da indústria madeireira. Todavia, eles decidiram tentar a sorte em Montanha. Não conseguiram, entretanto, se apropriar de terras devolutas, já que quase todas já haviam sido apropriadas. Seu Erotildes, então, trabalhou em terras de terceiros, também preparando terrenos de mata virgem para o plantio, a semelhança do que sua família fazia no Vale do Jequitinhonha, além de ter trabalhado para a Brasil-Holanda, maior madeireira de Nanuque, que com o advento do transporte rodoviário, começou a explorar madeira em áreas que hoje pertencem ao município de Montanha, onde ele foi residir.

Erotildes chegou a conseguir comprar uma propriedade rural em Montanha, na qual trabalhou por certo tempo. Mas tendo os filhos deixado Montanha e ele obtido sua aposentadoria, vendeu as terras e hoje mora no perímetro urbano do município.

O senhor falou que chegou aqui em 1961?
1961.

O senhor não nasceu aqui não?
Não nasci aqui não. Nasci em (...) Minas. Ou era Minas ou Bahia. (...)

O senhor lembra o nome do lugar?
Lá é Jordânia [MG].

Jordânia... No Vale do Jequitinhonha, né?
É. Vale do Jequitinhonha (...) Minha família quase toda mora lá. Eu tenho...só irmãos acho que tenho lá dezessete irmãos.(...)

O senhor tá com quantos anos?
Eu vou fazer sessenta e oito.

Você veio pra cá ainda criança então?
Foi. Muito novo.

Você veio sozinho ou sua família veio também?

Vim só. (...) Saí de lá mais um companheiro. Chegando aqui o companheiro me largou aqui e foi pra Mucurici, né? E aí eu me se virei, né?

E o senhor foi trabalhar em que quando chegou aqui?

Se eu fosse te contar o tanto de serviço que já fiz na minha vida... Quando eu cheguei aqui, o primeiro serviço que eu fui enfrentar pra ganhar um troco foi ajudar a esgotar uma cisterna ali, que um cara ainda bêbado deixou um balde de lama escapolir de lá de cima e...(...) Olha, mas se eu for contar a minha vida... (...)

Você trabalhava sempre em terra dos outros?

Depois foi que eu cheguei aqui, comecei a tomar conhecimento (...). Um homem que tinha aqui, chamava Lourão, (...) comprou uma terra aqui no dezoito, aí eu fui pra lá, né? E lá (...) fazia preparação de terra plantando um feijãozinho, uma batata, umas coisa assim. E fazendo cerca lá pra ele, né? De lá ele vendeu cá e foi pra perto de Pinheiros. Eu fui pra lá, trabalha lá.

Seu Erotildes, você lembra daquelas empresas que cortavam madeira aqui?

A Braolanda [forma como a Brasil-Holanda ficou popularmente conhecida]? Eu lembro da Braolanda, eu já até trabalhei nela. Você só via carreta e cara com moto-serra dentro desses mato. Trator de esteira... Inclusive eu tenho um tio-cunhado que trabalhava nessa Braolanda (...) Ele morreu. Um pau que matou ele. Ele era serrador, né? Ele foi derrubar um pau (...) aí um veio de lá e ele não viu e bateu na cabeça dele. (...)

E o senhor trabalhava nisso também, cortando madeira?

Trabalhava, na Braolanda mesmo, de empreiteiro. Já trabalhei como empreiteiro, né? Tirei muita madeira nessas mata aí pra dentro aí, oh. Descascando jacarandá (...)

Além da Braolanda, tinha outras empresas de madeira também?

Que eu alembro (...) só dessa. É só a Braolanda mesmo que eu alembro, né? [Mas] Quando eu cheguei aqui ainda tinha serraria aqui dentro [da sede do município de Montanha] (...) Ali onde é essa casa que vende peça de carro ali, perto do correio, a delegacia era ali, e tinha um depósito de peroba, tudo de peroba, ali. Na semana que eu cheguei aqui, uma serraria que tinha ali naquela área ali que tem aqueles poste ali hoje, a serraria era ali. Uma caldeira dali explodiu e um pedaço de serra voou e foi lá no fundão matar uma

mulher. A mulher tava sentada com uma criancinha, e aquele pedaço de serra veio e bateu nela e ela caiu. Matou a mulher e [com] a criancinha não fez nada.

Essa serraria era da empresa [Braolanda] ou era de outra pessoa?

Era de um cara que tinha aqui que... Anecleto. Chamava Anecleto. E tinha outra aqui também (...). Ali onde tem aquele depósito Nossa Senhora da Penha, que a prefeitura coloca maquinário ali, aquilo ali era outra serraria. O dono dela chamava Adeco. No tempo que eu vim pra aqui, ainda tinha ainda aqueles trem de ferro ali em Nanuque.

A Bahia-Minas, né?

Ah! Tinha até essa Bahia-Minas também, né?

(...)

Mas eu já derrubei mata... Eu pegava quatro alqueire de mata pra poder brocar e derrubar.

Vocês derrubavam só peroba e jacarandá e depois via o que que tava derrubando?

Não...é... quando começou – naquele tempo não tinha essa fiscalização – a gente derrubava era tudo que topava na reta (...) pra fazer roça, né? (...) A gente demorava quase meio dia pra derrubar um pau daqueles... [presume-se que ele se referia a um jequitibá]. Depois que veio a Braolanda (...)

[Sobre as madeiras de lei para as serrarias] Eles levavam de caminhão?

Numas carreta (...) Tinha uns negócio assim parecendo um bico de papagaio que chamava gato. Pegava ele assim e cortava um pau dessa grossura e socava naquele lugar que ele tinha tipo uma corrente, e jogava assim debaixo de um torão de pau e ia chamando um [homem] de lá e um [homem] de cá e ia rolando assim até chegar na posição que ele queria pra botar na carreta.

Seu pai trabalhava em que lá em... (..) Jordânia?

Meu pai era um roçaliano daqueles... (...) Chegava numa fazenda, o povo entregava aquela matona e falava “oh, véio, toma conta aí”. Nós que era os que limpava aquelas mata tudo.

Meu pai, ele era um velho tão roçaliano... Se que vê como é que ele fazia? Nós tava roçando na mata, e ele com um jornal embrulhado, cheio de semente de abóbora e melancia. Ele batia a foice assim, abria aquele buraco e jogava aquelas sementes ali...

Quando era no mês de agosto... Tem um dia santo no mês de agosto, era o dia é que pai gostava de chamar nós pra botar fogo ni roça. Quando a

chuva batia, moço, aquelas abóbora nascia...as melancia... aquilo era abóbora que...perdia na roça.

Seu Erotildes, e essa ideia de vir pra cá [pro Espírito Santo], o senhor teve como (...)?

Eu nem sabia...Eu nem vinha saber esse nome de Espírito Santo, né? Quando eu vim pra aqui, a minha ideia (...) era nós ir pra Bueno – (...) naquela época (...) o nome de Nanuque era Bueno. Quando chegou ali em Nanuque, ele [o amigo que migrou com ele] falou assim: “*óia, tem um lugar aqui na frente*”, ele falou o nome de Montanha, eu achei o nome estranho, “*tem um lugar aqui na frente que se chama Montanha. Eu acho que nós devia ir pra lá*”. Mas aqui ele já tinha uns conhecido aqui, aí pro lado de Mucurici, né? Ele já tinha trabalhado aqui umas época. Chamava até Adão. Aí eu falei “*bom, se cê acha que lá é bom pra a gente ir, vão bora*”. Aí nós veio de lá pra aqui. Nesse tempo a estrada passava lá em cima, assim. Ainda tem o lugar onde que era ela vinha e descia assim e saía lá no fundão. Só vinha carreta de lá pra cá. Aí ele chegou aqui (...), encontrou um cara aí conhecido dele que trabalhava num caminhão. Aí me chamou pra poder nós ir lá em Serra dos Aimorés. Tem Serra e tem Aimorezinho, né? Porque Aimorezinho era um lugar bonito. Lá tem um lugar lá que chamava Baixa Grande, que já tinha farmácia, tinha loja. Agora não. Agora acabou, porque naquele tempo que passava a linha de trem ali, Aimorezinho era uma cidadezinha bacana. Depois[da desativação da EFBM, presume-se], o povo foi vendendo tudo pra um fazendeiro que tem aqui (...), que ele é sócio daquela usina, sócio da Brahma, chama Délio... Délio Rocha . Foi vendendo as casas... vendendo, vendendo, vendendo...Mas hoje, praticamente você passa na estrada e você não vê. (...) Hoje é cana pura. Tinha muito boi aqui, nesse tempo. Mas ele passou a ser sócio da usina lá, aí ele danou fazer plantio de cana.

(Sobre como a madeira era posta nas carreta)

seu Erotildes explicou, com gestos, que eles posicionavam a carroceria do caminhão em um local de declive, de forma que o terreno onde estava o tronco ficasse em um nível mais alto que a carroceria, e então vários homens iam rolando o tronco até que ele “caísse” na carroceria da carreta. Ou então, quando a topografia do local não permitia que isso fosse feito, eles cavavam um buraco, onde se posicionaria o caminhão, pra que os homens rolassem o tronco até este cair em sua carroceria. Só tempos depois é que, nas

palavras dele, “começou a vir trator e ninguém pegou mais peso”.

(Sobre terras devolutas) Seu Erotildes explicou que praticamente já não havia mais terras disponíveis.

“Nesse tempo aí cada um já tinha seu terreno, né? (...)”

Entrevista realizada com Daniel, na sede da Veneza, em Nova Venécia, em 06/07/2011.

Seu primeiro emprego de carteira assinada, como ele mesmo frisa, foi na própria Veneza, uma Cooperativa que atua no setor de laticínios. Foi Secretário de Agricultura de Nova Venécia por três administrações municipais e atuou na Nestlé entre 1995-2001, quando então retornou à Veneza.

Sobre a história da Veneza, o site da empresa fala que ele surgiu nos anos 50, 1956 se não me engano.

1953. Tem 57 anos. Ano que vem faz 58 anos. Aliás, fez 58 anos agora.

Eu conversei antes com o Edson Rezende, o dono da Damare, aquele laticínio que tem ali em Montanha...

Cláudio.

É. Cláudio é o filho dele. O Edson...

Ah, é. O seu Edson.

É. Ele teve me explicando que ele começou a trabalhar naquela região, especificamente, de Montanha e Mucurici por conta daquele processo de compra de vários laticínios pela Nestlé no início dos anos 90. Ficou um vácuo...

É. Exatamente. A Nestlé não tinha interesse me trabalhar com o pequeno produtor rural. Ela tinha uma demanda de qualidade e de volume (diário) muito grande, né? E aí ele começou a ver que tinham vários produtores rurais que não conseguiam se adequar àquelas demandas da Nestlé e falou “opa! Vou tentar montar um laticínio tendo como público alvo, para o fornecimento de leite, esses produtores”. E me parece que a expansão da Veneza para o norte do Estado não é tão antiga assim também, né? Deve ter começado nos anos 90 ou início dos anos 2000, não sei exatamente.

Em noventa... e quatro. 1994 criou essa fábrica aqui. Era da Spam na época, né?

Ah! Isso aqui era da Spam?

Era. Sociedade Manhauçu. A parte norte do Estado que era da Spam ficou com a Nestlé...

É. Ela comprou e fechou os entrepostos, né?

É. E a parte sul do Estado ficou com a Parmalat.

A Nestlé ainda é muito forte na região de Teófilo Otoni. Lá eu vejo que quase todo mundo vende pra eles. Tem uma instalação deles ali que faz... como é que se chama.... não é que faz o leite em pó não, mas que condensa o leite...

Pré-condensado.

É. Isso. Pré-condensado.

A gente faz aqui também.

Lá nem o pessoal só vende pra Nestlé, basicamente. Não tem outros laticínios. Aqui ainda tem mais de um a opção pro produtor rural pelo menos.

E aí desses produtores da nossa região aqui se não fosse uma cooperativa. Se bater na mão de uma multinacional...

É. Igual à Nestlé. Eles não conseguem fazer negócio com a Nestlé de jeito nenhum. Então, foi nesse mesmo contexto que a Veneza também expandiu os negócios dela pro extremo norte do Estado, por conta desse vácuo deixado pela Nestlé?

No caso específico da Veneza, até 2000... 2001, por aí, a Veneza ela não tinha seu leite ainda granelizado. Então ela não tinha como buscar. Ela não tinha uma estrutura pra trabalhar o leite granelizado, que é o leite gelado, que se fala aí, né? Puxado a granel. Então a partir de 2001 ele montou uma estrutura. Primeiro ela se preparou aqui na fábrica, pra poder receber essa produção, essa demanda. E ela se estruturou com equipamento, com veículos, com tanques, rodoviários. E daí sim, ela foi buscar esse mercado que foi deixado pela Nestlé e alguns concorrentes também, né?

É. Eles ficaram um período meio desassistidos, né?

É. Mas no caso da Veneza, ela não tinha estrutura ainda pra trabalhar na região de Montanha, Pinheiros, Mucurici, Ponto Belo. Mas depois com a implantação do processo de granelização para o cumprimento da instrução normativa 51. Aí ela se

estruturou e nós fomos buscar na região a matéria prima que ela precisa.

Deixa eu te perguntar uma coisa: o preço padrão que vocês trabalham com o produtor é o leite tipo C?

Não existe mais essa padronização. Hoje, a instrução normativa não fala isso. Tipo A, tipo B, não tem. É leite, e a gente faz o controle da qualidade através de análises laboratoriais, né? Mas dizer que tem padrão, leite tipo A, leite tipo B, não tem.

Não sei exatamente qual o rótulo que eles usam. Mas na Selita, eles tem uma qualidade padrão, pra qual eles definem determinado preço. Se a qualidade for superior àquela qualidade padrão, eles bonificam, e se for inferior eles também pagam a menos que valor estabelecido para aquele padrão...

Ah! Nós também temos o pagamento diferenciado por qualidade. Tanto bonifica quanto penaliza. Se tiver ruim, o produtor tem desvantagem. Mas o objetivo aqui da Veneza não é penalizar produtor, é fazer com que ele melhore a qualidade. Melhorando a qualidade, é melhor pra ele, o rendimento industrial é outro e o objetivo maior que é o consumidor vai receber produtos de boa qualidade.

Eu notei que a Veneza me pareceu ser assim... a empresa que pareceu assim.... não tem exigências assim tão excludentes com os pequenos produtores. Pouquíssimos pequenos produtores trabalham com a Nestlé. Tem uma quantidade boa que trabalha com a Damare, mas a maioria mesmo trabalha com a Veneza, né, pelo que eu pude perceber pelas entrevistas que já fiz.

É, porque o principal objetivo da cooperativa é.... a responsabilidade social é muito grande. Como 'e que uma empresa ela... o cara se associa a uma cooperativa, ele paga um ônus, um capital integralizado, né? E depois na hora do... da... vamos dizer assim... da busca até desigual na compra do leite dos produtores você excluir produtores. Nós não temos como fazer isso. É lógico que o processo de.... a instrução normativa 51 ela veio de uma forma que se os produtores não se adequarem eles tendem a excluir. E aí entra a cooperativa. As cooperativas, a própria secretaria de estado da Agricultura, que é um parceiro muito forte das cooperativas, então a gente agrupa esses pequenos produtores em regiões pra não deixar eles saírem, se não eles vão entregar a sua produção a quem? Entregar a

qualquer laticíniozinho de fundo de quintal, aí corre o risco dele produzir e não receber, como já teve muitos casos na região, não é novidade pra ninguém. E isso tem um custo para as cooperativas.

Entrevista Altieli Wagmaker Santos, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ponto Belo, realizada na sede do STR em junho de 2011 e que contou também com a presença de seu pai, Antônio Pedrosa Santos, assentado no P.A. Franqueza e Realeza (Ecoporanga/ES) e seu tio, Altemar Roberto, funcionário do STR.

Então, aqui até os pequenos produtores rurais também são predominantemente pecuaristas?

Todo mundo. Pequeno a grande. Todo mundo tem sua vaca.

E o pessoal que pratica pecuária aqui é que? Leite e corte? Pratica os dois? Ou só corte?

É leite. Tem uns grande proprietário que tem uns gado de corte. Mas no todo, falando dos pequenos, é mais é gado de leite. É aquele ditado, né? A goteira que pinga todo mês... é o leite, né?

E vocês vendem pra quais laticínios?

Aqui o pessoal vende pra Damare... tem um pessoal aí... os pequenos mesmo entregam pra Damare. Mas tem uns grande aí pra fora que entrega pra Nestlé, que exige qualidade, tudo...

E uma quantidade mínima também, né?

É. Tem a Veneza que compra também.

Mas a Veneza trabalha com o pequeno também?

Trabalha. Que nem a Damare. É o mesmo jeito. Ela é assim: ela terceiriza pra outra pessoa coletar e colocar no resfriador. Então, é o seguinte, é o que eu falo. Hoje, o pai de família, pra tomar um leite da Veneza, se o cara for alhar, ele não bebe. Porque eu falo por experiência própria, porque tem um rapaz aí que se chama João Gambiarra (olha o nome do homem [risos]...), a qualidade do leite do cara é péssima.

A Damare não faz isso [coletar o leite nos baldes na porta das propriedades]? Ela faz como pra recolher o leite?

A Damare ela tem...cada agricultor tem seu próprio resfriador. Quando não tem, ela çaça um

meio de procurar ali de cinco a oito pessoas mais próximas pra colocar o resfriador ali centralizado, pra não precisar tá pegando leite lá, bota num balde, bota “ni” outro. Aí ela já prefere que o próprio pequeno agricultor põe na moto, põe no seu cavalo, e vai lá e derrama no resfriador.

Ela mesmo cede o resfriador?

Ela mesmo sede. Outra hora o pessoal já tem e faz tipo um convênio ali. O cara cobra três centavos por resfriamento do leite. Aí paga a manutenção do resfriador e sede.

Tem alguma diferença de preço, de quem paga melhor? A Nestlé, a Damare...

A Damare ela paga o agricultor pequeno, que entrega nesses resfriador, se o cara tiver uma qualidade boa de leite, ele ainda recebe como prêmio um bônus por qualidade. Dois, três, quatro, até cinco centavos [por litro] ele ganha, pode tirar até mais por esse leite. Aí, o que que acontece. A Veneza ela já não paga [adicional por qualidade]. Ele paga um preço. Ela paga um preço menor (o menor mesmo aqui é da Veneza). O cara põe o leite na porta da casa dele [e a empresa busca]. Só que é igual eu tô te falando. Ele tira o leite lá no curral dele com qualidade. Bota ali na beira da estrada. Só que porém, só Deus sabe a hora que o cara vai pegar, entendeu? Aí vai pra onde a qualidade do leite? Aí onde que ele poderia tá ganhando ele tá perdendo.

Mas em termos de pagar, ela paga menos que a Damare?

Paga. Você tá recebendo a quanto? [pergunta pra outro funcionário do sindicato que entrega leite pra Veneza]

[Tio de Altieri, que também trabalha no sindicato] Esse mês foi sessenta centavos [o litro].

Lá na roça, lá nós temo um resfriador lá na Franquza, no Assentamento que eu moro. Lá nós tão recebendo a setenta e um já. [...] Eu mais pai a gente trabalha junto com a Damare aí, assim, não é porque é uma boa empresa, que é isso, aquilo outro, mas é uma empresa assim, que tá no mercado hoje, mais próximo aqui e que te dá mais... melhores condições pra você trabalhar. Nós tamo tentando agora mesmo, aqui próximo aqui, conseguir um resfriador pro pessoal [com a Damare]. São seis pequenos agricultor. O cara anda, nada nada aí, anda três, quatro quilômetro pra botar o leite no resfriador do cara que eles põe. O cara cobra cinco centavos [por litro] pra resfriar o leite dele. Aí você imagina: cinco centavos de cada produtor por litro de leite. É

dinheiro demais. Já recebe pouco, e você cinco centavos pra resfriar o leite.

A Nestlé, ela paga melhor que essas duas?

Ela paga porque além dela pagar por volume ela paga por qualidade de leite. Quem tem um volume de leite acima de 500 litros [diários] ela paga até 78 centavos.

Caramba! Que diferença, né cara?

Grande, grande, grande. É igual eu to te falando. A Damare, se você tem qualidade, você ganha uns 71 fixos e mais... pode chegar aí até 74 centavos por qualidade. É uma diferença enorme, imcomparável [com a Veneza].

Vem cá, eventualmente o pessoal mata um boizinho ou outro quando tá precisando de uma grana? Vende o gado pra corte?

Como você fala? Quando eles tá precisando de dinheiro? Eles vende o gado, ué. Os bezerro. Principalmente bezerro. Igual, como o que tem mesmo é pequeno agricultor, eles vendem mais é os macho. As fêmea fica. A terrinha igual eles tem na pequena agricultura, a terra deles é pequena, os bezerro macho eles não segura não. A mais dos agricultor aqui não segura não.

Se não, não tem pasto que aguento, né? E aí vende pra quem? Vende pros agricultores maiores, que tem mais terra?

Os maior, né? Eles recriam, né?

E quando precisar abater por algum motivo? Tem que vender pro frigorífico?

[pai do Altieri] É, os grande pros frigoríficos.

Os pequenos geralmente não vendem direto pro frigorífico não? Vende pro grande que depois vai...

É muito difícil de vende. Só quando tem alguma vaca velha lá ou alguma novilha que não dá procedência leiteira, aí vende pros dono de açougue.

[pai do Altieri] E o dono do açougue mata em Montanha.

Ah! O Dono do Açougue então leva pra Montanha, pro frigorífico?

É. Hoje se pegar esse pessoal que tem açougue aqui matando clandestino, é multado, ué.

Tem aumentado muito a fiscalização, né?

Tem. É igual na fiscalização leiteira. O fiscal da Damare direto tá no resfriador olhando.

O da Veneza não [faz isso]?

Nem liga. Tem vez que eles pega o leite e chega com o leite já tarde demais, porque os carro de gambiarra quebra muito, sabe o que eles pega e faz? Pega... [tentando lembrar] pó royal e põe dentro do leite e o leite volta ao normal. O leite qualhado volta ao normal. Então aí, qual o leite que você vai beber desse jeito? Tem hora que eu falo moço, esses trem da Veneza assim, eu olho tem hora pra comprar e falo “puta-que-pariu”... [...] apesar de que vai pra lá e passa por uma série de procedimento, entendeu? Mas nunca deixa de... Quando você vai lá ver no negócio, cara a cara, e “puta-que-pariu, eu to tomando um monte de bactéria desse! Creio eu Deus padre...”

Deixa eu te perguntar outra coisa: você é do assentamento Franqueza e Realeza, né?

Meus pais moram lá.

São seus pais que moram lá? Eles são naturais daqui de Ponto Belo? São nascidos aqui?

Não, não. Pai é de Minas e mãe é daqui.

Seu pai é da onde?

Pai é de Teófilo Otoni.

E seus avós também são tudo de lá de Minas, de parte de seu pai?

De parte de pai é. Tudo mineiro.

E eles vieram pra cá pra que? Pra trabalhar nas madeiras, em outras propriedades? Você sabe?

Rapaz, eles vieram embora pra cá mais por... devido... assim, um lugar melhor de se viver, entendeu? E pai também trabalhava de cobrador de ônibus. Eles vieram com os pais.

E os pais vieram pra cá porque? Porque compraram terra aqui?

Não, não. Eles trabalhavam de meeiro. Tem um proprietário aqui chamado Louro Batista. Lauriano Gomes Batista. Aí eles trabalhavam de meeiro pra ele, plantando roça, arroz...

Não chegaram a trabalhar nas serrarias não, né?

Não, não, não. Pai já mexeu muito com negócio de serrar madeira, mas foi com o sogro dele, manual. Só que meu avô por parte de mãe trabalhava mais pros outro. Pegava a empreitada lá e ia com o serrote traçar madeira.

[...]

Bom, a diversificação tá começando agora, pelo que você tá falando, né? Muito pouco cultivo pra consumo próprio, ou pro mercado local, né?

Você sabe porque? Até, inclusive, teve uma... uns dois, três anos atrás, quando plantaram aquele inhame ali... Eles plantaram um inhame aqui. O Incaper chegou aqui, não sei se foi o Incaper ou a Secretaria de Agricultura, com a diversificação de cultura do inhame. Aí o que que aconteceu? O pessoal foi, eles juntaram um grupo aí e tacaram inhame na terra. Os cara compraram umas mudas lá não sei aonde ... lá pros lado de Marechal Floriano, pra lá pra baixo, aí plantaram o inhame. Aí depois que o inhame tava na hora de colher, veio uma tal de uma Gaia, uma empresa que não se você já ouviu falar, a tal da Gaia. Aí tinha uma representação do cara que comprava, aí junto o secretário de agricultura e foi levar esse povo, fez uma reunião bonita e tudo. “O inhame de 100 grama a tanta grama eu pago x, de 200 eu pago x... e assim vai. Aí, moral da história: junto esses cara de lá e deram um tombo nos pequeno agricultor aqui. O secretário de agricultura tirou a bunda dele fora e largou os outros pra se quebrar pra lá.

Eles não tiveram pra quem vender o inhame?

Não! Eles venderam e não receberam!

Nossa! Que merda, ein?

Os caras deram um calote neles entendeu? Aí, aonde que tá a maior preocupação da gente, porque, se você não tem um mercado que te paga certo, como é que você vai produzir, diversificar sua agricultura se cê não tem... aí vem o medo do cara, entendeu? “Pô, eu vou vender pra quem?”

O pessoal que abastece o Ceasa não vem até aqui, né?

Não. Agora pra a gente diversificar a cultura aqui no município por causa do Ceasa norte, se abrir. Porque eu não sei também, porque agora que nós foi em Brasília, a Dilma até meteu a lenha nessa Ceasa norte aqui, que chegou lá em Brasília que tava funcionando e nós levou essa questão pra lá, parada aqui.

A Ceasa norte é a de Colatina?

É a de São Mateus. E ela desceu a lenha mesmo. Os ministro falou em cima do palanque que ela não sabia, que os ministro não tinha conhecimento que tava parado, que pra eles já tava funcionando. E ela pegou, junto dos ministro dela lá, arroxou lá de cima pra baixo, e eu sei que esse trem vai pocar aqui. Agora, não sei quando, mas vai pocar.

Entrevista com Danilo Tozzi, técnico do Encaper em Montanha/ES, realizada em junho de 2011.

Eu noto que aqui o predomínio é da pecuária extensiva, né? A maioria absoluta dos produtores, né?

Não vou dizer absoluta, mas a grande maioria é pecuária extensiva.

Me diz uma coisa: pra quem que eles vendem essa produção aqui da pecuária? A de carne principalmente. A de leite eu conheço um pouco os laticínios daqui, mas a de carne eu ainda tô tentando entender como é essa logística.

Uma parte da produção da produção tá ficando no frigorífico daqui de Montanha [Frimonte] e as outras vai pra outros frigoríficos aí da região. Tem a Frisa, tem o frigorífico lá de Colatina, tem um frigorífico na Grande Vitória...

A Frinorsa?

É. A Frinorsa. Compra o boi aqui e também produz o boi, né? Eles tem áreas grandes de terra aqui na região.

Eles também tem terra aqui, o pessoal do Frinorsa?

Tem. Somando acho que dá mais de 15 mil, não sei se hectares ou alqueires de terra. Mas é uma área grande.

E esse transporte? As empresas é que tem essa estrutura logística ou são os proprietários que tem que desembolsar, vamos dizer assim, pelo transporte do gado até esses frigoríficos?

Olha, o frete geralmente é por conta do proprietário. É como se fosse já descontado do boi. Eles vendem o boi lá, o cara vem aqui pegar o boi e levar.

Mas ele tem que ter uma quantidade razoável pra compensar o frete, né?

É. No mínimo uns 20 animais por caminhão, mais ou menos.

Se não, não compensaria o deslocamento?

É. No mínimo uns 20 animais.

Mas os pequenos [produtores], no caso, não tem essa condição, né?

Mas eles pegam 10 de um cara aqui, cinco dali e vai completando a carga.

E tem alguma diferença? Os pequenos tem vendido prioritariamente aqui pro frigorífico [de Montanha]? Ou eles também vendem muito pra Grande Vitória?

Rapaz, depende muito da situação do comércio. Mas o comércio de boi, como o comércio de café, e até de algumas olericulturas é um comércio bem consolidado, né? Se o cara tiver 1, tiver 10 ou tiver 1000 ele consegue vender.

Tinha uma sede aqui, antigamente, da Frinorsa, né?

Dá pra ver ele daqui, oh [mostra uma grande edificação em uma porção mais alta da cidade, visível pela janela do escritório dele na sede do Encaper em Montanha] . Virou um elefante branco. Era pra ser o nosso frigorífico, pra gerar aí 200 empregos e tal, mas nunca concluíram.

Eles decidiram centralizar lá na Grande Vitória?

Eles compraram esse frigorífico lá chamado Paloma. Compraram lá e resolveram não terminar aqui. (...) Eles se consolidaram bem lá, através do Paloma. Os caminhão deles - um caminhão duplo até - leva até 60 bois.

No mercado local, tem atravessadores no comércio do boi, ou geralmente o proprietário negocia direto com o frigorífico, você sabe?

Tem muito atravessador. Eu acho que dificilmente o proprietário, os pequenos principalmente, conseguem negociar direto com o frigorífico. Tem vários compradores de gado. Você vai ali em frente ao Bradesco mesmo tem um. Ricardo, mexe com compra de gado. Ricardo trovão.

Eles são pessoas que tem, vamos dizer assim, como transportar e armazenar esse gado?

Eles, na verdade... O intermediário sempre foi um mal necessário, né?

Sim. Onde não tem é pior do que onde tem, por mais que se reclame...

Exatamente. Ele acaba fazendo a ponte entre o pequeno produtor, o produtor que não condição de ter acesso direto ao frigorífico, exatamente por quantidade de boi e continuidade. Porque o pequeno, ele precisaria ter quantidade, qualidade e continuidade do produto. Então, o intermediário faz essa ponte aí. Esse aqui não tem, mas aquele tem, aquele outro também. Entendeu? Ele tá sempre mantendo aceso esse vínculo entre ele e o frigorífico. A função do intermediário é essa.

Mais no caso dos pequenos, né? No caso dos grandes eles mesmos conseguem...

Pequenos, médios, aqueles que além do boi tem outras lavouras, mexem com café. Esses geralmente procuram o intermediário pra negociar.

Sobre a cana, os dados do censo mostraram que na década de 1990, principalmente, teve um crescimento das lavouras de cana aqui em Montanha. E eu ouvi dizer que tem diminuído, na verdade, porque parece que fechou uma das usinas que era uma das compradoras, recentemente, né?

É. Quando a Infinity comprou as usinas e começou a fazer um trabalho junto com produtores, inclusive arrendando terras, pagando... melhor do que criar boi. Muita gente que criava boi veio pra cana, por conta desse valor aí. Só que ela não durou aí nem dois anos. Num prazo de dois anos tudo o que ele tinha feito, né, de compra e negociação, caiu por terra. Aí não pagou os arrendamentos, paga com atraso, não pagou o pessoal da cana, entraram em concordata, fecharam aquele usina, que é a Cridasa, né? Ali em Cristal. E aí o outro grupo comprou, o governo entrou no meio aí pra poder ver se arruma uma maneira aí de acertar com os produtores. Aí tá essa bagunça.

Mas tem decrescido então, né, por conta disso, a cana, né?

Olhha, o pessoal tá procurando outras alternativas, né? Quem tá mais próximo da Obesa, de Boa Esperança, tá indo pra Boa Esperança. Quem tá mais próximo da Disa, ali em Conceição da Barra, tá indo pra Disa. Quem tá mais próximo de Nanuque, tá indo pra Nanuque. Porque não tem como você pensar numa diminuição agora, nesse momento. Porque quando você planta a cana, você fica em média seis anos cultivando. Você não precisa plantar de novo. Você plantou a cana, você colhe a primeira vez, aí ela brota, você colhe a segunda, ela brota (lógico que mantendo as adubações). Então você não tem condição ao plantar uma cana, no outro ano você não recebeu, o pessoal não te pagou, você vai lá e vai arrancar?

Seria um prejuízo pra você, né?

O prejuízo é dobrado. Então essas pessoas estão procurando outras alternativas pra vender a cana, porque arrancar aí o prejuízo dobra.

Insumo químico, irrigação que o cara implantou...

Tudo. Você só recupera o capital investido depois da segunda ou terceira safra. Então eu não acredito na diminuição não. Eu acredito até na diminuição da produtividade, porque colheu aquela cana ou teve que cortar e fazer o uso e o pessoal às vezes não teve capital pra adubar.

Ficou o receio também, né, com o fechamento da usina, de repente, de investir mais na cana e não ter onde vender.

Mas a maioria das pessoas tá procurando alternativas. Arrancar seria a pior delas.

Deixa eu te perguntar uma outra coisa. Eu conversando muito com os produtores rurais eu noto que às vezes eles tem até essa preocupação de diversificar um pouco a produção mas eles acabam não conseguindo escapar da pecuária extensiva por conta da falta de intermediários em alguns casos. Alguns tem uma expectativa de que com a abertura de uma Ceasa norte talvez fosse criar mais canais pra diversificação, né? Vocês tem acompanhado um pouco essa questão?

É. A gente tem visto o seguinte: a diversificação, com relação à pecuária extensiva, ela cresceu muito. Ele deu um aumento muito significativo. Até mais do que 50%.

É mesmo? Quer dizer que já foi pior ainda esse predomínio da pecuária extensiva, né?

Já foi pior. Hoje tá bem melhor. Hoje tá melhor em função de que? A questão da própria cana, que teve essa crise aí mas eu acredito que vai passar. Então o pessoal tem área que foi pecuária e hoje é cana. Em função do crescimento da área de café.

Conilon, né, aqui?

Conilon. Foi pra oito mil hectares de café e a tendência é se plantar mais, ocupar mais áreas de pecuária pra colocar o café. O crescimento do plantio do próprio eucalipto. O crescimento de seringueira.

Seringueira também?

É. Nós tínhamos sete hectares e hoje nós já estamos com 52 hectares. E tem gente plantando mais seringueira. A olericultura e a fruticultura também tem dado um avanço assim, pouco, mas tem. Mas é mais essas culturas aí. E o pessoal, pra poder manter talvez a mesma quantidade de gado ou aumentar a produção de leite, hoje eles tem feito a criação intensiva. Uns tão confinando. Uns tão semi-confinando. Outros tão colocando o gado em piquete, seja de corte ou seja de leite.

E requer um investimento muito alto pra eles fazerem essa criação intensiva?

Olha, não fica tão barato não porque você precisa instalar a irrigação. E aí o investimento é alto.

Mas a produtividade aumenta, assim, barbaridade?

A produtividade aumenta. O cara tem mais leite, mais carne, e numa área bem menor, né?

Muitos pequenos tem praticado essa...

Os pequenos, assentamentos, tem tudo usado dessa tecnologia aí.

A questão, por exemplo, da Ceasa. O fato de não ter um Ceasa próximo e não ter os atravessadores que comprem a produção pro Ceasa, por exemplo, tem sido um inibidor, assim, da pequena produção se diversificar? Do produtor começar a plantar, de repente, feijão, alguma outra coisa pra consumo urbano (vamos dizer assim), pra vender nos mercados internos?

Olhas, hoje nós temos três programas aí que independente do Ceasa, teria condição de comprar a produção, principalmente de olivícolas e frutas, que é o programa de aquisição de Alimentos, do Governo Federal. Nós temos o CDA, que é a compra direta de alimentos do governo estadual [...] e temos também o PNAE.

O PNAE é o que? Também é merenda escolar?

Merenda escolar. A merenda escolar é obrigada a comprar 30% no mínimo da agricultura familiar. Dá em torno de 9 mil reais pro produtor. Se somar mais 3,5 mil e 4,5 mil, né [dos outros programas], só aí dá 17 mil reais.

Esse programa de aquisição do Governo Federal também é pra merenda escolar?

Não. Esses dois aqui [PAA e PDA] podem atender entidades carentes, Projeto Vida, Apae, entendeu? Até Escola Família Agrícola recebe. Agora esse aqui não. Essa aqui é do Governo Federal e só pode atender a escola. Isso tem dado um grande incentivo aí.

Já dá pra ver algum resultado?

Já. Já tem um pessoal criando aí galinha caipira, vendendo pacote pra ovo. Tem um pessoal fazendo [...] açúcar mascavo ali na comunidade de Santo Antônio, tem um pessoal produzindo a mandioca, a farinha, as olericulturas. Tudo pequena produção. As hortas também deu uma avançada boa. As mulheres passaram a cuidar da horte também, né? O pessoal tem entregado até

aqueles pães mesmo, pães caseiros. E nós temos uma feira aqui muito forte.

É no sábado, né?

Todo lugar tem a sua feira. A prefeitura dá um ticket alimentação ao funcionário e ele passa com esse ticket a comprar. Aí tem aumentado muito. [...] Só esse menino de ovos aí óh, ele tá lá com 300 ovos por dia e disse que não da conta pra vender, entendeu?

Caracas!

Mucuri também faz esse trabalho com ticket.

Entrevista com Márcio Almeida Rocha, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mucurici, realizada na sede do STR em junho de 2011.

Sobre a Apeleite – Associação dos produtores de leite de Itabaiana.

Hoje, a associação é considerada a maior do Espírito Santo. Ele entrega aí mais ou menos 16 mil litros/dia (já a ser 22 mil). Hoje a gente entrega pra Veneza. Então ela tá concentrada no agricultor familiar. Claro que lá tá também o latifundiário. Eles ganham pra poder... vamos supor. Você tira 500 litros de leite. Se você tem seu resfriador, você pode ser sócio da Apeleite mas repassando 1 centavo [por litro] pra associação por estar usando o... um conjunto, né? Porque não tá entregando individual, tá entregando em grupo.

Aumenta o poder de barganha dos proprietários, né?

Sim. Então foi aí onde a gente tá mais desenvolvendo.

Sobre a situação da economia agropecuária da região

Na nossa região, não sei se você observou, de Pinheiros pra cá, Pinheiros já tá desenvolvido. Porque todo órgão... Todo mundo que entra na prefeitura de Pinheiros, ele desenvolve o agricultor, e o agricultor responde gerando recurso para o município, que vai crescer o comércio. Mucuri, Montanha e Ponto Belo tá diferenciado. Tá parado no tempo. Mucurici desenvolveu, alavancou pelo menos uns 5% no IDH, que eles falam, por causa disso. A prefeita desenvolveu a agricultura. Mas parou. Tá crescendo mais a

cidade. Urbanizando, calçando tudo. Mas o forte mesmo nosso aqui é a agricultura. Então eu acho que deveria ter mais força pra agricultura. Então através disso aqui [a associação] a gente já tem projetos pra estar desenvolvendo, pra não ficar só na monocultura do leite, porque o pequeno proprietário também tem outras coisas.

Aqui em São Mateus já abriu o Ceasa, né? Abriu ou não abriu? Alguns falam que abriu, outros falam que não abriu.

É. Tá nesse enrolo aí. Mas assim, vamos pegar o exemplo de Pinheiros. Pinheiros já se organizou pra essa venda comunitária pro Ceasa. Ponto Belo, Mucuri e Montanha ainda não. Pra você ter idéia, até o PAA, que é compra direta do produtor, tá difícil de se organizar aqui. Não sei se tem falta de informação, ou capacitação. Ou quem passou pela secretaria de agricultura não fez um bom trabalho. Claro que fez o trabalho, mas não chegou ao objetivo, dá importância pra agricultura familiar. Aqui nós temos um assentamento hoje que se você for falar assim “Eles sobrevivem do que planta em cima?”. Infelizmente não.

Me fala um coisa: os pequenos produtores rurais que praticam a pecuária eles dependem muito mais da pecuária leiteira que da de corte, né?

Sim.

Pra quem que eles vendem? Você falou da Veneza. Que a maior parte vende pra Veneza, né?

Aqui tem hoje, trabalhando com leite, 4 associações. Duas entregam pra Veneza e duas entregam pra Damare. E tem aqueles produtores, né, de quatro módulos [rurais], que é considerado agricultura familiar, que é bem desenvolvido, já tem seu próprio tanque e entrega pra quem eles quiserem. Só que não recebe o valor daquele que recebe pela associação, que é em grupo. A quantidade de leite é maior, melhor é o preço de leite.

A logística dos dois é igual, da Veneza e Damare? Ou tem diferença? A Damare eu já ouvi dizer que ela trabalha com quem tem os resfriadores, né? Parece que ela fornece os resfriadores, né?

Ela trabalha pra quem tem e pra quem não tem ela cede. Só que nesse meio aí tem uma briga entre as empresas. Você não mexe no que é meu e eu não mexo no que é seu. Se você mexer eu te ponho lá em baixo. Eu pago melhor que você e todo mundo

vai vir pro meu lado. Na hora que todo mundo vir, eu abaixo meu preço e você vai ficar à toa.

Isso ocorre com a Damare e Veneza, somente? Todas as empresas fazem isso. Damare, Veneza, Nestle, Vale do Mucuri.

A Vale do Mucuri pega aqui também o leite?

É por que aqui, se você andar aqui mais 16 km você já ni Minas. Depois do assentamento Córrego da Laje, 1 km, já é Minas.

Mas tem gente que vende pra eles também? Lá no Vale do Mucuri?

Na região aqui? Não. A Veneza e a Damare pega leite de Minas. Já teve um trabalho mais pra de lá vir pra cá do que daqui ir pra lá, né?

E tem muita diferença de preço entre a Damare e a Veneza, por exemplo?

Fica no mesmo Mané Luiz. Só que assim, tem algumas que dão mais privilégio. Vou dar um exemplo aqui. A Nestle ela paga por qualidade. Então se o cara tem qualidade o preço dele é melhor que o do outro [que não tem]. A Veneza, ela tem subsídio. Você consegue ração, você consegue outras coisas através da Veneza que vem mais barato pro sócio da associação ou da cooperativa ligada a ela. A Damare eu não como que funciona. Porque eu conheço só a Assentamento Córrego da Laje que a Damare pega o leite da associação.

Eu ouvi dizer que a Nestle costuma pagar um pouco melhor que a Damare e a Veneza, só que ela só trabalha com produtores que tem um volume maior de leite diário.

Sim. Mais por causa da qualidade. Eles não pegam mais pelo volume, eles querem qualidade. Você pode entregar 150 litros/dia, ele tendo qualidade, ela pega. Só que pega de três em três dias. O tanque vai resfriar, de 3 em 3 dias enche o tanque e ela vem cá e busca. É por qualidade que ela paga

E aí no caso, os grandes produtores têm mais dinheiro pra investir e conseguem mais essa melhor qualidade que ela demanda?

É aonde que eu falei. É claro que leite no norte do Estado ele é muito forte, mas você tem saber dá o leite. Agora que as pessoas estão plantando outras coisas. Hoje tem horta. Hoje tem muitas pessoas que plantam aipim pra poder vender pro comércio; o milho; a cana (aquela caiana, pra fazer caldo de cana). Então são outros meios que

já tão surgindo e que a agricultura familiar tá desenvolvendo. Devagar, mas tá.

Me diz uma coisa. Prioritariamente, o pequeno produtor trabalha com pecuária de leite. Mas volta e meia ele vende pra corte também? Principalmente filhotes machos?

Tem sempre aqueles, os grandes, eles não compram. Eles colocam um terceiro pra comprar. O terceiro ganha em cima do pequeno produtor, que vai vender pra ele, e ele vai repassar em quantidade pro grande. Eu junto 3 de você, 3 de mim, 3 de outro, passo 9 e o cara vai lá e compra os 9 de todo mundo. É onde tá o intermediário.

Quem é esse intermediário?

Comprador de gado. Algum funcionário desses grandes, que tem capital de giro, compra e depois revende pra eles.

E pra abater os animais, por exemplo. Tem algum frigorífico aqui na região ou só aquele de Montanha mesmo?

No caso, o Varejão aqui, ele leva pra Vitória. Ele tem um frigorífico lá, e eles abatem lá.

É o Frinorsa, aquele em Cariacica?

É, acho que é isso mesmo. Ali perto da empresa de ônibus que tem ali. Vai pelo contorno e entra ali.

E como eles fazem? Eles levam tudo de caminhão pra lá?

Tudo de caminhão.

A empresa manda o caminhão pra cá ou os proprietários tem que fazer o frete pra levar pra lá?

Não, no caso é o Varejão que faz isso. Os outros, vamos supor, o Simão, eu não sei aonde que eles matam.

Simão é o que? Dono de um frigorífico?

Simão é um grupo de 4 irmãos que tem propriedades muito grandes na região aqui. Aqui é o Simão e o Varejão que é os maiores aqui do norte do Estado.

(Dona Lourdes) Varejão leva pra Vitória. O Simão mata aqui.

Mata em Montanha?

(Dona Lourdes) Matadouro ali de Montanha.

Ali é o frigorífico Montanha, né?

É.

Esse de vitória era o antigo Frinorsa, né? Me parece que eles compraram lá, né? E eles mandam aqueles caminhões gigantesco levando os bois pra lá. Mas aí eles só comprariam se tivesse quantidade, né?

No caso do Varejão, eles já têm propriedade grande aqui, então criam os bois aqui e levam pra matar lá no que é deles. Quando a carne tá baixa, ele segura o gado lá. Quando valoriza ele leva pra poder matar.

Mas o pequeno então não consegue comercializar direto com o frigorífico. Geralmente passa por um intermediário, né?

Não, passa pela intermediário.

E eles têm combatido muito o abate fora dos frigoríficos, né?

Olha, há muito tempo os próprios açougueiros matavam. Aí depois que veio essa lei aí eles pararam. Pode ter um ou outro que faz isso escondido, mas a gente não tem como provar, porque não pegou ainda. E não é parte nossa fazer isso.

E aí quer dizer que, por exemplo, um açougue aqui em Mucurici, o cara tem que levar o boi lá em Montanha pra abater e trazer a carne pra cá.

Ou comprar direto lá. Não precisa nem comprar não [o boi]. O açougueiro vai lá compra a carne e já traz já pra cá já.

(Dona Lourdes) Começou a fazer um frigorífico ali, só que, assim. Quando começou a fazer... mas não sei, tem sempre um pouco de política no meio, né? Não sei o que foi que aconteceu, que foi ainda no mandato de Dica, né? Aí, o ano passado teve uma reunião na agricultura e a Dona Elza falou assim que precisaria de 500 mil pra poder terminar o investimento. Aí eles falou assim que ia tirar da verba própria, né? Da prefeitura, da câmara, pra poder reiniciar ali.

É aquele frigorífico de Montanha?

Não. Aqui em Ponto Belo e Mucurici tem um. Ele vai beneficiar os dois municípios?

É pra ser um frigorífico municipal?

É. Acho que sim.

(Dona Lourdes) Aí eles ia fazer o projeto e passar pra aprovação na câmara. Ia vir de Ecoporanga pra cá. Ecoporanga, Barra de São Francisco. Pra poder trazer boi de lá pra matar aqui. Aí não sei também o que que deu. Também não teve mais reunião nem nada. Não sei o que que aconteceu.

Quer dizer, vamos supor: eu sou um pequeno produtor, tô precisando de uma grana e quero vender um bezerro meu lá pro abate. Eu não consigo vender direto pro frigorífico. Geralmente eu vendo pra um atravessador que vai levar pro frigorífico.

No caso, vamos supor: se você tiver um boi que eu goste, eu posso tá vendendo os meus pequenos que eu não quero e compro o seu grande pra botar no meio das vacas. Descarte: eu vendo pra outro proprietário que não tira leite, só cria bezerro na propriedade e assim vai.

(Dona Lourdes) Às vezes a gente precisa vender um vaca ali pra suprir alguma coisa, pagar alguma coisa. Se for vender pro mercado de abate, não consegue vender. Porque eles não vão deslocar um carro daqui pra lá pra matar [um boi apenas]. Igual o caso da Mecol aqui. A Mecol só compra a reisa. Mas assim só compra se for a mais de 5 reisa e tiver o local onde colocar e aí ir matando. Porque pra deslocar uma só ele tem prejuízo.

É aí que o atravessador entra né? Ele vai comprando, junta um monte pra poder transportar até o frigorífico.

Ou vende pra algum criador. Se tiver magro, ele vai engordar e depois vende pro frigorífico.

Nossa! Não bastasse a renda por área da pecuária ser baixa, ainda tem esses agravantes. Hoje era pra ser bem desenvolvida a agricultura aqui no norte do Estado. Não sei porque não foi. Mas isso aí não cabe a mim. Vai ter que fazer um processo de renovação de idéias para que a agricultura se desenvolva. Igual eu te falei, essa cooperativa que tá vindo pra cá tem projetos. Você vai em Nova Venécia. Hoje Nova Venécia é uma cidade bem desenvolvida. Porque?

Agricultura familiar.

Agricultura familiar!

Apesar de ter latifúndio tem muita agricultura familiar.

Aonde gera mais emprego é no pequeno.

Mais emprego e mais renda.

Mais renda. Então nós estamos com o projeto dessa cooperativa vir que ela faz pronaf. Ela é um braço estendido do Banco do Brasil que leva o dinheiro mais rápido para o agricultor. Se ele investir tem sucesso. A gente já escolheu cinco proprietários da agricultura familiar que tá bem no leite, né? Já tem seu gado, seu estrutura mais ou menos montada, pra a gente fazer um trabalho em cima deles, usa eles como um piloto, e pegar

cinco que é mais ligado a agricultura e fazer eles mexer mais com agricultura. Não sair do leite. Que eles mexessem com leite e também com a agricultura em paralelo. Porque hoje você famílias aí que tem cinco pessoas na casa. O leite, um só consegue trabalhar com leite. Os outros quatro fica na propriedade todo dia pra desenvolver mais renda. O nosso pensamento é que o trabalhador rural familiar consiga ter renda pra manter a família na propriedade e não ir embora pra cidade.

E essa é a tendência com a pecuária extensiva. Como demanda pouca mão-de-obra, a grande tendência é os filhos deixarem a propriedade.

Na nossa região tá tendo problema com eucalipto. Tem muita gente aí que plantou eucalipto e mandou pessoas em bora pra poder plantar eucalipto.

É. O eucalipto consegue ser pior que o boi em termos de emprego por área.

Você viu em votação aí... tava muito brava aquela votação do código florestal. Na nossa região, quem mexe com água é a Copasa. Me mostra um projeto da Copasa pra reflorestamento de nascentes? É a que ganha dinheiro com água.

Nem áreas de preservação eu vejo aqui, andando pelas rodovias.

Então, assim, a gente vai bater nesse ponto pra o pequeno produtor não tirar do bolso dele, que ele tenha um incentivo de reflorestar aquilo que tá lá. Até quatro módulos – aqui, no caso, 48 alqueires – não vai precisar reflorestar, vai fazer só a área de APP. Mas assim, um incentivo pra eles fazer preservação ali de nascentes. Então são vários caminhos que tem pro trabalhador tenha incentivo pra ficar na sua propriedade e produzir, mas eu não sei como fazer pera ele chegar lá.

[...]

Sobre as suas experiências pessoais de tentativa de diversificar a produção de sua propriedade rural

Lá em casa eu fiz minha horte por gravidade. Lá eu só mexia com feijão de corda. Só não tfo plantando agora porque eu não tenho tempo, mas antes de eu tá no sindicato eu plantava. Aí eu trazia pra aqui 50, 80 litros de feijão pra vender na rua. Botava na garupa da moto o saco e saía na rua vendendo. Depois eu melhorei: já vinha ensacado. Já vinha na sacolinha, litro por litro. Amarrei uma grade na traseira da moto. Então já vinha tudo ensacoladinho, né? Aí o pessoal começou a plantar também. Viu que eu tava vendendo e

começou a plantar. Eu pensei: não tem problema. Aí eu comecei a plantar também alface e coentro... a cebolinha e o coentro. Aqui encheu. O que que fiz? Comprei dois isopor. Colocava 50 maços em um isopor e 50 de cebolinha na outra e ia pra Nanuque ficar na porta das escolas. Na hora em que as mães vinham trazer os filhos, vinham e compravam. Já era marcado: segunda e sexta-feira, de eu ficar de frente às escolas. Já era certinho: eu chegava lá e elas tava me esperando. Eles descobriu pra onde eu tava indo e começou a ir. Aí eu pensei: vou ter que caçar outro meio, né? Aí eu comecei a plantar o milho. O milho verde. Eu vendia e os pé meu pai dava pras vacas. E até hoje eu faço isso.

Sobre o milho para alimentar o gado:

Eles compram da onde? Daqui mesmo da região? Eles compraram um pouco de Colatina [...] mas a maioria mesmo vem do Mato Grosso.

Sobre a origem do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

O de Mucuri, hoje, é o segundo mais velho do Estado do Espírito Santo. 03/05/1971.

Sobre as ocupações realizadas pelo Sindicato e Fetaes

Teve uma terra aqui, na divisa entre Montanha e Mucuri, que foi invadida e o sindicato coordenou. [Trata-se de um gigantesco latifúndio estimado em mais de 15 mil hectares – segundo fui informado, quando estive na região em 2009 a serviço pelo PNDTR – situada no trevo entre os dois municípios onde se pega a estrada para Nanuque. O proprietário fechou um acordo com o movimento social e o INCRA e cedeu uma outro imóvel se sua propriedade situado em Montanha, o qual originou o P.A. São Sebastião.]

Sobre o aspecto cultural por trás da especialização produtiva na pecuária extensiva:

Não é que o pessoal é preguiçoso. Eles de acomodaram. Umas frases que ouvi: “meu pai mexeu com isso, meu avô mexeu com isso, eu mexo com isso e meu filho vai mexer com isso”, que no caso é o leite.

Sobre os “Varejão”, maiores latifundiários da região

Daqui pra Itabaiana até aonde eu moro é Varejão. Pra lá começa a dividir, pequenas propriedades. Mas daqui até lá em casa é um proprietário só.

Sobre os conflitos e o desaparecimento de pequenos proprietários.

Meu pai sempre me falava que os grandes dificultava os pequenos. Você tem uma propriedade. Eu te rodo aqui e você tá aqui no centro. Você tem que passar pela minha propriedade, certo? Quando você sai, o gado vem aqui, quebra a sua certa e como sua lavoura todinha. E você vai sobreviver de que? E como você vai provar que o meu gado entrou e lá e que foi ele que comeu tudo? Você acaba pressionado a vender.

Sobre o fim das relações de agregação

Meu pai fala que o finado seu Nanoso era um grande homem aqui em Minas e sempre ajudou a todos aqueles que trabalhavam com ele. Depois que ele faleceu e que o genro tomou conta, hoje você vai lá propriedade e você encontra um ou dois tomando conta de quase 700 alqueires de terra. Antigamente era cheio de gente. [...] Por exemplo, o Varejão, meu vizinho lá (a gente faz fronteira com o Varejão), tem um rapaz só que ele toma conta de 150 alqueires de terra [aprox. 720ha].

Entrevista com seu Rosálvo, pai de Márcio Almeida Rocha, nascido em 1936, realizada em sua propriedade situada na localidade de Marco Preto, Mucurici, em 14/06/2011.

Você não é nascido aqui [no Estado], né seu Rosálvo?

Não. Sou de Minas.

De Minas? Da onde em Minas?

Já ouviu falar em Almenara?

Almenara? Já! Fica no Vale do Jequitinhonha.

[Em tom de espanto] Ele sabe! De lá de Almenara nós descemos pro Jacinto, do Jacinto pra Santa Maria e de Santa Maria nós viemos pra aqui.

Santa Maria do Suassuí?

Não, do Salto.

Santa Maria do Salto?

É.

E o senhor tinha terras lá em Almenara?

Não.

Não? Trabalhava em terras dos outros?

Trabalhava em terra dos outros. (...), de um primo de meu pai. Mas quando eu saí de lá era molecote. Eu pra aqui com 14 anos.

Mas você veio porque seu pai veio ou você veio sozinho?

Vim com meu pai, com a família, né?

E aqui como é que você fez? Vocês chegaram e compraram aqui ou abriram uma posse aqui?

Não. Tinha um tio da minha mãe que tinha uma fazenda aqui. Aí quando nós veio pra aí já não deu [pra abrir posse] (...) já tava tudo (...) aberto aqui no córrego. Tinha muita abertura.

Naquela época tinha muita madeireira aqui também, tirando madeira daqui de Mucurici?

Depois de passado uns oito anos foi que a Bralanda entrou aqui. Depois e uns oito anos que começou a Itabaiana aí, eles entraram por dentro.

Itabaiana também foi a Bralanda que começou?

uhm hum. Essa rodagem de Nanuque a Vila Pereira foi a Bralanda que fez. (...) Só tem um pedaço de uns quatro quilômetros que eles fizeram a braço (nessa época nem máquina não tinha por aqui ...) Aí esse pedaço do Rancho ali pra cá eles fizeram tudo no braço.

E aí o senhor ficou trabalhando por muito tempo nessa fazenda do primo da sua mãe?

Nóis ficou trabalhando lá e depois nós passemos pra fazenda do velho seu Dalúcio. Aí eu fiquei, fiquei. Aí quando o velho morreu, aí eu vim pra Itabaiana. Aí eu tava com 39 anos que eu morava lá na fazenda, [mas] o genro do velho queria botar nós pra fora de qualquer maneira. Aí eu saí, fiquei como besta aqui e fui parar em Belo Horizonte.

Foi pra Belo Horizonte ainda e depois que veio pra cá [atual propriedade dele]?

[Marcos] Não. É porque a gente foi despejado da propriedade.

Você já era nascido nessa época?

[Márcio] Já. Era rapazinho de uns 11 anos. Meu pai casou lá, nessa fazenda do finando seu Dalúcio, criou todos nós, e aí quando ele [seu Dalúcio] faleceu, o genro assumiu e mandou todo mundo embora, os meeiros, né? Que tiravam o leite. A gente tem as máquinas desnatadeiras. Não funcionam, mas elas existem ainda. Meus irmãos tiravam leite. Meu pai não tirava, mas cuidava do gado e fazia cachaça. Aí quando o senhor morreu, o genro assumiu e ele mandou todo mundo embora.

E botou só pecuária de corte, eu imagino.

Só pecuária de corte. (...) nessa fazenda ali de Cajueiro.

Porque a de leite precisa de trabalhadores e a de corte não precisa, né? Aí o cara boi pra matar e dispensa todo mundo.

[risos de seu Rosalvo]

[Marcos] Já era... A única família que saiu com um dinheirinho foi nós. O resto tudo saiu a troco de uma casa na cidade, troco de feira.

E foi com esse dinheiro que vocês compraram a propriedade aqui?

Sim, foi.

[Marcos] Mas demorou muitos anos [na justiça].

Você veio com 14 anos pra cá? Foi mais ou menos em que ano isso, você sabe? 1960, por aí...

1950.

1950? Pô, você chegou bem no comecinho de Mucurici. Não tinha quase nada aqui ainda, né?

Mucurici quase não tinha nada não. Ali onde que é o banco hoje, eles fizeram um mercado.

Tinha quatro portas ali. (...)

Mas nessa época aí muita gente abria posse aqui, né? Não tinha título da terra, mas derrubava mata e abria posse, né?

Na época que eu cheguei aqui já tinha tudo de posse já.

Já tava tudo apossado, né?

É.

Nossa! Mas foi rápido né? Eles começam a chegar aqui na década de 1940 e em 1950 já não tinha mais nada.

Lugar mais novo que tinha aqui era em Cotaxé.

É? Ali o bixou pegou mesmo, né?

A turma invadiu. A fazenda era até de Franquinho. Já ouviu falar em Franquinho? (...) Teve um dia que ele veio aí, num helicopterozinho véio. Quando, foi baixando, tinha 40 homem. Aí ele se mandou pro lado do Rio. (...) Aí ele foi em Teófilo Otoni e vendeu a fazenda pra doutor Leão.

Aí senhor tá aqui desde dessa época, nessa propriedade?

[Marcos] Não aqui. Aqui na propriedade nós estamos de 1995 pra cá.

Antes vocês moravam aonde?

Nós ficamos no [imóvel do] finado seu Dalúcio,[depois] 8 anos em Itabaiana e depois viemos pra cá.

Mas em Itabaiana o senhor também era agricultor?

[Marcos] Sim. Não tem ali onde você viu os bois? Pra baixo ali, não sei se você reparou, tinha duas casas – umas luzinhas à sua esquerda. Ali pra baixo era terra de meu tio e meu pai fazia roça lá época. [Ele, o tio] é um baiano que veio pra cá - não se na época que ele veio tava tudo aberto aqui, tava?

[Rosalvo] Tava.

[Marcos] Eu sei que meu tio comprou terra comprando porco, carneiro, galinha, e negociando, aí conseguiu adquirir a terra. 8:56

[Rosalvo] Não tem essa terrinha aí? Ele recebeu a parte de herança do pai dele. (...) O pai morreu, eles partiram e cada um ficou com um pedacinho. Aí ele foi comprando dos outros irmãos, né? E quando oi agora no final, ele fez a casa e tava morando lá.

Mas em Itabaiana a propriedade era do senhor ou era dos outros?

[Marcos] Não lá a gente tinha casa.

Vocês venderam lá e compraram aqui?

[Marcos] Não. Até hoje a gente tem a casa lá.

Aqui são quantos alqueires?

São oito e duas hectares.

Dá 42 hectares mais ou menos, né?

Uhm hum.

E lá [em Itaabaiana] é grande também?

[Marcos] Não. Lá é a casa só. O terreno na cidade.

[Rosalvo] É um lote.

Urbanizou então onde era a propriedade de vocês?

[Marcos] Não. (...) Quando surgiu a possibilidade de [a gente] ser despejado, nós viemos pra Itabaian e compramos um lote e começamos a morar lá até quando saiu o recurso na justiça que pai tinha o direito de indenização. Se você reparar o pé dele, o pé dele é cortado de um dedo. Isso foi machado.

Trabalhando na roça?

[Marcos] Ele era marceneiro [na fazenda].

[Rosalvo] Lavrando madeira pra fazer curral.

[Marcos] Aí nesse processo, a gente conseguiu indenização e comprou essa terra aqui.

[Rosalvo] Lá na fazenda eu fazia de tudo, né? Era carpinteiro, meeiro, eletricitista...

(...)

[Marcos] Mas a histórica de como surgiu aqui, do Contestado, o senhor já tava aqui nessa época, não tava?

É.Se ele chegou em 1950, ele pegou grande parte desses conflitos do Contestado, né?

[Rosalvo] É. Já morava lá em riba...

[Dona Rosália] Perto de Vila Pereira [Distrito de Nanuque].

[Rosalvo] É. Aqui em Comercinho e Itabaina foi começar depois de muito tempo. (...) Mucurici que mandava em Montanha, Ponto Belo, Água Boa, Itamira. Tudo aí era Mucurici que mandava. Aí depois foi emancipando e Mucurici ficou sozinho.

[Marcos] é. Hoje Mucurici tem três distritos: o Assentamento Córrego da Laje (é terra do Incra, mas de certa forma é uma cidadezinha); Itabaiana e Água Boa.

E o senhor lembra de muito conflito de terra aqui, por conta da questão do Contestado, na época?

[Rosalvo] Nessa época eu era novo e quase não andava por aqui no Espírito Santo, né? De vez em quando os homens chegavam em Mucurici ali (...) e era uma briga danada. E eles se viravam por lá, né? [risos]

[Rosália] Nós vivia mais lá pro lado de Vila Pereira e Carlos Chagas.

[Rosalvo] Depois de passado muito tempo eles acertaram, fico esse pedaço pra Espírito e lá em baixo pra Minas, aí acabou a encrenca deles.(...) Às vezes a polícia [de Minas] chegava lá, descia o cacete em gente, esculhambava lá em Mucurici. Daqui a pouco os daqui chagava lá fazendo a mesma coisa.

Nessa época você ouvia falar de gente tomando terra dos outros?

Não.

[Marcos] Mas igual o senhor fala que na época [se o cara] tinha vontade de comer um porco ele trocava num pedaço de terra – “ oh, daqui até lá em cima eu troco na banda dum porco”. Como era antigamente?

[Rosalvo] O velho que pegou aqui foi a troco de animal. Animal e espingarda véia. Era uns cinco alqueire.

Trocar terra por um porco é até engraçado...

[Marcos] Eu já ouvi essa história. (...) Antigamente, se tinha um porco muito grande e o fazendeiro não tinha na propriedade [dele] mas queria comer aí trocava.

E a história que seu filho tava me contando aqui de como é que os grandes fazendeiros faziam pra prejudicar os pequenos produtores, de soltar o gado em cima das lavouras, né?

É. Aqui [na localidade de Mucurici onde ele sempre residiu, entre a Itabaiana e o vilarejo de Marco Preto] só teve o Chiquito. Chiquito que fez essas besteiras. Chiquito e Franquinho. (...)

Era pra obrigar o pequeno a vender a propriedade dele, era isso?

Não. Pra vender o direito dele, porque a propriedade era do Chiquito. Ele tinha comprado a terra toda, né? Terra não: a mataria, né? Porque era mato puro.(...) [Nessa época] as casinhas tudo era de capim. Aí os que não queria sair eles botava fogo, mandava botar fogo na casa. (...) Teve um véio aí, o véio ficou por ali, por ali. “Não, seu Chiquito. Pode deixar que vou embora”. Aí ele foi embora [o tal Chiquito]. Aí, com uns 30 dias voltou pra aí e o véio tava no mesmo lugar. “Ué, véio? Eu não mandei você sair daqui que se não eu ia botar fogo nesse rancho?”. (...)

Mas esse senhor que morava lá e teve que sair, ele era proprietário ou era posseiro?

Era posseiro.

Ah, ele era posseiro e tava dentro da terra do outro, né?

[Rosalvo] É. Nessa época dava pra derrubar um mato aí, né?

[Marcos] Mas depois pressionava a pessoa a sair pra eles possuir aquilo que eles já tinham aberto, já.

[Rosalvo] E não queria pagar nada. Dar ajuda nenhuma ali.

Quer dizer: prometia que a terra ia ser dele, se ele desmatasse ali, abrisse [a posse] naquela área, e depois que ele abria e começava a lavoura, pedia pra ele sair?

[Marcos] Já tinha feito o serviço pesado.

[Rosalvo] Ele era muito rico, porque tinha muito campo, muita terra, né? (...) Mas da onde é que saía o dinheiro? Saía de um [outro] cara engarruchado que tinha dinheiro demais. Pegava e

emprestava pra ele. Ele comprava [terra] daqui, comprava gado dali. No final comprou até avião.

E era mais fácil chegar de avião que de carro, né? Com estradadas daquela época... (...) E de lá pra cá, você conhece muita a gente que vendeu terra aqui e foi embora?

Ah, tem muita gente. (...) Aqui não tinha nada, não dava nada [de dinheiro, presumi-se]. Os parentes meu mesmo que tinha aqui – eles eram cinco – cada um vendeu e exalou tudo.

Mas por que eles vendiam? Por que não dava dinheiro a terra?

Eles achava que aqui num dava, né? De resto desses parentes meu aí, só tem um.

Eles venderam e foram tudo pra cidade?

É. Foi tudo pra cidade. Esse que tá aí era o caçula do véio e tá morando em Montanha (...) Só tem mesmo a casa lá em Montanha, no fundo da Caixa Econômica.

Assim, hoje em dia a gente tem muitos laticínios que compram leite aqui...

[Nessa época] Não tinha laticínio. Era creme.

Creme?

É. Creme. Sabe o que que é?

Não.

Quando tirava o leite, não tinha saída [pro produto], né?. Pegava e desnatava. Desnatava e tirava o creme. Porque leite ia pra porcada.

E o creme dava pra vender?

Dava. Era exportado pra fora.

E quem comprava de vocês o creme?

Tinha um laticínio aqui na Vila Pereira e esse creme daqui ia tudo pra Vila Pereira. E de uma parte pra baixo ia pra Nanuque. Aí eles embalava e mandava, não se pra Teófilo Otoni ou se era pra Valadares.

Mas só creme do leite, né?

Só creme. Só a manteiga pura.

Mas desde o começo [da vida dele como agricultor em Mucurici] tinha essa laticínio em Vila Pereira?

Tinha. Logo que começou a [se] abrir [posses na mata, se presume] e povo começou a botar umas vaquinha abriu esse laticínio em Vila Pereira, de creme.

Mas não dava dinheiro não, vender creme?

Dava. Creme dava muito dinheiro, mas leite ia pras porcada.(...) Mas era mixaria [o valor pago pelo creme], e povo não sabia aplicar, né? E banco aqui só tinha em Carlos Chagas. (...)

E vocês tiravam leite na fazenda em que você trabalhava?

Muito. No tempo das água mesmo, eu se virava. Lá tinha um carro veio de boi. E quando as água batia mesmo, que o caminhão entrava, o véio mandava eu ir panhar o leite. Panhava e desnatava no fundo de casa. O leite dava pra porcada, né? E o creme ficava por ali mesmo. Quando enxugava [as estradas] o caminhão entrava e panhava.(...) Nessa época panhava pra Carlos Chagas. Depois que eles arrumaram um laticínio ali da Vila Pereira e tava entregando ali. Depois passo pra esse aqui de Itabaiana mais da metade do leite.

[Marcos] Que hoje é a Upleite. É um associação. Foi fundada em 1999 e começou a funcionar em 2000.

Mas laticínio mesmo só era esse de Nanuque mesmo né? Que era até da CCPL, não era?.

[Marcos] Não. Tinha em Mucurici, a CCPL. E depois abriu a Nestle em Ponto Belo. Contém lá ainda a estrutura. Só a estrutura. O maquinário eles já tiraram.

Tinha uma também que se chamava SPAM, né, o nome do laticínio?

[Marcos] É. Que é da Nestlé.

A Nestle comprou a SPAM, né?

[Marcos] É. Isso mesmo.

Antigamente todo mundo vendia pra SPAM, então?

[Marcos] CCPL, Nestle e SPAM. Acabou a SPAM, a Nestle entrou.

[Rosalvo] Mais a CCPL. A CCPL tinha aqui em Mucurici.

Seu patrão vendia muito gado?

Vendia. Muito, muito gado.

É mesmo? E já tinha caminhão que ia lá buscar o gado pra levar pro frigorífico?

Tinha. Ele vendia muito boi, como ele comprava...

Bezerrinho dos outros pra engordar?

É. Então, o que tocava pra ele, ele comprava tudo também. Era vaca, era bezerro, era novilha, era boi.

E ele vendia lá em Nanuque ou vendia pra outros frigoríficos também?

Vendia pra qualquer lugar. Vendia pra Nanuque. Nessa época era mais pra... eu esqueci o nome. Fica pra lá de Conquista.

Vitória da Conquista?

É.

Já tinha frigorífico aqui em Montanha, Mucurici, não né, nessa época?

Nanuque já tinha.

Só em Nanuque, né?

É. Só em Nanuque.

Aqui não tinha nada?

Não.

[Marcos] Antigamente o pessoal matava na roça mesmo.

É. Não tinha tanta fiscalização...

Tinha em Nanuque e Carlos Chagas.

Então são recentes esses frigoríficos por aqui, né? Em Montanha?

[Marcos] Deve ter uns 20 anos. (...) O Estado com o Simão, né? Eles fizeram tipo uma associação - os produtores entrava com uma parte e governo entrava com outra. Na hora que o governo colocou o dinheiro eles não colocaram. Aí depois o Simão o comprou.

O Frimonte é bem recente, né? Acho que em 2008 eles começaram a funcionar.

(...)[Marcos] Esse Frimonte ele é novo. Ela é lá perto da Damare.

O outro que eles chamam de elefante branco que esse aí que era da Frinorsa, né?

[Marcos] É. Isso mesmo.

Então o pessoal aqui sempre vendeu muito mais pra Nanuque e Carlos Chagas do que pra cá, né?

[Marcos] É.

(...)

Tinha a Frisa também, de Colatina. Não sei se ela chegava até aqui pra comprar também, mas eu acho que era muito longe, né?

Não era longe. Era a pista né? Era difícil.

Aliás, eu acho que própria Frisa tinha uma filial em Nanuque, não é? Ela é de Colatina, mas tinha uma filial lá.

[Marcos] Ainda tem. Existe ainda a Frisa lá.
[Rosalvo] Ia pra Vitória também, pro frigorífico de...

[Marcos] Varejão?
[Rosalvo] Varejão.

Varejão, Varejão... É o Frinorsa?
É esse, o Frinorsa.

Entrevista com dona Maria Serafim Primo, conhecida como Dona Lili, realizada em sua casa, na sede de Mucurici, em junho de 2011.

Dona Lili é nascida no município mineiro de Medina, situado no Vale do Jequitinhonha, e migrou cedo para Mucurici, em 1947, junto com sua família, que vendeu as terras que possuíam lá em Minas Gerais e compraram uma fazenda em Mucurici. Seus pais e alguns irmãos retornaram para Medina cerca de uma década depois, mas ela e uma irmã, que já haviam se casado ali em Mucurici, permaneceram nesse município capixaba. Dona Lili se casou com um migrante baiano que tornou-se um dos primeiros comerciantes de Mucurici, revendendo produtos vindos de Nanuque. Com a emancipação, seu marido conseguiu se eleger vereador, e ela ainda guarda muitas lembranças das intrigas políticas e dos conflitos do Contestado, além de ter presenciado o surgimento de quase todos os distritos e povoados em nossa área de recorte espacial (Mucurici, Montanha e Ponto Belo). Ela ainda reside na mesma casa em que mora desde seu casamento, em 1954, localizada em uma das ruas que dá acesso à pracinha da sede de Mucurici.

[...] Meu marido foi o primeiro vereador aqui de Mucurici.

A senhora é nascida aqui?
Não. Eu sou mineira, de Medina.

Medina? É no Vale do Jequitinhonha, né?
É. Vale do Jequitinhonha. Minha família mora toda lá. Eu nasci lá e quando eu casei já tinha sete anos que eu morava aqui na fazenda. Em 1954 eu casei. A eleição foi no dia 03 e eu casei no dia 05.

Antes, a senhora morava aqui em Mucurici, mas na fazenda né?
Eu morava numa fazenda aqui pertinho.

Era do seu pai a fazenda?
Era de meu pai.

E o que que ele fez? Ele vendeu a terra que ele tinha lá em Medina?

Vendeu a de lá e depois ele deu de voltar pra lá. Ele ganhou um dinheirinho bom aqui, deu de voltar pra lá e voltou. Ele ficou mais de dez anos aqui. Uns treze anos, eu acho, que ele morou aqui. Aí depois ele foi pra lá e nós ficou, eu e outra que casou. As duas ficou aqui e ele foi embora. Meu marido já morava aqui e depois ele foi o primeiro vereador.

(Márcio) o nome dele?

Juscelino Conrado Primo. Entrou na política, porque aqui se emancipou. Ele votou no tenente Cipreste pra ficar até a época da eleição, como interino. Eu era política [risos]. Aí depois eu vim pra aqui, casei aqui, criei meus filhos tudo aqui, to aqui até hoje. Meus filhos foram tudo embora, mas eu tô aqui.

Seu marido, ele tinha terra aqui também?

Não, quem tinha era meu pai e meus cunhados. Aqui a zona do Contestado aqui foi engraçado demais. Quando a gente chegou aqui, ali naquela casa de Joarez era o quartel dos mineiros. E lá onde é o supermercado hoje, na loja, ali era o quartel da polícia [capixaba]. Mas não tinha telha assim não. Era tábua. Aqui se chamava comercinho da tábua, da tabinha. Montanha era palha e aqui era tábua. Aqui as telhas eram tudo de tábuas de cedro, porque tinha muita madeira, né?

Meu marido matava porco, os policial comia a carne toda...

E não podia falar nada, né?

Nós tinha dois animal: uma cavalo e uma mula. E esses homem tomava esses animal e sumia por essas roça. Quando chegava, os cavalo tava quase morto. Eles não tirava nem a cela. A gente se deu bem com eles porque a gente não se meteu. Juscelino aguentou tudo. Eles passava nessa rua aqui e dava jarrada de tiro. Eu tinha medo. Eu passava quinze dias na fazenda com meu pai, com medo. Juscelino mandava eu ir pra lá com as crianças. Era perigoso aqui. Quando eles fazia alguma coisa ou os mineiros fazia, os capixabas queria “proteger” as pessoas pra sair de bom. Um dia, quando eu fui casar, veio minhas duas irmã. Quando a gente chegou ali na frente da prefeitura com a casa de Cida, a cancela era ali. Pra lá tudo era mato. Essa pracinha era mato quando eu cheguei. Era capoeira, isso aí óh. Meu marido trabalhou muitos anos naquela feira, ali na praça.

Seu marido era comerciante?

Era comerciante. E foi um dos comerciantes maior daqui.

Ele é de Minas também?

Não. Ele era baiano. De Itabuna. Na época os comerciantes aqui era o pai de Nilza, Agenor Rabelo e Juscelino. Era os três comerciantes. Ali em baixo, no posto de gasolina, tinha um barracão que vendia farinha. Era o trém que vendia aqui: farinha. Essas estradas dentro daquelas matas parecia um bucado de formiga carregando. Vendia farinha pros fazendeiros. O povo vendia farinha e poaia. Poaia é uma raíz.

É comestível, isso?

Não. Era pra fabricar remédio, né?

Aqui tudo era difícil. Foi em 1954 que eu casei, no ano da morte de Getúlio Vargas. Matou Getúlio no dia 20. Eu fui em Nanuque buscar o vestido do casamento, e quando cheguei lá tava tudo fechado porque Getúlio Vargas tinha morrido.

Quando vocês precisavam comprar alguma coisa que não tinha aqui, tinha que ir pra Nanuque?

Nanuque. Trazia nas tropas de burro. Depois, com um pouco de tempo, a Bralanda (a Bralanda era uma madeireira) fez, com os fazendeiros, abrir a estrada. Mas tirava só a madeira boa. Mas rasgava. Fazia um arraso dentro da mata. Eles tirava só as madeira boa. Peroba, cedro. Só madeiras boa que eles tirava. Mas abriu as estradas e aí o transporte da gente era em cima das bulera, em cima das toras de pau.

Ah! Nossa! Os caminhões que levavam a madeira!

É, levava a madeira. Depois a gente ficou indo pra Nanuque assim. Fui muitas vezes assim, na bureia das carreta. As carreta ia cheia. Morreu até gente por cima. Caia e morria. Nessa praça aqui morreu um homem aí, nessa praça aí, oh.

E muita gente que morava aqui em Mucurici trabalhava pras madeiras, cortando madeira, cerrando?

Às vezes eles traziam. Eles faziam um acampamento. Eles falava... era um bozó. Eles botavam uma venda pra poder venda a comida pro pessoal. Eles trazia a comida. Aí tinha aquelas pessoas que colocava um comércinho, fazia um barraco e colocava as coisas lá pra vender. Aí, daquelas pessoas que tinham, alguns trabalhavam

naquelas fazendas. Mas era muita pouca gente que tinha. Não era muita não. Eles traziam de Nanuque. Às vezes os daqui também eles começava a trabalhar, mas eles traziam mais o pessoal de fora.

De Nanuque, né?

De Nanuque. Cada empreiteira trazia seu pessoal.

(Márcio) Tipo hoje o corte de cana, né?

É tipo o corte de cana. Mas ele era... eles não era, assim, ruim igual... Eles trabalhava muito, porque naquele tempo começou já as motosserra, né? E eles derrubava também com trator, as madeira com trator. Entrava assim, com aqueles trator forte, e derrubava. A Bralanda tirou muita madeira daqui.

Aqui teve muita morte. O irmão dos Rabelo mesmo, aquilo foi a pior coisa que já vi, foi aqui. Eu tava esperando meu primeiro menino. Quando eu casei o trem já tava feio. Eles pegaram e mataram. O Cissa e o Natinho. Eles saía pra roça pra roubar o povo. Pra tomar o dinheiro do povo. Ameaçava as pessoas e elas ficava com medo. Aí eles tava com o menino com uma espingarda. Eles foram tomar a espingarda dele, aí atirou nele. Mas depois descobriu que eles tomaram a espingarda dele e o matou ele. Depois que eles matou ele (vai ver eles queria tomar a espingarda ou pedir algum dinheiro e eles não quiseram dar), depois ele atirou no chão pra ficar as buxas. E uma cumadre minha, a sogra de um desses que morreu, pegou a buxa de chumbo e jogou na cara do tenente Cipreste.

Os policiais é que mataram?

Mataram. O Cisso e o Natinho. Depois meu marido, o senhor Jaime Santos (que foi prefeito de Ponto Belo – seu Jaime foi prefeito aqui duas vezes) e os vereador, eles resolveu ir lá. Chegou lá, quando foi enterrar, era pra enterrar sábado de manhã. Matou sexta-feira e ia enterrar sábado de manhã. Mas tinha que fazer o corpo de delito. Não podia enterrar o homem sei ninguém olhar. Eles mataram o homem e pegaram um sobrinho, um menino de 14 anos, passou aqui nessa rua aqui, oh. Eles passou montado assim, com o menino amarrado na cela deles, igual a um animal. O menino atrás, assim, amarrado.

(Márcio) Eles montado no cavalo e o menino andando, amarrado?

Os dois montado e o menino andando. Chegando ali, eles prenderam o menino. E o menino ficou preso. Aí invés deles enterrar o homem lá na Montanhinha, eles colocaram o homem num pau, e veio, passou até por aqui, por essa estrada aqui. Nessa fazenda aqui. E trouxe esse homem. Ele

tinha morrido na sexta-feira. Ficou sábado, domingo, segunda. Terça feira é que enterrou o homem. Tava fedendo já.

Esses policiais eram capixabas?

Eram capixabas. Os mineiros era melhor. Os mineiros era menos. O Cipreste que era o tenente daqui, não tava aqui, tava pra Conceição da Barra (que aqui quem mandava aqui era Conceição da Barra). Aí depois aí, Juscelino pediu, que eu tava esperando neném. Tava com barrigão, já, pra ganhar o primeiro menino meu. Aí foi seu Manoel e os vereador. Mas demorou muito, que eles foi de cavalo até Montanha, e de Montanha pegou uma carreta [pra Conceição da Barra] – que só tinha carreta naquele tempo, as carreta de madeira – e demorou. Aí quando chegou na terça-feira é que foi enterrar o homem. Quando eles chegaram, eles pegaram os soldado – o Cisso e o Natinho – e levou pra Vitória. Sabe o que os fazendeiro fez? Olha, essa rua encheu de homem. Eles já tinham preparado pólvora, querosene. Carneiro, um fazendeirão forte aqui que tinha outro armazém aí, já tinha aprontado um bucado de coisa pra botar fogo na DPM. Aquela DPM já tinha. Queria botar fogo. Já tinha arranjado não sei quantos quilos de pólvora, gasolina, e querosene pra jogar. Mas o povo ia morrer mais se tivesse feito aquilo. Mas depois o sargento chegou e agiu. Levou eles pra Vitória (que eles queira que eles fosse preso) e enterrou o rapaz.

Que coisa ein?

É. Aqui teve muita confusão.

Mas geralmente era por causa de terra?

Não. É por causa que Minas queria isso aqui e Espírito Santo queria. Depois resolveu, o governo de Minas com o do Espírito Santo, ficou Mantena pra Minas e aqui ficou pra Espírito Santo.

E aí melhorou depois que resolveu isso?

Pelo menos melhorou, porque teve a emancipação, teve prefeito. Se ficasse naquela briga era pior, né? As pessoas não tinha vez. Eles mataram muita gente nessa delegacia aí. Mas a polícia mineira era melhor que a capixaba. Os capixaba fazia mais coisa, mais maldade. A gente ia lavar roupa lá [no rio], eles chegava lá e começava a atirar. A gente tinha que correr. Um dia eles desceram aqui e chegaram ali em baixo e mataram os três cachorro de um professor que tinha lá, que tinha uma escola ali, um internato. Eles mataram os cachorro, deram tiro lá. Todo mundo ficou morrendo de medo. Muita coisa feia. E a gente não podia fazer nada, porque se

fizesse... Hoje a gente fala, mas naquele tempo que falava? Juscelino mesmo, eles comia as carne aí, matava o porco, na brasa que faiz para assar o porco eles raspava a carne todinha e comia. Ia falar o que?

O seu marido trabalhava com comércio de que?

Ele tinha um comercio grande aqui. Era venda. Depois ele m montou padaria. Ele vendia na feira. *(Nilma) Ele é falecido?*

Tem nove anos que ele morreu. Ele tinha banca na feira. Todo sábado ele colocava banca na feira. Tinha uns quatro, uns cinco meninos que botava a banca pra ele. E o comércio aqui era bom naquele tempo.

É mesmo? Mais do que hoje?

Tinha semana que ele vendia oito sacos de arroz. E café, e macarrão. Era bom.

(Márcio) Era colhido aqui na região?

Não. Vinha de Nanuque. A tropa trazia pra ele de Nanuque. Depois ele arranhou uma cara lá de Nanuque que ficou trazendo pra ele, depois. Mas era muito difícil naquele tempo. As estradas era ruim, né? Pra ir em Nanuque não ia num dia.

É mesmo? Gastava mais de um dia?

Indo de cavalo, dentro da mata, era difícil. Eu mesmo, meus menino mais velho morreu três menino meu em oito meses porque não era vacinado. Veio a doença e morreu com 12 anos o mais velho, outro com 5 e outro com 3. Em oito meses morreu 3. Porque naquele tempo não tinha vacina.

Era o que? Rubéola, varíola?

Um menino morreu de tétano. Ele furou o pé num pau e deu tétano. As duas meninas morreu daquela... que dá e sufoca... Na época que as menina morreu, morreu acho que uns dez menino aqui nessa região, dentro do comercinho.

Me conta uma coisa, dona Lili. Depois que a Bralanda foi embora, como ficou a situação do pessoal que trabalhava pra ela? Foi tudo mundo embora junto?

Não. A Bralanda era uma firma grande. Não tem essas firmas... vou fazer uma comparação: não tem essas firmas que vem pra fazer esses prédios? Quando eles vinham, vinham embora, né? Aí depois criou Ponto Belo. Quando a Bralanda foi pra Ponto Belo que criou Ponto Belo. Itamira foi criada, você sabe como Itamira criou? No meio dessa polícia tinha o Antonio Capixaba. O Antonio Capixaba era um policial mandado

embora da polícia. Ele era muito amigo do meu marido. O cara legal, ele tinha um lado bom, mas por trás ele fazia coisa ruim, né? Aí depois eles colocaram uma venda lá, um bazar, igual um armazém. Fazia um armazém pros empregado das madeireira comprar. O povo fez aquele negócio e aquele povo que ia chegando pra trabalhar. Muitos que trabalhava com eles não foi embora. Fez aquelas casinhas, como em Ponto Belo tem muitos que ficou. Fez as casinha e foi morar. Aí depois quando a Bralanda acabou, foi embora daqui, e tirou as madeira tudo que os fazendeiro... Aquilo eu Acho que tinha um contrato. Quando eles abria as estrada, tirava as madeira que eles queria. Eles marcava as madeira tudo que eles queria. Meu pai tinha fazenda e ele tirou também. E aí depois que eles foi embora, ficou muita gente que veio com eles. Não foi, ficou. Teve rapaz que casou e ficou. E depois fez Ponto Belo, por conta dessa armazém da Bralanda. Seu Arthur era dono do armazém e aí ele vendia pra esse pessoal da Bralanda. E depois aí quando foi embora, os fazendeiro já começou.... Já tinha estrada, foi melhorando. Os fazendeiro já começou a comprar carro. Quando pai foi daí, pai já tinha comprado uns seis carros, já.

O dinheiro da madeira também ajudava, né?

Não. Mas meu pai não... o que beneficiou pai foi abrir as estrada, só. Não tinha benefício nenhum. Meu pai melhorou porque ele sabia... criava porco, criava gado. Ele tinha muito gado. Ele ficou bem assim. Trabalhava assim. Mas... É... Pra muitos a vantagem era estrada que foi aberta.

E esse pessoal da Bralanda que ficou aqui, ele passaram a trabalhar em que? Foram morar na roça?

Morando naquelas fazendas. Às vezes aqueles fazendeiro gostava deles. Lá na fazenda de pai mesmo ficou um. Aqueles fazendeiro que eles gostavam, passava a conhecer, trabalhar na fazenda, começava a gostar e aí ficava. Aí a Bralanda ia embora eles ficava, aqueles que era trabalhador. Não tinha carteira assinada. Aí ficava. Naquele tempo, era mais fácil as coisas, mas tinha coisa difícil. Nós mesmos não sofreu porque quando nós veio pra aí, pai trouxe dinheiro, que ele vendeu lá em Minas. Meu pai era uma pessoa inteligente, tinha a cabeça boa, e trouxe dinheiro, e aí ele chegou, já trouxe o gado quando ele veio, trouxe animal, trouxe tudo. Aí quando chegou a gente não teve dificuldade. Os donos das fazendas mesmo foi ter os empreiteiros na fazenda deles, foi ter os povo pra derrubar as mata. Pegava quatro, seis alqueires de terra pra derrubar. Meu pai mesmo entregava 4 alqueire pro

pessoal derrubar, aquelas madeira tão bonita. Mas era bonita essa mata. Queimava a madeira toda. Não tirava nada não. E a Bralanda foi embora e nem... Às vezes ficava gente vendendo pra Bralanda depois. Depois que a Bralanda foi embora, muitos fazendeiro tirou madeira. Pai mesmo tirou umas madeira pra vender. Tirava, muntuava na estrada e a Bralanda vinha com as carreta e pegava. Aí já tava vendendo já. Muitos fazendeiro vendeu madeira depois. Mas a Bralanda acabou. Ficou tudo pobre. Até aquele povo que trabalhou não teve muita coisa não.

(Márcio) Hoje, em Nanuque, só tem a estrutura física da Bralanda. Não tem mais nada.

Mas naquele tempo ela era uma firma grande. Ela era falada, assim, igual hoje é a Aracruz [celulose]. Naquele tempo a gente falava da Bralanda igual o povo fala da Aracruz hoje.

A Cimbarra não trabalhou muito aqui em Mucurici, não, né?

Não. Depois ficou aparecendo, de vez em quando, a gente via passar carreta de madeira. Mas era de fora mesmo que vinha comprar aquelas madeiras que tinham sobrado. Mas a Bralanda não tirou a madeira toda, não. Ela tirou só aquela madeira boa, que interessava a ela. Mas ficou muita madeira ainda. Não era madeira boa, de lei. Era outra. Mas depois o povo foi queimando. Queimava que quando botava fogo numa roça daquelas ficava quinze dias queimando, ou vinte dias. Ninguém encostava junto. [...] Eu fui dia na terra que era do meu pai, porque quando o meu pai vendeu ele ainda deixou muita mata ainda. Quando eu fui lá eu cheguei a chorar quando eu vi aquilo. Não vi nada. Já tinha acabado tudo. É muito diferente do que era aqui. Daqui pra Montanha era só mata.

Entrevista realizada com seu Lô, em sua casa, na sede de Ponto Belo, em junho de 2011.

Seu Lô tem 93 anos de idade. Nascido em 1918, no município de Salinas, no Vale do Jequitinhonha, mudou-se para algum lugar entre Carlos Chagas e Nanuque, no médio Mucuri, na primeira metade da década de 1930 e, no início dos anos 1970, mudou-se para Ponto Belo, onde reside até hoje. Sua propriedade, à época em que se mudou para a atual sede de Ponto Belo, era um imóvel rural. Todavia, o perímetro urbano do município cresceu por sobre a área onde ela se localizava

e, posteriormente, ele vendeu grande parte dela para loteamento e construção de residências.

O senhor é natural da onde?

Eu nasci em Salinas.

(filha de seu Lô) Aí depois ele veio pra Vila Pereira [distrito de Nanuque, bem próximo ao limite com Mucurici]. Eles vendeu a terrinha que eles tinha lá e veio. Só que aí não tinha como eles tá sobrevivendo lá. Ele tinha um lugarzinho lá. Aí ele vendeu lá e veio pra essa terra aqui. Ele veio primeiro, depois a gente veio. Com isso a gente tá aqui até hoje. Ele mexia com farinheira. Quando o terreno era grande [o perímetro urbano cresceu sobre a área da propriedade de seu Lô e ele vendeu vários lotes para construção de casas], plantava mandioca, fazia farinha e vendia a goma. Aí a gente ficou sobrevivendo assim. Vendia farinha. Naquela época dava mais venda. Mas agora não. Já tem outras farinheiras por aí, então já não tem mais. Depois ele aposentou, né? Aposentou, mas mesmo assim - ele ainda tava forte - ainda ficou mexendo, né? Aí só que depois ele parou e aí ele entregou pro meu irmão mexer. Aí meu irmão ficou mexendo um tempão, só que já não tava dando mais, porque como o lugar foi crescendo...

E desde quando você estão aqui?

(filha) Eu acho que eu devia ter uns seis anos, né mãe? Porque eu comecei a estudar aqui. Eu acho que deve ter uns 39 anos que a gente mora aqui. Porque no caso eu sou de 1966 [conclui-se então que provavelmente eles chegaram em Ponto Belo por volta 1972]. Quando a gente chegou por aqui, esse lado aí [o outro lado da avenida principal do município], por exemplo, era tudo mato. Tinha uma casinha. Era essa casinha aqui, que tinha ali do seu Tião. A minha tia mora do lado de lá, aí era tudo mato, aí tinha um carreirinho. A gente passava por carrerinho pra ir pra lá.

Seu Lô, o senhor era agricultor lá em Salinas?

Era. Toda vida.

Criava gado?

Criava. Eu tinha até a declaração de gado. Mas era só 12 alqueires de terra, trinta vacas. Lá em Salinas a gente tinha uma fazendinha até boa, cheia de gado. Mas era rapazinho novo: “Vou abrir mata”. Viemos de Salinas pra Queixada (ali em Vila Pereira, pra lá da vila um pouquinho).

O senhor comprou terra em Vila Pereira ou veio pra trabalhar em terras dos outros?

Quando nós chegou? Quando nós chegou eu fui trabalhar em terra dos outros, de um Português que era casado com uma prima nossa. Naquela besteira de tirar a mata, a gente foi apossando. Nós tava assim com uns 16 anos, 17. Perdeu o pai. Tinha uma aberturazinha pequena, de 12 alqueires só Mas era muito mato, devia dar uns 90 alqueires. Mas perdi meu pai, mãe não quis ficar. Tinha dois cunhados que compraram umas terrinhas no limoeiro. Aí eu fui e vendi essas matas baratinho e comprei no limoeiro, perto dos cunhados.

Limoeiro é aonde? Perto de Nanuque?

(filha) É Minas ainda [os indícios levam a crer que era uma localidade entre Carlos Chagas e Ataléia].

Aí depois eu morei cinco anos na Vila antes de vir pra cá.

Quando você comprava esses terrenos com muita mata, vocês vendiam a mata pras madeireiras? Ou não? Só derrubava e jogava fora mesmo?

Quando nós iniciou nas mata, nós desperdiçou muita madeira. A gente não sabia desse negócio de madeira, né? Quando abria mata, nós derrubava cada Jequitibá dessa grossura. Derrubava cedro. Derrubava peroba. Posso contar um caso?

Claro!

Tinha um Colatino [Colatino é o nome do antepassado da família, avô dos atuais proprietários] que foi deixando [a madeira], fazendo as roças e deixando Jequitibá, Peroba, Jacarandá. Foi deixando essas madeiras. Ele vendeu não sei quantas peroba, cedro, jacarandá e comprou uma mobiliária. Com esse movimento dessas madeiras ele foi indo até 300 alqueires de terra. E nós desperdiçou muito. Mas ainda assim eu vendi 90 perobas.

(Altieri) É. Eles tem uma terra boa lá, os Colatino.

Como eles faziam? Eles vinham buscar de caminhão?

Eles vinha com aqueles pega de boi, moço, pra puxar. No verão, vinha cinco, oito, dez canga de boi pra amarrar na torona e puxar aquilo. E levava até onde o carro vinha.

Eim, pai? Quando o senhor mudou pra aqui no Ponto Belo não tinha muitas casas ainda? Eu sei que eles fala que aqui não tinha casa. Tinha um depósito de madeira, umas toras de madeira. O meu irmão caçula mesmo, mãe fala bem assim. Antes de a gente colocar a farinheira aqui, minha

tia tinha e a gente ia fazer farinha lá. E ele ia levar comida. Aí mãe falava assim: “Oh, meu filho, vai com Deus”. Aí quando ele voltava e falava Ôh, mãe, eu procurei Deus debaixo das toras mas não achei.

Quando eu cheguei pra aqui, a última casa essa era aqui. Aqui era praça de madeira e lugar de lugar de mangueira pros animal. Tudo foi feito depois que nós chegou aqui.

O seu Lô, como é que o senhor teve a ideia de, morando lá em Salinas, comprar um terreno em Nanuque? Como é que foi isso? Você ouviu dizer que tinha terra boa em Nanuque?

Foi porque teve cinco anos de seca, então esparramou gente pra todo canto. Trouxe muito gado pra ribuxar aqui. Tinha muita fartura da Colônia pra cá. Partiu o pessoal de Salinas, muita gente pra São Paulo e muitos pra aqui. O problema foi esse. Foi triste.

Vocês abriam a mata e vendiam?

Era posse. Quando a gente chegou aqui a freguesia aqui era mata, toda. Você chegava aqui metia o facão e tirava um traçado no meio da mata. Mas na vila pereira era dono.

Entrevista com Waldir José de Oliveira, então Secretário de Agricultura de Ponto Belo, realizada em 08/09/2011, na sede da Secretaria de Municipal de Agricultura.

Você tá a frente da secretaria desde o começo da atual administração municipal?
Sim.

Você também é produtor rural, Waldir?
Não. Mas tenho uma pequena propriedade.

Aqui eu noto que , assim como em Mucurici, o predomínio é quase absoluto da pecuária extensiva.
Aqui, corte. Primeira atividade é corte.

Isso tá ligado à própria estrutura fundiária, né? Porque os pequenos geralmente são mais dependentes do leite e os grandes produtores mais dependentes do corte, né?
É. A maioria dos pequenos – 95% - leite.

Entre esses grandes (eu não conheço muito Ponto Belo, conheço mais Mucurici) uma coisa que me chamou a atenção desde as primeiras vezes em que fui pra lá e conversei com vários

trabalhadores rurais, é que a maior parte desses proprietários das fazendas dedicadas ao corte não residem no município, né? Geralmente eles são empresários, têm outras fontes de renda, e vem a propriedade da terra e a pecuária como uma nova forma de investimento, mas normalmente nem residem ali.

É. Os maiores não residem. Aqui, no caso, grandes latifúndios, temos três proprietários.

São ligados aqueles grupos de frigoríficos que são donos de quase tudo ali também em Mucurici?

É. Simão e Varejão.

Eu tenho notado também, pelos censos, que dos anos 90 pra cá cresceu um pouquinho a cana também em detrimento da pecuária extensiva. Mas aqui em Ponto Belo eu não tive a oportunidade de rodar [pela zona rural].

Na nossa região nem tanto. Mais em Mucurici e Montanha.

Por que? Impedimento hídrico ou alguma coisa assim?

Aqui... Porque os grandes proprietários daqui – Simão e Varejão – até plantam cana, mas é pouco (pra dar pro gado, fazer um suplemento). Não grandes áreas pra vender pra indústria.

Vocês tem percebido algum resultado desses programas governamentais de incentivar as instituições públicas e filantrópicas de adquirir alimentos direto dos pequenos produtores, como forma de incentivar a diversificação da produção?

Isso aí pra nós tem sido um grande projeto. São pequenos os recursos, mas tá motivando os produtores a diversificar [a produção]. Hoje nós estamos já com o CDA, projeto do Governo do Estado, que tá sendo desenvolvido desde o ano passado e vamos estar renovando ele agora. Também o PNAE, da merenda escolar. Já fizemos quatro chamadas públicas aqui no município. E o PAA, que fizemos agora. Já foi até aprovado agora já em Brasília.

O PAA é do governo federal, né?
Federal.

Pra abastecer as escolas, não é isso?

Não. O PAA nós fizemos doação pra famílias carentes. Têm umas cem famílias que serão atendidas com a produção de alimentos.

Tem dado um gás assim na diversificação?

Tem sido excelente.

Eu noto que os produtores sabem que a pecuária dá menos dinheiro que praticamente qualquer outra atividade. Mas eles têm sempre o receio de ingressar em outro ramo pela falta de perspectiva de mercado.

Mas também é cultural. Tem quebrar essa [resistência]. Mas isso é aos poucos. Eles passam a vida toda produzindo leite. O avô, o pai. E agora, quando vai mudar pra uma outra cultura (feijão de corda, por exemplo) tem uma resistência muito grande. Mas aos poucos, quando vai dando certo, os outros começam a ceder, até pela inveja (vai vendo os casos que dando certo, né?). Hoje a gente tem feito isso. Começa com quem quer, ninguém obriga ninguém a nada, né? A gente acerta com uns produtores e aí eles começam a desenvolver o trabalho. Um, dois, daqui a pouco um outro começa. Mas não estamos conseguindo atender a demanda ainda, porque tá faltando produtor [inscrito nesses programas].

Não sei como é que anda esse processo, mas estava pra ser inaugurado um Ceasa norte, com sede em São Mateus.

Desde o ano passado, né? Dizem que tá em fase de licitação pra terminar as obras. Nós estamos já montando uma estrutura pensando no Ceasa norte. Nós já temos até um projeto aprovado pra liberar recurso, né, que é do Estado, o Pronaf capixaba, [pra adquirir] um caminhão baú hortifrúti, micro-trator, pra fazer pequenas áreas de tratamento do solo, né? Com carro também pra transportar o micro-trator. Então isso vai favorecer esse segmento mais específico, pra esse tipo de produção, pra essas atividades de pequenas obras, né?

Hoje, aqui não tem nenhum elo com o Ceasa ali de Colatina, que acho que é o mais próximo, né? Os comerciantes de lá não vem até aqui buscar a produção?

Não. Mas se a gente conseguisse pelo menos atender a demanda aqui do município já melhoraria bastante.

Sobre a produção de leite, eu tenho notado que basicamente eles vendem pra Nestle, Damare ou Veneza, que são os laticínios que atuam aqui na região.

É. A maioria – uns 95% – é pra Damare. [...] O povo gosta de coisa mais próxima. A Damare se instalou ali em Montanha, tem um preço razoável e dá parceria, né? Fornece resfriador. A gente tá

até com uma parceria com a Damare no programa Balde Cheio. E o programa tá excelente. E aumentando cada vez mais [o número de produtores que participam]. E a inveja que eu falei. “Opa! Antes eu não quis não mas agora eu quero”. E eles tão conseguindo ter rendimento, produzir bem.

O programa Balde Cheio, pelo que eu entendi, seria uma maneira de se incentivar a produção intensiva na pecuária, com piquetes irrigados... E parece que tem tido resultados fantásticos pelo que o Edson Rezende [dono da Damare] me falou.

Esse produtor aqui mesmo, pra quem a gente tá até conseguindo a irrigação agora, o seu Agamenom, ele é um produtor simples, pobre, mas trabalhador. Tem umas vaquinhas lá, mas ele não podia comprar a irrigação, como não pode até hoje. Só com o piquete, como deu uma chuvada boa, né? Ele conseguiu sair de 20 litros de leite/dia pra 72.

Olha! E ainda sem irrigação!

É. Com piquete, mas sem irrigar. Vai botar agora [irrigação]. Só com manejo da pastagem, adubando com esterco de gado mesmo. Uma área pequena. 0,8 hectares.

Que isso!? Com quantas vacas ele tá nessa propriedade?

Lá ele tá rodando sete. É. Mas ainda é difícil [quebrar a resistência às formas tradicionais de produção]. Mas aos poucos vai aumentando. Acho que a tendência é só avançar. Tem sido maior com os mais antigos, mas com as novas gerações a coisa vai avançar.

Só por curiosidade: você é natural daqui de Ponto Belo?

Não. Sou nascido em Ecoporanga.

Seus pais são mineiros?

Meu pai é. É de Juiz de Fora.

E sua mãe, é capixaba?

Não. É mineira também. De Mantenópolis [ele provavelmente se confundiu e queria dizer Mantena].

Seu pai era agricultor lá em Ecoporanga?

Ele tinha uma propriedade lá. Mas aí meu pai morreu e minha mãe ficou sozinha lá.

Você chegou a trabalhar lá?

Sim.

Era à base da pecuária também, como aqui?

Não. A gente tinha umas vaquinhas, mas o forte era o café.

Café? Era aonde em Ecoporanga?

Em direção à Prata dos Baianos.

Ah, sim! Ali já é uma área de relevo mais acidentado e tem muito café mesmo, tanto arábica quanto conilon. É uma porção de Ecoporanga que contrasta com o resto, porque lá, assim como aqui em Ponto Belo e Mucurici, basicamente é pecuária extensiva, né?

É. Ecoporanga hoje é o maior produtor de leite do Estado. A bacia leiteira lá hoje é maior do Estado. Aqui, já inda ali pra Nova Venécia, também é região cafeeira. Ali em Itamira, a gente deve tá beirando uns mil hectares de café naquela região.

Já é asfaltada a estrada pra Itamira?

É. Foi com esse programa Caminhos do Campo.

Ah! Então vou ter que mudar meus mapas... Aqui em Ponto Belo não vingou muito a fruticultura voltada pra essas indústrias de suco, né?

Aqui nós estamos desenvolvendo. A gente tá com banana e abacaxi.

Porque ali em Montanha eu vejo muito mamão...

Quem mexe mais com mamão é grande produtor. É muito caro. Dá de 12 a 15 reais de custo médio por pé.

Por pé?

É.

E café eu noto que tem pouco aqui em Ponto Belo. Não sei se é por uma questão natural [de condições climáticas ou pedológicas adversas ao plantio].

Não. É mais cultural mesmo. Nós estamos começando a melhorar também, aos poucos. Mas quando vira café puro, como São Gabriel da Palha... monocultura....

É. É ruim mesmo. O segredo da estabilidade é a diversificação, né? E esse abacaxi daqui é voltado pra que? Abastecimento das indústrias ou do mercado urbano mesmo?

Por enquanto, a produção atual é pra abastecimento desses programas [governamentais].

Ah, sim. Porque esses maiores que a gente tá falando, de mamão, maracujá, geralmente são pra indústria...

E muito pra São Paulo, né? Carretas e carretas. Hoje nós estamos implantando também, com recurso do BNDES, aquele negócio das Fae, umas hortas. Já ouviu falar em Mandala? É uma horta circular associada a criação de aves...

Ah, sim!

O primeiro objetivo dessa horta é garantir a alimentação, segurança alimentar. [Mas] Depois você pode vender também. O valor pode até ser pequeno, mas é de uma importância social muito grande. Aqui já são 48 ao todo. Eu sei que dessas 48 pode ser que metade dê errado. Mas eu não tô preocupado. Se eu chegar na terra daquele cidadão eu ver que ele tá comendo bem, tá dando pra porco, tá dando pras galinha. Tá Bem. Então tá ótimo.

O excedente eles ainda vendem, né?

É. Mas se vai vender ou não vai vender eu não tô... A gente tem um mecanismo pra absorver a produção. Nós colocamos o carro de hortifrúti (já tá liberado o recurso) e fazemos a coleta. A gente queria botar uma central aqui em Ponto Belo. Uma unidade de distribuição, como eles chamam, né? Leva tudo pra ali, passa por um processo de seleção. Mas é difícil quebrar isso [a dependência da pecuária]. Nós fizemos um levantamento em todos os comércios que vendem verdura, do menor ao maior, e nenhum deles compra a produção daqui.

Vem da onde?

Vem tudo do Ceasa de Vitória.

De Vitória? Nossa! É uma contradição...

E cada família gasta em média mais de 50 reais por mês comprando isso. E nós observamos que de tudo isso que vem de Vitória, 70% poderia ser produzido aqui. Tem algumas coisas que não dá, pelo clima e outras condições. Mas cerca de 70% poderia ser produzido aqui. Hoje tem pesquisa, variedades [de espécie] mais resistentes.

Mas depende muito dos mercados começarem a negociar direto com eles [os produtores]. Aparentemente não existe essa interface, né?

Se tiver a produção aqui e a gente conseguir montar essa unidade nossa de distribuição, que pra onde vai chegar tudo – uma pequena Ceasa, vai ser selecionado, classificado, aí vai ter esse contato com os Supermercados.

É. Porque os supermercadistas eles querem uma coisa mais direta. Eles querem negociar com um cara só pra comprar tudo o que eles precisam, né?

Nessa unidade, você monta um revezamento, monta uma associação, aí quando o cara vier com a demanda dele já vai t'á tudo ali e é só mandar entregar. Por um lado, por ser cultural, é uma desvantagem ter que tá quebrando isso. “Vamos mudar de atividade?”. Quer mexer com leite? Pode mexer. Mas faz também uma hortinha, planta um cafezinho, planta uma lavoura de pimenta. Mas por outro lado, também, tem um vantagem: aqui na nossa região nós estamos livres de pragas.

É. A incidência de pragas é maior em áreas já especializadas há muito tempo. Elas vão criando resistência aos agrotóxicos e aí a coisa fica feia...

É. Esse é um ponto positivo [De Ponto Belo]. Essas unidades das hortas, mesmo, não tem [agrotóxico]. É agroecológico.

Isso me lembrou um “causo”. Um amigo meu tava fazendo uma pesquisa lá em Itarana, em uma propriedade que produzia tomate, pra vender pro Ceasa (e que, por sinal, chega aqui até vocês também). Aí ele reparou que o cara tava aplicando muito veneno e perguntou: - “Porque você tá aplicando tanto veneno nessa lavoura?”. Aí o cara respondeu: “É porque tomate é muito sensível, meu filho. E se eu não aplicar esse negócio, ele não vai ficar bom e não vai vender bem”.

Bem, aí ele tornou a perguntar: “Mas o senhor come isso, com essa quantidade de veneno?”. E o senhor respondeu: “Claro que não, meu filho! O meu tomate pra comer é aquele dali”, e apontou pra um pequena horta próxima da residência. Ou seja, pra ele há um tomate pra se comer e um tomate pra se vender...

[risos] É. Mas existe um índice permitido [para o uso de agrotóxicos]. Só que você não vê inspeção sanitária lá no Ceasa, né?

É. Há um tempo atrás, com o morango a coisa começou a ficar tão grave que eles começaram a perder mercado. Mas o tomate ainda é um dos campeões [de uso de agrotóxicos]. E eu como tanto tomate...

Dizem que ele tem muita substância anticancerígena. Então com o agrotóxico talvez fique no zero a zero... [risos].

Entrevista com Dona Hilda Maria de Jesus, em setembro de 2011. Nascida em Salinas, na porção mineira no Vale do Jequitinhonha, ela hoje é assentada no P.A. São Sebastião, em Montanha/ES.

[...]Pai morreu lá em Carlos Chagas.

Ah! Ele foi pra lá primeiro, né?

Foi. Lá ele faleceu. Minha mãe também faleceu lá.

A senhora tinha quantos anos quando saiu lá de Salinas?

Aí eu não se te contar, meu coração.

Mas era novinha, ainda?

Era. Quando eu saí de lá tava ainda novinha. (neto) Eles vieram pra Minas, bem pra cá, perto de Nanuque.

Seus pais que vieram pra cá e você veio criancinha com eles?

(neto) Não. Ela veio só, ela e o marido. Eu vim só com o marido. Chegou aqui ele morreu.

Seus pais são de Salinas e eles foram para Carlos Chagas, é isso?

Foi.

Você foi com eles pra Carlos Chagas?

Foi.

A senhora cresceu lá então, né? Em Carlos Chagas?

É. Não. Foi lá nas quatro lagoas que eles falava. De lá eu casei e vim pra aqui.

E tem muito tempo que senhora que tá aqui?

Tem muito tempo. Acho que tem uns cinco anos. (neto)No assentamento vai fazer sete.

Mas aqui pra região do norte do Espírito Santo, tem muito tempo?

(neto) Não. Aqui faz pouco tempo.

Ah, tá. Ela passou a maior parte da vida em Carlos Chagas, então?

É.

Me diz uma coisa. Seus pais saíram lá do Jequitinhonha pra ir pra Carlos Chagas porque? Atrás de terra?

Isso eu não sei contar, porque eu saí de lá pequena. Eu não sabia de nada. E chegou aqui eles faleceu logo.

A senhora sabe se eles vieram trabalhar nas madeiras que tinham aqui ou em alguma fazenda?

Sei não.

Lá em Carlos Chagas a senhora fazia o que pra viver? Trabalhava em terras dos outros?

Trabalhava assim, ajudando os outros a trabalhar.

(neto) Sempre trabalhou nas fazendas.

Seu marido também?

Meu marido era vaqueiro.

Ah! Ele era vaqueiro ali em Carlos Chagas.

Era.

E o que aconteceu que a senhora acabou vindo parar aqui no assentamento.

Uai! a sorte, né? A gente morava em fazenda dos outros. A gente achou aqui pra vir, a gente veio né?

(neto) O sonho do meu avô era tá num terreno dele mesmo. Era a vontade dele. Aí quando o povo tava na beira da pista em Montanha, que levou ele. Ele ficou doido, que saísse logo o assentamento.

Nessa época ele trabalhava em alguma fazenda ainda?

Não?

Não? Ele tava desempregado?

(neto) Ele tava morando na rua.

Nós moramos aqui em Mucurici.

(neto) Depois de aposentar. Aí ele conseguiu vir pro assentamento. Quando ele veio pra aqui ele ficou alegre demais. Ele não aguentou, né? Foi um tempo, fez uma roça boa ali. As primeiras roças...

O que aconteceu com ele? Ele trabalhava em alguma fazenda e foi despedido da onde trabalhava?

(neto) Ele desempregou há muito tempo. Ainda era menino meio novo quando ele desempregou. Ficou sendo meeiro em fazenda dos outros e depois ele veio embora pra rua. A primeira roça do assentamento aqui que ele fez, ele nem arrancou. Ele deixou no ponto de arrancar. Morava ali, do outro lado ali. A barraca era lá. Ele morreu em Montanha, mas caiu doente foi ali. Deu uma dor aí que não teve jeito. Gritou, gritou, gritou.

(neto) Deixou a roça no ponto de arrancar. No mesmo dia em que ele morreu arrancaram a roça. Em seguida, depois, eles mediram a terra depois que ele faleceu, né?

Ah! Ele faleceu antes de demarcarem os lotes aqui?

(neto) Não tinha nem demarcado os lotes, não.

E vocês ficaram quanto tempo em Mucurici, nessa situação, sem ter onde morar?

(neto) Não. Ele tinha uma casa lá. Uma casinha. Ficou pouco tempo em Mucurici. Um ano, mais ou menos.

E você sabe porque ele preferiu Mucurici do que Carlos Chagas? Já que ele trabalhou tantos anos em Carlos Chagas?

(neto) Era por causa dos filhos. Né? Os filhos tá tudo mundo porá cá. A gente morava tudo em Mucurici. Por gosto dele ele não vinha ora Mucurici, não. Mas nós ajeitamos e puxamos ele pro lado de Mucuri.

A senhora sabe me dizer mais ou menos até que que ele foi vaqueira nas fazendas lá de Carlos Chagas?

Não sei não. Uns 15 anos nós morou lá na fazenda do velho (?).

Foi a última em que ele trabalhou?

Foi.

Rapaz, eu tô pensando na história de vida do marido dela. Quando finalmente consegue tudo aqui...

(neto) Ele falava. Parece até que ele sabia o dia que morria. Tava chegando o dia, ele falou “que queria conseguir aqui nem tanto pra mim, mas pra dar pros filhos”.

E tem um filho da senhora que mora aqui com a senhora?

Tem. O Bastião.

(neto) que é o pai meu.

E você mora aqui também?

(neto) Moro.

E aqui vocês vivem de que? De gado?

(neto) Hoje não tem nada. Fizemos roça aqui. Já arrancou. Cabou. A gente já teve umas vaquinhas aqui, e vendeu. Mas vamos comprar de novo, entendeu? A gente tá esperando, porque tamo fazendo o PRONAF.

E vocês pretendem fazer o que com o Pronaf?

(neto) Rapaz, esse projeto nosso aí é pra cinco vacas, um pedaço de irrigação e eu quero fazer uma horta. Meu pai vai fazer um roçazinha aí...

Aqui tem muita pimenta e café, né?

(neto) É. Mas eu não animo mexer com café porque muita a gente assim, muitos faz com café mas tem alguma coisinha fora do Pronaf, entendeu? Aí, a gente que não tem...

Entrevista com Dona Orlinda de Jesus Souza, realizada em setembro de 2011.

Dona Orlinda nasceu em 1939 no município mineiro de Águas Formosas, situado no Vale do Jequitinhonha, tendo sua família migrado para o sul da Bahia quando ela era ainda criança. Depois de ter migrado para o norte do Espírito Santo, hoje Orlinda reside no P.A. Córrego da Laje, em Mucurici/ES.

Vocês estavam aqui desde a época que isso era uma fazenda, antes de ser desapropriada?

É. Faz uns quinze anos. Nesse tempo em que a gente chegou pra aqui, aquela turma de gente... foi é... a gente morava em Pedro Canário. Aí então chegou lá esse pessoal convidando a gente pra entrar numa terra. Aí veio meu marido, depois veio um bocado de homem lá. Aí saiu a terra, saiu lá em Água Preta, em Pedro Canário, mas como não dava pra todo mundo, diz que Incra comprou e negociou aqui, o fazendeiro, aí dividiu: um bocado ficou lá e um bocado veio pra aqui.

O seu Ozorino é nascido em Machacalis, lá no Vale do Jequitinhonha, e a senhora é de uma cidade perto, Águas Formosas, né? Vocês se casaram lá ainda?

Não. Quando a gente se conheceu a gente morava ali na Bahia, ali pro lado de Itanhém. Aí lá a gente se conheceu, lá casamos, e veio viajando, viajando, mudando, mudando...

E a senhora saiu lá de Águas Formosas por que? Os pais da senhora se mudaram?

Quando eu saí de Águas Formosas, eu era neném. Meu pai mudou pra Itupeba. O pai dele tinha uma posse lá. Era posse ainda. Entrou na mata. Aí tirou a posse. Veio pra lá. Aí lá criou nós. E no tempo que nós já tava grande, aí ele mudou pra cá, foi mudando pra cá. Mas ele entregou a vida dele mesmo foi em Teixeira [de Freitas].

Itupeba? É Bahia?

É. Entre Bahia e Minas. Quando eu me entendi por gente eu morava lá.

E como foi essa decisão de sair da Bahia e vir pro Espírito Santo? Foi depois que a senhora se casou?

Foi depois que eu me casei. A gente casou. A gente ficou morando lá. Depois a gente mudou mais pra perto. Foi mudando. Cada vez mais perto. Aí chegou numa altura que nós vimo pra Pedro Canário e ficamos morando em Pedro Canário.

E trabalhava em que? Em fazendas dos outros?

Trabalhava em fazenda.

Tomando conta das fazendas?

Não. Às vezes nós chegava e tinha um que dava a nós aquela agregação e nós ficava morando. Aí quando falava assim “Não. Agora eu já tô precisando de vender aqui. Vocês caça outro lugar”. Aí nós caçava outra [fazenda]. A vida nossa foi sofrida. Foi desse jeito. Chagava, então ficava lá uns dois anos, três anos, quatro, cinco anos. Vendia outra vez e a gente saía. Aí quando chegou numa altura a gente arranhou um troquinho que deu pra a gente comprar uma casinha ali em Pedro Canário.

Mas era na cidade ou era na...

Era na cidade.

Isso mais ou menos em que época (que vocês chegaram em Pedro Canário)?

Ah! Tava com quase quarenta anos.

E a senhora lembra disso aqui quando era fazenda ainda?

Eu não vim correto com eles não. Eles veio, arrumou barracam ficou sofrendo ni barraca. Eu fiquei lá em casa, que meus menino tava estudando. Eu fiquei em casa. Aí eles vieram e seguraram aí essas pontas até... quando eles vieram pra aqui, a terra já tinha saído. Aí eles veio, aí depois, quando eles fez uma barraca melhor de estuque, aí eu vim.

Mas ne tinha casa, não tinha agrovila, não tinha nada, né?

Não tinha nada, não.

Era tudo pasto aqui?

Tudo pasto. Que eu sei tinha uma casa ali embaixo. Ela tá lá até hoje.

Tá abandonada lá?

Não tá abandonada não, que agora tem uma professora morando lá. Eles não abandonou ela

não. Eles tratou ela pra quando for ter reunião, receber gente.

O terreno de vocês é longe aqui da agrovila?

Não. Não é longe não.

E vocês tão plantando o que lá, agora?

Agora não tem nada não, porque a gente já tá de idade, né? Lá tem umas galinhazinha, uns gadinho, tem mandioca. Mas a gente não fazendo mais grande roça não.

Entrevista realizada com Dona Santa em Setembro de 2011. Nascida em 1934 no município mineiro de Salto da Divisa, no Vale do Jequitinhonha, hoje é assentada no P.A. São Sebastião, em Montanha/ES.

A senhora nasceu lá em Salto da Divisa, em Minas Gerais, né? A senhora tinha quantos anos quando saiu de lá?

Vinte anos [1954]. Casei e saí.

Aí você foi pra onde?

Vim pra Medeiros Neto, e de Medeiros Neto vim pra Nanuque.

Veio porque? Seu marido conseguiu emprego por aqui ou alguma coisa desse tipo?

Não. Ele trabalhava por conta própria. Ele era dono de oficina de móveis, né? Aí quando foi lá uns tempos ele morreu.

Móveis de que? Madeira?

É, madeira. Aí ele morreu e eu fiquei só com os filhos – cinco filhos – aí eu peguei e vim pra aqui.

A senhora veio pra Montanha?

Mucurici. Já tem mais de vinte anos.

E você morou quanto tempo em Nanuque com seu esposo?

Com meu esposo? Morei 14 anos [até 1968].

Ele trabalhava fazendo móveis? Foi na época que tinha muita madeireira lá em Nanuque, né?

Tinha. E ele trabalhava bem, viu?

E quando ele faleceu os filhos não continuaram não, o seu trabalho?

Era tudo pequenininho.

Ah! Eram tudo criança?

Era tudo criança.

E como é que você fez pra criar esse monte crianças lá em Mucurici?

Sofrendo. Eu já sofri. Eu nunca roubei, nunca matei e nunca fui presa. Mas de sofrimento em cima da terra, eu não vou nem contar.

A senhora trabalhava em alguma fazenda, lá em Mucurici?

Em Nanuque, eu morava na fazenda de Almir Fernandes, o homem mais rico de Nanuque. Cabeí criando os filhos lá. Aí quando o meu menino – não era muito mais velho, que os mais velhos Deus levou – tava com idade de 13 anos ele começou a trabalhar de vaqueiro. E aí foi que a vida melhorou, pelo menos um pouco.

Lá em Nanuque mesmo, que ele trabalhava de vaqueiro?

É, em Nanuque mesmo. Aí quando tava com uns 21 anos ele casou e aí eu fiquei com o mais novo, né? O caçula. Fui andando mais ele, né?

E a senhora veio aqui pra Mucurici...

Vim pra Mucurici. O outro mais novo também arranhou família. Trabalha em Nanuque até hoje.

E a senhora fazia o que em Mucurici? Também trabalhava em fazenda?

Trabalhava numa fazenda. Aposentei na fazenda. Foi na fazenda de Lica Leite.

E seus filhos? Eles tão assentados aqui também hoje?

Não tem nenhum. Eu vim pro acampamento sozinha e Deus. Não tinha parente nenhum comigo. Aí na minha viagem do acampamento pra aqui, esse rapaz veio e me acompanhou. É meu neto. Tá aqui até hoje. Já arranhou família, já.

A senhora viu Nanuque crescer então né? Morou 15 anos lá...

Vi Nanuque crescer e Mucuri também. Mucuri era uma baboginha.

Quando a senhora chegou não tinha ali ainda?

Pouca coisa.

As madeiras trabalhavam aqui ainda quando a senhora veio pra cá?

Não. Não tinha mais não. Só manga e gado.

Me diz uma coisa, só por curiosidade. Quando a senhora saiu lá de Nanuque, porque a senhora veio pra Mucurici?

Caça melhora na vida. Mucurici era um lugar menor, melhor pro meus menino.

Era mais fácil conseguir emprego aqui em Mucurici, pra trabalhar na roça?

Era. Foi só chegando aqui e fui pra roça. Trabalhava na roça, tomando conta lá das terras de Lica Leite.

E fazia o que lá?

Até de vigia eu trabalhava lá...

Fazia de tudo na fazenda?

Fazia.

Cuidava de gado, cuidava da horta?

De gado eu não cuidava não. Era de galinha, de porco, essas coisas.

Fazia todo tipo de serviço pro dono da fazenda?

Fazia. Ganhava meu dinheirinho. Ele tirou meus documentos. Eu fui chegando lá ele foi me aposentando.

E tem muitos anos já que a senhora se aposentou?

17 anos [1994].

A senhora ficou muito tempo então nas fazendas aqui sem se aposentar?

Fiquei, fiquei.

A senhora trabalhou em quantas fazendas aqui em Mucuri?

Não. Só lá em Lica Leite.

Lica leite era o nome da fazenda?

É a família que assina por Leite.

Foram quantos anos, mais ou menos, que a senhora ficou nessa fazenda lá?

7 anos [presumivelmente entre 1987 e 1994].

A senhora tá aqui desde surgiu o assentamento?

Foi. Eu fiquei uma no e oito meses no acampamento.

E hoje vocês tão produzindo o que aqui?

É mandioca, feijão, milho.

É seu neto que te ajuda aqui?

É. Agora eu não trabalho mais ni roça.

Entrevista com Osmar, assentado no P.A. São Sebastião, em Montanha, realizada em seu lote em setembro de 2011.

Osmar é nascido na região de Colatina, filho de pais mineiros. Junto com sua família, ele se mudou para o extremo norte capixaba ainda criança e passou grande parte de sua vida ajudando o pai, que sempre trabalhou como meeiro em propriedades de terceiros. Ingressou na Feates, participou de ocupações, e conseguiu se tornar assentado no Projeto de Assentamento São Sebastião, em Montanha. Hoje, em seu lote de aproximadamente 8 hectares, ele possui algumas vacas para produção de leite, uma boa área plantada com pimenta e com feijão.

O senhor falou que chegou aqui mais ou menos três anos antes do assentamento ser criado.

Nós chegamos aqui em 2004, né? Só que o que acontece? A gente ficou um bom tempo tipo acampado, porque não tinha dividido as terras. A gente ficou aí, embarracado. De barraca. Depois que dividiu, que cada um foi pro seu lote, é que começou a trabalhar, né?

Mas você chegou a ficar acampado por aqui durante algum tempo?

A gente ficou preá cá de Pinheiros um pouco ali. A gente ficou um ano e pouco acampado.

Vocês chegaram a fazer ocupação nessa fazenda ou não?

Foi. Foi feita ocupação.

E de quem era aqui, você sabe?

Aqui era de Eugênio Pisceira.

Ah! Pensei que fosse alguém do Simão ou Varejão...

Não. O Simão é divisa aqui. Aquela mata ali já pertence ao Simão. Essa terra aqui na época a gente tava vendo, vamos botá, aqui era 143 alqueires (aproximadamente 685 hectares). Eles tava fazendo uma base de ter 800 cabeças de gado pra dar produtivo. E teve ano aqui do cara criar 40 cabeças.

Aqui é tudo da sua família, trabalhando?

É. Essa aqui é sobrinha. Tem um outro ali que sempre fica aqui em casa. Esses dois é neto. Aquela lourinha ali é filha. Tem outra menina minha ali em baixo, que mora ali mais o marido, tem um filho e uma nora ali em baixo também.

Como é que foi à época da ocupação aqui? Como era a relação de vocês com o proprietário? Ele chegou a pedir a reintegração de posse? Veio polícia ou alguma coisa assim?

Veio. Na época veio. Teve uma época aí que a gente prendeu o gado que tava aí. Aí a polícia veio... [risos] Mas o negócio só funciona assim. Só chama a atenção se fizer isso. Prendemo e ficou bastante hora preso. O gado tava quase morrendo de sede e fome, já. Aí ele veio, sentou, negociou, a gente soltou. Mas ainda bem que deu tudo certo, né?

Ele residia aqui? Não, né?

Não! Ele tem muita terra, moço! Ele já velhinho já, mas ele tem muita terra. Ainda ficou 27 alqueires que ele vendeu agora. E ele tem pro lado de Nanuque aqui tem muita terra ainda. É ricasso! Dizem que tem uma rede de hotel pro lado do Rio de Janeiro, lá, parece. Não é coitado não... [risos]

O senhor é natural daqui mesmo, do Espírito Santo?

Espírito Santo.

Seus pais são daqui também?

São. Tudo do Espírito Santo.

São da onde?

Eles vieram de Minas, mas quando eu nasci, eu nasci em Colatina. De Colatina pra cá então a gente viveu... Eu tô com 48 anos. Desde que eu nasci a gente tá nesse meio aqui de Pinheiros, Montanha, né?

Você sabe da onde de Minas Gerais que eles são?

Pai é daquele meio de Afonso Cláudio, Baixo Guandu. Daquele meio ali. E minha mãe, os parentes dela mora em Baixo Guandu.

E aqui pro norte do Estado você veio por causa do movimento, do assentamento?

Não. Eu vim pequeno. Tava morando em Pinheiros desde 1978. Sempre trabalhei em Pinheiros. Depois eu fui pra Linhares. Morei lá quatro anos. Aí de Linhares eu já vim pra esse movimento.

E o senhor trabalhava em Pinheiros era na zona rural ou er algum trabalho lá na cidade mesmo?

Eu trabalhei em zona rural, né? Trabalho em roça, esses negócio. Depois trabalhei na rua também, né?

Era o que? Meação que você trabalhava?

Não. Quando eu trabalhei na zona rural eu trabalhava mais meu pai, né? Mexia mais ele.

Seu pai tem terras ali na região de Pinheiros?

Não. Ele trabalhava de meeiro. Agora ele é assentado também.

É? Ele tá aonde? Aqui também?

Lá do outro lado de lá.

Aqui no São Sebastião mesmo?

Aqui mesmo. Depois trabalhei muito tempo de chapa, né? Carregando caminhão em Pinheiros. Mexi com muita coisa.

Até conseguir um pedaço de terra?

Até conseguir. O sonho da gente era conseguir. Não tá realizado bem ainda não, mas já tá bom. Pra a gente, né? Falta a gente tentar organizar direitinho. Mas graças a Deus já tá bem encaminhado.

A sua irrigação foi tudo projeto do INCRA que vocês implantaram?

Eu tenho um pouco aqui que foi de um fomento de R\$ 3.200,00, né? Depois complementei com recursos do INCRA – do INCRA não, do Pronaf, né? E tem uma parte aqui onde é essa pimenta e pra cá, já foi com recursos já meu. Foi mais uns mil e poucos reais que eu gastei aqui. Quando eu fui plantar pimenta não tinha essa irrigação, só tinha nos piquetes. Aí eu fui e complementei aqui.

E hoje o senhor depende basicamente da pimenta, da pecuária e do feijão que vinda aqui, né?

É. Hoje a gente vive mais em função disso, né?

Pecuária de leite, basicamente, né?

É.

O senhor tem quantas vaquinhas aqui?

Eu tenho cinco vacas.

E são boas elas?

Mais ou menos. Né muito boas não.

Dá o que? Uns 8 litros/dia? 10?

Não. Não tá dando isso não.

Tá dando não? Só com ração mesmo, né?

É só se tratar direito. E hoje a ração tá um preço danado, rapaz. Mas eu tenho lá em baixo também, a gente mexe com a horta, lá. Agora mesmo a gente tá investindo.

E vocês vende aonde esse produto da horta? É na cidade?

É na cidade.

Na feira?

Na feira.

Tem um estande de vocês lá?

Tem.

Do assentamento ou da sua família?

Da família. Tem mais família que vende, né? Mas cada uma vai e leva o seu.

Lá [na feira] tem um negócio da prefeitura, dos caras receberem um ticket.

Apareceu há pouco tempo, agora. Deve ter um mês e pouco que começou. Ajuda muito também, né? Melhorou muito. A gente tá até programando aí, porque o ano que vem tem merenda escolar, né? eles pega muito alimento também. Aí eu vou entrar no PAA.

Com a horta e o feijão?

É. Eles pega de tudo, né? Verdura. Tem muita qualidade de coisa. Porque você fazer uma coisa só, é complicado. Então você tem que ter de tudo um pouquinho, porque aí você consegue controlar a coisa.

O rendimento que vocês conseguem aqui dá pra viver só da propriedade? Ou alguém tem que trabalhar fora pra complementar?

Por enquanto a gente tá vivendo daqui, né? Tem meu filho, que não tava aqui. Morou aqui. Aí foi embora. Depois voltou de novo. Ele tá trabalhando fora. Tem o genro ali que tá trabalha fora, que trabalha na rua. Mas o resto é daqui mesmo.

Entrevista com Seu Fidelcino, assentado no PA São Sebastião, realizada em seu lote em Setembro de 2011.

O senhor nasceu lá em Águas Formosas, né? Fica no Jequitinhonha, né?

É. Foi lá em Buraninha. O córrego chamava Buraninha. Mas depois mudou pra Umburatiba.

E o senhor morou lá até quantos anos?

Eu não fiquei muito tempo lá não. Eu, com 12 anos de idade, já tinha partido pro mundo. Já tava em Feira de Santana. Mexendo com gado. Toda vida eu mexi com gado pros outros. Aí depois eu voltei tornei empregado no DER. Trabalhei 5 no DER empregado.

DER?

Sim, DER.

Estradas, né?

É. Estradas. De Jequitinhonha a Almenara e Salto da Divisa. Eu conheço aquele trecho tudo ali. Eu trabalhei naquele trecho tudo. Aí eu fui pra São Paulo. Pedi a conta e fui pra São Paulo. Trabalhei quase dois anos lá em São Paulo. Pra lá de São Paulo, perto de Santos.

O senhor fazia o que lá em São Paulo.

Trabalhava em pimenta, em banana...

Ah! Na roça, também, né?

É.

E como é que o senhor veio parar aqui no Espírito Santo?

Quando eu cheguei em casa, lá em Buraninha, aí meu pai tinha morrido no Jequitinhonha e mãe ficou lá doente, internada. Aí eu vim pra modo de eu voltar de novo. Depois que eu cheguei, mãe tava só, pai tinha morrido. Aí mãe veio pra casa de um sobrinho dele em Nanuque. Aí eu vim pra aí.

Pra Nanuque?

Sim. Eu doenci lá na fazenda de um homem, que tava uns dois anos que tava tirando leite pra ele.

Em Nanuque isso?

Não, é do lado de Minas. Aí ele pegou e me trouxe pra me tratar, né? Aí de lá eu falei “vou tomar os remédios lá na casa de mau primo”, esse sobrinho da minha mãe que mora em Nanuque. Aí eu vim. Aí eu fui saindo, trabalhando, quando mãe resolveu voltar, melhorou. Aí eu tenho um cara casado com uma sobrinha minha que morava aqui perto de Itamira [distrito de Ponto Belo]. Aí eu fui trabalhar mais ele. Daí eu fui saindo de fazenda, em fazenda, em fazenda, e vim parar aqui.

E quando foi isso, que o senhor chegou em Nanuque? Tem muito tempo?

Tem muito tempo. Quando eu vim pra Nanuque nem barba branca eu tinha.

O senhor tinha quantos anos de idade, mais ou menos?

Acho que tinha uns 30 anos. Mais ou menos essa base.

Ainda tinha muitas madeiras lá em Nanuque quando o senhor foi morar lá?

Tinha.

O senhor chegou a trabalhar nelas não?

Não. Não cheguei a trabalhar em firma nenhuma. Minha vida foi só trabalhar em fazenda pros outros.

Sempre lá em Nanuque?

Não. Em tudo quanto é [lugar]. Em Itabaiana, Nanuque, pra lá de Nanuque, pra cá, tudo eu já trabalhei de vaqueiro. Quando eu vim aqui pro assentamento mesmo eu tava empregado pro pai do que era coordenador nosso. Chama Élcio. O pai dele chamava Tião Paixão. Élcio Paixão. Aí então eu saí de lá da fazenda do pai dele e vim pro acampamento. O acampamento nós ficou cinco anos aqui debaixo de lona, até sair a terra.

O senhor já passou por muita fazenda aqui nessa região de Nanuque, Mucurici, Montanha?

Já. Muitas e muitas fazendas.

E por que o senhor saia? Porque o senhor queria, porque eles te despediam, vendiam a fazenda?

Não. Eu ficava um, ano, dois anos, três anos, quatro anos, cinco anos mais um. Aí, a gente enjoava dali. Patrão nunca mandou eu embora de fazenda. Eu mesmo que saia. Quando eu tava mais um, o outro extremante daquele já fala pra mim “a hora que você sair dali, você já passa ali pra cá, pra minha fazenda”. E era assim, quando eu saia de uma fazenda, uma outra já tava aberta pra mim.

O senhor fazia o que? Tomava conta do gado?

Tomava conta do gado, vacinava, dava remédio, fazia pasto de vaca. Era assim.

E era fazendeiro grande?

Era. Era tudo fazendeiro grande. Tomava conta de tudo. Fazia cerca, roçava manga, tirava leite, curava vaca, bezerro.

Ah! Tirava leite também.

Tem um tal de Décio Leite que morava ali pra baixo de Montanha, eu trabalhei pra ele dois anos. Naquela época eu era novo, que eu aguentava tirar quatro tambor de 50 litros de leite, eu sozinho.

Por dia?

Dim. De manhã cedo, eu levantava de madrugada. E não tinha nenhum menino pra poder soltar um bezerro pra mim. Tudo era eu. Ele morava em Montanha, e quando ele chegava lá na fazenda eu já tinha tirado os quatro tambores de leite. Aí ele pegava o carro. O carro passava e panhava. Aí eu adoenci na fazenda dele também. Sabe o que foi? Excesso de leite, que eu tava tirando demais.

Problema de coluna, que tava dando?

É. Problema de coluna e os nervos. Quando eu terminava de tirar o leite, adormecia tudo [as mãos].

E desde que o senhor chegou aqui [no Extremo Norte do Espírito Santo] o pessoal tirava muito leite aqui, nas fazendas em que o senhor trabalhou?

É, é. Nas fazendas eu sempre mexi com leite. Agora, essa daqui [a fazenda que originou o assentamento], ele aqui não mexia com leite não, só mexia com gado de corte.

E senhor hoje tá plantando o que aqui?

Agora os que tá tirando um pouquinho de leite aqui tá entregando pra aquele laticínio que tem lá em cima, na sede.

A Damare, né?

É. O carro vem e panha o leite lá. Agora os daqui, tem um cara duma mota que vem panha aqui todo dia.

E hoje o senhor tá plantando o que aqui no seu lote?

Vamo ali pra você ver.

Se não for incomodo pro senhor...

Não. Não é não. Agora mesmo eu acabei de passar a enxada ali num pedaço de terra que eu tinha rado, esperando a chuva, pra eu plantar um amendoim. Que amendoim também é bom.

O pessoal compra amendoim aqui?

Compra. Ainda mais daquele roxo. Você não conhece daquele roxo?

Não, não. Só conheço aquele tradicional mesmo.

É. O vermelho. Aqui é mandioca. Passei a enxada. Aqui tudo é mandioca minha. E ali eu mexo com pimenta. Agora tá tudo enflorado de novo. Botei adubo, esterco, molhando. Já colhi muito aí.

O senhor cria porco, galinha, vaca?

É.

Esse gado, o senhor trabalha com leite ou só com corte?

Eu só tiro leite, só.

O resfriador fica aonde?

O resfriador fica na sede, mas nós entrega pra um cara que vem da rua panhar numa moto. Nós aqui do lado aqui tudo entrega pra ele. Ele panha daqui e ainda panha do lado de lá um bocado. Mas os lá de cima, perto da sede, bota tudo no resfriador. Aí o carro vem e panha.

Esse cara compra de vocês e vende pro laticínio?

Não. Ele panha aqui e leva pra fazer requeijão, queijo.

E como é o preço dele?

Ele paga 50 centavos pra vir panha aqui.

Ah, é? Tá pagando menos [que a Damare], né?

Pois é...

Entrevista com Jair Rodrigues Santiago, assentado no P.A. Córrego da Laje, realizada em setembro de 2011 em sua casa.

Seu Jair nasceu no município mineiro de Salinas, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, em 1940. Veio para Mucurici ainda criança, em 1952. Alguns se seus irmãos que vieram um ano antes, conseguiram obter terras mediante compra informal e posterior regularização de pequenas posses. Ele trabalhou para seus irmãos durante muito tempo e chegou a se tornar proprietário de um pequeno imóvel rural, mas acabou por vendê-lo. Hoje ele é assentado no PA Córrego da Laje, que se situa bem próximo das propriedades de seus irmãos, onde ele passou a maior parte da vida. Seu Jair ingressou no movimento social nos anos 90 e chegou a participar de diversas ocupações. Ainda, quando o PA Córrego da Laje foi criado, ele

estava morando na Bahia e não foi, de início, assentado, tendo “comprado os direitos”, como ele mesmo o diz, de um primeiro beneficiário. A entrevista a seguir foi realizada em sua casa, no assentamento, na tarde do dia 08/09/2011.

O senhor é nascido em Salinas, no Vale do Jequitinhonha, né? Quando o senhor chegou aqui [em Mucurici]?

Com doze anos de idade meu irmão veio pra aqui. Tô com setenta anos que eu fiz.

Nossa! Você chegou aqui na década de 1950 então [fazendo os cálculos após a entrevista, conclui-se que deveria ser 1952 ou 53, dependendo de seu mês de nascimento]?

Só saí uns dias que eu fiquei aqui em Teixeira, na Bahia. Uns 14 anos. E tornei a voltar pra aqui.

E os seus irmãos saíram de Salinas e vieram pra cá nessa época por quê?

Aqui tudo era mata, tinha muito posseiro. Então o meu irmão mais velho [...], ele veio pra aqui e aí chegou lá veio outro irmão. Depois veio eu mais eles, quando eles foi lá com ano que eles veio pra aqui em 1951 e em 1952 eu vim com eles. E depois meus pais mudou pra aqui também.

Veio a família toda, né?

A família toda. E veio muita gente de lá.

E eles conseguiram terra aqui, seu Jair?

Conseguiram, mas já comprando.

Ah! Comprando, né? Não na forma de posse, né?

Já tinha muitos posseiros, então eles foram comprando. Mas naquele tempo comprava baratinho ainda né? Conseguia. Comprava um pedacinho. Depois outro precisava vender e ia comprando. Quem comprou mais foi o meu irmão aí que tá bem ambientado aí José de Amélio, Zé Rodrigues. Os posseiros que tinha tirado resolveu tudo depois vender pra ele, né? Aí ele comprou e registrou.

Tinha posseiro que vinha pra cá só pra isso, né? Pra se apossar e vender mesmo pra quem viesse depois?

Tirava, ficava uns tempos, depois foi vendendo pra ele. E a gente ficou aí nessa luta.

O senhor numa época em que as madeireiras trabalhavam muito aqui na região, né?

Trabalhava. Vinha de Nanuque e tirava a madeira aqui.

A Brasil-Holanda, né?

É. A Brasil-Holanda, lá em Nanuque. Inclusive a gente vinha quando pegava o trem de ferro em Teófilo Otoni, descia aqui em Nanuque. E daí pra cá a gente vinha de carona nas carretas de madeira que tava saindo de lá. Vinha até nus canto aí. Aí eles ficava panhando as madeira e a gente acabava de chegar. Era aqui mesmo nessas fazenda por aí.

E o senhor chegou a trabalhar nas madeireiras ou alguém da sua família?

Não. Nas madeireiras não. A gente trabalhava fazendo roça. De mandioca, milho, arroz nessas baixadas aí. Ajudei muito meu irmão a plantar arroz.

Mas na terra deles, né?

É. Na terra deles, é. Depois pai veio e comprou um pedacinho de terra aí e a gente ficou aí. Dáí eles mudou pra outro canto e comprou outra lá mais na frente, perto de Itabaiana.

Já tinha alguma coisa naquela praça de Mucuri quando o senhor chegou aqui?

Tinha nada. Só umas casinha ali. Tava começando, né? [...] Meus filhos criou tudo aqui. Tem uns que nasceu lá na Bahia, mas acabou de criar aqui também. Só tem um que tá lá na Bahia e os demais tá tudo por aqui. [...]

Deixa eu te perguntar uma coisa, já que você chegou aqui nos anos 50 ainda. Não tinha nada em Mucuri, né? Não tinha quase nada ali onde é o centro de Mucurici hoje. E pra comprar as coisas como é que fazia? Tinha que ir lá Nanuque pra comprar o que precisava?

Antes tinha que ir em Carlos Chagas,. Uns que morou primeiro com o meu sogro, que era vizinho aqui do meu irmão, eles ia em Carlos Chagas. Fazia feira em Carlos Chagas. Depois aí já comprava em Nanuque, ia nas carreta. Outras hora comprava pra cá, no patrimôniozinho ali de Vila Pereira. Depois que surgiu umas vendinhas, umas barraquinhas [em Mucurici].

Então, no começo mesmo era Carlos Chagas e Nanuque, né?

Era. No começo era. [...] Mas aí pra cá foi melhorando. Criou Ponto Belo, Montanha, que era a “tabinha”, que eles falava. Aqui era Comercinho da Palha. E o outro a “tabinha”, que era lá em baixo, lá em Montanha. “Tabinha” porque as casas era coberta de pau. Você tirava aquelas tauba assim e muitos fazia laje. Antigamente não existia as telhas de barro.

Os seus irmãos que compraram terra, eles chegaram a vender madeira pras madeireiras?

Não... É... uns aqui, eu não sei o Zé chegou a vender... Eu acho que esses aí tudo. As madeireira panhava tudo. Nesse tempo aqui tudo eles panhava. Às vezes eles comprava a madeira e eles pegava aquele dinheiro pra ir movimento com a terra. Não tinha outros negócio, né? E também quando derrubava roça pra queimar, queimava cada madeira... Se fosse hoje! Cada madeira dessa grossura!

Desde essa época em que o senhor chegou que o pessoal aqui trabalha muito com gado?

Trabalhava. Nesse tempo que eu cheguei aqui, quando eles fazia um moitinha de capim já tinha um gadinho. Mas não era todos que tinha, por uns trabalhava às vezes numa lavoura, plantando um arrozinho, vendendo aquele arroz. Agora tinha outros que tava mais equilibrado, que fazia umas pastagenzinha e já mexia com umas vaquinha. Naquele tempo, não entregava o leite. Não tinha laticínio nem nada não. Entregava era o creme. Tirava e tinha a desnatadeira, não sei se você já ouviu falar? Despejava o leite [na desnatadeira]. O leite saia desnatado num canto e a manteiga saía pra outro. A baba e aquela sujeira ficava nos pratinho. Depois tinha que desmontar e lavar tudo. E aí levava, no tempo aqui, quem levava era eu (lá pro meu irmão, eu era rapazinho). Eu montava no meio de uma cangaia, amarrava os tambor e levava na Vila Pereira. [...] Era a cavalo. Passava aqui nesse boqueirão aqui mesmo, aí por dentro assim, e ia pra Vila Pereira.

Rapaz! Mas era difícil vender esse leite na época.

O leite não. Entregava era o creme. E o leite desnatado botava pros porquinho.

Era caro comprar uma desnatadeira dessas na época?

Há muito tempo eu acho que não era caro não, mas era difícil. Eles comprava e ficava às vezes pagando, ou vendia um animal ou algo assim pra poder comprar. Todos os fazendeirozinhos que tinham, tinham uma desnatadeira.

Sobre o assentamento

Inclusive quando eu fui pra entrar aqui, eu enfrentei aqui uma lona. Eu tava aí com meu irmão. Eu enfrentei uma lona lá em Varejão. Foi uma vez que deu uns tirotoio lá [...] Aí eles já vieram tudo pra cá. Veio pra aqui. Nós teve

acampado aqui. Desse acampamento daqui, a gente rodou, saímos daqui foi pra Ponto de Belo. De Ponto Belo a gente foi pra ali perto do lixão.[...]

Você sabe de quem foi essa fazenda que foi desapropriada pra virar o Córrego da Laje?

Eu conheço até o proprietário mais velho, e por último foi José Augusto. O pai dele é que eu esqueci o nome. O filho era gerente, né? O Zé Augusto. Mas primeiro foi de Dr. Afonso.

Esse Dr. Afonso era fazendeiro ou morava na cidade?

Era fazendeiro. Era dono dessa terra aqui. Era aquela casa velha ali. Ele morava ali, perto do curral. Depois ele foi embora pra Bahia, pro lado de Caravelas, Teixeira de Freitas. Ele ficou morando em Teixeira de Freitas. Quando eu fui lá em Teixeira eu vi ele.

E esse José Augusto que comprou, quem é?

José Augusto é o filho do velho... Esqueci o nome do velho... Ele que ficava aqui. O velho ficava lá pra Vitória. O Zé Augusto vinha aqui. Tinha um pessoal, um gerente deles aí, né? Que ficava aí. Mas eles morava aí fora.

Esse creme de leite que vocês vendiam, na época, eles [que compravam] pagavam pouco?

Só os mais fortes que ficava. Esses que tinha desnatadeira era os fazendeiros mais forte. Agora aqueles outros que tinha terrinha, terra pequena, eles achava que aquilo não dava rendimento. Aí pegava e vendia. Às vezes pra ter um dinheiro maior, ou pra ir pra rua. Ia acabando ia pra cidade e às vezes ficava pior.

Então tinha gente que não podia comprar a desnatadeira porque era caro?

Tinha uns que não compravam não. Alguns comprava, aqueles que já tinha muito gado demais

e podia comprar. Mas tinha uns que não, não compravam não, porque não tinha condição. Naquele tempo não tinha valor, pegava as terra e vendia, né? Aí quando entrou essas empresa assim [CCPL, SPAM] acabaram com as desnatadeira, porque o caminhão já vinha pegava o leite e entregava o leite, ia pra CCPL.

À época da desnatadeira não tinha caminhão? Tinha que levar de cavalo?

Eu levava era na carga. Amarrava os tambor e ia levar lá Vila Pereira. Vila Pereira tá perto. Tá uns 18km. Essa estrada de Mucurici a Vila Pereira foi tirado braçal. Foi um irmão da minha cunhada [...], eles mexia com madeira. [...] Era madeireiro. Depois eles saiu. Eles cortou ela de Mucuri a Vila Pereira. Cortando assim de picareta, enxadão. Rancando aonde pegava aqueles pau, rancava aquilo tudo. Depois é que a máquina foi passando, né?

Era muito a SPAM que comprava aqui né?

Era a SPAM. Depois aqui em Mucuri mesmo teve... não sei qual era. Ela saiu lá de Água Boa. Mas isso foi uns trinta e poucos, quarenta anos pra cá.

Muitas pessoas me falaram que maior parte desses distritos surgiu dos barracões das madeireiras. Eles chegavam pra extrair madeira e geralmente montavam um barracão pra vender as coisas pros operários...

Aqui em Itabaiana mesmo. Quando eles ia pra lá eles faziam uns negocinho lá, botava um barzinho, botava um sinucão pras madeireira vir, pros trabalhador se divertir e coisa.